

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Museu do Índio
100
½ Prof M.

SAGAS SERTANISTAS:

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAMPO INDIGENISTA NO SÉCULO XX

Carlos Augusto da Rocha Freire

2005

TESE
F 866s

SAGAS SERTANISTAS:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAMPO INDIGENISTA
NO SÉCULO XX

Carlos Augusto da Rocha Freire

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2005

SAGAS SERTANISTAS:

PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAMPO INDIGENISTA NO SÉCULO XX

Carlos Augusto da Rocha Freire

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

_____

Presidente, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

_____

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

_____

Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira

_____

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

_____

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

_____

Prof. Dr. Stephen Grant Baines
Suplente

_____

Prof ª Dr ª Giralda Seyferth
Suplente

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2005

Freire, Carlos Augusto da Rocha, 1956 –

Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no séc. XX/ Carlos Augusto da Rocha Freire. – Rio de Janeiro : UFRJ/MN/PPGAS, 2005.

xvii, 445f.: il.; 30 cm.

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Tese (doutorado) – UFRJ/ MN/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2005.

Referências Bibliográficas: f. 357 – 385 .

1. Sertanistas. 2. Campo Indigenista. 3.Política Indigenista. 4. Indigenismo. 5. Atração e pacificação. 6. SPI. 7. FUNAI. 8. Francisco Meirelles. 9. Cláudio e Orlando Villas Bôas. I. Oliveira, João Pacheco. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. III. Sagas Sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no séc. XX.

RESUMO

SAGAS SERTANISTAS:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO CAMPO INDIGENISTA
NO SÉCULO XX

Carlos Augusto da Rocha Freire

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Esta pesquisa tem por objetivo a realização de uma etnografia histórica das práticas e representações desenvolvidas por sertanistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsáveis pelo trabalho de atração e pacificação de povos indígenas no âmbito da política indigenista brasileira. A análise das trajetórias e dos processos sociais que envolveram as disputas de sertanistas como Francisco Meirelles e os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas num campo indigenista, se baseia na abordagem antropológica de histórias de vida, associada à metodologia da história oral, além de um extenso levantamento documental. Nossa intenção ao centrar a análise na relação dos sertanistas com o Estado Nacional, e nas práticas de pacificação, é compreender a constituição dessa categoria ocupacional, sua identidade social, as excepcionalidades pessoais e as técnicas de poder identificadas à atividade sertanista, além de perceber como intervinham, em diversos contextos, nos processos de territorialização de povos indígenas. Neste trabalho, demonstramos que os sertanistas incorporavam as contradições do indigenismo brasileiro, assumindo uma consciência culpada dos efeitos desastrosos de inúmeras pacificações. Além disso, com as atividades de atração e pacificação, os sertanistas adquiriam capital simbólico que lhes dava peso diferencial nas lutas do campo indigenista, determinando rumos para a política indigenista brasileira.

Palavras-chave: Sertanistas; Campo Indigenista; Política Indigenista; Indigenismo; SPI; FUNAI; Atração e pacificação; Francisco Meirelles; Cláudio e Orlando Villas Bôas.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2005

ABSTRACT

SERTANISTAS SAGAS: PRACTICES AND REPRESENTATIONS OF THE INDIGENIST FIELD IN THE 20TH CENTURY

Carlos Augusto da Rocha Freire

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

The purpose of this research is to perform a historical ethnography of practices and representations developed by *sertanistas* of the Service of Protection to Indians (SPI) and the National Foundation of the Indian (FUNAI), responsible for the work of attraction and pacification of indigenous peoples in the scope of the Brazilian indigenist policy. The analysis of the trajectories and social processes that involved the disputes of *sertanistas* like Francisco Meirelles and the brothers Cláudio and Orlando Villas Bôas at an indigenist field is based on an anthropological approach of life histories, associated with the methodology of oral history, in addition to an extensive documental survey. When centering the analysis on the relationship between *sertanistas* and the National State, and on the pacification practices, our intention is to comprehend the constitution of this occupational category, its social identity, personal exceptionalities and power techniques identified with the *sertanista* activity, besides noticing how they intervened, in several contexts, in the processes of territorialization of indigenous peoples. In this paper, we show that *sertanistas* incorporated contradictions of the Brazilian indigenism, assuming a guilty conscientiousness of the disastrous effects of innumerous pacifications. Furthermore, with the attraction and pacification activities, *sertanistas* acquired a symbolic capital that gave them a differential weight in fights of the indigenist field, determining courses for the Brazilian indigenist policy.

Key words: *Sertanistas*; Indigenist Field; Indigenist Policy; Indigenism; SPI; FUNAI; Attraction and pacification; Francisco Meirelles; Cláudio e Orlando Villas Bôas.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2005

Este canto é dos meus mortos, que já me deram o dom da vida. A meus pais, Carlos e Carmélia, a lembrança de uma vida de luta constante e de terna gratidão por tudo de bom que deles recebi. Para minha madrinha Coralina, professora de crianças camponesas. A Greca Onorina, por ser a semente da flor mais bela, uma rosa de origem italiana. Ao padre Bruno Trombetta, a memória de um lutador pelos direitos humanos não só no período da ditadura militar, e eterno agradecimento pela convivência e exemplo humano.

Este outro canto é daquela que tem o dom de dar vida, iluminar e alegrar as pessoas a seu redor. Constituindo-se no sentido da minha vida, a Rossana dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa vincula-se à tradição dos estudos de contato interétnico no Brasil, valendo-se das pesquisas desenvolvidas no Museu Nacional desde os anos 80 pelos antropólogos João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima. Ao prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, meu orientador acadêmico, devo de longa data o estímulo para traduzir minha experiência junto aos acervos indigenistas em fonte de análise e crítica da política indigenista brasileira. A ele agradeço as críticas e sugestões generosas à pesquisa, assim como ao prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, responsável por inúmeras discussões e propostas inovadoras de análise sobre o indigenismo no Brasil. Ao prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes, integrante de minha banca de qualificação, agradeço a leitura interessada e as críticas e sugestões ao projeto de tese.

Esta foi uma pesquisa longa e exaustiva, e nossa dívida com pessoas e instituições é grande. Em Brasília, Herbert William de Souza me recebeu como um novo irmão, dando condições para que pudesse desenvolver a pesquisa inicial da tese. Com Hilda Azevedo tenho a dívida de uma amizade que várias vezes abriu caminhos na burocracia da FUNAI. Ana Suely Pinho, Ana Paula Fernandes e Tânia Nunes Alencar me deram o apoio indispensável durante a pesquisa no CGDOC. A equipe do CGDOC sempre me atendeu com presteza: André Ramos, Lina Rocha, Maria Helena Caldas, Jonas Pires, Edvard Magalhães. À Lina agradeço por cópias de documentos recebidos. A Cleide Moreira devo especiais agradecimentos pelo apoio à pesquisa na Biblioteca da FUNAI e pelo intercâmbio estabelecido. No DEII, contei com o interesse do sertanista Wellington Figueiredo, além do apoio de Manoela Costa e Juliana Souza. Duas antropólogas e um historiador da DAF auxiliaram nossa pesquisa: Nadja Havt foi gentil em me fornecer informações sobre a situação dos Zo'é; Maria Eliza Vieira contribuiu com entrevistas e fotos sobre José Carlos Meirelles. Espero um dia pagar essa dívida. Kelerson Semerene forneceu entrevistas gravadas para o antigo boletim eletrônico da DAF/FUNAI. Além deles, Henyo Trindade Filho ajudou-me com várias informações sobre os acervos da Universidade de Brasília, e Maria Auxiliadora Leão (CTI) colaborou fornecendo informações sobre antigos sertanistas.

Na Diretoria de Administração, Cláudio José e Antonieta apoiaram a realização do treinamento. No CTD, Andyara Schimin, Fidelina Valadares e Fabíola Minoto foram responsáveis pela definição de condições de trabalho que permitiram a

redação da tese. No arquivo da Coordenadoria de Pessoal devo especial agradecimento à Thereza Chistina Silveira. Agradeço ao Presidente em exercício da FUNAI em setembro de 2002, Dinarte Madeiro, que autorizou a pesquisa do histórico funcional de sertanistas mortos e aposentados, e também ao atual Presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, por autorizar a licença que permitiu a redação da tese.

Em São Paulo, Tereza e Mariana Adão foram a minha segunda família. No Instituto Socioambiental, Fanny Ricardo, Angela Galvão, Leila Maria Silva e Luiz Santos me forneceram condições ideais de pesquisa, além do apoio profissional. No NHII da USP, a antropóloga Dominique Gallois facilitou o acesso ao acervo e transmitiu preciosas informações sobre a situação dos índios Zo'é. O cineasta Andrea Tonacci foi gentil em transmitir informações sobre as filmagens da pacificação Arara. A Marina Villas Bôas agradeço a gentileza das informações prestadas sobre seu marido. A Orlando Villas Bôas Filho devo especial agradecimento pela disposição de estabelecer um frutífero intercâmbio documental sobre a memória do indigenismo.

Em Belém, Sara Alonso e Elza Rodrigues me acolheram como irmãs. Com elas tenho uma dívida imensa que espero retribuir. No Museu Emílio Goeldi, os pesquisadores Louis Carlos Forline, Maria Cândida Drummond e Priscila Faulhaber ajudaram a realização da pesquisa. A Forline devo o contato com o sociólogo Oséas Silva, que realizou a entrevista com o sertanista Afonso Cruz em Altamira. No Goeldi, devo ainda agradecer o apoio das documentalistas Doralice Romeiro e Aldeídes Camarinha. À equipe do Serviço Educacional da ADR/FUNAI/Belém, especialmente Consuelo e Juscelino, agradeço a possibilidade de consulta a arquivos mortos da ADR.

Em Goiânia, a família de um velho amigo, já falecido, o jornalista Antonio Carlos Moura, me recebeu de braços abertos. A Marlene Ossami e Iona'i minha gratidão. No IGPA, o antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho e as professoras Maria Eugênia e Maria Cira Meirelles franquearam o acesso a um vasto acervo relativo à documentação visual das atrações, produzido por Jesco von Puttkamer, e aos diários de campo do pesquisador Acary Oliveira. A todos minha gratidão. Na ADR da FUNAI/GO, o administrador Edson Beiriz possibilitou a localização do sertanista Benamour Brandão Fontes, falecido poucos meses depois do nosso contato.

Em Cuiabá, a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado apresentou-me aos arquivos regiónais mato-grossenses e a indigenistas que trabalharam em Frentes de Atração. Entre estes, Antonio João de Jesus, a quem devo a documentação do pós-contato com os índios Avá-Canoeiro. O antropólogo Aloir Pacini forneceu-me cópias de

documentos do sertanista Fritz Tolksdorff. Na ADR/FUNAI/Cuiabá, o indigenista Ariovaldo dos Santos e a historiadora Ana Maria Ribeiro da Costa possibilitaram o acesso a acervos e pessoas envolvidas com o trabalho nas frentes de atração.

No Rio de Janeiro, devo a Flávio Leal o apoio à pesquisa no arquivo do LACED/Museu Nacional. Contei ainda nos cursos do doutorado com a discussão interessada e a amizade de Sara Alonso, Nora Júlia, Mércia Batista, Fábio Mura, Andrey Cordeiro, Roberto Salviani e Renata Curcio. Entretanto, devo um agradecimento especial a José Gabriel Corrêa e Marcelo Iglésias pelas discussões sobre o andamento do trabalho, críticas e fornecimento de material de pesquisa. Minha gratidão a toda a equipe da Secretaria do PPGAS, na pessoa de Tânia Lúcia Ferreira. Sou grato ainda ao apoio das bibliotecárias Carla, Cristina e Isabel. Um agradecimento especial a Cátia. A CAPES possibilitou a realização do curso com a bolsa de doutorado. O auxílio-pesquisa do PPGAS tornou esta tese possível.

Meus colegas do Museu do Índio apoiaram a pesquisa desde o primeiro momento. Agradeço especialmente a Sheila Sá (SEP), Lídia Zelesco (Biblioteca), Rosely Rondinelli (SARQ) e Denise Portugal (SRAV). No Arquivo Histórico do Rio de Janeiro contei com a ajuda do pesquisador Luciano Caldas para desvendar os arquivos da repressão política no Rio de Janeiro. Alguns amigos me cercaram de apoio durante toda a tese. Francisco, Tereza e Beth, João, Lúcio e Salete, Conceição e José. A eles devo o constante estímulo para prosseguir.

À Rossana Candia Leone devo tudo que se relaciona a esta tese: o estímulo inicial, o apoio à pesquisa fora do Rio de Janeiro, a transcrição de fitas, a digitação e a compreensão com que encarou momentos difíceis nesse período. Há quase 20 anos que renovo a vontade de viver pelo seu olhar. Quero que saiba que sempre lutei para corresponder a esse amor.

Finalmente, quero agradecer aos sertanistas que de perto e de longe acreditaram que o relato de suas experiências de vida poderia contribuir para o conhecimento das relações que o Estado Nacional estabelece com os índios no Brasil. Dedico especialmente este trabalho aos sertanistas que sempre foram amigos dos índios, vivendo com dificuldade e não raras vezes morrendo na miséria.

SUMÁRIO DA TESE

1 INTRODUÇÃO 1

PRIMEIRA PARTE: *SAGAS SERTANISTAS*

2 QUEM É SERTANISTA NO SÉCULO XX ? 27
2.1 Os sertanistas e a Mídia 42

3 TRAJETÓRIAS SERTANISTAS 49
3.1 A trajetória de Francisco Meirelles 50
3.2 Antonio Cotrim denuncia a política indigenista brasileira 89

SEGUNDA PARTE: *ÍNDIO BOM É ÍNDIO BRABO (1987–2002)*

4 UMA ETNOGRAFIA DOS SERTANISTAS CONTEMPORÂNEOS 98
4.1 Antecedentes 98
4.2 O I Encontro de Sertanistas da FUNAI 108
4.3 As resoluções do I Encontro de Sertanistas 114

5 OS SERTANISTAS-CHEFES DA COORDENADORIA DE ÍNDIOS ISOLADOS 125
5.1 Sydney Possuelo 125
5.2 Wellington Figueiredo 147

6 O SISTEMA DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ISOLADOS 162
6.1 As atividades da Coordenadoria de Índios Isolados 162
6.2 A implantação dos Sistemas de Proteção 165
6.2.1 A Frente de Contato Avá-Canoeiro (GO) 165
6.2.2 A Frente de Contato Madeirinha (MT) 166
6.2.3 A Frente de Contato Purus (AM) 168
6.2.4 A Frente de Contato Awá-Guajá (MA) 169
6.2.5 A Frente de Contato Guaporé (RO) 171
6.2.6 A Frente de Contato Envira (AC) 173
6.3 Os Encontros dos Chefes das Frentes de Contato 175

6.4 Um ensaio de política pós-contato: os Zo'é do Cuminapanema(PA) 180
6.5 A Frente de Contato do Vale do Javari (AM) 187
6.6 A Expedição Ajuricaba (2001) 189
6.7 A Expedição Alípio Bandeira (2002) 192

7 INDIGENISTAS OU SERTANISTAS? PROTEGENDO OS ÍNDIOS ISOLADOS DE-RONDÔNIA 195
7.1 Antenor Vaz 195
7.2 Rieli Franciscato 207
7.3 Marcelo dos Santos 217
7.4 Altair Algayer 236
7.5 A delimitação da TI Massaco 244

8 A VIGILÂNCIA AOS ÍNDIOS ISOLADOS DO ACRE 250
8.1 José Carlos Meirelles, o "ermitão" do Acre 250
8.2 Uma nova delimitação para índios isolados: a TI Alto Tarauacá (AC) 264

9 OS IRMÃOS CLÁUDIO E ORLANDO VILLAS BÔAS (1987–2002) 277

TERCEIRA PARTE: *DILEMAS SERTANISTAS*

10 AS LUTAS DOS SERTANISTAS 295
10.1 Estilos sertanistas 295
10.1.1 Cândido Rondon 297
10.1.2 Os irmãos Villas Bôas 299
10.1.3 Francisco Meirelles 303
10.1.4 Sydney Possuelo 305
10.2 Dimensionando terras indígenas: relações entre sertanistas e antropólogos 308
10.3 Sobre o sacrifício da própria vida 324
10.4 Práticas e representações sertanistas 327
10.4.1 A socialização indigenista 327
10.4.2 Sobre expedições 332
10.5 Do mérito sertanista 337

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS 343

12 BIBLIOGRAFIÁ 357

12.1 Textos de referência 357

12.2 Textos e documentos indigenistas 375

12.3 Textos jornalísticos e literários 380

12.4 Relações das entrevistas e depoimentos realizados 382

12.5 Fontes pesquisadas 384

13 ANEXOS: fotos e mapas 386

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
ABL – Associação Brasileira de Letras
ADR – Administração Regional da FUNAI
AER – Administração Executiva Regional da FUNAI
AESP – Assessoria de Estudos e Pesquisas/FUNAI
AGESP – Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas/FUNAI
AI – Área Indígena
AI-5 – Ato Institucional 5
BIS – Batalhão de Infantaria da Selva
CAII – Comissão de Apoio aos Índios Isolados
CB – Correio Brasiliense
CE – Comissão Européia
CI – Comunicação Interna/FUNAI
CGDOC – Coordenadoria Geral de Documentação/FUNAI
CII – Coordenadoria de Índios Isolados
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios
COAMA – Coordenação da Amazônia/FUNAI
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPOR – Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (Exército brasileiro)
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CT – Comunicação de Trabalho
CTI – Centro de Trabalho Indigenista
DAF – Diretoria de Assuntos Fundiários/FUNAI
DAS – Diretoria de Assistência/FUNAI
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DEDOC – Departamento de Documentação/FUNAI
DEII – Departamento de Índios Isolados
DEL – Delegado Regional da FUNAI
DGEP – Departamento Geral de Estudos e Pesquisas/FUNAI
DGO – Departamento Geral de Operações/FUNAI
DGPC – Departamento Geral de Planejamento Comunitário/FUNAI
DGPI – Departamento Geral do Patrimônio Indígena/FUNAI
DO ou DOU – Diário Oficial da União
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPF – Departamento de Polícia Federal
DR – Delegacia Regional da FUNAI
ERX – Expedição Roncador-Xingu
F – Filme
FA – Frente de Atração
FAB – Força Aérea Brasileira
FBC – Fundação Brasil Central
FC – Frente de Contato
FFB – Fundação das Florestas do Brasil
FNI – Fundação Nacional do Índio

FOT – Fotograma
FPE – Frente de Proteção Etnoambiental
FPERE – Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira
FSP – Folha de S. Paulo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GPS – Sistema de Posicionamento Global (via satélite)
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IGPA – Instituto Goiano de Pré-História e Antropológia
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
III – Instituto Indigenista Interamericano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IR – Inspetoria Regional do SPI
JB – Jornal do Brasil
JT – Jornal da Tarde
LACED – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Museu Nacional)
MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MEMO – Memorando
MEVA – Missão Evangélica da Amazônia
MI – Museu do Índio
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento
MNTB – Missão Novas Tribos do Brasil
MPF – Ministério Público Federal
MPU – Ministério Público da União
NDI – Núcleo de Direitos Indígenas
NG – National Geographic
OEA – Organização dos Estados Americanos
OESP – O Estado de S. Paulo
OF – Ofício
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAN – Operação Anchieta, depois Operação Amazônia Nativa
OS – Ordem de Serviço
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCS – Plano de Cargos e Salários
PETI – Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (Museu Nacional)
PF – Polícia Federal
PI – Posto Indígena
PIA – Posto Indígena de Atração
PIN – Plano de Integração Nacional
PLAN – Planilha
PLANAFLORO – Prógrama de Manejo dos Recursos Naturais de Rondônia
PMACI – Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas do Acre e de Rondônia
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNX – Parque Nacional do Xingu
PORT – Portaria

PP – Portaria da Presidência
PPTAL – Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal
PQARA – Parque Indígena do Araguaia
PQXIN – Parque Indígena do Xingu
PROC – Processo
PSD – Partido Social Democrático
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PV – Posto de Vigilância
RDG – Radiograma
REBIO – Reserva Biológica
RJU – Regime Jurídico Único
SA – Serviço Administrativo
SARQ/MI – Serviço de Arquivo/Museu do Índio
SBI – Sociedade Brasileira de Indigenistas
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
SPII – Sistema de Proteção aos Índios Isolados
SIL – *Summer Institute of Linguistic*
SOA/SPI – Seção de Orientação e Assistência/ SPI
SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SPVEA – Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUER – Superintendência Executiva Regional da FUNAI
SUMMER – v. SIL
TI – Terra Indígena
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNI – União das Nações Indígenas
USP – Universidade de São Paulo

PRIMEIRA PARTE

SAGAS SERTANISTAS

1 INTRODUÇÃO

Colocando a questão

> "Repórter: O governo tem condições de resolver o problema do índio na Amazônia principalmente agora, quando se projeta a ocupação da região?
> Francisco Meirelles: Se o governo não tem condições para resolver o problema social dos grandes centros urbanos como é que ele vai resolver o problema do índio na mata?
> Repórter: Diante do problema, o que faz o govêrno?
> Francisco Meirelles: Procura conciliar sua política de expansão e desenvolvimento com a integração do índio. Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado.
> Repórter: Mas a integração rápida não coloca o índio como marginal da sociedade branca?
> Francisco Meirelles: Meu filho, 90% da população brasileira está marginalizada do progresso e da sociedade. Dê uma volta aqui em Porto Velho e veja o estado da população. O índio não conseguirá um lugar melhor do que o dessa maioria de brasileiros" (revista *Realidade*, Especial Amazônia, n. 67, outubro de 1971, p. 24).

Essas e outras idéias do sertanista Francisco Meirelles sobre o papel do Estado brasileiro frente aos povos indígenas encontram-se dispersas em ofícios, relatórios, cartas, revistas, jornais e inúmeros outros tipos de documentos.[1] Meirelles, um dos mais famosos sertanistas do séc. XX, teve uma carreira profissional conturbada no âmbito do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Além de existir nos poucos textos biográficos encontrados uma omissão oficial sobre as idéias comunistas que assumiu em determinado momento de sua vida,[2] também é raro achar-se documentos sobre seus confrontos com o indigenista José Maria da Gama Malcher,[3] ocorridos desde o final dos anos 40 no SPI até o início da década de 70, já na FUNAI.

---

[1] Podem ser resgatadas a partir dos acervos da história do indigenismo brasileiro depositados no Museu do Índio (RJ), CGDOC/FUNAI/Brasília, Instituto Socioambiental (ISA/SP), Conselho Indigenista Missionário (CIMI/Brasília) e LACED (Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento/Museu Nacional).

[2] No cap. 3 apresentaremos um perfil de Francisco Meirelles.

[3] Dados biográficos e históricos dos confrontos com Meirelles estão no cap. 3.

O sertanista sempre defendeu *a integração dos índios*, assumindo posições polêmicas perante seus pares. Às vésperas de morrer afirmava que devíamos

> "deixar de assumir posições protecionistas para com o índio, porque precisamos é prepará-lo para enfrentar a nossa sociedade – assinalando que essa sua posição contraria a opinião de antropólogos e dos irmãos Villas Bôas, que defendem uma integração gradativa dos silvícolas. (...) Meirelles disse que discorda da administração da FUNAI, não aceita os métodos de trabalho dos irmãos Villas Bôas e desconfia dos antropólogos. – O maior crime cometido contra o índio – assinalou o sertanista foi a sua segregação no Parque do Xingu. Fatalmente a civilização chegará lá, porque a meta do Governo é a abertura de estradas visando a integração de todo o País. Quando a estrada chega perto das terras dos índios, devido a essa segregação, eles ainda estão despreparados para sobreviver. E então acontece o que estamos vendo na área do Xingu, onde o índio, em troca de qualquer coisa, entrega suas mulheres ao pessoal que constrói as estradas. (...) Meirelles frisou que é preciso melhorar o padrão de vida dos indígenas, já que a sua integração é inevitável" (*O Globo*, 04/06/1973).

Em poucos parágrafos, Meirelles revelava seus oponentes, desqualificava o mérito sertanista, defendia uma política indigenista e denunciava fatos graves relativos às terras indígenas.

Francisco Meirelles, os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, e principalmente Rondon, foram sertanistas responsáveis pelo estabelecimento de práticas indigenistas – notadamente de atração e pacificação[4] de povos indígenas. Os sertanistas, ao longo do séc. XX, sempre procuraram intervir frente à realidade indígena. Uma pesquisa histórica e quantitativa nas principais revistas e jornais brasileiros revela centenas de matérias envolvendo declarações desses agentes diante da situação dos índios brasileiros. Entretanto, suas trajetórias constituem questões sociológicas pouco enfrentadas pelos cientistas sociais no âmbito dos estudos sobre política indigenista e indigenismo no Brasil.[5]

Três textos nos chamaram a atenção recentemente a respeito das intervenções de indigenistas e sertanistas. Um deles, o trabalho de João Pacheco de Oliveira (1988), recupera a história e intervenções de Manoel Pereira Lima (vulgo Manuelão), chefe de posto indígena junto aos índios Ticuna em meados do séc. XX, descrevendo como sua atuação *mudou* o destino de muitos índios Ticuna (v. tb.

---

[4] Sobre as categorias *atração* e *pacificação*, v. Erthal, 1992.

[5] Segundo Lima, "a política indigenista designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas" (Lima, 1995, p. 15). De forma similar Oliveira entende "indigenismo como um conjunto de saberes práticos e um discurso com efeitos ideológicos" (Oliveira, 1998b, p. 87). *Indigenismo* é uma categoria polissêmica, havendo definições que abrangem um amplo espectro de atividades e idéias relativas ao contato com os índios (v. por ex. Cardoso de Oliveira, 1988). Lima é um autor que vem aperfeiçoando sua conceituação de indigenismo desde a década de 80 (v. Oliveira e Lima, 1983; Lima, 1995, 2002a, 2002b). Nestes últimos textos elaborou uma análise da *tradição sertanista*, baseando-se na noção de *tradições de conhecimento*.

Oliveira, 1994; 1999b; 2002). A antropóloga Alcida Ramos publicou um artigo (1998b) onde enfatizava a "subjetividade dos agentes sociais" como "criadora de fatos" (Ramos, 1998b) na política indigenista, citando como exemplo a transferência dos índios Panará para o Parque Indígena do Xingu, comandada pelo sertanista Orlando Villas Bôas.

O terceiro texto, da historiadora Luiza Saldanha, é mais importante para nosso trabalho. Intitulado "Escola de heróis – os cursos de formação dos técnicos de indigenismo da FUNAI, de 1970 até 1985" (Saldanha, 1996), tem por objetivo estudar em "perspectiva histórica (...) a formação de um segmento burocrático administrativo específico: os chamados **técnicos indigenistas** da FUNAI" (ibid., p. 8) (grifos do original).

Entre os trabalhos realizados por *antropólogos* sobre a política indigenista brasileira,[6] nenhum se aprofunda nas trajetórias (Bourdieu, 1998a) profissionais de *sertanistas*.[7] Os textos em geral se referem aos *chefes de postos indígenas*, podendo ser subdivididos:

a) entre os que estão voltados para caracterizações normativas dos postos indígenas (papel do posto, organização do patrimônio indígena, etc.) e das relações interétnicas, além de avaliar em geral a prática dos encarregados sem identificá-los;[8]
b) naqueles que valorizaram os agentes envolvidos em atrações e pacificações ou os indigenistas que influenciaram o destino de povos indígenas. Neste caso, agentes são identificados e algumas práticas investigadas.[9]

No marco dos estudos sobre a relação índio-Estado nacional identificamos os antropólogos que escreveram sobre os sertanistas brasileiros como um

---

[6] Entre os mais antigos, os principais são os de Darcy Ribeiro (1962, 1979a) – caracterizado pela apologia do SPI –, e Roberto Cardoso de Oliveira (1972a, 1988). Dos trabalhos recentes, citamos Antonio Carlos de Souza Lima (1985, 1987, 1995, 2002a); Alcida Ramos (1998), João Pacheco de Oliveira (1988, 1998b), Mércio Gomes (1998) e Baines (1990).

[7] Os sertanistas são comumente objeto de estudo de *jornalistas* e *historiadores*. Lima (1990b) relaciona dezenas de obras de literatos e colaboradores militares a respeito do Marechal Rondon. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso produziu uma bibliografia sobre Rondon e a Comissão Rondon com 606 títulos de livros e artigos, além de 65 mapas históricos (Costa e Silva, 1998). Há duas teses recentes de historiadores sobre Rondon e a Comissão Rondon (Maciel, 1998; Martins Júnior, 2001), que aprofundam aspectos relativos ao funcionamento das Comissões de Linhas Telegráficas pelo Brasil e à especificidade dos agentes da Comissão Rondon. Sobre os irmãos Villas Bôas, veja-se Bisilliat (1995), Marques (s.d.), Marqueiz (1978) e Müller 2002. A respeito de Francisco Meirelles, veja-se Souza (1952, 1953) e Fonseca (1950). Apoena Meirelles está em Peter (2001). Sobre sertanistas em geral, veja-se Hemming (2003).

[8] Veja-se, por exemplo, Cardoso de Oliveira, 1968, 1972a,1972b; Laraia e Da Matta, 1967; Galvão, 1979; Galvão e Wagley, 1961; Ribeiro, 1979a.

[9] Citamos Baldus, 1948; Ribeiro, 1962, 1996; Oliveira, 1988, 1994, 2002; Arnaud, 1989; Leonel, 1995; Santos, 1970, 1973, 1978, 1997; Baines, 1990; Davis, 1978; Ramos, 1998; Bastos, 1985, 1989.

dos seus objetos de pesquisa, citando Herbert Baldus, Darcy Ribeiro, Sílvio Coelho dos Santos, Shelton Davis, Alcida Ramos e Antonio Carlos de Souza Lima.

Para Baldus, uma das principais finalidades do trabalho etnológico era o de "suavizar choques" (Baldus, 1939, p. 140). O etnólogo determinaria teoricamente o que os indigenistas (sertanistas) colocariam em prática. Assim, para tribos isoladas devia-se adotar o isolamento provisório e o exercício da administração indireta. Baldus achava "modelar" (Baldus, 1962) a atuação de Nimuendajú na pacificação dos Parintintin, embora este tivesse depois deplorado seu feito. O etnólogo reconhecia que as pacificações eram processos que tinham circunstâncias particulares (Baldus, 1940, 1951, 1960), acreditando que o sertanista Francisco Meirelles poderia vir a ser um fiscalizador dos contatos e das terras dos Xavante (Baldus, 1948).

No livro *A política indigenista brasileira* (Ribeiro, 1962), e depois em *Os índios e a civilização* (Ribeiro, 1979), Darcy Ribeiro fez uma apologia dos métodos adotados em algumas pacificações e se deteve na descrição dos trabalhos desenvolvidos por alguns sertanistas (Manoel Rabelo, Telésforo Fontes, etc.), concluindo que os *pacificadores* ficaram frustrados com a derrota dos seus ideais, já que a posse da terra não era assegurada aos índios e o convívio significava fome, doença e desengano.

Sílvio Coelho dos Santos elaborou um quadro que atestava a incompetência do SPI em orientar a atração, pacificação e pós-contato dos índios no Sul do Brasil pelo sertanista Eduardo Lima e Silva Hoerham, e de como este involuntariamente ocasionou a morte de índios, arrependendo-se amargamente das conseqüências do seu feito (Santos, 1973, 1978, 1997).

Shelton Davis (1978) discorreu sobre sertanistas em diferentes contextos. Inicialmente analisou a estratégia de pacificação desenvolvida pelo Mal. Cândido Rondon e o estabelecimento de uma política indigenista no Brasil, que foi alterada pelo modelo de institucionalização de um Parque Indígena proposto por Orlando Villas Bôas.[10] Davis citou as denúncias do sertanista Antônio Cotrim às políticas de pacificação da FUNAI ao longo da Rodovia Transamazônica, a situação enfrentada pelo sertanista Apoena Meirelles no Parque do Aripuanã e a tragédia envolvendo o sertanista Gilberto Figueiredo Costa durante a pacificação dos Waimiri-Atroari.

[10] Este modelo protecionista dos Villas Bôas foi contraposto por Davis ao modelo integracionista das políticas indigenistas dos governos militares (v. Davis, 1978).

Alcida Ramos, escrevendo sobre *indigenismo* – para a autora, um conjunto de idéias e ideais relativos à incorporação de povos indígenas ao Estado-Nação –, afirma que os sertanistas, ao conquistarem o interior do Brasil, tinham necessidade de tomar posse de terras e recursos naturais (Ramos, 1998). O país criava seus ícones paternalistas – os sertanistas –, *aventureiros* que tinham como arma a *sedução*, levando aos abraços e arrebatamentos que ocorriam nos primeiros contatos com os índios. Seriam assim os homens cordiais – ou patriarcais – de um Estado benevolente. Ramos relacionou todas as características principais das atrações realizadas desde Rondon, mostrando as origens coloniais dos métodos. Para a autora, a atração era uma exibição teatral, um ritual. As *personalidades* de Rondon e dos Villas Bôas estavam a serviço do Estado, enfrentando a crueldade privada (massacres, etc.). Para Ramos, esse estilo de conquista era incomum. Se os presentes criavam dependência, os sertanistas também eram os primeiros agentes a contaminar os índios. A pacificação era uma farsa, cujos resultados foram testemunhados por Rondon, que teria morrido desiludido com a situação dos índios (Ramos, 1998, p. 167).

Nos seus trabalhos recentes, Antonio Carlos de Souza Lima tem estudado uma forma particular de poder nos processos de formação do Estado nacional. Constrói assim a noção de *poder tutelar*, advindo da conquista colonial, que nos permite pensar as formas de poder governamentalizadas que controlam a ação indígena (Lima, 1995). As pacificações seriam decorrentes das guerras de conquista, adotando-se estratégias e táticas específicas. Trata também do *indigenismo* enquanto conjunto de saberes e formas de exercício do poder oriundo do Estado (Lima, 2002a). Lima afirma que o indigenismo deve ser interpretado a partir da noção de *tradições de conhecimentos*, voltados à gestão de populações étnicas em situações coloniais (Lima, 2002a, 2002b). Entre os saberes de gestão de povos indígenas encontra-se a *tradição sertanista*, noção a partir da qual Lima estuda os *técnicos indigenistas* da FUNAI (Lima, 2002b).

Todos esses antropólogos vinculam-se aos estudos de "contato com a alteridade" (Peirano, 1999, p. 238), centrados na relação Estado x Povos Indígenas, um dos tipos ideais de estudos de alteridade no Brasil, segundo a interpretação de Peirano (ibid., p. 234). Desdobramentos dessa relação, com a análise centrada na instituição SPI ou FUNAI, foram raros, como Ribeiro (1962), Gagliardi (1989) ou Lima (2001). Voltados para o compromisso político com os índios brasileiros (Matos, 1997), os antropólogos brasileiros focalizam essencialmente as relações com os povos indígenas.

Os conceitos instrumentais sobre o contato se sucedem: aculturação, fricção interétnica, transfiguração étnica, mudança cultural.

Uma linha de reflexão foi desenvolvida pelos antropólogos do Museu Nacional João Pacheco de Oliveira (1988, 1994) e Antonio Carlos de Souza Lima (2002b). É a esta tradição crítica de estudos sobre o indigenismo que nos associamos desde os anos 80. Voltada em geral para o estudo da atuação do Estado Nacional frente aos índios, tem uma vasta produção analítica acumulada sobre a política indigenista brasileira. Além de Oliveira e Lima, outros antropólogos brasileiros produzem ou produziram estudos gerais sobre indigenismo, como Ramos (1998), Cardoso de Oliveira (1988) e Baines (1990), com os quais dialogamos. Baines tem uma importância especial para nossa pesquisa por ter analisado o cotidiano dos trabalhadores da Frente de Atração Waimiri-Atroari.

São poucos os estudos sobre esses "agentes coloniais" (cf. Oliveira e Almeida, 1998) no Brasil, em sua maioria trabalhos históricos, situados na época do surgimento do SPI. Nossa pesquisa se insere nesse quadro, se propondo à trazer à luz material etnográfico inédito sobre sertanistas, permitindo a análise da contribuição desses agentes e a proposição de novas interpretações sobre a política indigenista brasileira.

O objetivo da tese

Falar de sertanistas pode enganar à primeira vista: logo surge a imagem de um *grupo profissional* coeso, detendo normas e técnicas próprias, onde alguns indivíduos se destacaram atuando junto aos povos indígenas. Como técnica de ruptura para substituir essa noção do senso comum, estabelecemos nesta tese uma "definição provisória" (Bourdieu et al., 1975, p. 28-29; 134-137) de *sertanista* como o servidor do Estado Brasileiro que, ao longo do séc. XX, chefiou em campo trabalhos de atração e pacificação de povos indígenas. *Indigenista* é o *agente do Estado* que em várias funções desenvolve as atividades de assistência e proteção aos Índios (chefe de posto, técnico indigenista, auxiliar de sertão, etc.). Quando estiver vinculado a ONGs e à sociedade civil, será chamado de indigenista *alternativo*. Todo *sertanista* é *indigenista*, pois se trata de uma *especialização* do trabalho indigenista.

Esta tese tem por objetivo principal compreender a trajetória[11] de sertanistas do SPI e da FUNAI, a partir de uma etnografia histórica de suas práticas e representações.[12] Tal etnografia não tem por objetivo resgatar o passado (Clifford, 1986), mas descrever quem são esses agentes, as relações de poder que estabelecem num campo social, o que fazem e como fazem nesse espaço de relações indigenistas. Trata-se de inicialmente identificar como a formação educacional e as relações pessoais estabelecidas por sertanistas possibilitaram o acesso a posições num campo social,[13] a partir da nominação e classificação desses agentes, tomando "como objeto as operações sociais de nomeação e os ritos de instituição através das quais elas se realizam" (Bourdieu, 1998b, p. 81; v. tb. p. 97-106) (grifo do autor), definindo uma atribuição funcional (ou profissional). No caso dos sertanistas da FUNAI, seguindo a proposta analítica de Bourdieu a respeito das profissões, cabe investigar como o ensino de um ofício, "entendido como prática pura sem teoria" (Bourdieu, 1989, p. 22) (grifo do autor) conviveu com o "ensino dos saberes" (idem). Poderíamos então imaginar que nas áreas indígenas, "numerosos modos de pensamento e ação [transmitiam-se] de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contato direto e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende ('faz como eu')" (idem).[14]

Como os sociólogos definem uma *profissão* a partir do pré-requisito de conhecimentos de nível superior (v. Barbosa, 1993; Bonelli e Donatoni, 1996), os

---

[11] Segundo Bourdieu, a noção de trajetória corresponde a uma "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (Bourdieu, 1998a, p. 189) .Trata-se de estudar "colocações" e "deslocamentos", e "o sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro...)" (ibid., p. 190) e que "evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado" (idem).

[12] A prática é produto da relação dialética entre os interesses de agentes sociais e as condições objetivas da sociedade (Bourdieu, 1983). Representações, para Bourdieu, são "enunciados performativos que pretendem fazer acontecer o que eles enunciam"(Bourdieu, 1998b, p. 112), são categorias classificatórias definidas pelas lutas pelo poder de representar, e se fazer representar, por categorizar e classificar (ibid., p. 108). O uso da noção de representações numa perspectiva histórica, no mesmo sentido adotado por Bourdieu, é empregada pelo historiador Roger Chartier no livro *História cultural* de forma idêntica ao que empregamos aqui. Segundo Chartier, "esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio" (Chartier, 1990, p. 17).

[13] Campos sociais – são relações de forças sociais específicas. Com grau de autonomia ou espaços de relações objetivas entre posições, que "propõem, aos que neles estão envolvidos, um *espaço de possíveis* que tende a orientar sua busca definindo o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em "ismo", em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo" (Bourdieu, 1996, p. 53).

[14] Esta era a pedagogia civilizatória dos Postos Indígenas e das expedições pacificadoras do SPI e da FUNAI.

sertanistas devem ser vistos como uma *categoria ocupacional*, já que, em geral originários das camadas pobres da população, não lhes era exigido uma escolaridade mínima. Os seus conhecimentos ocupacionais advêm da prática, treinamento de campo e só mais recentemente (década de 1970) de um ensino formal, o que possibilitou mobilidade social a uma parcela desse quadro de servidores.

Essa experiência inicial dá aos sertanistas um capital social (Bourdieu, 1989, p. 28-29) que determina *a priori* sua posição no campo indigenista, espaço do campo político,[15] onde há luta pelo poder "de arbitrar sobre os destinos dos povos indígenas no Brasil" (Lima, 1987, p. 153).

Neste subcampo há disputa e concorrência pelo monopólio da tutela dos índios isolados, onde agentes que possuem maior capital simbólico[16] impõem aos demais seus interesses. Entre os sertanistas, tais capitais são acumulados a partir de práticas bem-sucedidas de atração e pacificação de índios isolados, além do estabelecimento de redes de relações sociais.[17]

As práticas e representações sertanistas devem ser vistas de forma unificada – estruturadas e estruturantes – de um *habitus*[18] *sertanista*. As práticas sertanistas expressam todos os *habitus* adquiridos: familiares, educacionais, sertanistas, formando um amplo sistema de disposições adquiridas. Tais práticas são ações livres, mas condicionadas por esse *habitus*. Dessa forma, nas disputas de um campo social os agentes sociais engendram *estratégias* de ação – que são produtos de um "senso prático (...) de um jogo social particular, historicamente definido" (Bourdieu, 1990, p. 81).

Os sertanistas não devem ser vistos com excessiva autonomia. Algumas práticas podem iludir – como as expedições caracterizadas pelo distanciamento à

---

[15] "O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção" (Bourdieu, 1989, p. 164) (grifo do original). O campo indigenista é um espaço de disputas tributário do campo político, articulando também agências e agentes de outros campos, com o religioso e o científico.

[16] Em síntese, capital simbólico ou distinção é o reconhecimento, institucionalizado ou não, recebido de um grupo social (Bourdieu, 1998b, p. 59-60; 1989, p. 144-145).

[17] Compreendemos por rede social um conjunto finito de interconexões iniciadas por um ego que forma parte desta rede (Mayer, 1987, p. 132). Como exemplo da aplicação da noção de rede a partir dos contatos estabelecidos por uma pessoa, em seu sentido egocêntrico, v. Bezerra, 1995).

[18] O habitus, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas (...) essa tendência para agir de uma maneira regular (...) não se origina numa regra ou numa lei explícita. É por isso que as condutas geradas pelo habitus não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o habitus está intimamente ligado com o fluído e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluído, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo" (Bourdieu, 1990, p. 98) (grifo do original).

administração central, sugerindo interações locais deslocadas das relações de poder que condicionam aquelas práticas (Bourdieu, 1989). O fato de que as práticas sertanistas envolvem "situações críticas, perigosas" (Bourdieu, 1990, p. 98) elevou seu grau de codificação no âmbito da legislação indigenista brasileira.

Um dos objetivos do trabalho é compreender, diante dos múltiplos interesses em jogo, como os sertanistas da FUNAI definiram novas políticas para índios isolados, envolvendo-se ainda nas atividades de identificação e delimitação de terras para esses índios.

Longe de adotar uma representação técnica dos processos de definição de uma terra indígena, compreendemos esses como essencialmente políticos (Oliveira e Almeida, 1998; Oliveira 2002), sendo tanto instrumentos de afirmação política dos índios (Oliveira, 1998b, p. 111), como espelho "de um conjunto de iniciativas de um aparato burocrático estatal" (Oliveira, 2002, p. 277). Como é este último pólo que nos interessa neste trabalho, queremos compreender, a partir das trajetórias dos sertanistas, como estes participam dos processos de territorialização de povos indígenas na qualidade de representantes do Estado brasileiro nos processos iniciais de definição de terras indígenas (principalmente interdições de áreas). Nesse sentido, o processo de territorialização (Oliveira, 1998a, 1998b, 1999a, 2001, 2002) pode ser interpretado como uma etnificação administrativa (Amselle, 1999), pois os sertanistas têm a "lógica de atuação de funcionários coloniais" (Oliveira, 1998b, p. 86).

Esta pesquisa procura demonstrar que o estudo da vida dos sertanistas é uma via privilegiada de acesso à compreensão das mudanças e da reprodução da política indigenista brasileira. As posições adotadas pelos sertanistas em diferentes gestões do SPI atualizariam o "paradoxo ideológico da tutela" (Oliveira, 1988, p. 222-225). Nossa hipótese é que ao deter capital simbólico, os sertanistas respondem pela sobrevivência (e unificação) da instituição a seus objetivos maiores. Outra hipótese é que tais trajetórias sociais tornaram as excepcionalidades pessoais – sacrifício, heroísmo, etc. – *intrínsecas* às práticas e representações dos sertanistas, no momento da mudança de estratégia adotada pelos representantes do Estado brasileiro frente aos índios, no início do séc.XX.

Uma questão de método

Para realizar uma etnografia das práticas e representações de sertanistas da FUNAI, através de entrevistas e pesquisa documental, lançamos mão no primeiro caso da metodologia da *história de vida* desenvolvida por cientistas sociais, e da *história oral* contemporânea.[19] Alguns pesquisadores ressaltam que a história de vida e a história oral apresentam algumas divergências metodológicas.[20] Não nos interessa aqui aprofundar esse fato, mas adotar um instrumental que auxilie nossa análise.

Trabalhamos com discursos[21] que preenchem o vazio da falta de documentação de setores desprivilegiados da população e retratam uma época e as relações de poder nas quais os sertanistas estavam envolvidos (Debert, 1986). Os discursos dos sertanistas podem redimensionar "fatos e perfis de atores", levando os antropólogos a eventuais revisões de "dados e interpretações estabelecidas" (Pessanha, 1996, p. 75). Além disso, sempre aspiram dar uma interpretação de unidade de sentido (coerência) à existência, reforçando os laços normativos da vida social (Loriga, 1998), submetidos à força do *habitus*. Bourdieu (1998a) já associou essa ilusão retórica à necessidade de se entender uma identidade como a constância de si mesmo. Um exemplo dessa realidade costumavam ser os depoimentos dos sertanistas que ocuparam a Presidência da FUNAI (Apoena Meirelles e Sydney Possuelo), citando sempre os mesmos temas e análises, no formato de discurso padrão, pré-fabricado. Encontramos também depoimentos de sertanistas caracterizados por incoerências (Loriga, 1998), revelando contradições da história concreta, como conflitos de valores próprios às dinâmicas de mudança social (Thompson, 1992, p. 306).

O privilégio dado na pesquisa às entrevistas e depoimentos é devido tanto à impossibilidade de realização de um determinado trabalho de campo – a participação

---

[19] Sobre a história das pesquisas com histórias de vida, v. Langness (1973), Camargo et al. (1983), Becker (1993), Queiroz (1991). Sobre a história da história oral, v. Prins (1992), Ferreira et al. (2000).

[20] Como aqueles que classificam a história de vida como depoimento sem interferências (Queiroz, 1991; Von Simson, 1996) e a história oral como temática (Thompson, 1992; Meihy, 1996), ou que constroem as entrevistas a partir da preocupação antropológica com a vida cotidiana (Joutard, 1998), ou como entrevista orientada (Becker, 1993).

[21] Discursos estruturados e estruturantes tendem "a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais" (Bourdieu, 1989, p. 14). Esta nos parece uma noção adequada e instrumental de discurso para enfrentar uma grande quantidade de entrevistas e depoimentos de sertanistas que tendem a se confundir com o ponto de vista do entrevistador.

em expedições, atrações e pacificações[22] – quanto ao emprego de uma metodologia que permite responder às seguintes questões:

a) a revelação de conflitos não encontrados em documentos, o que nos surpreendeu durante a pesquisa de campo;
b) a avaliação de momentos de mudança (Pollak, 1992, p. 211);
c) a interpretação das ações da FUNAI enquanto organização (Becker, 1993, p. 110);
d) a captação de visões de mundo e suas formas de transmissão (Von Simson, 1996, p. 83) numa "categoria ocupacional" (Barbosa, 1993) e na sociedade em geral;
e) descoberta de fatos graves, escondidos sob pressão de traumas que levam o indivíduo ao silêncio (Joutard, 1998; Pollak, 1989; Ferreira et al., 2000; Schwarzstein, 2001);
f) o questionamento da memória oficial dos órgãos governamentais, que fazem desaparecer divergências de concepções (Fenelon, 1998).

Enfatizamos o estudo dos discursos e das representações dos sertanistas, empregando também os "depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas" (Ferreira, 1994, p. 9; v. tb. Thompson, 1992; Debert, 1986). As entrevistas de Apoena Meirelles sobre seu pai, Francisco Meirelles, foram orientadas nesse sentido. Da mesma forma, visamos as práticas reveladas pelos discursos dos entrevistados (Debert, 1986), principalmente as relativas às expedições e atividades de atração, procurando interpretar o *esprit de corps* dos servidores da FUNAI.

Em geral, os discursos permitem o estudo dos padrões de socialização dos servidores, da articulação desses agentes com outros agentes e grupos, do estabelecimento de relações institucionais para a consecução das atividades administrativas. Contudo, as evidências (Thompson, 1992) de fatos significativos encontradas apenas a partir dessa fonte foram questionadas e comparadas, sempre que possível, com outras fontes ou pontos de vista diferentes, dentro de um contexto mais amplo (ibid., p. 307-308).

Tínhamos como uma alternativa metodológica a utilização da diversidade de testemunhos para estabelecer uma amostragem das tendências existentes, neutralizando subjetividades com a adoção do anonimato e possibilitando a elaboração de *tipos* sociologicamente definidos (Camargo, 1978; Pessanha, 1996). Entretanto, no

[22] Tanto por limitações físicas como pela quase inexistência de expedições pacificadoras no quadro atual da política para índios isolados.

caso dos sertanistas, isso não permitiria entender como se distinguem entre si e com outros agentes do campo indigenista. Se o material coletado permite a definição de "estilos" (cf. Cardoso de Oliveira, 1995) sertanistas só chegaríamos a esta conclusão pelo aprofundamento das experiências singulares. Essa opção permite assim tanto a caracterização dos vínculos das práticas dos sertanistas aos *habitus* da categoria, quanto a compreensão das relações de poder que os sertanistas estabelecem ao longo de suas trajetórias. Os sertanistas então têm nome e capitais (culturais, simbólicos, de relações sociais) acumulados, pesos funcionais diferenciados na análise de um estado do campo indigenista.

O antropólogo e o historiador: a memória dos sertanistas

A concepção dos fatos passados pelos sertanistas, sua memória, é uma forma de ação presente envolvendo a disputa de significados desse passado (Alberti, 2004, p. 33). Há na entrevista um trabalho ativo do pesquisador, enquadrando memórias, revelando "ações que pretende desencadear" (ibid., p. 38), privilegiando acontecimentos e indivíduos.

Nosso trabalho foi tanto *construir* memórias (representações do passado) dos sertanistas – especialmente de Francisco Meirelles – como estudar a constituição e formalização das memórias (Alberti, 2004) cristalizadas no campo indigenista (Marechal Rondon, irmãos Villas Bôas). São os "lugares de memória" (Nora, 1986) do indigenismo, lugares onde a memória perdura – o lema rondoniano "Morrer se preciso...", o Parque Indígena do Xingu, etc. –, onde se refugiou e cristalizou numa ideologia que produz tanto esquecimentos como valoriza fatos e períodos. Os próprios sertanistas, enquanto paradigmas de formas de agir para a sociedade, são "lugares de memória".

As relações entre memória e história – esta como conhecimento racional, "exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado" (Ferreira, 1994, p. 8) – e aquela como

> "construção do passado mas pautada em emoções e vivências (...) coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente" (idem).

Da mesma forma, é necessário enfatizar que

> "a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva" (Le Goff, 1996, p. 426; v. tb. Pollak, 1990, 1992 e Alberti, 2004).

A distinção é importante, ver a memória coletiva de forma totalizante (*o que os grupos fazem do passado*) como Halbwachs (1990), mascara interesses em jogo, não se percebe como a memória entra em disputa (Pollak, 1989).

As representações dos sertanistas também se tornam fatos reconstruídos, há diversidade, conflitos entre a memória oficial e a individual, pois muitas memórias são "fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas" (Portelli, 1998, p. 106).

Num duplo movimento, os sertanistas constroem assim tanto suas memórias como suas identidades. Analisar a memória dos sertanistas é compreender as identidades que estruturam (Alberti, 2004, p. 40). Segundo Pollak (1992), a memória dos indivíduos resiste às mudanças, valorizando a continuidade e a coerência, base da identidade social (Bourdieu, 1998a).

A pesquisa de campo: o uso das fontes orais

> "É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras" (Bourdieu, 1997, p. 695).

Ao realizarmos entrevistas dirigidas e coletarmos depoimentos, percebemos formas de apresentação de si próximas das imagens que os sertanistas teriam dentro do indigenismo oficial, produzindo relatos formais, oficiosos, limitadores das possibilidades de obtenção de denúncias e relatos confidenciais (Bourdieu, 1998a). Os sertanistas mais famosos já tinham um depoimento pré-construído, uma história de

vida articulada entre os estilos "temático e cronológico" (Pollak, 1992, p. 212-213), demonstrando bons conhecimentos e uma relativa socialização política. De certa forma, procuravam cativar o pesquisador através do "fascínio" (Alberti, 2004) de suas experiências vividas.

Com os sertanistas, procuramos a aproximação necessária[23] para esclarecer as intenções da pesquisa, ganhando a confiança dos depoentes[24] para revelações inesperadas (Sydney Possuelo chegou a comentar que nunca havia conversado com ninguém um dos temas da entrevista). A adoção de uma atitude dialógica, de mútuo questionamento, em alguns casos, permitiu também que em certas entrevistas estimulássemos associações até o limite da disponibilidade do entrevistado (Alberti, 2004, p. 35-36), isto é, até que o próprio sertanista "não queria mais parar de falar" (Pollak, 1989, p. 13), recuperando as lembranças da sua memória latente já convencido da utilidade de "transmitir seu passado" (idem). Nos capítulos da tese procuraremos esclarecer os contextos das entrevistas ou depoimentos.

Inicialmente, procuramos entrevistar todos os sertanistas que participaram do I Encontro de Sertanistas da FUNAI (1987), assim como aqueles que constam da listagem de sertanistas da ativa e aposentados desse órgão. O contato inicial foi por correspondência, expondo os motivos e objetivos da pesquisa. O retorno foi excelente: com alguns sertanistas mantivemos correspondência ampliando as informações iniciais para as entrevistas, com outros chegamos a conversar por telefone, firmando compromissos para o desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, alguns sertanistas aposentados e da ativa não responderam a nossa correspondência.

Enquanto mantinha essa atividade, encaminhei outra correspondência para a maioria das Administrações Regionais da FUNAI, tentando localizar velhos sertanistas não cadastrados no Sistema Informatizado de Pessoal da FUNAI. Dessa forma localizei Modesto Alves de França em Belém e Francisco de Assis Costa em Cuiabá. Nos arquivos da FUNAI em Brasília constatei que sertanistas aposentados pela CLT haviam falecido há bastante tempo (Felipe Passinho Santiago, Otávio Pinheiro Canguçu, etc.).

Todas as entrevistas foram realizadas em cinco capitais regionais – Belém, Cuiabá, Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro –, e na Capital Federal, Brasília. A

---

[23] Procurando identificar e acompanhar as rotinas do Departamento de Índios Isolados (DEII) ou comentando as novidades da política indigenista em conversas telefônicas.

[24] Mas não chegando a estabelecer vínculos personalizados, como ocorreu em campo com Mintz (1984), o que conscientemente evitamos na pesquisa para que nossa análise não sofresse constrangimentos.

exceção foi a entrevista com Afonso Alves da Cruz (Afonsinho), realizada em Altamira (PA). Já os depoimentos nos foram enviados por sertanistas residentes em Santarém (PA), Manaus (AM), Alta Floresta D'Oeste (RO), Vitória (ES), Juiz de Fora (MG), Recife (PE), Maceió (AL) e Governador Valadares (MG).

A maioria dos entrevistados citaram nomes de inúmeros integrantes de expedições de atração, muitos deles índios. Lembramos aqui Pionim Kayabi (já falecido), Gei Guajá, Ivaldo Parintintin, Kubei Kayapó, Tapiet Kayapó. José Aucê, índio Paresi que participou de atrações com Francisco Meirelles, também faleceu. Concluímos com o desenvolvimento do trabalho de campo que é necessária uma pesquisa específica (com muitos recursos) para localizar boa parte dos índios que atuaram como intérpretes nas expedições e em muitos casos foram os agentes responsáveis pela atração de grupos indígenas, pois a maioria vive em locais de difícil comunicação (Redenção/PA, Colider/MT, etc.).

Além dos sertanistas, entrevistamos indigenistas que coordenaram Frentes de Atração à distância ou acompanharam alguns trabalhos de atração. Através de inúmeras correspondências de pesquisa conseguimos localizar importantes funcionários da FUNAI já aposentados e parentes de sertanistas já falecidos, que fizeram depoimentos para a pesquisa.

Todas as entrevistas dirigidas e os depoimentos foram gravados,[25] com exceção de três sertanistas que enviaram relatos redigidos. Na transcrição das fitas foram evitados os vícios de linguagem. Quando necessário, foram citados na tese trechos literais das gravações, sem qualquer intenção de "transcriação" (Meihy, 1996). Utilizamos também na pesquisa gravações diversas de sertanistas encontradas em diversos acervos (CGDOC/FUNAI/Brasília, ISA/SP, Museu da Imagem e do Som/RJ). O balanço desse trabalho assinala que o número significativo de relatos obtidos e a representatividade dos informantes e dados coletados permitiriam o embasamento da tese somente com as fontes orais.

Estes são os sertanistas participantes do I Encontro de Sertanistas da FUNAI, que assinaram o documento final do Encontro em 27 de junho de 1987:

1. Afonso Alves da Cruz (Afonsinho) – entrevista dirigida, gravada em Altamira (PA), sob nossa orientação, no ano de 2003, pelo sociólogo Oséas Bezerra da Silva;

[25] Enviei fitas cassete e um elenco de assuntos para os sertanistas gravarem seus depoimentos, nos locais onde foi impossível o nosso acesso.

2. Benamour Brandão Fontes – tentativa de entrevista na sua residência em Goiânia (GO), em 2002. Fontes encontrava-se doente, entrevado e esclerosado, pouco articulando algumas frases. Entretanto, permitiu nosso acesso ao seu arquivo particular. Fontes morreu poucos meses depois, em 2003;
3. Cícero Cavalcanti de Albuquerque – residia em Recife (PE). Escreveu um depoimento autobiográfico para o autor em 2003;
4. Cornélio Vieira de Oliveira – morador em Juiz de Fora (MG), foi entrevistado por e-mail em 2002, pois se recusou a gravar entrevista;
5. Estevão da Silva Rodrigues – reside em Manaus (AM). Gravou depoimento em 2003 a partir dos temas da pesquisa;
6. Fiorello Parise – depoimento ao pesquisador gravado em Belém (PA), em 2002;
7. Francisco Bezerra de Lima – reside em Manaus (AM), tendo gravado depoimento em 2003;
8. Frederich Paul Tolksdorf – faleceu em 1992. Graças ao antropólogo Aloir Pacini, tivemos acesso a alguns dos seus diários de campo, guardados por jesuítas em Cuiabá (MT);
9. João Evangelista de Carvalho – já falecido. Pesquisa limitada a documentos e antigas entrevistas; procuramos seu filho, Antonio Rachid, em Belém, e este se negou a dar qualquer entrevista;
10. José Carlos dos Reis Meirelles Júnior – entrevista dirigida, gravada em Brasília (DF) pelo autor, em 2002. Utilizamos também na pesquisa outras entrevistas de Meirelles gravadas durante trabalho de campo da antropóloga Maria Eliza Vieira em 2003. Meirelles foi apenas convidado ao I Encontro, pois ainda era técnico indigenista;
11. Júlio Reinaldo de Moraes (Camiranga) – depoimento manuscrito em Santarém (PA), em 2002, a partir de um roteiro impresso;
12. Raimundo Gomes do Nascimento – entrevistado em Belém (PA), em 2002;
13. Raimundo Nonato Nunes Corrêa – sertanista falecido, do qual não obtivemos maiores informações, além da que trabalhou na FA Waimiri-Atroari;
14. Sebastião Amâncio da Costa – contatado no interior do Pará, negou-se a participar da pesquisa. Foi o único dos *omissos* com quem consegui conversar um pouco, tendo questionado a existência de *falsos* sertanistas (indigenistas e burocratas promovidos a sertanistas para melhorar o salário);

15. Sydney Ferreira Possuelo – entrevistado pelo autor em Brasília, em diversas datas, de 2002 e 2003.

Além dos sertanistas que participaram do I Encontro de Sertanistas (1987), procuramos todos os atuais sertanistas da ativa ou aposentados da FUNAI. São os seguintes os sertanistas do quadro *ativo permanente*:

1. Antônio Luiz Batista de Macedo (AER Rio Branco/AC) – contatado em 2004, ficou de remeter um depoimento ao autor;
2. Denivaldo Roberto da Rocha (AER Xavantina/MT) – não respondeu a qualquer tentativa de contato entre 2002 e 2004;
3. Sebastião Aparecido Fernandes (AER Chapecó/SC) – também não respondeu às tentativas de contato entre 2002 e 2004;
4. Valmir de Barros Torres (AER Tabatinga/AM) – contatado em 2002. Devido a desencontros em Brasília e à difícil comunicação com Tabatinga (AM), desistimos de voltar a contatá-lo;
5. Walfredo Silva (AER Maceió/AL) – contatado em 2004, enviou um breve depoimento ao autor.

Os sertanistas aposentados são:

1. Afonso Alves da Cruz (Altamira/PA) – já assinalado;
2. Almir Ribeiro Carvalho (Curitiba/PR) – conhecemos Carvalho em 1976, quando era chefe do PI Araribá (SP). Não respondeu à correspondência;
3. Antônio Vicente (Aracruz/ES) – não respondeu à correspondência;
4. Benamour Brandão Fontes (Goiânia/GO) – já assinalado;
5. Cícero Cavalcanti de Albuquerque (Recife/PE) – já assinalado;
6. Cornélio Vieira de Oliveira (Juiz de Fora/MG) – já assinalado;
7. Élio de Melo Palmeira (Governador Valadares/MG) – não respondeu à correspondência;
8. Estevão da Silva Rodrigues (Manaus/AM) – já assinalado;
9. Eunice Alves Cariry Sorominé (Rio de Janeiro/RJ) – entrevistada no Rio de Janeiro;
10. Eustáquio Machado (Belo Horizonte/MG) – não respondeu à correspondência;
11. Fiorello Parise (Belém/PA) – já assinalado;
12. Francisco Bezerra de Lima (Manaus/AM) – já assinalado;
13. Jeorgino Martins Fagundes (Vitória/ES) – gravou um depoimento para o autor em 2004;

14. José Apoena Soares de Meirelles (Rio de Janeiro/RJ) – entrevistado em 2002 e 2003, no Rio de Janeiro;
15. José Carlos dos Reis Meirelles Júnior (Rio Branco/AC) – já assinalado;
16. José Porfírio Fontenele de Carvalho (Brasília/DF) – entrevistado em 2002, em Brasília;
17. Júlio Reinaldo de Moraes (Santarém/PA) – já assinalado;
18. Nilo Paulo Moras (Curitiba/PR) – não respondeu à correspondência;
19. Odenir Pinto de Oliveira (Brasília/DF) – entrevistado em 2003, em Brasília;
20. Raimundo Gomes do Nascimento (Belém/PA) – já assinalado;
21. Salomão Santos (Belém/PA) – entrevistado em 2002, em Belém;
22. Sebastião Amâncio da Costa (Manaus/AM) – já assinalado;
23. Sydney Ferreira Possuelo (Brasília/DF) – já assinalado;
24. Wellington Gomes Figueiredo (Brasília/DF) – entrevistado em Brasília, em 2002 e 2003;

Além desses sertanistas, procuramos localizar:

a) sertanistas falecidos no período da FUNAI.

Nos arquivos da FUNAI/ BSB, não há gravações de depoimentos desses sertanistas. Citamos Telésforo Martins Fontes, Francisco Meirelles, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, Aimoré Cunha Silva, José do Carmo Santana (Zé Bel), Felipe Passinho de Santiago, Álvaro Paulo (Paulo Mineiro), Jaime Sena Pimentel. Para obter informações sobre uma sertanista da FUNAI, Oneide Castelo Branco, tivemos que entrevistar suas filhas na periferia de Belém (PA).

b) sertanistas afastados da FUNAI.

Praticamente só há notícias de jornais sobre os sertanistas que se demitiram ou foram demitidos da FUNAI. Entre eles, Antonio Cotrim Soares e João Américo Peret. Depois de muitos meses de conversas e negociações telefônicas, conseguimos em 2003 que Cotrim Soares nos enviasse de Maceió (AL) um pequeno depoimento autobiográfico. Já Peret, em sua casa no Rio de Janeiro, deu uma longa e polêmica entrevista sobre sua trajetória indigenista.

c) sertanistas e indigenistas localizados através das AERs da FUNAI ou por indicações dos entrevistados.

Em Belém, entrevistamos o sertanista Modesto Alves de França e o indigenista Frederico Oliveira. Em Cuiabá, localizamos e entrevistamos o auxiliar de sertanista Francisco de Assis Costa, além de indigenistas que se envolveram com o

trabalho de atração de índios como Izanoel Santos, Ariovaldo dos Santos e Antônio João de Jesus. Adolfo Kilian Kesselring Jr., Egypson Nunes Correia e Elimilton Côrrea foram entrevistados em Brasília.

d) Os indigenistas do Sistema de Proteção aos Índios Isolados do DEII.

Localizamos alguns dos principais indigenistas que modificaram as ações de contato com os índios isolados, instaurando em campo, a partir de 1988, uma nova metodologia de identificação e vigilância das terras desses índios. Foram entrevistados em 2002 e 2003, Marcelo dos Santos (Goiânia) e Antenor Vaz (Brasília). Rieli Franciscato (Alta Floresta/RO) e Altair Algayer (Governador Valadares/MG) nos enviaram depoimentos gravados.

e) Diversos profissionais deram entrevistas de apoio, esclarecendo questões do trabalho.

Ouvimos, a respeito da criação da FUNAI, os antropólogos Olympio Serra (Rio de Janeiro) e Ney Land (Rio de Janeiro). Hélio Rocha, chefe da COAMA/FUNAI nos anos 70, foi contatado em Natal (RN), mas sofreu um derrame, o que impossibilitou seu depoimento. A antropóloga Nadja Havt (DF) falou das atividades do DEII junto aos Zo'é. O antropólogo Antonio Pereira Neto explicou a trajetória dos técnicos da FUNAI e a situação dos índios isolados do Acre. Em São Paulo, o cineasta Andrea Tonacci deu-nos um depoimento de sua participação na atração dos índios Arara (PA), enquanto Marina e Orlando Villas Bôas Filho falaram sobre a família dos sertanistas Villas Bôas.

f) Entrevistas e depoimentos coletados pelo CGDOC/FUNAI/BSB.

Há vários depoimentos no acervo, entre os quais o de Apoena Meirelles e Cícero Cavalcanti de Albuquerque.

g) Acervos diversos sobre os irmãos Villas Bôas.

Recuperamos antigas entrevistas de Cláudio e Orlando Villas Bôas ao CEDI (atual Instituto Socioambiental) em 1985, e ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

A pesquisa documental

Os instrumentos de pesquisa produzidos na década de 90 para acesso às fontes sobre a história indígena e do indigenismo no Brasil (Monteiro, 1994a; Bessa Freire, 1995) possibilitaram a identificação inicial dos acervos de nosso interesse,

estabelecendo prioridades que orientaram o trabalho nos arquivos estaduais. Entretanto, tal mapeamento deixou logo patente que enfrentaríamos os mesmos problemas com que nos deparamos há décadas no acervo documental do Museu do Índio.

Com efeito, as dificuldades para a pesquisa dos agentes da administração indigenista no Brasil, no período do SPI, entre eles os sertanistas, estão referidas à constituição do Centro de Documentação Etnológica do Museu do Índio e a sua organização.[26] A clivagem original do acervo em documentação *etnológica* e *administrativa* não só levou à dispersão pela FUNAI dos documentos administrativos do SPI – cujas conseqüências já foram discutidas por Lima (1995, p. 26) – como estimula uma interpretação do chamado acervo etnológico numa perspectiva etno-histórica que ignora o peso do Estado na definição dessa realidade, mesmo diante de farta documentação dessa intervenção frente aos índios. Um exemplo recente dessa questão é o artigo do historiador José Ribamar Bessa Freire, "Vozes indígenas na documentação do SPI" (2002), onde se enfatiza a importância desse acervo no apoio à luta indígena pela sobrevivência, mas omite-se que é uma das principais fontes para o estudo do poder tutelar (cf. Lima, 1995), das formas de dominação do Estado sobre os povos indígenas.

Nossa experiência nos leva a acreditar que não são só as vozes indígenas que devem ser observadas nesse arquivo: as vozes dos Telésforos, dos Meirelles, dos Vasconcelos, dos Estigarríbias, das intrigas institucionais, dos que se omitiram ou combateram ao lado dos índios, atravessam todo o acervo, permitindo aos índios e seus aliados o emprego de diferentes níveis de análise, tanto no estudo de mecanismos sutis de dominação social, voltados ao disciplinamento corporal (Foucault, 1977, 1979, 2000), quanto na compreensão da vinculação da questão indígena à questão fundiária no Brasil. O texto de Bessa Freire, enquanto "Instrumento de Pesquisa", não chamou a atenção para a importância do estudo do indigenismo, da ação do Estado frente aos índios. Por isso, é preciso sempre lembrar que os arquivos têm um caráter polifônico (Cunha, 2004), podendo servir a diferentes usos e leituras enquanto sistemas de enunciados culturalmente constituídos (idem). Mesmo que se concentre o interesse na pesquisa das vozes indígenas, isso implica o conhecimento das condições de produção dessas vozes (ibid., p. 293), de estar atento ao processo de construção da objetivação do indígena no arquivo (ibid., p. 294).

---

[26] A este respeito, veja-se Moreira Neto, 1979, para a história da constituição do acervo.

Tais reflexões surgiam na pesquisa sempre que nos deparávamos com arquivos institucionais – o campo em que buscávamos conceber uma etnografia histórica dos sertanistas. Alguns arquivos, como o do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), revelavam os vínculos que os constituíram: em Goiás está depositado um acervo documental da família Meirelles, devido às relações desta com o prof. Acary Oliveira. No CGDOC/FUNAI era mínimo o acervo referente aos irmãos Villas Bôas, enquanto que os arquivos do Departamento de Índios Isolados, da FUNAI, organizados administrativamente, não estavam disponíveis ao acesso público. Pudemos ler alguns relatórios deste departamento após demonstrar aos sertanistas a importância dessas informações para o desenvolvimento da pesquisa, ao comprovar que trabalhava com a história do indigenismo desde os anos 80.

A destruição de acervos que envolviam a ação do Estado frente aos índios[27] produziu disputas singulares pela memória das iniciativas governamentais. No início dos anos 90, através da imprensa, Orlando Villas Bôas discutiu com Acary Passos a interpretação de alguns acontecimentos na esfera da Expedição Roncador-Xingu (ERX). Diante da destruição da maior parte da documentação da Fundação Brasil Central (FBC) arquivada em Xavantina, restava aos agentes da ERX disputar entre si a autoridade pessoal na construção da memória (cf. Pollak, 1989) da *Marcha para o Oeste*.

Vários sertanistas entrevistados na pesquisa mantinham um arquivo pessoal em casa, o que nos possibilitou obter informações inacessíveis de outra forma. Além de documentos, guardavam fotos, vídeos e materiais diversos, como a coleção de uniformes das frentes de atração mantida pelo sertanista Wellington Figueiredo.

Muitos documentos produzidos pelos sertanistas do SPI ou da FUNAI têm uma característica marcante: revelam seus compromissos (v. Vianna, 1995) com o que fazem, destacando-se da rotina administrativa. Nos seus relatórios e ofícios, o sertanista Francisco Meirelles discutia as iniciativas do SPI, criticava as políticas governamentais e reivindicava assistência aos índios. De forma idêntica, Orlando Villas Bôas dirigia-se a Rondon e à direção da FUNAI. Sydney Possuelo agia internamente à FUNAI, negociando apoios à tentativa de modificação das práticas relativas aos índios,

---

[27] O incêndio criminoso que destruiu sete andares do edifício do Ministério da Agricultura em 16/06/1967, transformando em cinzas arquivos, filmes, gravações e artefatos, nunca foi investigado por historiador ou antropólogo. O incêndio ocorreu depois da instalação da CPI do SPI, pelo Ministro do Interior, Albuquerque Lima. Um escritor americano, Lance Belville, esteve pesquisando o acervo antes do

o que pode ser comprovado pela documentação do CGDOC anterior à criação do DEII (1987). Nos documentos, esses sertanistas produzem um saber indigenista relativo às suas práticas, que é objeto de nossa investigação. São estas práticas e representações que queremos problematizar e compreender a partir de suas contradições constitutivas. Os documentos, como nosso *campo etnográfico*, impõem uma interpretação do contexto social e simbólico de sua produção, de suas lógicas. É uma pesquisa distante das práticas tradicionais da Antropologia, situada numa fronteira disciplinar, em constante diálogo com o instrumental analítico histórico e sociológico (v. Corrêa, 2004).

Durante a pesquisa constituímos um acervo de cerca de 500 fotos e 60 mapas diversos. Na tese, reproduzimos 100 fotos e seis desses mapas, além de algumas gravuras. Além disso, examinamos 22 vídeos relativos a atividades de atração e pacificação. A intenção era dar a esse material um tratamento analítico baseado na literatura sobre Antropologia visual e memória. Entretanto, devido aos prazos da tese, tivemos que abandonar esse projeto. Assim, a utilização das fotos, mapas e gravuras no Anexo é meramente ilustrativa do universo pesquisado. Isso não impediu que, no decorrer do texto, comentássemos, *en passant*, imagens de vídeos que revelavam as condições em que eram efetuados os contatos com índios isolados.

30 anos de pesquisas

No mês de julho de 1975, entrei para o Museu do Índio como estagiário do setor de Etnologia. Ainda na velha sede do Museu, no Maracanã (RJ), participei dos trabalhos de identificação da documentação indigenista recolhida para a constituição do acervo de um Centro de Documentação Etnológica. O manuseio de um material onde a maioria das notícias revelavam as péssimas condições de sobrevivência dos índios e a omissão ou corrupção do Serviço de Proteção aos Índios acarretou uma reação ética de todo o grupo de estagiários do Museu no final dos anos 70. Houve intensa mobilização contra o projeto de emancipação dos índios, com atos públicos, palestras, etc. A Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro foi criada por jovens cientistas sociais no Museu do Índio, tendo sido seu presidente-fundador.

O confronto da comunidade antropológica, índios e indigenistas, com os coronéis que dominavam a FUNAI, levou, entre outras iniciativas repressivas, ao

---

incêndio, tendo copiado muitos documentos (*OESP*, 18/06/1967). Entretanto, desconhecemos qualquer obra desse autor sobre os índios ou a política indigenista brasileira.

afastamento da equipe do Centro de Documentação e a seu fechamento temporário. A partir de então trabalhei em pesquisas avulsas no Setor de Etnologia do Museu Nacional, até entrar para o mestrado em Antropologia Social. Em 1985, voltei a trabalhar no Centro de Documentação, hoje Serviço de Arquivo do Museu do Índio (SARQ/MI).

Desde o início dos trabalhos de organização do acervo, ainda na década de 70, pesquisávamos informações nos documentos para subsidiar os processos administrativos de identificação de terras indígenas. Havia a necessidade de se comprovar a *ocupação imemorial* das terras, como estabelecia o Estatuto do Índio. O principal trabalho da equipe do Centro de Documentação era produzir pesquisas etno-históricas que orientassem os trabalhos de campo dos GTs de identificação de terras. Naquela época, com a legislação então em vigor, dezenas de terras foram demarcadas para os índios, tendo como ponto de partida os relatórios do CEMDOC.

Durante o Mestrado, transformamos as problemáticas relações entre Antropologia e Indigenismo daquele contexto em objeto de pesquisa, procurando compreender as relações estabelecidas entre antropólogos e indigenistas num órgão indigenista, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) na gestão do Marechal Rondon (1939–1955) (Freire, 1990, 1996). De lá para cá desenvolvi várias pesquisas sobre terras indígenas, além de coordenar GTs de identificação e/ou revisão de oito terras indígenas, até entrar para o Doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional.

Uma apresentação da tese

Os capítulos da primeira parte estão voltados para a contextualização do nosso objeto de pesquisa, os sertanistas (cap. 2), e a introdução das principais questões que atravessam a tese (cap. 3).

O objetivo do capítulo 2, ao descrever a polissemia da categoria histórica *sertanista* ao longo do século XX, é compreender como a instituição de uma *carreira de sertanista* no Serviço Público Federal – inicialmente na Fundação Brasil Central, depois na FUNAI – correspondia a um processo de reconhecimento profissional com a instauração de normas de acesso, distribuição e controle dessa atividade. No capítulo há a preocupação de descrever a identificação ou não dessa categoria às práticas sertanejas ou à representações urbanas dessa atividade, nesse último caso referidas à mídia.

No capítulo 3, procuramos construir as trajetórias dos sertanistas Francisco Meirelles e Antonio Cotrim, com o objetivo de indagar como suas formações políticas e um acúmulo de capital cultural influenciaram suas práticas e representações em vários estados do campo indigenista. Oriundos de uma militância política radical frente ao *status quo* brasileiro, o acesso desses sertanistas ao órgão tutelar ocorreu quando havia necessidade de arregimentação de novos quadros indigenistas diante do esgotamento do ideário positivista (Meirelles nos anos 40), ou diante da falência do SPI (Cotrim nos anos 60). Através das vidas de Meirelles e Cotrim, enquadramos os problemas que atravessavam as práticas sertanistas, constituindo a matéria de análise da terceira parte da tese.

Os capítulos da segunda parte são identificados pela preocupação etnográfica, constituindo o universo em discussão na terceira parte da tese.

No capítulo 4, associamos a formação dos técnicos indigenistas (Chefes de PIs) da FUNAI ao surgimento do Sistema de Proteção aos Índios Isolados e à nova definição da atividade sertanista no âmbito da FUNAI. A descrição do Encontro de Sertanistas, de suas resoluções e da criação da Coordenadoria de Índios Isolados (CII), corresponde à necessidade de investigar se tal institucionalização representa um estado das lutas por princípios de regulação mais amplos no campo indigenista.

O capítulo 5 procura sintetizar as práticas e representações dos sertanistas Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo, Chefes da CII, a respeito da formação e atividades dos sertanistas, dos cursos de técnico indigenista da FUNAI, das atividades do Sistema de Proteção aos Índios Isolados, e das políticas de identificação e garantia de terras para esses índios.

O objetivo do capítulo 6 é apresentar uma descrição da implantação do Sistema de Proteção aos Índios Isolados, valorizando a análise do caso Zo'é, onde se procura institucionalizar novas práticas de controle do contato dos povos indígenas com a sociedade nacional.

Os capítulos 7 e 8 apresentam as intervenções de sertanistas e indigenistas frente à proposta de identificação de terras indígenas para índios isolados. Aqui privilegia-se a comparação das noções relativas à vida indígena empregadas por sertanistas e antropólogos nas atividades de identificação de terras indígenas, com a intenção de compreender as mútuas influências e suas conseqüências.

O capítulo 9 procura traçar as relações pessoais e institucionais estabelecidas pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas nos seus últimos anos de

vida, descrevendo as representações sobre os índios e a sociedade nacional que fundamentam uma série de livros que elaboraram sobre a cultura indígena, além dos quatro livros-memória sobre a Marcha para o Oeste e a vida dos irmãos.

Concentramos na terceira parte da tese o esforço analítico de propor uma interpretação original das práticas e representações sertanistas, distribuído em dois capítulos, 10 e 11. No capítulo 10 sugerimos um enquadramento das práticas sertanistas, uma nova interpretação do sacrifício sertanista e apresentamos uma abordagem que explica a atual constituição do quadro de sertanistas da FUNAI. Essas e outras questões são sistematizadas no capítulo 11, as Considerações Finais.

Mantivemos na tese a grafia original das citações, reproduzidas entre aspas.

A utilização ilustrativa das fotos na tese não visa qualquer fim comercial.

Em tempo: Sagas sertanistas aqui é uma história rica de incidentes.

PRIMEIRA PARTE

SAGAS SERTANISTAS

2. *QUEM É SERTANISTA NO SÉC. XX?*

> "Os paulistas ficaram conhecidos na América e na Europa como grandes sertanistas, sem iguais no seu conhecimento dos dilatados sertões, na sua perseverança e coragem. Posteriormente, alguns historiadores ergueram estes sertanistas – batizando-os de bandeirantes – a proporções épicas, reconhecendo particularmente seu papel na expansão geográfica da América portuguesa". (Monteiro, 1994b, p. 8).

Alguns estudos de historiadores sobre os índios no Brasil Colonial abordam o cotidiano dos sertanistas, agentes sociais envolvidos desde o séc. XVII em expedições de apresamento de índios (Monteiro, 1992, 1994b). Contribuindo para a construção da identidade social do "paulista" (Monteiro, 1999a),[28] as práticas sertanistas se estendem pela colônia: nas suas cartas, o padre Antonio Vieira comenta as atividades dos sertanistas nos garimpos (Vieira, 1992, p. 301); o conhecimento e a experiência entre os *gentios* identificam um padre como "antigo sertanista" (Ribeiro e Moreira Neto, 1992, p. 273); o trabalho no garimpo nas Minas Gerais leva "sertanistas conquistadores de gentios" a povoarem vilas (Taunay, 1954, p. 21-57).

Atuando como comerciantes fluviais (Holanda, 1976), os sertanistas adotaram inúmeras técnicas e conhecimentos indígenas (Holanda, 1975, 1976).[29] Ao estudar a criação do Diretório dos Índios (1758), a antropóloga Rita Almeida observou que o trabalho de atração dos índios pelos "sertanistas" era uma "representação tutelar" (Almeida, 1997, p. 36) concedida pelo Estado. Quanto ao final do séc. XVIII, os mecanismos de captura aí empregados por sertanistas em guerras justas e resgates foram descritos por Farage (1991) e Domingues (2000). As práticas desses sertanistas desde o séc. XVI criaram uma força de trabalho indígena e liberaram as terras dos índios para os colonos, tendo seu impacto na Amazônia possibilitado a reconfiguração de povos, provocando etnogênese (Monteiro, 1999b).[30]

---

[28] Não se trata aqui de estudar o sertanista inserido na sociedade e economia colonial, mas tão-somente indicar a historicidade e polissemia dessa categoria social.

[29] Holanda e outros autores associaram o sertanista à mestiçagem, ao *mameluco*. Veja-se a Parte I, "Índios e mamelucos" em Holanda, 1975, p. 13-179.

[30] Neste trabalho não estamos interessados nos sertanistas da época colonial, por isso ignoramos a vastíssima bibliografia histórica sobre os bandeirantes.

No séc. XIX, inúmeras "bandeiras" continuavam suas atividades de "descimento" (Moreira Neto, 1971) no Pará, e na Amazônia em geral. Já a índia Kayapó Damiana da Cunha foi considerada "a mais famosa sertanista do início do séc. XIX" (Karasch, 1992, p. 401; v. tb. Karasch, 1987; Ataídes, 1998, p. 81-85), sendo responsável pelo aldeamento de centenas de índios Kayapó em São José de Mossâmedes (Goiás).

Os soldados dos destacamentos militares e os capitães-do-mato seguiram "a tradição sangrenta dos antigos sertanistas, cujo principal objetivo consistia em dizimar e escravizar índios" (Monteiro, s.d., p. 11). Entretanto, no mesmo séc. XIX surgiram "projetos civilizatórios" (ibid., p. 24-26) onde a valorização do conhecimento letrado e prático do sertão podia levar um militar aristocrata – o Gal. Couto de Magalhães – a ser identificado como "sertanista" (v. Machado, 1997, p. 377). Este século ainda foi marcado pela produção literária indianista e regionalista. De um lado, a preocupação romântica de idealização indígena, de outro o realismo nacionalista que descreveu o sertão e o sertanejo (Lippi Oliveira, 1998, p. 197-198).

Os sertanistas no início do século XX

No início do séc. XX, a categoria *sertanista* era empregada com freqüência na imprensa, identificando entre outros o então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon e suas atividades (Missão Rondon, 2003, p. 18). Em 1915, numa conferência no Rio de Janeiro, Rondon apresentou-se como "sertanista", envolvido há anos "com as rudezas semibárbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas" (Rondon, 1915, *apud* Lima, 1998, p. 174). Rondon continuará se manifestando como aquele que, perante seus pares, tinha o "maior tirocínio da vida sertaneja" (Viveiros, 1969, p. 583). O trabalho que desenvolveu sob orientação do Major Gomes Carneiro na Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia foi o início de sua "carreira de sertanista" (Missão Rondon, 2003, p. 32).

A categoria *sertanista* não designava nenhum cargo quando o SPI foi criado. Os engenheiros-militares ou os militares que participaram dos trabalhos de atração e pacificação de povos indígenas nas Comissões de Linhas Telegráficas desde o final do séc. XIX (v. Lima, 1985; Maciel, 1998; Martins Júnior, 2001), e continuaram a trabalhar no SPI – em sua maioria positivistas ligados ao Apostolado Positivista do Brasil – atuaram na função de *Inspetores*. Destes, cabe relacionar, entre outros, Antonio

Estigarríbia, Pedro Dantas, Nicolau Bueno Horta Barbosa, Alencarliense Fernandes da Costa. Houve ainda militares, como o Tenente Alípio Bandeira, que se vincularam ao SPI através do Apostolado Positivista (Bandeira, 1979). Não há estudos sobre esses colaboradores do SPI, sua origem social e o capital cultural que detêm. O foco fica restrito a Rondon, até nos estudos recentes.[31] Lima se detém nesses "novos bandeirantes", ressaltando sua "homogeneidade de ideais" e o "perfil do ator" profissional adequado para as tarefas do SPI (Lima, 1995, p. 137-143), associando-os ao "imaginário da conquista e do conquistador" (ibid., p. 141).

Distribuídos em poucas Inspetorias, os inspetores militares realizaram atrações e pacificações, sendo eventualmente identificados como sertanistas (v. Bandeira, 1926; Estigarríbia, 1934; Bandeira, 1979, p. 89). Entretanto, mesmo que a institucionalização de uma política protecionista indicasse a intenção de formação e manutenção de quadros indigenistas, a carreira ou função de *sertanista* nunca existiu no âmbito do SPI, ao contrário do que supõe Hemming (2003, p. 24). Só a partir dos anos 60, já na FUNAI, seria criado o *cargo de sertanista* reunindo os servidores que realizavam atrações de povos indígenas e tinham diversas origens funcionais. No SPI, as tarefas tidas como do sertanista – atração e pacificação de índios – foram de responsabilidade dos *Inspetores* e dos *auxiliares de sertão*.[32]

Logo no segundo ano de atividades do SPI, os engenheiros-militares que trabalhavam como Inspetores na atração de povos indígenas retornaram ao Exército, devido a uma determinação do Ministro da Guerra. O SPI contratou então inspetores civis para continuar os trabalhos de atração, que envolviam índios de São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Entretanto, a Lei orçamentária nº 2.842 (03/01/1914) reduziu as Inspetorias e o número de Inspetores para 6, o que foi reiterado pela Lei orçamentária nº 2.924 (05/01/1915).

A legislação oficial referente à atração de índios nas primeiras décadas de existência do SPI era bastante concisa. Esta realidade se altera a partir de 1936, quando os boletins internos do SPI passam a divulgar normas disciplinares para os diversos

---

[31] Sobre o ensino na escola militar no final do séc. XIX, veja-se Martins Júnior, 2001, p. 99-137; Castro, 1995.

[32] A Etimologia da categoria *sertão* (veja-se Lima, 1999, p. 57; Schettino, 1995, p. 54-63; Araújo, 2000, p. 79) pressupõe sua ampla polissemia, envolvendo interpretações de historiadores, escritores, geógrafos, etc. Algumas dissertações e teses recentes problematizaram esse alcance (veja-se, além de Lima 1999, Souza, 1997; Schettino, 1995; Leonardi, 1996 e a Coletânea "Brasil ser tão Canudos – História, Ciências, Saúde: Manguinhos", v.V, suplemento, 1998). Sobre o sertanista, cabe ressaltar que o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira não o associa aos índios. Segundo o dicionário, sertanista é: "1.

trabalhos de atração e pacificação. Antes disso, o Decreto que instituiu o Regulamento do SPI (Decreto 8.072, 20/06/1910) estabelecia que os "índios nômades" deviam ser atraídos "por meios brandos" (Oliveira, 1947, p. 96), fixando em 13 o número de Inspetores para todo o Brasil (ibid., p. 104), cujos deveres e atribuições seriam regulados por instruções do Ministro da Agricultura (ibid., p. 107). Pelo Decreto nº 9.214 (15/12/1911), o número de Inspetores foi reduzido para 10, assim como houve a fusão de algumas Inspetorias (ibid., p. 124-125).

A Lei nº 5.484 (27/06/1928) impedia qualquer autoridade de "promover expedição armada contra os índios" (ibid., p. 140), definindo ainda que "a cooperação dos governos estaduais para a obra de pacificação dos índios e proteção de que carecem, será prestada, a juízo do Governo Federal, e de acordo com o plano adotado para o mencionado serviço" (ibid., p. 141). Já o Decreto nº 736 (06/04/1936), que aprovou o Regulamento do SPI quando subordinado ao Ministério da Guerra, estabelecia que a proteção dada "na própria terra habitada pelos selvícolas" (ibid., p. 149) (grifo meu), tinha por finalidade "atrair as tribos arredias, pacificando as hostis e intervindo por meios brandos para fazer cessar ou impedir as guerras entre os índios" (ibid., p. 150). Aos postos de atração cabia impedir "qualquer violência física contra os selvícolas, ainda quando partam deles as hostilidades, observando e fazendo observar religiosamente a divisa do Serviço de Proteção aos Índios: 'Morrer se preciso for; matar, nunca'" (ibid., p. 158).

A chefia do SPI no Estado Maior do Exército começou a utilizar instrumentos administrativos como as circulares, que normatizavam o que poderia ser adquirido ou não nos Postos de atração e pacificação (ibid., p. 5). Tais instruções eram essenciais para o SPI porque encarregados de postos estavam adotando "atitudes muito em desacordo, verdadeiramente opostas às determinadas nos imperativos regulamentares" (Boletim do SPI nº 20, 31/08/1937, p. 5).

O objetivo então era

> "dar nova vida às recentes gerações de amigos dos índios e de seus serventuários, transmitindo-lhes os resultados da longa experiência em lidar com as populações aborígenes e seus assuntos, possuída entre os vivos pelo General Candido Rondon e pelo reduzido número de seus discípulos" (Boletim do SPI, nº 21, 20/09/1937, p. 5).

Pessoa que se embrenhava nos sertões à cata de riquezas; bandeirante. 2. Grande conhecedor do sertão e dos hábitos sertanejos; especialista em assuntos do sertão. 3. Sertanejo" (Ferreira, 1975, p. 1293).

Com a criação do DASP em 1938, a seleção de pessoal para ingresso no Serviço Público adotou o sistema do mérito. Desde 1936, pela Lei nº 284, havia sido instituído o sistema de classificação de cargos e formação de carreiras, distinguindo-se os funcionários públicos – aprovados por concurso – do pessoal extranumerário – selecionado por prova de habilitação. Os extranumerários-mensalistas ganharam através do Decreto-Lei nº 1909 (26/12/1939) um plano de classificação de funções similar ao das carreiras profissionais dos servidores. Essa legislação perdurará até 1960, quando uma nova classificação de cargos foi aprovada pelo Congresso Nacional, instituindo um regime jurídico dual para os servidores públicos, abrangendo agora: a) o Estatuto dos Funcionários Públicos; b) a Consolidação das Leis do Trabalho (Wahrlich, 1983, p. 437-460; 508-541).

O retorno do SPI à esfera do Ministério da Agricultura em 1939 foi seguido pela sua reorganização em 1940, sendo reconduzidos velhos servidores ao trabalho indigenista (Vasconcelos, of. 315, 30/12/1939). O Decreto-Lei nº 2.583 (14/09/1940) aumentou a verba do SPI, possibilitando a realização de um concurso baseado nos conhecimentos de obras, regulamentos, processos de assistência aos índios, "modalidades de trabalhos sertanejos de interesse para os silvícolas" (Cel. Vasconcelos, carta ao Pres. do DASP, 09/01/1942). Na ocasião, José Maria da Gama Malcher fez a melhor prova e foi admitido como Inspetor no Maranhão.

No esboço do anteprojeto de decreto do novo Regimento do SPI em 1942, Antonio Estigarríbia, chefe da 2ª Seção do SPI, enfatizou a dificuldade do órgão em contratar sertanistas após ter sido "estancada (...) a fonte do Exército Brasileiro" (Estigarríbia, ofício ao Diretor do SPI, 05/01/1942).

O novo Regimento do SPI aprovado pelo Decreto nº 10.652 (16/10/1942) estabelecia "postos, visando atrair o índio e fixá-lo pela cultura sistemática da terra e estabelecimento das indústrias rudimentares mais necessárias" (ibid., p. 186). Competia às Inspetorias Regionais, "atrair e pacificar, por intermédio dos postos, o índio que viver em estado selvagem" (ibid., p. 190), ou seja, tribos "arredias ou hostis" (ibid., p. 191). Para aplicar esse Regimento, o SPI ampliou seu quadro funcional. O Decreto nº 15.151 (27/03/1944) criou 86 funções de agentes de índios, 4 de Inspetor, 12 de inspetor-auxiliar e 13 de inspetor especializado (ibid., p. 219-220).

Bento de Lemos: uma prática da atração

A opção pelo posto indígena como instrumento central de pacificação é resultado das críticas internas às experiências de atração, que circulavam internamente ao SPI. Como exemplos, temos os relatórios do Inspetor no Amazonas e Acre, Bento Martins Pereira de Lemos.[33]

No Relatório Anual da IR1, relativo a 1927, Lemos fez um balanço de quase duas décadas de práticas de atração:

> "Pela experiencia colhida na marcha dos serviços a cargo desta Inspectoria, chegámos á conclusão de que os postos indigenas constituem innegavelmente, o melhor – senão o único – meio de se chegar ao fim desejado, de pacificação, localização e protecção completa dos indios disseminados pelos nossos sertões.
> É que, tão perseguidos e massacrados têm sido esses nossos patricios, a quem a cupides e o impatriotismo dos abocanhadores de latifundios tudo arranca – até o direito de guardarem uma nesga de selva para viver – que de outro modo não poderiamos nunca impôr confiança, nem demonstrar os nossos intuitos de amizade e protecção para com elles.
> A inefficiencia do serviço de pacificação dos indios pelos condemnaveis e inconsequentes processos das 'batidas' e 'expedições', decorria exactamente do facto de não poderem os selvicolas distinguir os amigos que iam ao seu encontro com o proposito de trazel-os ao nosso convivio, de integral-os á civilização, dos inimigos que os caçavam como a feras bravias, devastando-lhes os dominios, violando mulheres e roubando creanças, reproduzindo na floresta os excessos sanguinarios dos hunos, coevos do barbarismo, sedentos de crime e de pilhagem.
> Para elles, o 'cariua', o branco, quem quer que elle fosse, donde quer que viesse, era sempre um portador de desgraças para a sua nação; ia levar a guerra e o infortunio ás tribus, regressando logo após, sem deixar de sua passagem pelas mattas outro vestigio senão sangue e maldição.
> O estabelecimento dos postos indigenas foi a providencia salutar, que operou a mudança completa desse estado de permanente hostilidade e desconfiança da parte dos selvagens para comnosco, por isto que – pela disparidade das attitudes – puderam elles, a pouco e pouco, comprehender a nossa missão, uma vez demonstrado, da nossa parte, que não visavamos a posse de suas terras e, mesmo atacados, nunca lhes faziamos o menor dano" (Lemos, 1928, p. 1-2).

Aparentemente Lemos mudou de idéia, pois no Relatório anual da IR1 de 1920, achava "os métodos de pacificação iguais para todas as tribos guerreiras" e que

[33] Bento Martins Pereira de Lemos nasceu a 25 de dezembro de 1873, no Estado do Maranhão. Foi nomeado em 1911 Ajudante da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no Estado do Amazonas e Território do Acre (IR1). Em 1914 foi admitido como Auxiliar da mesma Inspetoria, trabalhando em 1915 como diarista ligado à cultura da seringueira. Foi nomeado encarregado do Posto Indígena do rio Jauaperi em 1916, e depois Inspetor Interino do SPILTN na IR1. A 26 de dezembro de 1917 foi nomeado Inspetor do SPILTN na IR1 (Brasil. Maic, Almanak, 1920). Em 1932, Bento de Lemos foi nomeado Inspetor Regional do Ministério do Trabalho em João Pessoa, afastando-se definitivamente do SPI (Ofício do Chefe da IR1, Alberto Pizarro Jacobina, ao Diretor do SPI, 15/03/44) (Freire, 2001, p. 5; Brasil. Maic, Almanak, 1920, p. 272).

"quanto maior fôr o numero de pessoas da expedição, aliás só aparentemente armadas, maior será a segurança no exito, sem derramamento de sangue" (Lemos, 1921, p. 21-22).

Em outro relatório, o inspetor relacionou os postos indígenas que instalara em regiões de índios *hostis*, como o Alto Envira (AC) e os rios Madeirinha (MT), Guariba (MT) e Alto Aripuanã (AM) (Lemos, 1925, p. 21). O objetivo era "velar pela segurança e pelo sossego dos selvícolas (sic), no seu *habitat*" (idem).

Desde o início dos seus trabalhos no SPI em 1911, Lemos participou de inúmeras excursões para investigar a situação dos índios nas suas relações com seringalistas. Em 1912, numa viagem ao rio Inauiní, "escreveu ao então Inspetor João Araújo Amora, relatando seus esforços perante os 'chefes de empresa', 'firmas', etc., para que se adequassem às disposições regulamentares do SPI. Para isso, Bento de Lemos distribuía circulares 'patrióticas' elaboradas anteriormente pelo Inspetor Alípio Bandeira" (SARQ/MI, f. 30, plan. 380 *apud* Freire, 2001, p. 36). Sem apoio político regional, tais iniciativas tinham mero efeito propagandístico.

Logo que se tornou Inspetor da IR1, Lemos elaborou e fez publicar instruções específicas de ação para os delegados da IR1, baseadas no Regulamento do SPILTN (Lemos, 1919). Nossa hipótese é de que em tão pouco tempo, "só o exemplo e os ideais difundidos por Alípio Bandeira poderiam ter produzido um quadro indigenista como Bento de Lemos" (Freire, 2001, p. 38). Se existem algumas perguntas em aberto sobre a trajetória do inspetor, a literatura do SPI o apresenta como agente disciplinado ao projeto protecionista, daí a subordinação de Lemos às práticas de atração e pacificação emanadas da diretoria. A relação inicial com Bandeira estende-se posteriormente a Rondon, Luiz Bueno Horta Barbosa e outros indigenistas.A correspondência estabelecida com a chefia do SPI progressivamente substituiu a relação formal "pela relação fraternal e personalizada entre pessoas com ideais em comum" (Freire, 2001, p. 35; v. Vianna, 1995). Tais cartas estabeleciam compromissos entre agentes *irmanados* no projeto protecionista, permitindo também críticas a procedimentos, reivindicações de políticas e a discussão das atividades de atração do órgão.

A Marcha para o Oeste e os sertanistas

A partir de 1942, as antigas funções do Inspetor do SPI foram atribuídas aos chefes de Inspetoria. Aqueles que continuaram a trabalhar como Inspetor passaram a exercer as tarefas dos antigos "ajudantes e sub-ajudantes" (Boletim interno do SPI, nº 8, 31/07/1942). Os inspetores tornaram-se auxiliares dos chefes de Inspetoria para atividades de fiscalização, executando também serviços determinados pela diretoria do SPI. Viviam permanentemente viajando, visitando os PIs. Entretanto, sempre que necessário, dirigiam "trabalhos de atração de índios arredios ou hostis" (ibid.).[34]

Nessa década, Inspetores e auxiliares de sertão do SPI que realizaram trabalhos de atração foram identificados pela imprensa como sertanistas. Francisco Meirelles tornou-se famoso devido à atração de um grupo Xavante no rio das Mortes. No âmbito da Expedição Roncador-Xingu (ERX) e da Fundação Brasil Central (FBC), os irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas passaram de trabalhadores braçais às chefias de expedições, contatando povos indígenas, sendo também reconhecidos pela imprensa como sertanistas (v. cap. 2.1).[35]

No depoimento prestado ao Museu da Imagem e do Som (RJ), Cláudio e Orlando Villas Bôas assinalaram que teria sido criada a *carreira de sertanista* no serviço público por um grupo de políticos sensibilizados com o trabalho dos irmãos. Os deputados teriam elaborado um projeto transformado em lei. A carreira de sertanista só será criada em 1961. Entretanto, em 1948, o deputado Vasconcelos Costa[36] encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei

> "equiparando aos militares mortos em operação de guerra, para efeito de amparo aos seus herdeiros, os civis empregados, assalariados ou trabalhadores a qualquer título, do Serviço de Proteção aos Índios, vítimas de trucidamento pelos selvícolas, quando no desempenho de suas funções pacificadoras das tribos hostis ao convívio da civilização" (Diário do Congresso Nacional, agosto de 1948/ data incompleta – arquivo ISA).

Defendendo o projeto nº 492, Costa explicou aos deputados que o espírito da proposta era de valorizar a "renúncia", "sacrifício" e "patriotismo" dos

---

[34] Os inspetores eram contratados, e os agentes de índios, parte da equipe da inspetoria, eram extranumerários-mensalistas. Todo o restante do serviço nos sertões era realizado por assalariados (Brasil. SPI, 1953, p. 43).

[35] As relações de intercâmbio entre a ERX/FBC e o SPI estão descritas em Freire, 1990 e Menezes, 2000.

[36] O Sr.Vasconcelos Costa era deputado pelo Partido Social Democrático (PSD), após ter sido prefeito de Uberlândia. "Formado em advocacia, nessa época era membro do Conselho Regional de Geografia (MG) e mantinha estreita relação com o Presidente da FBC, Gal. Borges Fortes" (Freire, 1990, p. 229).

"humildes servidores da nação" (idem). Costa elogiava Francisco Meirelles e sua esposa "pela abnegação e espírito de sacrifício" (idem) reconhecidos em campo.

O projeto já havia tido pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças, e na votação em plenário não foi aprovado. Mas a 17 de junho de 1952 foi promulgada a Lei nº 1.626 que estendia a todas as chefias e servidores dos PIs de atração e pacificação de índios, e aos que expedicionassem por regiões habitadas por índios não aldeados, os benefícios do Decreto-Lei nº 5.801, de 08 de setembro de 1943, que considerava de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu. O Decreto nº 36.227, de 27 de setembro de 1954, também determinou como funções consideradas de caráter ou interesse militar a Presidência, a secretaria geral e chefia de expedições, bases e serviços da Fundação Brasil Central (Brasil. Coleção, 1954, v. VI, p. 375).

Entre esses benefícios estava a contagem do tempo de serviço em dobro "para fins de promoção, reforma ou aposentadoria" (Lei nº 401, 23/09/1948) daqueles que se internarem nos sertões por um determinado prazo, cabendo aos Ministérios definirem a zona identificada como "sertão" (idem) conforme estabeleceu a Lei nº 401, de 23/09/1948.[37]

No início dos anos 50, o SPI tinha instalado 18 turmas de atração de índios "hostis", sendo 10 delas no Pará (Brasil. SPI, 1953; Brasil. SPI, 1954). Os *auxiliares de sertão* que faziam quase todo o trabalho de atração e pacificação recebiam salários irrisórios, tendo o SPI no seu quadro um grande número de trabalhadores "desajustados e ineficientes" (Brasil. SPI, 1953, p. 43-49).

A institucionalização da carreira de sertanista

A Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central (FBC) foram entidades criadas no regime de direito privado em 1944. Em janeiro de 1961, Cláudio e Orlando Villas Bôas foram incluídos na função pública de *sertanista nível 18*, o fim da

[37]Esta é a Lei:"Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado por oficiais, praças ou funcionários públicos à Expedição Roncador-Xingu.(...) Art. 1º. É contado, em dobro, para fins de promoção, reforma ou aposentadoria, o tempo de serviço prestado por oficiais, praças ou funcionários públicos, à Expedição Roncador-Xingu. § 1º.Essa vantagem só será concedida àqueles que, efetivamente, se hajam internado ou venham a internar-se no sertão pelo prazo em que realmente permanecerem nessa situação. § 2º.Os Ministérios interessados fixarão qual a zona que deverá ser considerada 'Sertão', referida no parágrafo anterior. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário"(Brasil. Coleção,1948, v. 7, p. 173).

carreira de servidor público. A categoria sertanista surgiu assim no âmbito da FBC e não no SPI.[38]

A FBC virou organismo público em 1963, através de lei do Congresso Nacional. Os cargos então existentes foram considerados em extinção, mas tornaram-se cargos públicos da administração direta, de sistemática estatutária. A FBC foi incorporada à SUDECO em 1966, quando da criação do Ministério do Interior. No final dos anos 60 existiram paralelamente o cargo estatutário de sertanista (cargo em extinção da SUDECO) e o cargo celetista de sertanista (na FUNAI). Eram apenas três os sertanistas da SUDECO: Cláudio e Orlando Villas Bôas e Enzo (?) (Antonio Chaves, carta a Orlando Villas Bôas, DASP, 16/11/1973/CGDOC/FUNAI/BSB).

Os irmãos Villas Bôas tiveram problemas com a SUDECO para se aposentarem, pois o órgão não queria reconhecer aos dois o direito ao tempo de serviço em dobro.

Na época, Orlando Villas Bôas ironizou: "Será que no Brasil um sertanista para se aposentar precisa contrair, obrigatoriamente, 250 malárias? Nesse caso, tanto Cláudio como eu, ainda estaríamos um pouco distantes, porque só contraímos 200 até agora" (*OESP*, 08/03/1973).

A carreira sertanista de Cláudio Villas Bôas

Cláudio Villas Bôas foi admitido na FBC em 01/01/1944, na função de *expedicionário*, contratado como mensalista (CLT). Em apenas quatro meses foi transferido para a Expedição Roncador-Xingu, como *encarregado do pessoal*. Desde 29/07/1955, foi colocado à disposição do SPI com ônus para a FBC.

Em 01/01/1961, Cláudio Villas Bôas foi classificado como *sertanista nível 18*, conforme a Portaria nº 75/60 da FBC. O sertanista foi requisitado pela FUNAI à SUDECO em dezembro de 1967. Quando foi designado para integrar a equipe da FA Kreen-Akarore, tinha na FUNAI a função de *Técnico de Integração Indígena*, à disposição do Parque Nacional do Xingu. Ainda no regime celetista da FUNAI, foi reconhecido em agosto de 1972 como sertanista, lotado no PQXIN.

---

[38] Por mais que pesquisássemos (Coleção de Leis, DOU, etc.) não localizamos a origem da legislação sobre a carreira de sertanista. Nenhum sertanista sabe algo a respeito do que ocorreu no início de 1961, antes mesmo da criação do PNX.

Em 1975, Cláudio Villas Bôas aceitou a opção de integrar, em caráter permanente, o quadro de pessoal da FUNAI, no emprego de *sertanista* F, sob o regime da CLT. Só após sua morte lhe foi concedida pensão vitalícia (Lei 9.793, de 19/04/1999), equivalente ao teto da remuneração de nível superior.

Sertanistas do SPI e da FUNAI

Em meados da década de 60, o SPI mantinha aproximadamente o mesmo número de servidores (em torno de 800) que na década de 50 (Brasil. Relatório do SPI, 1959). Os serviços de atração e pacificação concentravam-se no Pará, e no âmbito do SPI quem tinha prestígio era o Inspetor sertanista Francisco Meirelles, intervindo em conflitos e comandando atrações (Kararaô, Menkrangnotí, etc.). O Gal. Luís Guedes, Diretor do SPI até 1960, elaborou um plano trienal de trabalhos de atração para a área de influência da Rodovia Belém-Brasília, então em construção, aproveitando para atacar as propostas isolacionistas dos sertanistas Villas Bôas (Freire, 1987; Brasil, Relatório do SPI, 1959).

O novo Regimento do SPI, aprovado em 1963 (Decreto nº 52.668, 11/10/1963), subordinava o órgão às diretrizes e planos traçados pelo CNPI. Entretanto, foi retirada da *finalidade* do SPI (título I do Regimento) qualquer atividade relativa a índios *arredios* (Brasil. Coleção das Leis, 1964, p. 138-139). A situação de corrupção no SPI levou o Ministro do Interior, Albuquerque Lima, a instaurar, em 1967, uma Comissão de Inquérito no órgão (Portaria 239-67). Chefiada pelo Procurador Jader de Figueiredo Correia, as conclusões do inquérito devassaram inúmeras atividades de servidores do SPI, produzindo 20 volumes de investigações com milhares de páginas. O Relatório final, publicado no D.O.U. de 10/09/1968 (p. 8046-8052), determinou, entre outras conclusões, a pena de demissão para 33 servidores e a de suspensão para outros 17. Entre os demitidos estava o sertanista Benamour Brandão Fontes, então Agente de Proteção aos Índios. Francisco Furtado Soares de Meirelles, então Inspetor de Índios, foi suspenso por 20 dias.

A Comissão de Inquérito no SPI provocou a instauração, pela Câmara dos Deputados, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada, entre outros objetivos, a "investigar a situação em que se encontram as remanescentes tribos de índios do Brasil" (Diário do Congresso Nacional, Suplemento nº 15, 28/04/1971, p. 1). Mais de uma dezena de Chefes de PIs, entre eles o sertanista Telésforo Fontes, e

seu filho, o agente de proteção aos índios Osmundo Antonio dos Anjos, depuseram nessa CPI, interrompida pelo AI-5 que cassou vários de seus integrantes (v. filme de Hermano Penna, "Memórias de uma CPI").

Com a criação da FUNAI, os servidores dos extintos SPI, CNPI e Parque Nacional do Xingu (PNX), os requisitados de outras repartições federais, estaduais e municipais e o pessoal contratado pela CLT passaram a prestar serviços ao novo órgão indigenista. No 1° semestre de 1968, a FUNAI deu início à regulamentação de seu quadro de pessoal, ao estabelecer as "Normas provisórias sobre pessoal da Fundação Nacional do Índio" (Portaria n° 06, 06/05/1968). Esse despacho do Ministro permitia o estabelecimento de um quadro *provisório* de pessoal na FUNAI. A intenção era elaborar o quadro definitivo de pessoal do órgão, "com a classificação detalhada dos empregos trabalhistas" (ibid., art. 20), e dar início à contratação de profissionais pela CLT (Ofício n° 86, do Delegado Ministerial Queirós Campos ao Ministro do Interior, 11/06/1968).

Logo no início de junho, foi firmado um contrato de locação de serviços por três meses, prorrogáveis, entre a FUNAI e João Américo Peret, identificado pelo órgão como *sertanista*, tendo por objeto a realização de "expedições destinadas a pacificação de grupos indígenas, à delimitação dos territórios por eles habitados e à organização de parques ou reservas indígenas, a juízo da locatária" (Boletim administrativo da FUNAI, 30/08/1968, p. 6). Os grupos referidos no artigo eram os Tapayuna (Beiço de Pau), os Rikbaktsa, Cinta Larga, Nambiquara, Irantxe e outros (idem). Uma das cláusulas do contrato detalhava a obrigação de elaboração de um *Diário de Viagem* e a proibição de sua divulgação sem prévio juízo da FUNAI (5ª cláusula).

No ofício dirigido ao redator-chefe do jornal *O Estado de S. Paulo* (20/12/1968), o Pres. da FUNAI, Queirós Campos, explicou que quando ainda era delegado Ministerial na FUNAI, aceitou a colaboração de missionários (Pe. Iasi Júnior, Missão Anchieta; Pe. Calleri, Diocese de Roraima) para as pacificações de grupos indígenas porque, no início de 1968, a FUNAI só dispunha dos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Bôas, Francisco Meirelles, João Américo Peret, Antonio Cotrim e Gilberto Pinto Figueiredo Costa. Após a conclusão do 1° Simpósio Indigenista FUNAI – Missões Religiosas, ocorrido em julho de 1969, a FUNAI autorizou o Pe. Iasi Júnior a prosseguir os trabalhos de "pacificação, atração e aldeamento dos índios Beiço de Pau" (Bol. Adm. da FUNAI n° 26, 1969, p. 1-2).

O Plano de Classificação de Cargos da FUNAI, em vigor em 1972, definiu como atribuição do *sertanista* a "atração e aldeamento das comunidades indígenas" (Plano, 1972, p. 48). O sertanista também desenvolveria atividades administrativas como os demais servidores (elaboração de planos de trabalho, relatórios, etc.). O acesso ao cargo não dependia de escolaridade secundária, bastando provar o exercício da função por quatro anos, e habilitando-se à especialização no curso de auxiliar técnico de indigenismo do órgão. A progressão na carreira dependia dos anos de exercício efetivo.

Na organização funcional da FUNAI nos anos 70, a atividade sertanista era um aperfeiçoamento daquela do *auxiliar técnico de indigenismo*. Este servidor necessitava ter a instrução ginasial e participar do curso piloto de indigenismo, tornando-se apto a desenvolver mais de uma dezenas de tarefas relativas à definição e execução da política indigenista brasileira. Estavam contempladas no plano de cargos da FUNAI apenas algumas atividades auxiliares ao sertanista, como piloto e mecânico de lancha.

Em fevereiro de 1973, esta era a relação de sertanistas da FUNAI: 1. Álvaro Villas Boas (Áj. Bauru); 2. Israel Praxedes Batista (7ª DR); 3. José de Azevedo Dantas (PQIA); 4. Júlio Reinaldo de Moraes (2ª DR – COAMA); 5. Ubirajara Clarec Fagundes (PQIA); 6. Benamour Brandão Fontes (7ª DR); 7.Afonso Alves da Cruz (2ª DR); 8. Antonio de Sousa Campinas (5ª DR); 9. Augusto de Souza Leão (PQIA–COAMA); 10. Felipe Passinho de Santiago (2ª DR); 11. Francisco Bezerra de Lima (1ª DR–COAMA); 12. Friedrich Paul Tolksdorf (5ª DR); 13. João Fernandes Moreira (6ª DR); 14. José Apoena Soares de Meirelles (8ª DR); 15. Modesto Alves de França (2ª DR); 16. Oneide Lima Castelo Branco (2ª DR); 17. Osmundo Antonio dos Anjos (2ª DR); 18. João Evangelista de Carvalho (2ª DR); 19. Cláudio Villas Bôas (PIX); 20. Francisco Furtado Soares de Meirelles (DGPC); 21. Gilberto Pinto Figueiredo Costa (1ª DR); 22.Orlando Villas Bôas (PIX).

Segundo informações do sertanista Sydney Possuelo, desde o início dos anos 70 um servidor que quisesse ascender à carreira de sertanista precisava ser indicado por dois outros sertanistas situados no último nível dessa carreira. O sertanista ganhava remuneração idêntica à de nível superior, tornando-se objeto de mobilidade profissional para quem não tinha escolaridade. Possuelo tornou-se sertanista por indicação dos irmãos Villas Bôas. Em 1979, o Administrador do Parque Indígena do Xingu, Francisco de Assis Silva, "tendo adquirido elevado grau de experiência no trato

com os silvícolas, através da convivência diária e direta no trabalho de atração e pacificação de índios" (Ofício de 08/10/1979 ao Pres. da FUNAI), julgou-se "perfeitamente apto ao exercício do emprego de sertanista, no qual se acha de fato investido" (idem). Silva solicitava ao pres. da FUNAI sua reclassificação, apresentando cartas de recomendação dos sertanistas Sydney Possuelo e Apoena Meirelles.[39]

A nova carreira do sertanista

A FUNAI promoveu um plano de cargos e salários em 1986, dividindo o quadro de pessoal do órgão em três grandes categorias:

1) Grupo ocupacional I, formado por mão-de-obra semiqualificada. Nesta categoria se enquadravam as funções de auxiliar de serviços de campo (4 níveis), envolvidas com o trabalho do sertanista: Intérprete indígena, Motorista fluvial, Auxiliar de Sertanista, Atendente de Enfermagem, Piloto de lancha;
2) Grupo ocupacional II, tendo como assistentes técnicos de campo o técnico de indigenismo (I e II) e o Sertanista. Esses técnicos tinham como atividades básicas com responsabilidade de decisão, participar da formação de expedições, "participar nos planos de contatos e penetração nas comunidades indígenas" e executar "serviços de atração, pacificação e aldeamento dos grupos indígenas" (PCS, 1986);
3) Esse grupo ocupacional se refere aos cargos de nível superior. É importante observar que o salário de sertanista corresponde à faixa salarial inicial de nível superior.

Em 1987, um sertanista podia ser Coordenador de Grupos de trabalhos de identificação e delimitação de terras indígenas tanto quanto um antropólogo ou indigenista (Decreto nº 94.945, 23/09/1987).

---

[39] Este é um resumo das cartas: "Em, 16.10.1979. Senhor Presidente, Tenho a satisfação de levar a presença de Vossa Excelência, a indicação do servidor Francisco de Assis da Silva para integrar o quadro de Sertanistas desta Fundação. A nossa indicação tem como fundamento a experiência que o referido servidor adquiriu ao longo dos anos, atuando em áreas críticas e de conflito, onde em diversas ocasiões demonstrou sua formação indigenista, colocando-se sempre ao lado das comunidades indígenas. A sua experiência, qualidades morais, e sobretudo, sua firmeza à causa indígena, são motivos bastantes e suficientes que justificam a proposição que ora apresentamos. Sydney Ferreira Possuelo – sertanista"(Ofício nº 074/AS/79); "Em, 24.09.79. Senhor Diretor, Francisco de Assis da Silva, atual Administrador do Parque Indígena do Xingu, é um elemento que reúne as qualidades necessárias para exercer a função de Sertanista da FUNAI. O servidor em questão atuava no Parque Indígena do Aripuanã, onde cumpriu missão que o credencia para a função de Sertanista, além de que no Parque do Xingu, soube pacificar uma situação difícil e controlar as lideranças indígenas daquela área. Além das qualidades morais do servidor Francisco de Assis da Silva, sua calma e paciência no trato com índios se constituem atributos que o justificam para a nova função. Apoena Meirelles – sertanista" (Memo. nº 084/8ªDR/79).

O Presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, regulamentou o ingresso na carreira de sertanista alguns meses após o I Encontro de Sertanistas (1987). Para tanto, determinou que o servidor que ocupasse o cargo de Técnico em Indigenismo, com escolaridade de 2º grau completo, satisfizesse as seguintes condições:

> "1 – esteja ocupando as últimas classes e padrão, do cargo Técnico de Indigenismo;
> 2 – preste serviços à causa indígena pelo menos há 12 (doze) anos;
> 3 – tenha exercido a Chefia de Postos Indígenas, localizados na Amazônia Legal, durante 5 (cinco) anos, consecutivos ou não; e;
> 4 – tenha participado de Frentes de Atração de índios Isolados, durante o prazo mínimo de 4 (quatro) anos, dos quais pelo menos 1 (um) como encarregado.
> II – Poderão ingressar, ainda, na carreira de SERTANISTA, o servidor, Técnico de Indigenismo, atendida a exigência de escolaridade constante do item anterior, que esteja trabalhando nas unidades componentes do Sistema de Proteção ao Índio Isolado, em atividades de atração, durante o prazo mínimo de 4 (quatro) anos, dos quais 1 (um), pelo menos, como encarregado" (Portaria do Presidente nº 3628/87, 06/11/1987) .

Na década de 90, cabia ao DEII, através de pesquisa minuciosa, determinar qual servidor da FUNAI tinha direito à contagem do tempo de serviço em dobro para fins de aposentadoria. Eram investigados os atos de criação e extinção das frentes de atração, cruzados com a designação e exoneração dos servidores, ressalvando-se o fato que cada FA tinha períodos distintos de implementação e que, após o contato, o atendimento aos índios passava a um PI regular, para atendimento assistencial.

Possuelo negociava com os presidentes da FUNAI a regulamentação da carreira de sertanista desde o final dos anos 70. Como veremos no cap. 4, essa regulamentação é criada junto com o sistema de proteção aos índios isolados, sob a direção do sertanista, que acumula então o poder de definir identidades funcionais dentro da FUNAI, da mesma forma que consolida a existência do seu grupo ocupacional, e o espaço do seu domínio. Era necessário ter um acúmulo de saberes e práticas, garantindo o capital cultural e simbólico que permitiu instaurar essa distinção.

2.1 Os sertanistas e a Mídia

Desde o início do séc. XX, as *atividades sertanistas* dos militares que integravam a Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso (1900 – 1906) eram divulgadas nos centros urbanos pelos jornais locais. A partir de 1907, as notícias das expedições foram ampliadas pelo crescente interesse que os conflitos com *índios selvagens* despertavam nas metrópoles. Atuando como *vulgarizadores* dessa realidade (Lima, 1987, p. 170), jornalistas de diferentes veículos – notadamente o *Jornal do Commercio*, *O Correio da Manhã* e *O Paiz* –, tinham tomadas de posições unívocas ou não sobre as questões indigenistas. Muitas matérias defendiam os interesses do Estado brasileiro, pois alguns jornais, como *O Paiz*, seriam *servis* aos governos da República, segundo interpretação de Sodré (1966, p. 318). Foi assim nos debates que antecederam a criação do SPI (Lima, 1985, p. 322-343), na saída dos militares do âmbito do SPI e quando da doação de subsídios governamentais a missionários salesianos (Freire, 1990, p. 109-115), além da recepção aos trabalhos da chamada Comissão Rondon (Missão Rondon, 2003).

No âmbito da Comissão Rondon, foi valorizada a documentação fotográfica obtida por diversos colaboradores – Quineau, Luís Leduc, José Louro, Thomaz Reis, além dos filmes produzidos por este último. Junto às matérias jornalísticas, essas imagens deram "legitimidade política" (Piault, 2001, p. 97) e amplo apoio a Rondon, respondendo ao seu investimento em comunicação (idem).O pesquisador Fernando de Tacca identifica Rondon como "pioneiro no uso da fotografia e do cinema como um instrumento de *marketing* pessoal e institucional no Brasil" (Tacca, 1995, p. 82). Lippi Oliveira se refere ao sucesso da exibição em São Paulo e em Nova York de um filme sobre a vida e costumes dos "Coroados" (Bororo) do rio São Lourenço (MT) (Lippi Oliveira, 1998, p. 199). No início do séc. XX, a imprensa "constituía a principal instância de produção cultural" (Miceli, 1977, p. 15) da sociedade, e veículo em que foi construída a consagração de Rondon.

O movimento de *civilização dos sertões* do início do século é substituído nos anos 40 por novas expedições desbravadoras ao Brasil Central. O início da pacificação dos índios Xavante e os trabalhos da Expedição Roncador-Xingu atraíram a imprensa ao Brasil Central. Um avião levando o jornalista David Nasser e o fotógrafo Jean Manzon sobrevoou uma aldeia Xavante e captou a reação dos índios. A matéria

sensacionalista, publicada na revista *O Cruzeiro* (24/06/1944), sinalizou para os tempos que viriam, sendo reproduzida em diversas revistas estrangeiras (Peregrino, 1991, p. 92). Logo o sertanista Francisco Meirelles foi retratado em inúmeros jornais, revistas, livros e filmes (Fonseca, 1950; Souza, 1952, 1953; Vasconcelos, 1978), e identificado como "figura legendária", que tinha atitudes discretas e modestas "ante a glória a que tem direito" (*Noite Ilustrada*, 03/01/1950). O sertanista se apresentava como "um simples e zeloso empregado", cujos anos na selva "não significaram senão o cumprimento normal das suas obrigações funcionais" (idem). Quando esteve marginalizado pela direção do SPI, sofrendo inquéritos funcionais em meados da década de 50 (Brasil, SPI/1953, p. 45), Meirelles aliou-se a jornalistas, à revelia do SPI, para trazer índios Xavante ao Rio de Janeiro, numa tentativa de produzir fatos políticos (*O Globo*, 11/01/1954) (v. anexo fotográfico).

A década de 40 iniciou a era da "revolução da fotorreportagem" (Peregrino, 1991), a mudança de estilo na imprensa nacional. Jornalistas como David Nasser criaram matérias romanceadas (Nasser e Manzon, 1945), caracterizadas pelo risco e aventura vividos (Carvalho, 2001). Os fotógrafos e as produções de fotojornalismo eram "heróicas" (Souza, 2003, p. 2), tornavam-se atores de investigações em assuntos e lugares exóticos (ibid., p. 6).

No livro de visitas existente no acampamento do rio das Mortes da Expedição Roncador-Xingu, o prof. Acary Oliveira registrou impressões de Nasser e Jean Manzon:

> "Somos os primeiros 'repórteres' chegados a este ponto do Rio das Mortes e os primeiros não-membros da Fundação Brasil Central. É mesmo motivo de orgulho que perdurará durante toda nossa vida. E o espetáculo destes bravos pioneiros jamais esqueceremos." David Nasser, dos Diários Associados (Oliveira, Diário 04 – Notas sobre viagens aos rios Kuluene e Xingu fornecidas pelos expedicionários integrantes da Expedição Roncador-Xingu, IGPA).

Quanto a Manzon, classificou a "invasão da civilização brasileira" de "poética" (idem).

Nasser e Manzon, além de Jorge Ferreira, Henri Ballot, Arlindo Silva, José Medeiros e outros, "descobriam" (Souza, 2003, p. 8) o Brasil para os leitores. Com a ambição de serem *intérpretes* do Brasil, se envolviam com os problemas nacionais. Entretanto, os jornalistas de *O Cruzeiro* produziam também estereótipos sobre os sertanistas e os índios do Brasil Central. Bourdieu (1996) nota que jornalistas produzem reportagens impondo categorias de forma performativa, fazendo existir mundos sociais através das matérias publicadas.

Durante esse período, os irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas foram assediados pela imprensa no Alto Xingu, através da realização de reportagens especiais sobre as expedições da FBC (*OESP* in Müller, 2002; Callado, 1953). Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, produziu matérias sobre as expedições do SPI (Meirelles, Xavante) e Roncador-Xingu (Villas Bôas), divulgando as ações desses sertanistas (Morais, 1994). Esse empresário ofereceu a Orlando Villas Bôas a possibilidade de publicar reportagens nas revistas dos Diários Associados. A este respeito, encontramos uma carta enviada a Acary Oliveira, por Orlando Villas Bôas; nela consta o acerto para a produção de duas reportagens em resposta a outras matérias jornalísticas mal elaboradas sobre o Xingu (Orlando Villas Bôas, carta de 29/08/1946; Diário 02, Acary Oliveira/IGPA).

A relação dos irmãos Villas Bôas com Chateaubriand continuará até a morte deste. Em 1954, Orlando e o empresário, levando duas crianças índias pelas mãos, abriram juntos o desfile do 4º Centenário de São Paulo, no Vale do Anhangabaú (Morais, 1994, p. 576).

As práticas que os irmãos Villas Bôas adotavam no Xingu, seguindo as determinações de Rondon sobre a orientação das condutas dos demais servidores da FBC (Müller, 2002, p. 63), mereceram o elogio e apoio dos visitantes. Reconhecidos cada vez mais pela imprensa como "humanistas" (Freire, 1990, p. 218), foram questionados pelos Diários Associados quando esta cadeia jornalística passou a apoiar o sertanista Ayres Cunha, trabalhador da Expedição Roncador-Xingu (ERX), candidato a casar-se com a índia Kalapalo Diacuí (Freire, 1990, p. 262-319). Ayres era o sertanista que, ao contrário dos Villas Bôas, reproduzia preconceitos e estereótipos sobre a vida indígena. Entretanto, a intenção de casar com uma índia o transformava num "herói popular" ou "herói da nacionalidade" (Da Matta, 1979).

O governo brasileiro concedeu em 1996 ao sertanista Ayres Cunha uma pensão de R$ 600,00 por "relevantes serviços prestados à causa indígena" (DOU, 10/01/1996). Na ocasião, Orlando Villas Bôas estranhou o fato de Ayres ser reconhecido como "sertanista" (*FSP*, 20/02/1996). Cunha faleceu no ano seguinte. No seu obituário, publicado pelo *Jornal do Brasil*, consta: "sertanista gaúcho, primeiro homem branco a casar-se legalmente com uma índia no Brasil" (*JB*, 30/12/1997).

Em meados dos anos 50, os sertanistas conhecidos nas grandes metrópoles eram os irmãos Villas Bôas e Francisco Meirelles. Rondon estava doente, definitivamente afastado das áreas indígenas. Eventualmente publicações como *O*

Cruzeiro divulgavam algumas práticas de outros sertanistas, como os trabalhos de pacificação dos índios Kayapó Xikrin desenvolvidos por Leonardo Villas Bôas, após este ter sido afastado do Xingu (*O Cruzeiro*, 11/07/1953). Outra reportagem citava a perseguição a Cícero Cavalcanti de Albuquerque por seringalistas do Pará, devido à defesa dos índios Kayapó (*O Cruzeiro*, 19/07/1952 – "O preço de uma reportagem"). Jornais regionais do Pará, desde o início da década, acusavam o então auxiliar de sertão Albuquerque de armar os Kayapó com rifles 44 (*A Vanguarda*, 28/06/1951; *Folha do Norte*, 03 e 04/07/1951). No final da década, estes mesmos jornais e os seringalistas do Pará elogiaram os trabalhos de pacificação dos grupos Kayapó *hostis* pelo sertanista Francisco Meirelles.

As lutas em várias esferas políticas pela criação do Parque do Xingu levaram os Villas Bôas a estreitarem relações com setores da imprensa. Antonio Callado, editor do *Correio da Manhã* (RJ), apoiava o trabalho dos irmãos desde o início dos anos 50. Callado tornou-se um dos maiores propagandistas das atividades desses sertanistas, abrindo inclusive espaço no jornal para a publicação de artigos assinados por Cláudio e Orlando Villas Bôas (*Correio da Manhã*, 01 e 03/05/1960).

Com as acusações ao governo brasileiro de genocídio de índios e o início dos trabalhos de atração dos índios Kreen-Akarore, os sertanistas voltaram às manchetes no final dos anos 60. Uma comissão de cientistas foi enviada ao Brasil pela Cruz Vermelha Internacional, preocupada em averiguar os fatos. Jornalistas estrangeiros circulavam por algumas áreas, ampliando denúncias. O livro *Le massacre des Indiens*, do jornalista Lucien Bodard (1970), apresentou garimpeiros e seringueiros como genocidas, cujo contraponto era a atuação de sertanistas como os irmãos Villas Bôas. Outros estudos daquela conjuntura (v. p. ex. Hanbury-Tenison, 1973) tinham nesses sertanistas e em Francisco Meirelles uma eficaz contestação da idéia de genocídio, mais do que as declarações oficiais.

Francisco Meirelles foi um dos que assumiram a defesa do governo brasileiro, garantindo que não havia massacre de índios (*O Globo*, 05/01/1970). A instalação de inúmeras bases de FAs na Transamazônica, e o rigor na segurança nacional, deixou a comunicação entre os sertanistas nas mãos dos militares. Os irmãos Villas Bôas denunciaram a construção da BR-080, cortando o PQXIN, confrontando o Presidente da FUNAI, Oscar Bandeira de Melo, trazendo para o debate a imprensa nacional e internacional.

Dois grandes acontecimentos envolveram os sertanistas da FUNAI no início dos anos 70. A atração dos Kreen-Akarore, acompanhada passo a passo pela mídia, transformou-se num espetáculo.[40] Dezenas de revistas e jornais produziram centenas de reportagens sobre esse fato. Aqui se consolidou um perfil histórico dos Villas Bôas, valorizados desde a criação do PNX (1961). "A boa alma dos Villas Bôas", um relato denso sobre a personalidade e a vida dos irmãos, publicado na revista *Realidade* (maio, 1967), é um divisor de águas. Surgem então matérias extensas como: "Os irmãos da selva", *Veja*, 08/11/1972; "No adeus dos Villas Bôas a orfandade de uma cultura", *JB*, 08/01/1975; "Memórias dos irmãos Villas Bôas", *Visão*, 10/02/1975; "Cláudio Villas Bôas, um sertanista longe do sertão", *O Globo*, 16/03/1976; "O velho cacique branco", *FSP*/Folhetim, 23/04/1978; "Villas Bôas: integrar é destruir o índio", *OESP*, 04/02/1979; "Visões de um sertanista", *IstoÉ*, 21/11/1979. A reportagem do "Folhetim" (FSP) contém uma afirmação rara: Cláudio defendia um regime mais igualitário, um socialismo (até cristão, mas não comunista) que valorizasse o homem. A partir dessas matérias surgem biografias dos Villas Bôas (p. ex. Marqueiz, 1978). Entre os demais sertanistas, só Francisco Meirelles teve reportagens extensas a seu respeito, na época de sua morte.

O outro acontecimento foi constituído pelas denúncias do sertanista Antonio Cotrim sobre a mortandade de índios na Transamazônica e seus desdobramentos (demissão de Cotrim; acusações de Apoena Meirelles ao pai e aos Villas Bôas; a estigmatização das propostas dos sertanistas) (v. cap. 3.2). As declarações de personalidades sobre o que acontecia nas FAs também envolveram dezenas de matérias jornalísticas.[41] Filmes como *Guerra de pacificação na Amazônia* (Yves Billon) revelavam o amadorismo e os riscos das atividades das FAs na Transamazônica.

No início dos anos 70, a FUNAI instituiu uma imprensa indigenista. O "Boletim Informativo da FUNAI" centralizou sua pauta nas atividades de atração de povos indígenas e nas atividades dos sertanistas, também valorizadas na *Revista de Atualidade Indígena*, a partir de 1976. Em 2000, a FUNAI lançou a revista *Brasil Indígena*, divulgando em cada número um perfil dos sertanistas do órgão.

---

[40] Ao contrário da "era dos espetáculos" (Hardman, 1988), com o culto às indústrias, mecanismos e fotografia, esta última será o instrumento de revelação do espetáculo do *primitivismo*, o contato com os *índios gigantes*.

[41] Veja-se entre outras: "Quem diz a verdade, os sertanistas ou a FUNAI ?", *OESP*, 30/07/1972; "Bandeira considera que Conselho de Sertanistas é uma idéia comunista", *JB*, 13/06/1972.

A Assessoria de Imprensa da FUNAI, ainda nos anos 70, fez um estudo quantitativo das matérias sobre índios e indigenismo (sertanistas incluídos) publicadas entre 1973 e 1974, encontrando uma parcela significativa de reportagens envolvendo o trabalho dos sertanistas (atrações, conflitos, etc.) (v. Beltrão, 1977).

No final da década de 70, sertanistas como Apoena Meirelles e Orlando Villas Bôas continuaram acionando a imprensa para discutir ou denunciar políticas públicas relativas aos índios. A questão da emancipação dos índios, as denúncias da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), as polêmicas envolvendo a gravação da novela Aritana (TV Tupi) no Xingu, a ida do Xavante Mário Juruna ao Tribunal Russel na Holanda, fizeram os sertanistas se posicionarem de forma conservadora, aproximando-se das determinações da direção da FUNAI (a exceção foi a emancipação dos índios).

Nos anos 80, a partir da pacificação Arara, as intervenções de Sydney Possuelo predominam na imprensa. Com a criação do Departamento de Índios Isolados e a institucionalização das atividades de localização e vigilância, há uma associação dos sertanistas com as idéias ambientalistas que predominam internacionalmente. As práticas de Possuelo são amplamente divulgadas pela imprensa internacional (jornais e revistas americanos, ingleses, alemães, etc.), principalmente após a criação do Parque Yanomami.

Os produtos televisivos sobre sertanistas em meados dos anos 90 conquistam espaço, mas os jornalistas só voltam a destacar as atividades dos sertanistas com o início dos trabalhos de localização e vigilância dos índios isolados do Vale do Javari. A atração de um grupo Korubo em 1996 teve cobertura planetária *on line*. Tais noticiários televisivos são caracterizados por erros, superficialidades e generalidades (Ricardo, 1995). Entretanto, a mídia tem poder para gerar "opinião eficiente" (Bourdieu, 1994). Em 1997, Orlando Villas Bôas utilizou as cartas que recebera de Rondon para acionar a imprensa em busca de espaço para questionar a política indigenista (*JB*, 22/06/1997).

No Brasil, a TV lembrou dos sertanistas quando produziu um especial sobre os 500 anos da *descoberta*, compreendendo-os então como *espécie em extinção*, envolvidos na salvaguarda dos índios isolados. Algumas matérias jornalísticas já haviam apresentado os sertanistas como "uma raça quase extinta" (*Veja*,

11/03/1981).[42]Recentemente, os *mateiros* também se declararam "uma espécie ameaçada de extinção" (*FSP*, 21/08/2004). As reportagens sobre as expedições no Vale do Javari (v. capítulo 5), centralizadas na figura do chefe, sertanista Sydney Possuelo, permitiriam também uma aproximação a outros indigenistas (Rieli Franciscato, Luís Moreira, Altair Algayer). Na Europa, há inúmeros filmes biográficos produzidos sobre o sertanista Sydney Possuelo. Tais filmes se prestam à "monumentalização" de pessoas, onde são selecionadas imagens para a construção de memórias (Abreu, 1994).

[42] Veja-se "Ilusões da natureza", *IstoÉ*, 26/03/1986; "Sídnei Possuelo, o último sertanista", *JB*, 09/08/1987; "O primeiro rosto da civilização", *Veja*, 28/05/1997).

3 *TRAJETÓRIAS SERTANISTAS*

O SPI não contou na sua história apenas com servidores de origem positivista. Alguns desses trabalhadores eram maçons, outros simpatizantes comunistas. Convidado a trabalhar no Serviço nos anos 20, pelo Capitão Vicente de Paulo Vasconcelos, o sertanista Telésforo Martins Fontes ganhou notoriedade pela forma com que contatou os índios Pataxó Hãhãhãe (Ribeiro, 1979a; Coqueiro, 2002). Maçom de formação (Antonio Cotrim, depoimento ao autor, 2004), Fontes apoiaria e abrigaria companheiros comunistas no PI Paraguaçu (BA). O sertanista, ainda segundo Cotrim, reconheceu ser *Gonçalão* militante da *Colônia Paraguaçu* homenageado pelo escritor Jorge Amado nos três romances de "Os Subterrâneos da Liberdade" (*Ásperos tempos*, 1971a, p. 163-176; *Agonia da noite*, 1971b, p. 24-33; *A luz no túnel*, 1971c, p. 106-121). Amado fala da propaganda comunista na área indígena, na época da Intentona Comunista. Existe documentação do Tribunal de Segurança Nacional da Bahia, referente ao movimento comunista, depositado no Arquivo Nacional, do qual consta um processo contra Telésforo Fontes. Entretanto, tal material está inacessível por estar sendo microfilmado. Fontes relatou a sua fuga do PI Paraguaçu aos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito do SPI (Diário do Congresso Nacional, 28/04/1971).

Seu filho, o sertanista Osmundo Antônio dos Anjos, só foi rever o pai 15 anos depois, em Belém (PA), tendo a família sobrevivido com grandes dificuldades (Osmundo, depoimento ao autor, 2004). Fontes escapou de ser preso por ser parente de um político influente na época do Estado Novo, Lourival Fontes. Fugindo da Bahia, se refugiou em Minas Gerais, no PI Maxakali. O sertanista foi chefe da Inspetoria do SPI em Belém, nos anos 50, tendo pacificado índios Parakanã e Asuriní. O antropólogo Olympio Serra, integrante da CPI da Câmara dos Deputados, afirmou que Fontes possuía muita documentação e diários sobre as ocorrências no SPI, mas tinha receio de denunciar o que sofreu até para os deputados da CPI (Serra, entrevista ao autor, 2004).

O caso de Telésforo Fontes é um, entre outros, envolvendo disputas políticas no campo indigenista. Esta questão, freqüentemente omitida nas pesquisas etnológicas, é central na trajetória de dois dos mais importantes sertanistas do século XX: Francisco Meirelles e Antonio Cotrim.

3.1 A trajetória de Francisco Meirelles

Após um contato telefônico onde apresentei os objetivos da pesquisa, realizei uma entrevista inicial com o sertanista Apoena Meirelles no ateliê de seu primo, o artista plástico Cildo Meirelles. Como era uma entrevista sobre seu pai, o sertanista Francisco Meirelles, trabalhei inicialmente com um roteiro aberto, dando liberdade a Apoena para recuperar as características essenciais que gostaria que ficassem cristalizadas na construção da memória sobre o "velho Chico". O fato de conhecer a história política de Francisco Meirelles permitiu logo o estabelecimento de uma cumplicidade entre entrevistador e entrevistado. Falar de seu pai o motivava, tanto que a entrevista fluiu bem durante quatro horas. Por ter ficado casado muito tempo com a antropóloga Denise Maldi, falecida nos anos 90, Apoena superava rapidamente suas expectativas frente a contatos com outros antropólogos.

O resultado inicial foi bom, tanto que a segunda entrevista, também de 4 horas, foi realizada no seu apartamento no Méier (RJ), num clima descontraído, possibilitando o esclarecimento das revelações contidas na primeira entrevista. Aí Apoena respondeu a questões dirigidas, de interesse da pesquisa, havendo questionamentos mútuos e ampla dialogia na reconstrução do passado (v. Alberti, 1990). Aparentemente Apoena tinha um *discurso pronto* sobre seu pai, mas a situação informal e amistosa da entrevista permitiu inúmeros comentários políticos, complementando qualitativamente nossa pesquisa documental que abrangeu arquivos públicos e privados de várias capitais.

O contexto das pacificações do SPI

Em julho de 1941, o Dr. Genésio Pimentel Barbosa, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) encarregado da turma volante de atração dos índios Xavante (MT), encontrou-se numa das dependências do SPI em Goiás com o padre salesiano Hipólito Chovelon. Entre os assuntos tratados, dois deles receberam destaque numa correspondência que Barbosa encaminharia ao engenheiro Antonio Estigarríbia, na diretoria do SPI. O primeiro foi o veto que os servidores do SPI opuseram à viagem de acompanhantes do padre à região dos Xavante, onde Chovelon construíra um estabelecimento na tentativa de pacificação daqueles índios. O outro *causou admiração*

e também preocupação a Barbosa: Chovelon exibiu "um decreto do Governo de Mato Grosso, criando um 'patrimônio agrícola-pecuário' no rio das Mortes, com a extensão de 12 quilômetros por 12 quilômetros, para ser dividido em lotes agrícolas e pastoris, declarando achar-se encarregado de semelhante serviço" (Barbosa, ofício de 29/07/1941, SARQ/MI, f. 381, fot. 0264–0266).

Diante dos conflitos que existiam entre índios e regionais e como a área determinada no decreto incidia sobre o território onde viviam os Xavante, Barbosa tinha razões de sobra para se preocupar. Interpelando o diretor do SPI, pediu a anulação da concessão até que tivesse "localizado os índios e escolhido as terras que lhes devem caber naquela região". (idem, fot. 0265).

Quatro meses depois, Pimentel Barbosa e outros trabalhadores que integravam a turma volante de atração dos Xavante foram massacrados por esses índios, perto do rio das Mortes, num local próximo à *fazenda* instalada pelo Pe. Chovelon. Um dos sobreviventes, o serventuário do SPI Feliciano Oldra, falando perante a comissão do SPI que investigou o massacre, descreveu detalhadamente todas as atividades desenvolvidas pela turma de atração na semana que antecedeu a tragédia. Por esse depoimento, Pimentel Barbosa e os demais trabalhadores mortos seguiram as normas de atração e pacificação que o SPI instituíra como cânone.

O inspetor Genésio Pimentel Barbosa era um antigo e experiente servidor do SPI quando foi encarregado da 2ª turma de atração dos Xavante. Para o Diretor do SPI, o conhecimento que Barbosa possuía "dos processos do SPI" seria "uma garantia do seu sucesso" (SARQ/MI, f. 340, fot. 0240). Num ofício dirigido ao Cel. Vasconcelos em 13/01/1941, Barbosa apresentou seu "projeto de excursão", solicitando a correção de falhas e sugestões. O inspetor queria adotar uma diretriz capaz de convencer os índios de seus objetivos pacíficos, seguindo os "moldes" do SPI e da Comissão Rondon, a "ação calma e perdurável, dentro e nas proximidades dos aldeamentos, evitando-se, em absoluto, o uso de armas de fogo ou quaisquer outros atos que possam despertar o temor e desconfiança dos silvícolas" (ibid., fots. 0240–0241).

Barbosa selecionaria rigorosamente os candidatos a participarem da turma de atração, pois o indivíduo devia "ter tendências favoráveis a aceitação do princípio de que em nenhuma hipótese agredirá ou revidará agressão de índio, quer feita à turma em conjunto ou a sua pessoa separadamente" (ibid., fot. 0242).

Apesar das diretrizes adotadas, quase toda a turma de atração foi massacrada pelos Xavante. Os trabalhadores que escaparam, além dos intérpretes

Xerente, estavam distantes do local do massacre, realizando um reconhecimento. Para o Diretor do SPI, a equipe tinha procedido "até o fim de acordo com as praxes do SPI, salvo no aproximar-se demasiadamente dos índios, sem que tivessem deles um sinal qualquer de aceitarem essa aproximação" (ibid., fot. 0244).

Imediatamente a Inspetoria de Goiás reiniciou os trabalhos de atração dos Xavante, colocando o inspetor Luiz Acioly Lopes no lugar de Pimentel Barbosa. Nessa ocasião, o Cel. Vasconcelos transmitiu a Lopes novas instruções para o serviço de atração (Boletim do SPI, nº 2, 01/12/1941, p. 2-4). Foram 29 observações, das quais cabe reter que o local do massacre seria "doravante sagrado para o SPI, que fará dele o esperançoso teatro da atração e amizade dos Xavante" (ibid., p.3). Aí não seria o local onde deveria ficar a turma de atração e sim "o lugar costumeiro da colocação de brindes" (idem). Vasconcelos enfatizou que não era

> "preciso lembrar a nenhum componente do SPI que, aconteça o que acontecer, o índio não pode ser atacado ou sofrer violências, mesmo quando nos ataque; mas é necessário prevenir, evitar ou malograr esses ataques com oportunas retiradas, abrigos de antemão preparados e, em casos extremos, estrondo de bombas ou tiros para o ar" (ibid., p. 3-4, grifos do autor).

Segundo Vasconcelos, a atração ocorreria com a colocação de brindes

> "que facilitam e dão conforto à vida da tribo. E assim, constatado por eles, de que a existência da tribo melhorou, e ela nada sofreu com a estadia do posto nas proximidades, é natural, lógico e humano que desejem a permanência e cheguem à fala. Sucedeu sempre, mais ou menos assim, nas atrações anteriores" (idem, p. 4).

Em 1942, enquanto ocorria outro massacre de trabalhadores envolvidos num trabalho de atração – este, no PIA Camanaú, no Amazonas –, Lopes informava à direção do SPI que um trabalhador da turma de atração Xavante havia sido flechado, mas não reagira apesar de estar armado, obedecendo à divisa do SPI. Na área dos Xavante, os trabalhos estavam na fase do "namoro" (Boletim do SPI nº 11, 31/10/1942, p. 30), havendo troca de brindes constante entre índios e integrantes da turma de atração. Paralelamente, o SPI conseguiu adiar o plano de colonização do Pe. Chovelon (Relatório anual do SPI, 1942).

A política da *Marcha para o Oeste* desenvolvida pelo Governo Vargas desde a instalação do Estado Novo levou à organização da Expedição Roncador–Xingu e à instituição da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943 (Freire, 1990; Menezes, 2000). O avanço da Expedição sobre a região habitada pelos Xavante obrigou a FBC a

estabelecer um convênio com o SPI visando a "neutralização" (Meireles, 1960, p. 29) daqueles índios.

No início dos anos 40, o SPI contava com 24 Postos Indígenas de Atração (PIA), a grande maioria localizada no Pará (nove postos), Amazonas e Território do Acre (quatro postos) e Mato Grosso (cinco postos) (Boletim do SPI nº 4, 02/02/1942), revelando as frentes de expansão da sociedade nacional. O Diretor do SPI, Cel. Vasconcelos, já previa a necessidade de instalação de outros postos de atração, além da criação de uma Inspetoria no Território do Guaporé.

Em 1944, o SPI transferiu o sertanista Francisco Meirelles da região da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré, no Território do Guaporé, para o rio das Mortes, em Mato Grosso, onde comandaria, desde então, a 2ª turma de atração dos Xavante.

A origem familiar

Francisco Furtado Soares de Meirelles nasceu no Recife (PE), a 21 de fevereiro de 1908. Seu pai, Francisco Ribeiro Soares de Meirelles, foi Senador da República por Pernambuco, tendo tido 11 filhos, todos comunistas, menos Cildo Meirelles, que era um católico, "extremamente religioso" (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), além de próximo das idéias positivistas. O mais famoso dos irmãos foi Silo Meirelles, coronel do Exército que comandou o levante comunista no Recife em 1935 (Chilcote, 1982, p. 81-82). Não há bibliografia dos comunistas brasileiros que não cite Silo Meirelles. Uma recente coletânea de documentos fez o levantamento da correspondência de Silo com Luís Carlos Prestes, antes da Intentona Comunista (Vianna, 1995).

Após recusar a Anistia concedida pela Revolução de 30 a tenentes rebeldes, Silo seguiu para a Argentina com Francisco Meirelles, ao encontro de Luís Carlos Prestes (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), para articular um novo movimento político. No início da década de 30, Silo seguiu com Prestes para a Rússia, voltando ambos clandestinamente ao Brasil em 1935 (Abreu et al., 2001, p. 3703). Silo já era membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo preso após a Intentona Comunista de 1935.

É a partir de Silo que os órgãos policiais ficham seus irmãos. No Arquivo do DOPS depositado no Arquivo Público do Rio de Janeiro, há informações sobre os seguintes irmãos de Silo Meirelles: Francisco Furtado Soares Meirelles, José

Furtado Soares Meirelles, Antonio Furtado Soares Meirelles e Ilvo Furtado Soares Meirelles. Dos parentes, Ilvo Meirelles, médico, foi preso e torturado nos idos de 35. Rosa Meirelles, não citada, esteve presa no presídio da rua Frei Caneca (RJ) com Olga Benário, esposa de Prestes. José Meirelles, irmão mais próximo a Francisco, era piloto da Marinha Mercante no navio *Aníbal Benévolo*, torpedeado durante a guerra.

No Arquivo do DOPS, onde há um prontuário de Francisco Meirelles com fotos do sertanista preso, a que não tivemos acesso, Francisco Meirelles era identificado como "um dos chefes da revolução comunista em Pernambuco", tendo sido preso em Recife, em 1933, portando boletins e jornais comunistas. Foi detido novamente em 1936, "em vista de seus antecedentes" (DOPS), e por seu envolvimento com Elvira Caloni, militante comunista assassinada por integrantes do PCB, acontecimento descrito em Gorender (1987), Dulles (1985) e Morais (1986). Apoena Meirelles relata que Silo e Francisco se afastaram do PCB quando houve uma dissidência no final dos anos 30 (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). O historiador russo Boris Koval acusou os irmãos Meirelles (se referindo também a Ilvo, médico comunista) de promoverem a partir de 1941 a luta pela "reorganização" ou "liquidação" do Partido, sob o pretexto de união de todas as forças na luta contra o Fascismo" (Koval, 1982, p. 361), numa política de "frente nacional" (idem). Em meados dos anos 40, Silo Meirelles foi trabalhar na Fundação Brasil Central (Meirelles, 1960).

Francisco Meireles declarou em entrevista ao *Jornal do Brasil* (26/06/1973), publicada após sua morte, que teria sido Cildo Meireles, seu irmão, trabalhando na pacificação dos índios Pataxó, na Bahia, quem o teria iniciado nas atividades indigenistas.

Cildo Meirelles entrou para o SPI nos anos 20, tendo trabalhado em vários PIs do Nordeste (Águas Belas, Pankararu, etc.), até ir chefiar a Inspetoria de Goiás (IR 8). Aí se envolveu nas disputas políticas e institucionais pela garantia da Craolândia – reserva dos índios Krahô – na década de 40. Apoena debita a demissão de Cildo a José Maria da Gama Malcher, diretor do órgão à época. Para Apoena, as divergências com Malcher criaram "praticamente duas alas dentro do SPI. Era o Malcher, Villas Bôas, Noel [Nutels]. Embora Noel se desse até com meu pai (...) e uma outra ala que era meu pai" (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Na interpretação de Apoena, Cildo, mesmo não se formando em Antropologia, era um

"etnólogo (...) gostava da questão indígena (...) muitas petições sobre terras indígenas foram elaboradas por ele" (idem).

Cildo Meirelles era considerado o intelectual da família. Em 1972, a FUNAI comprou sua biblioteca de 800 exemplares sobre índios, com obras raras (Boletim Informativo da FUNAI, ano 1, nº 2, p. 7). Seu filho, o artista plástico Cildo Meirelles, nos informou que o pai montou três bibliotecas pessoais na sua vida. Apoena classificava seu tio como "mártir do indigenismo brasileiro" (Apoena Meirelles, depoimento a Adrian Cowell, fevereiro de 2002), que morreu pobre depois de ser perseguido por acusações de desvio de verba no SPI. No Relatório anual do SPI de 1953, há o registro de um processo administrativo contra Cildo Meirelles.

Desconhecemos o que Francisco Meirelles sabia sobre índios e marxismo no período de militância no PCB. Vale registrar que os comunistas brasileiros eventualmente citavam os índios nos seus manifestos da década de 30, e alguns historiadores, militantes ou não, assinalaram esse fato. Assim, havia luta dos índios e ataques a fazendeiros no Pará, em 1934 (Koval, 1982, p. 280). Uma conferência regional do PCB (SP) reconheceu a índios e negros o direito à plena autonomia, inclusive o de formarem nações independentes (Dulles, 1977, p. 383). Artigo do jornal *A Classe Operária* (11/03/1935) afirmava que os comunistas formariam governos municipais eleitos por camponeses, índios, negros, mestiços (Canale, 1985, p. 126). O órgão *A Internacional Comunista* publicou em 1935 um artigo avaliando que no Brasil não havia "um 'proletariado índio', sendo que nos territórios indígenas atrasados, 'a questão principal é a libertação nacional' " (ibid., p. 128). No diagrama da estrutura do PCB havia uma comissão de negros, índios e camponeses ligada ao Comitê Central (Dulles, 1985, p. 11). No manifesto de Luís Carlos Prestes ao povo brasileiro, em julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora pedia a "devolução das terras arrebatadas pela violência aos índios" (Camargo, 1986, p. 139).

Sobre o contexto pós-Revolução de 30, alguns historiadores falam que os militares – no caso, os Meirelles – que aderiram ao PCB eram fundamentalmente nacionalistas, sendo pouco familiarizados com a literatura marxista e socialista (Rodrigues, 1986, p. 437; Dulles, 1977, p. 423). Silo Meirelles passou vários anos na Rússia e tinha influência junto a Francisco Meirelles. Apoena identificava seu pai como marxista (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). O fato é que havia pouca literatura socialista em circulação, e a formação teórica de quadros – com a formação de

bibliotecas marxistas e as escolas de partido – só começa após 1947, quando da legalidade do PCB, tendo destaque apenas na década de 50 (Almeida, 1983, p. 35-46).

Apoena revelou que seu pai levou vários colegas comunistas para o SPI: o cabo Eneu Gonçalves de Paula, que participou da Revolta do 3° Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, durante a Intentona Comunista (Barata, s.d., p. 283-284; Silva, 1969, p. 347-351); Lourival da Mota Cabral, que foi preso com Silo Meirelles no Recife (Bezerra, 1979, v. 1, p. 250), e se tornou Diretor do SPI em 1955. Paula trabalhou com Francisco Meirelles no Parque do Aripuanã, onde está enterrado. Apoena Meirelles o classificava como um dos mais humildes servidores do SPI (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Em 1974, a esposa de Paula ganhou, em nome do marido, a Medalha do Mérito Indigenista, na categoria *post-mortem*.

O acesso ao campo de relações indigenistas

Em 1939, orientado pelo Inspetor do SPI Pimentel Barbosa sobre as técnicas de atração de índios, Meirelles participou de sua primeira expedição. Dirigida pelo engenheiro Vitor Dequech, do Departamento da Produção Mineral, o objetivo da expedição era localizar as minas de ouro do Alto Guaporé a que Rondon sempre se referia em artigos e palestras (*Vida e idéias*, 1981, p. 55). Essa experiência o levou a trabalhar como ajudante de inspetor em Mato Grosso.

Meireles tornou-se sertanista e inspetor do SPI quando passou a comandar a turma de atração dos índios Pakaá-Nova no início dos anos 40 (Boletim Informativo da FUNAI, 1973, p. 8-9). Com o início da 2ª Guerra Mundial, havia sido intensificada a exploração de seringa nas terras desses índios, que revidavam atacando os trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré. Meireles instruiu sua equipe de atração para seguir as determinações do SPI, não reagindo aos ataques dos índios. Meirelles já mancava, pois ainda jovem havia fraturado a bacia numa queda de cavalo quando fazia o CPOR (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003). Sempre que possível Meirelles comandou expedições montadas, como revelam os filmes da pacificação dos Xavante. Nas atrações comandadas a pé, chegava por último, consolidando o contato. Num confronto ocorrido no rio Preto, os índios feriram a flechadas vários trabalhadores, que não revidaram. Isto permitiu o posterior contato pacífico com esses índios. Meireles e sua equipe foram então elogiados publicamente

pelo chefe da Inspetoria do Amazonas e Acre, Alberto Pizarro Jacobina (Relatório anual do SPI, 1942), e pela direção do SPI.

O índio Paresi José Aucê, que trabalhou como auxiliar de sertanista de Francisco Meirelles, relatou em depoimento à FUNAI que, no início, Meirelles como novato perguntava tudo, queria saber como fazer a atração e Aucê lhe dava as informações que podia, já que saíra do grupo Paresi cedo, para trabalhar com seringueiros (José Aucê, depoimento à Assessoria da Imprensa da FUNAI, década de 70/CGDOC/FUNAI).

Em 1942, o Cel. Vasconcelos fez publicar um longo elogio a todos os servidores que haviam morrido ou sido feridos seguindo rigorosamente a máxima *Morrer se preciso for; matar nunca.* Tais servidores, de "elevado padrão moral" e "bravura excepcional", constituíam "o patrimônio moral do SPI, espécie de santuário leigo, cívico e humanitário" (Boletim do SPI nº 7, 1942, p. 1). A estes servidores se juntava então a turma que operava na pacificação dos Pakaa Nova "e de outras tribos hostis da região da Madeira–Mamoré" (idem). Vasconcelos relembrou que tão logo soube do fato expedira um telegrama para Meireles louvando a turma "pela estóica e acertada atitude em face ataque índios vg de acordo tradições do SPI" (ibid., p. 2). Para Vasconcelos, o maior elogio era enfatizar que agiram de acordo com as tradições do SPI.

Francisco Meirelles reconhecia como seu maior inspirador o engenheiro militar Antonio Estigarríbia, Chefe da 2ª Seção do SPI (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003). A consagração[43] entre seus pares ao chefiar seu primeiro trabalho de pacificação fez o SPI indicar Meireles para a direção dos trabalhos de atração dos Xavante a partir de 1944. Antes disso, Meirelles tinha sido encarregado pelo SPI de integrar a Expedição Roncador-Xingu (ERX), junto aos irmãos Villas Bôas. O pesquisador Acary Oliveira conheceu Meirelles na ERX, em 1943. Meirelles teria visto que sua participação na expedição não daria certo, retornando ao Rio de Janeiro (Oliveira e Amado, s.d.). Daí foi chefiar a atração Xavante pelo SPI. No relatório das atividades de atração desenvolvidas no rio das Mortes em 1945, o inspetor Francisco Meireles afirmou seguir as instruções e "reiteradas recomendações" (SARQ/MI. f. 381, fot. 308) do Diretor do SPI, José Maria de Paula. A mais significativa seria a construção de um rancho no local onde Pimentel Barbosa e sua turma foram mortos, possibilitando

[43] Meirelles começava a acumular capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração (Bourdieu, 1990, p. 170).

a distribuição de presentes. Tal fato, dentre outros, teria levado os índios a proceder de forma "diferente" diante da equipe de Meireles. Hostis e agressivos frente às populações ribeirinhas, os índios retiravam "confiantes" os brindes lá deixados pela equipe de atração, além de responderem aos sinais de aproximação sem qualquer animosidade.

No relatório dos serviços de atração realizados em 1946, Meirelles relatou os primeiros contatos pacíficos com os Xavante. Segundo sua interpretação, toda a equipe da turma volante de atração demonstrava intenções pacíficas e sentimentos de amizade compreendidos pelos índios, que nunca hostilizaram os trabalhadores, inclusive em encontros fortuitos. Os índios recebiam brindes e davam sinais de que queriam estabelecer contato.

Os primeiros contatos deram-se por iniciativa dos índios, ocorrendo na área em que foram mortos os integrantes da turma volante de Pimentel Barbosa, conforme supôs o Cel. Vasconcelos. O relatório de Meirelles descrevia com minúcia seu encontro com Apoena e outros chefes Xavante. O sertanista relatou como no final desse contato, por não possuírem mais brindes, foram atacados com flechas por um grupo Xavante, quando se retiravam para o posto indígena de atração, rebatizado de PIA Pimentel Barbosa. Um dos trabalhadores foi ferido no pescoço, mas todos conseguiram fugir sem reagir ao ataque indígena, sendo guiados por "Idalino da Luz, prático de sertão e destemeroso colaborador dos difíceis trabalhos de atração" (Meirelles, SARQ/MI, f. 381, fot. 395). Meirelles intensificou a oferta de brindes para mostrar aos índios seu desejo de contato, tentando mostrar que o incidente não afetara a aproximação. Por outro lado, elogiou a "bravura" da turma, que teria demonstrado "coragem e sangue-frio edificantes" (idem).

Nos encontros posteriores, a troca de brindes se intensificou. A partir de então os Xavante externaram "o propósito de serem nossos amigos e desejarem manter essa amizade, dando disso provas inequívocas" (ibid., fot. 398). No final do relatório, o sertanista pedia apoio à Diretoria do SPI para a continuidade de tudo o que havia sido conseguido "com tanto sacrifício" (ibid., fot. 399) e previa a pacificação completa dos Xavante para breve. Meirelles aproveitou para criticar a gestão de José Maria de Paula na direção do SPI, marcada por "desconfiança" e "intrigas" que tiraram o "entusiasmo" (idem) da frente de atração. Já Donatini, que na sua visão teria reerguido o SPI, é convidado a realizar uma inspeção na frente de atração dos Xavante. Segundo Acary Oliveira, Meirelles "inovou as frentes de atração indígena, pois usava o sertanejo, o seringueiro e o garimpeiro. Escolhia o que tinha padrão mais elevado de moral e levava,

inclusive, famílias inteiras, porque achava que a presença de crianças e de mulheres no acampamento tirava uma certa desconfiança do índio arredio" (Oliveira e Amado, s.d., p. 15).

A imprensa acompanhava as atividades de Meirelles com sensacionalismo. A região da Serra do Roncador era "misteriosa e insondável (...) povoada de lendas e de fantásticas riquezas" (*O Globo*/RJ, 30/03/1946). O cinegrafista Genil Vasconcelos remetia fotos das populações do rio das Mortes (MT) para os jornais, que exploravam a "aventura sensacional" (idem).

Vasconcelos se aproximou de Francisco Meirelles após o primeiro contato deste com os Xavante, em 1946 (Vasconcelos, 1978). O sertanista inicialmente teria se mostrado reservado com a proposta de filmagem dos contatos, devido aos riscos que traria para "pessoas inexperientes" (idem) e para os índios. O cinegrafista não explica como acabou participando da nova expedição de Meirelles, apenas comenta que o Ministro João Alberto Lins de Barros autorizou o uso de recursos da FBC. O Presidente do SPI, Modesto Donatini Cruz, também acompanhou as filmagens, capitalizando a propaganda da pacificação.

Vasconcelos produziu os filmes *Frente a frente com os Xavante* (1947) e *Sertão: entre os índios do Brasil Central* (1949), o segundo repetindo inúmeras imagens do primeiro filme. Outros cinegrafistas que acompanharam a expedição de 1947 – Heinz Foerthmann, Pedro Neves e Lincoln Costa – produziram o filme *Rio das mortes*. Os filmes se repetem, mostrando a chegada da expedição ao rio das Mortes, a expectativa do contato com os índios, o *namoro* com o oferecimento de brindes. No filme *Frente a frente com os Xavante* uma imagem sintetiza o espírito colonialista de submissão e conquista: as flechas dos Xavante sendo entregues ao diretor do SPI. Há imagens da entrega de brindes e do temor dos índios no contato; além disso são documentadas as atividades da expedição – como coluna militar – até o PI Pimentel Barbosa, onde são efetuadas trocas de brindes com os índios.

O filme *Rio das mortes* apresenta um roteiro elaborado para divulgar as atividades do SPI no rio das Mortes. Retrata as iniciativas de contato com os Xavante, as atividades cotidianas do PI Pimentel Barbosa, contesta a suposta *ferocidade* dos Xavante e focaliza o pequeno cemitério do PI, onde os trabalhadores massacrados em 1941 têm uma cova coletiva, ao lado da cova individual de Pimentel Barbosa. Como existe nos cemitérios em geral, a placa que adorna a portaria do cemitério do PI é o lema rondoniano *Morrer se preciso for...*

Além dos cinegrafistas, dois jornalistas – Sylvio da Fonseca (1950) e Lincoln de Souza (1952, 1953) estiveram no rio das Mortes, acompanhando o 2º contato com os Xavante. A partir do depoimento do mateiro (e *rumeiro*) Ladislau, ambos reconstituíram o massacre da equipe de Pimentel Barbosa e o primeiro contato com os Xavante. Souza elaborou o primeiro perfil de Meirelles dedicando-lhe um capítulo nos dois livros, além de divulgar as atividades do sertanista em revistas e jornais. O SPI também divulgava imagens românticas dos índios Xavante, o primeiro grupo comercializado pela mídia (Garfield, 2001, p. 59).

Em 1949, a área do posto indígena já recebia a peregrinação de altas patentes da Aeronáutica e do Exército, além de parlamentares. Desde o primeiro contato existia a preocupação com a mídia – inúmeros registros fotográficos e cinematográficos foram efetuados, além de matérias jornalísticas. Conforme Meirelles descreveu no relatório desse ano, os Xavante já participavam das expedições exploratórias da turma de atração, indicando "até onde iam seus territórios" (Meirelles, Relatório 1949, f. 342, fot. 718). Na exploração do rio Sete de Setembro, os índios acompanharam a expedição mas voltaram das margens do rio Suiá-Missú, limite de seus territórios, pois aí residiam "os terríveis Suiás, seus prováveis inimigos, tal a péssima referência que fizeram deles, de sua ferocidade e feiúra...que evitássemos, recomendaram eles, qualquer contato com semelhante espécie de gente" (idem).

Meirelles afirmava que eram inúmeros os trabalhos que dirigia visando "conquistar inteiramente para a nossa civilização os índios Xavante" (idem, fot. 0721). Seu trabalho coroava os que "perderam suas vidas em holocausto a essa causa cívica e humanitária da incorporação do selvícola à comunhão nacional" (idem), nomes ligados à "história evolutiva destas novas terras" (idem).

Para o sertanista, as lendas que cercavam a Serra do Roncador não eram mais belas que "as imensas extensões de terras férteis que esperam colonização intensiva, habitadas por um povo sadio e nobre, voltado para a civilização" (ibid, fot. 0722). A pacificação dos Xavante entrava numa nova fase, seria "feita em seu próprio território", a tribo ocuparia "seu lugar na comunidade brasileira", não tendo sido "demasiado caro o preço em vidas que o SPI pagou" (idem).

Francisco Meirelles solicitou providências imediatas para que fosse evitada a invasão das terras dos Xavante, o que acontecia à medida que estes eram pacificados. Para combater esse esbulho, solicitou terras para os Xavante ao governador de Mato Grosso, contando com a intermediação da chefia da inspetoria regional do SPI

daquele estado e do Senador Filinto Muller (*OESP*, 24/10/1971). O croquis das terras solicitadas foi anexado ao relatório de 1949. Abrangia uma área imensa que incluía todas as aldeias Xavante conhecidas até então, tendo como limites naturais o rio das Mortes a leste e o rio Noidore ao sul, além da vila de Xavantina e duas linhas secas ao norte e a oeste, esta cruzando o percurso médio do rio Sete de Setembro, afluente do Culuene, englobando postos da Fundação Brasil Central.

Respondendo no relatório a uma intervenção pública do governador de Goiás, Dr. Coimbra Bueno, a respeito da sobrevivência dos Xavante, Meirelles expôs sua visão sobre práticas e políticas indigenistas:

> "(...) Mais uma vez concordo com S. Excia. Sr. Governador de Goiás, quando sugere "deixarmos os selvícolas em suas terras", desde que sejam porém respeitados por nós civilizados e sobretudo pelos Governos Estaduais, os limites dos pequenos territórios ocupados por essas pequeninas nacionalidades indígenas, o que comumente não acontece, pois consideram terras devolutas do Estado e como tais vendem a particulares mediante requerimentos de medição e demarcação, deferidos e homologados pelos mesmos governos!...
> (...) O problema de recuperação dos civilizados brancos analfabetos é muito justo que se faça já, e com todo empenho, mas sem detrimento dos nativos aonde essa recuperação geralmente é feita; pois, acossados pelos poderosos e bem aquinhoados nos grandes centros de civilização, procuram os elementos fracos, desprotegidos e sem sorte as brenhas dos nossos sertões e matas ali, nas vizinhanças com povos bárbaros, ou semi-bárbaros, onde se abrigam protetoramente, encontrando na companhia deles a solidariedade infortúnio que não encontraram jamais no branco cristão. Ali, no ínvio das florestas e dos campos, crescem e se multiplicam as famílias desses nossos patrícios párias, confundindo-se muitos deles com os elementos indígenas, num verdadeiro regresso para o pauperismo, para a vida bárbara!...
> Quando o Estado lembra-se ocasionalmente, ou tarde, da sorte deles, de sua recuperação cultural, já não é mais um problema de solução isolada como imagina S. Excia., mas complexo então, entrelaçado intimamente com o problema também indígena: – a solução de um em função da solução do outro: E por que isso? Porque, primeiramente o Estado não respeitou nem os direitos dos índios nos seus territórios, nem dos pobres civilizados nas cidades natais; segundo, porque espoliados nas cidades, com a conivência das autoridades, refugiaram-se nos sertões loucamente, sem obedecer a nenhum método racional de emigração e povoamento, que competia ao Estado dar!" (SARQ/MI, f. 342, fot. 730–732).

A crítica à situação social do país e a vinculação do problema indígena à questão das condições de vida dos trabalhadores em geral orientaram toda a trajetória social de Francisco Meirelles, como sugerimos na epígrafe da introdução da tese.

No relatório de 1949, Meirelles criticou as condições em que eram desenvolvidos os trabalhos de pacificação do SPI, o que não impediu que fosse seguido seu lema *Morrer se preciso for; matar nunca.* O sertanista notou que a FBC recebia verba igual ou maior que o SPI para atuar numa área infinitamente menor. Trabalhando na mesma região de Mato Grosso, os funcionários da FBC gozavam de inúmeros

benefícios que os do SPI não gozavam. Meirelles continuou elencando todos os privilégios da FBC frente às limitações e cortes de verbas do SPI, concluindo que restavam duas saídas: a completa reestruturação do SPI, ou a sua extinção.

Para compreender as práticas de Meirelles é necessário recuperar sua posição no sistema de posições do campo político naquele contexto. O sertanista havia estabelecido alianças com o novo Diretor do SPI, Modesto Donatini Cruz; com o chefe da Inspetoria do SPI em Mato Grosso; com políticos regionais, chegando ao Governador Arnaldo Figueiredo. Dessa forma acumulava capital político para lutar por seu projeto de demarcação de terras Xavante, em disputa com proprietários de terras de Mato Grosso. Num primeiro momento do jogo, o sertanista conseguiu aprovar seu projeto.

O croqui da reserva Xavante reivindicada por Meirelles foi publicado na revista *A Noite Ilustrada*, de 03/01/1950. A matéria identifica Meirelles como "figura legendária de moderno bandeirante, autor da espetacular conquista" e informa que "será criado o território Xavante, em moldes idênticos aos Sioux Norte-Americanos" (idem).

Três meses depois, pelo Decreto 903 (28/03/1950), o governo de Mato Grosso reservou para o uso dos índios Xavante as terras pelos mesmos ocupadas no município do Barra do Garças (Menezes, 2000, p. 362; Garfield, 2001; Silva, 1992, p. 371). Sobre isso, o sertanista Orlando Villas Bôas encaminhou uma correspondência ao Gal. Rondon:

> "Xavantina, 10 de Fevereiro de 1951
> Exmo. Sr. General Rondon
> Não sei se o senhor está a par da corrida por terras que anda aqui pela região. É sobre esse assunto que me disponho a escrever ao senhor.
> O governo de Mato Grosso, conforme é de seu conhecimento, reservou aos Xavante – sugestão Meirelles – uma área compreendida entre os Rios das Mortes e Kuluene. Com base nessa reserva a Delegacia de Terras e Colonização do Estado passou a deferir todo e qualquer requerimento de compra que fique fora da área reservada.
> Até aí tudo muito bem. Acontece, porém, que essa reserva só viu o interesse Xavante, como se eles fossem os únicos índios da região. O interesse, ou melhor, a zona de influência de outros índios, não só habitantes do Kuluene, como também dos que freqüentam a mata naquela zona – ainda não bem identificados – não foi levado em conta. E daí resulta o virem a ser prejudicados com os requerimentos deferidos que já atingem aproximadamente 500.000 hectares, na região que se estende dos Rios Couto de Magalhães, Cabusala, 7 de Setembro e Tanguro todos afluentes do Kuluene.
> Para melhor idéia anexo um mapa (cópia do divulgado pela imprensa) onde assinalo em cores a reserva Xavante, as áreas requeridas, a zona de influência e roças de outros índios.
> Há, ainda, a considerar que os Xavante aldeados na altura do rio Noidori (afluente Mortes) não estão ainda em condições de serem agrupados ou obedecerem um limite de influência. Eles em qualquer época do ano, principalmente na estiagem, avançam além da faixa reservada erguendo acampamentos ao longo do rio Cabusala, próximo ao Kuluene.

> Esses índios, supomos Xavante, foram os que há poucos dias mataram um vaqueiro de uma fazenda localizada na altura da cachoeira da Fumaça, no Rio das Mortes. E são os mesmos que na "seca" saltam esse rio e incursionam pela margem direita.
> Não resta dúvida que área reservada foi dada um pouco cedo.
> Ela seria de grande alcance (aliás como determina as diretrizes do SPI) se fosse concedida depois de estarem os Xavante em geral, em condições de serem agrupados e com possibilidade de atenderem um limite de uma zona de influência. Assim mesmo, dado a vizinhança com as tribos do Xingu, a reserva devia ter sido de forma a proteger aqueles índios, separando numa só gleba a zona de proteção.
> Os requerimentos que estão sendo deferidos na margem direita do Rio Kuluene, conforme publica o Diário Oficial do Estado, são de causar apreensão. O 1° requerimento surgiu na foz do rio 7 de Setembro e os seguintes avançaram Kuluene acima e abaixo. Os do Kuluene abaixo já frontearam os Kalapalo, Kuicuru e já encostaram no rio Tanguro. Dentro em pouco teremos a região do alto Xingu toda requerida, se não houver com alguma urgência um protesto do SPI. Confesso ao senhor que ignoro se o Inspetor em Cuiabá tomou alguma providência sobre o assunto, protestando junto a Delegacia de Terras.
> Como vê, Sr. General, a questão está exigindo atenções urgentes por parte do Serviço de Índios (SARQ/MI, F. 355, Fot. 0172 – 0173) (grifos do original).

O relatório do CNPI publicou também o mapa produzido por Orlando Villas Bôas (v. Anexo). Diante da possibilidade de ser criada uma grande reserva Xavante em área limítrofe aos povos do Xingu, Orlando refez o mapa da reserva Xavante para assinalar os direitos dos índios Kalapalo, sendo sugerida a criação de uma "reserva da tribo" (idem). Naquele ano, o Vice-Presidente da República, Café Filho, havia promovido uma mesa-redonda para discutir o problema do índio. Dessa reunião participaram, entre outros, o Diretor do SPI, Gama Malcher; a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres; Darcy Ribeiro, etnólogo do SPI; Noel Nutels, médico do SPI; Orlando Villas Bôas e Major Souza Leão, ambos da FBC. Decidiu-se então por tentar acelerar a regulamentação do art. 216 da Constituição de 1946, relativo às terras dos índios, e "organizar-se uma comissão destinada a estudar a creação dum 'Parque Nacional' nas cabeceiras do Xingu, em local prévia e criteriosamente escolhido. Foram encarregados de tal trabalho o Exmª Sra. Dª Heloísa Alberto Torres, o Dr. Darcy Ribeiro, como representante do SPI e o Sr. Orlando Villas Boas, sob a presidência do Brigadeiro Aboim" (Relatório anual do CNPI, 1951, p. 35).

Surgia o projeto do Parque Indígena do Xingu (PQXIN), sob a chancela da presidência da República, de Rondon e do diretor do SPI. Enquanto isso, o processo para a definição da reserva Xavante proposto por Meirelles (Processo nº 5.346/49), originado da Inspetoria do SPI de Cuiabá (IR 6), tramitava no SPI, tendo o apoio de Rondon (Relatório anual do CNPI, 1951, p. 42). As duas reivindicações eram limítrofes, abrangendo uma enorme parcela do Estado de Mato Grosso, tornando difícil a aprovação de ambas. Cabe ainda citar que no início dos anos 50 circulava entre os

militares do CNPI a preocupação com "as infiltrações comunistas no interior do país" (Relatório anual do CNPI, 1952, anexo 16), na região do Brasil Central, pois corria "boatos sobre uma propaganda comunista naquelas bandas do nosso sertão" (idem). Entretanto, o projeto original do PQXIN, apresentado a Café Filho em 27/04/1952, acabou englobando terras dos Xavante, no seu art. 4º:

> "Fica anexado ao PIX, em caráter provisório, até a pacificação das tribos que a habitam, a área compreendida nos seguintes limites: norte – das nascentes do rio Liberdade, por uma linha geodésica, até a foz do rio S. João no rio das Mortes; leste – e por este acima até a foz do rio Noidori; sul – da foz do rio Noidori e por este acima até suas nascentes; oeste – das nascentes do rio Noidori, por uma linha geodésica até o Posto Curisevu, sobre o rio Batovi (Tamitatoala).
> § único – Após a pacificação de cada tribo que habita nas terras anexadas ao PIX lhe será assegurado um território tribal, na forma da lei, voltando a área que o contorna ao domínio do Estado" (SPI, Relatório anual de 1953, p. 99).

Entrevistado em 2003, o sertanista Odenir Oliveira, que nasceu e viveu entre os Xavante, revelou que velhos Xavante sempre lhe cobraram a efetivação da reserva proposta em 1950 e que ele sempre afirmara para os índios que tal projeto nunca existiu. Ficou surpreso e revoltado ao saber do fato (Oliveira, entrevista ao autor, 2003).

No decorrer da tramitação do projeto do PQXIN no Congresso Nacional, o artigo referente às terras Xavante foi suprimido (Menezes, 2000, p. 208). O PQXIN foi criado em 1961 com uma área bem menor do que a inicialmente proposta, enquanto os Xavante só irão conseguir a delimitação de suas primeiras reservas no final dos anos 60.

Em 1951, Meirelles foi transferido pelo Diretor do SPI, Gama Malcher, para a chefia da 9ª Inspetoria Regional do SPI, localizada no então Território Federal do Guaporé (atual Rondônia). Voltava ao local onde realizara seus primeiros trabalhos de atração e pacificação, para continuá-los junto a vários povos, inclusive os Pakaa Nova que já havia parcialmente pacificado no início dos anos 40 (Relatório anual da IR9, 1951, SARQ/MI, f. 380, fot. 0232 a 0244). Até então, os índios dessa inspetoria não tinham qualquer terra garantida.

O retorno foi extremamente decepcionante para Meirelles: encontrou a sede da inspetoria localizada "num pardieiro todo esburacado e sem vidraças" (ibid., fot. 0232), postos indígenas em ruínas (PIs Rodolfo Miranda, Ricardo Franco, Major

Amarante). A situação do PI Major Amarante, construído pelo sertanista em 1940, sintetiza o que encontrou:

> "Ao desembarcar do trem, se me deparou uma paisagem de tristeza e abandono, as construções abandonadas, um ambiente de paralização e o resto do que foi atividade, beleza e progresso. Os indios, antes alegres, sadios e trabalhadores, são hoje doentes, corrompidos e tristes; o gado magro procurando aqui e ali um punhado de capim ou perambulando ao longo da linha férrea, sujeito aos atropelamentos que nos peza no declínio da pecuária. Tive a impressão de que olhava uma cidade bombardeada, tudo desolação e inércia. Os seringais que abri e que poderiam ter feito a independência econômica do Posto, se não fosse a péssima visão e a incapacidade administrativa dos Inspetores que por ali passaram até a gestão do Sr. Fernando Claro de Campos, são hoje mata virgem, abandonados e servindo de pique aos indios que veem atacar os trauseuntes da ferrovia. Acham-se também em ruinas, as colocações de seringueiros, magnificamente construidas e aparelhadas" (ibid., fot. 0234).

O quadro ficava completo quando Meirelles se referia à retomada dos trabalhos de atração dos Pakaa Nova:

> "Recomeçámos com ardor e entusiásmo que caracterizam o nosso S.P.I., esses trabalhos difícies e penosos. Sem verbas, desprovidos de tudo, contando somente com a boa vontade e proverbial desprendimento dos servidores do tão caluniado e incompreendido Serviço de Indios. Era impressionante contemplar-se aquela turma que se dispunha a penetrar o recesso da Floresta selvagem e desconhecida, povoada de perigos, onde o indios hostil e aguerrido, era o menor! Esfarrapada, descalça, com armas desmanteladas, quase sem comida, confiada aos azares da caça e pesca e sem medicamentos. Foi assim que pela primeira vez, desde quando deixei o Guaporé, em 1944, uma turma do S.P.I. penetrou na mata, com o propósito de atrair e trazer para nossa civilização, uma tribo hostil nessa região!... Diante desse aspecto bem pouco recomendável que apresentávamos, contemplando esse mísero estado da maioria do civilizados que compunham nossa turma, talvêz preferissem os indios continuar mesmo nas suas aldeias, sem a nossa civilização e nossos problemas; Sem a nossa sífilis, a nossa tuberculose, e o abandono em que o deixamos quase sempre, logo após a sua pacificação!...
>
> Os salários miseráveis que percebem nossos trabalhadores, pois são os assalariados que recebem menos nesta região de alto custo de vida, não lhes dá para nada. Pois em geral, têm eles familias numerosas e com os referidos salários, mesquinhos e frequentemente atrazados, bem como os cortes sucessivos de nossas verbas, ficam reduzidos a uma triste situação de párias. O que ganham não chega senão para tapar sua seme-nudez, a de sua companheira, e que é completa, em seus filhos!...
>
> Eles que se empregam na lides pezadas e rudes do machado e da enxada, ao sol e a chuva, quando não estão expondo suas vidas nas expedições, buscando na mata contacto amistoso e pacífico com os nossos indios, sob o nosso lema 'morrer se preciso fôr, matar nunca', não têm nenhuma garantia para suas vidas, muito embora a morte o espreite, mil e muitas vezes, na surpreza de uma flexada, na passagem de uma cachoeira, na picada de uma serpente venenosa ou esmagado por uma 'caída', tão comum nas matas desta região" (ibid., fot. 0235 – 0236).

No dia 11 de janeiro de 1954, o jornal *O Globo* anunciava com estardalhaço ("Xavantes no Rio") a presença de uma comitiva de índios Xavante no Rio de Janeiro, capitaneada pelo Inspetor Francisco Meirelles. Segundo a matéria, o

sertanista teria ido para as áreas Xavante quando ouviu "rumores de que os índios que havia pacificado estavam em pé de guerra" (*O Globo*, 11/01/1954). Na aldeia de Urubuenan, Meirelles teria participado de um "conselho de guerra" (idem) e convencido os índios a não atacar os *brancos* invasores de suas terras. Propôs aos índios que fossem à Capital Federal conversar com "grande chefe civilizado" (idem). Isto justificaria a presença dos índios no Rio de Janeiro, onde participaram de intensa programação social (visitando lugares e autoridades, ganhando brindes, etc.). Segundo Silo Meirelles, a vinda dos Xavante ao Rio de Janeiro foi estimulada pelo Ministro João Alberto Lins de Barros, numa tentativa de se conseguir do governo resposta às reivindicações dos índios (Meirelles, 1960, p. 95-100).

Poucos dias depois, na 1ª sessão de 1954, Conselheiros do CNPI pediram esclarecimentos ao Diretor do SPI, José Maria da Gama Malcher, sobre a presença dos Xavante na Capital Federal. Malcher esclareceu a Rondon que os índios foram trazidos ao Rio de Janeiro pelo inspetor Francisco Meirelles, que, à revelia da direção do SPI, "quis atender a jornalistas que fazem empenho em publicar qualquer novidade a respeito desses índios, em seus jornais" (CNPI, Atas de 1954, 1ª sessão, 14/01/1954).

Malcher leu para os Conselheiros a nota que expediu para a imprensa:

> "Os Índios não podem sair das suas malocas ou dos postos indígenas para a visita a centros civilizados, sem autorização dos Chefes de Inspetorias ou do Diretor do S.P.I. - Estas medidas têm por fim evitar exibições e contactos que, invariavelmente, são nocivos aos silvícolas. Infelizmente, de vez em quando estas determinações são desrespeitadas e assim vem de ocorrer no caso atual, ao aparecer no Rio êsse grupo de Xavante; com cabelos besuntados de brilhantina, todos engravatados, para passeios em estádios de futebol, propagandas comerciais e visita às autoridades. – Segundo li nos jornais, Urubuenã e seu grupo vieram pedir recursos, o que faz crer que tais recursos lhes faltem na região onde vivem. Seria falso dizer que o S.P.I. tem verbas suficientes para proporcionar conforto e abundância aos silvícolas que lhe cumpre assistir. Todos os órgãos do Ministério da Agricultura lutam contra a insuficiência de recursos para a execução de suas tarefas e, posso assegurar que nossa Repartição, embora das mais pobres, não é das menos eficientes" (idem) (grifos do original).

Malcher expôs as atividades de assistência do SPI aos Xavante para afirmar que não se justificava,

> "essa torpe exibição de índios nesta Capital e muito menos o apêlo caridoso para que enviem brindes e utilidades a êsses silvícolas, que estão sendo assistidos, dentro dos nossos parcos recursos e muito melhor mesmo do que muita gente que vive na mais completa miséria e abandono aqui perto de nós. – Esta viagem dos Xavante é duplamente irregular, pelo fato de ter sido promovida por um próprio servidor do S.P.I., que contra si tem o agravante de ter abandonado seu Posto sem licença e estar respondendo a dois inquéritos administrativos, inclusive por desvios de dinheiros

> públicos, um deles na propria região dos Xavante, o que poderemos esclarecer se a isso formos obrigados. E finaliza o Diretor do S.P.I.: Estou empenhado em moralizar a repartição a meu cargo e por isto mesmo estou sempre pronto a desmascarar os falsos protetorès, aqueles que à sombra da proteção ao Índio se locupletam com verbas destinadas à assistência dos silvícolas, procurando, com amigos prestigiosos e com elementos da imprensa, ludibriar a opinião pública" (idem) (grifos do original).

Tal nota expressava o conflito já instalado entre Gama Malcher e a família Meirelles.

Gama Malcher: o confronto com Francisco Meirelles

> "Desde os meus tempos na 2ª IR (SPI) no Pará, sempre me preocupei em fazer produtivas as terras reservadas aos índios. É este o 'calcanhar-de-aquiles', ou seja, o ponto vulnerável para os que querem atacar. Não adianta apelar para a necessidade de grandes áreas para caça, pesca, extrativismo, etc. Temos que falar a mesma língua, usar os mesmos métodos dos vizinhos, cortando assim qualquer possibilidade de crítica. Não vejo outra maneira de defender o que resta." (José Maria da Gama Malcher – Carta para o sertanista João Américo Peret, 01/08/1985).

> "Viajei muito, cada vez que viajo é um inquérito que eu abro."
> (Malcher, depoimento a Ney Land e Maria Isabel Lenzi, 1988).

Durante duas décadas, o inspetor Gama Malcher acusou Meirelles de "irresponsabilidade no trato dos dinheiros públicos" (ofício de Francisco Meirelles ao Pres. da Comissão de Inquérito no SPI, 06/05/1968). Os primeiros inquéritos administrativos instalados por Malcher contra Meirelles ocorreram no contexto do afastamento de Cildo Meirelles do SPI.

Apoena Meirelles acusou Malcher de ter perseguido o *pessoal de esquerda* dentro do SPI (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Entrevistado em 1988 para minha dissertação de Mestrado, Malcher afirmou na ocasião que nunca se envolveu com a posição política dos servidores do SPI. Pesquisando os Arquivos do DOPS, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, encontramos na pasta referente aos servidores do SPI a informação que José Maria da Gama Malcher era militante integralista em 1938, num grupo de propaganda vinculado a Plínio Salgado, tendo ficado detido por duas semanas após o fracassado golpe integralista. O sertanista

Antonio Cotrim nos relatou o que o sertanista Telésforo Fontes falava sobre a militância integralista de Malcher no Pará e Amazonas.

José Maria da Gama Malcher participou do primeiro concurso realizado pelo SPI para a renovação e preenchimento de novos cargos, realizado após a reorganização do Serviço em 1940. Num concurso rigoroso que envolveu o conhecimento de regulamentos, processos de assistência aos índios, trabalhos sertanejos, etc., Malcher obteve o 1° lugar. Segundo o Diretor do SPI, Cel. Vasconcelos, desde jovem Malcher se correspondia com Rondon "sobre questões de índios" (Carta do Cel. Vasconcelos, 09/01/1942). Devemos lembrar que o integralismo valorizava o índio e a língua Tupi como símbolos nacionais, citava a "glória" do passado indígena e era xenófobo (Vasconcelos, 1979; Chauí, 1978). Malcher foi imediatamente admitido como inspetor no Maranhão, instalando e chefiando a 3ª Inspetoria do SPI. Em meados de 1941, foi indicado chefe da Inspetoria do Pará, numa tentativa da Direção do SPI em reerguer aquela IR. Segundo o Cel. Vasconcelos, a indicação nada teve a ver com o fato de que o interventor no Pará entre 1937 e 1943 era o tio de Malcher, José Carneiro da Gama Malcher. Apoena Meirelles confundia os dois, surgindo daí interpretações equivocadas (Apoena Meirelles, depoimento para Adrian Cowell, fevereiro de 2002).

A Inspetoria do Pará, dentre todas do SPI, possuía o maior número de postos indígenas de atração. Em 1941, havia dois postos que atendiam ao trabalho de atração e pacificação de subgrupos Kayapó – o do rio Iriri e o do rio Fresco. A inspetoria havia aldeado os índios Gorotire no PIA Rio Fresco e tinha a intenção de localizar aí todos os outros subgrupos Kayapó que incursionavam pelo vale do rio Xingu. Já o posto do Iriri teria o encargo de pacificar os Kayapó daquela zona. Para Malcher, "o modo mais acertado para a pacificação dessa grande tribo, é a sua atração para seu primitivo 'habitat'. Retornando aos campos, certamente readquirirão a cultura perdida e os meios de vida compatíveis com os seus antigos costumes" (Rel. da IR2 de 1941, SARQ/MI, f. 391, fot. 061). Embora não atuasse pessoalmente nas atrações e pacificações, Malcher tomou a si a direção desses trabalhos, orientando detalhadamente as atividades de inspetores e auxiliares envolvidos nessas atividades.

Revelando existir muita dificuldade em delimitar terras para os índios do Vale do Xingu, pois em sua maioria seriam "nômades", Malcher constatou que pelo Decreto nº 3.160, de 19/12/1938, tinham sido reservadas para os Kayapó do município de Altamira, "terras devolutas, de indústria extrativa" (ibid., fot. 058). Toda documentação a esse respeito, inclusive croquis, estava desde 1940 na diretoria do SPI.

Para o inspetor, "essas terras, encravadas em terreno baixo formando um ângulo natural por dois igarapés, não podem de forma alguma servir para tão numerosa tribo (...) os Kayapó sempre viveram em campos e não podem sem prejuízo ser localizados fora de seu verdadeiro *habitat*" (idem). Malcher observa que os índios Asuriní e Arara, por viverem em "contínuas lutas" com os Kayapó, "só mais tarde poderão ter suas terras reservadas" (idem).

Durante a 2ª Guerra Mundial, os índios da Inspetoria do Pará sofreram as pressões econômicas da intensificação da produção da seringa, além das inúmeras indústrias extrativistas e do início de atividades garimpeiras na região. Nessa época, Malcher viu americanos fazendo prospecções em várias regiões da Amazônia, e comprando terras ricas em minério, próximas às áreas indígenas. Concentrando seus esforços no aumento da produção econômica dos índios aldeados, a IR2 utilizou o ensino rural para ampliar a área plantada e a produtividade do trabalho indígena. As reivindicações de novos "terrenos" estavam então voltadas para o *desenvolvimento* das ações dos postos, como a solicitação de "2 léguas de frente por 2 léguas de fundo" (Relatório da IR2, 1942, SARQ/MI, f. 391, fot. 070) para o PIA Gorotire.

Em janeiro de 1945, Malcher solicitou ao Interventor no Estado do Pará, Cel. Joaquim Barata, que modificasse o antigo Decreto nº 3.160, de 1938. Segundo o inspetor, aquela "doação foi a título precário, enquanto os índios lá permanecessem, não sendo possível localizar essa tribo sem que lhe seja garantida a posse definitiva das suas terras, pois, eles lá estão aldeados, além de instalado o posto desde 1941" (Malcher, ofício de 13/01/1945, SARQ/MI, f. 98, fot. 1277). Tal território, mantido o objetivo de indústria extrativa, compreendia toda a extensão dos igarapés Riozinho e Fortaleza, trecho da área de "perambulação" dos Gorotire. A 21 de março daquele ano, pelo Decreto nº 304, o Interventor Federal concedia a área solicitada pelo SPI.

Malcher pretendia investir nas "possibilidades econômicas da tribo e terras da reserva", dotando o PIA Gorotire "de todo o necessário para sua completa emancipação econômica" (Carta de 10/06/1946, SARQ/MI, f. 379, fot. 0454). O inspetor pretendia localizar os Kayapó que fossem pacificados "na reserva que é enorme e conta com todo o necessário para sua manutenção, sem quebra de cultura, meio ambiente, etc." (idem). Desde que assumira a inspetoria, Malcher afastara inúmeros servidores que participavam dos trabalhos de atração, identificando irregularidades nos quadros do Serviço. Não confundia isso com a existência de defeitos advindos da dura vida no sertão, afirmando que os bons servidores viviam "na bitola estreita das paixões

pessoais" (Relatório anual de 1945, SARQ/MI, f. 391, fot. 0229). Reconhecia assim que a propaganda ideológica do SPI não motivava a maioria de seus trabalhadores.

Malcher cobrava à direção do SPI uma tarefa inadiável, a necessidade de legislar com urgência "a situação das terras onde vivem índios hostis ou arredios, além das reservas já cedidas para as tribos pacíficas. É um crime pacificar uma tribo, trazê-la ao convívio do homem civilizado para depois deixá-la desaparecer porque foi escravizada, contaminada de moléstias e as suas terras saqueadas por qualquer aventureiro ávido de fortuna fácil" (Carta de 10/06/1946, SARQ/MI, f. 379, fot. 0454).

A partir de 1947, o inspetor foi transferido para a diretoria do SPI no Rio de Janeiro, vindo a chefiar a Seção de Orientação e Assistência (SOA). Em fevereiro de 1951, Malcher tornou-se diretor do SPI. Nesse cargo, em setembro daquele ano respondeu ao Ministro da Agricultura a respeito de um requerimento de informações da Câmara dos Deputados, sobre as providências adotadas pelo SPI para a pacificação dos Kayapó do Pará. No texto, o diretor do SPI detalhou a instalação progressiva dos postos de atração daqueles índios, revelando que a corrupção era grande – trabalhadores responsáveis por esses serviços afastaram-se do SPI para tornarem-se seringueiros nas próprias terras dos índios, ou venderem em proveito próprio o material necessário aos trabalhos de pacificação. Ao mesmo tempo, prefeitos como o de Altamira seguidamente espalhavam boatos de que sua cidade estaria cercada por *milhares* de Kayapó, para justificar tanto violentas atitudes repressivas, como a queda da produção seringalista. Havia casos também, na disputa pelo controle da produção de seringa, de um seringalista trucidar outro seringalista e seus trabalhadores, colocando a culpa da chacina nos Kayapó (Malcher, Informação de 15/09/1951, f. 286). Isto também ocorria com castanheiros e em outras atividades extrativas, todos explorando com "habilidade" (idem) os ataques e a hostilidade Kayapó para reivindicar aumento da força militar repressiva.

Era urgente a regulamentação do art. 216 da Constituição, referente ao direito dos índios à posse de suas terras, já que a maior parte das áreas das aldeias indígenas no Pará se encontravam arrendadas em 1951. No âmbito do Estado, não havia interesse em definir o que era terra devoluta ou terra de índio, alegava-se que os índios eram nômades, não possuíam roças, etc.

Malcher propôs então que o SPI pudesse receber novas atribuições e meios, passando a desbravar o Sul do Pará, abrindo estradas, construindo campos de aviação e pacificando tribos hostis. Ele se tornaria "vanguarda", um órgão de

"colonização em bases modernas – sociais e sobretudo humanas" (idem, fot. 0222), num plano idêntico ao desenvolvido pela Fundação Brasil Central, através dos irmãos Villas Boas. Com "recursos e maiores atribuições na região, o SPI realizaria, em concordância com outros órgãos especializados, a colonização e fixação do homem ao solo da Amazônia" (ibid., fot. 0223).

Malcher ficaria na direção do SPI até 1955, sendo afastado por defender a criação do PQXIN (*O Correio da Manhã*, 05/08/1955). Em 1956, o inspetor preparou um balanço sobre a ação do SPI no Brasil, onde advogava a necessidade de moralização e reformas urgentes no Serviço. A solução era diminuir o número de PIs, aproveitando melhor as terras reservadas aos índios. Malcher sintetizou suas idéias com a frase "diminuir a quantidade para melhorar a qualidade" (Malcher, ofício de 08/09/1956, SARQ/MI, f. 334, fot. 1119). Os postos indígenas seriam reduzidos e localizados em nove reservas. Haveria transferência de tribos vizinhas às reservas. Para Malcher,

> "teoricamente o índio, como nós outros, não abandona a terra em que nasceu. Sem dúvida a tese é muito lírica, mas, se na terra em que nasceu ele está morrendo, está sendo espoliado, e em outra próxima ele tem oportunidades de melhor vida, de poder plantar, de ter assistência médica, orientação escolar para que ele e os seus desenvolvam-se no seu próprio meio, é lógico que essa mudança se fará. Que digam os nordestinos!" (idem, fot. 1120).

Na época, Malcher sugeriu a modificação da área do projeto do PQXIN de modo a abranger os subgrupos Kayapó isolados do Sul do Pará, até a região do PIA Gorotire. Segundo o inspetor, as pacificações teriam por objetivo a transferência dos índios para o PQXIN, "grupos como os Xikrin e Dióre que vivem no Itacauína (Tocantins), Araguaia e o rio Fresco, poderiam, oportunamente, ser transferidos, terminando assim a hostilidade em que vivem com seringueiros, castanheiros, etc. – dando-lhes ensejo de assistência mais positiva" (idem, fot. 1122).

No decorrer da década de 50, enquanto Diretor do SPI, Malcher afastou Cildo Meirelles do órgão a partir de inquéritos administrativos, punindo Francisco Meirelles quatro vezes com advertências e suspensões na sua gestão. Malcher acusava de corruptos os jornalistas e cinegrafistas que acompanhavam Francisco Meirelles. O escândalo provocado em 1961 pela notícia da divulgação de fotos de antropofagia dos índios Pakaa Nova, pela revista *O Cruzeiro*, fez Malcher denunciar o autor da reportagem, Fernando Cruz, de desvio de verba e corrupção. Cruz havia sido readmitido no SPI por Meirelles, que defendeu esse trabalho fotográfico na imprensa ("São antropófagos os Pakaás Novas, reafirma Meirelles", *O Globo*, 04/01/1962). Segundo

Malcher, o jornalista teria manipulado os índios para produzir tal seqüência de fotos. Além de associar Cruz a Meirelles, Malcher explicou a um repórter que o SPI naquele momento era liderado por dois grupos: o de Francisco Meirelles,

> " '(...) que utiliza todos os recursos e meios lícitos ou não para se locupletarem com verbas e campanhas de pacificação'. De uma feita, 'para pacificar meia-dúzia de Kaiapó', o sr. Meirelles fêz despesas superiores a cinco milhões de cruzeiros, dos quais, um milhão o SPI, quando diretor o próprio sr. Malcher, foi obrigado a pagar. O sr. Fernando Cruz protegido e discípulo do sr. Meirelles, vendeu gado da Inspetoria do Pará por mais de um milhão de cruzeiros e nunca prestou contas, respondendo, por isso, a um inquérito que em nada resultou. 'Êsse grupo, além de manobrar vultuosas verbas e justamente por isso, inventa periòdicamente ataques de índios ferozes, pacificação de índios, antropofagia etc. Além de se beneficiar diretamente, o grupo beneficia também e grandemente, os seringalistas que expulsam os índios das suas terras, geralmente ricas, e delas se apossam. Outros beneficiados são os exploradores de garimpos que tentam, por êsse processo, afastar os índios de rios, cachoeiras ou terras ricas em pedras preciosas, semipreciosas, inclusive o cristal-de-rocha e o ouro.
> Um outro grupo, liderado pelos irmãos Villas Bôas, luta pela real assistência e amparo dos índios. São considerados sertanistas autênticos e contra êles tudo tem sido feito para que jamais alcancem a direção do SPI. Sabem de tôdas as irregularidades e seus autores, e, se tal ocorresse, com elas acabariam. São partidários da criação de mais reservas para os índios e da adoção de um plano de assistência que de fato eleve o nível de vida das tribos, arrastando-os, assim, para a civilização. São contra o processo até aqui usado porque só dá ao índio doenças, que os brancos lhes levam, exploração e vícios" (*Tribuna da Imprensa*/RJ, 28/12/1961).

Malcher se perfilava ao grupo dos Villas Bôas.

Gama Malcher colaborou ativamente com a Comissão de Inquérito no SPI presidida pelo Procurador da República Jader de Figueiredo Correia, cujos resultados atingiram Francisco Meirelles. Além de combater as denúncias de genocídio dos índios divulgadas pela imprensa, o indigenista, então diretor do Depto. de Patrimônio Indígena da FUNAI (1968), envolveu-se com os trabalhos de atração de índios, defendendo o monopólio da FUNAI nesta prerrogativa. A FUNAI carecia de quadros e Malcher divulgou pela imprensa que tentava, desde 1954, criar "na Ilha de Bananal, uma escola formadora de sertanistas, onde possam os antropólogos aliar o conhecimento teórico à prática no trato com índios e com a selva" (*Correio da Manhã*, 11/12/1968).

A síntese das idéias e experiências de Malcher estão na entrevista que deu ao semanário *Opinião* (13/06/1975). Aí enumera a rede de relações que estabeleceu com jornalistas e jornais para a defesa dos índios: Antonio Callado no *Correio da Manhã*, Eneida no *Diário de Notícias*, Jorge Ferreira e Zé Medeiros em *O Cruzeiro*, etc. Assinala que Curt Nimuendajú lhe abriu os olhos para as falhas de orientação do Mal. Rondon (v. Freire, 1990), mas Malcher discordava de Nimuendajú na questão da

violência. Malcher acreditava que a violência devia ser enfrentada com violência, "era preciso usar a violência contra aqueles que insistiam no extermínio dos índios" (*Opinião*, 13/06/1975, p. 9). Em 1982, por discordar da política indigenista brasileira, Malcher devolveu ao Pres. da FUNAI, Paulo Moreira Leal, a Medalha do Mérito Indigenista ganha em 1976 (Jardim, 1985, p. 78).

Francisco Meirelles no Pará

Quando Lourival da Mota Cabral assumiu a Direção do SPI (1955), Meirelles foi trabalhar junto ao diretor. Nesse ano, depondo na CPI sobre alienação de terras em Mato Grosso, não comprometeu nem o SPI nem o governo estadual sobre o que ocorreu relativo à concessão de terras nas áreas indígenas de Mato Grosso (Menezes, 2000, p. 214).

O sertanista Francisco Meirelles assumiu a chefia da Inspetoria do Pará em 1957, transferido de Rondônia pelo então Diretor do SPI, Gal. José Guedes. Segundo Expedito Arnaud, os seringalistas do Pará exigiram que Meirelles assumisse os trabalhos de pacificação dos Kayapó.[44] Para instalar as expedições de atração, Meirelles chamou os intérpretes Jê que trabalhavam no PI Gorotire: Afonso Alves da Cruz, Júlio Reinaldo de Moraes (Camiranga) e José Fontenelle. O sertanista montava as turmas com quatro ou cinco trabalhadores do SPI e mais de 15 seringueiros cedidos pelos patrões. Não havia alternativa, o SPI não tinha dinheiro, dependiam dos seringalistas. Excepcionalmente seguiam na expedição um número grande de seringueiros, 50 ou 60 (Afonso Cruz, entrevista a Oséas Silva, 2003).

Meirelles fazia duas ou três reuniões com a equipe para orientar como deviam proceder na atração. Recomendava principalmente atirar para cima num confronto, explicando que um grupo indígena era diferente do outro, por isso as atividades de atração eram diferentes. Afonso Cruz afirmou que o sertanista discutia suas idéias e aceitava sugestões de como proceder na hora do contato. Dominando uma língua Jê, Cruz não correu perigo junto aos Kayapó, mas foi flechado na atração dos Arara (PA), um grupo Tupi. Muitos índios que Meirelles levou para as cidades (Altamira, Belém) retornaram para as aldeias gripados, causando grande mortandade. Cruz citou que num grupo Kayapó, de 130 morreram 56 índios (idem).

---

[44] O pesquisador Expedito Arnaud detalha alguns fatos da gestão de Meirelles no seu livro *O índio e a expansão nacional* (1989).

Após pesquisar os relatórios originais dessas atividades de atração, apresentamos o relato de Meirelles de como se deu o contato com os índios Kokraimôro do cacique Iracury:

> "Afligindo e assolando os seringueiros e moradores do Rio Novo e Igarapé Preto, e causando grandes prejuízos na extração de borracha dessa região, vinha o grupo de índios Caiapós cognominado "KOKRAIMÔROS", nome herdado de seu chefe, dissidente da parte mais numerosa conhecida por "KUBENKRANKEIN".
> Ao iniciarmos os trabalhos de pacificação na região Xingú, tivemos logo nossas vistas voltadas para esses índios, pois eram eles, juntamente com outros chefiados pelo chefe "BEBNOTE", os principais responsáveis pelas constantes mortes de seringueiros e castanheiros da citada região.
> Assim é que, organizada nossa expedição, num total de 40 homens, todos armados e equipados, embarcamos na lancha "COSTA NUNES", de propriedade do Snr. Anfrisio Nunes, seringalista do Rio Iriri, que transportou pessoal e mercadorias até o Rio Novo, local onde ficou situado o barracão sede do seringal do Snr. Coriolano Alves. Dalí nos apanhou outra lancha do seringalista Isaac Benarroch, levando-nos à sede de seu seringal. (...) num dos reconhecimentos, o índio Gorotire por nome Baraô, veio ofegante trazer-nôs a notícia de que havia dado com a "batida" fresquinha de outros índios, eram muitos e se dirigiam ao encontro deles, fomos dormir a uma meia légua do lugar onde estavam acampados, com mulheres e crianças. Combinou-se que madrugada ainda, quando de todo não estivessem espalhadas as trevas da noite, aproximaríamos do acampamento deles, e, assim que clareasse o dia, apertaríamos o cerco, dando os índios Gorotire, que levamos como intérpretes, "fala" aos outros procurados, dizendo nossos propósitos amigos, e procurando entendimento com o chefe do grupo encontrado. Ao falarem os índios intérpretes as primeiras palavras, estabeleceu-se grande confusão entre os índios; falavam os homens, e choravam e se lamentavam as mulheres e crianças. Alguns assumiram atitudes hostis, com rifles e espingardas em posição de atirar. Os Gorotires porém continuavam discursando, dizendo-lhes que eram parentes e amigos, e vinham com propostas pacíficas dos brancos para eles e nada receassem.
> Ao mesmo tempo que falavam, íamos-nos todos aproximando deles, com nossas armas de cano voltado para o chão. Então adiantou-se um índio novo e muito robusto, que depois viemos a saber ser o Apiotí, lugar tenente do Iracury, chefe da aldeia e que nos dizia que o chefe mandava dizer que parlamentaria conosco, porém primeiro desejava que deixássemos saírem as mulheres e crianças, pois estas se achavam com muito medo. Atendemos ao pedido, saíram as mulheres acompanhadas de alguns índios. Logo depois que se retiraram as mulheres e crianças, apareceu numeroso grupo de índios com armas nas mãos, enquanto outros permaneciam armados mas dentro das casas. Apresentou-se afinal Iracury chefe do grupo, acompanhado de seu pai, velho índio, ainda forte, porém. Perguntou quem éramos e o que queríamos. Começamos então a explicar-lhe nossa missão; não era justo que eles continuassem matando seringueiros, esses nada faziam a eles e, se alguma coisa praticavam de mal, era em represália ao que vinham sofrendo. Dissemos-lhes que em paz conosco, vivem já diversos parentes seus, como provamos com os gorotires ali presentes. Explicamos que para possuírem armas de caça, não precisavam matar pessoas; vissem os gorotires que estavam conosco, tinham armas e viviam como amigos e satisfeitos ao nosso lado.
> Explicamos mais que não somente armas de caça, mas ferramentas de trabalho e outras utilidades lhes daríamos também, se vivessem pacificamente em nossa companhia. Enquanto falávamos aos novos índios, os gorotires deram-se a conhecer aos outros e muitos encontraram ali parentes, tios, primos, um deles o índio "Menaboro" a sua própria mãe. Procurou-a internando-se na mata com um velho índio, marido agora de sua mãe. Assim fomos consolidando o contato e amizade com esse grupo de índios; contaram que a princípio pensaram que éramos outra gente ou seja o grupo de "Kokraimôros" com o qual brigaram recentemente e levaram desvantagem por terem menor número de armas. Esclareceu que esse outro grupo é chefiado pelo índio "Bebnote".

> Enfim, depois de muito conversarmos resolveu mandar buscar as mulheres e acampamos, nós todos com eles. Naquela noite Iracury discursou para o povo dele, falando que até aquela data tinha sido um grande inimigo dos cristãos, sempre foi instruído para ver no homem branco um inimigo que precisa ser extinto, agora porém tinha tido oportunidade de conhecer os homens brancos e com eles conversar. Assumiu um compromisso e pedia que fosse respeitado por sua gente e era dali por diante nunca mais fazer mal aos brancos, que moravam naqueles rios. E tem dado depois disso, esse chefe Iracury sobejas provas de sua lealdade e amizade conosco, pois dessa data em diante se tornou grande aliado nosso e tem sido fator decisivo nas pacificações posteriores que temos feito. Saindo ele com seu pessoal fazendo a vanguarda de nossa expedição e como grande conhecedor da região nos tem poupado de muitas caminhadas ou perdidas, e mesmo de outros insucessos. Demonstrando sempre grande espírito de compreensão e responsabilidade em sua nova fase de vida, é elemento precioso..." (SARQ/MI, f. 132, fot. 094 a 096; F. 125, fot. 2231).

Após o contato, realizado em abril de 1957, Meirelles dividiu a expedição em dois grupos: o seu, que direciona para o rio Curuá, na tentativa de atrair índios Kararaô; o outro, chefiado pelo auxiliar de sertão Raimundo Pinto de Araújo, ordena ir atrás dos Kokraimôro chefiados por Bebnote. Nesta expedição seguiram como intérpretes quatro índios Gorotire, além de alguns Kokraimôro recém-contatados. Araújo obteve êxito no contato e os grupos Kokraimôro se aliaram (Boletim interno do SPI, 1962, n. 56). Restava ainda um pequeno grupo de 15 índios a ser contatado, mas no relatório apresentado a Meirelles, Araújo comemorava seu feito: "dentro em breve (...) mais nenhum silvícola (...) causará impecilho aos civilizados que se encontram nas duas primeiras partes do curso do rio Xingu" (SARQ/MI, f. 149, fot. 0596).

Em seqüência, foram pacificados índios Kararaô que faziam "estrepolias" pelos rios Iriri e Curuá, deixando uma "esteira de inquietações e depredações pela região" (idem), além dos Menkrangnotí do igarapé Bom Futuro, afluente do Curuá.

Meirelles planejava atrair os Menkrangnotí do rio Iriri no final de 1957, mas as condições do rio atrapalharam a movimentação da expedição, ao mesmo tempo que no rio Tapajós índios desconhecidos matavam uma mulher e três crianças no afluente rio das Tropas. Deslocou então a expedição para o Tapajós, repetindo o que fazia ultimamente, socorrendo as áreas atacadas por índios (Meirelles, carta para a SPVEA, 03/11/1957; SARQ/MI, f. 130, fot. 01740).

Em junho de 1958, Meirelles organizou finalmente nova expedição para atrair os índios Menkrangnotí do rio Iriri. O grupo era formado por índios Gorotire, Kararaô e Menkrangnotí do rio Curuá, além de trabalhadores e os intérpretes auxiliares como Afonso Alves da Cruz e Júlio Reinaldo de Morais (Camiranga). No Iriri, as famílias seringueiras fugiam ante os ataques dos índios. A expedição subiu o rio e acampou numa ilha frontal ao igarapé onde os índios circulavam. Os índios propuseram

a Meirelles irem sozinhos fazer o contato auxiliados pelos intérpretes. Cerca de 30 índios e os intérpretes seguiram para a aldeia Menkrangnotí, estimando a volta em 6 dias. Passados 10 dias, não haviam retornado. Meirelles solicitou a auxiliares que conseguissem junto a seringueiros um reforço de mantimentos, armas e homens. Depois de 38 dias, índios e intérpretes voltaram, relatando o sucesso da missão. Vinham acompanhados de guerreiros e do chefe Menkrangnotí, pintados e adornados como numa festa. Meirelles e o chefe discursaram, o sertanista afirmando que os índios não precisavam matar mais ninguém para conseguirem armas, passando em seguida a distribuir 30 espingardas e um rifle. Com a chegada de um avião Catalina no rio Iriri, é realizada nova distribuição de munição, armas e mercadorias. O grupo voltou a Altamira (PA) depois de cinco meses de expedição (v. Boletim interno do SPI, 1962, n. 56).

Ainda em 1958, os seringalistas do Pará encaminharam à direção do SPI elogios sobre os trabalhos de pacificação dirigidos pela "figura extraordinária do sertanista Francisco Meirelles" (Arnaud, 1989, p. 463). Na época, Meirelles afirmou que essas pacificações abriram "aos civilizados extensas e ricas áreas para o trabalho aumentando a fortuna pública e privada" (SARQ/MI, f. 132, fot. 0104). Por isso, não era justo deixar

> "esses índios, que se entregaram tão confiantes à nossa amizade, em estado de dificuldades e quase abandono, na nova vida econômica e social a que os colocamos, tirando-ós do seu *habitat* primitivo, para a nossa complexa vida de civilizados. Mesmo porque se não lhes dermos assistência real e efetiva, poderão ganhar novamente as matas o que seria desastroso para todos nós" (idem) (grifo do autor).

O sertanista tentou reservar uma área de terras devolutas para os índios Kokraimôro, recém-pacificados, baseando-se na legislação de terras do estado do Pará (arts. 97 e 100 do Decreto nº 1.044, de 19/08/1933). O território reivindicado correspondia à região onde os Krokraimôro tinham algumas malocas (SARQ/MI, f. 132, fot. 060 a 062) Em 1961, Meirelles contabilizou 16 processos de pedidos de terra indígena no Pará sem resposta (Boletim Interno do SPI nº 47, 1961, p. 3). Entretanto, em poucos anos os índios atraídos por Meirelles foram dizimados por doenças, fome, falta de espaço, etc. Isto aconteceu com os Kokraimôro e os Menkrangnotí, encontrados nessa situação pelo antropólogo Carlos Moreira Neto, em 1958. O antropólogo não culpou Meirelles pelos desacertos do SPI, pelo contrário, reconheceu que este portou-se nas pacificações com "bravura e espírito de sacrifício" (Moreira Neto, 1959, p. 57).

Contudo, afirmou que Meirelles errava ao utilizar a técnica de transferir "agrupamentos recém-pacificados para lugares alheios à sua localização tradicional" (ibid., p. 58).

O sertanista José Porfirio Carvalho contou que Meirelles era despreocupado com suas prestações de contas e que muitas vezes não havia como comprovar despesas, pedindo recibos a vaqueiros, regatões, barqueiros, etc. (Carvalho, entrevista ao autor, 2002). Meirelles disse a Carvalho, no início dos anos 70, que no caso do Pará não havia alternativa, tinha que aceitar o concurso dos seringalistas ou deixar os índios serem caçados.

Durante a década de 50, os jornais do Pará eram veículos dos interesses dos seringalistas, produzindo matérias que desqualificavam os agentes indigenistas (Cícero Cavalcanti, Telésforo Fontes, Gama Malcher, etc.). No início da década, se encontravam publicadas raras denúncias, indicando que os seringalistas matavam quem lhes criasse obstáculos, fossem índios ou civilizados.[45]

A atitude dos seringalistas muda com a chegada de Meirelles a Belém, mas a realidade do SPI era a mesma. Embora o diretor do órgão reafirmasse que o papel do SPI era apoiar a produção econômica e defender a economia amazônica (Relatório anual do SPI, 1958, p. 12; SARQ/MI, f. 132, fot. 000118), os trabalhos de atração e pacificação no Pará foram constantemente interrompidos pela falta de verbas. Os recursos da SPVEA não eram repassados ou chegavam muitas vezes à IR2 quantias irrisórias, interrompendo pacificações em curso. O SPI sempre reivindicava anualmente a quantia estabelecida num plano de pacificação de 1951, nunca efetivado (SARQ/MI, f. 380, fot. 1395 a 1409). O plano qüinqüenal da SPVEA (1956–1960) previa a instalação de colônias indígenas em vários estados, inclusive junto aos Kayapó no Pará. Em 1959, o SPI ainda reivindicava à SPVEA a verba que nunca havia sido repassada (SARQ/MI, f. 132, fot. 0117 a 0133).

Francisco Meirelles chegou a recorrer ao Banco de Crédito da Amazônia para que fossem liberados para os trabalhos de pacificação a dotação destinada à "assistência aos filhos dos seringueiros". Para o sertanista, a pacificação salvaria o seringueiro da "fúria violenta do índio bravio (...) salvando da morte ou da penúria a criança, filha do seringueiro" (Meirelles, ofício de 07/03/1958, SARQ/MI, f. 132, fot. 113).

---

[45] V. *Folha Vespertina* (Belém/PA) de 30/01/1950; 12/07/1951; 14/07/1951; 17/07/1951; 14/02/1952; 18/08/1953; *Folha do Norte* (Belém/PA) de 25/01/1951; 17/02/1952.

No final dos anos 50, o Diretor do SPI, Gal. José Guedes, investiu contra a proposta do PQXIN em tramitação no Congresso Nacional. Sua idéia era desmembrar e reduzir qualquer proposta de grande reserva no Norte de Mato Grosso e Sul do Pará. Na região, índios Kayapó, como os Xikrin da região de Altamira (PA), ainda matavam para se defender de garimpeiros que invadiam seus domínios (Relatório anual do SPI, 1959), e os trabalhos de abertura da Rodovia Belém–Brasília ameaçavam a sobrevivência dos subgrupos Kayapó ainda isolados. Apesar das solicitações feitas ao governo do estado, nenhum território foi cedido legalmente aos Kayapó naquela década.

No início dos anos 60, Meirelles denunciou os irrisórios salários pagos pelo SPI que impediam a contratação de pessoal, além da falta de assistência médica nos PIs (*Última Hora*/RJ, 04/02/1960). Em 1961, os índios Xikrin mataram garimpeiros no rio Xingu, nas proximidades de Altamira. O prefeito da cidade anunciou a formação de um grupo armado para matar esses índios, caso não houvesse providências do governo federal. Diante dos fatos, Meirelles organizou uma expedição de pacificação com índios Gorotire, Menkrangnotí, Krokraimôro, Xikrin contatados e Xipaia. Durante três meses, cruzaram serras e rios, enfrentando privações, fome e sede, atravessando inúmeros terrenos pantanosos com água pelo peito, sendo atacados por animais peçonhentos. Meirelles lembrou que passaram a noite de Natal sem nada para comer, nem mesmo café.

A expedição recebeu reforços, sendo os trabalhos de atração divididos em duas turmas, uma seguindo por terra, chefiada pelo auxiliar de sertão Orículo Castelo Branco, a outra pelo rio Bacajá, sob o comando de Francisco Meirelles.

O grupo de Castelo Branco fez o contato com os Xikrin, com Meirelles chegando quando já havia confraternização, aproveitando para explicar as intenções do grupo ao chefe indígena. O sucesso da atração levou autoridades municipais e estaduais a solicitarem que o PI onde os índios foram aldeados se chamasse Francisco Meirelles, contra a vontade do sertanista.

Outras expedições foram realizadas por Meirelles para consolidar os contatos efetuados com os grupos Kayapó. O então Diretor do SPI, Ten. Cel. Moacyr Coelho, participou da expedição que levou medicamentos e brindes diversos para os Menkrangnotí (Boletim interno do SPI, 1962, n. 64), dirigida para propósitos propagandísticos. Meirelles foi então transferido para Brasília, assumindo a chefia da Seção de Orientação e Assistência (SOA) e a função de diretor substituto do SPI em 1963, ainda na gestão Coelho. Quando Noel Nutels assumiu o SPI (1963–1964),

Meirelles foi transferido para Rondônia. Na época do golpe militar de 1964, fugiu para a Bolívia, na tentativa de encontrar um caminho para chegar ao Rio de Janeiro sem ser preso (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003).

Apoena Meirelles conta que, após 1964, Francisco Meirelles estava com Cláudio e Orlando Villas Bôas numa missão no Pará. Ao retornarem a Brasília de avião, os irmãos Villas Bôas impediram que Meirelles fosse preso (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002).

Francisco Meirelles voltou a chefiar a Inspetoria do Pará entre setembro de 1964 e novembro de 1967. Durante esse período, o Governador do Pará, Cel. Jarbas Passarinho, financiou todas as atrações de índios realizadas no estado. Em meados de 1967, Meirelles promoveu as primeiras investigações "sobre uma suposta tentativa de ataque de índios desconhecidos ao destacamento da Aeronáutica na Serra do Cachimbo" (Meirelles, ofício ao Diretor do SPI, 06/07/1967). Algumas famílias Kreen-Akarore (Panará) que tentavam um contato pacífico com o efetivo militar da base de Cachimbo, foram rechaçadas à bala e a sobrevôo de avião. Entendendo como prenúncio de um ataque indígena de maior vulto ou temendo pela presença de guerrilheiros na área – havia quem dissesse que Che Guevara estava lá (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002) – os militares mandaram um reforço de tropas em vôo noturno, que se perdeu na Amazônia e caiu matando todos que estavam a bordo. Dando início às investigações do acidente, Meirelles provou a intenção pacífica daqueles índios e solicitou a imediata atração dos Kreen-Akarore.

A pacificação dos Cinta Larga

O Ministro do Interior, Gal. Albuquerque Lima, havia ordenado a instauração de uma Comissão de Inquérito no SPI em 1967. Devido às acusações de má gestão de recursos públicos, Meirelles sofreu prisão administrativa por 30 dias. [46] Ao sair da chefia da Inspetoria do Pará, o sertanista é transferido para Mato Grosso com o objetivo de iniciar os trabalhos de atração dos índios Suruí e Cinta Larga, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 1966 pelo inspetor Hélio Bucker, Chefe da 6ª IR (Cuiabá) (Bucker e Bucker, 2000, p. 92 – 95; Dal Poz, 1994, p. 30-31).

---

[46] De acordo com o art. 214 e seus parágrafos da lei nº 1711, de 28/10/1952. Portaria Ministerial nº 297, de 13/10/1967, publicada no D.O.U. de 26/10/1967.

O sertanista reivindicou ao delegado ministerial na FUNAI, José de Queirós Campos, que impedisse a "progressão violenta" da frente composta por mais de oito mil garimpeiros a ameaçar os índios (Queirós Campos, ofício nº 012/68, 26/03/1968, dirigido ao Ministro do Interior). Meirelles sobrevoou os vales dos rios Aripuanã e Roosevelt, onde habitavam esses índios. Localizou 21 aldeias, 20 Cinta Larga e uma Nambiquara. Descobre então que missionários da MNTB já haviam plotado tais aldeias, investindo na região.

O Chefe da 6ª IR, José Melo Fiuza, revelou a Meirelles que fazendeiros e seringalistas de Rondônia "estavam interessados na pacificação dos índios Cinta Larga, e dispostos a cooperar com a FUNAI para encontrar uma solução para o angustiante problema que os atinge muito de perto" (Meirelles, Relatório de 31/12/1968 ao Secret. Executivo da FUNAI). Os Cinta Larga reagiam à invasão de suas terras flechando gado, ferindo ou matando trabalhadores, garimpeiros, "atacando tropeiros e comboios de mercadorias" (idem). Seringalistas e fazendeiros queriam pagar os trabalhos de atração, desde que fossem dirigidos pelo sertanista. Meirelles retrucou que tal confiança o honrava e sensibilizava. Álvaro Villas Bôas, Diretor de Assistência da FUNAI, autorizou a iniciativa, sendo organizada a expedição. O local de penetração foi onde se davam os conflitos, por ser o local onde residiam as maiores fontes de abastecimento dos Cinta Larga.[47]

Meirelles procurou trabalhadores que não tivessem integrado *frentes pioneiras* e confrontado com esses índios. A idéia era contratar antigos companheiros da pacificação dos Pakaa Nova. Em Vilhena (RO), encontrou-se com o sertanista João Américo Peret e seu grupo, que trazia instruções do Pres. da FUNAI para que a atração tivesse o maior número possível de frentes. Meirelles pensava de forma diferente, queria que as duas equipes conjugassem esforços, até os índios responderem aos métodos de atração deles.

Desde a entrada na região dos Cinta Larga, por um antigo varadouro, a expedição deixou brindes para os índios nos locais em que estes transitavam. Os índios Gavião (igarapé Lourdes) trabalhavam como intérpretes, discursando na direção da mata, ao entardecer, para explicar os objetivos da expedição. Os índios Cinta Larga retribuíam os brindes e não hostilizavam a equipe.

---

[47] Esta é a versão divulgada no relatório de Meirelles, que não fala numa *Operação Cinta Larga* nem na participação estadual e municipal no plano de atração, citadas por Daz Poz (1994, p. 32).

A expedição chegou a um igarapé que denominaram 7 de Setembro, instalando aí a base de atração. Encontram vestígios dos índios nas proximidades, além de alguns tapiris de caça. Elegeram um tapiri como ponto de aproximação com a FA, limpando o local, colocando novos brindes e abrindo uma picada até o acampamento. Foi o começo da *fase do namoro*, com intensa troca de brindes, e a expectativa de um contato amistoso.

Encaminhadas as diretrizes para contato no PIA 7 de Setembro, Meirelles voltou a se preocupar com as outras aldeias Cinta Larga, espalhadas por uma região do tamanho do estado de São Paulo. Queria agora controlar a segunda frente de atração dirigida por Peret, com intenção de "fiscalizar todo o *front* territorial dos Cintas Largas que dá para a rodovia BR-364" (Meirelles, Relatório de 31/12/1968 ao Secret. Executivo da FUNAI). Tal vigilância evitaria choques e proporcionaria "através de uma grande ofensiva" o contato "definitivo e pessoal" (idem) com os índios. Os índios contatados – tal como nos Kayapó – sairiam com a expedição para pacificar outras aldeias. Entretanto, diante do retraimento dos índios, o sertanista optou por deixá-los à vontade, ordenando que sua equipe não forçasse o contato. Meirelles conhecia a riqueza do solo onde viviam aqueles índios, e imaginava os massacres que haviam sofrido pela cobiça de garimpeiros e seringueiros.

Já idoso, se locomovendo centenas de quilômetros em carrocerias de caminhões, o sertanista sentia

> "a tremenda responsabilidade de mais uma nação indígena atraída ao nosso convívio. A injustiça dessas atrações se não fôr resguardado o futuro dêsses pobres índios, felizes agora em seus 'habitats' naturais, caso não seja encarada a situação, com serenidade e critério por tôda a administração estatal, principal responsável pelo destino dos mesmos. Urge, pois, que medidas eficazes sejam tomadas, paralelamente aos trabalhos de atração, a fim de evitar o esbulho e a espoliação de que tem sido vítima a maioria das tribos indígenas que, acreditando nas promessas que se lhe faz de uma vida melhor, em nosso convívio, se convertem em tristes e indesejáveis párias. Uma vez atraídos é necessário que os atuais magnatas da propriedade da terra não se apóssem de suas glebas, como costumam fazer com a cumplicidade, ou pelo menos com a tácita aprovação ou mesmo fria indiferença de certos governantes.
> Quando em 1953 denunciei pessoalmente ao Presidente Vargas e pùblicamente, em entrevista ao vespertino 'O Globo', que as terras dos índios Chavantes estavam sendo invadidas e vendidas pelo Governador do Estado de Mato Grosso, fui punido com a suspensão por 30 dias e nenhuma medida foi realmente tomada para salvaguardar as referidas terras" (Meirelles, Relatório de 31/12/1968).

O último confronto com Malcher

Ainda em 1968, Meirelles continuou a se defender diante da devassa das atividades do SPI. Na defesa que apresentou ao presidente da Comissão de Inquérito que investigava irregularidades no órgão, o sertanista procurou rebater 19 denúncias.[48] O sertanista classificou Malcher de "inimigo gratuito, caluniador", que cometeu irregularidades na chefia do SPI, foi suspenso e depois exonerado. Além disso, nada teria feito na IR 2, com "verbas faustosas". Em suma, para Meirelles, Malcher "nunca fez nada de útil ao índio" (Meirelles, ofício de 06/05/1968).

A Comissão de Inquérito instituída apresentou em setembro de 1968 seu relatório final ao Ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Publicado no D.O.U. de 10/09/1968, concluiu quanto a Francisco Meirelles que

> "Entre as imputações feitas ao indiciado, a Comissão considerou subsistentes as alusivas a irregularidades em prestação de contas (fls. 11 – 1157 – 841 – 1517 – 1577 –

[48] Foram estas as denúncias: "1°) Anulou, irregularmente, uma suspensão contra Luiz Guedes de Amorim (Fls. 10 v); 2°) Desviou a importância de NCR$ 600,00, que recebeu para pacificação dos índios Canoeiros. Idem de NCR$ 450,00 destinados aos índios Pacaas-Novos. (Fl. 11); 3°) Fez prestação de contas ficticias. (Fls. 11 e 1577)". A denúncia é de Gama Malcher. Meirelles teria sido irresponsável no trato dos dinheiros públicos, mestre em químicas e enxertador de documentos escusos em prestações de contas. Entretanto, Malcher não apresentou provas em quatro comissões de inquéritos anteriores; "4°) Não tomou nenhuma providência para pacificação dos índios Canoeiros, no estado de Goiás, apesar de haver recebido adiantamento para isso. (Fl. 44); 5°) Irregularidades contábeis (adiantamento, vales e autorização a assalariados) para comprarem roupas, cobertôres, espingardas, correndo a despesa pela verba de assistência aos índios (Fls. 573 e 841); 6°) Os postos indígenas Mundurucús e Cajabí que se transformaram em verdadeiras filiais de Arruda, Pinto & Cia., seus amigos e associados, advindo, em consequência, a sua decadência (Fl. 837)". Acusações de Malcher que Meirelles retruca, denunciando João Batista Chuvas, ex-Chefe do PI Mundurucu e amigo de Malcher; "7°) Participação nos lucros dos trabalhos dos índios (Fl. 837); 8°) Omissão no massacre no rio Jamanchim, praticado contra os índios pela firma Arruda, Pinto & Cia. (Fls. 837); 9°) Procedimento criminoso no episódio dos índios Pacaas-Novos e dos Xavantes (Fl. 838)"; Malcher já havia pedido três Comissões de Inquérito que isentaram Meirelles; "10°) Manipulação de verbas, adulterações e consertos de documentos em prestações de contas, irresponsabilidade no trato dos dinheiros (Fls. 841 e 1577 e 1578); 11°) Expediu cheque sem fundos quando da pacificação dos índios Xavantes (fl. 841); 12°) Descontou promissória de sua emissão no Banco da Amazônia S/A, avaliada por seringalistas de Altamira para financiamento dos índios Kaiapós (Fls. 1580 e 841); 13°) As castanhas do posto indígena Gorotire fôram vendidas duas vezes, ocasionando queixa a Justiça Federal, em Belém (Fls. 841 e 1578); 14°) Conivência na venda do gado sem autorização em IR.5 (Fl. 927); 15°) Contratou Wladirson O. Penna o corte de 2.000 toras de mogno e outras madeiras de lei a CR$- 7.000 por árvore abatida. A inspetoria recebeu CR$- 2.800,000 referente a madeira retirada (Fl. 1579); 16°) Desvio de verba (Fl. 1577); 17°) Não consegue provar que prestara contas do suprimento de NCR$ 30.000,60 feito por Luiz França Pereira de Araujo a época da prisão administrativa. (Fl. 4695); 18°) Não recolheu o valôr de NCR$ 3.000,00 correspondente a glosa do T.C.U. processo 64.607/63 (Fls. 923 e 4696); 19°) Responsavel pela não prestação de contas do adiantamento de NCR$ 30.000,00 correspondente ao TC. 13.232/67 e de NCR$ 16.500,00 correspondente ao TC. 23.018/67 (Fl. 4695)". Meirelles desmentiu ainda outras duas acusações de Malcher: a) a existência de apartamento para hospedagem de funcionários do SPI, de propriedade de Arruda, Pinto & Cia.; b) um contrato de imóvel não identificado em Belém".

> 1578), emissão de promissórias em seu nome, contra o Banco da Amazônia, para financiamento da produção dos índios Caiacós (sic) (fls. 1580 e 841), e desvio de verbas (fls. 1577), sendo as restantes, destruídas na defesa (fls. 6.259 – 70).
> As faltas são graves mas, como se depreende da defesa, foram tôdas cometidas diante de situações de emergência, quando a necessidade de decisões imediatas, no atendimento aos índios nas selvas, chocavam-se contra a máquina burocrática do SPI e o formalismo administrativo. É de se ressaltar, também, a comprovada ausência de dolo, fortalecida pelo conhecimento da honestidade pessoal do funcionário, um dos mais acatados sertanistas do país.
> Entretanto, face a existência de falta grave, evidenciada quando se encara os fatos dentro do rigor jurídico impossível de abstrair-se, propomos para o funcionário a pena de suspensão por 20 dias" (D.O.U., 10/09/1968, p. 8049).

Meirelles foi suspenso no mês de agosto de 1968, retornando depois à direção dos trabalhos de atração dos Cinta Larga. Em julho, o Decreto 62.995 (D.O.U. 18/07/1968) havia interditado uma área para pacificação dos Cinta Larga e Nambiquara. Esta mesma área foi transformada em 1969 no Parque Indígena do Aripuanã (Dal Poz, 1994, p. 35).

O balanço de uma vida

Em 1968, Meirelles veio ao Rio de Janeiro tirar seu filho Apoena da cadeia, pois este havia sido preso após a passeata dos 100 Mil na Candelária (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Apoena se dizia socialista e queria ir para o Chile, mas foi convencido por Francisco a participar da atração dos Cinta Larga. O documentarista Jesco von Puttkamer classificou Francisco Meirelles como "um homem profundamente socialista" (Oliveira e Amado, s.d., p. 14), que gastava seu salário para atender aos índios.

Apoena Meirelles fez o primeiro contato com os Cinta Larga (16/06/1969) quando Francisco Meirelles estava em Porto Velho, tratando da saúde. Os índios estavam insistentemente visitando o tapiri e solicitando brindes na proximidade do PIA. Apoena assumiu o risco e sozinho levou os brindes pessoalmente aos índios, iniciando a confraternização, consolidada por seu pai, dois dias depois. No relatório sobre os primeiros contatos, Francisco Meirelles se preocupou em esclarecer o que era o trabalho de atração de índios, muitas vezes confundido com a aproximação espontânea dos índios. Segundo o sertanista

> Não pode haver comparação possível querer comparar entre um trabalho metódico e paciente, que constitui todo um processo e uma técnica especial, adquirida através dos anos na rica experiência vivida pela Comissão Rondon, para conquistar-se a amizade e a

> confiança de determinada tribo indígena, experiência herdada e aperfeiçoada pelo glorioso S.P.I., através de Estigarribia, Vasconcelos, Horta Barbosa, Manoel Rabelo, Pedro Dantas e tantos outros, com o contato puro e simples de um grupo de índios, que expontâneamente nos procure em busca de proteção e auxílio. Francamente, qualquer controvérsia nesse sentido, se não for provocada pela má fé, será o fruto de um lastimável despreparo técnico ou profundo desconhecimento do problema. Enquanto, através do nosso processo clássico de atração, conquistando dia a dia a confiança de uma tribo indígena, dentro do seu território e a grande distância dos centros de civilização, percorrendo regiões inexploradas e desconhecidas, tornando-as acessíveis à penetração nas diferentes frentes pioneiras de trabalhos da região mediante a confraternização de índios e brancos; situação muito diversa se verifica, quando os índios expontâneamente buscam contato com nossa civilização, tornando o trabalho muito fácil e sem perigo, pois nesses casos nos limitamos a manter contato amistoso com os referidos índios que, pacìficamente e por sua livre e expontânea vontade, nos procuram (Francisco Meirelles, Relatório do 1° contato com os índios Cinta Larga, junho 1969) (grifos meus).

Meirelles realizou muitas atrações durante a existência do SPI e da FUNAI. Por causa disso, Noel Nutels, com quem mantinha boas relações, o apelidou de "o maior exterminador de índios do mundo" (*Jornal da Tarde*, 26/06/1973), o que foi, segundo o sertanista, "uma brincadeira sem graça" (idem).

O inspetor Meirelles foi enquadrado como sertanista da FUNAI em 1969,[49] assumindo a direção da Delegacia da FUNAI em Porto Velho em 1970. Logo é transferido para funções de assessoria a diretorias da FUNAI em Brasília.[50] A documentação deste período, principalmente da COAMA, ainda não está organizada no CGDOC/Brasília. Tivemos que nos valer exclusivamente de publicações diversas para acompanhar os últimos anos de vida de Francisco Meirelles.

O escritor Mário Palmério, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), esteve no PIA 7 de Setembro acompanhando os trabalhos de atração em 1969. Meses depois, Meirelles foi convidado por Palmério para tomar chá com os *imortais* da ABL (*O Globo*, 03/04/1970). O *cerco* dos escritores, pedindo informações, esclarecimentos e relatos de aventura propiciou ao sertanista recuperar algum prestígio. A imprensa valorizou o fato, num contexto em que Meirelles defendia a política da FUNAI, criticando as denúncias de genocídio que circulavam no exterior (*O Globo*, 05/01/1970).

Outro escritor, Ary Quintella, realizou uma extensa entrevista com Meirelles, publicada no *Jornal do Commercio* ("O sertão segundo Chico", 06/09/1970).

---

[49] Pela Portaria nº 271, de 28/11/1969, Francisco Meireles é enquadrado como assistente técnico de nível médio na profissão de Sertanista Classe C do Grupo V das NBCRP da FUNAI, a partir de 01/12/1969.

[50] Assistente do Diretor Geral de Estudos e Pesquisas (DGEP), Port. nº 404/P, de 31/12/1971; Supervisor dos trabalhos de atração nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, Port. 171/P, de 06/06/1972; Assistente da Coordenação da Amazônia (COAMA), Port. 100/P, de 28/02/1973.

Quintella identificava no sertanista a "fé dos apóstolos" diante da "pequenez citadina" (idem). Meirelles declarou na entrevista que o perigo que enfrentava o sertanista é o mesmo "que sofre um soldado na frente de batalha" (idem). Seu trabalho era evitar atritos e promover "a confraternização dessas frentes pioneiras [garimpeiro, etc.] com os índios" (idem). Na sua interpretação, o "governo revolucionário" dava força à FUNAI para definir terras sem interferências políticas. Defendia também a Escola de sertanistas, onde se adquiria "prática no trato dos problemas indígenas através de contato com sertanistas experimentados, como os irmãos Villas Bôas" (idem). Meirelles detalhou para Quintella as técnicas de atração adotadas nas FAs. No contato dos Cinta Larga, improvisaram uma banda de música com muita batucada, mostrando a intenção pacífica do grupo aos índios.

Mesmo divergindo frontalmente das idéias protecionistas dos Villas Bôas, Meirelles mantinha com aqueles irmãos uma relação "respeitosa" (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), mas não gostava da imprensa caracterizar essas divergências como pessoais (*OESP*, 26/06/1973). Numa correspondência a Orlando Villas Bôas, Meirelles comunicou a recepção fraterna de Sydney Possuelo em Rondônia, no seu período de estágio do curso de indigenismo da FUNAI (Carta a Orlando Villas Bôas, 10/01/1972). Por outro lado, Possuelo comentou em carta a Orlando Villas Bôas a confusão em que se metera Meirelles ao ser substituído na chefia da Delegacia da FUNAI de Rondônia por um general:

> "Homem simples, afeito à vida do mato, o Sr. Meirelles nunca deu a devida importância às normas burocráticas, e à distribuição de verbas, segundo os planos elaborados por Brasília. Agora, na passagem do cargo, está dando uma grande confusão: falta de recibos, inexistência de concorrência pública ou tomada de preços para determinadas compras, enfim, um caos total. Muito embora a situação esteja neste pé, nada pesa sobre a idoneidade do Sr. Meirelles, que diga-se de passagem é por todos estimado. Há tão somente desorganização" (Carta de Possuelo a Orlando Villas Bôas, 16/01/1972).

Se as invasões das terras indígenas por garimpeiros e colonizadores dificultavam a atração dos índios arredios (*O Globo*, 19/02/1972), o sertanista defendia que para os índios "um mau acordo é melhor do que uma boa briga" (*Jornal do Brasil*/RJ, 14/11/1972). Apoena criticou a omissão do pai diante das denúncias do sertanista Antonio Cotrim e das invasões de terras indígenas. Francisco dizia que

Apoena era "muito moço e como moço, radical" (idem). Francisco Meirelles criticaria Cotrim comentando que

> "sair da FUNAI, alegando que não quer 'ser coveiro de índio', é, no mínimo, uma fuga – ou se prepara o índio para fazer parte desta sociedade competitiva, dentro da qual ele passa a viver desde o momento que entra em contato conosco, ou, do contrário, ele vai ficar marginalizado, transformado em mendigo" (*Jornal do Brasil*/RJ, 27/05/1973).

Um mês antes do seu falecimento, Meirelles sintetizou suas idéias e experiências numa entrevista para a revista *Veja*. Algumas delas foram aqui sintetizadas, outras, devido a sua importância, transcritas literalmente:

- o índio entrará como fator étnico na formação da raça brasileira, por miscigenação e não por extermínio. "Aquele que quiser casar pode e deve casar com índia. Devemos punir quem quiser fazer safadezas, sem assumir responsabilidades" (*Veja*, 23/05/1973);
- a idéia é promover a confraternização de índios com civilizados, pois não se pode "contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento" (idem);
- não se tem como evitar o contágio de doenças. É um "tributo à civilização" (idem);
- discriminação é não deixar que os índios tenham acesso a nossos bens, às

> "vantagens de nossa civilização (...) é manter o índio como espécie da nossa fauna para ser objeto de estudos desses estrangeiros, etnólogos, antropólogos, que vêm para o Brasil escondidos por um falso sentimentalismo. Dessa gente não se pode esperar coisa nenhuma. Querem escrever livros, estudar, classificar o índio como objeto de museu, como cobaia. Alguém desses já tentou transformar seus estudos em algo prático? Tudo conversa fiada. Vão para a selva fazer piqueniques, pelo menos os que eu vi trabalhar" (idem);

- a política indigenista é "assunto difícil, tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve" (idem);
- o que se deve dar ao índio é reserva indígena, enfermeiro, encarregado de PI e educador;
- fica constrangido em levar presentes para os índios,

> "enquanto os trabalhadores estão todos esfarrapados (...) muitas vezes a camisa que damos ao índio, ele entrega a um trabalhador, corrigindo um erro social nosso. Dentro

> dessa conjuntura, a situação do índio está ligada à do homem pobre. Quer dizer, dentro da nossa má organização social, o índio é um dos componentes" (idem);

- Meirelles diz que ele e os Villas Bôas se destacaram muito, mas que existiam sertanistas tão bons quanto eles;
- O método de pacificação de Meirelles é o "clássico", herdado de Rondon, "mas cada um introduziu algumas variáveis" (idem). O sertanista fez uma avaliação da técnica que empregou:

> "A pacificação dos pacaás-novas eu considero meu melhor trabalho. Não queriam namoro, o que queriam é que saíssemos de suas terras. Um dia, os seringalistas pegaram uns índios e nós conseguimos libertá-los. Esses índios ficaram conosco e serviram de intérpretes. O contato levou seis anos para ser feito. A pacificação dos xavantes foi mais fácil: eles matavam nossos cavalos, flechavam nossos companheiros, mas vinham de peito aberto. Os pacaás-novas, não. Eles se escondiam na mata e de repente nos atacavam. Foi contra eles que perdi mais gente, morreram umas onze pessoas, entre trabalhadores e auxiliares meus" (*Veja*, 23/05/1973).

Francisco Meirelles morreu a 25 de junho de 1973, de enfarte agudo do miocárdio, como conseqüência de uma malária que tratava. Durante sua vida no mato pegou inúmeras malárias, inclusive a *terçã negra*. No enterro, um dos sobrinhos discursou ressaltando que o sertanista "via o índio como mais uma parcela do contingente proletário brasileiro" (*Jornal da Tarde*/SP, 27/06/1973). A viúva, Dª Abigail, reclamou no velório que o marido tinha sido injustiçado. Apoena explicou à imprensa que seu pai e seu tio sofreram injustiças na época de Gama Malcher como diretor do SPI, passando a desqualificar Malcher e afirmar que as injustiças pertenciam ao passado (*OESP*, 27/06/1973; *Jornal do Brasil*, 27/06/1973). O ex-Diretor do SPI respondeu a Apoena indiretamente, mandando uma longa carta de denúncias sobre Meirelles ao Gal. Ismarth de Oliveira, então Superintendente da FUNAI.

Após a morte do sertanista, o Boletim Informativo da FUNAI (nº 7/1973) dedicou-lhe reportagens especiais. Meirelles foi apresentado como o sertanista que falava muito de política indigenista, mas jamais de si próprio. Apoena Meirelles relembrou os primeiros ensinamentos do pai na mata, a iniciação "nos caminhos do sertão" (Apoena Meirelles, 1973, p. 11) e defendeu idéias conjuntas:

> "O tempo trabalha a favor do que meu pai pregava: as sociedades puras tendem a ser dinâmicas, jamais estáticas, e por mais que outros companheiros, também honestos porém utópicos e românticos, tentem evitar que os índios corram ao encontro do desenvolvimento que marcha inexorável em direção aos recônditos mais distantes, nós

preferimos, em vez de deixarmos os índios de braços cruzados à espera do porvir, prepará-los para a nova realidade social e econômica que terão de enfrentar" (ibid., p. 14).

3.2 Antonio Cotrim denuncia a política indigenista brasileira

> "Já estou cansado de ser coveiro de índios. Transformei-me em administrador de cemitérios indígenas" (Antonio Cotrim, *JB*, 20/05/1972).

> "Escrever no Brasil é difícil, começa na sintaxe e termina no DOPS" Graciliano Ramos, citado por Antonio Cotrim (correspondência ao autor, 2004).

Durante vários meses tentamos obter do ex-sertanista Antonio Cotrim um depoimento para a pesquisa. Inicialmente por correspondência, depois por telefone, mantivemos um contato amigável, mas Cotrim apenas prometia o depoimento, sem no entanto fazê-lo. Esse passado o havia traumatizado, por isso relutava em exercitar sua memória. Por quase um ano procuramos explicar que o esclarecimento de certos fatos era importante para a história da política indigenista brasileira. A Comissão de Anistia da FUNAI havia negado seu pedido, e Cotrim estava então processando a tramitação de outra solicitação de Anistia na Câmara dos Deputados. Finalmente, depois de muitas desculpas, enviou-nos um pequeno depoimento, significativo o bastante para elucidar muitos acontecimentos ocorridos no Pará e na Rodovia Transamazônica.

Antonio Cotrim Soares, conhecido como Cotrim, alagoano de Maceió, nascido a 22/03/1941, é filho de comerciante, tendo estudado até o Científico (Ensino Médio). Esta é sua interpretação do seu envolvimento com os índios brasileiros:

> "O acaso me conduziu ao problema indígena, minha visão histórica do problema restringia-se aos preconceituosos livros didáticos, porém ainda na adolescência me deparei com Morgan, através de Engels, em A origem da família, da propriedade e do Estado. Mais tarde em meu envolvimento com as Ligas Camponesas, tive como tarefa organizar uma comunidade camponesa, remanescente de índios conhecidos como caboclos do cocal, em sua luta pela reintegração de suas terras. O referido grupo vivia em Joaquim Gomes (Alagoas), hoje reconhecido pela FUNAI como índios, denominados de WASSU.
>
> Nesse período, apesar das divergências, tínhamos um bom relacionamento com o pessoal do POR (Trotsquistas) e, em panfletos divulgados pela SLATO tomei conhecimento de figuras míticas da nossa América Indígena e sua luta: Tupac Amaru, no Peru; Lempira, em Honduras; Lautaro, no Chile; Ajuricaba, no Brasil; e obviamente Zapata, lendo México Rebelde, de John Reed, não esquecendo do grande pensador, Mariategui (Somente li, A República dos Guarani, de Lugon, em 1969).
>
> Eu sou um órfão de 64, a geração perdida, ilusões, sonhos...Tantas coisas que acreditávamos, desmoronou com o golpe de 31 de março... Só nos restava o asilo em nosso próprio país, enquanto companheiros procuravam se reorganizar no Sul maravilha, busquei caminhos diferentes – o norte, subindo o Amazonas poderia chegar a algumas regiões onde ocorriam lutas armadas revolucionárias: – no Peru (Hugo Blanco

> e Chagon, FIR), na Venezuela (Douglas Bravo, FAL), e na Colômbia (Tiro-Fixo e Camilo Torres, FARC) – onde provavelmente, poderia ter uma válida experiência prática. No entanto, o fatalismo impediu que o pequeno burguês prosseguisse viagem. Interrompida temporariamente em Belém.
>
> A revolução perdia um visionário e a causa indígena ganhava um sonhador, ou talvez, um desiludido, que contemplaria das selvas os anos de chumbo –, assassinatos, torturas e outras formas degradantes de violência contra nosso povo. Nesses anos turbulentos eu me acomodava, era utilizado pelo sistema, estava a seu serviço, linha de frente de expansão do colonialismo interno. Ideologicamente, eu era seduzido por Camus, Sartre... Era assim que eu justificava a minha ausência partidária, a não contribuição à luta organizada... Mas o que acredito mesmo, que naquele momento meu inconsciente flertava com Bakunin.
>
> O jornal Província do Pará noticiava: SPI organiza expedição para 'pacificar' índios no Xingu. Já que havia perdido contato com os camaradas do POR, porquê não contatar com índios. Procurei então a sede do SPI e me ofereci para participar da expedição, como resposta, eles estavam apenas contratando mateiros experientes, diante disto me ofereci como voluntário, sem remuneração. Daí em diante em novos relacionamentos com o pessoal do SPI, senti que estava entrando em uma legião estrangeira tupiniquim" (Cotrim, correspondência ao autor, 2004) (grifos no original).

Cotrim trabalhou alguns meses junto aos índios Xikrin, no PI Bacajá. A primeira experiência de contato com índios *arredios* foi em 1964. Cotrim partiu na expedição de atração dos índios Kararaô, chefiada por Osmundo Antônio dos Anjos, filho de Telésforo Fontes. Um dos intérpretes da expedição era Afonso Alves da Cruz (Afonsinho). Osmundo adotava a técnica de atração de Francisco Meirelles, tida por Cotrim como "perigosa":

> "10, 15 homens entrar dentro de uma aldeia, era quase preamento mesmo. O Meirelles pegava 30, 40, 50 homens, cercava a aldeia e gritava, 'somos amigos, se quiserem brigar vamos brigar, mas se não querem', e os índios realmente concordavam..." (Cotrim, entrevista a Eduardo Viveiros de Castro, 15/05/1983, arquivo ISA).

Atualmente morando em Itupiranga (PA), Osmundo nos contou por telefone que suas expedições eram pequenas, cerca de 13 homens apenas, comparadas com as de Rondon, "com 500 integrantes" (Osmundo, comentários ao autor, 2004).

Esses índios haviam atacado a população regional, que então pressionou o Governador Jarbas Passarinho a liberar verbas para a atração, inexistentes no âmbito do SPI. Após o contato, uma epidemia matou a maioria dos índios, pois o SPI não tinha recursos para medicamentos. Cotrim teve aí o primeiro "encontro com aquilo que doravante se tornaria rotina, onde impassível assistiríamos dezenas de índios morrerem em pleno séc. XX de gripe, diarréia, inanição..." (Correspondência ao autor, 2004). Ao sair da área, vai participar de uma expedição com o "autoritário" (idem) Pe. Calleri – pois adotava métodos incompatíveis com o que Cotrim já pensava a respeito dos índios.

Durante esse período, leu inúmeras monografias sobre índios (Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira, Florestan Fernandes, etc.), além do livro *A política indigenista brasileira*, de Darcy Ribeiro.

Continuando a prestar serviços ao SPI, Cotrim sugeriu às lideranças Gavião a reunião dos seus subgrupos no PI Mãe Maria, como uma forma de combater grileiros e posseiros, aliando-se inclusive a arrendatários de castanhais do SPI para este fim. Nessa época ganhava salário através da comercialização da produção indígena (castanha), o rendimento dos servidores era baixíssimo, um agente de índios era nível 6 e um inspetor nível 8, nem a metade da carreira de um funcionário público (nível 18). Cotrim pegou malária e teve atritos com os trabalhadores do PI. Apoena Meirelles, já seu amigo, conseguiu retirá-lo da área. Francisco Meirelles chefiando a IR2 (Pará), incumbiu Cotrim de ir à aldeia Menkrangnotí do Pitiatiá (PA) e ao PI Baú (PA), para tentar sedentarizar aqueles índios (Cotrim, entrevista a Eduardo Viveiros, 15/05/1983), e garantir a terra. Aí fez contato com uma pequena família (11 pessoas), remanescente de um conflito intergrupal entre os Kayapó. Depois de nove meses na região do rio Iriri (PA), voltou a Belém onde se integrou à Expedição à Serra do Cachimbo na intenção de contatar os índios Kreen-Akarore que visitaram aquela base da Aeronáutica.

Em junho de 1967, algumas famílias Kreen-Akarore – havia mulheres e crianças – se aproximaram do destacamento da FAB em Cachimbo, o que foi interpretado como um ataque, sendo repelidos por tiros e vôo rasante de um DC-3. Cotrim explica o que se seguiu:

> "A obsessão dos militares com as guerrilhas guevaristas fez com que de forma insensata eles ordenassem o deslocamento de tropas de Belém para Cachimbo, em vôo noturno, vôo este que nunca chegou ao seu destino, caindo o DC-3 há mais de 800 km, já no estado do Amazonas, morrendo todos, inclusive o enfermeiro Afonso, do SPI e o índio Betã" (Cotrim, correspondência ao autor, 2004) (grifos no original).

A Expedição do SPI foi dividida em dois grupos: inicialmente, Cotrim, alguns índios Gorotire intérpretes, mateiros e trabalhadores foram acampar a 60 km do destacamento da FAB. Aí vasculham a região, encontrando 3 acampamentos indígenas abandonados. Andavam desarmados, apenas levando brindes para um eventual contato. Com a chegada do 2º grupo chefiado por Francisco Meirelles, decidiu-se pela instalação de um PI de Atração, com a colocação de presentes em dezenas de tapiris, "avivamento das estradas e o cultivo do solo" (Relatório de Antonio Cotrim, s.d.). No relatório da expedição, o sertanista relacionou todos os riscos que correram, comentando que os

índios intérpretes haviam se afastado de suas aldeias na época de "colocar roça" (idem), arriscando a sobrevivência de suas famílias. Parte da equipe, sem víveres e sem salário, desertou. Os restantes tentaram se aproximar da aldeia, espalhando tapiris pelo caminho, sem qualquer resultado. Cotrim discutiu no relatório os métodos de atração adotados pelo SPI e descreveu os artefatos Kreen-Akarore recolhidos pela expedição. Terminava o relatório acusando a presença de "frentes expansionistas" (idem) (extrativista, garimpo) nos limites dos territórios indígenas, e as conseqüências que já se faziam sentir. Diante da situação, pediu a familiares que denunciassem à imprensa as condições da expedição. Os militares então afastaram Cotrim e os índios da área.

Voltando a Brasília, fez um contrato de locação de serviços para promover a atração de grupos indígenas arredios no município de Imperatriz e circunvizinhos, podendo vir a solicitar a interdição de áreas indígenas. Uma madeireira havia invadido as terras de um subgrupo Gavião, tendo Cotrim se desentendido com o delegado da FUNAI no Pará, que transferiu esses índios compulsoriamente para o PI Mãe Maria após o contato. O sertanista conseguiu controlar a saúde dos índios, entre 54 índios apenas uma velha índia morreu após a transferência.

Na época, Cotrim elaborou um manual – "Método e organização: operação de apoio às frentes de penetração" (s.d.), onde, de forma pioneira, sistematizou as atividades de comando de uma FA em todas as fases, da pré-organização à consolidação do contato, detalhando a divisão de trabalho numa expedição. Era a cristalização inicial de um saber que o sertanista pretendia divulgar entre os colegas de campo.[51]

A política interna à FUNAI mudou com a nomeação do Gal. Bandeira de Melo, tendo Cotrim se envolvido com o projeto da Transamazônica. Segundo seu relato:

> "em Brasília, ficava à disposição, ora do Depto. de Assistência, ora do Depto. de Estudos e Pesquisas, efetuando sempre missões de campo: Goiás, Mato Grosso, Maranhão. Nessa época, com a queda de Queiroz Campos, começava a militarização do órgão, todos os setores tinham um coronel, apenas no Depto. de Estudos e Pesquisas, um civil – Paulo Monteiro – que nos apoiou no projeto da participação da FUNAI na Transamazônica, projeto este elaborado por mim, Valdênio (cartografia) e Edson Ramalho (economista), o qual, infelizmente, foi posteriormente bastante desvirtuado,

[51] Era um estudo sumário, mas precursor naquele contexto. Estava dividido em sete etapas: 1) estudo da área de fricção; 2) levantamento da área de atuação; 3) etapa preparatória: aquisição de material e seleção de pessoal; 4) início das atividades de penetração: implantação de infra-estrutura e outras atividades na área de atuação; 5) delimitação do território tribal; 6) contato com índios; 7) consolidação do contato: conclusão das atividades da frente de penetração, iniciando-se a implantação do Programa de Desenvolvimento Comunitário.

> transformando-se em inchaço da máquina burocrática, boquinha segura de militares da reserva desempregados.
>
> Desloquei-me para o Pará, participando do núcleo que operaria em Altamira – Base Kararaô – coordenada obviamente por um militar, Cel. Rondon. Provavelmente, preso, ainda, à idéia do grupo dos onze, elaborei no projeto em que as frentes de penetração teriam um grupo de 9 (nove) componentes ou seus múltiplos, dependendo das circunstâncias" (Cotrim, correspondência ao autor, 2004) (grifos no original).

O "trabalho preliminar sobre a FUNAI e a Transamazônica" (s.d.) elaborado pelo grupo de Cotrim estava baseado em "medidas de antecipação" (idem), uma série de iniciativas prévias à instalação da rodovia, incluindo viagens de reconhecimento e a criação de FAs na região do Xingu – Tocantins (Parakanã, Asuriní) e Xingu – Tapajós (Juruna, Arara e grupos desconhecidos). O projeto estabelecia também a elaboração de planos de desenvolvimento comunitário na região. A criação de uma Coordenação da FUNAI junto à Transamazônica implementaria um programa de esclarecimento dos trabalhadores das frentes de abertura da estrada, estabelecendo, se necessário, uma política de localização dos índios à margem da rodovia.

O plano foi aprovado pela FUNAI e Cotrim organizou sua implantação, prevendo inclusive reconhecimento aéreo de aldeias. Entretanto, os recursos previstos foram logo esgotados com a contratação de vários coronéis. Foram instaladas Ajudâncias no Pará e um grupo de sertanistas – Modesto França, Jaime Sena e João Carvalho –, com recursos de empresas, procuram contatar os Parakanã, segundo Cotrim, "sem saber o que estavam fazendo" (Entrevista a Eduardo Viveiros de Castro, 15/05/1983).

Subordinado ao Cel. Pedro Rondon, Chefe da Ajudância de Altamira, Cotrim vai retomar os contatos junto aos Asuriní, iniciados pelos padres Anton e Karl Lukesch em 1971 (Müller, 1990, p. 40). Fez alterações na organização da expedição – do grupo de nove, levou apenas cinco, dois ficaram de apoio – enfrentando falta de material e infra-estrutura operacional (rádio, embarcações, mapas). Assim mesmo contatou um pequeno grupo de oito Asuriní, bastante receptivos aos brindes ofertados. Na ocasião, procedeu ao levantamento da área de incursão da expedição, além de identificar tanto aldeamentos abandonados como habitados, verificando limites naturais para subsidiar a delimitação do território do grupo. A partir dos conhecimentos obtidos em suas leituras, procurou descrever os aspectos ergológicos do grupo – indumentária, habitação, armamentos, etc. – que não havia conseguido inicialmente identificar (Cotrim, Relatório, 06/12/1970).

Numa segunda expedição, entrou *pacificamente* numa outra aldeia, onde trocou brindes por flechas e alimentos com os índios. Aí começou a adotar medidas preventivas contra a gripe para todos os índios "receptivos" (Cotrim, Relatório, 18/02/1971). No final de 1971, o sertanista fez um balanço do que ocorreu: a contaminação por gripe na época do contato com os missionários ocasionou 13 mortes entre os índios. Os sobreviventes recebiam assistência precária. Neste relatório, Cotrim ampliou suas informações sobre o grupo, dedicando um capítulo aos aspectos etnográficos dos Asuriní, onde cita etnólogos e o antropólogo Marshall Sahlins (sociedades tribais). Cotrim propõe limites para que fosse com urgência demarcada a área indígena, baseando-se em recomendações do 6º Congresso do Instituto Indigenista Interamericano (1968). A terra identificada era compatível com os *padrões culturais*, já que observou "os limites definidos pelos índios como domínio tribal" (Cotrim, Relatório, 20/10/1971). O sertanista só não elaborou um plano de desenvolvimento comunitário porque não tinha referências suficientes, "não penetrou na estrutura de parentesco, regras de descendência" (idem).

As limitações da infra-estrutura da FUNAI durante a epidemia que assolou os Asuriní foram ironizadas por Cotrim em carta (s.d.) encaminhada ao Cel. Rondon. O sertanista, lamentando o ocorrido, agradecia em nome dos mortos a presteza "em palavras de estímulo (...) que em muito nos conforta sem no entanto ressuscitar os mortos" (Cotrim, carta, s.d.). Mesmo se esforçando, Cotrim não foi ouvido na época da epidemia. Considerava-se um dos culpados e não entendia como aquilo podia acontecer diante do avanço tecnológico existente. Todas as solicitações de medicamentos que fez chegaram bastante atrasadas e em parcelas ínfimas. Mas – novamente ironizava – não se esqueceram das enxadas para abrir as covas. Assim foi transformado em coveiro de índios, sendo então administrador de cemitério indígena (idem).

Profundamente insatisfeito com o que ocorria no âmbito da FUNAI, reuniu-se com Apoena Meirelles e Orlando Villas Bôas para deliberar o que fazer. Decidiram assumir posições públicas, utilizando os contatos que Apoena tinha na imprensa. A idéia era denunciar a corrupção, o descaso e a morte dos índios até conseguir derrubar o Gal. Bandeira e aí reformular a FUNAI, ligando-a à Presidência da República (Entrevista a Eduardo Viveiros de Castro, 15/05/1983). Antes da publicação, Cotrim esteve com o Gal. Bandeira avisando-o que iria divulgar uma série de fatos e foi chamado de "comunista" e ameaçado de ser preso (idem). O fato é que havia disputa de

poder entre os militares e os sertanistas contaram com o apoio de outros militares que os municiaram com informações (idem).

As denúncias criaram sensacionalismo na imprensa: Cotrim era coveiro de índios, a FUNAI um blefe, os sertanistas *honestos* estavam marginalizados, dezenas de índios Parakanã morreram após o contato, o sertanista Fritz Tolksdorff transferia índios Nambiquara para áreas insalubres, havia estrada cortando o PQXIN (*JB*, 20/05/1972); a FUNAI não obedecia as diretrizes do GT da Transamazônica (*OESP*, 24/05/1972); os Kararaô foram reduzidos de 82 para três índios (*OESP*, 25/05/1972); o trabalho da FUNAI era sempre emergencial, entre os grupos contatados havia desagregação social e cultural, doença e morte (*JT*, 30/05/1972); A FUNAI empregava métodos empíricos, sendo os sertanistas cobrados pelos índios no pós-contato (*Veja*, 31/05/1972); os sertanistas propunham a criação do Conselho de Sertanistas, idéia que o Gal. Bandeira de Mello considerava comunista (*JB*, 13/06/1972); Cotrim sentia remorsos pelos contatos efetuados, de forma idêntica a Francisco Meirelles (*Novo Jornal*/PR, 25/06/1972).

Enquanto ocorriam as denúncias, o Gal. Bandeira usava Francisco Meirelles para pressionar os sertanistas. Na ocasião, Apoena descobriu que o Gal. chantageava seu pai, para que o filho não fosse punido (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003). Através de Francisco Meirelles, o Gal. mandava recados para que fossem interrompidas as denúncias, pois a censura da imprensa iria funcionar.

No dia 27/06/1972 (Port. 196/P), o Gal. Bandeira de Mello demitiu Cotrim por justa causa (Art. 482, alíneas H e I da CLT). Outros três sertanistas foram afastados (Zé Bel entre eles), tendo a FUNAI aberto processo para caracterizá-los todos como "comunistas" (*Correio Braziliense*, 09/07/1972). Um mês após a demissão é publicada uma declaração de Apoena Meirelles:

> "É de estranhar que homens como os Villas Bôas, com grande conhecimento de causa, também se houvessem calado, assim como meu pai, Chico Meirelles, no momento em que Cotrim, um sertanista de extraordinário valor, resolveu abrir o jogo" (*JB*, 27/07/1972).

Dez anos depois, fazendo um balanço do que ocorreu, Cotrim declarou que, isolado no mato, havia ficado politicamente ingênuo, ao se afastar da luta política da sociedade. Não conhecia a estrutura burocrática e os mecanismos do sistema,

acreditando de forma simplória que as denúncias iam funcionar, o que não aconteceu (Entrevista a Eduardo Viveiros de Castro, 15/05/1983).

Em correspondência ao autor, diz que sua participação indigenista "nada acrescentou à causa", já que se "considerava um capitão do mato 'hodierno'" (Correspondência ao autor, 2004). Considerava o sertanista como

> "um preador com novos métodos, usando diferenças tecnológicas diante da ingenuidade de um povo que acredita nas novas relações, mas logo decepcionando-se, pois se vê diante de uma sociedade dominante que não apenas o dizimará (etnocídio), mas também excluirá os seus sobreviventes" (idem).

Cotrim diz que nunca se considerou um "sertanista", era apenas "um jovem urbano, perdido nas profundezas das selvas e no momento histórico cruciante da vida política brasileira" (idem).

O ex-sertanista hoje é comerciante em Maceió (AL). Durante três décadas foi lembrado apenas pelos amigos, como o sertanista Apoena Meirelles. Em 2004, a FUNAI o agraciou com a Medalha do Mérito Indigenista, que Cotrim não foi receber na cerimônia de entrega.

SEGUNDA PARTE

ÍNDIO BOM É ÍNDIO BRABO

(1987–2002)

4 UMA ETNOGRAFIA DOS SERTANISTAS CONTEMPORÂNEOS

4.1 Antecedentes

A realização do I Encontro de Sertanistas da FUNAI e a institucionalização de um sistema de proteção aos índios isolados têm como antecedentes os processos de profissionalização dos servidores de campo do órgão. Os cursos de auxiliar técnico indigenista possibilitaram, a médio prazo, a renovação (limitada) do quadro de sertanistas e o estabelecimento de disputas pela autoridade indigenista no campo político.

As articulações que ao longo dos anos 70 e 80 o sertanista Sydney Possuelo estabeleceu com diversas chefias da FUNAI, reveladas na documentação depositada na CGDOC/Brasília, o distinguem dos demais sertanistas, independentemente do capital simbólico acumulado com a atração dos índios Arara (PA). Nos anos 80, através da imprensa, o sertanista foi o porta-voz das críticas e reivindicações dos trabalhadores das FAs. O caminho para a garantia de um espaço próprio aos sertanistas foi esse processo de valorização do servidor da FUNAI.

No início dos anos 70, em campo, morriam muitos servidores nas Frentes de Atração. Só em 1974 foram 11 mortos (*O Globo*, 20/04/1975). Eram técnicos em indigenismo, sertanistas, auxiliares diversos. A proximidade entre as ações dos técnicos indigenistas e dos sertanistas será constante na FUNAI. Desde a criação do órgão, havia uma preocupação com o aperfeiçoamento dos quadros indigenistas. O Pres. Queirós Campos, dirigindo-se à Chefia de Gabinete do Ministro do Interior (ofício nº 473/69/GAB, 16/09/1969/CGDOC/FUNAI), lamentava que a FUNAI tivesse herdado mais de 600 funcionários do SPI/CNPI/PQXIN, todos tendo pouca capacitação técnica e recebendo baixíssimos salários. Diante dessa realidade foi idealizada a construção da *Escola de Indigenismo Curt Nimuendajú* na Ilha de Bananal (Santa Isabel do Morro/GO), com um currículo acadêmico de 50 meses para preparar novos chefes de postos e lideranças indígenas. Entretanto, o projeto não foi adiante por falta de verba (Ney Land, entrevista ao autor, 2002).

Um prédio da escola chegou a ser construído, e alguns estagiários foram aceitos como bolsistas. José do Carmo Santana – o sertanista Zé Bel – entrou para a FUNAI em maio de 1969, como bolsista da Escola de Indigenismo. Os bolsistas deviam

estagiar por alguns meses nos PIs antes de se tornarem alunos daquela Escola. Zé Bel foi estagiar na Craolândia (PI Antônio Estigarríbia), tendo encontrado "quase seiscentos índios sem condições de vida, desnutridos, grande parte atacada de tuberculose, varíola e viciados em bebidas alcoólicas" (Zé Bel, carta de 20/09/1969, CGDOC/FUNAI). O bolsista fez o que pôde por um mês, pois não havia qualquer recurso. Voltando a Brasília na esperança de começar o Curso de Indigenismo, foi informado pelo Coordenador – prof. Edson Ramalho – que a Escola ainda não estava pronta na Ilha do Bananal e que o projeto do Curso seria alterado de três meses para três anos e meio. Zé Bel foi então trabalhar no PI Tapirapé, enquanto aguardava as decisões da FUNAI. O projeto da Escola de Indigenismo acabou abandonado pela FUNAI.

Em 1970, a FUNAI promoveu um Curso Piloto de Indigenismo visando capacitar recursos humanos para chefias de PIs, tendo por objetivo "a racionalização do trabalho indigenista dando coerência e unidade de propósitos a toda ação que seja encetada" (Port. 306, 17/08/1970). Candidatos inicialmente selecionados através de entrevista, currículo e atestados passavam antes do curso por um estágio de campo de três meses, onde deveriam demonstrar conduta ilibada e entusiasmo pelo trabalho. Era o período mais importante para a seleção dos indigenistas, onde seria verificada sua vocação, interesse e iniciativas diante de uma experiência real de trabalho. Depois vinha o período letivo, dividido em sete unidades:

1. aula Inaugural (Pres. da FUNAI);
2. Política Indigenísta (supervisão de Paulo Santos, dir. DGEP);
   2.1 histórico da Política Indigenista (4 h.) – Júlio Cezar Melatti;
   2.2 noções de Etnologia brasileira (20 h.) – Roque Laraia;
   2.3 lingüística (SIL);
3. assistência (65 h.) (Saneamento, higiene, doenças, desenvolvimento comunitário);
4. patrimônio (42 h.) (Agropecuária, recursos naturais, artesanato, renda indígena);
5. administração (43 h.) (Organização de PI, legislação trabalhista, radiocomunicação, escrituração, etc.);
6. legislação indigenista (5 h.);
7. sobrevivência na selva (10 h.).

O programa de Etnologia do Curso era dividido em oito assuntos: 1. definição de Etnologia, sua relação com os demais ramos da Antropologia; 2. o objeto de estudo da Etnologia no Brasil: as sociedades tribais; 3. o relativismo cultural (definição de cultura, etnocentrismo e relativismo propriamente dito); 4. a organização

econômica dos índios do Brasil; 5. a organização social dos índios do Brasil; 6. a organização política dos índios do Brasil; 7. a organização religiosa dos índios do Brasil; 8. a situação de contato com a sociedade nacional.

Três textos foram distribuídos para os alunos: a) a declaração da UNESCO sobre raça (Comissão de cientistas sociais, julho de 1950); b) "o Problema do Relativismo Cultural", cap. V do livro de Melville J. Herskovits, *Antropologia cultural* (tomo I); c) conferência proferida pelo prof. Roque Laraia, contendo observações sobre as diretrizes das ações de Rondon e transmitindo ensinamentos básicos sobre a organização social dos grupos indígenas do Brasil. O peso menor da Etnologia em relação às outras disciplinas evidencia a maior difusão de conhecimentos administrativos, fortalecendo práticas rotineiras de chefes de PIs.

Neste curso foram aprovados os futuros sertanistas Walmir de Barros Tôrres, Sebastião Amâncio da Costa e Odenir Pinto de Oliveira.

O sertanista Orlando Villas Bôas enviou o então colaborador Sydney Possuelo direto do Xingu para um curso de indigenismo no início dos anos 70 em Brasília.

O 2° Curso de Indigenismo, promovido pela FUNAI em 1971, teve variação nas matérias oferecidas. Todos os professores foram da FUNAI, com exceção dos etnólogos Roque Laraia e Júlio Cezar Melatti, docentes da UnB. O programa do curso foi este: a) administração; b) medicina preventiva; c) estudos comparativos de psicologia do índio; d) desenvolvimento comunitário; e) tecnologia; f) legislação.

A matéria *aculturação* foi ministrada pelo antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur, e *Etnologia* por Laraia e Melatti. Participaram do curso os futuros sertanistas José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, Raimundo Gomes do Nascimento e Fiorello Parise.

As aulas de Etnologia continuaram sendo ministradas por professores da UnB. Melatti e Laraia foram professores no 5° e 6° Curso, havendo mínimas mudanças nos programas e a introdução de textos novos (como "O Índio na Consciência Nacional", de Roberto Cardoso de Oliveira). Em correspondência pessoal dirigida ao autor, Laraia debita ao antropólogo Olympio Serra a idéia de se fazer concursos públicos para contratar novos chefes de PIs, junto com um curso de indigenismo. Segundo Laraia,

> "a intenção não era de formar técnicos, muito menos antropólogos, mas possibilitar a existência de chefes de postos mais competentes e sobretudo desprovidos de

> preconceitos contra os índios. Este era, então, o nosso espírito: lutar contra o preconceito e colocar nos postos indígenas pessoas mais preparadas" (Laraia, correspondência pessoal, 04/01/2005).

De forma idêntica, Melatti comenta que nos cursos "a parte de etnologia era bastante simples (...) já havia publicado meu livro *Índios do Brasil* e meu programa devia ser semelhante ao sumário do livro" (Melatti, correspondência pessoal, 05/01/2005). A idéia era que "os funcionários tivessem alguma informação sobre sociedades indígenas ao invés de nenhuma" (idem). Lembra também que o texto que preparou sobre história da política indigenista acabou publicado na *Revista de Atualidade Indígena* (nº 3, 1977, p. 38-45) e que os cursos marcaram "o início de uma preocupação maior com o preparo daqueles que lidavam com os índios" (idem).

O sertanista Wellington Figueiredo entrou para a FUNAI através do 6º Curso de Formação de Técnicos em Indigenismo (1974). A Presidência da FUNAI já notava a presença de profissionais com curso superior entre os alunos (*JB*, 02/11/1974). O 7º Curso (1975) contou com os antropólogos Daniel Gross e Alcida Ramos, além de Laraia e Melatti. O indigenista Marcelo dos Santos foi aprovado nesse curso. Os estágios que competiam aos indigenistas realizar nos PIs só foram normatizados em 1975, passando também esta aferição a definir a contratação dos técnicos para a FUNAI.

O 7º Curso fez um balanço dos resultados dos cursos anteriores, pois a FUNAI vinha enfrentando uma constante evasão desses técnicos. No final do 6º Curso, do total de 203 alunos de todos os cursos, 65 já não eram mais técnicos indigenistas (32,02%). Desses, a maioria pediu demissão ou foi demitida, alguns abandonaram ou foram reprovados no estágio, havendo ainda mortes (Rubens Auto da Cruz Oliveira, memo. 301/75/DGPC, 12/06/1975).

Uma matéria de página inteira, publicada no *Jornal do Brasil* dois anos antes, dá pistas do que acontecia (*JB*, 13/03/1973). Intitulada "O índio brasileiro numa aula de sertão", aparentemente foi produzida para propagandear os cursos de técnico em indigenismo da FUNAI. Aí já se revelava a dificuldade em se recrutar indigenistas. O texto explicava que o curso era para formar chefes de PIs, que só se tornariam sertanistas "após tomar parte em duas expedições, no mínimo, e mediante a indicação de elementos mais experientes" (*JB*, 13/03/1973). Falando da existência então de 27 sertanistas na FUNAI, a matéria identificava Rondon como "docente" de "uma disciplina indigenista (...) que formou uma equipe bem treinada nos problemas dos

silvícolas" (idem). Ainda na mesma reportagem, Apoena Meirelles estranhava que sertanistas experientes ganhassem menos ou tanto quanto os novatos indigenistas.

Treze anos depois, a revista *IstoÉ* publicou uma matéria intitulada "Indigenismo – Ilusões da Natureza – A solidão da mata leva à fuga e ao suicídio" (*IstoÉ*, 26/03/1986) que aprofunda o levantamento da FUNAI de 1975. No texto, Orlando Villas Bôas afirmava que ninguém que começou com ele a trabalhar com índios perseverou: o sertanista viu faixa-preta de judô chorar no mato, "jornalista se sujar de medo (...) americano enlouquecer por causa dos mosquitos" (idem). Os irmãos Villas Bôas responsabilizavam a solidão da mata pelo descontrole emocional de indigenistas. Mesmo os corajosos viviam "próximos da loucura e da tragédia" (idem). Na mesma matéria, o sertanista Apoena Meirelles dizia que "a mata funciona às vezes como espelho (...) se a pessoa está com problemas, eles aparecem muito claramente diante dela. E não há para onde fugir. Não dá para visitar um amigo ou pegar um cinema" (idem). O sertanista Odenir Pinto de Oliveira falou dos obstáculos para os indigenistas: "se ele escapa dos mosquitos, da malária, da solidão, dificilmente escapará da burocracia e da luta política interna da FUNAI" (idem). A reportagem, produzida um ano após o curso de técnico em indigenismo de 1985, fazia um balanço dos indigenistas que se suicidaram ou foram mortos, mostrando que menos de ¼ dos alunos do curso de indigenismo de 1985 pediram contratação.

No ano da reportagem do *JB* (1973), a demissão de indigenistas e sertanistas era divulgada pelos jornais.[52] Gilberto Rosa pediu demissão apenas um ano após ingressar na FUNAI ("Sertanista diverge e deixa FUNAI", *OESP*, 20/12/1973), seguindo o que acontecera há pouco tempo com Antonio Cotrim, Euvaldo Gomes, Zé Bel, etc.

Antes do 7º Curso (outubro a dezembro, 1975), a FUNAI promoveu em agosto de 1975, num convênio com o Instituto Indigenista Interamericano (III), um curso de Antropologia, Indigenismo e Desenvolvimento, na Ilha de Bananal. Foram convidados a participar do curso os futuros sertanistas (então técnicos em indigenismo) Wellington Figueiredo e Cornélio de Oliveira. Eram 22 alunos brasileiros e 6 latino-americanos. Discursando na cerimônia de abertura, o Presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Oliveira, explicou que a finalidade do curso era a "reciclagem" de técnicos indigenistas, preparando-os para trabalhar com comunidades indígenas "em adiantado

[52] Diante da censura da ditadura militar, os jornalistas usavam as questões indígenas – menos visadas – para denunciar e criticar aspectos da realidade do país.

grau de aculturação" que receberiam "projetos de desenvolvimento, visando a sua emancipação" (Ismarth de Oliveira, discurso, out., 1975). O programa do curso e seus palestrantes dimensionavam o alcance do que era proposto. Entre os professores estava o próprio Pres. do III, além do historiador do indigenismo latino-americano, Alejandro Marroquin.[53]

O sertanista Cornélio de Oliveira foi o orador da turma, no encerramento do curso, mostrando-se entusiasmado e estimulado pelos ensinamentos (Oliveira, depoimento ao autor, 2003). O antropólogo Roque Laraia diz que esse curso "teve o seu mérito" (Correspondência pessoal, 04/01/2005).

Entretanto, a partir de 1976 a FUNAI alterou as especificações do cargo de Auxiliar Técnico de Indigenismo, incluindo "como pré-requisito preferencial de seleção, o candidato ter a formação escolar de 2° grau de técnico em Agricultura, ou técnico em Agropecuária" (Port. n° 358/N, 27/04/1976). O número desses profissionais no universo dos indigenistas era mínimo. A historiadora Luiza Saldanha, entrevistando ex-alunos dos cursos, percebeu que ao nível superior de alguns indigenistas (engenheiros, professores, etc.) correspondia uma politização e posicionamento crítico frente às políticas governamentais (Saldanha, 1996).

Em 1980, a FUNAI promoveu o *Primeiro Curso Especial de Formação de Auxiliar Técnico em Indigenismo*, tendo por objetivo reciclar chefes de PIs. A palestra relativa ao papel dos PIs de atração e pacificação foi ministrada pelos sertanistas Cícero Cavalcanti de Albuquerque e Sebastião Amâncio. Tratava-se, em poucos tópicos, de difundir informações práticas sobre como agir com os índios antes e depois do contato, como transformar um posto de atração em posto de pacificação, normas de comportamento diante das índias, cuidados de saúde, etc.

---

[53] Este era o programa do curso: 1) Antropologia Social e Aplicada – Dr. Alejandro D. Marroquin (III); 2) indigenismo – Dr. Gonzalo Rubio Orbe (III); 3) desenvolvimento da comunidade e desenvolvimento nacional e regional – Dr. Rafael Rayes Parga (OEA); 4) métodos e técnicas de investigação social – Dr. Alejandro Marroquin (III); 5) educação de indígena – Dr. Gonzalo Rubio Orbe (III); 6) o ambiente selvático e os grupos humanos – Professor Roque Laraia (UnB); 7) técnicas para viver nas selvas tropicais – Tenente Marcos (FAB); 8) o problema indígena brasileiro – Olympio José Trindade Serra (FUNAI); 9) ação dos sertanistas – Orlando Villas Bôas (FUNAI); 10) ação dos promotores e sua formação – Bárbara Newman (SUMMER).

A idealização do indigenista

A FUNAI promoveu um último curso de técnico em indigenismo em 1985, a partir da constatação que dos 227 PIs da FUNAI, 58 não eram chefiados por técnicos em indigenismo e sim por pilotos de lancha, auxiliares de serviços gerais, motoristas, atendentes de enfermagem, técnicos agropecuários, auxiliares administrativos, monitores bilíngües, etc. A idéia era alterar essa realidade, suprindo esses postos com profissionais treinados (Antonio Pereira Neto, Histórico do atual curso de indigenismo, 26/06/1985, p. 1). Coordenado pelos técnicos da Assessoria de Estudos e Pesquisas (AESP/FUNAI), foram estabelecidos os objetivos gerais do curso, decidindo que:

> "a) – tal curso deveria ser montado a partir das experiências de Chefes de PI, de reconhecida capacidade e engajamento no trabalho indigenista, numa forma de trazer suas experiências e vivências práticas, na formação de pessoal novo;
>
> b) – a partir do pessoal de área, dever-se-ia montar um 'perfil' do Técnico Indigenista ideal. Para tal, seria necessário um estudo psicotécnico específico, pois, este não é um trabalhador comum, de modo que deveria ter um perfil também incomum, voltado para a proposta desejada;
>
> c) – a expectativa do Técnico Indigenista a ser formado por esse Curso, envolveria uma radical mudança no sentido do trabalho indigenista: esse novo Técnico em Indigenismo, ao invés de um trabalho impositivo e autoritário, deveria ser um indivíduo que, junto as comunidades indígenas, pensasse junto com as mesmas seus problemas, as assessorasse em suas reivindicações, fizesse cumprir a qualquer preço o Estatuto do Índio e que estivesse envolvido, inclusive politicamente com a causa indígena. Não deveria ser apenas um funcionário puro e simples. Deveria ser um idealista, que colocasse o trabalho de área, como opção de vida;
>
> d) – que estes novos Técnicos em Indigenismo, fossem os elementos catalisadores de mudanças radicais no trato da causa indigenista, especialmente no sentido da promoção das comunidades indígenas, não mais no sentido paternalista e obsoleto, mas, dentro de uma visão realista e que levassem as comunidades indígenas por eles assessoradas, a se tornarem economicamente independentes, politicamente esclarecidas e fortes e culturalmente firmes, e que tivessem suas terras asseguradas e seus direitos conhecidos e garantidos". (ibid., p. 5-6) (grifos meus).

Os coordenadores do curso também buscavam "um perfil ideal de técnico de indigenismo" (ibid., p. 7), a idéia era "tentar criar cientificamente um modelo de teste psicotécnico que avaliaria o possível candidato ao curso" (idem). Foi estabelecido um contrato entre o Depto. de Psicologia da UnB e a FUNAI para a "criação de instrumentos psicométricos visando a seleção de candidatos" (idem). A partir dos objetivos propostos pelos Coordenadores do curso, foi criado um teste pela

UnB, com os critérios testados entre os chefes de PI da FUNAI. O edital do concurso estabelecia o teste psicotécnico como eliminatório. Entre os assuntos que definiram a aptidão para técnico indigenista, citamos a "masculinidade", "resistência à solidão" e "atitude frente ao índio"(ibid., 16-17):

Após aprovação no teste de conhecimentos e psicotécnico, os selecionados participariam do curso de indigenismo, tendo por programação aulas de lingüística, antropologia, etno-história, direito e terra indígena, indigenismo, saúde e educação, além de conhecer a administração da FUNAI.

Os alunos aprovados no curso de indigenismo foram para a última etapa, o estágio de três meses em área indígena, onde foi verificada "a real capacitação do candidato à função proposta" (ibid., p. 27). Na conclusão do histórico, Pereira Neto reiterou que os objetivos do curso, na parte teórica, estavam abertos a intercâmbios institucionais com ONGs e o mundo acadêmico, ressaltando também que

> "a intenção ideológica do Curso foi formar futuros servidores pensantes. Há uma constatação inequívoca e inquestionável de que, grande parte dos grupos indígenas no Brasil passam hoje por um processo de politização e conscientização, que necessita um repensar da política indigenista aplicada às áreas indígenas. O Posto Indígena é uma unidade administrativa que não está acompanhando este processo. Ao pensarmos assim, temos de convir que existe uma carência de reavaliação do próprio trabalho da FUNAI em área, e uma natural pretensão de se reavaliar os servidores de campo" (ibid., p. 32).

Sobre os cursos de indigenismo

Numa pesquisa realizada através de entrevistas dirigidas, a historiadora Luiza Saldanha estudou a formação do que identificou como "um segmento burocrático administrativo específico: os chamados técnicos indigenistas da FUNAI" (Saldanha, 1996, p. 8). A pesquisadora pretendia realizar uma "análise crítica do ideário" (ibid., p. 12) que cerca esse indigenista, o chefe de posto da FUNAI.

Saldanha chama esses agentes de "voluntaristas, paternalistas e autoritários" (1996, p. 21), diante de uma "falta de linha" (ibid., p. 22) de atuação da FUNAI, ignorando que agiam a partir de algumas noções de senso comum sobre os índios. A historiadora explicava o surgimento dos cursos de técnico indigenista pela intenção do órgão de planificar as atividades econômicas através da capacitação de pessoal, modernizando o trabalho agrícola, reconhecendo ainda que o desenvolvimento comunitário era uma das partes mais valorizadas no curso (ibid., p. 23-24).

Alguns sertanistas que entrevistamos apontaram divergências internas aos cursos. O antropólogo Olympio Serra diz que o objetivo principal dos cursos era transmitir uma postura ética (Serra, entrevista ao autor, 2004) ao indigenista, mas técnicos da FUNAI desqualificavam antropólogos abertamente (Marcelo dos Santos, entrevista ao autor, 2002). Saldanha reconheceu esta realidade na pesquisa, enfatizando que havia disputa para forjar adeptos de uma "forma de pensar a FUNAI e a problemática indígena" (ibid., p. 30). Isto se daria a partir da formação básica, onde se propagaria a idéia de "sacrifício pessoal" do indigenista "em prol dos índios" (ibid., p. 28).

A historiadora reconhecia que o estágio de campo dos alunos seguia um "conhecimento disperso", não havia uma "prática ideal" (ibid., p. 32) para complementar as informações teóricas difundidas no curso. Isto realizado a partir do que chama – e não esclarece – "estrutura filosófica básica que serviu de alicerce para a formação de uma mentalidade típica do técnico de indigenismo" (ibid., p.32). O curso era assim um "rito de iniciação" que inseria o aluno num "corpo de funcionários", estabelecendo "parâmetros de um perfil ideal para o técnico de indigenismo" (ibid., p. 33).

Na época, a FUNAI começava a rever os baixos salários adotados pelo SPI, o que tornou a motivação salarial associada à pouca escolaridade um dos atrativos do curso. Havia assim os que se aproximaram por *casualidade*, como havia poucos que queriam profissionalizar um contato já estabelecido com algum povo indígena. A maioria não tinha idéia do que era o trabalho, como iria alterar a vida pessoal de cada um.

Saldanha assinalou que os cursos possibilitavam interações caracterizadas pela "disputa de espaço entre os diferentes grupos" (ibid., p. 48) de influência da FUNAI. O curso "conferia (...) autoridade" (ibid., p. 56), mas as situações de campo – os inúmeros conflitos, a falta de verba e apoio – desestimularam muitos que abandonaram a FUNAI.

Segundo a historiadora, o indigenista acabava pressionado em campo, tornando-se, nos termos da FUNAI, um "herói isolado" (ibid., p. 61). A maioria dos seus entrevistados caracterizam os cursos como propagadores desse "sacrifício", onde a iniciativa pessoal deveria superar as limitações institucionais, o enfrentamento de dificuldades seria a regra do "indigenismo humanista" (ibid., p. 62). Saldanha chama o indigenista "herói" de perfil "idealizado e impraticável" (ibid., p. 72), pois ocorreria a

associação dos indigenistas com redes de relações internas ou externas à FUNAI, havendo o "aparelhamento e ocupação de postos chaves" (ibid., p. 71) na disputa por poder (econômico). Entretanto, ao descrever o "perfil de um técnico indigenista", Saldanha privilegia o lado "romântico, político, missionário, heróico, engajado" (idem), que sempre foi minoritário no conjunto dos indigenistas.

Nesse sentido, o título do trabalho "Escolas de heróis", passava a idéia de que a FUNAI da ditadura militar valorizava tal postura, assim como existiria uma maioria de indigenistas "politizados" ou "idealistas". O "herói isolado" de Saldanha era o indigenista leal aos índios, vinculando-se cada vez mais a redes informais da sociedade civil (ONGs, missões progressistas, etc.) para defender seus pontos de vista.

Lima retoma o trabalho de Saldanha como uma de suas fontes para pensar uma *tradição de conhecimento* (Lima, 2002b, p. 156), a *tradição sertanista*. Usa então uma categoria administrativa – o técnico indigenista – para compreender como sua efetivação através dos "cursos de técnico indigenista" dá ao indigenismo brasileiro uma ideologia administrativa (Lima, 2002a, p. 158) – uma especificidade que lhe permite reivindicar espaços sociais exclusivos (ibid., p. 177). Toda a história construída por Saldanha demonstra as vinculações entre os técnicos indigenistas e os sertanistas, e como a gênese de um espaço para estes é oriunda de práticas que se remetem aos cursos de indigenismo dos anos 70.

4.2 O I Encontro de Sertanistas da FUNAI

Em 1987, foi aprovado um novo Regimento Interno da FUNAI (Port. 99, de 31/03/1987) estabelecendo que à Coordenadoria de Índios Arredios, subordinada à Superintendência Geral da FUNAI, caberia "coordenar as ações relativas a atração e contato com grupos indígenas arredios, a serem desenvolvidas pelas Superintendências Executivas Regionais" (Diário Oficial, 06/04/1987, p. 4920). Naquele momento, o Coordenador de Índios Arredios, sertanista Sydney Possuelo, propôs à Presidência da FUNAI a organizaçãó de um *Encontro de Sertanistas*, afinal realizado no período de 22 a 27 de junho de 1987. A finalidade do encontro era a

> "análise da política de atração dos grupos indígenas arredios, objetivando reunir subsídios baseados na experiência dos servidores especialistas no assunto, visando definir uma nova postura da FUNAI no tocante a sua própria conduta neste setor" (FUNAI, programa do Encontro, 1987).[54]

Durante o Encontro, foram distribuídos os seguintes documentos para auxiliar a discussão dos temas:

1. a novo Regimento Interno da FUNAI, publicado no D.O. em 06/04/1987;
2. a Lei 6.001/73 – o Estatuto do Índio –, principalmente os artigos referentes aos índios isolados;
3. as *normas para atração e pacificação dos índios*, sistematizadas pelo inspetor Dorval de Magalhães para a 1ª Inspetoria Regional do SPI, em 05/02/1943;
4. instruções do chefe da 2ª Inspetoria Regional do SPI, José Maria da Gama Malcher, aos funcionários em exercício, em 30/12/1942;
5. exposição sobre o SPILTN que consta do Relatório anual do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio relativo ao ano de 1911;
6. trabalho sobre as Frentes de Atração (FAs) e o pós-contato elaborado pelo sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque, em 23/06/1987. Distribuído por iniciativa pessoal do autor.

---

[54] Os temas propostos para discussão no Encontro foram: a) histórico das frentes de atração; b) análise crítica da política de atração; c) aspectos ecológicos; d) defesa do território; e) saúde dos grupos arredios e recém-contatados; f) da segurança; g) aspectos administrativos; h) preservação cultural; i) do pessoal; j) equipamentos; k) localização dos grupos arredios; l) estrutura operacional das frentes de atração; m) comportamento ético; n) outras questões.

Circularam na ocasião documentos recentes e outros com mais de 40 anos de elaboração, produzidos para contextos específicos e reaproveitados genericamente pela organização do Encontro.

Vimos o que o Regimento da FUNAI de 1987 estabelecia para os índios arredios. O Estatuto do Índio definia os índios como isolados "quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos de comunhão nacional" (Brasil. Legislação, 1993, p. 72). As ações de assistência aos isolados estão implícitas nos diversos capítulos do Estatuto. As *normas de atração* sistematizadas por Dorval de Magalhães em 1943 constituem um dos principais documentos produzidos pelo SPI que sintetizam a *herança rondoniana*, sendo discutidas no capítulo 10.1.

As instruções de Malcher aos inspetores, encarregados de PIs e outros servidores do SPI tinham por objetivo recomendar que *apenas* os índios que participassem de trabalhos de atração e pacificação receberiam brindes gratuitamente. Os índios já pacificados deveriam *retribuir* os brindes recebidos "com alguma coisa de sua produção embora de menor valor. Não se trata de comércio e sim acostumar o índio ao trabalho, esforçando-se para obter o material que necessitar" (Malcher, ofício, 30/12/1942). A idéia era não criar "na mentalidade do índio a obrigação do governo tudo lhes dar sem o mínimo esforço da parte deles" (idem). Se os encarregados não seguissem essas determinações, os índios virariam um "bando de mendigos", um "peso morto", até serem abandonados "a sua própria sorte" (idem). Malcher acreditava que só então os funcionários teriam consciência de seus erros, quando presenciassem "o extermínio de uma raça que nos propúnhamos a proteger e bem melhor seria que a deixassem hostil, pois, pelo menos, sucumbiriam lutando e altivos e nunca mendigos e escravizados" (idem). O indigenista constatava que os encarregados de PI não conheciam bem os regulamentos nem as determinações da Diretoria do SPI e que interpretavam "erroneamente certos dispositivos" (idem) de forma a "poderem utilizar em proveito próprio essa má interpretação" (idem). Em tom de censura e orientação, dirigia-se aos servidores afirmando que

> "qualquer função no SPI é sempre mais que um simples emprego em busca de vencimentos para nossa manutenção. Todos nós devemos sentir a grandiosidade desta obra iniciada por Rondon e seus companheiros, conscientes das nossas responsabilidades e certos de que teremos contas a prestar, principalmente dos nossos queridos índios que de nós tudo esperam" (idem).

A distribuição do documento de Malcher durante o I Encontro tinha por objetivo ressaltar os vínculos entre as antigas e as novas práticas em gestação, inclusive no plano ético. Daí também se explica a distribuição do 1º Relatório das atividades do SPILTN (1911) entre os sertanistas, pois este era um repertório dos esforços dos diversos agentes em institucionalizar práticas indigenistas.

O texto do sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque merece algumas observações. Com informações tópicas sobre as línguas indígenas e vocabulários de alguns grupos, o artigo do sertanista trazia a preocupação de divulgar instruções para as atividades das FAs. Eram cuidados necessários, que deveriam ser seguidos passo a passo pelos responsáveis por uma FA: contar com pessoas experientes, vacinação necessária, escolha de intérprete, identificação de conflitos com regionais, após o contato *jamais* afastar o *silvícola* do seu local de aldeamento, instalar o PI próximo ou ao lado da aldeia, ampliar cultivos, etc.

Albuquerque enfatizava que as FAs não deviam fazer cultivos para atrair os índios, pois ao longo da história do SPI isso gerou sérios desentendimentos com os índios pacificados, citando como exemplo a morte de muitos trabalhadores em 1945, durante a pacificação dos índios Gavião (PA). Sua iniciativa de instalar um PI dentro da aldeia Kubenkranken durante a pacificação destes índios, em 1952, teria dado "ótimo resultado" (Albuquerque, Relatório, 23/06/1987). Sem a ação do PI, incentivo à agricultura indígena, e principalmente atenção às doenças, haveria "extinção" ou "extermínio" (idem) da comunidade. O abandono pelos índios de seus cultivos e os contatos com servidores doentes após a pacificação fizeram com que houvesse em muitas FAs "mortandade dos silvícolas" (idem).

Diante dessas experiências, o sertanista concluiu que se devia "mudar essa arcaica ou envelhecida maneira de se contatar ditos índios" (idem). A disciplina da equipe da FA tinha que ser rigorosa, era essencial o respeito na relação com os índios. Num item denominado "Situação do silvícola quando adere à raça branca", Albuquerque relacionou os problemas do pós-contato, enfatizando sua visão sobre como era e como ficava a higiene indígena no pós-contato. Daí propunha instrução em higiene, saúde e trabalho "para melhoramento da vida do silvícola" (idem). Negando a possibilidade prática de ensino das línguas indígenas, diz que se deveria

> " ministrar o ensino verbal do português a todos silvícolas e as novas gerações dos mesmos alfabetização e demais orientações de higiene, práticas de trabalhos, etc. Dessa

> maneira essas comunidades irão se aculturando e passando a integração na vida comum brasileira. Gerar-se grupinhos separados com seus próprios costumes é querer racismo no Brasil, resultante de desvantagem para dita minoria entre a numerosa população da raça dominante branca. O silvícola brasileiro está marginalizado por falta de ensinamentos ou orientações em meios de produção para adquirir o que necessita" (idem).

Quanto ao trabalho, Albuquerque propunha que os índios fossem instruídos a construir casas e aprendessem cultivos agrícolas diversificados, criações de animais, apicultura, etc.

Participaram do I Encontro 15 sertanistas e como convidados dois antropólogos, um lingüista e 1 técnico indigenista.[55] Todos assinaram o documento final da reunião, menos o sertanista Francisco de Assis da Silva, que se ausentou durante o encontro.

O atual lingüista do Museu Nacional Marcus Maia, trabalhando então como pesquisador no Museu do Índio, foi convidado a participar do I Encontro de Sertanistas. Num correspondência dirigida ao autor em setembro de 2003, Maia detalhou suas impressões do evento:

> "O Encontro de Sertanistas foi organizado pelo Sydney Possuelo para discutir a implantação de uma nova política para os índios isolados. A impressão que se tinha, se bem me recordo, era a de que Sydney pretendia consolidar sua ascendência não só no âmbito da FUNAI, mas até no âmbito do Ministério do Interior, à qual a FUNAI era então subordinada, na definição e na prática de políticas para os índios isolados. A idéia central, sempre repetida pelo Sydney em suas muitas falas no auditório, era a de não mais se fazer contatos com isolados, a menos que fosse absolutamente necessário para a própria segurança deles. A direção dos contatos deveria ser invertida, passando a enfatizar a FUNAI procedimentos de vários tipos, inclusive estratégicos e educativos, com o entorno das áreas onde se mapeavam grupos 'arredios'. De modo geral, as sessões eram conduzidas por Sydney em longas exposições no auditório a uma platéia que concordava efusivamente com suas propostas. Quase sempre as intervenções dos sertanistas eram relatos de experiências, em si, interessantíssimos, mas freqüentemente, deslocados em relação aos temas do debate. Lembro-me que em uma das sessões discutiu-se a redefinição da nomenclatura específica do setor de isolados. Assim, por

---

[55] Esta era a relação de participantes:
COORDENAÇÃO: Sydney Ferreira Possuelo – sertanista.
PARTICIPANTES: SEDE:Cornélio Vieira de Oliveira – sertanista; Francisco de Assis da Silva – sertanista.
2ª SUER – CUIABÁ: Benamour Brandão Fontes – sertanista; Frederich Paul Tolksdorf – sertanista.
3ª SUER – RECIFE: Cícero Cavalcante de Albuquerque – sertanista.
4ª SUER – BELÉM: Afonso Alves da Cruz – sertanista; João Evangelista de Carvalho – sertanista; Fiorello Parise – sertanista; Raimundo Gomes do Nascimento – sertanista.
5ª SUER – MANAUS: Sebastião Amâncio da Costa – sertanista; Francisco Bezerra de Lima – sertanista; Raimundo Nonato Nunes Correia – sertanista; Estevão Rodrigues da Silva – sertanista; Júlio Reinaldo de Morais (Camiranga) – sertanista.
CONVIDADOS ESPECIAIS: MUSEU DO ÍNDIO:Sheila Maria Guimarães de Sá – antropóloga; Marcus Antônio Resende Maia – lingüista.
5ª SUER – MANAUS: José Carlos dos Reis Meirelles Júnior – técnico indigenista; Antônio Pereira Neto – antropólogo.

> exemplo, o termo 'frente de atração' era considerado politicamente incorreto e deveria ser substituído por 'vanguarda de contato'. O que era proposto por Sydney era com longos elogios aos presentes que haviam dedicado suas vidas ao indigenismo, tendo vários dos sertanistas presentes participado de muitos contatos. Alguns mostravam marcas de flechadas pelo corpo.(...) Eles também se reencontravam, muitos estavam deslocados em outras funções e não se viam há tempos. Então havia um clima de confraternização. Os intervalos das sessões no auditório, os almoços coletivos, eram sempre muito animados com brincadeiras, lembranças, gozações entre eles. Havia um grupo, do qual o Camiranga fazia parte, que havia trabalhado durante muitos anos com grupos Caiapó e conheciam a língua, alguns sendo capazes de manter conversação entre si, utilizando dialetos Caiapó, a que se referiam como o 'Jê', com bastante fluência. Alguns usavam expressões e frases no 'Jê' para fazer chiste ou como gíria, para não serem compreendidos por outros.(...) Além das sessões no auditório, Sydney tentou organizar algumas 'sessões de trabalho' em que se deveriam redigir as decisões do encontro. Como se pode prever, essas sessões que envolviam redação de textos não motivavam muito os sertanistas, que aproveitavam para prosseguir no bate-papo. Se não me engano, embora Sheila e eu tenhamos ajudado na redação de trechos do documento, acho que no final, acabou se assinando e ratificando, fundamentalmente, a proposta apresentada pelo Sydney. A impressão que fiquei era a de que se tratava mais de algo 'pra inglês ver', mais um daqueles encontros pra reforçar e legitimar posições de interesse de grupos na FUNAI." (Maia, correspondência pessoal, 07/09/2003).

O sertanista Cornélio Vieira de Oliveira acredita que o I Encontro de Sertanistas ocorreu para que fossem normatizadas as ações e divulgadas as orientações da recém-criada Coordenadoria de Índios Arredios (Oliveira, depoimento ao autor, 2002). O jornal da FUNAI, de julho de 1987 (ano 2, nº 5), apresentou aqueles sertanistas como "heróis" que teriam alterado as práticas antiindígenas dos sertanistas coloniais, os bandeirantes. Em dois artigos, o I Encontro é citado como um marco para "repensar o sertanismo" e criar uma nova "mentalidade sertanista" (idem). A idéia era mudar o comportamento tradicional do sertanista que vigorava desde Rondon – o contato como um fim em si mesmo – para passar a "fazer do contato a última alternativa" (idem), respondeu o sertanista Sydney Possuelo ao jornal. O artigo que propagandeava o I Encontro descrevia as operações das antigas equipes de atração e os atributos necessários aos sertanistas, que teriam sido

> "unânimes em enaltecer a iniciativa do Pres. da FUNAI Romero Jucá Filho de traçar os planos de ação na área de índios isolados partindo de baixo para cima, ou seja, promovendo o debate franco, aberto e democrático entre profissionais envolvidos diretamente com a questão" (idem).

Possuelo e os sertanistas do I Encontro acabaram se aliando a um Presidente da FUNAI que será conhecido por servir aos "interesses antiíndígenas de mineradoras e madeireiras na Amazônia" (Lima, 2001, p. 2431), além de perseguir ONGs indigenistas, antropólogos e o movimento indígena.

4.3 As Resoluções do I Encontro de Sertanistas

O Documento final do I Encontro de Sertanistas da FUNAI, assinado pelos 14 sertanistas participantes, além dos quatro profissionais convidados, abrangia três momentos. Inicialmente foi feita uma interpretação da *profissão* de sertanista no séc. XX, confundida com a própria história do indigenismo oficial brasileiro, composto por homens imbuídos "da intenção verdadeira de proteger as comunidades indígenas" (Doc. Final do I Encontro, 1987). Rondon foi valorizado como "patrono" do indigenismo e da FUNAI, além de "mito" que estabelecia "conceitos" (idem) e procedimentos para com os índios.

Após relacionar inúmeros sertanistas "exemplos de dedicação e profissionalismo, romantismo e senso de dever", inclusive os mortos "no estrito cumprimento do dever" (idem), o documento abordava a situação dos índios isolados e os "fatores" que definiam as "atrações" (idem). Os sertanistas seriam "cumpridores de ordens" que interferiam no contato para dar alguma "chance de sobrevivência física" (idem) aos índios. Diante da "consciência do heroísmo e do sacrifício de inúmeros companheiros" (idem), o texto propunha-se a ser crítico e realista, mostrando que num processo de atração,

> "estamos na verdade sendo pontas de lança de uma sociedade complexa, fria e determinada; que não perdoa adversários com tecnologia inferior. Estamos invadindo terras por eles habitadas, sem seu convite, sua anuência. Estamos lhes incutindo necessidades que jamais tiveram. Estamos desordenando organizações sociais extremamente ricas. Estamos lhes tirando o sossego. Estamos os lançando num mundo diferente, cruel e duro. Estamos muitas vezes os levando à morte" (idem).

O encontro de "velhos companheiros" levou à necessidade de "mudanças de estratégia" e à revisão dos "conceitos, causas e conseqüências" (idem) do trabalho sertanista. Assim, 13 conclusões básicas foram submetidas ao Pres. da FUNAI, Romero Jucá:

01. O contato é prejudicial aos índios;
02. Os índios que não estão ameaçados devem ser protegidos, reformulando-se "o conceito de proteção ao índio isolado" (idem);
03. O contato se daria "quando compulsões incontroláveis ocorrerem" (idem), estando ameaçada a sobrevivência física do grupo;

04. O levantamento de todos os grupos isolados era necessário;
05. Devem ser interditados, para vigilância e proteção, os territórios habitados pelos índios isolados;
06. Definido o contato, ele deverá ser prioritário pois "trata-se de um povo ameaçado de extinção que temos a obrigação legal e moral de resgatar e manter intacto" (idem);
07. Reconhecer os grupos isolados como "patrimônio cultural, humano, histórico" (idem) da humanidade;
08. O contato deverá ocorrer naturalmente, valorizando-se a preocupação com a saúde. O documento dos sertanistas afirmava que tinham "milhares de exemplos de grupos inteiros mortos (...) por gripes, sarampos, coqueluche, etc." (grifos meus);
09. O contato deverá educar o índio para ser auto-suficiente, fugindo do paternalismo "sem critérios" (idem) que desestrutura;
10. O documento reivindica a renovação dos "quadros de sertanistas" da FUNAI já que o trabalho com isolados era de "alta responsabilidade", requeria "conhecimento especializado (...) executado por servidores devidamente preparados, com equipes adequadas e com todo o equipamento necessário à segurança da equipe e dos índios isolados" (idem);
11. A FUNAI devia ter "força e poder" (idem) político e financeiro para executar seu trabalho;
12. Os índios eram, "em sua essência, guardiães para o país, de imensas riquezas florestais, hídricas, da fauna, da flora" (idem) (grifos meus);
13. Como a sociedade brasileira também era responsável pelos índios isolados, os sertanistas estavam dispostos a receber colaborações, mas com um senão: a "autoridade de decisão" não podia ser "maculada" (idem), mesmo envolvendo a academia nesse trabalho.

Os sertanistas finalizavam o documento afirmando que muitos haviam dedicado toda a sua vida aos índios isolados, tendo no corpo "cicatrizes recebidas no estrito senso de dever" (idem). Lutavam pela sobrevivência dos isolados, para que seus esforços e os da FUNAI não fossem em vão, por isso a FUNAI deveria executar as medidas que preservassem os isolados enquanto "sociedades plenas". Declararam ainda que Romero Jucá seria reconhecido em sua "grandeza" entrando "para a história como o responsável por uma tomada de posição", isto é, se adotasse "com urgência", as medidas definidas pelos sertanistas "como uma forma moderna e atual de sistematizar a proteção de índios isolados" (idem).

O último parágrafo do documento expressaria o ethos (Bourdieu, 1979, p. 45; 1983, p. 63) do grupo: "parecemos humildes e desprovidos do charme urbano. Mas temos a força do conhecimento, da experiência e desta mesma humildade. Temos muito a oferecer à FUNAI e aos índios deste país" (idem).

Como conseqüência do I Encontro de Sertanistas, a FUNAI estabeleceu as diretrizes para a Coordenadoria de Índios Isolados – CII (Portaria nº 1.900/FUNAI, 06/07/1987), criando ainda o Sistema de Proteção ao Índio Isolado – SPII e aprovando a competência da Coordenadoria de Índios Isolados (Portaria nº 1.901/FUNAI, 06/07/1987).

Essas diretrizes estavam baseadas na garantia aos índios do "pleno exercício de suas liberdades e das suas atividades tradicionais" e na criação de "sistemas específicos e diferenciados de proteção (idem), dependendo da situação de cada grupo indígena. Remetiam também à atenção à saúde e cultura dos índios isolados "em seus limites físicos, riquezas naturais, na fauna, flora e mananciais" (FUNAI, Port. nº 1.900, 06/07/1987). Será atribuição apenas da FUNAI a elaboração e execução de políticas para os isolados, proibindo-se qualquer atividade econômica na área em que habitam.

A Portaria 1.901/FUNAI/1987 estabeleceu o Sistema de Proteção ao Índio Isolado, dividido em três subsistemas – de localização, vigilância e contato. Os dois últimos eram compostos por postos indígenas, equipe móvel e núcleo de apoio, enquanto no subsistema de localização existia apenas a equipe de localização. Cabia à Coordenadoria de Índios Isolados "realizar estudos para a determinação da necessidade e da oportunidade de criação de unidades de proteção ao índio isolado" (FUNAI, Port. 1.901, 06/07/1987). A Coordenadoria passou a controlar e selecionar servidores para trabalhar no sistema de proteção, assim como emitia pareceres "sobre a conveniência do ingresso, trânsito, visita, pesquisa e documentação" (idem) dos índios isolados.

Em agosto de 1988, o Pres. da FUNAI Romero Jucá Filho aprovou as normas do Sistema de Proteção ao Índio Isolado – SPII (Port. 1.047/88, de 29/08/1988). Estas definiam os objetivos das *equipes de localização* como centralizados no levantamento sistemático de informações fundiárias, econômicas e ambientais de grupos isolados, plotando-as cartograficamente, de forma a fornecer subsídios à instalação de subsistemas de vigilância ou contato. Essas equipes deviam ser compostas por indigenistas experientes, pois *casualmente* poderiam estabelecer contato com índios isolados.

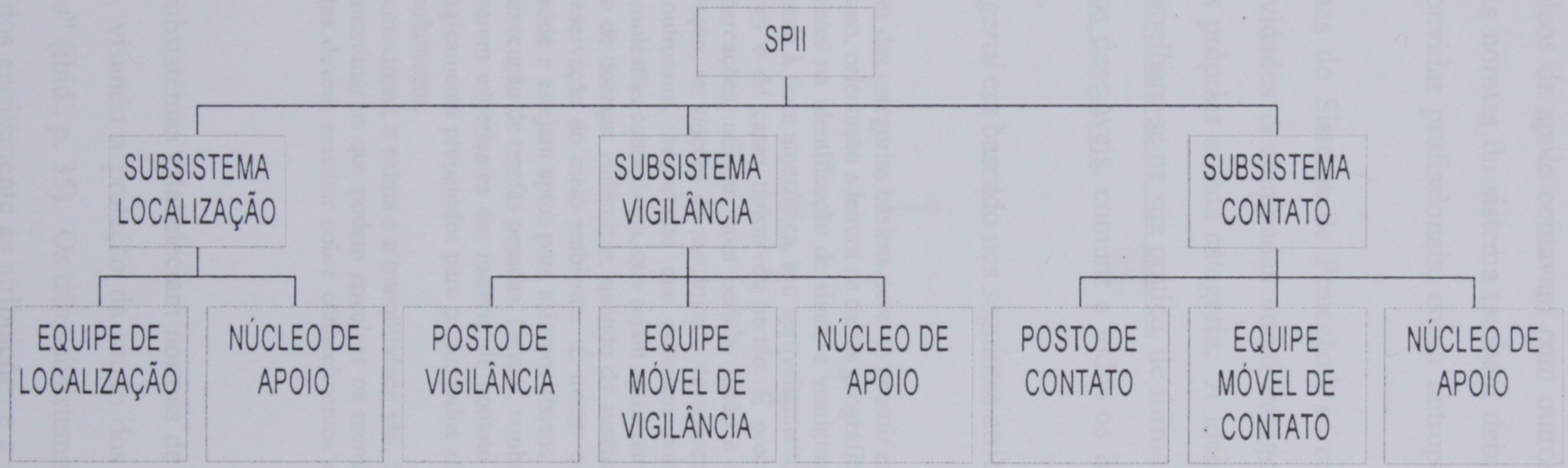
Quando os contatos eram evitados, estabeleciam-se as *equipes de vigilância* para dar proteção física aos isolados, controlando o acesso aos seus territórios, preservando seu *habitat*. Os postos de fiscalização seriam instalados em regiões onde se evitasse o contato mas se permitisse a fiscalização da situação dos isolados.

Diante da realidade vivida por alguns grupos isolados – redução do espaço físico, devastação do meio ambiente, deterioração da subsistência –, tornava-se necessário o contato para que o grupo não desaparecesse. Como as situações de emergência poderiam levar os índios à depopulação e desintegração social, o sistema de proteção previa que num futuro imediato as *equipes de contato* adotassem uma política assistencial e de orientação ao processo de aculturação, defendendo a saúde, terras e economia dos recém-contatados. De um lado, cuidados e práticas específicas combateriam a mortalidade indígena no pós-contato. De outro, ao criar na época um setor de defesa ambiental, a FUNAI estimularia a "mentalidade preservacionista" (FUNAI, SPII, 1988, p. 29) entre os sertanistas.

O SPII era visto como um "organismo sistêmico e flexível", composto por um "conjunto de unidades operacionais e ações administrativas destinadas a proteção física, patrimonial e cultural dos indígenas" (idem, p. 30).

Este era o organograma do sistema:

SISTEMA DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ISOLADOS



Na verdade, cada equipe – localização, vigilância, contato – deveria ser um subsistema composto por categorias profissionais que trabalhassem nas unidades desses subsistemas. Assim, enquanto sertanistas, técnicos indigenistas, auxiliares de sertanistas e intérpretes fossem encontrados nos postos indígenas e nas equipes (localização, etc.), os núcleos de apoio contavam com outros profissionais (motorista, radiotelegrafista, etc.). As normas do sistema também deixavam à "conveniência da FUNAI" (ibid., p. 33) convidar profissionais, como antropólogos e jornalistas, para integrar as equipes.

Nas "Normas do Sistema de Proteção", as *categorias profissionais* se referem às diferentes atividades denominadas como *categorias básicas* do sistema, ressalvadas peculiaridades próprias a cada categoria. A idéia contida nas "Normas" é que essas atividades "assemelham-se na sua prática, de forma a permitir um perfil geral das qualidades e requisitos desejáveis, comuns a todos os integrantes" (idem) (grifos meus).

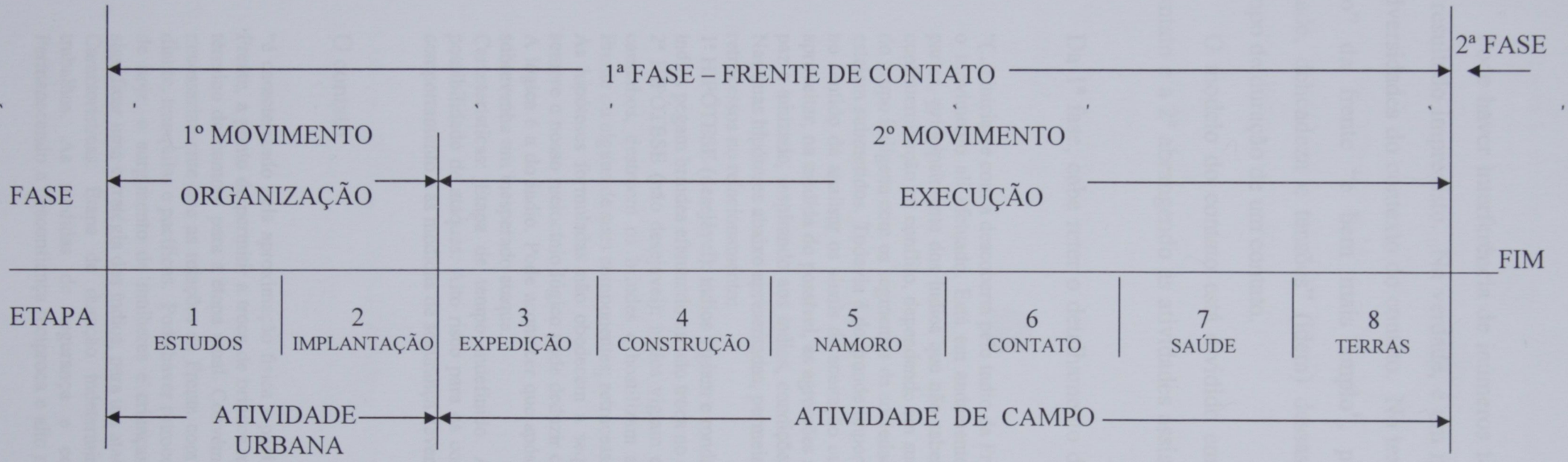
Esse *perfil geral* era baseado nos seguintes atributos:

> "Os integrantes das categorias básicas deverão possuir experiência em sobrevivência na selva, bem como, orientação e leitura de cartas geográficas. É também fundamental que sejam experientes na identificação de sinais e vestígios de índios isolados, na caça e pesca; no tocante à flora amazônica, seu aproveitamento e utilização, na construção de abrigos ligeiros e de casas típicas do sertão. É preciso que saibam nadar, remar, conduzir embarcações, utilizar, com perícia, facão e machado, operar aparelhos de radiocomunicação, ter noções de mecânica e de consertos de motores estacionários e fluviais. É, outrossim, importante que possuam conhecimentos de higiene e de profilaxia de moléstias contagiosas, que sejam aptos para administrar medicamentos de rotina no caso de doenças endêmicas, quando da ausência de médico, e tenham ainda, noções de preservação do meio ambiente. É mister que os integrantes mencionados gozem boa saúde e estejam aptos para esforços físicos e para longas caminhadas bem como para a execução de tarefas pesadas. Devem, também, ter intimidade com as lides do sertão e serem experientes em matéria de contato com índios isolados, estando, ainda, psicologicamente preparados para prolongados afastamentos da família e longos períodos de isolamento.
> A disciplina emocional, a calma e a tranqüilidade são, finalmente, de grande valia nas situações extraordinárias que podem envolver os membros da equipe. As qualidades acima descritas devem assentar sobre conhecimentos e dedicação à causa indígena" (idem).

Todos os subsistemas estabeleciam normas de saúde detalhadas, com as respectivas competências, visando a proteção da saúde dos índios isolados, "antes e após os primeiros contatos" (ibid., p. 35). Os três subsistemas – localização, vigilância e contato – tinham definidos estritamente as atribuições e a composição das equipes e das respectivas chefias (v. FUNAI, SPII, 1988, p. 38-55).

A última parte que compõe o Sistema de Proteção ao Índio Isolado é composta por observações de ordem prática relativas à organização, implantação e execução das atividades das expedições e das frentes de contato. É extremamente minucioso o roteiro de uma expedição, envolvendo o detalhamento dos equipamentos gerais (motores, etc.) e individuais (uniformes, etc.), o material geral de acampamento (lonas, etc.), as construções (dimensões, etc.), segurança (na navegação, etc.), logística (armazenamento, etc.), transporte (campo de pouso, etc.), radiocomunicação (aparelhos portáteis, etc.), sobrevôos, cartografia, rumos e direções (bússola, etc.), armas (uniformizar calibres, etc.), brindes (tipos, etc.), ferramentas para acampamento (mecânica, etc.), artesanato (conservação, etc.), material básico para pesca (anzol, etc.), escolha dos componentes da equipe (antecedentes dos regionais, etc.), anotações diárias e o quantitativo das equipes (dimensão da área, etc.). Inúmeros cuidados de saúde são necessários para que não seja paralisada uma expedição (falta de medicamentos, prevenção de acidentes, etc.), assim como é necessário não esquecer todos os itens que compõem o equipamento individual numa expedição (bornal, armas, cantil, facas, etc.).

Já as observações relativas ao desenvolvimento das frentes de contato pretendem oferecer aos interessados uma "visão teórica dos trabalhos" (ibid., p. 69). O texto tem como referência uma "Frente de Contato clássica, nos moldes de Rondon" (ibid., p. 69), da qual foi elaborada uma projeção gráfica:



FASE: Sucessão de ETAPAS durante as quais são desenvolvidas ações peculiares de organização e execução, com o objetivo de atingir as finalidades e propósitos finais da Frente de Contato.

MOMENTO: Divisor das atividades desenvolvidas em centros urbanos, das ações de campo propriamente ditas.

ETAPA: Período de tempo em que se realizam determinadas ações, objetivando atingir a ETAPA subseqüente (ibid., p.70).

Pode haver interferência de inúmeros fatores nessa seqüência *desejável*, tornando o resultado imprevisto. Na verdade, é um modelo quase inviável, devido às inúmeras adversidades do contexto do contato. No texto apresentado reconhece-se que o "universo" da frente "é bem mais amplo", pois a redação não abrange a "complexidade, delicadeza e tensões" (idem) dessas realidades, sequer podendo se prever o tempo de duração de um contato.

O modelo do contato está dividido em duas fases, a 1ª fase relativa à frente de contato e a 2ª abrangendo as atividades assistenciais de um Posto Indígena lá instalado.

Da 1ª fase, cabe reter o detalhamento das etapas "namoro" e "contato".

O namoro

> "(...) inicia-se com a descoberta pelo índio da Frente de Contato, que passa a vigiar todo o movimento ali efetuado. Está em andamento um processo de estudo de ambas as partes, principalmente dos índios que não sabem por que ali estamos, e culminará na confraternização ou conflito, dependendo em sua maior parte das experiências passadas do grupo indígena com os segmentos da sociedade nacional e nas condições atuais a que estejam submetidos. Todavia é de grande importância a habilidade do Chefe da Frente, no sentido de analisar os sinais de aceitação ou hostilidade externados pelos índios, e aproveitar, na medida do possível, as agressões sofridas para reforçar demonstrações de paz e amizade, inspirando aos índios, condições de segurança para que dêem contato. Nas duas hipóteses abaixo apresentadas, permeiam inúmeras variáveis com progressos e retrocessos no relacionamento:
> 1ª HIPÓTESE (desejável): índios vigiam e rondam a Frente sem manifestar hostilidade; índios pegam brindes efetuando ou não troca no tapiri; índios dão contato.
> 2ª HIPÓTESE (não desejável): índios vigiam e rondam a Frente; índios obstruem os caminhos, destroem os brindes e hostilizam a Frente; índios atacam diretamente a Frente ou alguns de seus componentes; retrocessos nos trabalhos.
> As hipóteses formuladas não obedecem a seqüência linear aqui apresentada e nem sempre o nosso raciocínio lógico pode deduzir com segurança o comportamento futuro. A lógica é a do índio. Pode acontecer que após sinais de aceitação da nossa presença, sobrevenha um inesperado ataque.
> Características: Etapa de tempo indefinido. Aumento de tensão e ansiedade pela possibilidade de ataques. Alto risco para os componentes da Frente. Os cuidados de comportamento e as medidas de segurança devem ser rígidos" (ibid., p. 72-73).

O contato

> "é caracterizado pela aproximação física e pacífica entre os índios e os integrantes da Frente, a ponto de permitir a troca de brindes mão-a-mão. O primeiro contato marca o término do namoro para a etapa atual. Convém esclarecer que o contato não significa necessariamente que as relações da Frente com os índios serão, daquele momento em diante, tranqüilas e pacíficas. Pode haver retrocessos nas relações. A troca de presentes de hoje, o surgimento de mulheres e crianças tidos sempre como bom sinal, pode significar uma estratégia dos índios, para um ataque amanhã.
> Características: Etapa de duração indeterminada, podendo haver retrocesso nos trabalhos. As medidas de segurança e comportamento continuam em vigor. Permanecendo a desconfiança recíproca e alto risco para os integrantes da Frente. São

> efetuadas as primeiras contagens e registros da população recém-contatada. O tapiri de brindes perde a sua finalidade com as trocas sendo efetuadas na própria Frente. Os brindes são exigidos pelos índios em grande quantidade. Inicia-se uma etapa de alto risco para os índios contatados, face a aproximação física com os integrantes da Frente e a possibilidade de serem contaminados por doenças infecto-contagiosas" (ibid., p. 74).

A etapa relativa às terras indígenas não é valorizada no texto, que apenas menciona preocupação com as invasões das terras indígenas após o contato. Ocorreria então o desenvolvimento de atividades voltadas para a assistência aos índios nos Postos Indígenas regulares.

A apresentação do Sistema de Proteção aos Índios Isolados termina com uma citação do indigenista Luiz Bueno Horta Barbosa, retirada do seu texto sobre a Pacificação dos Kaingang paulistas, onde são valorizadas as virtudes morais daqueles que trabalham nas frentes de contato:

> "Ninguém poderá jamais imaginar quanta força moral precisa um homem despender para dominar a insuportável irritação nervosa causada pelo fato de sentir-se incessantemente cercado, vigiado e estudado nos seus menores atos, por gente que ele não pode ver, de quem nem sabe o número, a quem não quer molestar nem rechaçar, mas antes agradar e atrair, e que no entanto só procura o instante propício para o assaltar e matar" (ibid., p. 77).

A liberdade vigiada

Na época do estabelecimento dessa política, antropólogos e ONGs questionaram a idéia de isolamento de povos indígenas e as iniciativas previstas para a defesa desse isolamento. Argumentava-se que não existia vigilância eficaz nas áreas indígenas, e que seringueiros, madeireiros e garimpeiros acabariam contatando os índios antes da FUNAI, ocasionando grande mortandade, senão o extermínio de povos inteiros (CEDI, 1991).

A maior crítica foi dirigida às idéias em que se baseava toda concepção de índios isolados. Assinalava-se aí a presença de uma série de estereótipos, oscilando entre o *bom selvagem* e o índio *hostil e marginal*. Segundo Dominique Gallois (1992), a idéia de marginalidade era oriunda da noção de fragilidade desses grupos, daí a necessidade de intervenção do Estado. Como notou a antropóloga, a política oficial atualmente associa a autonomia dos índios à marginalidade e à proteção do Estado (Gallois, 1992, p. 125). O próprio movimento indígena propõe autodeterminação com proteção para os índios isolados.

Para Gallois, o protecionismo impõe relações de dominação, das quais os agentes de contato não têm consciência (ibid., p. 126). É a clivagem entre as concepções antropológicas e sertanistas que situa essa disputa nos últimos anos. O historiador Orlando Villas Bôas Filho, em correspondência pessoal, explica a concepção de *protecionismo* e *tutela* adotada por seu pai:

> "Meu pai, de fato, defendeu o instituto da tutela enquanto este vigorou na legislação brasileira. Sua defesa da tutela, entretanto, se dava no sentido de procurar salvaguardar, por meio da intervenção estatal, direitos e prerrogativas das sociedades indígenas. A tutela é um instituto jurídico do direito brasileiro (que, aliás, não se aplica apenas aos índios) o qual visa resguardar direitos. Ao afirmar que a FUNAI era omissa no desempenho de sua função de tutora, meu pai procurava chamar a atenção para possíveis omissões deletérias aos interesses dos povos indígenas. Contudo, não defendia a tutela em termos peremptórios, como forma de exercício de alguma espécie de paternalismo. É claro que há uma relação de afinidade entre protecionismo e tutela, contudo ela não parece ser necessária." (Villas Bôas Filho, correspondência ao autor, 2004).

A crítica a essa concepção *protecionista* vem de Gallois e outros antropólogos (Lima, 1995; Oliveira, 1988). Como a "intenção de dominação" (Gallois, 1992, p. 121) era originada da pacificação, o quadro teria mudado com o *fim* da pacificação, já que haveria mudança de intenção. Como mudou o objetivo da incorporação, os agentes indigenistas – os sertanistas – lidam agora com a idealização do indígena. A política de proteção aos índios isolados foi gerada num contexto pré-Constituinte, em defesa da tutela. As questões relativas à autonomia indígena com que trabalha passam a contituir uma posição conservadora no campo indigenista à medida que se fortalece o movimento indígena. As contradições se revelaram nas próprias dificuldades para a institucionalização da política do DEII, dentro e fora da FUNAI: houve muita resistência em setores administrativos do governo e entre velhos sertanistas.

5 OS SERTANISTAS-CHEFES DA COORDENADORIA DE ÍNDIOS ISOLADOS

Sydney Possuelo dirigiu a CII (depois DEII) desde sua criação, menos durante sua gestão na Presidência da FUNAI (1991–1993), quando o sertanista Wellington Figueiredo assumiu a chefia dessa Coordenadoria.

5.1 Sydney Possuelo

As entrevistas com Sydney Possuelo foram realizadas no gabinete da chefia do DEII/Brasília, em anos diferentes. A primeira, em setembro de 2002, foi marcada por correspondência. Possuelo, cansado de dar entrevistas para os mais diversos motivos, indagou logo ao pesquisador o que desejava saber. Após uma apresentação do nosso trabalho e do que já havíamos publicado sobre indigenismo, o sertanista concordou em reservar um horário especial para a entrevista, no final do seu expediente de trabalho. Formal no início, a entrevista melhorou quando surgiram questões polêmicas, permitindo questionamentos e uma intensa dialogia. Foram três horas que se passaram rapidamente, devido à empatia de ambos frente à questão indígena. Embora tivéssemos um roteiro de entrevistas fixo, deixamos inicialmente o sertanista esgotar o discurso padrão para só então introduzirmos as questões relevantes à pesquisa. Possuelo reconheceu que nunca falara sobre alguns assuntos, tendo aparentemente gostado da entrevista.

A segunda entrevista, realizada em setembro de 2003, foi bastante objetiva, voltada para dúvidas pontuais. Sydney ficou surpreso com a listagem de sertanistas da ativa e aposentados que lhe apresentamos. Na ativa restavam cinco sertanistas, dos quais apenas um havia trabalhado em frentes de contato. Durante três horas esclarecemos dúvidas e formulamos novas questões sugeridas pela primeira entrevista. Aqui não houve a privacidade anterior, algumas vezes Possuelo interrompeu a entrevista para resolver alguma solicitação de trabalho.

A formação do sertanista

Ao comparar sua vida de sertanista com aquela que viveram os antigos sertanistas na história do Brasil, Sydney Possuelo reconheceu que a amplitude do tema

poderia levar seus colegas a comentá-lo de diferentes formas. Velhos sertanistas eram os homens dos sertões coloniais que alargaram o povoamento e as fronteiras do país, à custa do massacre e da escravidão de índios. Possuelo acredita que tal visão do sertanista ou bandeirante começaria a mudar quando Rondon foi identificado como sertanista: "quando chamam Rondon de sertanista é que a palavra começa a ter conotação diferente" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). Por isso um sertanista é hoje o "amigo, defensor" (idem) dos índios.

Desde a adolescência de Possuelo, os irmãos Villas Bôas eram seus *heróis*. Nascido em Santos Dumont, interior de Minas Gerais, a 19 de abril de 1940 – data institucionalizada como dia do índio em 1943 (Decreto-Lei nº 5.540, 02/06/1943) –, Possuelo foi criado em São Paulo. As reportagens que lia em jornais e revistas sobre os irmãos Villas Bôas o influenciaram muito. Lembra das matérias da revista *O Cruzeiro*, principalmente as de David Nasser. Enfatiza no depoimento que então não tinha atenção para os índios, mas sim para os irmãos Villas Bôas. Tinha o espírito "romântico e aventureiro", daí a admiração pelos 'homens da selva" (idem), os exploradores e as grandes expedições que descobriam rios e lagos na África, vulgarizadas pela literatura (David Livingstone, Richard Burton, Stanley, etc.). Vinha de família pobre, mas se considerava razoavelmente informado naquela realidade que "encantava um garoto" (idem).

Possuelo procurou os Villas Bôas em São Paulo a partir de 1956. Insistiu muito até conseguir estabelecer contato com Orlando Villas Bôas, quando este vinha a São Paulo fazer compras para as bases da FBC no Xingu. Passou a auxiliar Orlando na contabilidade comercial e logo veio a conhecer o PI Capitão Vasconcelos, no Xingu. Possuelo acompanhou a crise e extinção do SPI nos anos 60. Diz acreditar na "paixão do staff de Rondon pelo índio, e que a crise aconteceu porque faltaram homens corretos" (idem) como Rondon, já falecido.

O sertanista fez várias viagens ao Xingu por motivação pessoal. Não ganhava nada, "os parentes achavam ele louco, não se profissionalizava" (idem). Orlando insistia para que fizesse o curso de técnico indigenista da FUNAI. Acabou fazendo o 3º curso, em 1971, na UnB. Realizou o estágio do curso em Rondônia e Mato Grosso, junto ao sertanista Francisco Meirelles, trabalhando na FA dos índios Suruí e Cinta Larga. Foi designado chefe do PI Guaporé (RO) e aí fez sua 1ª expedição, subindo o rio Guaporé e investigando a situação de índios aprisionados nos seringais,

sujeitos ao regime de barracão. Com o auxílio da polícia, conseguiu libertar mais de 60 índios Makurap, Jabuti e outros, levando-os até o PI Ricardo Franco (RO).

Em 1973, foi nomeado chefe do PI Piaruçu (ex-Diauarum) no PQXIN e logo após designado auxiliar do encarregado da FA Kreen-Akarore (Port. 234/P, 07/05/1973) por quatro meses. Aí divergiu das decisões de trabalho do então chefe da FA, Apoena Meirelles, e voltou para o PI Piaruçu, se tornando chefe do PI Leonardo Villas Bôas, passando a responder pela administração do Parque do Xingu (Port. 301/P, 30/04/1975). Foi então reclassificado de técnico indigenista para *sertanista F* (Port. 581/P, 22/07/1975).

O sertanista diz que os colegas eram poucos e dispersos, e que formavam "blocos para cá, blocos para lá" (idem). Os mais velhos eram os "patriarcas" ou "patronos" (idem), diante dos novos que haviam realizado o curso de técnico indigenista. Havia "a diferença de filosofia, uns gostavam de falar de integração, de integrar rapidamente, fazer contato logo. O Orlando tinha que proteger, não que não fizesse contato. O Orlando tinha uma linha mais cuidadosa" (idem) – e Possuelo se desculpa pela ausência dos Meirelles para se defender.

> "O contato era olhado com mais cuidado e muita visão crítica (...) havia aqueles que recebiam incentivo de comerciantes locais para retirar os índios de alguma área, seringal, fazenda ou negócio dele. Isso foi muito utilizado pelo SPI quando não tinha dinheiro, comerciantes se reuniam pagando o inspetor local para fazer expedição, fazer contato e retirar o índio da terra. Assim surgem postos como o Ricardo Franco, criado pelo SPI para jogar ali povos das etnias mais diferentes, para limpar a região em função do comércio" (idem).

Tais observações eram críticas diretas ao trabalho de Francisco Meirelles tanto no Pará, onde foi financiado por seringalistas para pacificar subgrupos Kayapó, quanto em Rondônia, onde os índios que pacificou foram deslocados para o PI Ricardo Franco.

Possuelo conta ter ouvido coisas absurdas de algumas chefias da FUNAI. Havia Delegado Regional que queria todos os índios engravatados, militares que no momento do contato vestiam os índios de macacão, etc. Houve absurdos por falta de "seriedade e política", mas Possuelo só teria compreendido essa realidade "fazendo vários contatos", vendo "o drama que é o contato para os índios" (idem). Mesmo em contatos extremamente organizados, com medicamentos, etc., acabavam morrendo vários índios que fugiam para a mata, ficando inacessíveis ao atendimento médico.

Índios Arara

Na atração dos Arara (PA), no início dos anos 80, Possuelo conseguiu escolher 45 auxiliares dentre 150 postulantes. Na época havia motivação para enfrentar o sertão e o ritmo lento do cerco aos índios. Havia na sociedade brasileira uma grande mobilização de ONGs pró-índio. Era possível sensibilizar as pessoas, pois "um bom sertanista só o tempo que produz" (idem). Mas também era difícil "lidar com gente" (idem), ainda mais num trabalho que demandava sacrifício, e onde não se devia esperar retorno. Possuelo é enfático: "se você fizer as coisas já esperando ser reconhecido não vai dar em nada" (idem).

A partir da atração dos Arara (PA), as equipes das FAs comandadas por Possuelo passaram a usar uniformes. A idéia era criar uma "irmandade" (idem) no sertão, porque uma vez

> "lá dentro você só conta com recursos físicos teus ou do teu companheiro, então tem que ter confiança, se houver doença, acidente, a expedição pára, não vai ficar para trás, terá segurança, é um espírito para segurança nossa e também para os índios (...) estão dispostos a fazer um grande trabalho, motivado pelo que existe de melhor em você (...) os índios são os irmãos menores que precisamos amparar (...) a roupa nos iguala, todos somos iguais" (idem).

Nos trabalhos de atração participava desde a interdição de uma área até sua homologação. Sua impressão geral era que a área que o sertanista interditava quase sempre virava a área da futura terra indígena e que durante a ditadura militar se garantiam áreas indígenas com mais facilidade. No caso dos Arara, a interdição inicial foi maior que a terra indígena definida para o grupo, como resultado de um processo conturbado onde a equipe da FA chegou a fazer linhas demarcatórias para evitar a colonização então planejada pelo governo federal. Possuelo diz que a FUNAI não atendeu ao pleito da equipe da FA, pois "a FUNAI ora aquiesce aos índios (...) ora aquiesce aos fazendeiros" (idem). E que a questão de terras sempre é "muito complicada", pois tem "muitas forças que atuam, os que querem e os que não querem" (idem), um modo de traduzir a disputa política e econômica.

O sertanista "sempre foi muito empenhado, o trabalho consumiu a vida (...) nunca foi funcionário público" (idem). Vê pejorativamente o funcionalismo porque é "apaixonado" pelo que faz, "foi do pequeno ao máximo" (idem) conseguindo

projeção. Lembra que outros sertanistas com mais tempo de serviço não tiveram a sua projeção, debitando isso ao seu empenho, um pouco de sorte e a brigar pelo que quer. Instigado a comentar uma afirmação de Orlando Villas Bôas – "os maus sertanistas são maioria" (Bisilliat, 1995, p. 14; Marques, s.d., p. 38), Possuelo respondeu que dentro da FUNAI "a maioria dos sertanistas foram pessoas sérias" (idem), mas a seriedade variava. Lembra que no final do SPI havia sertanista não comprometido com os índios, não existia "autoridade moral" (idem) no órgão.

O contexto histórico neoliberal

Possuelo considera a "banalização da violência" como grande obstáculo à sobrevivência indígena nos tempos atuais: é onde o Estado se justifica por ser violento, porque a sociedade está violenta, é o "Estado que se contrapõe à liberdade do indivíduo" (Possuelo, entrevista ao autor, 2003), daí a sociedade que não traz felicidade para nós, nem para os índios. Outro "aspecto perverso" para o sertanista é a "individualização", o acirramento da luta pela sobrevivência, onde "as armas que você usar, todas elas são legais" (idem). O indivíduo passa a ser indiferente, como reconhecer o passado histórico dos povos indígenas diante dos problemas do presente? Diz que os índios hoje "não interessam para esta nação" (idem), ocorrendo o mesmo na América Latina, nos países onde "o sangue indígena ficou mais difundido" (idem), como no Peru. Os índios se aculturaram, "os remanescentes foram se transformando em homens brancos, que só pensam como homens brancos" (idem). Assim "os povos indígenas lutam com grande dificuldade contra seus próprios irmãos" (idem).

O que acaba acontecendo é que

> "tudo é contra o índio. O caboclo regional por causa da disputa pela terra; o que está numa escala melhor também é contra porque necessita das terras indígenas para a pesca, caça, madeira (...) os políticos, porque precisam do voto desse pessoal, não querem nem saber se o processo é justo ou injusto. Soma-se a isso o estigma dos índios" (*O Paraense*, 17 a 23/02/2002).

Segundo o sertanista, a FUNAI tem cada vez menos servidores especializados e está tomada por profissionais e estagiários com contrato temporário que não se envolvem com a questão indígena. São "pessoas que passam, estão trabalhando aqui igual poderiam trabalhar no banco da esquina, no café, vendendo hot-dog na esquina (...) não tem mais carreira, o cara fica aqui 6 meses em contrato (...)

depois sai, vai embora" (idem). A política neoliberal atingiu no Brasil as carreiras de Estado, o que não aconteceria nos países europeus. Aqui há "essa política horrorosa, indecente, esses partidos se reúnem e dividem a União (...) bom, eu fico com a FUNAI e aí eu boto o meu pessoal. Você fica com o banco não sei o quê, o outro fica com... isso é dessas coisas canalhas que existem nesse país,... invés de ser uma coisa pelo mérito das pessoas" (idem). Quando foi presidente da FUNAI, Possuelo teria enfrentado inúmeras tentativas políticas de apadrinhamento, tendo então apoio do Presidente Collor para "evitar esse tipo de coisa" (idem). Acabou demitido da presidência da FUNAI pelo Presidente Itamar Franco, após pedir exoneração, por se negar a nomear pessoas estranhas à FUNAI como novos administradores regionais para Goiânia (GO) e Rio Branco (AC).

Tutela e pesquisa

Possuelo acredita que a tutela

> "é uma das coisas fundamentais para os povos indígenas isolados. A tutela não pode acabar nunca para esses povos, enquanto houver índios isolados ou em grau intermitente (...) dentro daquela classificação da lei 6001. Eles têm que ser protegidos. O Estado tem que responder por eles (...) tudo bem se a tutela deve terminar para os índios de contato permanente, já chamado de integrado" (Possuelo, entrevista ao autor, 2003).

O fim da tutela significaria a liberdade de acesso às áreas indígenas, as pessoas entrariam e sairiam do local quando quisessem. Possuelo credita aos antropólogos, lingüistas e estudiosos em geral a luta pelo fim do "controle de Estado feito pela FUNAI" (idem) para entrada em terra indígena. O sertanista avalia que essa atividade deveria ser mais eficaz, dando liberdade de ação para os técnicos. A FUNAI teria domínio total no acesso aos índios isolados, aí é tutora, "diz sim ou não" (idem). Onde a FUNAI pode deixar de ser tutora – com os índios de *contato permanente* –, caberia a estes as decisões iniciais para entrada nas aldeias.

O DEII muitas vezes impede o acesso a algum povo isolado e os pesquisadores questionam isso. Possuelo defende a política do DEII, pois o pesquisador não veria

> "o lado do trabalho, a preservação, os cuidados. Só vê o interesse: – mas eu preciso concluir a minha tese! Como se fosse relevante ou importante para aquele grupo indígena. Pode ser relevante e importante para nós, nós como sociedade. Mas não é tão

> importante para ele. Então vamos devagar, no seu tempo certo, seu momento exato, para poder chegar e entrar" (idem).

Política para índios isolados

Possuelo critica a antiga política para índios isolados na FUNAI, quando uma Delegacia Regional ou Superintendência tinha autonomia para definir políticas regionais. Segundo o sertanista, uma pessoa nomeada para essa chefia vinha

> "com suas teorias (...) fazer o seguinte: índio isolado tem que ser tudo contatado, porque essa história de ficar aí isolado isso é uma besteirada. Vai chegar, o mundo está aí, eles têm mais é que se lascarem em nosso meio. Outro já fala: não, aqui como não tem dinheiro, a gente, na medida em que forem pedindo para nós, a gente pode tentar fazer alguma coisa ou não fazer. E cada um com sua história. Outro: não, aqui eu vou preservar. Os povos têm que ser preservados" (idem).

Possuelo discorda disso tudo, dizendo que "tratamento diferenciado é para os povos em contato conosco" (idem). Estes mereciam políticas específicas e regionalizadas. Haveria uma instância legal definindo a política geral da FUNAI. O sertanista exemplifica com a lei 6.001, o Estatuto do Índio: acredita que não se fará nada melhor para os índios do que essa lei. Diz que "qualquer coisa que você mexer, hoje, será contra os índios. É para abrir as terras indígenas, para eles comercializarem mais, para fazer pesquisa na terra deles" (idem). Exemplifica com a questão da saúde, que não era boa na época da FUNAI, mas que diz ser pior atualmente. Devido à velocidade das mudanças na nossa sociedade, não consideramos os valores dos povos indígenas isolados. Valorizamos o desenvolvimento, a transformação, "quem não tem capacidade de se adaptar, de mudar, que desapareça" (idem).

O sertanista acredita que se deva buscar a compreensão dos políticos para que o Estado possa "manter e dirigir as diretrizes gerais" (idem) da política indigenista, defendendo o estabelecimento de uma política que centralize tanto objetivos, recursos e técnicos envolvidos com os índios. Possuelo fez duras críticas aos recursos estrangeiros que chegam ao Brasil já com diretrizes de aplicação em determinadas demarcações, referindo-se ao PPTAL.

O objetivo do trabalho com os índios isolados seria "transformar essa gente numa gente mais feliz (...) se nós compreendermos que o povo indígena isolado é mais feliz quando está isolado. Antes de conhecer todos os dramas nossos, ele é mais feliz assim. E se ele quer ficar assim, por que nós não respeitamos isso?" (idem). Aos

índios em contato intermitente seria oferecida uma educação melhor, até o 2º grau, de forma a "que ele tenha depois possibilidade de realmente se integrar a um nível decente junto conosco" (idem). Nas áreas de fronteira os índios deveriam ser beneficiados por uma política que valorizasse a nacionalidade em detrimento do narcotráfico. Uma política assistencial, mesmo que fosse discriminada como *paternalista*.

O Exército e os índios

Possuelo critica algumas ações do Exército brasileiro nas áreas de fronteira. Havia recentemente discutido com o comandante de um batalhão localizado perto de uma área de índios isolados. Os soldados do grupamento costumavam caçar e treinar dentro da terra indígena dos índios isolados, invadindo também unidades de conservação geridas pelo IBAMA. O sertanista cobrava uma posição do comandante, que concordava com as incursões dos seus soldados, enquanto Possuelo queria respeito às áreas de índios isolados, "não pode entrar mesmo" (idem), só se houvesse guerra. Ao contrário, o Exército devia praticar uma política de transformar os índios em amigos, trazendo-lhes benefícios. E se quisesse entrar em qualquer área – de índios contatados – bastava consultá-los. Há anos, o sertanista chegou a ouvir no meio militar que depois de demarcado, o Parque Indígena Yanomami seria convertido num Estado independente sob seu comando, o que achou hilariante na época, início dos anos 90. Acredita que a nova geração militar entenda a situação Yanomami a partir das questões da globalização.

Possuelo assegura "que entregar terra a índio só reforça a soberania" (*OESP*, 01/02/2004), ao contrário do que acreditam muitos militares. Sobre a intervenção militar nas questões indígenas, acha que

> "com exceção do período de Rondon, foi nefasta. As questões amazônicas não têm de estar condicionadas aos militares e à sua visão. A questão da ocupação da Amazônia é uma questão da sociedade brasileira, em que ela, como um todo, em seus diferentes segmentos sociais, econômicos, políticos, deve estar envolvida. Deixar na mão dos militares é um perigo, e o índio é o que mais sofre. Mas dois trabalhos que fiz na Amazônia – dois trabalhos fundamentais meus –, só os pude concluir com apoio das organizações militares, pois os militares têm à sua disposição uma infra-estrutura que pode realmente nos auxiliar. Mas não era o alto comando que fazia isso, era um auxílio obtido através do meu conhecimento com o coronel-comandante de uma unidade militar. Então, esse gesto e essa ajuda que recebi dele foram mais pela compreensão, pelo entendimento". (Tassara, 1991, p. 29).

Denúncia e reivindicação política

Possuelo valorizava as denúncias sobre a realidade indígena, pois "mesmo olhando, há tanta sacanagem contra o índio, imagine se não houvesse ninguém olhando" (Possuelo, 1991, p. 33). Diz que durante o regime militar estava *com a boca fechada* (ibid., p. 32), não podia falar, daí a importância do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como porta-voz de denúncias. Em fevereiro de 1995, Sydney Possuelo fez publicar no *Jornal do Brasil* (RJ) um artigo de sua autoria intitulado "Índios Isolados do Brasil". Aí apresentou um retrato impressionista da situação daqueles índios que aprenderam a ser "silenciosos" em suas fugas, marcando a "memória tribal" com o "medo e pavor" das ciladas, perseguições e doenças. Essa vida errante destruiu aldeias e malocas transformando-as em acampamentos provisórios e tapiris. A depopulação dos grupos teria permitido o estabelecimento de relações incestuosas, "quebrando tabus"; contudo, os índios continuariam resistindo aos enfrentamentos com a sociedade nacional, tornando-se "restos de povos" distribuídos pela Amazônia Legal. São assim "totalmente dependentes da ação protecionista do Estado, estando, pois, à mercê do nosso interesse ou indiferença" (*Jornal do Brasil*, 07/02/1995).

A 'nova filosofia'

Possuelo aprendeu em campo como o contato era *nefasto* aos índios, iniciando uma luta interna à FUNAI para modificar essa realidade. O General Ismarth de Oliveira não quis dar prioridade, dizia "deixa pra depois" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). O sertanista ironizou a posição do Presidente da FUNAI, "índio isolado quando está no mato nunca é prioridade" (idem), mas quando morre ou mata, provocando ataques e destruições, "passa a prioridade em função do escândalo que isso provoca" (idem).

O sertanista viu contradições na gestão do economista Romero Jucá na FUNAI e criticou a exploração madeireira nas terras indígenas, mas valorizou o estabelecimento da política para os índios isolados. Possuelo diz que imprimiu uma "filosofia" à política para os índios isolados: "não fazer contato e sim (...) proteger e demarcar" (idem). Muitos disseram: "não pode demarcar, índio tem que participar"

(idem). Comprou então uma briga "com vários companheiros, sertanistas, antropólogos, não tem que participar coisa nenhuma, ainda que saia imperfeita a demarcação de povos isolados, que não seja 100% segura" (idem).

Possuelo viu muitos índios "morrendo de forma estúpida". Dessa experiência pessoal nasceu essa "filosofia", imposta paulatinamente, porque "muita gente se contrapunha a isso dentro da própria FUNAI" (idem). O sertanista explica a disputa:

> "Aquilo que sempre constituiu a glória maior do sertanista, é apresentar – essa gente fui eu que fiz o contato, eu sou o pai, a mãe, eu que pari esse pessoal, eles ficaram conhecidos aos olhos do mundo através do meu trabalho – é mais ou menos isso. O que eu propunha é não trazer mais ninguém à luz, você não vai parir mais ninguém. Tem povo que eu não quero saber a língua, o que eles falam, não quero etnografia, não quero estudos sobre ele. Que ele viva ali tranqüilo, saudável. Aí corta a possibilidade de fazer o grande trabalho de contato, corta a possibilidade de trabalhos de lingüista, antropólogo. Não tem índio, atrapalha um bocado. Teve grandes problemas, vários senões, direta ou indiretamente, por forças que arregimentavam para não ir à frente nada. O único que apoiava era o Wellington. (...) Muitos falavam – essa idéia de não fazer contato é burrice. Essa idéia [do contato] permeava delegacias, superintendências, era forma de arrecadar recursos (material, dinheiro, etc.). Foi um processo que demorou 10, 12 anos falando com presidentes, falando, explicando (...). Fiz o encontro para organizar forças. Naquele momento não tinha estabelecido ainda a filosofia, tinha conversado, sempre com a idéia de não fazer contato..." (idem) (grifos meus).

Lembrando o I Encontro de Sertanistas, o sertanista identificou algumas posições de colegas a respeito do não-contato enquanto política da FUNAI:

> "Benamour [Fontes] não era a favor, o Fritz [Tolksdorff] era reticente, vinha de uma vivência de fazer contato (...) o Amâncio [Sebastião Amâncio] veio ao Encontro e não era muito favorável, o Cícero [Cavalcanti] que era dos mais antigos (...) era um pouco renitente, era da escola de fazer contato. Camiranga [Júlio Reinaldo] era um homem simples, simplório, não dava contribuições na parte escrita. Mas tinha postura de defesa dos índios. Afonso [Cruz] também defendia coisas positivas e boas (...) João Carvalho era muito renitente. Os mais antigos eram muito renitentes" (idem).

No encerramento do I Encontro, Possuelo diz que não sabiam direito se algo ia ser criado, alguns sertanistas "talvez acreditassem que tudo ia ficar como estava" (idem). Lembra que

> "a idéia de contato não é totalmente descartada pelo departamento, existem grupos em Rondônia e Amazonas que são 10, 12 pessoas corridas em capões de mato, levando tiro na bunda. Não tem outra forma senão fazer o contato e propiciar a ele uma terra demarcada para viver com paz, dignidade. A filosofia é empregada para grupos pujantes, isolados, o meio ambiente lhes provém" (idem).

As iniciativas do Departamento de Índios Isolados (DEII)

Comparados com o I Encontro, os Encontros de Chefes de Frente de Contato que ocorreram na década de 90 na sede do DEII produziram vários relatórios com novas propostas, mas não redundaram em nada, segundo Possuelo. O Departamento "só não está pior" (idem) devido ao dinheiro da Comunidade Européia, via Centro de Trabalho Indigenista (CTI): o funcionamento é deficiente, não tem quadros, nem a quem formar ou repassar algo; "é um trabalho muito perseguido na região, as pessoas não são bem-vistas, minhas equipes foram ameaçadas, fui ameaçado n vezes, você ganha mal, se você não encontrar pessoas motivadas fica difícil formar a equipe" (idem).

Possuelo diz que hoje um dos objetivos do DEII é trabalhar com os índios *aculturados* do Vale do Javari. Quer motivá-los a cuidar da terra e reprimir invasores, embora ache que se o DEII deixar a área, madeireiros e pescadores vão destruir tudo em pouco tempo. Queria formar índios que tivessem noção de que o que estivessem fazendo seria bom para seu povo, que exigissem "águas limpas (...) árvores de pé" (idem), mas "nem todos lá pensam assim, à medida que vão se transformando em nós, precisando de mais recursos, vendem tudo igual aos brancos" (idem).

O contato dos Zo'é

O DEII ampliou sua linha de atuação a partir do caso dos índios Zo'é (PA) (v. cap. 6.4). Querem fazer um trabalho vagaroso, de geração, "dar a eles o entendimento do perigo que nós somos, as coisas ilusórias, as coisas boas" (idem). Um trabalho que só é possível "em função das circunstâncias geográficas, lá você só entra e sai de avião". Trabalho que "se romperá no dia em que você não puder controlar quem vem entrando" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002).

Os Zo'é têm pressionado o DEII para conhecer uma cidade. Alguns índios já estiveram em cidades para curar doenças. Possuelo quer disciplinar esse contato e prometeu aos Zo'é levar um grupo escolhido por eles. No planejamento, o sertanista alugaria uma casa por poucos dias, contrataria médico, enfermeiro, que voltariam com os índios ao PI para um período de quarentena, acompanhando o pós-contato. Seria preciso seguir a política de "danificar o menos possível, agir

vagarosamente, tudo sob controle" (idem). O sertanista lembra que após a retirada dos missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) da área dos índios Zo'é, o DEII sofreu pressão interna à FUNAI para também se afastar, deixando aqueles índios aos cuidados de uma ADR. Quando os índios iam passar ao controle de outros setores da FUNAI, o Ministério Público Federal

> "proibiu a FUNAI de tirar eles do Departamento, porque se os Zo'é passam a integrar um posto normal e comum da FUNAI, os Zo'é morrem todos lá, porque o normal da FUNAI é não ter assistência coisíssima nenhuma, principalmente índios desses preservados, onde as questões de saúde por causa de uma gripe, etc., têm que ser numa velocidade muito grande senão eles morrem rapidamente. Então, nós acabamos ficando com os Zo'é e estamos tentando fazer um trabalho diferenciado aí. Invés dos Zo'é saírem para ver o mundo lá de fora, nós estamos tentando levar através de vídeo, através da imagem, através de tecnologia, levar aos Zo'é, levar o mundo nosso lá para eles começarem a ver, até que, quando começarem a sair, porque um dia vão sair. A situação dos Zo'é é diferenciada. Zo'é, você entra e sai sob controle enorme" (idem).

Os técnicos do DEII e a experiência de campo

O sertanista valoriza a equipe do DEII, considerando os chefes das frentes como servidores experientes, que se distinguem dentro da FUNAI. Há perda para o DEII quando se constata que um chefe de frente é ruim, porque houve grande investimento nele. Possuelo explica isso de dois modos: de um lado as "dicotomias humanas, os desejos, frustrações, invejas, críticas", etc.; de outro os "que se julgam uns experts totais, 'ninguém entende mais desse povo do que eu, portanto, eu aqui faço e desfaço' " (idem), posição de que o sertanista discorda.

Quer investir no pessoal que trabalha nas frentes, habilitá-los, transformá-los em funcionários públicos, com plano de carreira, pois acredita ser importante para a FUNAI constituir um quadro de servidores experientes. Acredita que "a grande coisa para trabalhar com índio isolado é experiência (...) só vivendo aquela situação, são as mais inusitadas", pois

> "nessa questão de indigenismo, nos primeiros contatos, você entra num universo que você não conhece. Que não adianta nenhuma formação acadêmica, não adianta nada disso. Você tem que entrar levando os elementos principais que você pode levar nessa situação: respeito, cuidado, não intervenção, escutar e agir com grande calma e não tentar intervir em coisas que você não domina e não sabe as suas conseqüências" (idem).

Os riscos do contato

No dia 22/08/1997, índios Korubo do rio Ituí (AM) mataram o auxiliar de sertanista Raimundo Batista Magalhães, conhecido como Sobral (Erikson, 2000; *JB*, 23/08/1997). Os integrantes do PI de Vigilância não cumpriram *estritamente* as normas de segurança estabelecidas por Possuelo: foram encontrar com os Korubo em número desigual, e ainda agiram com desatenção. As instruções de segurança eram: a) andar sempre armados com armas longas (espingardas, escopetas, etc.), de forma ostensiva, para demover os índios de qualquer intenção de ataque; b) nunca atravessar o rio, para ir de encontro aos índios, em número menor que eles, de preferência sempre em número maior; "c) nunca se deixar envolver pelos índios, sempre 2 ou 3 têm que ficar de fora olhando" (idem). O indigenista Rieli Franciscato explica que "A norma num contato é nunca relaxar, a gente diz uma coisa e os índios podem interpretar outra. É preciso ter muito cuidado" (*IstoÉ*, 15/09/1999).

Possuelo explica que essas instruções têm razão de ser em função da desconfiança com que aqueles índios olham qualquer *branco*, já que são há muito tempo vítimas de perseguição na região. O sertanista tenta sinalizar para os índios que as equipes das Frentes de Proteção Etnoambiental são diferentes: há alguns anos, cada equipe usa um uniforme, numa cor que a diferencie da população regional, para não ser identificada com comportamentos hostis. Condutas que devem ser norteadas por um "absoluto respeito" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002), cobrado com rigor por Possuelo. No contato, não se ensina ao índio coisas "que não prestam" (idem) e é terminantemente proibido dizer palavrão.

Controvérsias

Possuelo se envolveu em inúmeras controvérsias, "vindo de quem viesse" (idem): sertanistas, antropólogos, etc. Lembra que recentemente teve uma briga com um antropólogo

> "que se traveste, com pé solto numa sandália, unhas pretas, bruaca solta do lado, uma pulseirinha de índio, com aquele olhar de quem não pensa nessa vida, pensa em algo elevado que o vulgo não entende, não compreende, vive um personagem, um antropólogo que brinca de indigenismo e se aproveita do índio (...) tem coisas básicas na vida que sou absolutamente contra (...) há certas coisas que não brinco em serviço. Não

> gosto de explorar mulheres indígenas, seja através de chefe de PI, seja de sertanista (...) ter relação sexual com índio é uma das piores coisas que qualquer profissional possa fazer com a comunidade indígena. Mas, e aí?, dizem. Falo: – masturbem-se, mas não faça sexo com índio, se fizer vai ferir princípios fundamentais de ética profissional, tipo médico que se aproveita da mulher que vai fazer exame" (idem; v. tb. *JB*, 09/08/1987).

O sertanista diz que não gosta de beber com índio e termina de explicar o atrito com o antropólogo: "entrei num lugar onde o índio estava com revista com foto de mulher toda aberta, toda escancarada, [perguntou] quem te deu isso, foi o antropólogo amigo dele ..." (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). O antropólogo levava discos para fazer forró na aldeia, fazia ayuasca. Possuelo sintetiza o atrito: "vejo os índios fazerem as coisas, mas nunca provei disso, alucinógenos, etc., isso é deles, vou respeitar, mas não faço isso. Minha visão é essa, talvez arcaica, talvez antiga, mas foi assim que pautei a minha vida" (idem).

Possuelo culpa a política de contato existente desde o início da década de 70 até a criação do DEII como responsável pelas conseqüências do contato (doenças, mortes) em inúmeros povos indígenas. O sertanista participou de vários contatos (Mayá, Guajá, Arara 1 e 2), e reconhece que teve que lutar muito dentro da FUNAI para mudar essa política, mas ássim mesmo existiam iniciativas contraditórias, de chefes de Administrações Executivas Regionais (AERs), voltadas para o estabelecimento de contatos com índios isolados. Tais indigenistas não viam os interesses dos índios, eram submissos à globalização e à política integracionista (Possuelo, 1999).

As sete FCs existentes em 1999 não faziam contato, assim em 2000 trocaram de denominação para *Frente de Proteção Etnoambiental*. Sertanistas como José Carlos Meirelles não optaram pelo contato, embora sua equipe já tivesse sido atacada três vezes, sem esboçar reação. Durante entrevista à revista de estudos amazônicos *Terra das Águas* (1999), Possuelo foi questionado pelo ex-presidente da FUNAI, Márcio Santilli, por não reconhecer os contatos dos índios isolados com a sociedade regional. O sertanista efetivamente não achava que ocorressem "contatos" e sim "confrontos", afirmando que Santilli "desconhece o que seja a situação, em realidade, de vivência, de estar e de conhecer" (Possuelo, 1999, p. 185). Falando dos Korubo, reconhece que aí ocorreu o que Santilli chamou de "violência menor" (idem), a ação da FC, através de intérpretes, para fazer os índios identificarem o trabalho de vigilância dos indigenistas, que alcança até as vilas mais próximas daquela área. Nestas, os integrantes da FC são constantemente ameaçados de morte.

Possuelo acha que antropólogo não tem que tentar estudar índios isolados, "isso não traz nada para o índio" (Possuelo, 1999, p. 190). Os antropólogos também não faziam parte das equipes das FCs que levantavam os vestígios desses índios, iniciando um trabalho de delimitação. Eram expedições trabalhosas que podiam levar os indigenistas às proximidades das aldeias existentes. Para evitar o contato, muitas vezes as equipes retrocediam, deixando o trabalho inacabado. Daí que as identificações de tais áreas eram morosas, envolvendo reaplicação de recursos.

Segundo o sertanista, o "terrível" processo de colonização produz "dramas" (idem), como a dispersão de sobreviventes dos grupos. As frentes de atração serviam "mais aos interesses da expansão e da colonização que à proteção dos índios" (Possuelo, 1993, p. 17). Há casos de resgate de índios do Maranhão vagando pela Bahia e/ou Minas Gerais. O índio Guajá Karapiru foi um deles. Em Rondônia, os índios que se refugiavam em capões de mato tinham que ser contatados, na interpretação do sertanista. O *índio do buraco*, isolado do rio Tanaru (RO), causou celeuma dentro do DEII entre Possuelo e o indigenista Marcelo dos Santos. O máximo que Possuelo aceita é a interdição de uma área até o estabelecimento do contato com o índio. Santos conseguiu que o Ministério Público interditasse uma área para o índio sobreviver, até que este se decida pelo contato.

Sobre sertanistas

Possuelo acredita que

> "o tempo exato de um sertanista é enquanto tem sertão. Acabou o sertão, acaba o sertanista junto com o sertão (...) o sertanista, ele não é um expert. Sertanista quer dizer muita coisa e não quer dizer nada, na verdade. Sertanista deriva de sertão, e o que é um sertanista? É um cara que anda na floresta, que conhece um pouco a floresta, pressupõe-se que conhece índios, etc." (Possuelo, 1999, p. 202).

O sertanista espera não ser o último, embora seja considerado "o último dos grandes (...) homem do calibre dos irmãos Villas Bôas e Francisco Meirelles" (*JB*, 09/08/1987). Enquanto isso, Márcio Santilli acha, ao contrário de Possuelo, que o sertanista "é expert de um mundo que ninguém mais conhece" (*Veja*, 28/05/1997).

Possuelo se questiona sobre a possibilidade de surgir um sertanista moderno,

> "talvez algo tipo um Rambo, cheio de GPS, com um monte de anteninhas, descendo de pará-quedas:
> – Encontrei a aldeia aqui, e tal ... ok, câmbio, desça, chega. E já vem uma turma com alta tecnologia de anfíbios que voam sobre as árvores, descem sobre os rios, fazem aquelas coisas, e tal.
> – Chegamos aqui, estabelecido o primeiro contato, ok, chama a ONU, vamos lá..." (Possuelo, 1999, p. 202).

O sertanista se identificava como "formado na escola dos irmãos Villas Bôas" (ibid., p. 175), tendo agora responsabilidade sobre 23 povos isolados. O DEII já trabalhava com 10 deles, 13 ainda eram totalmente desconhecidos.

Durante a Expedição Alípio Bandeira (2002), os três jornalistas que participaram de todo o trajeto – dois da revista *National Geographic*, um da Agência Estado (jornal *OESP*) – passaram pelas mesmas situações vivenciadas por Possuelo. Emagreceram muito, ficando extenuados, passando a criar mal-entendidos e problemas na equipe. Submetidos a condições extremas durante bastante tempo, revelavam seu desajuste com o que vivenciavam, ao contrário de Possuelo. O sertanista diz que no mato ficava "de coração leve o tempo inteiro" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002) e que "tirava de letra" os incômodos, "embora sentisse saudade da filha pequena" (idem), da terceira mulher. As esposas anteriores não agüentaram as ausências de Possuelo, os sertanistas sempre "perdem mulher", trocam de mulher, "quando você volta a mulher já está dormindo com outro, coisas da vida" (idem). Enquanto estava no mato, "duas esposas fizeram as malas" (*Ícaro Brasil* nº 190, 2000, p. 80). Quatro filhos nasceram quando chefiava expedições, e a última vez que tinha tirado férias, nos anos 80, ficou num hotel tendo ataques de malária (*Veja*, 28/05/1997).

Possuelo explica que quando se "põe o coração nas coisas, por mais que as coisas doam ela não chega a te desmotivar" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). Falando dos sertanistas flechados na atração dos Arara (PA) – Afonso Cruz e João Carvalho –, afirmou que "ninguém falou em reagir coisíssima nenhuma" (idem). No decorrer de uma atração, tem mais medo de arma na mão de "índios aculturados" do que numa "equipe de brancos disciplinados" (idem): os índios teriam noção do perigo representado pelos índios isolados, que atacam para matar. Diante do *lema* de Rondon, *Morrer se preciso for...*, Possuelo acredita nas reações dos *brancos*, motivadas pelo risco de sanção (prisão, julgamento, etc.). Já os índios de uma expedição agiriam agressivamente, o confronto entre índios não vai a um Tribunal de Justiça, para eles "é igual matar uma anta ou matar outro cara que não tá aí pra você" (idem).

As atrações foram onde o SPI e a FUNAI perderam mais funcionários. Havia ataques de índios, de bichos, canoas virando em corredeiras. Possuelo fala de sonhos e filosofias para situar um ideal que estaria "no campo das emoções, ele é mais forte que o racionalismo" (idem). Como somos os invasores da "casa" dos índios,

> "na hora do pega pra capar, o que pega é o emocional, se o emocional não te der esse embasamento, o morrer se preciso ..., você puxa a arma! Nós temos aqui um sertanista que tá aqui, tá vivo, ele matou um índio, puxou a arma, atirou num índio porque o índio já estava em cima de outro cara para matar esse outro. Eu fico pensando me ver numa situação dessa e fico querendo acreditar sempre que o outro cara vai morrer. Ele vai morrer porque eu não iria matar o índio. Talvez isso acontecesse, eu mataria o índio se quem caiu ou ficou para trás é o meu filho ou a minha esposa, como a base disso é emocional, nós agimos como o tigre faz ao defender a sua família, e num flash de segundos que isso acontece você atira, você não pensa" (idem).

Do seu ponto de vista, o trabalho indigenista "é típico trabalho social (...) demanda sacrifício, afastamento da família" (idem). É preciso estar motivado, pois quando uma pessoa se envolve de coração "produz coisa boa, no sertanismo é a mesma coisa" (idem). Da mesma forma, seria importante agir "sem esperar uma retribuição da sociedade, do Estado" (idem), para dar certo a iniciativa. Em seguida, se contradizendo, Possuelo diz que esta "maneira de ser não significa sacrifício coisíssima nenhuma" (idem), pois faz o que gosta, ao contrário da grande maioria dos trabalhadores.

Uma expedição não envolvia só esforço e sofrimento. Possuelo já levou violeiro em expedição, valorizando o lado lúdico da jornada para "melhorar o ânimo do pessoal" (idem). Isto era importante para quem ficava meses e meses na selva, sem recursos, mas se tornava também uma iniciativa mal interpretada por muitas pessoas. Com a atual falta de recursos da FUNAI, sequer se cogita mais isso. Entretanto, os barcos utilizados nas atuais expedições têm recursos modernos que permitem a utilização de vários equipamentos, individualizando qualquer atividade lúdica.

Possuelo defende um 'cânone' sertanista:

> "a expressão sertanista não pode ser usada para todos que estão no sertão. Sertanista é uma profissão regulamentada, faz parte do Ministério da Justiça, da FUNAI, são pessoas qualificadas a: expedição, sobrevivência, contato (...) não é só quem anda na selva. Há divisão: sertanistas, mateiros, técnicos indigenistas (...) sertanista é o homem especializado no trato das questões indígenas, diferenciado do técnico indigenista mais voltado para PI, e sertanista mais voltado para coisas do sertão (...) sertanista é avesso a escrever, lida muito com fatos, as descrições são sucintas e pobres (...) muitos escrevem e falam de frente de contato e nunca participaram, sem nunca ter feito um só contato e ter vivenciado os momentos difíceis, doloridos, ataques, mortes, os momentos bonitos, doenças, dramas (...) Não li um livro do Orlando, isso é terrível, sou seguidor dos Villas Bôas, não tenho muito o que falar dos livros (...) mas sou um escutador dos Villas Bôas (...) navegando pelos rios, moqueando peixe, ficávamos conversando..." (idem).

Examinando as listagens de sertanistas da FUNAI aposentados e na ativa (2003), Possuelo revela que vários deles "foram guindados a essa posição só por uma questão salarial" (Possuelo, entrevista ao autor, 2003), no início dos anos 80, quando não existiam normas estritas à carreira de sertanista. Sertanista é uma carreira de nível médio, específica da FUNAI, cuja remuneração é similar à de nível superior. Alguns eram originalmente auxiliares de sertão, outros técnicos indigenistas, entre outras ocupações. Possuelo questiona as "qualidades fundamentais" de sertanista dessas pessoas, reiterando que o que aconteceu foi um "acerto entre amigos ou acerto direto com o presidente" da FUNAI (idem), já que teriam passado a vida profissional no setor administrativo de ADRs ou apenas chefiado PIs. Assim reconhece como sertanista hoje o servidor que, pertencendo aos quadros da FUNAI, preenche os requisitos da portaria PP nº 3628/87 (06/11/1987), estabelecida por ele em 1987 (v. cap. 2).

Dos sertanistas aposentados, quatro voltaram à ativa: o próprio Possuelo, Afonso Alves da Cruz, José Carlos Meirelles e Wellington Figueiredo. O sertanista recordava que no início dos anos 70, quando a FUNAI criou o curso de auxiliar técnico de indigenismo, as instruções eram no sentido desses indivíduos serem auxiliares dos sertanistas. Todos seriam "chefe de posto para aprender a labuta, o trabalho com as questões indígenas" (idem). Com o tempo, como aconteceu com Fiorello Parise, José Carlos Meirelles e Wellington Figueiredo, ascenderiam para sertanistas, fosse essa a intenção e tivessem capacidade pessoal. Possuelo enfatiza que muitos técnicos indigenistas "seriam capazes de não só fazer expedição, mas cuidar dos índios pós-contato, que é uma coisa extremamente difícil e cheia de problemas" (idem), mas que o Estado cobra dos sertanistas conhecimentos e "experiências a mais" (idem).

O que é ser sertanista?

> "significa você ficar fora da sua família, você fica distante, você se expõe ao risco de contrair doenças, você se expõe ao risco físico de índio te matar. Muito mais que num posto indígena (...) é preciso que esse homem tenha alguns benefícios. Os benefícios que nós tínhamos era, antigamente, se contava o tempo das frentes (...) contava-se em dobro, para efeito de aposentadoria (...) isso terminou (...) quando o neoliberalismo chega e corta qualquer coisa (...) era o único indivíduo dentro da FUNAI que tinha esse tipo de benefício, que era uma lei que foi criada no tempo da guerra ainda. E essa lei foi sendo adaptada até chegar ao sertanista" (idem).

Gestão Possuelo na FUNAI

Durante sua gestão na Presidência da FUNAI (1991–1993), Possuelo afirma ter sofrido grandes pressões políticas. Isso

> "tinha conseqüência nas nossas unidades de campo onde eram muito constrangidas as pessoas da FUNAI que trabalhavam. Em Roraima, o pessoal descia e andava na cidade com segurança policial. Porfírio [José Porfírio Carvalho] foi ameaçado de morte muitas vezes lá em Roraima. Na minha casa, em Brasília, me ligavam ameaçando" (idem).

As pressões eram dirigidas às unidades descentralizadas da FUNAI, envolvidas na demarcação e retomadas de terras indígenas. Possuelo priorizou estados como Roraima e áreas como o Parque Yanomami.

Possuelo deseja é contar "as forças que atuaram no caso Yanomami" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). Diz que se seguisse "à risca a tradição de sertanista" (idem) não escreveria nada. Lembra que os irmãos Villas Bôas escreveram "já velhinhos" (idem). Quer nos dar uma idéia do que ocorreu na época:

> "as coisas são nominais, são os indivíduos que fazem a coisa acontecer. Nós tivemos o Collor, o Passarinho no início foi difícil, depois entramos no eixo, se qualquer dos três falhasse, era preciso dos três para fazer a demarcação. Isso precisa ser contado em detalhe (...) o [combate] que travou, dentro do ministério, com o Presidente na frente, não foi 1, nem 2, nem 3, muitas vezes a questão da segurança nacional, os militares. Foi difícil, para demarcar a terra Yanomami foi cheio de estratégia, tanta coisa para poder vencer aquela resistência (...) Era a 1ª grande demarcação, se vence aquela abria o resto, se ela não passasse pedia a conta. Foi empenho diuturno, tive que comprar pílulas para dormir (...) Em 1 ano de Collor nós duplicamos a superfície de terra indígena [demarcada] no Brasil, aquilo foi um marco" (idem).

Entretanto, Possuelo não tem ilusões sobre a duração de uma TI. Lembra do Parque de Aripuanã, que, depois de demarcado e homologado, o governo reviu o ato, dividindo as terras.

A política da felicidade

A defesa do meio ambiente é essencial para os povos isolados. Os sertanistas agem para não contatar os índios, pois o contato os deixa infelizes. Segundo Possuelo, "o que faz o homem viver é a busca da felicidade, eles são felizes pelados, de arco e flecha na mão. Fazendo contato, a geração [de índios] que fez é uma geração

infeliz, marcada para o resto da vida" (idem). A interdição da área onde vive um povo "é uma postura de governo" (idem), pois uma TI de índios isolados não pode ser invadida ou cortada por uma estrada, "o Estado é insubstituível" (idem).

Possuelo acredita que

> "o índio não tem a nossa noção de valor e medida. Se ele estiver precisando de uma sandália, o melhor amigo dele é aquele que chegou e deu a sandália para ele, ainda que leve a metade da reserva indígena. Ele não tem a nossa visão. O índio tem um interesse imediato. É hoje, já, agora, a minha necessidade é essa! Então, é fácil você transformar um povo" (Possuelo, 1991, p. 31).

A mídia e os registros das expedições

A tecnologia moderna (máquinas digitais, *laptops*, filmadoras, etc.) permite a documentação das expedições, apesar das baterias dos aparelhos não suportarem por muito tempo a umidade da floresta amazônica. Hoje Possuelo quer fazer uma memória visual e até escrever um livro sobre as técnicas do sertanismo, e não um "livro branco do sertanismo com acusações" (Possuelo, entrevista ao autor, 2002). Está superando uma fase da vida profissional em que não fotografava, filmava, registrava as atividades das FCs. As frentes têm hoje equipamento moderno para documentar sua rotina, produto principalmente de verbas estrangeiras. Assim mesmo, Possuelo acha que mais importante do que divulgar um trabalho é fazer extensos registros.

Em campo, os jornalistas sempre pressionam para documentar um contato, o que cria problemas e discussões nas expedições. O sertanista gosta de aprofundar essas relações, buscando maiores recursos e exposição na mídia, dizendo que "se você não é conhecido você não existe, se você não está na mídia não está em lugar nenhum do mundo" (idem). A fama traz recursos do exterior que são alocados em ONG's para desenvolver trabalhos para os quais a FUNAI não tem recursos. O DEII não vê dinheiro, apenas participa das atividades propiciadas pelas verbas.

Possuelo diz que "na mídia as pessoas querem emoção" (idem). Daí as perguntas: "quantas malárias já teve, quantas cobras picaram você, quantas onças tentaram te engolir" (idem). Ele dá as respostas: "malária tive 36 vezes, cobra nunca me mordeu, matei três onças" (idem). O sertanista ironiza pessoas que vêm comentar com ele, "como se fosse algo extraordinário" (idem), três malárias que haviam contraído. Possuelo então diz que teve 36 "e reduz o cara a nada" (idem). Acredita que isso tem apenas a conotação de experiência de vida.

O sertanista e sua griffe

Em 1999, Possuelo organizou uma expedição aos índios Korubo do Vale do Javari. Na equipe, jornalistas da revista *IstoÉ*, *Der Spiegel* (alemã) e da TV a cabo Discovery Channel. A TV estava fazendo um documentário das aventuras de Possuelo, apresentado no programa como uma "mistura de Robin Hood, Jesus Cristo e Che Guevara" (*IstoÉ*, 15/09/1999). Os jornalistas notaram que o sertanista era "nervoso e impaciente" com todos, mas "doce" com os índios. No contato inicial com os Korubo em 1996, a revista *National Geographic* "criou uma página na internet com boletins diários sobre a missão e as imagens do contato foram exibidas no mundo todo" (*Veja*, 28/05/1997). Ao lado do orçamento milionário dessa expedição (240 mil dólares) e bons equipamentos, se contrapunha a experiência de mato do sertanista. O jornalista da revista *Veja* sintetizou assim o acontecimento: "o contato (...) é um exemplo do estilo Possuelo. Ele fez sua equipe se aproximar da aldeia cantando Mulher rendeira. Era um sinal de paz. Os índios acreditam que só os inimigos chegam em silêncio" (idem).

O estilo de Possuelo associa a raridade do produtor à raridade do produto (Bourdieu, 2002). A partir de sua legitimidade no campo indigenista, a "transmutação simbólica" (ibid., p. 155) do que faz ou comanda atinge a percepção dos agentes de outros campos. Possúelo, como os irmãos Villas Bôas, é reconhecido como possuindo grande capital simbólico no campo das Comunicações.

O acúmulo de capital social e simbólico

Sydney Possuelo recebeu do Príncipe de Astúrias, Felipe de Bourbon, em abril de 1998, o prêmio Bartolomé de Las Casas pelo trabalho de defesa dos direitos dos povos indígenas (*CB*, 16/04/1998). Ao longo da carreira, Possuelo ganhou diplomas e medalhas de várias instituições públicas e organismos da sociedade civil, incluindo a medalha do mérito indigenista outorgada em 1987. Foi chamado de "Herói do mundo" pela revista *Times* (1998), recebendo também da ONU o título de "herói" durante o Ano do diálogo entre as civilizações (2001). Palestrante em mais de uma dezena de países, Possuelo é colaborador de publicações científicas como a revista *Scientif American*.

Em suas atividades profissionais assumiu importantes chefias da FUNAI: Chefe de Posto Indígena; Chefe de Frente de Atração; Coordenador de Frente de

Atração; Chefe da Base Avançada de Operações do Alto Solimões; Diretor do Parque Indígena do Xingu; Diretor do Parque Indígena do Araguaia; Delegado da FUNAI no estado do Maranhão; Assistente do Superintendente Geral da FUNAI; Assessor do Superintendente Geral da FUNAI; Fundador e Diretor da Coordenadoria de Índios Isolados; foi também Presidente da FUNAI entre 1991 e 1993.

Sydney Possuelo classifica pessoas e instituições com a radicalidade com que pratica seu *idealismo* indigenista. Suas intervenções definiram uma política para índios isolados, permanentemente ampliadas com iniciativas como o pós-contato Zo'é. Tem sob controle a regulamentação das ações dos sertanistas e as expedições em campo são acompanhadas pela mídia. O capital simbólico que detém lhe dá singularidade dentro da FUNAI.

5.2 Wellington Figueiredo

> "Eu sabia que eu estava nadando em alguma coisa que não tinha margem."
> (Wellington Figueiredo, entrevista ao autor, 2002).

O sertanista Wellington Figueiredo foi bastante solícito desde que se inteirou dos objetivos da pesquisa, colocando-nos à vontade para pesquisar documentos e fotos do DEII. Em setembro de 2002, fizemos uma entrevista inicial caracterizada pela exploração mútua de atitudes e idéias. De certa forma, Figueiredo queria nos conhecer para avaliar até que ponto poderia revelar acontecimentos e expor suas idéias. Isto foi facilitado quando conheceu nossa história de vida. A entrevista foi realizada no seu gabinete de trabalho, com privacidade e sem interrupções, revelando uma riqueza de detalhes relativa ao cotidiano das FCs. Na segunda entrevista, um ano depois, Figueiredo sentiu-se à vontade para expor suas idéias sobre a política indigenista brasileira.

A formação do indigenista

Wellington Gomes Figueiredo nasceu a 11/04/1951 em Goiânia (GO), cidade onde morou e estudou até a juventude. Chegou a ser seminarista, antes de estudar engenharia. Na universidade, Figueiredo interessou-se por matéria eletiva de Antropologia e leu um livro que marcou sua vida – *Enterrem meu coração na curva do rio*, do escritor norte-americano Dee Brown. Figueiredo não tinha a menor informação sobre os índios do Brasil, só via filmes de *cowboy*. Se considerava tanto altruísta, pela formação cristã, como um romântico aventureiro. O gosto pela aventura é importante na sua vida. O altruísmo e a aventura é que determinaram sua vida profissional.

Havia também a motivação política de sua geração, lembrando que teve um colega universitário que acabou na lista de desaparecidos. O contexto político brasileiro foi instigante, ao contrário da vida familiar sem dramas. Tudo isso se juntou ao acaso. Chegando de uma participação nos jogos universitários, leu num jornal que estava terminando a inscrição para o concurso de indigenista da FUNAI. Feita a inscrição, fez a prova, passou e realizou o curso às escondidas, para que ninguém –

parente ou amigo – o questionasse. Após o curso, – a parte teórica foi realizada em Brasília, tendo aula com os antropólogos Júlio Cesar Melatti e Alcida Ramos – estagiou na área Xavante de Pimentel Barbosa, sob supervisão do indigenista Ismael Leitão. Na sua avaliação, o curso foi fundamental para que trabalhasse como indigenista. Os ensinamentos que recebeu foram importantes para orientar suas atividades.

Figueiredo pensava em trabalhar apenas dois anos como indigenista. Trancou a matrícula na faculdade de engenharia mas foi "tomando gosto" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2002), se envolveu com o trabalho, acabou ficando na FUNAI. Foi contratado como "Aúxiliar Técnico de Indigenismo B" (Port. 119/9, de 19/02/1975), tornando-se inicialmente chefe do PI Belém do Solimões e depois do PI Vendaval, junto aos índios Ticuna. Participou do Projeto Ticuna, dirigido pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, colaborando com o censo daqueles índios.

O contato com índios 'arredios'

Figueiredo começou a se interessar pelos índios arredios nas conversas estabelecidas com os sertanistas que transitavam ou trabalhavam na região do Alto Solimões. Entre eles Modesto França, Walmir Torres, Estevão Rodrigues, Sebastião Amâncio e principalmente Sydney Possuelo. A convivência possibilitou sua *formação* na nova ocupação de *sertanista*. A ida de Possuelo para trabalhar com índios arredios na região de Atalaia do Norte (AM) motivou Figueiredo a atuar na FA dos índios Matis (inicialmente, substituindo o indigenista Pedro Coelho, chefe do PIA). Figueiredo avalia hoje que o fato de ser jovem ajudou na opção, trabalhava com outros jovens, não se preocupavam com os "riscos", tudo "daria certo", e era "normal, tranqüilo" (idem). Cita o fato de ter ajudado no resgate do corpo do sertanista Jaime Sena Pimentel, morto pelos índios Marubo em 1975.

Depois dos Matis, fez outra expedição com Possuelo, em busca dos índios isolados do rio Quixito. No convívio com índios intérpretes e indigenistas, foi se entrosando e adquirindo conhecimentos. Andava tanto com os índios nas roças, nas pescarias, nos enfrentamentos com os *patrões*, como ouvia os peões que trabalhavam nas FAs. Mas era um aprendizado adquirido sem interesse específico, não era necessariamente voltado para trabalho com os arredios, mas era um aperfeiçoamento profissional, como se "tivesse galgado uma coisa a mais" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2002). O sertanista interpretava esse fato como uma "graduação" (idem) no

conhecimento do mato e dos índios arredios, e uma "especialização" (idem) do curso de indigenismo realizado, já que não havia treinamento específico para sertanista.

A orientação principal do trabalho de campo como sertanista foi de Possuelo, mas de forma indireta, pois a formação mesmo nascia da observação do trabalho de todos os envolvidos no cotidiano indigenista, era *espontânea*. Além disso havia a transmissão oral, os *causos* contados à noite, nas conversas à beira da fogueira. Aí o que havia sucedido em expedições passadas voltava à lembrança, recuperado como uma interpretação do que ocorrera, por que agiram daquela forma, o que ocasionou tal fato. Quase todo conhecimento era adquirido de modo informal, excetuando-se problemas técnicos: como lidar com um motor, como se conserta, qual é a melhor marca.

Em 1978, tornou-se auxiliar do encarregado da FA Guajá (MA), sertanista Sydney Possuelo. Os dois substituíram o sertanista João Fernandes Moreira, com quem Figueiredo ainda pôde "travar muito conhecimento" (idem) nas conversas em São Luís (MA). Figueiredo ficou com Possuelo nos Guajá até 1980, tendo feito a atração de um grupo desses índios no Alto rio Carú. Isto ocorreu porque mudaram o sentido do trabalho de campo, então muito concentrado na região do Alto rio Turiaçu.

O sertanista constata hoje que alguns militares naquela época davam respaldo ao trabalho de atração de índios arredios, vendo as pessoas da FUNAI como aquelas que tinham experiência para "amansar os índios" (idem). Figueiredo concluiu que "o trabalho do sertanista no fundo é [de] amansador de índio" (idem), mesmo realizado com as "melhores das boas intenções" (idem), e exemplifica com o que ocorreu com os índios Matis após a consolidação do contato: "foi um prejuízo danado pros índios, tanto é que morreram sei lá quantos. Eu voltei uns 4 anos atrás lá e os velhos que eu conheci não existiam mais" (idem).

Figueiredo gostava de trabalhar em lugares diferentes, de mudar de região. Não havia acompanhamento administrativo rigoroso do cotidiano de campo dos sertanistas nos anos 70. O rádio "não funcionava quase nunca" (idem), mas fazia diários, em todo lugar por onde passou. Algumas informações entre indigenistas circulavam através do "Informativo da FUNAI" ou da revista *Atualidade Indígena*. Ler os artigos, ver as fotos de algumas pacificações era aprendizado. Falava-se das heranças, das práticas tradicionais como aquisição de um costume. Pouco se falava de Rondon e do lema *Morrer se preciso for; matar nunca*. O sertanista acreditava nisso, mas reconhecia que era "muito fácil dizer" (idem), que não saberia mesmo qual seria

sua reação – instintiva, de sobrevivência –, diante de uma flecha apontada na sua direção.

Figueiredo enumera os atributos necessários a um chefe de FA: disciplina, liderança, observação e controle. Quando em chefia, o sertanista construiu um *mecanismo* para exercer a liderança: o "distanciamento das pessoas" (idem). Era uma forma de se "impor perante os outros" (idem). A fórmula era associar distanciamento e solidariedade. Manter-se isolado, não participar de brincadeiras, distanciar-se ao comer. Assim manteve "a disciplina, o comando mesmo, porque tem a dose também de autoritarismo as pessoas que lidam com os índios" (idem). Diz que era "autoritário mesmo (...) senão misturava todo mundo e virava bagunça" (idem), procurando empregar um respeito mútuo. Era dessa forma a relação com os regionais, na base do respeito recíproco.

Figueiredo não se preocupava com os riscos que corria desde o início do trabalho, ao contrário do que sentia acontecer com os índios. Conta que a primeira vez que viu os índios Matis, ainda recém-contatados, ficou "a noite inteira sem dormir, emocionado com a coisa" (idem). Entretanto, como estava vindo da experiência junto aos Ticuna,

> "ficava imaginando como é que seria a situação dos Matis depois de passados alguns anos. Eles desconheciam isso, mas eu já podia antever o que seria para eles. Essa coisa me marcou muito, essa primeira aproximação com os índios. Eu sabia que estava nadando em alguma coisa que não tinha margem, porque sabia que eles todos depois seriam semelhantes, tanto os Matis quanto os Ticuna, quanto os outros que eu já havia falado a situação que viviam, de população, de perda da identidade cultural, de valores mesmo, não só valores culturais, mas valores como pessoas. Eu já começava a antever" (idem).

Hoje o sertanista compara o que aconteceu com os Matis com o que presenciou nos Guajá, anos depois: quando chegou no Maranhão eram só 56 índios Guajá, de mais de 100 contatados, e quando saiu o número de sobreviventes tinha caído para 36, por mais que trabalhasse pela saúde dos índios. A conseqüência era sentir-se impotente, se perguntando o que fazer, se aquilo era inevitável. O contato entre sertanistas permitiu a formação de uma opinião crítica. Entretanto, nota que os antigos sertanistas não se questionavam, diziam "nós estamos aqui pra fazer o que mandam", embora reconhecessem que "morreram 50, morreram 200, morreram não sei quantos" (idem) numa pacificação. Enquanto isso, sua geração era questionadora, tinha os "*hippies* paz e amor, contestação" (idem), formando "opinião, crítica, inclusive com relação à forma com que os índios eram atraídos ou amansados" (idem). Exemplifica

com o que ocorria no Maranhão, onde circulavam entre as áreas conversando com os chefes de PI – alguns de nível superior – ou nos bares das cidades onde se encontravam para conversar. Acredita que assim surgia o embrião que debatia o que mais tarde se tornou a política da FUNAI para os índios isolados.

A atração dos Arara (PA)

Sua transferência para a chefia do PIA Arara (Port. 152/P, de 15/02/1980) deu início a um marco nas atividades de atração de índios, no entender do sertanista. Com Sydney Possuelo, dirigia os trabalhos da FA. Juntos, começaram a levantar dúvidas a respeito de como era feito o trabalho de atração e como podiam fazer diferente, baseados em três fatores: "boa infra-estrutura de comunicação, de transporte; depois, pessoal e estar preparado para depois do contato" (idem). Esse questionamento e a experiência Arara permitiram "brotar daquela semente (...) uma nova política com relação aos índios isolados" (idem).

Na FA Arara não havia antagonismos entre órgãos estatais, tudo era gerenciado, porque se reconhecia a "idoneidade, competência e conhecimento" (idem) da equipe. A oposição dos regionais foi bloqueada por uma aliança com o Exército, com o 51° BIS de Altamira (PA). Na época podiam contratar e demitir servidores com facilidade, vigorava o regime celetista. Isto permitiu aos sertanistas agirem assim: "o cabra não deu certo uma vez, não tinha segunda vez, a pessoa já ia ser mandada embora" (idem). Pessoas de pouca instrução, *mateiros*, tinham que ter "muita identificação com que estava fazendo" (idem). Esses homens até morreram defendendo os índios, recorda o sertanista o que aconteceu tempos depois com dois desses mateiros entre os Parakanã-Apiterewa. Eles entraram dentro de um poço para retirar um índio e morreram lá porque ninguém imaginava que havia gás natural no fundo do poço. Os quadros das FAs enfrentavam perigos que não imaginavam. E as tarefas cotidianas faziam esquecer os riscos usuais, as picadas de cobras, as febres, etc.

A atração dos Arara (PA) foi pensada pelos sertanistas em duas etapas: o primeiro objetivo era contatar o grupo menor, do rio Penetecal e depois usar estes índios como intérpretes para atrair o grupo maior, do km 120 da Transamazônica. Figueiredo descreveu as etapas do contato na entrevista: queriam

> "traçar de imediato uma interdição de uma área presumida de andança deles (...) a gente pensava, a gente tem tranqüilidade para o trabalho, os índios não vão se sentir agredidos

> e aí o trabalho fica mais fácil para a gente. É uma técnica que a gente usa até hoje (...) era fundamental manter a vigilância da área, para que os índios não se sentissem acuados e assim pudessem aos poucos ir ganhando confiança (...) teve os trabalhos lá do Penetecal, que era mais um trabalho de ir atrás dos índios mesmo (...) por presentes dos índios. E o do PV1 [Posto de Vigilância] era basicamente manter a vigilância. Tinha uma característica especial o PV1, foi construída uma casa, com uma clareira muito grande em volta, ninguém entrava na mata, que era para os índios entenderem, estamos aqui mas ninguém vai entrar no seu território. Ninguém dava um passo dentro da mata, era proibido (...) e lá no Penetecal não, era fazer expedição e procurar vestígios, procurar barraco, procurar casa de índio, saber onde eles estavam. Acontece que a aproximação deu-se ao contrário, a aproximação se deu primeiro com o grupo maior. Aí o grupo menor foi mais difícil, porque o grupo menor acabou se sentindo acuado, perseguido (...) o grupo maior via que tinha um pessoal diferente ali, que não invadia, então a aproximação se deu com o grupo maior" (idem).

Antes do contato, os Arara chegaram a atacar o PV1 e ferir dois trabalhadores com flechadas. Figueiredo conta o que ocorreu, explicando que, na mata, o *macete* (recurso astucioso) é essencial:

> "A gente tinha lá uma construção, eram duas casas, paralelas uma com a outra. A gente fez as casas de pau-a-pique, a gente tudo vai aprendendo, é macete. Fez as casas com pau-a-pique de madeira verde. Passou o tempo, a madeira abriu as frestas, e a noite escura, não tinha lua, aí a gente comia com lampião. Então os índios se sentiram seguros para atacar, porque quem estava de fora via, mas quem estava de dentro não via. Aí chegaram, puseram as flechas na fresta, soltaram (...) aí flechou dois servidores da FUNAI (...) ninguém morreu, não houve morte não (...) depois disso nós adotamos um esquema de vigilância assim tipo um forte apache mesmo, tinha uma torre e ficava 24 horas por dia, um lá vigiando, de noite, de dia, com holofote, com música, com tudo" (idem).

Figueiredo interpreta que o contato se tornou possível porque ao invés de sair após o ataque, continuaram lá, "do mesmo jeitinho, sem revidar, mantendo a mesma política de não entrar atrás dos índios. Isso é que despertou os índios para se aproximar da gente" (idem).

Durante o trabalho de vigilância através de expedições, os sertanistas conheceram a "área de uso" (idem) dos Arara, mapeada pela circulação em estradas, fazendas, rios. Aí foi proposta a interdição de terras para o grupo indígena, feita em muitos lugares (fazendas, etc.) "na marra" (idem), com risco de violência, expulsão, mas com o apoio do Exército (51º BIS).

As duas áreas Arara foram interditadas (Arara I e Arara II) e posteriormente os índios da área Arara II (Penetecal) foram transferidos pelos sertanistas para a área Arara I, atual Terra Indígena Arara. Figueiredo ressalta na entrevista que a "disposição das pessoas" (os sertanistas) em "fazer prevalecer" que a área Arara "fosse respeitada" foi "importantíssimo" (idem) para a criação da TI Arara.

A nova política para os índios isolados

Após a atração dos Arara, o sertanista se licenciou por alguns anos do trabalho na FUNAI, devido a problemas pessoais e familiares. Voltou a trabalhar com índios isolados em 1987, depois da criação da CII, cuja proposta de ação encampava as críticas que já vinha fazendo à FUNAI. Participou do levantamento geral dos índios isolados existentes no Brasil em 1988 e foi para campo, na região dos índios Apiaká (MT), identificar vestígios de grupos isolados. Na seqüência, foi verificar a existência de isolados no rio Purus (AM), fez aproximações com índios isolados Pirititi, no rio Branquinho (AM), e com índios isolados Guajá (MA).

Nos anos 90, continuou os trabalhos de localização de índios isolados, fazendo contato com três grupos Guajá. Durante a gestão de Sydney Possuelo na Presidência da FUNAI, dirigiu o Departamento de Índios Isolados (1991–1993), tendo posteriormente atuado em diversas funções da Diretoria de Assistência da FUNAI, até chegar a Diretor de Assistência (1996).

O sertanista valoriza o trabalho de *resgate* dos Guajá efetuado pela FUNAI. Após a depopulação pós-contato dos anos 70, hoje os Guajá já somariam mais de 220 índios. Chama de *resgate* ao contato com grupos Guajá dispersos pelas TIs do Maranhão. São iniciativas para "salvar" esses índios isolados, além daqueles do norte de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amazônia, "que estão numa situação (...) de extermínio, de acabar" (idem). Tais trabalhos tinham seus riscos. Em 1998, o sertanista foi ameaçado de morte pelos grileiros que invadiram as terras que havia demarcado para os Guajá, escapando de morrer num confronto com os invasores.

Figueiredo diz que antes do I Encontro de Sertanistas (1987), estes só se encontravam nos bares de alguma vila ou cidade. Em campo não havia união das pessoas nas FAs, apenas "certos nichos de atuação" (idem). Com a criação da CII em 1987, se estabeleceram os vínculos que iriam, na interpretação de Figueiredo, valorizar o nome que alguns sertanistas tinham: "Villas Bôas bem localizado tinha as coisas. João Carvalho bem reconhecido tinha as coisas. E o resto era o resto" (idem). A centralização das verbas permitia sua redistribuição para todos os sertanistas. Passou a haver cooperação, e "aproximação das pessoas que trabalhavam com índio isolado" (idem). Figueiredo exemplifica com o que acontecia com os sertanistas Modesto França e Estevão Rodrigues em Belém:

> "foram pessoas menos esclarecidas, não tinham nada. Eram sujeitos a qualquer coisa. Os caras metiam um saco de farinha nos caras e vai atrás dos índios. Não tinha bota, andava descalço ... nem plástico levavam para fazer seu barraco lá, se abrigavam do jeito que podiam" (idem).

Os antigos sertanistas trabalhavam como auxiliares, conhecedores dos matos, dos caminhos dos índios e da localização de vestígios de aldeias e acampamentos. Pela "vivência" (idem), esses auxiliares se tornavam sertanistas. Figueiredo cita entre eles Afonso Cruz (Afonsinho), Júlio Reinaldo (Camiranga), Raimundo Alves e João Carvalho.

O sertanista tinha receio de levar índios armados nas FCs, ficava mais "de olho neles" do que no resto da equipe, porque "ele é capaz de atirar em outro índio (...) na hora do 'pega pra capar', porque eles sabem as táticas dos caras, ele é índio, ele sabe" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2003). Cita o que viveu com os índios Matis na área dos índios isolados Korubo, há poucos anos, onde a qualquer sinal da presença dos isolados, os Matis se punham em alerta, manejando armas.

Em nenhum momento foram divulgadas para sua turma de indigenistas as experiências de campo de Rondon, Francisco Meirelles ou dos irmãos Villas Bôas. Figueiredo identificava "formas bem definidas, bem distintas" (idem) de atuação desses sertanistas. Acha a geração dos Villas Bôas e Francisco Meirelles diferente da dele, eram sertanistas que tinham "preocupação com os índios" (idem), mas suas formas de ação foram diferentes entre si como da atual geração. Figueiredo resume as propostas da sua geração: "vamos deixar os índios lá, é melhor que não seja promovido o contato" (idem). Essa seria a "grande diferença" (idem). Além disso, o trabalho com os índios isolados, diante da política governamental, acaba se limitando ao salvamento de alguns grupos isolados existentes. Figueiredo é enfático: "muitos desaparecerão antes da FUNAI chegar lá" (idem).

A situação dos índios isolados

Como o número de povos isolados baixou violentamente – são 37 em 2002 –, o sertanista se revolta: "não é possível que nós tenhamos errado em mais de 60%" (idem). Muitas informações deixaram de chegar porque os índios haviam sumido (morrido). No rio Madeirinha (MT) encontraram recentemente dois índios onde havia mais de 300, "ninguém sabe se estão vivos ou não" (idem). Era um grupo que não

estava incluído no levantamento dos índios isolados de 1988. O povo do *índio do buraco* (RO) – sobrevivente que se esconde num buraco – não constava, os sobreviventes Guajá (MA), dispersos por vários estados, também não. Hoje o trabalho do DEII na FUNAI é o de "salvar pessoas" (idem). Situações como a do Madeirinha o deixam num *dilema*: "o ideal é deixar os caras lá" (idem), isolados, só que atualmente correm risco de vida devido às pressões das madeireiras. Seu balanço mostra a gravidade da situação em que se encontrava o DEII:

> "Eu queria mesmo que eu chegasse lá: 'rapaz, tudo foi feito. Agora nós temos que ir lá e amansar os índios mesmo. Temos que contatar os índios lá mesmo'. Mas não é isso. Numa análise, muito pouco foi feito. Então, eu fico pensando: só resta agora ir lá e fazer o contato com o índio..." (idem) (grifos meus).

Figueiredo nota que a TI Massaco, dos índios isolados da Rebio Guaporé, foi demarcada "sem mostrar o escalpo de índio" (idem). Na área do rio Madeirinha, também teria sido "feito um trabalho muito bom de provar que existem os índios sem ter que mostrá-los. Os tapiris, locais onde andam (...) só que não tem sido suficiente mais" (idem).

Os sertanistas tentaram agir da mesma forma frente aos índios isolados do rio Pardo. Em 1999, madeireiros denunciaram à FUNAI que tinham avistado índios isolados entre os rios Guariba e Aripuanã, ao norte da cidade de Aripuanã (MT). Uma equipe do DEII foi deslocada para a região, identificou vestígios, fez monitoramento e verificou a existência dos índios isolados. Enquanto a carência de pessoal diminuiu a vigilância, as madeireiras avançaram rapidamente na região. Figueiredo calculou essa população em torno de 19 índios, propondo a interdição da área pela FUNAI, cassada dois meses após sua implementação por uma liminar da Justiça Federal. A equipe do DEII não tinha mais como enfrentar madeireiros, grileiros e castanheiros, frentes que atuam com grande velocidade e eficiência.

O sertanista constatou:

> "os índios estão em fuga constante. Esse é um exemplo do que está acontecendo com muitos outros grupos (...) já tem 3 anos que estamos correndo atrás dos índios e os madeireiros atrás de nós (...) quando fizermos contato quantos serão? 3, 4, 7? Está acontecendo hoje, agora (...) tem alguns grupos aí que estão sendo engolidos (...) vamos encontrar depois o quê? Um tapiri, o osso de alguém, uma panela quebrada" (idem).

Acha que hoje as madeireiras não avisam mais à FUNAI da presença de índios, "passam por cima" (idem), e ironiza a situação perguntando o que a Justiça quer mais para

constatar a presença indígena: "os escalpos dos índios? Só se for, porque tá lá o barraco dos índios, a casa dos índios, o tapiri dos índios" (idem). Acredita que a mudança na determinação da interdição, da esfera do Ministro da Justiça para o Presidente da FUNAI foi um erro, pois a FUNAI é um órgão *enfraquecido*, o que facilita as decisões a favor de liminares antiindígenas.

O DEII e o pós-contato

Em 1991, Figueiredo, acompanhado dos sertanistas Fiorello Parise e João Carvalho, além de alguns servidores da FUNAI, se deslocaram para a AI Zo'é (PA). Figueiredo diz que João Carvalho era "da época de tirar balinha de dentro da mochila e dar para o índio" (idem). Ele e Parise eram de outra época, já pensavam diferente, e no campo eram "a força maior" (idem). Quando chegaram nos Zo'é e viram que o acesso só era possível de avião, Figueiredo e Parise vislumbraram "a oportunidade de nascer uma coisa diferente" (idem) em termos de assistência. A idéia era retirar tudo o que os missionários da MNTB davam aos índios, para que eles voltassem a ser "o que eram, sem reclamar" (idem).

O objetivo da viagem era a retirada dos missionários da área indígena, colocando a assistência aos índios sob orientação exclusiva da FUNAI. Os sertanistas enfrentaram uma situação tensa, a resistência dos missionários à saída, pois há alguns anos haviam estabelecido uma base junto aos índios, fornecendo brindes e alguma assistência médica para que fosse aceito seu proselitismo religioso. Com a saída dos missionários, os sertanistas executaram seu plano: queimaram os brindes deixados armazenados pelos religiosos, retirando paulatinamente dos índios o que lhes tinha sido dado. Foi instalado na região um PV cujas iniciativas limitaram-se ao controle do acesso aos índios e aplicação de eventuais medicamentos. O trabalho era dirigido pela CII e por Fiorello Parise (através da Superintendência de Belém), que restringiam o acesso dos índios aos bens *civilizados*. A exceção era a doação de facões, machados, lanternas, pilhas e poucas armas de fogo. Aos poucos, os índios voltavam para seus locais tradicionais, abandonando a base da Missão. O sertanista entende esse controle sobre pessoas e bens na área Zo'é como o início de uma *nova filosofia*, um ensaio da prática pós-contato que faltava ao DEII, cuja implementação teria sido discutida no âmbito do Departamento. Todos os servidores para lá deslocados deram continuidade ao trabalho. Ao mesmo tempo o Ministério Público Federal apoiava o trabalho do DEII, impedindo

que o PI do Zo'é saísse da esfera dos índios isolados, e se tornasse um PI como outro qualquer da FUNAI.

Figueiredo acredita que a situação dos Zo'é não serve como parâmetro para o estabelecimento dessa nova política devido ao isolamento geográfico em que vivem esses índios. A realidade dos Zo'é é considerada fácil, os problemas pós-contato existem mesmo onde há proximidades com outros grupos indígenas e/ou vilas e cidades, como nas TIs do Acre e de Rondônia. Para essas situações seria necessário pensar urgentemente o pós-contato.

Se essa realidade é preocupante, por outro lado Figueiredo nunca sistematizou suas idéias sobre o assunto e sequer havia conversado com outras pessoas sobre o problema. Entre os sertanistas, o comum era a troca de palpites, e não a discussão sistemática de um problema. Estava "despertando" (idem) agora, comentando a questão com alguns colegas. O fato é que antes o que acontecia com os índios pacificados por algum colega – doenças, fome, depopulação, etc. – era visto como algo distante, não o preocupava no dia a dia.

Figueiredo afirma que a FUNAI nunca teve uma política pós-contato, pois

> "amansa os índios, sai a frente. Enquanto está a frente de atração, de certa forma você tem um recurso especial (...) um pessoal ainda qualificado que está acabando também (...) sai a frente acaba de vez, aí cai na roda comum, que é o posto (...) geralmente é um servidor que não tem (...) qualificação nenhuma (...) tem um(a) auxiliar de enfermagem e às vezes resta um ou dois que foi de uma atração. Aí acaba, desmorona tudo" (idem).

Os quadros sertanistas

A parcela de recursos do DEII no orçamento da FUNAI é fixa, havendo interferência do Chefe do Departamento, Sydney Possuelo, impedindo que as verbas sejam realocadas para, por exemplo, pagar passagens de índios em trânsito por Brasília. Na década de 90, os cortes nos orçamentos da FUNAI foram constantes, estrangulando as atividades regulares e impedindo novas iniciativas ao DEII – faltavam não só verbas como quadros qualificados (cf. Relatórios anuais do DEII).

A respeito do quadro funcional da FUNAI, Figueiredo acredita que a falta de "formação indigenista para as pessoas que lidam com os índios é a principal responsável pela situação atual da FUNAI" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2002). A questão de pessoal seria o "principal entrave para se realizar qualquer trabalho com os

índios" (idem). Há poucos anos, discutia com Possuelo a falta de dinheiro para comprar motores, sem perceber que muito mais sério era a falta de quadros. Hoje avalia que "tem que fazer um curso de indigenista para repor as pessoas" (idem), seja em faculdades, seja com o concurso de ONGs, sistematizando as informações disponíveis, valorizando a "parte prática de convívio com alguém que tivesse experiência de campo, tipo Luís Moreira, Afonsinho, Fiorello Parise" (idem). Figueiredo procurava escrever suas experiências, fazer diários, mas sentia dificuldade nessa prática. Reconhecia que trabalhar com índio isolado era "complicado" e que o sertanista sempre aprendia um com o outro, "em cima dos erros dos outros, a gente, outros, vão melhorando" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2003). É essencial, como ponto de partida, o gosto pela aventura – enfrentar incertezas, riscos, iniciativas adversas.

A identificação com o trabalho é essencial no envolvimento com os índios isolados. É preciso ter "perfil" apropriado "para andar no mato, para viver aquilo, para sentir. É uma coisa que é específica, não é para qualquer um" (idem). Por isso, os cursos de treinamento poderiam ter uma formação básica comum a todo trabalho indigenista, e só em campo se definiria quem atuaria com índios contatados ou isolados.

Hoje o sertanista não pode entrar no mato "e ficar meses lá, longe de tudo" (idem). O suporte tem que ser melhor, o técnico tem que ter mais conhecimento e capacitação. Figueiredo acredita que isto pode ser construído, tornando distante a época em que jogava "um saco de farinha nas costas do cara" e mandava: "vai amansar índio lá!" (idem), contexto em que o conhecimento de campo era adquirido "na marra", com "muitos erros" (idem). Hoje não caberia o *romantismo* da velha geração de sertanistas, a expressão "quem sabe eu encontre um grupo de índio aí?" (idem), a idéia que a pacificação era uma coisa bonita, "aquela coisa que a gente quer dizer para o outro o que a gente fez, o que que é legal, meu filho reconheça que eu fiz uma coisa bonita, que meu amigo reconheça e bata palmas também" (idem).

Numa conversa com Fiorello Parise, Figueiredo reconheceu que deviam passar a "ter vergonha de dizer quantos índios a gente amansou" (idem). Eles concluíram então:

> "não é vantagem dizer isso mais. Nós aprendemos isso com as pessoas que achavam isso vantagem. Hoje o correto, hoje eu acho legal dizer: não, tem grupo tal assim que foi localizado. Os caras tão lá vivendo do jeito deles. Que não seja eu o cara que vá lá amansá-lo. Me dá arrepio hoje em dia (...) eu fico chateado, não gosto, não quero" (idem).

O assédio da imprensa

Diante das inúmeras matérias baseadas em depoimentos de sertanistas, Figueiredo reconhece que são os jornalistas que procuram os sertanistas, montavam esse interesse, "foi assim que fizeram com o Paiakãn (...) o lucro é que monta esse esquema" (idem).

Se a imprensa assedia os sertanistas porque estes teriam mais informações sobre os índios, Figueiredo acha que há outras pessoas que têm "mais conhecimento (...) mais sensibilidade" (idem) do que ele, citando como exemplo o mateiro Luís Moreira (auxiliar de sertanista). Numa expedição, Moreira fez ver a Figueiredo um erro que prejudicou um menino índio, interessado em levar para uma aldeia o fogo que seus parentes haviam lhe dado. Moreira explicou: – "lembra daquele índio Parakanã, lá do Apiterewa, que ele falou que quem deu o fogo para ele foi o avô dele?" (idem). Moreira mal sabia ler e escrever, o pouco que falou foi bastante para Figueiredo entender seu grave equívoco, o desconhecimento da importância daquele fogo para o menino e seus parentes.

O sertanista acha que a mídia pode ser usada como instrumento de conhecimento e proteção dos índios, pois "desperta instituições para defesa das pessoas" (idem). Pessoalmente não gosta do assédio da mídia. Detesta quando surgem perguntas sobre quantos índios *amansou*, quantas malárias já teve. Figueiredo pegou mais de 25 malárias e traz seqüelas disso hoje. Mencionar isso é "contar vantagem", o que não aceita, pois o trabalho de pacificação "mesmo que você queira dizer, não é o trabalho de um" (idem). Se esse trabalho muda a vida dos sertanistas, "cria os monstros também (...) os orgulhos, as vaidades (...) o poder" (idem). Trabalhar com um grupo indígena

> "é você desenvolver a sua autoridade sobre o outro. É muito bom isso, porque já que você não pode ser Presidente do Brasil, você pelo menos é presidente de meia dúzia de índios. Você dá ordem pra ele (...) acho que sertanista tem um pouco dessas maluquices também" (idem).

A disciplina era fundamental numa FA. Os integrantes da expedição deviam ser treinados a se comportar durante os trabalhos de atração e após o contato com os índios, mantendo o respeito mútuo, evitando palavrões. Era necessário rigor e obediência às ordens porque envolvia sobretudo "certos cuidados com a segurança sua e das pessoas que estão com você" (idem), o que Figueiredo chamava de "coisas

práticas", principalmente as iniciativas pessoais de sair para caçar, entrar na mata sozinho, distanciar-se da equipe, o que quase sempre resultava em problemas pois qualquer pessoa mais experiente podia se perder. Havia muito cuidado com os mateiros contratados, pois conhecendo a selva tendiam a agir por conta própria. Existia também o risco da expedição virar "bagunça", as pessoas brigarem entre si. Figueiredo explica: "metendo a faca no outro. Desgraça, aí pronto, depois você não tem nem como sair de lá" (idem). Mesmo com disciplina os acidentes aconteciam, alguns se feriam e eventualmente era necessário acionar um helicóptero para retirar o ferido.

As relações de poder que o sertanista estabelecia numa expedição vinham dessas práticas de campo. O sertanista levantava antes dos peões, pois tinha "medo" de que o vissem "cagando", isto é, vissem "sua intimidade", porque era "o chefe" (idem). Era o chefe que determinava a hora da expedição parar, mesmo se um índio estivesse com fome. Com o tempo, Figueiredo mudou essa perspectiva, tornou o trabalho mais "prazeroso" (idem), se alguém estivesse com fome, paravam para comer. Essa prática da expedição vinculava o sertanista a um cotidiano que não possibilitava o surgimento de críticas, de avaliações da realidade indígena do contato e da proposição de novas intervenções (políticas). Figueiredo nunca pensou em ser articulador de novas ações, limitando-se a contribuir com as discussões que surgiam.

A política do DEII

Diante da situação de cada povo e terra indígena, o DEII definia uma estratégia específica de atuação. O sistema de vigilância estabelecido na TI Massaco leva em consideração os obstáculos naturais (alagados, pântanos), a existência de aldeias de índios contatados, rodovias limítrofes. Apesar das iniciativas regulares das demarcações (marcos, placas, picadas), ainda há invasões, e a necessidade do uso de motocicletas numa vigilância diária para agilizar o combate às madeireiras.

Quando foi entrevistado em setembro de 2003, os trabalhadores que exerciam a vigilância na área interditada judicialmente para o *índio do buraco* não localizaram mais vestígios do índio. A atual política do DEII no caso é de tentar a aproximação e o contato, pois os riscos que o índio corre são grandes: pode levar um tiro ou sofrer um acidente, porque há muitos interesses econômicos na área. Se sofrer uma tocaia "ninguém vai saber (...) esconde o corpo debaixo de um pau ali, enfia num buraco, acabou, ninguém acha mais" (idem).

Figueiredo acredita que

> "os índios não deveriam se imiscuir nessa coisa de FUNAI. Isso é coisa de branco. Eles têm uma pressão maior (...) podem cobrar mais (...) se organizarem para cobrar da coisa do branco. E não ser jogada a responsabilidade para cima deles" (Figueiredo, entrevista ao autor, 2003).

A situação dos sertanistas do DEII diante dos índios isolados é dramática. Figueiredo diz que sem recursos nem quadros funcionais para atender a todos os índios já localizados, há quase uma escolha de quem vai sobreviver. O agravante é que ninguém vê quando um índio isolado é assassinado "na boca de que arma, de que espingarda, sob a esteira de qual trator" (idem). O que ocorre com os índios são crimes e que é preciso "denunciar à consciência das pessoas" que "não custa nada ir salvar as pessoas [índios]" pois "o grito deles não chega aqui" (idem).

No exame das entrevistas de Figueiredo, levantamos as questões de interesse da pesquisa, analisadas na terceira parte da tese: as políticas institucionais, formas de acesso ao campo, socialização do indigenista e reprodução de quadros funcionais; o pragmatismo e as representações sobre sertanistas e política indigenista; o microcosmo de uma expedição e o futuro dos índios pós-contato.

6 *O SISTEMA DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ISOLADOS*

6.1 As atividades da Coordenadoria de Índios Isolados

Os técnicos da CII, utilizando como fontes de referência dezenas de documentos administrativos (processos, memorandos, relatórios, etc.) e uma bibliografia de 13 textos, publicaram um "levantamento provisório sobre grupos indígenas isolados em território brasileiro" em abril de 1988. Aí eram citadas 82 localizações de grupos indígenas isolados, assinalando o município de pertencimento, coordenadas aproximadas e subordinação administrativa. Era a primeira pesquisa do CII "com o objetivo de ordenar, catalogar e localizar geograficamente os grupos indígenas isolados" (CII, levantamento provisório, 1988).

Na introdução ao levantamento, os grupos isolados eram identificados como "pequenos agrupamentos" alcançados pelas frentes econômicas, sendo "muitas vezes forçados a um intenso nomadismo" (idem) para sobreviverem. Lembrando que era possível a ocorrência de equívocos no levantamento, todos os pontos assinalados correspondiam "a uma área de possível habitat ou zona de perambulação de pelo menos um grupo isolado" (idem).

O Coordenador de Terras Indígenas do MIRAD, Itagiba Filho, querendo contribuir com o trabalho da CII/FUNAI, colocou à disposição do sertanista Possuelo em setembro de 1988 o estudo de um especialista em sensoriamento remoto por imagem de satélite, "com vistas ao emprego deste recurso na localização de grupos indígenas 'isolados'" (Itagiba Filho, Carta/CTI/SEREF/nº 06, 06/09/1988). Nessa época, o uso de fotografias aéreas e imagens de radar e satélite passaram a ser utilizadas pela CII na identificação de evidências da presença de índios isolados em diferentes áreas do território brasileiro, notadamente em Rondônia, através do trabalho dos indigenistas Antenor Vaz e Marcelo dos Santos.

A instalação das unidades do Sistema de Proteção aos Índios Isolados substituía a das antigas frentes de atração. Algumas – como a equipe de localização de Marabá (PA) e a equipe de contato do rio Preto (MT) acabaram desativadas por falta de recursos e pessoal, enquanto ADRs e SUERs ganharam recursos do Programa Calha

Norte (Macapá, 5ª SUER) para efetuar a localização de índios arredios.[56] Os índios Arara, do rio Iriri (PA), recebiam assistência pós-contato coordenada pelo sertanista Afonso Cruz. Adiante enfocamos essas iniciativas, pois a CII expandia suas atividades nas metrópoles, participando de eventos, cursos, exposições, etc.

Foi o que ocorreu no X Moitará – feira nacional de artesanato indígena – realizada durante a semana do índio de 1989. A feira foi baseada numa exposição sobre frentes de contato intitulada "O Encontro de duas Civilizações". O texto do catálogo da exposição era uma reafirmação das idéias que orientavam a ação da CII, cabendo recuperar aqui algumas dessas noções:

- os índios são "revestidos de raro purismo, cujo privilégio é ter como abrigo o isolamento das matas" (COART/X Moitará, 1989, p. 3); diante de um "progresso de efeito duvidoso (...) os índios isolados reivindicam (...) o direito de sobreviver como espécie (...) na prática de uma vida coerente e harmoniosa" (idem);

- com o título "Sertanistas: no passado a inspiração para o presente" (ibid., p. 5) é resumida a prática sertanista:

  > "a profissão de sertanista se confunde com a própria história do indigenismo oficial brasileiro neste século. O intuito daqueles homens que mudaram a política governamental baseada no positivismo era imbuído do desejo de proteção. A figura de Cândido Mariano da Silva Rondon consagrou a importância da nova política. Com a expansão das fronteiras econômicas, iniciou-se um processo de atração sistêmica de índios isolados, quando inúmeros sertanistas tiveram papel de especial relevo no trabalho de aproximação pacífica de duas sociedades opostas e conflitantes (...) espelhados nos exemplos de profissionalismo, dedicação e romantismo dos antigos companheiros, sertanistas de hoje redimensionaram a postura oficial de proteger esses índios" (idem) (grifos meus).

- o objetivo da CII é atender "a uma das mais justas e insistentes reivindicações do indigenismo brasileiro: antecipar-se ao processo de ocupação, para preservar ao máximo a autonomia dos grupos isolados e o seu meio ambiente" (ibid., p. 6) (grifos meus).

Ao longo dos anos 90, o DEII não só terá recursos escassos, como enfrentará dificuldades administrativas para a descentralização das verbas, pautando suas ações pelo *emergencialismo*. Os servidores de campo não tinham incentivos e vantagens, era necessário o treinamento de novos sertanistas, tudo inviabilizava a criação e ampliação de unidades (DEII, relatório, 08/11/1993). Em 1993, a revisão da listagem de índios isolados mantinha as referências de mais de 70 grupos, dos quais 45 a 48 existiriam realmente. Durante a década, o trabalho de levantamento de vestígios pelos sertanistas do DEII foi quase similar ao levantamento dos aspectos das culturas

[56] Relatório anual da CII, 1990; CII, situação atual dos índios isolados, 27/03/1991.

indígenas brasileiras, realizado pelos *obreiros tribais* da MNTB entre povos recém-contatados, empregando o instrumental proposto pelo antropólogo George Murdock.

6.2 A implantação dos Sistemas de Proteção

Além das atividades das FCs aqui assinaladas, o Sistema de Proteção da CII teve outras unidades de atuação desmobilizadas ou marginalizadas por falta de recursos e pessoal.

6.2.1 A Frente de Contato Avá-Canoeiro (GO)

As obras de construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (GO) na área em que havia expectativa da existência de índios Avá-Canoeiro, levou a FUNAI a assinar convênio com FURNAS Centrais Elétricas S.A. (Nº 10.323/92, de 29/06/1992), sendo criada então a FC Avá-Canoeiro. Esta irá atuar entre 1993 e 2000, constituindo-se de três equipes diferentes, que vasculharam serras, rios, grutas de difícil acesso e localidades do norte de Goiás. Foram investigadas as informações existentes sobre aqueles índios, envolvendo até desaparecimento de animais e crianças, tudo a partir do uso de "tecnologia de ponta como aparelho de visão noturna, GPS, mini-câmera filmadora (...) confecção de cartazes apelativos" (DEII, Relatório Frente Avá-Canoeiro, 2000, p. 3).

Atuando em cinco municípios de Goiás em 1995, duas equipes da FC realizaram expedições na TI Avá-Canoeiro e na Serra do Tombador para o levantamento os vestígios de índios isolados. Foi transferida para as margens do córrego Pirapitinga a aldeia dentro da TI Avá-Canoeiro. Em 1996, as expedições se estenderam para os rios Tocantins, Paranã e Bezerra. Já em 1997 a FC foi reestruturada: convênio estabelecido com o Consórcio Serra da Mesa Energia permitiu a prorrogação das expedições, agora centralizadas na área atingida pelo lago da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (GO). As expedições continuaram em 1998, nas regiões das Serras do Tombador, Negra e Mantiqueira, e do rio Paranã. No ano seguinte foi priorizado o levantamento da região sul do lago da hidrelétrica, cinco expedições percorreram as serras da Mantiqueira, Landi e Negra. As expedições também vasculharam as Serras do município de Cavalcanti (GO). Duas expedições às margens do lago da Hidrelétrica Serra da Mesa encerraram os trabalhos de localização de índios Avá-Canoeiro isolados ao norte de Goiás em 2000, sendo extinta a FC (DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001).

6.2.2 A Frente de Contato Madeirinha (MT)

A partir de meados dos anos 80, o norte de Mato Grosso teve uma intensa ocupação econômica. Havia projetos oficiais de reassentamento de pequenos agricultores; presença de garimpo predatório realizado por milhares de garimpeiros autônomos; frentes de penetração de migrantes, além da expansão agrícola, pecuária e madeireira a partir de incentivos governamentais e/ou recursos externos.

Em toda essa região, indigenistas subordinados ao DEII identificaram a existência de onze (11) grupos indígenas isolados a localizar, denominando-os:

01) Tupi Kawahib ou Piripicura do rio Madeirinha;
02) Baixinhos do rio Preto e sul da AI Arara Beiradão (muitos índios isolados que viviam em área limítrofe à AI Arara do Beiradão (MT) foram vistos por regionais e outros índios da AI Aripuanã);
03) Apiaká dos rios Juruena e São Tomé;
04) Apiaká-Kayabi dos rios dos Peixes, Batelão e Apiacás;
05) Moreru, entre os rios Pacutinga e Moreru (cabeceiras);
06) Escondido do rio Juruena;
07) Lacondê (Latundê?) do rio Tenente Marques e sul da AI Aripuanã;
08) Nhandu do rio Braço Norte à direita do rio Teles Pires;
09) Oeste e Sul do PQXIN;
10) Bakairi, ao Norte da AI Bakairi;
11) Cabixi, ao noroeste de Mato Grosso na divisa com Rondônia (Ariovaldo dos Santos et al., Projeto de Localização de Índios Isolados, 11/03/1991).

Havia então 2 FCs em Mato Grosso: Piripicura-Madeirinha e Baixinhos-Rio Preto, com sete a 10 pessoas em cada equipe chefiada por um sertanista.

O norte de Mato Grosso, alvo de programas de desenvolvimento internacional, não tinha então administrações locais da FUNAI. O "Seminário sobre Índios Isolados de Mato Grosso", promovido pela ONG Ecotrópica e realizado em 1992, com a presença dos sertanistas da FUNAI Wellington Figueiredo e Fiorello Parise, fez também um balanço das 74 referências de índios isolados no Brasil naquele momento, assim distribuídas: Rondônia – 09 grupos; Mato Grosso – 11; Amazonas – 25; Pará – 17; Maranhão – 04; Roraima – 01; Acre – 04; Goiás – 02; Amapá – 01. O Seminário esteve dividido entre a análise dos dispositivos legais existentes e propostos

(o Estatuto das Sociedades Indígenas) sobre os índios isolados, e o exame de experiências regionais de localização e contato, relativas aos índios Mynky, Enawenê-Nawê, Cinta Larga e isolados da Rebio Guaporé. Na ocasião foi constituída a CAII: Comissão de Apoio aos Índios Isolados, integrada por ONGs regionais e nacionais. Quanto à FUNAI, para desenvolver atividades de localização de índios isolados, a 2ª SUER (Cuiabá) contratava por serviços prestados guias, mateiros, regionais e índios intérpretes. As identificações eram realizadas por sobrevôo, utilização de motocross em trilhas, coleta de artefatos representativos da cultura indígena, etc. (idem). Enfrentando a presença de madeireiros, a FC realizou expedições para o reconhecimento de afluentes do rio Madeirinha em 1993. A falta de segurança no trabalho era tal que um servidor da FUNAI morreu durante uma dessas expedições por problemas de saúde.

Abrangendo as TIs Aripuanã e Rio Branco em Mato Grosso e Rondônia, a FC Madeirinha realizou expedições em 1996 com recursos do Planafloro para localizar vestígios de índios isolados *Baixinhos* no norte da TI Aripuanã, e isolados Apiaká, no pontal mato-grossense. Em 1997, os sertanistas procuraram os grupos isolados Tupi-Kawahib no norte de Mato Grosso, enquanto em 1998 ocorreram levantamentos em busca de informações sobre a existência dos índios *Baixinhos*, verificando-se vestígios sobre índios isolados na região do rio Santa Rosa e igarapé Lobo. A falta de quadros funcionais reduziu os trabalhos em 1999. Só no 2º semestre de 2000, a FC e o DEII promoveram uma expedição para interditar uma área para os índios isolados da Serra Morena.

Finalmente, em maio de 2001 foi estabelecida a restrição ao direito de acesso a uma área de 166.000ha e perímetro de 170km, sendo aí vedada a exploração de qualquer recurso natural, isto sob a fiscalização da Frente de Proteção Etno-ambiental do Madeirinha (FUNAI, Port. 447, 11/05/2001). Os sertanistas da FPE da FUNAI sofriam intimidações e pressões em campo, o acampamento foi queimado e o indigenista Paulo Welker ameaçado de morte (*Gazeta de Cuiabá*, 30/11/2003). Enquanto madeireiras e agropecuárias conseguiram no final de 2001 uma liminar para voltar a atuar na área. Em 2002, a FUNAI revogou a liminar (idem): havia ainda nove grupos isolados em Mato Grosso.[57]

[57] Sydney Possuelo, Informação nº 95/CII/89, 07/12/1989; *Diário de Cuiabá*, 19/04/2002; DEII, Relatório do encontro de chefes de FC, 1997; DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001.

6.2.3 A Frente de Contato Purus (AM)

O massacre de uma família de índios isolados Hi-Merimã em 1986, fez com que durante alguns anos missionários do *Ministério Transcultural – Jovens com uma Missão* agissem no rio Purus com a intenção de contatar aqueles índios. A CII instalou então a FC do Purus com o trabalho do indigenista Adolpho Kilian Kesselring Jr. e desde 1991 pressionou esses missionários a se afastarem da região.[58]

A partir de 1992, o Programa de Proteção de Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI) financiou a proteção aos índios isolados do rio Purus, além dos trabalhos de identificação e contato de povos isolados localizados próximos às Áreas Indígenas Juma e Katawixi (DEII, Relatório anual, 1993). O indigenista Rieli Franciscato ocupou então o lugar do indigenista Kesselring Junior. Franciscato, em conjunto com o sertanista Wellington Figueiredo, então chefe do DEII, investigaram a presença de índios isolados Hi-Merimã no igarapé Mamoriá. Em conjunto com a FC Envira, a FC Purus fez em 1994 o levantamento de vestígios de índios isolados no Acre, na fronteira com o Peru (DEII, Relatório anual, 1994).

Em 1995, foram realizadas expedições que possibilitaram a elaboração de uma proposta de interdição da TI Hi-Merimã, no estado do Amazonas. Os índios isolados dessa TI ganharam um sistema de vigilância e proteção, enquanto em 1996 prosseguiam as expedições de levantamento de vestígios de outros grupos isolados nos afluentes dos rios Purus e Juruá. Em 1997 e 1998, as expedições se desenvolveram em conjunto com a FC Envira, no Alto rio Iaco. Também em 1998 tentou-se localizar os índios isolados Katawixi nos afluentes do Purus. Em 1999, a FC Purus foi desativada, com a transferência do indigenista Rieli Franciscato para a FC do Javari (DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001).

---

[58] CI nº 296/CII, 30/12/1991; CT 001/PRES/nº 162, 30/12/1991; CI nº 018/CII, 11/02/1992; CT nº 003/CI, 27/01/1992. Kesselring Júnior foi aluno do último curso de técnico indigenista realizado pela FUNAI em 1985. É filho de antigo servidor do SPI.

6.2.4 A Frente de Contato Awá-Guajá (MA)

O Sistema de Proteção Awá-Guajá, criado em 1987 (Port. 3630/PRES/87, 06/11/1987), era composto por unidades diferenciadas: equipe de localização, equipe móvel de contato, equipe móvel de vigilância, Núcleo de Apoio e PI de Contato. Após sua instalação, foi interditada a área Awá (Port. 3767, 16/11/1987), possibilitando estudos de identificação e delimitação. As atividades em 1987 estiveram restritas à instalação de PIs e ao atendimento médico. O sertanista Fiorello Parise, responsável pelas atividades junto aos índios isolados no âmbito da 4ª SUER (Belém), não contava com pessoal capacitado e "sensibilizado com a causa indígena" (Parise, Relatório de atividades, 06/01/1988). Achava que só alteraria essa situação se permanecesse "mais tempo junto às Equipes na linha de frente para que com palestras e exemplos possam aprender, aprimorar e render mais" (idem).

No Maranhão, dois grupos isolados Guajá tinham sido contatados por sertanistas até 1980. Sob assistência da CII e direção local do sertanista Fiorello Parise, um terceiro grupo foi contatado em 1989 no rio Carú, e um quarto em 1991 no rio Pindarezinho. Desde 1990, uma equipe dirigida pelo sertanista Wellington Figueiredo demarcava a TI Awá, onde os Guajá viviam em nomadismo regular, numa concepção própria de território (*hakwa*) (Mércio Gomes, Relatório de Pesquisas, 1996), alterada por invasões, fugas, miséria, etc.

A Área Indígena Carú foi invadida por posseiros em 1991. A desintrusão das áreas Awá-Guajá ficou paralisada por falta de recursos, os índios tendo de enfrentar centenas de invasores e exploradores ilegais de madeira. Arrendatários faziam roças e tiravam madeira ao longo do rio Carú (idem). A FUNAI estabeleceu então um acordo com a Cia. Vale do Rio Doce para demarcação e vigilância das áreas Awá-Guajá. Em campo, sertanistas realizaram atividades de controle sanitário. Cinco postos de vigilância estavam instalados nessas áreas em 1993 (Juriti, Tiracambu, Mutum, Awá, Guajá) (DEII, Relatório, 08/11/1993). A falta de recursos impediu a localização dos índios isolados que se movimentavam ao norte da AI Turiaçu.

Em 1995, a FC Awá-Guajá passou a atuar e ter estrutura de PI, desvinculando-se do orçamento do DEII. Os Awá-Guajá não eram mais reconhecidos como isolados, perderam recursos e a presença de sertanistas. Isto não impediu a identificação de vestígios de isolados na TI Araribóia, TI Carú e TI Alto Turiaçu em

1996 (DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001), o resgate de um grupo Guajá isolado do igarapé Seco e a continuidade do apoio técnico ao núcleo Santa Inês (DEII, Relatório dos chefes, 1997). Nessa época, existiam ainda pelo menos seis grupos Guajá autônomos, três deles dentro das TIs.

6.2.5 A Frente de Contato Guaporé (RO)

As atividades da Equipe de Localização de Índios Isolados da Rebio Guaporé e sua principal iniciativa, a primeira terra indígena demarcada para índios isolados, a TI Massaco, são analisadas no cap. 7. Aqui importa assinalar alguns fatos que marcaram as atividades da FC Guaporé nos anos 90.

Em 1991, foram identificadas atividades de pesca ilegal na região dos isolados dentro da Rebio Guaporé, assim como roubo de madeira por madeireiras de Rondônia. Mesmo com a vigilância e fiscalização da FC, tais atividades recrudesceram, com o agravante de invasões de posseiros e garimpeiros. Entretanto, os trabalhos de localização de índios isolados prosseguiram com a localização de inúmeros vestígios até 1993. Nesse ano, a antropóloga Lígia Simonian constatou a decadência da organização da FC ao realizar pesquisas na Rebio Guaporé visando a interdição de uma área para os índios isolados.[59] A reativação das atividades da FC, coordenada pelo indigenista Marcelo dos Santos, necessitou do apoio jurídico do Ministério Público Federal de forma que os fazendeiros permitissem o ingresso de indigenistas nas propriedades "a fim de coletar vestígios da presença indígena naquela área" (José Carlos Madeira, Juiz Federal, despacho de 04/10/1994).

Operando em Rondônia nas regiões dos rios Karipuna, Muqui, Jaci, Omerê e na Rebio Guaporé, a FC Guaporé realizou expedições fiscalizadoras em 1995 com recursos do Planafloro, tendo no segundo semestre contatado os índios Kanoê e Akunt'su. Aí se iniciaram trabalhos de vigilância e proteção em 1996, além da regularização fundiária. Os índios Jurureí (subgrupo Uru-eu-wau-wau) foram localizados na TI Rio Muqui, tendo sido instalado aí um posto de vigilância.

A TI Massaco, já identificada, era fiscalizada e monitorada no decorrer do seu processo de demarcação (DEII, Relatório dos chefes, 1997). As expedições de localização de isolados continuaram em 1997 nos rios Muqui, Massaco, Colorado, São Simão e Omerê. Confirmada a presença de isolados no rio Muqui, a área foi interditada judicialmente. Ações de fiscalização também foram realizadas, além da tentativa de aproximação com o índio do rio Tanaru (*índio do buraco*). Em 1998, uma expedição ao rio Cautário localizou um grupo de índios isolados, enquanto outras oito expedições ao curso Médio e Alto do rio Jaci, e rios Mutum e Paranã, não redundaram no

[59] Carta a Sydney Possuelo, 23/02/1993; Projeto Índios e Meio Ambiente, 1991.

conhecimento de novos vestígios. Continuaram as expedições de localização de isolados nos rios Muqui, Massaco e Omerê.

Invasões, roubo de madeira e depredações marcaram as terras indígenas de Rondônia em 1999, notadamente a TI Massaco e a área interditada Omerê (FC Guaporé, Relatório, 1999 *apud* DEII, Relatório consolidado, 1999). Foram realizadas expedições de fiscalização, além do monitoramento do índio isolado do rio Tanaru. Em 2000, a dilapidação do patrimônio indígena alcançou as áreas interditadas judicialmente (rio Cautário), enquanto continuaram as expedições para localizar índios isolados na TI Uru-eu-wau-wau, no igarapé Norte Sul e na Serra da Onça (DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001). Foram reconhecidos em janeiro de 2002 os estudos de identificação da TI Rio Omerê, abrangendo os grupos indígenas Kanoê e Akunt'su (DOU, 29/01/2002).

6.2.6 A Frente de Contato Envira (AC)

No início dos anos 90, o sertanista José Carlos Meirelles consolidou o relacionamento com os índios Kampa do rio Envira de forma que estes não transitassem mais pelo trecho do rio visitado pelos índios isolados. Assim, em 1995, operando nos rios Jordão e Envira, na região dos municípios acreanos de Feijó e Tarauacá, a base Xinane da FC estava instalada para impedir o acesso à região por pescadores, caçadores e madeireiros. Meirelles realizou desde 1996 expedições para localização de vestígios e presença de isolados nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão, além de sobrevôos que possibilitaram a localização de malocas de isolados nesse rio, em 1998, quando se realizou a demarcação da TI Kampa. Tais malocas seriam de índios isolados Pano, sedentários, ao contrário dos denominados Masko, tidos como um "grupo nômade (...) que perambula (...) dividido em bandos de caçadores e coletores de 100 a 150 pessoas cada um" (DEII, Relatório de chefes, 1997).

Desde 1997, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI/AC) pedia a presença de sertanistas e a instalação de uma base no rio Jordão, além da demarcação da TI Alto Tarauacá. No final de 1998, a situação da FC Envira era grave, estava totalmente sem recursos, "desativada de fato" (Telex 205/GAB/AER/ RBR, 21/12/1998), o que levou o sertanista Meirelles a colocar o cargo à disposição. A situação pode ser avaliada pelo fato de que num sobrevôo no início de junho daquele ano, sertanistas e jornalistas da revista *Veja* identificaram uma nova aldeia de isolados na fronteira do Acre com o Peru (*Veja*, 10/06/1998). Meirelles ficou sozinho na FC Envira no início de 1999, pondo em risco sua segurança pessoal. No final desse ano concluiu que os índios isolados estavam procurando contato, propondo à AER Rio Branco a ampliação da base, com segurança, pessoal, transporte, comunicação, criando duas novas sub-bases em outros dois rios. Tudo isso seria realizado com o concurso do novo governador do Acre, Jorge Viana.

Entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2000, Viana visitou a base denominada agora FPERE – Frente de Proteção Etno-ambiental do rio Envira, junto com uma equipe da revista *Época*. Impressionado com o trabalho de Meirelles, Viana concordou em agilizar o estabelecimento de um convênio de trabalho com a FUNAI. Os jornalistas detalharam as instalações e atividades da FPERE explicando o trabalho de Meirelles com duas afirmações do sertanista: "Houve populações reduzidas a um terço

depois do contato", realidade que define o ponto de partida da política *isolacionista*. Além disso, Meirelles acha que "esses povos têm o direito de ser autônomos" (*Época*, 18/12/2000), expressando o ideal político dos sertanistas do DEII. Assinado em abril de 2001, o convênio garantia a instalação de bases de proteção aos índios isolados, ampliando para a esfera estadual uma política protecionista federal, mesmo com a não-ingerência em atividades administrativas e operacionais estando estipulada no convênio.

Os desembolsos do convênio não se efetivaram nos prazos acordados e a situação da FPERE se agravou: salários atrasados, falta de mantimentos, débitos crescentes, etc. A situação chegou ao ponto de quatro trabalhadores contratados por prestação de serviços abusarem sexualmente de uma índia Kampa menor de idade, em troca de mercadorias, durante ausência de Meirelles. O inquérito policial que se seguiu era o retrato das condições de trabalho da FPERE. Em 2002, as iniciativas se voltaram para o monitoramento de atividades ilegais na fronteira peruana, acionando o Grupo Brasil-Peru de Cooperação Ambiental Fronteiriça, envolvendo vários ministérios e órgãos do governo federal na tentativa de controlar invasões de madeireiros e índios isolados peruanos no Acre. Tais fatos são relembrados no depoimento de José Carlos Meirelles e no estudo da demarcação da TI Alto Tarauacá, no cap. 8.

6.3 Os Encontros de Chefes das Frentes de Contato

Na década de 90 ocorreram várias reuniões dos chefes das FCs em Brasília. Três delas foram significativas:

a) 1995

Na Reunião, ocorrida em novembro de 1995, foram debatidas as polêmicas despertadas pelos índios isolados. O documento final do encontro assinalou que as inúmeras atividades "articuladas a nível nacional e internacional" (Reunião, 1995, p. 3) para a Amazônia tinham "concepções variadas e divergentes, visões e crenças, em sua maioria, pautadas pelo etnocentrismo ou pelo resquício de atitudes colonialistas" (idem), das quais o DEII queria "libertar-se". Diante desse quadro, os sertanistas desejaram "agilizar as ações" que garantissem aos isolados "sua liberdade de escolha, princípio basilar dos direitos humanos e pedra fundamental sobre a qual foram concebidas as diretrizes aprovadas pela FUNAI e estabelecidas para o Departamento de Índios Isolados" (idem).

A Reunião se propôs identificar os "obstáculos e dificuldades"(idem) ao trabalho dos sertanistas, pois estavam "confiantes" que trilhavam "o caminho correto" (idem). Um dos objetivos era a recomposição dos quadros auxiliares das FAs. A estrutura de pessoal das equipes do DEII vinha sendo atrofiada desde a implantação do Regime Jurídico Único para o funcionalismo federal em 1990. O documento lamentava também a "gradual redução de recursos, atribuições e poder da FUNAI" (ibid., p. 5). Os técnicos do DEII propuseram recompor equipes com a realização de concurso, "a nível local", onde se privilegiaria "os conhecimentos empíricos relacionados às peculiaridades do trabalho de Frente atenuando a exigência de escolaridade, com provas práticas e orais, consultado o DEII (idem). Existiam ainda outras reivindicações dos sertanistas, como "a introdução de uma gratificação especial para trabalho em local isolado, com alto risco de vida, para todos seus integrantes, regularização das folgas de campo e regulamentação do poder de polícia" (idem).

O documento final da Reunião denunciou "a violência contra os costumes tradicionais" (ibid., p. 8) indígenas por parte de missões religiosas, que pregavam seu ideal gerando "desestruturação sócio-cultural" (idem), proselitismo que alcançava até grupos isolados, como ocorreu com os Zo'é (PA) por influência da Missão Novas Tribos do Brasil.

Os sertanistas relataram casos de conflitos entre índios contatados e isolados, havendo invasão de terras, exploração de seringa, retirada de madeira, etc. Quando as equipes das FCs tentavam mediar essas relações, eram "mal compreendidas" (ibid., p. 9) pelas partes, e até pela sociedade nacional. Os técnicos interpretavam isso como "desvios de comportamento", que estavam "crescendo de forma indiscriminada em muitas terras indígenas" (idem).

O trabalho das FCs havia sido prejudicado com a saída do ato jurídico-administrativo da interdição da esfera de competência da FUNAI, assim como a prévia anuência dos interessados nos atos administrativos impedia a regularização fundiária de terras para os índios isolados. Os sertanistas também chegaram a propor no documento final da Reunião um acréscimo às situações em que seria possível o contato com índios isolados. Isto ocorreria

> "somente em situações de graves danos ambientais, riscos iminentes de epidemias ou de intoxicações e invasão desordenada e incontrolável que ponha em risco sua sobrevivência" (ibid., p. 10), e "em caráter excepcional, em situações consideradas pela Autoridade competente como potencialmente comprometedoras à Segurança Nacional" (idem).

Antigas Frentes de Contato como a do rio Iriri (PA) ainda tinham apoio do DEII, embora já tivessem sido transformadas em PIs regulares. Era preciso valorizar esses quadros, as pessoas simples que detinham

> "apreciáveis conhecimentos empíricos", pois "da qualidade dessas pessoas" dependia "de modo especial, o êxito de um trabalho que se caracteriza fundamentalmente pelo estabelecimento de relações éticas e amistosas entre indivíduos culturalmente diferenciados" (ibid., p. 12).[60]

b) 1997

Durante a gestão de Sulivan Silvestre na Presidência da FUNAI, foi realizado em novembro de 1997, na sede da FUNAI, em Brasília, o 5º Encontro dos Chefes de Frentes de Contato. Na carta de encerramento da Reunião, os sertanistas

---

[60] Participaram dessa Reunião de 1995 os seguintes sertanistas e técnicos indigenistas: 1) Sydney Possuelo, sertanista, coordenador geral do Encontro; 2) Fiorello Parise, sertanista, chefe da FC Cuminapanema (PA); 3) José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, sertanista, chefe da FC Rio Envira (AC); 4) Francisco José Brasil de Morais, técnico indigenista, chefe da FC Madeirinha (MT); 5) Marcelo dos Santos, técnico indigenista, chefe da FC Guaporé (RO); 6) Renildo Matos dos Santos, chefe do Núcleo de Atração de Santa Inês (MA); 7) Afonso Alves da Cruz, sertanista, coordenador de FC (PA); 8) Mário Stélio R. Ribeiro, administrador de Atalaia do Norte (AM); 9) Juscelino Melo, técnico indigenista, sub-coordenador de índios isolados (MT); 10) Egypson Nunes Correia, técnico indigenista, chefe da FC Avá-Canoeiro (TO); 11) Rieli Franciscato, técnico indigenista, chefe da FC Rio Purus (AM); 12) João Silvério Dias, técnico indigenista, chefe do Núcleo de Atração de Barcelos (AM).

encaminharam a Silvestre uma avaliação do que ocorria com a política governamental para os índios isolados.

O documento defendia os conceitos e propostas do Sistema de Proteção aos Índios Isolados, esclarecendo como a FUNAI era "coadjuvante (...) no processo de ocupação pacífica e ordenada da região amazônica" (DEII, Carta, 07/11/1997), tornando-se a representante do governo "em pontos estratégicos onde não existia nenhuma presença institucional" (idem). Entretanto, fatos como o Regime Jurídico Único (RJU) e o Decreto nº 1.775/96 haviam impostos "novos parâmetros" (idem) à ação indigenista, diminuindo as atribuições da FUNAI. No mesmo sentido, os grupos indígenas isolados eram reconhecidos apenas em "situações de conflito; posicionamentos variados e divergentes, articulados a nível interno e externo" (idem) à FUNAI, inviabilizavam as iniciativas de proteção aos índios isolados, da mesma forma que a redução do quadro funcional impedia a realização de diversas ações. À modernização administrativa da sede da FUNAI correspondia o "declínio da assistência" (idem) em campo.

Os sertanistas do DEII propunham-se assim a "rever e adequar conceitos de defesa física e territorial para proteção dos grupos isolados" (idem), redefinindo as unidades de atuação do DEII. A proposta de uma política para índios isolados consistia, entre outras, em :

- estabelecer parcerias com ONGs para fazer frente à política antiindígena de políticos e empresários;
- estabelecer relações com as Organizações Indígenas que representam grupos já contatados;
- combater as atividades nefastas aos grupos isolados – como garimpo, desmatamento, narcotraficantes, bio-pirataria, etc. –, estabelecendo parcerias institucionais com o Departamento de Polícia Federal (DPF), IBAMA, polícias estaduais, Forças Armadas, etc.;
- controlar o acesso da mídia e de "pessoas estranhas aos quadros da FUNAI" às FCs e "Terras Indígenas onde habitam índios isolados" (idem);
- que, no cotidiano das FCs, "órgãos e entidades civis de colaboradores" (idem) deveriam se subordinar às medidas de controle e proteção das FCs;
- estabelecer "cuidadosos estudos preparativos" (idem) quando da transição da frente de contato para posto indígena;

– reconhecer a "excepcionalidade" do trabalho de campo do pessoal do DEII, "que ultrapassa em dificuldade quase todos os similares" (idem).

Anexo à proposta política para os isolados, os sertanistas apresentaram um quadro atualizado das referências sobre a presença de índios isolados no Brasil, totalizando 55 localizações.[61]

c) 2000

Em abril de 2000, o chefe do DEII e sete chefes de FCs promoveram nova reunião para discutir a situação das FCs.

Após constatar que funcionavam por "teimosia, abaixo dos padrões mínimos de segurança" (Relatório, 14/04/2000, p. 1), sem pessoal e recursos, colocando os quadros em "risco permanente" (idem), os técnicos verificaram que das 46 referências existentes sobre povos isolados no Brasil, 16 estavam confirmadas, restando ainda a verificação em campo de outras 30 referências. Era elevado o custo financeiro para isso – expedições, sobrevôos, transporte fluvial, etc. – mas a partir daí o Estado brasileiro poderia "planificar a ocupação da Amazônia" (ibid., p. 2), ordenando-a através das ações do INCRA, IBAMA, prefeituras, etc. Também seria necessário a criação de uma equipe móvel para a localização dos índios isolados.

Reclamando de nunca terem sido atendidos nos seus pleitos, os sertanistas dirigiram ao Presidente da FUNAI, Carlos Marés, uma série de providências que deveriam ser adotadas pelo órgão, entre alteração de nomenclatura, criação de FCs, criação de PIs de vigilância, contratação de pessoal, ampliação orçamentária e "captação de recursos extra-orçamentários, nacionais e internacionais" (ibid., p. 3).[62]

Em resposta, Marés revogou a Portaria PP nº 1901/87, de 06 de julho de 1987, que estabelecia o SPII. A Portaria nº 290/PRES, de 20/04/2000, dava nova redação a vários artigos da antiga Portaria nº 1901/97. A política de localização e proteção passou a ser efetuada por equipes de campo denominadas "Frentes de Proteção

[61] Participaram da Reunião de Chefes das FCs em 1997: 1) Sydney Possuelo, chefe do DEII; 2) José Carlos dos Reis Meirelles Jr., chefe da FC Rio Envira; 3) Francisco José Brasil de Morais, chefe da FC Madeirinha; 4) Elimilton Correia de Alencar, chefe da FC Avá-Canoeiro; 5) Rieli Franciscato, chefe da FC Rio Purus; 6) Marcelo dos Santos, chefe da FC Guaporé; 7) Fiorello Parise, chefe da FC Cuminapanema; 8)Valdes Marinho Lima, FC Vale do Javari.

[62] Participaram dessa reunião: 1) Sydney Possuelo, chefe do DEII; 2) Elimilton Correia de Alencar, chefe da FC Avá-Canoeiro; 3) João Carlos de Souza Lobato, chefe do PI de Contato Cuminapanema; 4) José Carlos dos Reis Meirelles Júnior, chefe da FC Envira; 5) Marcelo dos Santos, chefe da FC Guaporé; 6)

Etnoambiental (FPE)" (Art. 2º); essas Frentes serão "vinculadas" administrativamente às AERs e "subordinadas tecnicamente" ao DEII (Art. 3º); o DEII será o órgão central de proteção etnoambiental, a quem cabe, entre outras atividades, elaborar "normas de comportamento" para regulamentar atividades estranhas à comunidade de índios isolados (Art. 4, § 4.8); o DEII podia adotar medidas para proteção dos índios isolados "sob qualquer aspecto" (Art. 5º); o DEII baixará instruções de segurança e indicará os servidores que atuarão nas Frentes de Proteção Etnoambientais (Art. 6, § 6.5; § 6.6); o DEII poderá se articular também com Organizações Não Governamentais para implementar diretrizes (Art. 6º, § 6.8).

Francisco José Brasil de Morais, chefe da FC Madeirinha; 7) Rieli Franciscato, chefe da FC Vale do Javari; 8) Fiorello Parise, chefe da FC Belém.

6.4 Um ensaio de política pós-contato: os Zo'é do Cuminapanema (PA)

Uma nova gestão?

Os índios Zo'é vão possibilitar aos sertanistas do DEII superarem suas críticas às ações pós-contato da FUNAI.

Normalmente após o contato, os sertanistas se retiravam da área, passando o controle da situação à Diretoria de Assistência da FUNAI, que instalava PIs regulares, chefiados por técnicos indigenistas para o trabalho de proteção. Os sertanistas que entrevistamos eram enfáticos: aí as condições de sobrevivência dos índios pioravam rapidamente. Com os Zo'é, uma determinação do Ministério Público Federal impediu que o DEII se afastasse da área, o que levou pela primeira vez os sertanistas a procurarem estabelecer uma política pós-contato, isto é, os Zo'é tornaram-se um *laboratório* para novas práticas indigenistas.

A história do contato Zo'é

A chefia do DEII defendia em todas as áreas onde havia índios isolados a política do não contato. Entretanto, isso nem sempre era possível devido às pressões sobre os grupos indígenas. Foi o que aconteceu com os índios Zo'é do Pará. Em 1982, estes índios estabeleceram alguns rápidos contatos com missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB). A Presidência da FUNAI e a 4ª SUER/PA tomaram ciência dos fatos, mas não agiram devido à falta de recursos. A FUNAI interpelou a MNTB, definindo que o contato com os índios deveria *obrigatoriamente* ser feito por FC.

Fiorello Parise, então sertanista lotado na 4ª SUER, conhecia a existência dos Zo'é enquanto índios isolados desde meados dos anos 70. Nessa época, devido a "sua localização de difícil acesso, da inexistência de Projetos Regionais, estradas, Frentes de Expansão Agropastoris e Minerais incidindo sobre aquela região e da índole pacífica daqueles indígenas, não se viu necessidade de formação de uma Frente de Atração" (Parise, Proc. FUNAI 1529/83, 19/09/1983), embora inicialmente a FUNAI designasse em 1975 os sertanistas Otávio Canguçu e Arnoldo Perez para fazer o reconhecimento (GT Port. 309, 04/04/1997, p. 16). Mas, em 1983, o sertanista Sydney Possuelo, Assessor da Presidência da FUNAI, viu riscos para os índios a partir da

presença de garimpeiros "na área de perambulação do referido grupo" (Possuelo, 05/10/1983), e sugeriu então a consolidação do contato, que acabou não acontecendo por falta de recursos humanos e financeiros.

Só após a criação da CII, em 1987, é que a FUNAI interditou a terra dos Zo'é no rio Cuminapanema (Port. 4098, 30/12/1987), a partir de solicitação do sertanista João Carvalho para que fosse criada uma equipe de localização e um sistema de vigilância (Carvalho, Relatório, 11/08/1987). Isto não impediu que a FUNAI estabelecesse um convênio (008/88, de 21/09/1988) com a MNTB sobre normas e procedimentos educacionais e sanitários, mas vedando o acesso da Missão às comunidades de índios isolados. No período entre 1982 e 1987, a MNTB voltou a procurar os Zo'é, informando eventualmente à FUNAI os resultados dessas ações, enquanto as poucas iniciativas da FUNAI foram quase sempre reações à realidade do contato estabelecido pela MNTB. Em 1988, a Missão propôs à FUNAI um programa de contato, informando ao órgão os problemas de saúde do grupo.

No início de 1989, com apoio e recursos da mídia, Sydney Possuelo visitou a área, verificando a saúde dos índios. Em seguida, uma equipe de técnicos da FUNAI chegou ao rio Cuminapanema com quatro sertanistas: Afonso Alves da Cruz, João Carvalho, Fiorello Parise e Sydney Possuelo. Aí fizeram o levantamento da base da MNTB, identificando 8 missionários. Depois visitaram duas aldeias (malocas) Zo'é, onde encontraram índios doentes, sobrevivendo em más condições sanitárias. Nesse relatório da viagem, fizeram uma breve descrição física e cultural dos índios, observando que não viram invasores na área mas tiveram notícias da presença de índios isolados ao norte da área interditada. Terminaram o relato adotando uma posição contrária ao trabalho missionário na Amazônia:

> "A forma como atuam essas Missões fornece a essas entidades o conhecimento geográfico, lingüístico e cultural de toda uma região totalmente isolada onde mantêm de fato o domínio sobre a população local. De alguma forma recorda-nos os processos empregados durante a 2ª Guerra Mundial, quando as tropas Norte-americanas tiveram que ocupar vastas regiões do Pacífico. Nesta oportunidade, auxiliando o Exército Americano com seus conhecimentos geográficos, antropológicos e lingüísticos, foi chamado um grupo de pesquisadores liderados pela Dra. Margaret Mead que forneceu os subsídios fundamentais que propiciaram apoio logístico e popular a favor dos Norte-americanos, por parte das populações nativas. Esse conhecimento antropológico representou auxílio real ao esforço de guerra. Não estamos dizendo que os norte-americanos vão declarar-nos guerra, mas que a dominação, quer seja violenta ou disfarçada em: econômica, política ou social, será em muito facilitada pelos conhecimentos lingüísticos, da organização social e política de um povo. Isso se aplica praticamente em toda a região Amazônica, cuja vastidão e distância pode encobrir ainda mais atividades que, sob o manto religioso, podem ser mais eficazes que fuzis" (Sydney Possuelo et al., Relatório de viagem ao Cuminapanema, 11/03/1989, fls. 07).

Os sertanistas propuseram a retirada da MNTB da área Zo'é e a implantação do SPII, com recursos do Projeto Calha Norte e apoio sanitário da Força Aérea Brasileira. Seria a resposta da FUNAI ao "clamor que nacionalmente se levanta contra a intervenção estrangeira na Amazônia Brasileira" (idem).

O processo de assistência médica e vacinação foi iniciado com urgência. O sertanista João Carvalho assumiu em campo a orientação do atendimento à saúde. Enquanto isso, a mídia nacional (Rede Globo, revista *Manchete*, etc.) e internacional divulgavam o que ocorria na área, provocando críticas gerais à ação da FUNAI, inclusive de deputados do Congresso Nacional. Ainda em 1989, antropólogos da USP solicitaram à CII autorização para realizarem pesquisas etnológicas junto aos índios Tupi do Cuminapanema (USP, ofício, 15/06/1989). Apenas em 1991 a FUNAI conseguiu recursos e pessoal suficientes para retirar a MNTB da área. A partir daí, os sertanistas da FUNAI procuraram reverter o contato, retirando paulatinamente dos Zo'é os diversos bens trazidos pelos missionários (Wellington Figueiredo, entrevista ao autor, 2003). No final de 1995, o sertanista Fiorello Parise terminou a implantação da estrutura de FA na área Zo'é. Anos depois, antropólogos interpretaram o que ocorreu na época:

> "sob auspícios do DEII/FUNAI, inúmeras equipes de televisão, do mundo inteiro, e vários jornalistas visitaram a área do Cuminapanema. As informações que divulgam na mídia sempre focalizam o 'primitivismo' e o suposto 'isolamento' dos Zo'é. Enquanto fontes documentais, elas remetem muito mais à crônica do imaginário ocidental sobre o 'bom selvagem' que à realidade dos índios Zo'é. São interessantes na medida em que comprovam que, por um período, a área Zo'é foi transformada numa 'vitrine' a serviço do indigenismo oficial" (GT Port. 309, 04/04/1997, Anexo 3, p. IV).

A FUNAI estabeleceu um GT para identificar e delimitar a TI Zo'é em abril de 1997 (Port. 309/PRES/FUNAI, 04/04/1997). Coordenado pela antropóloga Dominique Gallois, uma das atividades do GT foi a realização de uma expedição aos rios Urucuriana/Curuá, entre agosto e outubro de 1997, com o objetivo de verificar a extensão da ocupação territorial dos Zo'é, e identificar se dentro da área proposta para aqueles índios viviam outros povos isolados, mas sem efetuar qualquer contato. Durante aqueles anos, os pesquisadores da USP tinham mostrado aos Zo'é vídeos e mapas, propiciando também contatos com os vizinhos Waiãpi.[63] Isto teria auxiliado aos índios a compreender o contato e qual era a dimensão do seu território. A expedição aos

[63] O vídeo "A Arca dos Zo'é", dirigido por Dominique Gallois e Vicent Carelli em 1993, registra um desses encontros, em que os Waiãpi, entre outras coisas, explicam aos Zo'é como o garimpo prejudicou seu território.

Urucuiana iria ajudá-los a decidir por uma reocupação territorial, ao identificar antigas aldeias. A expedição marcou também uma aproximação de interesses entre o sertanista Fiorello Parise e as antropólogas da USP, voltados, entre outras coisas, para atividades pós-contato desenvolvidas na área do PI Cuminapanema (Nadja Havt, depoimento ao autor, 2003; Havt, 2002).

Os Zo'é e o mundo dos brancos

O relatório final do GT apontou que há mais de 80 anos os Zo'é vinham tendo contatos e convivência com os não-índios (GT 309, 04/04/1997, Relatório final, p. 5). Nas últimas décadas, a própria documentação da FUNAI registrou todo tipo de intervenção junto àqueles índios, da MNTB à própria FUNAI. Neste material descobre-se que eram as "orientações pessoais" (ibid., anexo 3, p. 4) dos chefes de PI que determinavam as atividades de campo.

Diante desta realidade, as antropólogas definiram a participação indígena como pressuposto essencial para o funcionamento do GT, já que em outras áreas de índios isolados "o não envolvimento da comunidade na definição dos limites resultou na inocuidade das medidas de proteção de sua terra" (ibid., p. IV). Durante o trabalho do GT, o DEII reavaliou sua atuação no PI Cuminapanema, o que culminou em rigorosas normas de acesso aos índios. A equipe do GT sentiu as mudanças já em campo. A antropóloga Dominique Gallois, que já havia questionado a política geral para os índios isolados num artigo publicado em 1992, debateu na parte final do relatório do GT as alternativas de ação para que houvesse: a) respeito sem protecionismo; b) iniciativas para tirar os índios do isolamento.

Inicialmente, deveria ser respeitado "o interesse e a capacidade" dos índios de terem acesso a nossa sociedade (ibid., p. 117). Deveria haver um acompanhamento do "ritmo" desse contato, já que a cultura é dinâmica,

> "necessitando ser confrontada conscientemente e de acordo com arranjos cognitivos próprios, com outras formas de viver e pensar. Desse confronto, a identidade surge acoplada à valorização de elementos culturais próprios. Surge como opção e não como resultado de uma imposição ou de uma limitação de alternativas" (ibid., p. 118).

Se o acesso aos conhecimentos novos deveria ser orientado, não tinha sentido uma intervenção unilateral excessiva de proteção, como a FUNAI implantava, a partir das práticas de chefes de PI sem "conhecimento e formação especializada" (ibid., p. 119).

Depois, como haveria necessariamente mudanças a partir do contato, aí é que entrariam os conhecimentos necessários à valorização da cultura indígena. As antropólogas viam em campo as limitações dos funcionários em possibilitar aos índios novos conhecimentos e escolhas adequadas. Questionaram a ação da FUNAI mostrando que o problema não estava "nas intervenções em si, mas nos mecanismos em operação e na qualidade e grau de envolvimento dos Zo'é" (ibid., p. 119). Terminavam o relatório enfatizando que tal programa envolvia etapas de negociação com agentes locais e chefias (sertanistas), defendendo então a participação dos Zo'é no processo de demarcação da terra indígena. Em síntese, o relatório do GT divergia das últimas iniciativas postas em prática na área Zo'é pelo DEII.

O monopólio da tutela

Em novembro de 1998, o indigenista João Carlos Lobato, então chefe do PI Cuminapanema, apresentou à ADR Belém o relatório *Situação Zo'é: aprendizado de um contato*, onde expôs suas idéias a respeito das "tênues peculiaridades do processo de contato" (Lobato, Relatório/1998, p. 1), e as opções existentes para a construção de uma "linha de trabalho sólida", que desse "esperanças à revivescência cultural Zo'é" (idem). O indigenista pretendia estabelecer "uma assessoria solidária ao caminhar próprio e autônomo" (ibid., p. 2) dos Zo'é e para isso via como "imprescindível" o desvio "das sendas do protecionismo integracionista" (idem). Caberia

> "ao órgão tutor (...) cumprir a contento seu papel de legítimo defensor da integridade, sobrevivência e cultura Zo'é, e inovar na condução do contato deste povo isolado com o 'mundo dos brancos', consolidando uma assessoria plena, sensível e perspicaz" (ibid., p. 3).

Tal objetivo discorda da "elaboração, de forma isolada e de acordo com a sensibilidade de cada um, de propostas unilaterais que venham, na melhor das hipóteses, gerar expectativas equivocadas" (ibid., p. 1). Lobato tampouco concordava que "normas políticas e econômicas" criassem essas expectativas "de fora para dentro" (idem).

O relatório do indigenista afirma que a defesa da autonomia dos Zo'é só foi possível com a "reversão" (ibid., p. 8) da situação estabelecida pela MNTB, a partir das iniciativas desenvolvidas pela FUNAI. Como mediadores da autonomia, os agentes da FUNAI controlavam todos os "elementos externos" (idem) que chegavam ao PI e

realizavam a "triagem" da saúde dos visitantes, cobrando "do atendente de saúde um nível de envolvimento, empenho, seriedade e visão antropológica muito além do que um mero 'emprego comum'" (ibid., p. 14).

Representantes de várias instituições já estiveram na área indígena trazendo benefícios aos Zo'é, tendo sido produzidos registros multimídia e estudos científicos. Lobato, entretanto, alertava que essas interferências traziam riscos intrínsecos, atingindo principalmente as atividades econômicas Zo'é, envolvidas com "doações, trocas e pagamentos" (ibid., p. 19), pois o controle do PI era "parcial" (idem) e os Zo'é, "vulneráveis" (ibid., p. 21). O indigenista havia constatado "a 'monetarização' crescente dos bens externos entre os próprios Zo'é, promovendo ascendência política, via econômica, de um Zo'é sobre outro, sob parâmetros artificiais" (ibid., p. 22).

Lobato pretendia estabelecer um controle "pensando de modo muito mais amplo do que o puro joguete político imediatista e pretensioso de cooptar a simpatia dos Zo'é para facilitar virtuais 'trabalhos de campo'" (idem). A partir de então, no PI Cuminapanema "nenhum procedimento" era

> "casual. Todos os itens aos quais os Zo'é têm acesso ou não, foram avaliados, numa reflexão baseada na observação cotidiana e nas experiências que, felizmente ou infelizmente, vivenciamos (...) Se determinamos que lanternas e pilhas 'podem' ser doadas aos Zo'é e novelos de linha vermelha 'não podem' existe uma, ou várias razões" (ibid., p. 22-23) (grifo meu).

O indigenista afirma que excetuando medicamentos, tratamento de saúde, e poucos itens como lanternas e pilhas,

> "os Zo'é hoje são de uma autonomia completa em relação à FUNAI e a quaisquer outros que porventura se arroguem o direito de interferir em seu mundo (...) Aos Zo'é, bastam os Zo'é" (ibid., p. 24).

Os agentes do PI foram então os "primeiros anfitriões" (ibid., p. 21) que esclareciam e preveniam "ocorrências e imprevistos" (idem), para que "aventureiros" não lançassem "mão a conduzir os Zo'é para a vala comum dos índios genéricos" (idem). Lobato sintetiza suas idéias:

> "Diante do 'admirável mundo novo' cabe ao órgão indigenista oficial inaugurar novas posturas, reciclar velhas práticas e tentar descobrir caminhos e lançar bases para o futuro dessas comunidades, paralelas a essa economia globalizante de indivíduos massificados" (idem).

Em agosto de 1998, a FUNAI proibiu por 12 meses – exceto ações de saúde – o acesso à TI Cuminapanema. Em complemento a esta iniciativa, Lobato propôs a criação, "por um período mínimo de 5 anos" (ibid., p. 29), de um *cinturão verde* de 20km, ao sul da TI Zo'é. Acreditava assim

> "ser este o tempo necessário para que os Zo'é conhecessem de modo progressivo e reflexivo os mecanismos básicos que regem a sociedade ocidental, e também o de possibilitarmos aos mesmos as condições mínimas de amadurecerem seu relacionamento com categorias diversas e interpretarem as vantagens e riscos de aproximação e interação com esse mundo exterior" (idem).

Fiorello Parise é então afastado do contato com os Zo'é, e o PI Cuminapanema passa para a alçada da ADR Altamira.

As idéias das chefias do PI Cuminapanema e do DEII confrontavam àquelas do GT 309. A TI Zo'é será demarcada sem a participação dos índios. A disputa de critérios – enquanto lutas de classificação (Bourdieu, 1989) – para orientar e legitimar a ação indigenista junto aos Zo'é, levou ao afastamento dos antropólogos da USP dessa área indígena. A presença de inúmeras equipes de filmagem estrangeiras junto aos Zo'é, com o aval do DEII, em 2000, provoca o surgimento de um dossiê na Câmara de Deputados a respeito de supostas irregularidades do Departamento (*FSP*, 09/07/2000). Na TI, os agentes do PI davam apoio às atividades de subsistência dos índios, evitando alterar seu cotidiano, investindo na melhoria da saúde e no controle do contato (DEII, Relatório de ações desenvolvidas, 2001).

6.5 A Frente de Contato do Vale do Javari (AM)

Desde a década de 60 foram documentados conflitos e massacres de índios isolados e da população regional no Vale do Javari (AM). As notícias sobre esses índios referiam-se quase sempre aos Korubo: a FA instalada no rio Itacoaí para a atração dos Marubo foi desativada em meados dos anos 70, após a morte dos sertanistas Jaime Sena Pimentel (1975) e Vitor Barbalho (1976). Em 1978, o sertanista Sydney Possuelo percorreu o rio Quixito e contatou um grupo de índios Mayá. A FA do Itacoaí foi reaberta em 1982 por pouco tempo: após um contato pacífico com um grupo de Korubo, dois servidores da FUNAI foram mortos, e a FA novamente desativada. Nessa época, a Petrobras iniciou prospecções geológicas no Vale do Javari. Alguns funcionários da empresa e servidores da FUNAI morreram devido aos ataques de índios isolados, o que afastou a empresa da região.

No início dos anos 90 a situação de saúde era calamitosa na área dos índios contatados, onde a cólera grassava; na região dos isolados, havia invasão de madeireiros. Sobrevôos localizavam malocas de isolados no rio Ituí, enquanto a vigilância era precária no território dos Korubo.

Em 1995, a morte de moradores e a destruição de roças no Vale do Javari foram atribuídas aos índios Korubo. O DEII deslocou sertanistas para a região e criou em janeiro de 1996 a FC. Os Korubo dos rios Ituí, Itacoaí e Branco foram localizados e um grupo foi contatado pelo sertanista Sydney Possuelo em outubro de 1996. As expedições da FC também localizaram geograficamente os índios isolados flecheiros (rios Jutaí, Jutaizinho, Jandiatuba e Itacoaí), isolados Tsohom Djapá (rio Jutaí) e isolados desconhecidos (rios Novo e Bóia). Instalada a base de fiscalização e proteção dos rios Ituí e Itacoaí e do médio curso do rio Curuçá, em 1997 o auxiliar de sertanista Raimundo Magalhães (Sobral) foi morto a bordunadas pelos Korubo já contatados. Os trabalhos de fiscalização conseguiram impedir o acesso à área por pescadores, caçadores e madeireiros em 1998, controlando a devastação da flora e fauna regional. A partir de 1999, as ameaças de violência desses segmentos impuseram a ação conjunta na região da FUNAI, Polícia Federal e Exército Brasileiro, pois havia ameaças de morte aos indigenistas e tentativas de invasão e destruição do PI de Vigilância.

O Projeto de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari foi aprovado pela Comissão Européia (CE) em 1999. Seu objetivo era a proteção dos recursos naturais

onde vivem índios isolados, atuando de forma a proteger a TI pela fiscalização da área, enquanto se identificava o território desses índios. Outras iniciativas foram o estudo e conhecimento dos recursos naturais de grupos já contatados – Matis, Marubo e Kanamari – de forma a criar um plano de gestão, e o esclarecimento da população regional, possibilitando o estabelecimento de parcerias para a preservação do Vale do Javari.

O Projeto foi fruto de uma parceria estabelecida em 1997 pelo DEII com o CTI – Centro de Trabalho Indigenista –, ONG constituída principalmente por antropólogos. Durante sua realização, até 2002, conseguiu-se, através de monitoramento da TI, uma redução das invasões e a consolidação das unidades de vigilância (base e PI). Alguns sobrevôos e duas grandes expedições aprofundaram o conhecimento do território dos índios isolados: a Expedição Ajuricaba e a Expedição Alípio Bandeira.

6.6 A Expedição Ajuricaba (2001)

A *Expedição Ajuricaba* saiu de Tabatinga em 26/03/2001. Seu objetivo era conseguir informações sobre índios isolados localizados em 16 malocas identificadas por fotografias aéreas no ano 2000. O sertanista Sydney Possuelo dirigiu a expedição composta por três barcos e 34 integrantes, dos quais cinco mateiros, uma médica e seis jornalistas, além de 12 índios (Matis, Marubo e Kanamari) que trabalharam como intérpretes.

A expedição passou por Jutaí, única cidade do percurso, se dirigindo aos rios Bóia e Mutum, onde encontrou garimpeiros. Os expedicionários chegaram em 06 de abril na aldeia Kanamari, nas cabeceiras do rio Jutaí, e descobriram que esses índios atraíram os Tsohom Djapá, índios até então isolados. Os Djapá agora trabalhavam para os Kanamari, em troca de roupas e alimentos.

No dia 12 de abril, encontraram ribeirinhos retirando ilegalmente madeira na área da TI Vale do Javari. Em seguida, no dia 15, a expedição se dividiu, o maior grupo, com 20 pessoas, principalmente mateiros e índios, acompanhou Possuelo na tentativa de achar vestígios dos índios isolados. O outro grupo, chefiado por Rieli Franciscato, navegou até o rio Jandiatuba, para encontrar adiante o pessoal que seguiu pela mata com Possuelo.

O grupo chefiado por Possuelo encontrou árvores cortadas para obtenção da entrecasca e coleta de mel. Não houve novidades até a chegada ao rio Jandiatuba. Não encontraram varadouros que unissem malocas, o que era a expectativa dos sertanistas. Descobriram apenas algumas quebradas perto do rio Jandiatuba. Um dos barcos de resgate quebrou, atrasando o encontro por uma semana. No caminho, a equipe de Rieli Franciscato encontrou acampamentos usados por caçadores e expulsou garimpeiros do Jandiatuba. Viram também sinais de fogo atribuídos aos índios isolados, a quase 70km das malocas avistadas nos sobrevôos de 2000. De tudo que foi avistado – aldeias com tipos de construção diferentes, roças de banana, mandioca – não tiveram sinais ao subir o rio Jandiatuba, até encontrar a equipe de Possuelo. Juntas as equipes a partir de 1° de maio, fizeram novas incursões por terra liderados por Altair Algayer, mas não viram vestígios dos índios isolados. Desconfiava-se que esses índios estivessem temendo ataques de caçadores e garimpeiros. As equipes descobriram materiais

deixados pela Petrobras na região, nos anos 80, quando a estatal investigava jazidas de petróleo e gás natural.

No final da expedição, ocorreram problemas entre os sertanistas, documentados pelos jornalistas do *Correio Braziliense* e omitidos pela *Folha de S. Paulo*. A última reportagem do *Correio Braziliense* retrata o *estado de espírito* dos chefes da expedição: ´

> "As coisas não andam nada fáceis para a expedição Ajuricaba. O clima entre os integrantes da equipe está cada dia mais tenso. Brigas e intrigas poluem os acampamentos e dificultam o trabalho. O comandante e o subcomandante estão às turras.
> Sydney Possuelo tem uma personalidade difícil. É sincera no compromisso com os índios, ampliou as reservas indígenas brasileiras, mas mistura comportamentos infantis com um ego de proporções amazônicas. Costuma tratar seus subordinados com gritos e broncas homéricas. Peca pela falta de método.
> Não faltam exemplos. O melhor deles está nos números: nesses 42 dias de viagem, gastamos apenas nove com investigações nas margens do rio Jandiatuba, principal concentração de índios isolados no país. A pressa irritou o subcomandante Rieli Franciscato – queria mais tempo para cavucar a região.
> Rieli é diferente de Sydney. Discreto, avesso à mídia, trabalhador incansável, não descola dos mapas, sabe o que quer encontrar e onde pode encontrar, mas esbarra nos vetos do chefe. Ouviu vários nãos e se submeteu à hierarquia sem jamais peitar o chefe em público. Uma única vez desabafou: 'Desse jeito essa é a última expedição que eu participo'" (*Correio Braziliense*, 07/05/2001).

Depois de 43 dias de viagem, voltam a Tabatinga a 07/05/2001.[64] Esta é uma síntese do ponto de vista jornalístico da expedição. Logo no início, para seguir viagem, os jornalistas tiveram que assinar um *Termo de declaração* que dizia: "A FUNAI não se responsabiliza por acidentes, perda de equipamentos, ataques de índios e doenças tropicais" (*Correio Braziliense*, 15/04/2001). Enfrentando um cotidiano desconhecido, tiveram suas vidas *pelo avesso*: chamados de *estorvos*, estavam sempre na retaguarda da expedição; feriam os pés nas caminhadas e tinham dificuldades em montar seus acampamentos. Achavam que "piores do que cobras, arraias e piranhas eram os enervantes insetos; as picadas eram contadas às centenas" (*FSP*, 27/05/2001). Graças ao auxiliar de sertanista Luís Moreira, que integrava a expedição, tiveram quem os orientasse a agir em muitos momentos. Moreira surpreendia sempre os jornalistas, ora cortando um *pau d'água*, o cipó mixiro, para matar a sede, ora ensinando a acampar na selva (uso de nós, colocação de palhas na forração do chão, etc.).

---

[64] A única documentação sobre a expedição a que tivemos acesso foi a jornalística (*Correio Braziliense*, 27, 28, 29 e 30 de março; 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 22, 25 e 28 de abril; 7 de maio de 2001; *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 2001). O convênio firmado pelo CTI e DEII/FUNAI com a Comunidade Européia havia encerrado; foi com esses recursos que Possuelo promoveu as expedições no Vale do Javari. Na ocasião, o relatório final elaborado pelo CTI não foi liberado para o pesquisador.

Comentando o trabalho dos sertanistas, os jornalistas acreditavam que a política para os índios isolados, protegendo-os da "contaminação da sociedade moderna" (*FSP*, 27/05/2001), partia do mito do "bom selvagem" (idem) – os índios eram felizes distantes da sociedade brasileira. Os jornalistas ouviam de Sydney Possuelo que seria "um trabalho para ganhar tempo. Mas não um tempo para esses índios que, afinal, vivem nessa região há centenas de anos. Tempo para que nós, da sociedade branca dominadora, possamos aprender uma forma de tratá-los com dignidade" (idem).

6.7 A Expedição Alípio Bandeira (2002)

Nova expedição ao Vale do Javari foi realizada em 2002, também financiada em sua maior parte pela Comunidade Européia. Dessa vez foi denominada *Expedição Alípio Bandeira*, em homenagem ao 1° Chefe de Inspetoria do SPI no Amazonas, tido por *herói* por Sydney Possuelo, devendo ser cultuado por sertanistas e indigenistas da FUNAI na visão do sertanista (*OESP*, 11/07/2002).

O objetivo era investigar ações antrópicas no interior da terra indígena, além dos conflitos ocorridos entre índios e regionais, verificando as áreas habitadas pelos índios isolados através da coleta e registro de vestígios. Possuelo pretendia estudar soluções para manter os índios afastados das ameaças externas.

A expedição foi composta por 35 pessoas, entre sertanistas, mateiros, índios Marubo, Kanamari, Matis e repórteres. Durante quase uma semana, a expedição contou com um médico alemão que se autodeclarava *aventureiro*, pois trabalhava no combate à tuberculose e hanseníase nas selvas dos países amazônicos. De junho a setembro, a equipe percorreu 3.476km em barcos motorizados, 267km a pé e 371km de canoa. Os integrantes avaliaram os riscos da empreitada de acordo com o meio de transporte e a proximidade da selva e dos índios isolados. Se o risco era pequeno durante a navegação nos grandes barcos da FUNAI, tornava-se grande durante a expedição terrestre, quando havia muito esforço físico, acampamentos improvisados e alimentação incerta. Os 267km foram percorridos em 22 dias na mata. No total, navegaram dez rios e instalaram 39 acampamentos provisórios.

Dois jornalistas descreveram todo o trajeto. Da caminhada na mata, Scott Wallace, da revista *National Geographic*, relata o encontro de vestígios e o quase contato com dois índios isolados:

> "Depois de partir do acampamento, porém, nossos mateiros topam com sinais recentes dos flecheiros: um pedaço de cipó espiralado à mão e um naco de cana-de-açúcar mastigada e cuspida na trilha. 'É de agorinha mesmo!', cochicha Ivan Arapa, agitado. Logo adiante, achamos pegadas frescas. Possuelo estuda as marcas impressas no barro e diz: 'Êle nos viu e caiu fora correndo'. Depois, ergue a mão pedindo silêncio e envia mensagem para que cada qual fique em contato visual com o outro ao longo da nossa coluna em fila indiana. Pela primeira vez desde o início da jornada, Possuelo afivela sua pistola.
> Minutos depois, nossos abridores de trilha avistam um par de índios nus disparando por uma pinguela de tora e se esvanescendo na mata fechada, do outro lado do rio. Possuelo tenta assegurá-los de nossas intenções pacíficas, lançando chamados à floresta: 'Uh! Uh!' A única resposta foi o grito angustiado do capitão-do-mato.

> Noite passada, outra novidade: Possuelo pôs sentinelas de vigília enquanto dormíamos aos sobressaltos em nossas redes. (...)
> De manhã, o sertanista mandou os homens deixarem um machete e uma faca como oferendas de paz. (...)
> A jornada de agora juntou um grande e bem armado contingente. Os flecheiros pensariam duas vezes antes de atacar força tão numerosa. O sertanista, porém, deu ordens severas: se formos atacados, os homens deverão só dar tiros de advertência para o ar" (Wallace, 2003, p. 35-42).

Já o jornalista Leonêncio Nossa, da "Agência Estado", observou na caminhada que era um índio, Ivã Uaçá, quem informava "aos indigenistas quais galhos foram quebrados por anta ou gente no interior da mata" (*OESP*, 22/06/2002). Seu relato procurava detalhar para o jornal a ação dos mateiros e dos índios na instalação dos acampamentos, preparação das refeições, incursões pela mata, etc.

O sertanista dos jornalistas

O sertanista é um "conhecedor da vida na selva e dos hábitos indígenas" (*OESP*, 13/06/2002). Assim define essa "profissão em extinção" (idem) o jornalista Leonêncio Nossa, já que o sertanista acabará junto com o sertão, segundo Sydney Possuelo. Outra definição de sertanista é a de Possuelo: "Não sou antropólogo ou etnógrafo, que busca entender cada passagem, sou apenas um profissional com a função de defender os índios" (idem).

O jornalista compara o sertanista a um guerrilheiro, sempre alerta e se deslocando na floresta. Ressaltou o treino que este necessita, o conhecimento minucioso do ecossistema da área desbravada, o domínio das técnicas de identificação de vestígios.

O editor-chefe mundial da revista *National Geographic*, William Allen, definiu o sertanismo como uma "profissão típica brasileira que mistura militância indigenista, burocracia governamental, etnografia e exploração" (*NG*, agosto 2003, p. 27). Comentando as atividades de Possuelo, disse que há críticos que "o acusam de brincar de ser Deus" (idem), porque deixa índios isolados morrendo de malária "quando a medicina já sabe curar tal doença" (idem).

O jornalista Scott Wallace, que excursionou com Possuelo pelo Vale do Javari, lembra que há poucas décadas, o objetivo e a reputação de um sertanista eram medidas pelos resultados dos seus contatos com índios arredios. Sertanista é hoje "a profissão brasileira por excelência que combina todas as habilidades e paixões do

etnólogo, do aventureiro e do ativista pelos direitos indígenas" (*NG*, agosto 2003, p. 36).

7 *INDIGENISTAS OU SERTANISTAS? PROTEGENDO OS ÍNDIOS ISOLADOS DE RONDÔNIA*

Antenor Vaz, Rieli Franciscato, Marcelo dos Santos e Altair Algayer trabalharam vários anos como encarregados das atividades de localização de índios isolados em Rondônia. Todos estiveram em vias de contatar algum desses grupos, o que acabou ocorrendo com Santos e Algayer. Entendendo que as atividades do Sistema de Proteção aos Índios Isolados estavam voltadas para a localização e vigilância desses índios, e não para sua atração, todos poderiam inicialmente ser enquadrados no item 2 da Portaria FUNAI 3628/87 (06/11/1987), que regulamenta o ingresso na carreira de sertanista do quadro de pessoal da FUNAI. Para Franciscato e Algayer, haveria ainda um óbice: ambos têm apenas o 1° grau, o que contraria o item 1 daquela portaria, impedindo tal enquadramento. Entretanto, acompanhando as atividades de todos em campo, não caberia qualquer dúvida em considerá-los *sertanistas* diante das práticas que desenvolveram. Algayer assim se autodenominava, tendo tal discernimento. Eram sertanistas *de fato*, não dependiam de enquadramentos profissionais.

7.1 Antenor Vaz

Entrevistamos Antenor Vaz na biblioteca da FUNAI/Brasília. Vaz mora atualmente em Recife (PE), tendo concordado com a entrevista após insistente envio de correspondência de nossa parte. Trabalhando como professor do ensino médio, ficou interessado no tema da nossa pesquisa, tendo se prontificado a colaborar com a remessa de materal (vídeos e documentos) da sua experiência na FUNAI. Sua passagem pela instituição foi conturbada, enfrentando várias vezes chefias e a burocracia do órgão para processar suas demandas. Como pertencíamos à mesma geração, logo nos identificamos quanto às preocupações que tínhamos frente à sociedade brasileira. Em algumas entrevistas busquei estabelecer empatia com os entrevistados, de forma que ficassem à vontade e seguros do desejo de revelar fatos graves, envolvendo a sobrevivência dos índios ou a atuação da FUNAI. Seguimos nosso roteiro padrão nessa entrevista, contando ainda com a colaboração de Vaz para aprofundar diversos assuntos. Foram três horas de gravação onde Vaz pôde expressar uma síntese da sua vivência no SPII.

Conhecendo os Nambiquara

Antenor Alexandre de Albuquerque Vaz nasceu em 15/02/1954, em Campina Grande (PB). Formou-se em física pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo se especializado em física experimental, e lecionado na Universidade por dois anos. Em seguida, trabalhou como professor no interior do Ceará e na Paraíba. Fazia aí alfabetização de adultos, num programa de educação popular rural.

Antenor Vaz carrega consigo a história de sempre fazer o que gosta. Saiu do Ceará para São Paulo com a intenção de fazer um curso na Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) como ouvinte. Ministrado pelo educador Paulo Freire, todos que participavam do curso deviam relatar suas experiências de trabalho. Ao conhecer Vaz, Freire convidou-o a trabalhar com sua equipe no Centro de Estudos em Educação que havia criado, assessorando ações e projetos na área popular. Depois de ficar mais de dois anos em São Paulo, Vaz começou a realizar assessoria educacional própria, deslocando-se para outros estados. Foi assim que em Cuiabá encontrou-se com uma amiga cujo marido trabalhava na FUNAI.

Vaz possuía algumas informações sobre índios e lembra que havia lido *Maíra*, romance de Darcy Ribeiro. Na época, sua visão dos índios era romântica, associando-os à vida com a natureza. Tinha também um projeto de vida, de "querer contato com a natureza, outros povos e tal" (Vaz, entrevista ao autor, 2003). Esses amigos o levaram a uma área Bororo e Vaz ficou empolgado no contato com os índios. Trabalhando como consultor educacional em Cuiabá de janeiro de 1985 a março de 1987, foi depois para Vilhena (RO), pois ouviu falar que aí havia "uma equipe interessante, de pessoas que estavam completamente envolvidas com os índios" (idem), técnicos que queriam preservar o meio ambiente para garantir a autonomia dos índios.

Em Vilhena, Antenor Vaz manifestou ao técnico indigenista da FUNAI, Ariovaldo dos Santos, o interesse em conhecer um grupo indígena que tivesse "o menor contato possível" (idem). Foi então para a Aldeia Sararé (Nambiquara), onde ficou sozinho com os índios 20 dias. Saiu de lá "emocionado (...) com a certeza de que queria experimentar" (idem), isto é, vivenciar aquela realidade indígena. Havia uma vaga de professor na aldeia, que Vaz assumiu antes mesmo do contrato com a FUNAI sair.

Os Sararé tinham duas aldeias, numa das quais ficava o PI da FUNAI, chefiado por Egypson Nunes. Como Vaz preferia trabalhar sozinho, se instalou na

enfermaria da outra aldeia. Os índios inicialmente estranharam que não tivesse levado fogão, rádio, muitos talheres, etc. Cobravam isso dele. Quando Vaz percebeu que a comunidade tinha "um jeito próprio de processo educativo" (idem), começou a questionar se havia necessidade de ter horário e instalações próprias para realizar seu trabalho, como desejava a FUNAI. Queria entrar no ritmo dos índios "e descobrir os momentos de aprendizagem" (idem). Conseguiu da administração de Vilhena tempo para aprender a língua e estreitar a comunicação com os índios. Disse que então começou a compreender os códigos de relação social e de tempo dos índios, a ter noção do que era uma outra cultura.

Vaz havia conseguido reunir alguns textos sobre os índios, antes de ir para Mato Grosso. Artigos produzidos pelo SIL, por David Price, para ajudar a superar sua ignorância a respeito dos Nambiquara. Esse interesse facilitou a relação com os índios da maloca próxima, que o perceberam como um branco *diferente*. Os demais Sararé sempre foram mais exigentes, por causa da depopulação e briga pela terra após o contato. Queriam educação formal, crianças na escola, dever de casa. Vaz se identificava tanto com o grupo que queria "viver do jeito que eles eram" (idem), reivindicava muito pouco da FUNAI (arma, panela, etc.).

Quando chegou à área já havia invasão de madeireiros, mas não havia garimpo. Logo aumentou a pressão política por madeira e garimpo. A situação ficou insustentável para a ADR Vilhena, houve troca de chefia e Antenor Vaz acabou saindo da área, contrariando os Sararé que queriam que ficasse. Vaz começara a fiscalizar com os índios as invasões de terra e sofrera ameaças. A nova direção da ADR ordenou sua saída. Cabe lembrar que sua situação era vulnerável, pois não era contratado da FUNAI, apenas prestava serviços.

Vaz adorava trabalhar no mato, enquanto a maioria dos funcionários "estavam loucos para sair da aldeia e ir para Vilhena" (idem). Havia aprendido rapidamente a tecnologia dos índios – como usar o arco e flecha, caçar, viver na mata, conhecer as plantas e os frutos comestíveis, etc. Mas acabou saindo e voltando para a Paraíba, ficando por lá dois meses.

A Equipe de Localização de Índios Isolados

O indigenista Ariovaldo dos Santos,[65] ex-chefe da ADR Vilhena, assumiu a Assessoria de Índios Isolados da Superintendência de Cuiabá e fez um novo convite a Antenor Vaz, para assumir a chefia da FC dos índios isolados da Reserva Biológica do Guaporé. Já havia uma equipe montada, conduzindo os trabalhos na região na direção do contato. Santos queria impedir isso, pois a nova política para isolados definida pela FUNAI em 1987 afirmava que não era para se contatar os índios, apenas localizá-los. A situação era delicada, pois Vaz deveria substituir Francisco de Assis Costa na chefia da equipe.

Vaz identifica Assis Costa como *grande figura*, um cara de *bom coração*, um peão que veio do Maranhão para Rondônia em busca de terras, tendo sido recrutado por Francisco Meirelles para trabalhar na atração de índios.[66] Era um auxiliar de sertanista no estilo de Meirelles, participando de grandes expedições, com muita gente, cargas, etc. Vaz o denomina de *indigenista clássico*, com grande disposição de trabalho, "de abrir roçados enòrmes (...) aquele que deixa um posto lindo (...) e que o grande sonho de sua vida era ser o protagonista de um contato" (idem).

Vaz diz que Assis Costa havia desencadeado várias ações de contato, mas que as repercussões, o *estrelato*, recaíam sobre Apoena Meirelles. Isto o ressentia e queria então terminar sua carreira de indigenista desencadeando um contato. Assis Costa trabalhava com prestador de serviço, como Rieli Franciscato, e questionava as novas idéias de proteção que já haviam provocado divergências internas na equipe.

Vaz acreditava que nessa época (1989), no âmbito da CII, havia só intenções relativas à nova política definida para os índios isolados. Poucos dias após se integrar à equipe de Assis Costa, houve uma expedição, com dois chefes. Quando a expedição encontrou o primeiro acampamento indígena abandonado, afloraram as divergências de posições. Costa mexia nos artefatos, sem a preocupação de observá-los, alterava a disposição do sítio. Vaz interviu, pediu atenção, para que todos entendessem aquela situação. Pediu aos integrantes que explorassem as proximidades do lugar,

---

[65] Ariovaldo dos Santos foi sargento da PM mineira antes de trabalhar na FUNAI, através do curso de técnico indigenista (Santos, entrevista ao autor, 2002).

[66] Costa veio do Maranhão para Rondônia atrás de terra, tendo trabalhado na FA Pakaá Nova (SPI) (Costa, entrevista ao autor, 2002).

procurou desenhar os objetos, a disposição das coisas, e estabelecer uma planta geográfica da região.

Nas expedições anteriores a equipe havia localizado vários sítios que não haviam sido plotados porque Costa e Franciscato não dominavam os mapas disponíveis. Ariovaldo dos Santos reclamava disso, da feitura de relatórios consistentes e pedia providências a Antenor Vaz, que passou a utilizar os mapas do projeto RADAM. Segundo Vaz, Franciscato era um excelente mateiro, tinha "tudo na cabeça" (idem). Eles teriam se completado, embora também tivessem tido atritos, mas todo o trabalho na Rebio Guaporé teria sido impossível sem Franciscato. Enquanto isso, Vaz estava "instituindo uma outra metodologia de trabalho" (idem), mesmo sem ter muita noção do que fazia. Queria ensinar a equipe a respeitar os sítios arqueológicos, a não levar um monte de machadinhas de pedra para casa, como era costume fazer. Vaz acreditava que isto era pura falta de noção de como proceder em campo.

Na entrevista, Vaz fez muitos comentários sobre Rieli Franciscato. Este seria muito inteligente, "tinha uma sede de saber muito grande" (idem), mas era *perfeccionista*, tinha medo de errar, o que trazia dificuldades de relacionamento para a equipe. Houve também momentos de competição pela chefia e as crises daí decorrentes. Vaz estabelecia diretrizes para o trabalho, seguia a política da CII. A existência dessas determinações diminuía o personalismo que sempre vigorara nessas atividades, estabelecia objetivos concretos para as ações.

Dentro da equipe isso levou ao *racha* com Assis Costa. Numa expedição, no que toparam com índios, Assis Costa deu o comando "vamos lá, vamos chegar onde os índios estão" (idem). Vaz brecou essa ordem, ordenando o recuo para evitar o contato. Foi uma situação tensa, os índios isolados próximos, Assis Costa insistindo em tentar o contato e Vaz tentando controlar a tensão e o medo do resto da equipe. No recuo, passaram pelo acampamento de onde os índios fugiram e registraram alguns costumes, o uso de redes, etc., tirando muitas fotos. A partir daí, Assis Costa percebeu que o contato não seria mais possível, pedindo para se afastar da equipe.

Antenor Vaz observa que essa equipe de localização de índios isolados "andava feito um louco" (idem). Assim levantaram as trilhas dos índios, estando tudo plotado – sem GPS – nos mapas encaminhados à CII. Só na época final de seu trabalho, na Rebio Guaporé, teve acesso a mapas produzidos por satélites. A partir daí, havia uma análise cartográfica da região antes da expedição se colocar em campo. Desde o início de seu trabalho, Vaz procurou identificar as fontes de informação do trabalho da

FUNAI, adotando uma metodologia para formar um banco de dados da região. Na entrevista, elogiou o trabalho da antropóloga Denise Maldi, que teria ido além dos estudiosos Nambiquara e estabelecido uma interpretação para o que chamou de "complexo cultural do marico" (Maldi, 1991).

O levantamento de vestígios

Todos os dados levantados pela equipe constituíam um "quebra-cabeça" (idem). Vaz explicou:

> "você hoje descobriu isso, o caminho daqui, o caminho dali. O que é que eles comem, o que é que eles não comem (...) vai tendo intimidade com o grupo. O grupo que tem o pezão. O grupo que tem o pezinho do dedo troncho. Esse grupo tem criança (...) E a gente começou a entender que tinha três subgrupos (...) Comecei a entender (...) que na época das chuvas é de um jeito..."(idem).

Na época não se sentiam capazes de estabelecer uma metodologia para se aproximar dos grupos isolados, inclusive de não interferir no que se iria ver. Vaz afirma que as equipes que trabalhavam com os isolados agiam cada qual do seu jeito. Era difícil sistematizar as informações, formar o quadro e apontar como empregar isso nos diversos grupos. Havia também outra realidade:

> "a maioria das pessoas que iam ser chefes de equipe detestavam estar no mato. Ficavam no mato contando os dias, chegavam marcando no calendário o dia da volta. E a nossa equipe funcionava legal, porque era o contrário, a gente está ali louco pra ir embora pra dentro do mato" (idem).

Como conseqüência, tinham pouco apoio das administrações urbanas e um contexto sócio-político complicado, de invasão de madeireiras, corrupção e conivência no IBAMA. Isto não favoreceu o sistema de proteção, embora até aquele momento só fizessem "estrategicamente" (idem) o trabalho de localização.

Como não havia chefia da FUNAI por perto, agiam sempre com muita autonomia. Eram ciosos do equipamento que dispunham, e Vaz, particularmente, afirma ter "uma história de querer deixar símbolos" (idem). Eles cortavam a mata a facão, para os índios saberem que estavam por perto. Começaram a desenvolver uma técnica diferente dos clássicos presentes colocados nos tapiris, como Assis Costa fazia, disponibilizando panelas, espelhos, etc. Vaz e Franciscato passaram a deixar brincos, colares e pequenos machados. A intenção era de dizer aos índios que os integrantes

daquela equipe eram diferentes, não eram madeireiros nem garimpeiros. Os índios os observavam, colocando estrepes (armadilhas indígenas) no caminho.

Depois da localização, proteção e demarcação da área, a equipe previa estabelecer um contato à distância, quando os índios aceitariam sua presença, estabelecendo formas de comunicação. Deixariam a decisão do contato para os índios, mas indicando o sentido do melhor lugar para ir, em caso de invasões, pressões e doenças.

Essa atuação deixava a equipe sem apoio na FUNAI e também sem qualquer suporte político nas áreas urbanas.Vaz passou a valorizar o trabalho de divulgação daquela realidade. Juntou os estrepes que os índios deixavam em armadilhas pelos caminhos, as fotos disponíveis e saiu pelas escolas, sindicatos e até a prefeitura de Alta Floresta (RO) expondo o material. Era preciso associar concretamente os artefatos à existência de índios na região, havia acusações de que a FUNAI colocava os estrepes "para depois tomar conta da terra lá e pegar a madeira" (idem). Entretanto, com o tempo, quem apenas deu apoio institucional à equipe da FUNAI foi a ONG Ecoporé, envolvida com a questão das reservas naturais de Rondônia. Houve também momentos de miséria total, sem dinheiro para nada, em que receberam ajuda de pessoas solidárias aos índios.

Vaz considera que a postura metodológica que adotou e a visão política que a equipe tinha da demarcação tornavam o trabalho singular. Para finalizar o trabalho de identificação da área, o indigenista chegou a ir ao Rio de Janeiro levando artefatos para a antropóloga Berta Ribeiro, especialista em cultura material dos povos indígenas. A intenção era identificar qual era o grupo que habitava a Rebio Guaporé. Vaz recordava do comentário de Berta Ribeiro: "Eu admiro muito o trabalho de vocês, mas vocês têm que começar a desencadear rápido o contato, porque vocês não vão conseguir, a avalanche é muito mais forte, a FUNAI não segura a onda" (Berta Ribeiro *apud* Vaz, 2003).

Berta Ribeiro não era a única a ter essa opinião. De um modo geral, todos diziam para a equipe fazer o contato e eles não fizeram. A TI Massaco foi a primeira área no Brasil a ser delimitada e demarcada sem que houvesse contato com os índios que aí habitam.

Ameaças aos índios e indigenistas

Vaz identifica a postura da equipe como romântica, pois não tinham muito suporte da FUNAI, não daria para chegar aonde chegaram. Hoje acha que na época ignoravam o significado e alcance do que faziam, diante da falta de amparo. Daí as iniciativas pessoais, destemidas, de enfrentar pistoleiros. Agiam, mas não tinham resposta para a qualidade que estavam fazendo, ficando "quase três anos pedindo um sobrevôo e não conseguia sobrevôo na área. A gente só conseguia sobrevôo quando tinha pistoleiro atrás da gente" (idem).

Na terceira vez que soube por amigos que estava ameaçado de morte, Vaz decidiu com a equipe que só existiam duas saídas: ir embora ou criar um fato político. A FUNAI dizia que estava tomando providências e não saía disso. Os índios já estavam cercados, com a perambulação em busca de alimentos interrompida. As pessoas diziam para fazer contato, que não dava para tirar a pressão de cima dos índios. Vaz retrucava, dizia que a equipe ia acabar com aquela pressão. Fez então relatórios para muitas instituições, ONGs como o NDI e o CTI, mas não recebeu respostas concretas, só apoios verbais.

O indigenista conseguiu então o auxílio do artista plástico Bené Fontelles. Vaz enviou para Fontelles um *bolo* de estrepes e disse para que ele fizesse o que quisesse, botasse *a boca no trombone*, que os índios estavam *para morrer*. Fontelles distribuiu os estrepes entre artistas de renome, cada um fez uma obra utilizando o estrepe e aí montou-se em várias capitais a exposição "Armadilhas Indígenas", num contexto de denúncias, revelando ao país essa realidade (v. anexo).

As perseguições e ameaças de morte continuaram. Em resposta, a equipe de Antenor Vaz montou um dossiê completo do que estava ocorrendo, e o enviou para jornalistas e personalidades. Inicialmente conseguiu escolta policial através da Promotoria de Justiça de Rolim de Moura (RO). Como era uma reação pequena, a equipe de Vaz montou acampamento na Rebio Guaporé e ficou incomunicável por mais de uma semana. A falta de informações fez a FUNAI, Polícia Federal (PF), IBAMA, etc. se mobilizarem até encontrar a equipe de Vaz em Alta Floresta (RO). O indigenista comentou que levaram anos pedindo um avião para sobrevôo da área indígena e nesse dia eles tiveram três aviões à disposição. Isso mudou a imagem da equipe no município, a PF se fez presente e as ameaças sumiram por algum tempo.

Dois anos depois as ameaças recomeçaram, na época em que brigou com um técnico da divisão fundiária da FUNAI de Brasília, pois devido a pressões políticas estava-se diminuindo os limites de uma proposta inicial de delimitação da TI da Rebio Guaporé, abrangendo a fazenda de um fazendeiro que era pistoleiro. A situação ficou novamente complicada no município, a questão fundiária também envolvia políticos poderosos em Brasília. Vaz conversou com Wellington Figueiredo, então responsável pelo DEII em Brasília, e ambos concluíram que era melhor o indigenista sair da área. Isto ajudaria a mascarar o processo de identificação e demarcação então em curso. Figueiredo sugeriu inicialmente a Antenor Vaz a ida para o Vale do Javari, no que foi contestado pelo interessado: "aquilo ali não é coisa para quatro moleques chegar lá e fazer. Aquilo ali é coisa para Exército" (idem). Em junho de 1993, Figueiredo propôs a Vaz a chefia da FC Avá-Canoeiro.

O Sistema de Proteção aos Índios Isolados

A equipe dirigida por Vaz havia nesse período conseguido expulsar madeireiros e outros invasores, estabelecendo um sistema de proteção diferenciado no inverno e no verão amazônico. Os indigenistas também perceberam que os índios reocupavam suas áreas de circulação, chegando a aparecer na contígua TI Rio Branco. Os riscos e ameaças que enfrentou são creditados por Vaz à pouca presença e falta de apoio institucional da FUNAI, o que permitia a manifestação crescente de forças políticas e econômicas antiindígenas.

A orientação para o trabalho de campo foi mínima. O indigenista Ariovaldo dos Santos, assessor de índios isolados da então 2ª SUER de Cuiabá, passava algumas instruções nas conversas com os técnicos. Entretanto, é Antenor Vaz quem declara: "a maioria das coisas a gente aprendia na porrada" (idem). Coisas básicas, como identificar de que modo os índios se defendiam; saber qual era a estratégia de ataque dos índios. Um dos integrantes da equipe de Vaz era casado com uma jovem arqueóloga. Foi essa pesquisadora que instruiu o restante da equipe a como proceder diante de um sítio arqueológico. Isto através de gravações em fita cassete, levadas para campo. Vaz reconhece que já havia passado isso para a equipe, "superempiricamente e desqualificadamente" (idem).

Para a capacitação mínima dos integrantes das equipes da CII existia o relatório final do I Encontro de Sertanistas e as determinações do Sistema de Proteção

dos Índios Isolados. Havia iniciativa política, mas pouca metodologia. A equipe de Vaz teria desenvolvido tanto uma metodologia própria de ação em campo quanto uma outra metodologia para se relacionar com a terra. Para o grupo indígena tinham que dar amparo conceitual, político, "tudo" (idem). Vaz explicou:

> "a gente tinha que localizar aquele grupo, plotar, mapear, interpretar, tudo. O complexo cultural, como é que é isso (...) Fazer pesquisa, fazer pergunta. Eu filmava, eu escrevia tudo. Tenho 70 fitas de vídeo gravadas. Estão aí mofadas (...) Eu que comprei a minha filmadora, eu que comprei as fitas" (idem).

Existia uma grande dificuldade de se conseguir quadros para a FUNAI, não era mais realizado o curso de técnico indigenista, não tinha onde a pessoa aprender a função. As pessoas que iam "trabalhar em frente de atração (...) porque gostam, porque querem (...) estão cada vez mais desaparecendo"(idem). Além disso, ainda havia problemas com "as posturas das pessoas" (idem), por exemplo, com indigenistas que ao sair para um acampamento diziam "vamos comer tudo (...) para a gente voltar logo" (idem).

Saída de campo

A partir de junho de 1993, Antenor Vaz foi trabalhar com os índios Avá-Canoeiro, na FC em Goiás. Inicialmente, montou uma pequena equipe com dois índios e catalogou toda a documentação sobre os Avá-Canoeiro existente na ADR. Entretanto logo começou a ter problemas com FURNAS, que financiava e controlava tudo, com a antropóloga da FUNAI que FURNAS contratou e com o chefe de posto que se instalou lá. Encontrou muitos vestígios concretos dos Avá-Canoeiro na região, mas já acreditava que a empresa queria um relatório *de fachada*. O que aconteceria se ele constatasse que ali era uma área indígena? É Vaz quem afirma: "O meu maior ímpeto era dizer 'pára essa porcaria'. Era impossível parar uma obra daquele porte, de tal envergadura" (idem).

No trabalho de campo, Antenor Vaz criou "duas teses que apontavam três espaços, três locais. Um era Serra Negra" (idem), onde encontrou bastantes vestígios numa região em que havia também quilombos. O indigenista afirma que Sydney Possuelo não bancou suas investigações junto a FURNAS.

Vaz afastou-se da FC Avá-Canoeiro em 1994 para assessorar as FC do rio Purus (AM) e do Guaporé (RO), se responsabilizando também pela equipe de

localização e vigilância dos índios isolados Hi-Merimã em 1995. Pediu demissão do DEII, vinculou-se à presidência da FUNAI e foi então mandado investigar a presença de garimpeiros e madeireiros nas áreas Kayapó do Pará, que procuravam corromper lideranças e as comunidades das aldeias com distribuição de dinheiro. Vaz fez o levantamento da situação e apresentou à presidência da FUNAI um projeto econômico para *reverter* a situação. O estudo não foi aceito pela FUNAI e Vaz se afastou do trabalho de campo, indo trabalhar com estudos indigenistas no DEDOC/FUNAI. A idéia era criar uma cultura de estudos e debates dentro da FUNAI. Começaram a usar o dinheiro do PPTAL, organizaram o I Encontro de Chefes de Postos de Rio Branco e levantaram a presença de missionários nas áreas indígenas. Vaz ficou pouco tempo no DEDOC, logo pediu demissão da FUNAI e depois de algum tempo voltou a trabalhar com educação de jovens, o que faz até hoje. Nunca mais trabalhou com populações indígenas.

A prática dos indigenistas

Fazendo um balanço de sua participação na chefia da FC Rebio Guaporé, Vaz reconhece que, se por um lado foi responsável pelo estabelecimento da metodologia de trabalho da FC na identificação do território dos isolados, por outro deve muito do seu aprendizado ao mateiro Rieli Franciscato. "À medida que ele ia revelando esse saber eu ia incorporando" (idem), reitera o indigenista, que por sua vez definiu para Franciscato a postura perante os índios que deveria ser seguida em campo. Vaz recorda que Franciscato lhe dizia: "a primeira vez que fui trabalhar com isso, achei que a gente ia sair correndo e agarrar os índios" (idem). Logo passou a defender o respeito aos grupos indígenas.

Isso foi construído com muita autonomia na FC, acompanhados de longe por Ariovaldo Santos em Cuiabá e Wellington Figueiredo (CII) em Brasília. Franciscato também teria comentado com Vaz sua decepção com as atividades de outras frentes de localização que conhecera, que se encontrariam acomodadas, *deixa o índio lá*, não existindo a preocupação de conhecê-los mais, obter informações para o futuro. Seriam estilos diferentes de trabalho.

Antenor Vaz reitera a importância da metodologia que adotou passo a passo: levantamento, localização, anteparos externos (apoio político, malha de proteção, etc.), retirada de invasores e vigilância. Funcionando o sistema de proteção, seria

possível iniciar um processo de contato à distância, acionado a partir do interesse dos índios, que não veriam ameaças nas atitudes da FC e sim "bons vizinhos" (idem). Foi este trabalho de equipe que possibilitou a elaboração de tabelas com dados culturais, fundamentando a atividade de identificação e delimitação da Primeira Terra Indígena para índios isolados, a TI Massaco.

Vaz ainda comentou que Sydney Possuelo era "o rei de tudo" (idem), que "os critérios para definir quem é ou quem não é chefe de frente de contato vêm do Sydney" (idem). A disputa política interna à FUNAI tornaria muitos indigenistas das FCs subordinados aos interesses de Possuelo. Soma-se a isso uma mídia que "gosta de fazer heróis" (idem), o que ele e Franciscato teriam evitado, direcionando as notícias para a situação dos índios isolados.

Vaz foi responsável por ter desenvolvido e/ou sistematizado técnicas de campo para o levantamento de vestígios de índios isolados. Isto só foi possível devido ao capital cultural que detinha, que o colocou à frente das tarefas de direção do SPII em Rondônia.

7.2 Rieli Franciscato

Através de correspondências, conseguimos localizar Rieli Franciscato no interior de Rondônia (Alta Floresta/RO). Conversamos então por telefone, nas vezes em que vinha à cidade como folga do trabalho num PI. Franciscato mostrou-se surpreso por ser procurado. Expliquei-lhe que o motivo não só era por sua atuação em Rondônia, mas também porque era reconhecido como indigenista *sério* e *competente* na Amazônia. Enviei-lhe fitas cassete e um roteiro geral de depoimento, amplo o suficiente para enquadrar sua experiência de vida. Foi a forma que encontramos para dialogar sobre seu trabalho indigenista. Alguns meses depois recebi o depoimento no Rio de Janeiro.

Formação e trabalho na FUNAI

Rieli Franciscato nasceu a 23 de agosto de 1964, em Icaraíma (PR). Viveu no Paraná até os 8 anos, quando a família se transferiu para Diamantino (MT). Seus pais são agricultores, originários do interior paulista. Franciscato passou toda a sua vida na área rural, e seu único irmão trabalha com agropecuária. Tem nível escolar fundamental, tendo estudado até a 8ª série em Diamantino.

Em 1985, a família comprou terras em Rondônia que faziam limite com a Terra Indígena (TI) Rio Branco. Em Alta Floresta (RO), passou a trabalhar com agricultura e pecuária. Na região havia muita madeira-de-lei, principalmente mogno, o que causou a invasão de madeireiros na TI.Vendo o que ocorria e os índios abandonados, tentou denunciar a exploração madeireira aos funcionários do PI da FUNAI, sem saber do envolvimento deles com os fatos. Aliou-se então a um grupo de índios, expulsou os madeireiros da TI e apreendeu carregamentos de madeira, começando a desbancar a equipe corrupta da FUNAI. Na época, por mais que insistissem, os índios não conseguiram que fosse contratado pela ADR de Porto Velho.

Em 1988, na época da criação da Rebio Guaporé, foi finalmente contratado para integrar a equipe que procurava localizar os índios isolados dentro da Reserva. Tornou-se auxiliar da FC Rio Preto, trabalhando com o auxiliar de sertanista Francisco de Assis Costa e com o prof. Antenor Vaz, chefe da FC desde maio de 1989 (Portaria PP nº 0465/89, de 09/05/1989).

Havia mais de 700 posses demarcadas dentro da Rebio Guaporé, dezenas de famílias já moravam lá. Os índios corriam risco de extinção, sem ter para onde fugir. Franciscato achou que podia ser útil, melhorando as condições de sobrevivência desses índios. Essa teria sido a principal motivação para trabalhar com a FUNAI. Sabia muito pouco sobre os índios, o que aprendera na escola e o que ouvia na região. À medida que conhecia seus vizinhos da TI Rio Branco percebeu que tinha uma imagem equivocada daqueles povos.

A localização de índios isolados

Vivendo no mato, o trabalho de mateiro não tinha nenhum mistério, mas sequer tinha idéia do que um sertanista fazia, enfiado nas matas do sertão (Franciscato, depoimento ao autor, 2003). Quem o ensinou a trabalhar em campo foi principalmente Antenor Vaz. Ficou com a equipe de Vaz na Rebio Guaporé até 1991, quando foi indicado chefe do PI Comandante Ari, junto aos índios Uru-eu-wau-wau.

Essa equipe já adotava a concepção de só realizar contato em casos especiais, quando não fosse possível reverter uma situação de ameaça física ao povo isolado. Apesar das invasões na Rebio Guaporé – o IBAMA se omitia na fiscalização da Reserva –, a equipe de Vaz conseguiu, dimensionar a área para uma futura demarcação. Esse trabalho foi realizado percorrendo-se "igarapé por igarapé, nascente por nascente, para levantar vestígios do grupo" (idem), num trabalho extremamente detalhado, durante três anos. A Reserva tem uma grande diversidade de vegetação. Então a idéia era identificar uma a uma as regiões da reserva, no período em que os índios ocupassem essa área, observando de longe a dinâmica do grupo, seus hábitos alimentares, o que coletavam, os resíduos, a cultura material, para "fazer comparação com outros grupos da região, identificando a que grupo pertencia" (idem).

Nenhum grupo indígena do lado brasileiro tinha os artefatos que conseguiram coletar. Vaz foi até o lado boliviano da fronteira que confrontava com a Rebio e verificou que a cultura Sirionó era idêntica ao do grupo do lado brasileiro. Mesmo sem contato, acharam que os isolados eram também Sirionó. Essa terra indígena, denominada Massaco, foi a primeira a ser demarcada sem qualquer contato com o grupo indígena que aí habitava. Franciscato considera o fato um *marco* da nova política para índios isolados concebida a partir de 1987.

Em outubro de 1993, foi deslocado para a FC do rio Purus, para realizar um trabalho semelhante ao desenvolvido na Rebio Guaporé. Os índios Uru-eu-wau-wau, Karitiana e Karipuna protestaram na ADR de Porto Velho (RO) contra a saída do indigenista do PI, ele e outros chefes de PI trocados por servidores corruptos, segundo denúncia dos índios.[67] No Purus a vigilância fluvial facilitava o controle de invasores como madeireiros extratores de copaíba e caçadores. A proteção e a fiscalização do acesso aos índios isolados eram feitas a partir do fechamento dos rios mais importantes. No começo de 1999 foi feita a identificação da terra para esses isolados. As condições de contratação de recursos humanos eram precárias, de três em três meses tinha de contratar novo piloto de lancha para que não houvesse vínculo empregatício. Como sempre eram iniciantes, o trabalho não rendia o que devia. Tinha também que assumir pessoalmente indenizações trabalhistas quando a FUNAI não tinha recursos. Franciscato ficou no Purus até julho de 1999, quando foi transferido para a FC do Vale do Javari. Enquanto estava na FC Purus, chegou a participar com o sertanista José Carlos Meirelles de um levantamento dos índios isolados do Alto rio Iaco (julho/agosto, 1994). Não queria sair, ficou chateado na época porque todo o trabalho de proteção da terra indígena foi perdido e os isolados estão hoje abandonados. Lembra que os trabalhadores da Transamazônica, para chegar ao Purus, teriam exterminado índios isolados entre Lábrea e Humaitá. Salvaram-se os índios isolados Hi-Merimã que estavam do outro lado do rio.

Quando chegou no Javari, a TI já estava delimitada em 8.519.800 ha (Ricardo, 2000). A situação no Vale do Javari era complexa, envolvendo invasões de fronteiras, tráfico de drogas, exploração madeireira, além dos índios em diversas fases de contato. O trabalho era instalar um PI, uma base da FC dos Korubo, fiscalizar e vigiar a área desses índios 24 horas. Antes da instalação da FC a própria FUNAI funcionava como regatão na região. Houve muita resistência dos funcionários de ADR/Atalaia do Norte à instalação da FC e à demarcação da TI Vale do Javari.

A TI Vale do Javari foi demarcada em 2000. Na ocasião, houve invasão e incêndio da base da FUNAI por mais de 300 pessoas, principalmente pescadores. Quando chegou na região, fez apenas uma expedição ao lado leste da TI para um diagnóstico da situação. Em sobrevôo, viram cerca de 30 malocas, dos Korubo e de outros povos isolados. Franciscato se aprofundou no conhecimento da história e da vida

[67] Abaixo-assinado da Associação dos Povos Indígenas Karitiana ao Pres. da FUNAI, 13/08/1993; jornal *O Estadão do Norte* (RO), 14, 15, 16/08/1993; CI 094/93 ADR Porto Velho, 15/09/1993.

dos Korubo, dos massacres e depopulação que sofreram. Alguns desses índios acabaram contatados porque a população de Atalaia do Norte queria exterminá-los.

Toda a estrutura de trabalho no Vale do Javari era melhor que no Purus, havia financiamento internacional através do Centro de Trabalho Indigenista, o que possibilitava contratar prestadores de serviços (pilotos de lancha, pessoal de apoio). A equipe que realizou a atração dos Korubo ameaçados era formada por pessoas experientes junto a índios isolados, entre eles Sydney Possuelo e Afonso Cruz. Depois do contato, os sertanistas se dispersaram, pois a maioria era chefe de PI. No Vale do Javari não conseguiam facilmente pessoas de confiança dispostas a trabalhar com isolados, correndo riscos. Os mateiros eram índios Matis e Marubo, pois os indigenistas preparavam os índios para o trabalho de fiscalização, embora estes reproduzissem muitos preconceitos dos contatos anteriores de seus povos com os Korubo. Essa educação era facilitada pelos Matis, que atuaram como intérpretes por terem a mesma língua que os Korubo.

Sertanista se forma na prática

Franciscato acredita que as FCs têm a cara do sertanista-chefe. Nas FCs as principais normas estavam voltadas para os cuidados com a saúde. Sua experiência dizia que não havia normas fixas para enfrentar situações perigosas, cada caso era diferente de outro, de uma FC para outra. As pacificações de urgência eram pouco planejadas, o que levou ao extermínio de muitos povos – não havia isolamento contra doenças –, por isso discordava da presença da imprensa junto aos grupos recém-contatados, a rotatividade da mídia poderia levar doenças aos índios, não se respeitando a quarentena.

O sertanista tinha que ter equilíbrio, e a vida sem seqüelas que atrapalhassem o trabalho de campo junto aos índios. Muitos tinham problemas familiares, iam para o campo, "abraçavam o trabalho" (idem), ficavam um ano e esqueciam a família. A lógica é o trabalho do sertanista causar problemas familiares e não o contrário, "o sertanista que carrega drama é uma pessoa de ideal muito consistente" (idem):

> "a gente que gosta de trabalhar com índio, nessa vida a gente come, bebe, dorme, respira índio, você acaba esquecendo outras coisas que são importantes na vida... é ruim

> pra gente abdicar das coisas da vida porque está fazendo um trabalho, defendendo os seus ideais" (idem).

O sertanista não tem uma visão própria do índio, apenas identifica a sociedade como diferente, peculiar, a partir de um senso comum. Franciscato elogia o trabalho desenvolvido por Marcelo dos Santos e Wellington Figueiredo, entre outros, e coloca ressalvas à "personalidade autoritária" (idem) de Sydney Possuelo, a quem reconhece o valor e o esforço construtivo na defesa dos povos isolados.

Franciscato foi enfático:

> "o sertanista de campo é o sertanista de fato, o de gabinete nem é sertanista, o sertanista não se forma em Universidade ou gabinete, o sertanista se forma em campo trabalhando com os índios, o trabalho forma a pessoa, você pode até ter uma formação acadêmica, você tem uma teoria mas não tem aquela prática, o sertanista de gabinete eu não considero sertanista, ele não vivenciou nada, sertanista é aquele que vivencia as coisas" (idem).

O envolvimento com o trabalho, durante uma expedição, levava a novos conhecimentos, a uma dedicação total, onde não se percebia o tempo nem o isolamento da mata. A volta para a cidade acontece quando o trabalho se torna repetitivo e pouco produtivo. Entretanto, todo o tempo o sertanista tem que somar um espírito aventureiro de conhecer coisas novas aos pés no chão, saber o que fazer aproveitando os novos conhecimentos.

O sertanista não tem treinamento específico, pois começa na carreira de indigenista da FUNAI e passa a assumir suas experiências e conhecimentos, que são muitos. É preciso ter um bom conhecimento da mata, saber orientar-se, ler vestígios. São conhecimentos de sobrevivência, pois a alimentação é tirada da própria mata."Tem que deter também um conhecimento antropológico básico, lingüístico, ser sensível a essas questões e à prática do dia a dia" (idem). Franciscato reconhecia que as iniciativas pessoais que aprimoravam o trabalho do sertanista tinham como contraponto os encontros anuais de chefes de frentes de contato promovidos pelo DEII, onde as conversas possibilitavam a troca de experiências, estendidas até as mesas de bares após o expediente de trabalho.

Há muita amizade e confiança entre os chefes das frentes de contato, relação que às vezes se complica entre os que defendem posições opostas. Assim, em algumas ocasiões afloram divergências:

a) entre os que defendem a política atual de proteção e aqueles que acreditam que o contato é necessário;
b) entre as estratégias para explorar (desbravar) uma região, quando há mais de um sertanista numa expedição;
c) entre os que não aceitam negociar a proteção aos grupos e aqueles que fazem concessões que podem se tornar nefastas, como as que envolvem explorações econômicas.

Franciscato critica sertanistas que pouco participam do dia a dia de uma frente. Muitas vezes os mateiros e outros profissionais são mais capazes que o sertanista, e estabelecem, quando necessário, o contato com um grupo isolado, mas é o sertanista ausente que leva a fama, "manipula a mídia" (idem). Constata então que, em geral, se avalia como bom sertanista aquele que fez um "grande número de contatos" (idem), principalmente com grupos considerados agressivos, com o que não concorda, pois bom sertanista é "aquele que faz as coisas com responsabilidade" (idem). O indigenista constatava que os métodos de contato não teriam mudado, havendo sim um constante aprimoramento dos erros, e mudanças dos brindes utilizados nas trocas.

No seu primeiro trabalho de campo, na Rebio Guaporé, não havia necessidade de interdição de terras para os índios isolados pois a área já demarcada da Rebio era maior que a expectativa da equipe. Com as primeiras referências que conseguiam coletar nas áreas dos isolados já era possível propor a interdição da terra, "instrumento legal" (idem) de defesa do grupo, proibindo o acesso de pessoas à área. Na chefia da FC do Purus, fez uma proposta de interdição que se sobrepôs a uma interdição antiga, de 1988. Em seqüência, a direção do DEII propôs o desmembramento da área. Franciscato refez a medição e estabeleceu duas áreas interditadas, a Hi-Merimã e Marimã. Logo que o GT de delimitação foi a campo, propôs a ampliação e unificação dessas áreas. Todas as terras que interditou foram sem contato com os índios isolados da região.

Rieli Franciscato acredita que não existe um **modelo de ação sertanista** e declara seu profundo respeito pelo Marechal Rondon e pelos irmãos (Claúdio e Orlando) Villas Bôas. Faz uma crítica –

> "hoje tem alguma coisa que se questiona na prática desses sertanistas" e adota um tom conciliador – "acho que era o que se podia fazer na época. Em cima desses erros dos grandes sertanistas que vêm se aprimorando os trabalhos. Essas pessoas fizeram o melhor que se podia fazer naquelas épocas" (idem).

O que um sertanista devia fazer era aproveitar as boas experiências "não só desses sertanistas notáveis" (idem), mas também dos mateiros e outros auxiliares humildes, nas ações de proteção aos índios isolados. Este é o ideal de um sertanista: evitar que povos fossem dizimados. Boa parte desses conhecimentos deviam ser transmitidos de modo informal, nas conversas cotidianas do trabalho de campo.

Franciscato acredita que muito sertanista foi valorizado apenas por suas iniciativas despolitizadas – não acompanhava "as políticas de governo" (idem). Exemplifica citando um relatório produzido por um grande sertanista, em que havia pouca preocupação com a morte dos índios após o contato. O texto dizia "a frente aqui vai bem, nasceram tantas cabeças de vacas – ele tinha um projeto de criação de vacas no PI – e morreram tantos índios..." (idem). Morrer mais ou menos índios era indiferente para esse sertanista, os índios eram ameaça à população envolvente, cabia pacificá-los para que a região fosse explorada.

Alguns sertanistas faziam "uma cena muito grande com pequenas coisas" (idem), queriam se valorizar, dizer que passaram por grandes dificuldades, sacrifícios, que houve heroísmo. Franciscato ignora se aí há carisma, de sua parte valoriza *o* trabalho e a seriedade de vários companheiros mas critica colegas que chegam à liderança de uma forma "imposta, quase que militar, aquela coisa forte de detenção de poder, impõe a sua força" (idem). Nesse contexto inúmeras vezes já havia discordado da orientação de seus superiores, e se decepcionado com *pessoas estrelas* que tinham um "discurso muitas vezes vazio" (idem).

Franciscato achava a política indigenista dos anos 80 paternalista. Sobre a integração, defende que a decisão seja dos índios:

> "a questão de integração tem que ser uma questão de opção do grupo, se integrar ou se manter isolado é uma questão de opção mesmo, a gente não tem condições de impor se vai fazer contato ou não, se vai manter isolado ou não. É uma questão de opção do grupo. A política de integração só traz prejuízo para a sociedade indígena. Muitos grupos deixaram de ser índios e também não conseguiram ser brancos, então são prejuízos irreversíveis, pessoas que perderam toda a referência" (idem).

O indigenista acha que é um mito o sertanista que sabe tudo, que é chamado para opinar sobre o destino dos índios. Acredita apenas que os técnicos conheçam grupos indígenas em regiões específicas, podendo falar sobre esses índios com os quais trabalha, discordando da idéia "de que o sertanista tem um conhecimento geral sobre todos os índios" (idem).

Na época em que trabalhou no PI Trincheira (a portaria era do PI Comandante Ari), Franciscato enfrentou a falta de recursos e más condições de trabalho. Quase não tinha contato com a FUNAI. A esse respeito faz ressaltar que sempre acreditou na FUNAI, embora o órgão às vezes seja mal dirigido. No trabalho como chefe de PI na Terra Indígena Uru-eu-wau-wau conseguiu uma boa fiscalização, deixando a área sem invasão e roubo de madeira. Mas pouco pôde fazer em relação a outros projetos, principalmente educacionais, pois "dentro da FUNAI as coisas são imprevisíveis, de repente muda a direção e a coisa muda toda" (idem). Trabalha na FUNAI porque gosta do que faz, pois não ganha bem, "considerando os riscos, as ameaças dos madeireiros, a responsabilidade que você tem" (idem).

Franciscato trabalhou de 1988 a 1991 na Rebio Guaporé como auxiliar de sertanista, de 1991 a 1993 na TI Uru-eu-wau-wau como chefe de PI, de 1993 a 1999 chefiou a Frente de Contato do rio Purus e daí até 2002 trabalhou na Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari. Saiu do trabalho no Javari por discordar da presença de jornalistas realizando trabalhos não credenciados dentro da TI, o que desencadeou desentendimentos com a chefia do DEII.

Na sua opinião, a FUNAI está desgastada, não tem credibilidade, e que "deveria surgir com outro nome, outra cara de fato, e uma política distinta por regiões" (idem). Acha que os novos quadros indigenistas deveriam se especializar por região e grupo étnico, trabalhariam por área e poderia então ser extinta a função de chefe de PI, que na sua opinião "não tem muito sentido, não funciona bem" (idem). Dessa forma seriam evitados os deslocamentos de funcionários e a interrupção de trabalhos em andamento.

Franciscato quer ver aprovado o Estatuto das Sociedades Indígenas, na versão elaborada pela FUNAI. Isto daria novos instrumentos para o indigenista trabalhar – regulamenta o poder de polícia, aumenta a fiscalização das terras indígenas. Também deveriam ocorrer mudanças administrativas, do regime funcional, lotação de servidores, valorizando-se o campo e não as funções burocráticas. Encontrava-se desatualizado, pensando a realidade da atual CII como se ainda existisse a figura do Sistema de Proteção aos Índios Isolados, extinto pela portaria 290/PRES/FUNAI, de 20 de abril de 2000.

Enquanto chefe de PI, Franciscato dedicou grande esforço à tentativa de disciplinar as atividades de servidores da FUNAI. Encontramos inúmeros ofícios, comunicações internas e relatórios a esse respeito, envolvendo punições a funcionários

que enganavam índios no comércio, abandonavam o local de trabalho e até favoreciam invasores (comerciantes, madeireiros, etc.) das terras indígenas. O indigenista desabafou:

> "é lamentável que enquanto nós nos esforçamos, defendendo os indígenas e a terra em que eles habitam, para isso não tendo hora, nem dia e sem medir esforços para realizar de fato um bom trabalho em benefício dos Uru-eu-wau-wau, companheiros de serviço terem contribuindo no sentido de desmoralizar, descaracterizar esse trabalho, estimulando e levando pessoas a invadir a área indígena. É um absurdo" (Franciscato, CI nº 045/92, 27/08/92).

Entre 1992 e 1993, Franciscato solicitou a seus superiores a constituição de uma equipe de localização para identificar dois grupos isolados e interditar suas áreas de circulação (CI 51/92, 18/10/92). Havia ainda disputas com integrantes do CIMI a respeito da assistência aos Uru-eu-wau-wau, conflitos com madeireiros invasores da área e vendedores de bebidas alcoólicas (CI 005/93, 18/10/92; CI 045/93, 26/03/93; Carta de notificação, 29/06/93). Franciscato fez também duas acusações a integrantes do CIMI que apoiariam índios promíscuos, envolvidos com bebidas alcoólicas e venda de mogno (Relatório sobre venda de madeira e alcoolismo, 09/07/93).

Em 1993, a equipe de identificação e localização dos isolados do rio Cautário foi constituída por três indigenistas e quatro índios Amundáwa. Além de Franciscato, Marcelo dos Santos participou do levantamento que entrevistou seringueiros e registrou em vídeo qualquer vestígio da presença dos índios isolados – varadouros, acampamentos com tapiris, etc. O resultado do trabalho foi a localização de dois novos grupos isolados, que necessitavam da instalação de um PI de Proteção e Vigilância (Relatório de viagem ao rio Cautário, 22/06/93).

Ainda em 1993 alguns chefes de PI em Rondônia, liderados por Rieli Franciscato, denunciaram para ONGs, Procuradoria da República em Rondônia e a opinião pública que um inquérito administrativo instaurado pela FUNAI em 1989 se encontrava arquivado, mas havia apurado a conivência de funcionários da FUNAI de Rondônia com a exploração madeireira. Haveria não só invasão de TIs por grileiros e madeireiros, como seriam desviados os recursos do Planafloro que eram destinados ao atendimento de índios isolados, cuja existência em Rondônia teria sido até negada! (Franciscato et al., carta a André Villas Bôas/ISA, 30/08/93). Na época Franciscato aliou-se à Associação de Defesa Etno-ambiental Kanindé para elaborar um parecer técnico comprovando os desvios de recursos do Planafloro que deixariam de beneficiar

os índios isolados de Rondônia (Franciscato, Kanindé/Índios isolados/Parecer técnico, 09/09/93).

Deslocado para a Frente de Contato do Purus no final de 1993, Franciscato efetuou aí o mesmo tipo de expedição que realizava em Rondônia: o levantamento de "vestígios indígenas e sua disposição geográfica, para efeito de dimensionar a área ocupada pelos mesmos; colher dados acerca da sua cultura material e da dinâmica do grupo, para uma possível identificação étnica" (Relatório da Expedição Rio Piranha, 20/06/94). Mesmo na estação chuvosa, a equipe da FC Purus ficava meses em campo enfrentando "o desconforto da roupa diariamente molhada apodrecendo no próprio corpo" (idem),.

A partir dos vestígios localizados – acampamentos, tapiris, varadouros, moquéns, etc. – e das entrevistas com informantes regionais, chegou-se à "descrição dos indígenas e da cultura material" (idem): informações sobre estatura, corte de cabelo, perfurações no corpo, proteção peniana, roupas, armas, redes, etc. O grupo de índios isolados Hi-Merimã localizado nessa expedição mereceu da FC Purus uma interpretação de suas atitudes de sobrevivência. Franciscato fala que

> "a ação nefasta na ocupação da região para exploração dos produtos vegetais e da caça e pesca comercial, não é prematuro afirmar, que forçou este grupo a uma mudança radical em seus hábitos em geral. Pois sabemos que os povos Aruak são agricultores sedentários, ao qual complexo é certo que o grupo isolado pertence. No entanto, constatamos que o mesmo não cultiva e assimila as características de um povo nômade, isso atribui-se ao fato de ter que empreender-se em fugas constantes, em seu próprio território, evitando outros contatos nocivos com o 'homem branco', tentando sobreviver fisicamente. Além do grupo estar impedido de desenvolver a agricultura de subsistência, na sua perambulação à procura de caça, pesca e coleta, os seus integrantes correm o risco de cair nas armadilhas (com espingarda cartucheira) deixadas pelos invasores nos barreiros de anta e de outros animais" (idem).

No relátório, Franciscato repete uma proposta que estava sendo colocada em prática em Rondônia, no Acre e no Vale do Javari: a área proposta para interdição e futura TI dos isolados deveria incluir no seu entorno outras TIs de índios já contatados, de forma a estabelecer um amplo sistema de proteção e vigilância.

7.3 Marcelo dos Santos

Marcelo dos Santos, indigenista aposentado da FUNAI, foi entrevistado em Goiânia, na sede da FUNAI, e na sua residência então, no município de Pedro Canedo (GO). Contatamos Santos através de Wellington Figueiredo, do DEII. Conhecíamos o seu trabalho através de vídeos e publicações do Instituto Socioambiental. Santos se dispôs a colaborar com a pesquisa, quando conheceu seus objetivos. Entretanto, por tudo que passou – recebeu várias ameaças de morte e viu índios isolados serem perseguidos e exterminados – era extremamente cético quanto ao futuro dos índios. As duas entrevistas transcorreram normalmente, tendo indagado a Santos várias questões referentes à regularização fundiária das TIs de Rondônia.

Família e estudos

Marcelo dos Santos nasceu em São Paulo (SP), em 27/07/1953. Seu pai, o jornalista Max dos Santos, foi operário, estudante e músico autodidata, além de cenógrafo e redator da TV Tupi. Max dos Santos militou como ativista político no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Armênio Guedes, irmão de sua mãe, chegou a secretário-geral do PCB. Marcelo dos Santos comentou que, durante uma conversa, seu tio disse que desconhecia o que ocorria com os índios no Brasil. Outros tios também teriam sido comunistas. O indigenista conta que seu pai levava os filhos para acampar, ocasião em que falava dos irmãos Villas Bôas e na questão indígena de forma "purista e romântica" (Santos, entrevista ao autor, 2002). Tendo participado de muitos movimentos sociais (foi vegetariano, entre outras coisas), Max dos Santos teria transmitido muitos ideais para seus filhos, principalmente o de "lutar por igualdade" (idem).

Marcelo dos Santos fez o curso superior de Biologia em São Paulo. Durante os estudos realizou muitas expedições ao interior do estado, mas não havia pesquisa universitária em Biologia no início dos anos 70. Após o curso universitário, tentou através de um amigo arrumar emprego no INCRA de Porto Velho (RO), mas acabou na FUNAI, no Parque do Aripuanã, então chefiado pelo sertanista Apoena Meirelles. Ficou quase dois meses lá, quando conheceu os sertanistas Zé Bel e Aimoré

Cunha. De lá voltou para São Paulo e em seguida foi aprovado para participar do 7º Curso de Técnico Indigenista da FUNAI, em Brasília.

O curso de técnico indigenista da FUNAI

No curso da FUNAI, Santos foi aluno dos antropólogos Júlio Cesar Melatti, Roque Laraia, Alcida Ramos e Daniel Gross. Durante as aulas, ouviu técnicos de desenvolvimento comunitário do órgão dizerem na sala de aula para os alunos não ouvirem os antropólogos, que só "falavam besteira" (idem). Os alunos, segundo esses técnicos, deviam trabalhar para integrar o índio segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional, porque "história de índio puro era besteira de antropólogo" (idem). Os alunos do curso tinham uma vaga idéia desse problema, não discerniam com detalhes a questão da aculturação. Santos lembra que uma das provas do curso teria sido mal formulada pelo antropólogo Daniel Gross – a questão envolvia transferência de índios, e ninguém respondeu o que ele queria.

Ao terminar o curso Santos iria trabalhar com Alcida Ramos e Kenneth Taylor junto aos Yanomami, mas os militares da FUNAI suspenderam o projeto e afastaram esses antropólogos. Seria então transferido para trabalhar junto aos índios Fulniô (PE), entretanto, antes disso ocorrer foi convidado pelo antropólogo David Price para atuar junto aos índios Nambiquara (MT/RO). Acaba se transferindo para Rondônia, ocupando por 14 anos a chefia de um PI junto àqueles índios.

A formação do indigenista

Santos acha que os cursos de técnico de indigenismo deviam ter discutido o trabalho do sertanista, uma formação ideológica, debatendo a aculturação e a responsabilidade do técnico nesse processo. O curso deveria ser de especialização, valorizando-se a formação profissional, ao contrário do que ocorria na FUNAI: os índios estão morrendo, manda alguém...

Fazendo um balanço do 7º Curso, constata que, das pessoas envolvidas, "80% vão embora logo" (idem), não têm o histórico dele. É difícil encontrar quem

> "vá para uma etnia e fique lá (...) o normal da FUNAI são os indigenistas do curso ficarem 1, 2 anos e sair para outra área, fica 2, sai de novo, é um tal ecoturismo, você não se responsabiliza pela comunidade, fica muito pontual, quer resolver tal problema,

> sai, pega malária, vai pra outro (...) antigamente você chegava num buraco desses, não tinha nem como sair" (idem).

O indigenista usou seu salário para financiar o trabalho junto aos Nambiquara durante seis anos, deixando a vida familiar em segundo plano. Os filhos foram morar na aldeia, ao mesmo tempo em que via outros funcionários da FUNAI comprando casa, carro, etc.

Na chefia do PI Nambiquara Santos abriu "guerras políticas e jurídicas" (idem) com o prefeito, o delegado e o juiz da região, com o INCRA/RO, com fazendeiros, etc. Assim conquistou o conhecimento que transplantou "mais adiante para poder conseguir os resultados" (idem), difíceis de serem conquistados, pois nesses casos, "normalmente (...) não se consegue efetuar um trabalho produtivo" (idem).

O indigenista tinha consciência de que sua profissão era de risco. Além dos riscos do trabalho na selva, a todo momento enfrentava interesses econômicos e políticos, de madeireiros, garimpeiros, etc.

Santos veio a aprender o que chama *estratégia de trabalho* com o próprio desenvolvimento do seu trabalho de vigilância na FC Guaporé. Foi paulatinamente descobrindo o que eram as atividades de vigilância porque tinha experiência na fiscalização da área da TI Nambiquara. Todo chefe de PI hoje tem que monitorar a área indígena, "os entornos, abrir picadas, andar com mapas, verificar quem invadia" (idem).

Nos últimos anos que trabalhou como chefe de PI tentou reciclar o seu trabalho, passando a conviver com os Nambiquara no mato, para evitar a sedentarização do grupo e a diminuição da "qualidade de vida" (idem) dos índios. Foi "através da experiência da aldeia" (idem) – e não a de administrador de PI – que descobriu que tudo para os índios tinha um nome e uma história, mas os índios "só levantavam essa história quando estavam naquele lugar" (idem), fosse um córrego, uma mata, etc. Aí passavam essas histórias para suas crianças.

Santos acha complexo o trabalho numa aldeia, com muitas metas e "muito mais angustiante, desgastante, do que o trabalho do sertanista" (idem). Diz que há muito folclore envolvendo o sertanista, o fato de "andar na floresta onde ninguém andou, encontrar com índios brabos" (idem), mas não acha que este "tenha uma qualificação profissional tão díspare para ser ícone" (idem). Numa visão fatalista, acredita que tanto o indigenista quanto o sertanista podem morrer do mesmo jeito, "na mão de fazendeiro" (idem).

O fundamental para a FUNAI é o trabalho nas aldeias, desenvolvido pelos chefes de PIs. Não adiantaria "ter altas políticas definidas em Brasília e na ponta da linha ter um incompetente" (idem). Ainda haveria o agravante do que chama de um dos problemas do indigenismo: a falta de continuidade, de planejamento das ações. Os chefes de PIs entravam, cada um a seu modo, "com uma cabeça sem saber o que é o trabalho, sem saber trabalhar" (idem). Como encarar então as doenças e mortes de índios, o problema da terra, o que dizer do futuro, da nossa sociedade, etc.

Fazendo política

Santos foi para campo "para apagar fogueira, para emergência" (idem). Os Nambiquara Mamaindê estavam morrendo de malária, era necessário socorrer várias aldeias. Enquanto isso ocorria, nos seus primeiros anos de FUNAI também se isolou politicamente, "fazia questão de não saber nada" (idem) para tentar se manter, pois se abrisse a boca "iam mandar ele embora" (idem). Santos ficou assim sete anos no mato, sem saber direito o que estava fazendo. Diz que levou sete anos "para descobrir o que estava fazendo" (idem) e que "só na prática descobria que estava numa guerra extremamente complexa" (idem).

O indigenista se considerava esclarecido, "gostava de ler, participar politicamente" (idem), mas em campo "não dava pra fazer coisas ideológicas" (idem).

No final dos anos 70 participou da organização da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI). Desde o início das discussões discordou do que estava sendo proposto – e que Santos sintetizava "em como dizer aos militares que os indigenistas não queriam militares na FUNAI!" (idem). Estava no mato há anos, mas achava que seus colegas "não tinham visão política" (idem), estavam produzindo documentos sem "estratégia política (...) contraproducentes" (idem). Acreditava que aquilo ia "dar porrada. Foi dito e feito" (idem). Não assinou o documento da SBI porque queria ficar onde estava.

Santos se considerava um pragmático dentro da FUNAI, que não adiantava o debate ideológico com ministros e presidentes da FUNAI. Segundo o indigenista, "tem que saber qual é o campo de atuação deles, o que que se pode conseguir com essas pessoas, que tipo de discurso pode sensibilizar (...) mesmo sendo antagônico é o discurso político-jurídico que eles entendem" (idem). Quanto às relações administrativas, teve vários "confrontos hierárquicos" porque se considera "anárquico

por natureza", tinha a "dificuldade de gerenciar a questão ou dar ordem ou receber ordem" (idem).

Santos conseguiu trabalhar montando uma rede de relações que envolvia desde contatos pessoais com o Superintendente Regional da Polícia Federal – conseguindo assim o deslocamento de agentes para as áreas indígenas – até a agilização dos trâmites administrativos da ADR da FUNAI de Vilhena (RO). O indigenista acredita que "a questão política pode avançar na adversidade, ver com quem se articula, qual o palco que você monta para manobra política" (idem). O difícil era enfrentar os ruralistas que acham que os índios "são obstáculos (...) não dão renda" (idem). Quando se roubava madeira da área indígena, Santos conseguia através da ADR Vilhena a participação do IBAMA – que tem poder de polícia – para as diligências.[68] Como havia funcionários corruptos no IBAMA, às vezes tinha de contar com a intervenção do Procurador Regional da República, que questionava a omissão do IBAMA, a feitura de laudos de vistoria incompletos ou incorretos, ameaçando inclusive de prisão os funcionários envolvidos. Desde que começou a trabalhar na TI Nambiquara, enfrentou índios corruptos que dispunham dos recursos naturais da área, ignorando a comunidade indígena.

Santos tinha que lidar com a crônica falta de recursos não só da FUNAI como dos outros órgãos federais e estaduais. Achava "complicado você movimentar as instituições para conseguir um objetivo" (idem). Os funcionários eram movidos a diárias, técnicos e demais profissionais (policiais, juízes, etc.) eram "pessoas mal informadas, preconceituosas, falam da história de pouco índio para muita terra, os pobres [colonos] também são gente..." (idem).

Os servidores da FUNAI que trabalhavam na fiscalização eram mal preparados, havia carência de quadros, a União não prepara, não contrata, não reclassifica, mas o indigenista acredita que "se você tiver pessoas determinadas e honestas e se tiver um mínimo de infra-estrutura de apoio é factível" (idem) o trabalho das frentes de proteção. Os recursos do DEII eram insuficientes para estruturar os trabalhos das frentes de proteção, e que a FUNAI jogava muito dinheiro fora com "projetos inexeqüíveis" (idem), favorecendo determinados grupos e índios. O indigenista acha a FUNAI "um balaio de gatos" (idem).

---

[68] A FUNAI também tem poder de polícia, só que este nunca foi regulamentado.

Dos Nambiquara à FC Guaporé

Santos dedicou os últimos anos de trabalho na chefia do PI Nambiquara à defesa e ocupação do território indígena, apoiando o estabelecimento de aldeias estratégicas, baseadas nas antigas aldeias, com pequenas roças, etc. O indigenista havia conhecido a história Nambiquara, a metodologia de ocupação que eles tinham, com aldeia central, migrações específicas, etc.

Santos se indispôs com índios Nambiquara Negarotê que queriam vender as madeiras nobres da TI. Os conflitos com os madeireiros criaram confusões na região – houve intervenções da Polícia Federal, de ONGs como o Núcleo de Direitos Indígenas. Fez inúmeros flagrantes de roubo de madeira, mas os ladrões não chegavam a ficar presos e passou a ser ameaçado de morte por pistoleiros, ameaças inclusive estendidas à família. Acabou saindo da área Nambiquara, indo para a FC Guaporé.

Antenor Vaz, chefe da FC, promoveu uma expedição para *testar* Santos. O indigenista andou dezenas de quilômetros com mochila pesada nas costas, até voltar à base. Santos chama isto de *brincadeira de sertanista*, feita com quem está "enchendo o saco" (idem). Vaz queria colocá-lo "no metiê, pra saber qual era" (idem), acabando por transmitir a Santos os conhecimentos iniciais para trabalhar na FC Guaporé. A política para índios isolados desenvolvida pelo DEII – diretrizes gerais, iniciativas, objetivos específicos, etc. – só chegou até Santos, oficialmente, no encontro de chefes de FCs. Apesar dessas reuniões serem importantes, "tinha questionamentos que não podia falar na reunião" (idem). O trabalho do indigenista como chefe de PI era apartado da rotina do DEII, tinha responsabilidade pessoal por tantos índios, que podiam querer num determinado momento explorar os recursos naturais das TIs. O indigenista enfrentava insatisfações e corria muitos riscos. Já no trabalho com índios isolados não existia essa responsabilidade pessoal, era mais gratificante.

Em 1993, Santos foi nomeado chefe da FC Guaporé, passando a monitorar a TI Massaco, em vias de identificação: havia invasões de madeireiros, estradas clandestinas, tentativas de colonização. Como Antenor Vaz e equipe já haviam realizado o levantamento completo dos vestígios de índios isolados, Santos começou a retirar invasores, fiscalizar limites e estreitar relações com a Igreja Católica, políticos e posseiros da região. Era como o indigenista pensava que deveria atuar para garantir o território indígena.

As expedições comandadas por Marcelo dos Santos tinham normalmente três integrantes, às vezes só dois – ele e Altair Algayer, o que era arriscado do ponto de vista da segurança. Numa expedição apenas com a presença de Algayer, Santos sentiu-se mal, tendo fortes reações alérgicas num lugar ilhado, a 40 km de qualquer auxílio. Conseguiu *se safar* nessa ocasião, reconhecendo o risco que correu. Entretanto, todo o trabalho de localização de índios na TI Massaco e depois em outras áreas tinha a estrutura de pequenas expedições, o que dava grande mobilidade, não deixando grandes trilhas no mato, quase sem deixar vestígios da sua presença. Tinham por norma não dormir dois dias no mesmo lugar, não dar tiro ou fazer muito barulho, nem acender grandes fogueiras. Isto permitiu a algumas expedições visualizarem índios isolados a pouca distância (100–200 metros), sem serem percebidos.

Santos acredita que mais de uma centena de índios isolados vivam na TI Massaco. Segundo o indigenista, são pelo menos dois grupos, separados cerca de 80km um do outro. Nas atividades de fiscalização, a equipe da FC encontrava ora tapiris juntos, ora espalhados. Como não há invasão nem conflito há cerca de 10 anos, estão numa situação equilibrada de ocupação, sendo estimado um crescimento populacional razoável.

Toda essa situação era creditada aos esforços da equipe da FC da FUNAI e não ao IBAMA. Na década de 90 este teria sido omisso e corrupto em relação à Rebio Guaporé. FUNAI e IBAMA, na Rebio Guaporé, são parceiras, algumas decisões são consensuais, já que há superposição de áreas e duas leis a defender. O indigenista enumerou inquéritos e processos por erros graves, abertos pela FUNAI contra o IBAMA. Cita o fato de que os madeireiros abriram mais de 100km de estradas dentro da Rebio, além de ocorrer colonização clandestina, mas, devido aos índios isolados, a FUNAI conseguiu expulsar todos os invasores da Rebio.

A questão Omerê

Através de sucessivas expedições, entre setembro de 1985 e outubro de 1986, e contando com a participação de famílias Nambiquara (Negarotê e Sabanê), Marcelo dos Santos constatou a presença de índios arredios no Vale do rio Corumbiara. Percorrendo mais de uma centena de quilômetros na região, entrevistou peões, tratoristas, madeireiros. Encontrou panelas, flechas, armadilhas de caças, roças, aldeias recém-construídas ou queimadas pelos madeireiros. Estes, fortemente armados,

agrediam sistematicamente os índios, tentando expulsá-los da região ou mesmo eliminá-los. Santos solicitou à FUNAI de Brasília que enviasse com urgência uma comissão à região para realizar a atração do grupo, parando derrubadas e retirando madeireiros, delimitando a terra indígena desses índios.

O indigenista vinha discordando das iniciativas conciliatórias com fazendeiros de Corumbiara adotadas pelo chefe da ADR de Vilhena, Aimoré Cunha. Os peões que acusaram os fazendeiros pelo massacre de índios arredios, em conversas particulares, não aceitavam depor na justiça, temendo represálias. Havia ainda denúncias de escravidão branca, enquanto o INCRA procurava assentar colonos na região desses índios.

A FUNAI de Brasília respondeu às solicitações de estudo e interdição da área enviando a Corumbiara o sertanista Sydney Possuelo. Segundo Santos, naquela época eles não se entenderam e Possuelo não achou os vestígios relacionados por Santos. Quando Possuelo chegou a Corumbiara, a área já havia sido interditada pelo então presidente da FUNAI, Apoena Meirelles (Portaria nº 2030/E, de 11/04/1986). O indigenista acabou alijado do processo de contato e combateu a desinterdição da área que viria ocorrer pelas mãos do próximo presidente da FUNAI, Romero Jucá. Sequer foi realizado inquérito policial sobre o massacre dos índios arredios denunciado pelos peões, e Marcelo dos Santos acreditava que Possuelo se omitia de fazer cumprir a interdição da área, onde fazendeiros derrubavam aceleradamente uma grande área da mata.

No relatório de campo, Possuelo se contrapôs a Santos: não encontrou vestígios de índios na área, ao contrário deste, que teria sido preciso nos relatórios, relatando o dia tal, em tal lugar, o vestígio encontrado, fotos, etc. As denúncias que Santos recolheu eram claras: índios foram metralhados, jogaram bombas no grupo, e os sobreviventes foram vistos perambulando. Na época, Santos enfatizou as críticas ao trabalho de Possuelo, pois este sequer teria pedido sua colaboração para localizar os índios.[69]

[69] Marcelo dos Santos, informação referente ao processo nº 001766, de 07/10/1985; Marcelo dos Santos, relatório referente a levantamento efetuado na área *Vale do Corumbiara*, 30/12/1985; Radiograma nº 287/15ª DR, de 22/04/1986; Marcelo dos Santos e Eustáquio Machado, relatório referente a viagem ao município de Cerejeiras e Fazenda Yvypytan, 24/04/1986; Marcelo dos Santos, relatório sobre atualização de informação sobre situação na área indígena igarapé Omerê, 05/09/1986; Ariovaldo José dos Santos, memo. nº 229/ADR/VLH/FUNAI, de 10/10/1986, encaminha relatório conclusivo sobre área igarapé Omerê, de Marcelo dos Santos, s.d.; Informe técnico sobre ordem de serviço nº 159/ADR/VLH, de 17/10/1986; Transcrição do diálogo gravado por Carlos Alberto Ricardo e travado entre Marcelo dos Santos e Odair Flausino, advogado da Fazenda Yvypytan, outubro de 1986 (Arquivo ISA/SP).

Marcelo dos Santos conta: "10 anos depois volto para o lugar e acho os índios" (Santos, entrevista ao autor, 2002). Os sobreviventes lhe contaram que passaram pelo lugar do massacre e levaram tiro. Daí se deslocaram para outros lugares, tendo atritos diversos, até ficarem onde Santos e Algayer os encontraram escondidos (Santos, 1996, 2000).

A antropóloga Virgínia Valadão percebeu como as inovações tecnológicas permitiram finalmente o acesso aos índios isolados do igarapé Omerê:

> "Em 1995, os membros da equipe da FUNAI passaram a contar com um valioso recurso: imagens de satélite recentes da região. Foi possível cruzar com precisão as evidências acumuladas sobre a presença de índios, com as manchas de mata remanescentes das derrubadas das fazendas. Começou um trabalho sistemático de rastreamento nessas "bolas" de floresta. Nas duas primeiras expedições, nada. Partiram para uma terceira e as evidências reapareceram. Acharam e perderam pistas, até que uma nova análise da imagem de satélite matou a charada: havia um ponto vermelho (sinal de desmatamento), do tamanho de uma cabeça de alfinete, no meio de uma mancha de mato de seis por quatro km. Marcaram as coordenadas, e os indigenistas Altair José Algayer e Paulo Pereira da Silva confirmaram a localização de uma aldeia" (Valadão, 1996, p. 545).

Os Kanoê e os Akunt'su foram localizados durante o levantamento dos índios isolados de Rondônia. Quando passou a trabalhar para o DEII, identificando o território de índios isolados, Santos voltou de imediato ao igarapé Omerê. A idéia não era fazer contato, mas descobriu que pistoleiros estavam atrás dos índios. Chama o cineasta Vincent Carelli (CTI) para denunciar a situação à imprensa. Depois disso, Santos soube que cerca de 12 pistoleiros estavam preparando uma emboscada para eliminá-lo. Após o contato, fazendeiros, pistoleiros e índios Cinta Larga tentaram seqüestrar aqueles índios, aparentemente transferi-los para outro lugar, no que foram impedidos pelos indigenistas. Os índios também correram riscos ao pegar gripe no pós-contato, a equipe dos indigenistas *passou um aperto*, mas conseguiu ministrar antibióticos e contornar a situação.

Santos achava que a TI Omerê, identificada em conjunto com o antropólogo da FUNAI, Luiz Fernando Machado, e contestada por fazendeiros tendo por base a Lei Jobim (Decreto 1775/1996), continuaria sofrendo pressões indefinidamente. Isto porque a TI é composta por áreas escrituradas vendidas em leilão público pela União e "com certidão negativa da FUNAI de que não tinha índio" (idem). A contestação dos fazendeiros foi questionada pelo antropólogo, pois estava baseada na afirmação de que Santos havia transferido índios para aquela área. O argumento dos fazendeiros era frágil, pois Santos havia levado a imprensa, o Procurador da República,

a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o CIMI, etc. a visitar os índios no local, e todos "não tinham a menor dúvida de que aqueles índios são de lá e não tinham contato permanente" (idem).

A rotina dos indigenistas

Após assumir a chefia da FC Guaporé, Santos e equipe (Altair Algayer, Rieli Franciscato e outros) fizeram sucessivos levantamentos da situação dos índios isolados em Rondônia. A FC havia localizado índios isolados na Rebio Guaporé, no rio Cautário, rio Muqui, igarapé Omerê, rio Karipuninha, rio Candeias e Alto rio Jaci-Paraná. Na Rebio Guaporé, houve invasão de madeireiros e seringalistas em 1993. Duas ONGs ambientalistas de Rondônia, *Ecoporé* e *Awaru*, solicitaram junto ao Ministério Público Federal uma intervenção contra esses invasores que ameaçavam os índios isolados no lado noroeste da Rebio Guaporé.

As expedições estavam centradas no levantamento do que identificavam como *área de perambulação*. Os índios isolados do rio Cautário atacavam colocações de seringueiros, enquanto sua *área de perambulação* era invadida por madeireiros. No rio Muqui, a equipe da FC não identificou invasões na *área de perambulação* dos índios isolados. Já no igarapé Omerê foram vistos índios nus em locais onde houve confrontos (flechadas, tiros) com fazendeiros. Enquanto no rio Candeias não havia informações consistentes sobre a presença indígena, os moradores do rio Karipuninha denunciavam a presença de índios brabos nas cabeceiras do rio. Uma expedição de 25 dias registrou vestígios de isolados e a presença de grileiros e madeireiros no Alto rio Jaci-Paraná, além da invasão da TI Karipuna por centenas de posseiros (Santos, Relatório, 13/03/1994).

Os relatórios de Marcelo dos Santos e Altair Algayer narram o cotidiano das expedições de localização de índios isolados. São textos que alternavam descrições técnicas e estilo literário. Antes de sair em campo, os chefes da FC Guaporé mantinham contato com agentes e organismos que poderiam eventualmente vir a acionar na viagem: IBAMA, Exército, ONGs, Polícia Federal, etc. A equipe era reduzida, havia problemas operacionais para a contratação de auxiliares (piloto de lancha, mateiros, etc.).

As viagens eram feitas na picape da FUNAI, atravessando estradas e vicinais esburacadas, ou de lancha voadeira, navegando em rios e igarapés. Acampavam às margens dos rios, e enquanto preparavam o jantar discutiam as atividades do dia. A

conversa à volta do fogo era seguida pela escrita do diário de campo. Dormia-se enfrentando mosquitos, frio e vento cortante. Ainda de madrugada levantavam para um café, arrumar a mochila após desmontar o acampamento e acabar com a comida requentada do dia anterior. Eventualmente eram acordados à noite por algum animal que atacava o acampamento.

A investigação de uma área esbarrava em derrubadas e queimadas ilegais de matas. Os contatos com fazendeiros eram marcados pela tensão, atos arbitrários, pressões quanto ao resultado do trabalho e eventuais ameaças. As matas eram derrubadas rapidamente, impedindo uma intervenção eficaz da equipe da FC. Grileiros, garimpeiros e pescadores ilegais invadiam não só áreas de índios isolados como terras indígenas demarcadas.

Os indigenistas percorriam vastas regiões, com muitos desníveis – encostas, ribanceiras, etc. – e terrenos propícios ao impaludismo, como brejos. Subiam igarapés atrás de quebradas, trilhas de índios, enfrentando qualquer tempo, além de nuvens de insetos. Conseguiam encontrar e entrevistar informantes – seringueiros, ribeirinhos, famílias indígenas – mas assim mesmo se deparavam com falta de informação e vestígios. Registravam todo o trabalho no GPS (as picadas, as linhas demarcatórias). Chegavam a isso através da carta satélite ou pela carta geográfica. A imagem de satélite revelava a ação antrópica no meio da mata: pontos são roçados, capoeiras abertas pelos índios. Todos os vestígios encontrados eram fotografados até que o cansaço encerrasse a jornada diária.

Os principais vestígios valorizados pela equipe da FC Guaporé eram: pau derrubado para coleta de mel; tocaia de caça de palha de açaí; enviras descascadas; palmeiras derrubadas para a retirada de larvas; tapiris com fogos recentes, vasilhas, redes, resina de caucho e envira, constituindo um acampamento indígena; roças indígenas.

Sobre o pós-contato

Ao se estabelecer contato com os índios, havia regras a seguir de comportamento para o estabelecimento de um acampamento, onde os recursos humanos com que você conta são essenciais. Entretanto, muitas vezes não dava para controlar uma situação. Santos exemplifica com a necessidade de conseguir enfermeiras para morar num local isolado, pós-contato. Eram pessoas limitadas do ponto de vista

indigenista, tinham que ser instruídas no local. Mesmo explicando detalhadamente as atitudes a serem tomadas, quando ficavam a sós viam-se às voltas com índios que não falavam português e mexiam em todas as coisas, inclusive objetos pessoais. Santos lembra que discutiu muito com uma enfermeira protestante – dizia que não era para dar roupa, saía da área por dez dias, quando voltava encontrava todos os índios vestidos. Diz que ele e Altair Algayer "ficaram quatro anos boicotando roupa" (idem) para a enfermeira em poucos dias mudar tudo.

Santos acredita que com a política de proteção etno-ambiental, "o universo do contato violento (...) não deverá existir mais" (idem), possibilitando aos índios a consolidação do contato. Acredita que ainda existam pelo menos 20 povos indígenas isolados, havendo muito trabalho para os sertanistas da FUNAI. O problema é que não estaria havendo muito interesse dos governos na continuidade desse trabalho.

No pós-contato, as relações estabelecidas com os índios deveriam seguir o "ritmo cultural" (idem) do grupo. Os indigenistas evitariam dar presentes (machados, facões, etc.) para que os índios posteriormente não tivessem que vender seus recursos naturais tentando ganhar esses objetos. O processo tinha que ser lento, não se devia induzir ao uso de vestimentas e qualquer produto devia ser trocado por outro ou por algum trabalho. Estavam atentos para não criar dependências de difícil resolução no futuro, embora acreditassem que no primeiro momento era necessário ter algo para oferecer, não criando conflito direto. Santos diz que "não tem mais grupos totalmente isolados" (idem), há sempre histórias de violências, o contato "desanuvia uma situação" (idem). O importante era garantir a saúde, a sobrevivência física, não estimulando deslocamentos indígenas.

Sua interpretação dos acontecimentos vinha da experiência de campo e das conversas com outros sertanistas, como José Carlos Meirelles, quando ocorriam "discussões ideológicas", sobre os "parâmetros temporais" (idem) (qual o momento certo?) adotados nas trocas com os índios. Santos nota que o esforço é para que os índios tenham "consciência desse processo de aculturação, para que não percam suas características, pois o que fazem primeiro é se assimilar esteticamente aos invasores (corte de cabelo, óculos escuros, cinturão, etc.)" (idem). A discussão era complicada por causa dos problemas de comunicação, pois os índios tinham que entender como é nossa sociedade, enfrentando os preconceitos.

Santos acreditou que o pós-contato poderia trazer novas perspectivas de sobrevivência aos índios do igarapé Omerê. Logo após o contato, a equipe acompanhou

os índios na mata, trocando muitas informações. Em algumas ocasiões tiveram que orientar seus mateiros – quase todos seringueiros – a não fazer isso ou aquilo, dando ordens porque havia muita falta de informação e preconceito.

O indigenista se revelava preocupado com a formação de quadros. Os seringueiros que eventualmente se juntavam às equipes de localização eram pessoas inteligentes, apesar de analfabetas, e também sofriam preconceitos. Santos acompanhava como eles, com malícia, logo dominavam as tarefas das equipes e compreendiam as iniciativas tomadas em relação aos índios.

As limitações de infra-estrutura e de pessoal nas FCs sempre impediram uma troca efetiva de experiências entre sertanistas e indigenistas. Santos não conseguiu visitar as FCs do Purus e do Acre, os contatos com Rieli Franciscato e José Carlos Meirelles ocorriam só nas reuniões de chefes de FCs em Brasília. O indigenista lembrou dessas FCs para compará-las com o aporte de recursos que a FC do Vale do Javari havia recebido da Comunidade Européia, já que naquelas FCs poucos agentes se esforçavam muito para dar conta das tarefas, enquanto era montada uma imensa infra-estrutura de trabalho no Javari.

As relações institucionais

Além do IBAMA, parceiro na vigilância das áreas de preservação e proteção superpostas, Marcelo dos Santos estabeleceu gestões interinstitucionais com:

- a Justiça Federal, solicitando autorização para transitar em fazendas no acesso à Rebio Guaporé e no contato com índios do igarapé Omerê, além da assistência a processos judiciais diversos;
- a Polícia Federal, para a expulsão de invasores das terras indígenas e apreensão de documentos comprometedores de posse de fazendeiros;
- o INCRA, solicitando a paralisação de assentamentos em áreas indígenas e a desintrusão de colonos, além da revisão da ocupação desordenada e predatória do Estado de Rondônia;
- organismos do Governo Federal, de forma a investigar que política fundiária estava sendo adotada.

Quanto à FUNAI, não deixou de denunciar a falta de recursos humanos e estrutura financeira do órgão, o que gerava descontinuidade de programas, omissão e conivência com a corrupção local. Do DEII/BSB ficava aguardando as ordens para fazer

contato apenas com os índios que podiam ser exterminados por invasores. No final da década de 90, a FC Guaporé tinha apenas dois servidores trabalhando com índios isolados em Rondônia.

Nos relatórios elaborados por Marcelo dos Santos e Altair Algayer, os principais inimigos dos indigenistas eram os políticos locais e os fazendeiros. Antes de tudo havia confronto e disputa judicial, sendo mínima qualquer gestão política que beneficiasse os índios isolados, ao contrário, estes promoviam a violência dentro das TIs e garantiam a impunidade dos envolvidos. Os indigenistas eram acusados publicamente pelos políticos nas Câmaras de Vereadores. Os fazendeiros repetiam ameaças de agressão e morte, utilizando a imprensa regional para caluniar os agentes da FUNAI, apoiando a invasão de terras indígenas e áreas de conservação para a retirada ilegal de madeira e incentivando o desmatamento para a criação de pastos. Também contratavam jagunços para matar os índios que aparecessem em suas propriedades.

Mesmo ameaçados, os indigenistas realizavam os trabalhos de localização de índios isolados. Entretanto, dependiam das articulações e apoios das instituições que combatessem e fiscalizassem o desmatamento e a exploração madeireira, assim como do consenso de sertanistas, indigenistas e antropólogos da FUNAI sobre o trabalho a ser realizado. Apesar de tudo, Marcelo dos Santos não via só "coisa ruim" (idem), tendo participado de muitas identificações e demarcações, se considerando um *otimista por natureza* (idem).[70]

Sobre a delimitação de terras indígenas

O indigenista reconhecia que o trabalho de investigar a ocupação de uma área pelos índios isolados deixava falhas. O monitoramento apenas da ocupação física colocava de lado a questão dos mitos, "das entidades, onde está enterrado, ou deixou de enterrar e que importância isso tem, você só vai saber pós-contato" (idem). A equipe da

[70] Documentos de autoria de Marcelo dos Santos: relatório sobre diálogo de Altair Algayer com fazendeiro, 01/03/95; ofício ao Procurador da República/RO, 03/04/95; ofício ao Procurador da República/RO, 17/04/95; ofício ao Secretário de Planejamento/RO, 25/07/95; ofício do Procurador da República/RO, setembro de 1995; entrevista ao CIMI/RO, março de 1998; Projeto índios isolados da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, 25/03/99; Projeto índios isolados do Sul de Rondônia, 1999; Projeto índios isolados do Norte de Rondônia, 1999 (Fontes: ISA/DEII–FUNAI). Documentos de autoria de Marcelo dos Santos e Altair Algayer: relatório da Expedição Omerê, junho de 1995; relatório Expedição Omerê, agosto de 1995; relatório da Expedição Omerê/Tanaru, fevereiro de 1999; relatório da Expedição Terra Indígena Sagarana, 27/05/1999; relatório da Expedição Omerê/Tanaru, junho de 1999; relatório da Expedição Muqui/Cautário, 24/08/99; Expedição Tanaru, outubro de 1999; Expedição Kaxarari/Curuquetê, dezembro de 1999 (Fontes: ISA/DEII–FUNAI).

FC fornecia a relação física de ocupação aos integrantes do GT responsável pela identificação da área. A prioridade de campo do GT, nesses casos, era a obtenção de informações bastante detalhadas sobre vestígios indígenas que permitiriam a delimitação do território dos índios.

Nos GTs que Santos participou, nenhum antropólogo, "nenhum chefe de grupo propôs uma coisa à revelia que não tivesse sido discutida democraticamente entre as pessoas do GT" (idem). O indigenista assinalava que, além do universo de informações indígenas, o GT levava em conta "questões políticas e administrativas" (idem). Santos exemplificou com o caso Omerê, em que a área interditada estava dividida entre floresta e pasto, este com inúmeras benfeitorias. Os poucos índios não iriam aproveitar a área de pasto, emperrando o processo de regularização da terra, sendo que a área de floresta estava constantemente ameaçada de depredação por fazendeiros e madeireiros. A equipe do GT não teria ficado alheia a essa questão, discutindo muito a situação.

As propostas de interdições sugeridas por Santos também *passavam* por antropólogos de sua esfera de relações, como Maria Auxiliadora Leão, Carlos Alberto Ricardo, Virgília Valadão e Iara Ferraz. Santos acionava os antropólogos, solicitando um laudo que subsidiasse a interdição da área, ou uma restrição de uso. O indigenista procurava antropólogos que confiavam no seu trabalho, não existindo "nenhuma invenção" (idem) no mapeamento dos índios isolados.

O índio do buraco (igarapé Tanaru)

Único sobrevivente de um provável extermínio, até 2002 não havia uma definição do que fazer com o *índio do buraco*, além da interdição federal da terra em que se encontrava. Qualquer proposta sofria muita pressão interna da FUNAI, de ministérios e outros órgãos do executivo federal, além dos políticos e governo estadual. Todos queriam tirar o índio imediatamente do local, acelerar o contato. Santos acha a situação difícil e complexa, não há como delimitar terra para um indivíduo que restou de um povo. Vê a quéstão como "extremamente simbólica" (idem), aí é que se veria "se a FUNAI está trabalhando para respeitar os índios ou se está trabalhando a reboque de interesses que não são dos índios" (idem). O indigenista diz que teve "um embate ideológico com o Sydney [Possuelo] a respeito dessa questão" (idem). Santos não teria

permitido que se tomasse outra estratégia de trabalho. Isso permitiu que o Ministério Público interditasse uma área de 8 mil ha onde o *índio do buraco* perambula.

Segundo Santos, não se fazia "nada com ele sem falar comigo. Para falar com ele, ele vai ter que aceitar a nossa presença e a predisposição dele de querer falar, porque se ele não quiser falar acho que ele deve morrer lá com a terra interditada" (idem). A posição pessoal de Santos seria respaldada pelas diretrizes para índios isolados. Santos reconhece que essa posição não era a da sua chefia (Possuelo), do Ministério da Justiça, do Governo do Estado de Rondônia, etc. O indigenista contestava as diretrizes oficiais para deslocamento de índios.

Marcelo dos Santos enfatiza que a questão indígena passa "pela impunidade" (idem). Desde 1995, Santos havia explicado ao Procurador da República o que estava ocorrendo. Quando o juiz federal interditou a área, obrigando a FUNAI a seguir a lei, políticos e fazendeiros da região desmataram a região. Junto com o IBAMA, Santos teria feito um auto de infração, mas o indigenista conta que a madeira desapareceu. Todos na região sabem que é um índio só e Santos muitas vezes arriscou sua segurança, ficando sozinho no acampamento de vigilância. Acha que teve sorte, pessoas amigas denunciaram para ele que pelo fato de ser muito conhecido escapara de sofrer algumas emboscadas. A segurança do índio era precária, mas Santos acredita "que se fosse para matar já tinham matado" (idem).

A representação dos índios

Sua visão romântica dos índios enquanto estudante foi alterada com o trabalho indigenista. Acredita hoje que o nosso interesse deve ser despertado por questões que os índios "já solucionaram (...) há mil anos" (idem): as relações pessoais, a sociedade igualitária, "com o passar do tempo vi que óculos escuro, calça (...) não vai deixar de ser índio" (idem).

Santos acha que "os índios são imediatistas" (idem), se estiverem numa situação difícil vão vender a madeira da TI. Nesse sentido, "fazer discurso ideológico com índio para ter retorno daqui a dez anos tá difícil" (idem).

O olhar sobre as culturas indígenas após anos de prática indigenista é singular:

> "Não conhecia tupi, pensava que esculhambado era só Nambiquara, né não bicho, olha, mas ele é muito esculhambado, a casa dele não tem padrão, o padrão da casa dele é não

> ter (...) as malocas que abandonaram em 1985 na época do massacre, eram semelhantes às atuais, chove tudo dentro, mal tampado, é uma esculhambação (...) no mato então é duas varinhas, quatro pacovinha, rede pequena, tá tomando chuva" (idem).

Os colegas da FUNAI

Quando entrou na FUNAI, os únicos sertanistas que conhecia, através da mídia, eram os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas. Através da publicação da FUNAI *Atualidade Indígena* conheceu o trabalho de Possuelo. Em Rondônia se deparou com a herança de Francisco Meirelles: o controle dos índios pela negociação, relatada por velhos servidores.

Em suas impressões dos velhos sertanistas, Marcelo dos Santos refere-se a Fritz Tolksdorf, que ficou dois anos à frente do Projeto Nambiquara, como "um homem extremamente ingênuo, manipulável, bonachão" (idem).

Santos elogia o trabalho desenvolvido por Antenor Vaz na Rebio Guaporé. No início dos anos 90, Vaz já havia sido ameaçado de morte por fazendeiros de Rondônia várias vezes, chegando a ter pistoleiro no seu encalço. Possuelo então deslocou Vaz para a área indígena Avá-Canoeiro (GO) e indicou Marcelo dos Santos, também ameaçado de morte por madeireiros e fazendeiros para trabalhar na área da futura TI Massaco (RO), localizando índios isolados.

Vaz "era muito disciplinado" (idem), onde quer que passasse perguntava ao máximo possível de pessoas o que sabiam sobre a presença de índios na região.

Foi Antenor Vaz quem treinou Santos nas atividades de localização dos índios isolados de Rondônia. Nas conversas, debatiam as estratégias de campo, tendo discussões ideológicas sobre as perspectivas de trabalho com isolados, se fazia ou não o contato; na prática, faziam petições jurídicas em comum e realizava atividades de fiscalização orientadas por Vaz.

Referindo-se aos integrantes das FCs em Rondônia, Santos cita Altair Algayer como "competente, dedicado" (idem), que tinha mais de dez anos no mato mas que nunca foi citado nas publicações da FUNAI, "o folclore prevalece" (idem).

O indigenista diz que nos anos 90 Apoena Meirelles não reconhecia mais a existência de índios isolados em Rondônia e que tiveram muitas divergências políticas no âmbito do Planafloro. Nesse sentido, notava também rivalidades e disputas entre Apoena Meirelles e Sydney Possuelo.

Nos projetos de localização de índios isolados que elaborou no final dos anos 90 (p. ex. Índios isolados da TI Uru-eu-wau-wau), Marcelo dos Santos definiu os seguintes profissionais como integrantes das FCs:

> "Auxiliar de Sertanista: Profissional alfabetizado, ambientado na floresta, sabendo como caminhar, se orientar, passar longos períodos expedicionando pela mata e retirando dela alimento para sua subsistência. Manter serenidade e paciência em situações de contato, conhecer vestígios indígenas, avaliar seu período e acompanhá-los.
>
> Indigenista: Profissional que além das prerrogativas mencionadas acima, precisa conhecer cartografia, saber se orientar tecnicamente (uso de GPS, imagens satélite e bússola), fotografar, elaborar relatórios e manter prévios contatos interinstitucionais, necessários a efetivação de expedições em locais que ameacem a segurança dos índios e da equipe. Ter também experiência de convívio com índios contatados, fundamental para compreensão do comportamento e das expectativas dos ainda isolados" (Santos, Projeto índios isolados da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, 1999).

A mídia e o indigenista

Santos acha que nossa sociedade é preconceituosa, acreditando que índio é só quem vive "no mato, pelado" (idem). É a mídia então, atrás de audiência, que enfatiza a vida folclórica do sertanista, os exploradores do mundo, que buscam contato com *índios pelados*. Existiriam dois tipos de sertanistas: "o que foge da mídia e aquele que não vai ali no córrego sem jornal, TV" (idem). Santos acha isso uma coisa antiga, mas que nunca ouviu a imprensa falar de José Carlos Meirelles, Rieli Franciscato, Altair Algayer, todos com "muitos anos de mato" (idem). Para que outros sertanistas fossem valorizados era preciso haver mudanças políticas, eliminando as "disparidades entre sertanistas" (idem).

O indigenista, que nunca deu depoimentos para jornalistas brasileiros, acredita que seu trabalho é mais conhecido no exterior. Credita ter recebido uma premiação da Presidência da República, junto com Davi Kopenawa Yanomami, ao fato de que no exterior circulam matérias sobre pessoas que projetam a imagem do país. Santos desconhecia que havia sido também indicado ao prêmio pela direção do Instituto Socioambiental (informação de Fanny Ricardo ao autor, 2003). É sintomático que nos primeiros anos de FUNAI nunca tivesse ouvido falar da Medalha do Mérito Indigenista.

Despedida

Santos se aposentou em 1998, mas continuou a trabalhar na chefia da FC Guaporé até novembro de 2000, quando se afastou definitivamente da FUNAI. Seus colegas o pressionam para voltar a trabalhar na FUNAI, mas o indigenista começa a sentir limitações físicas e só voltaria para desenvolver outro tipo de trabalho. Enquanto isso cuida da vida familiar, pois "não está em dívida com a questão social" (idem).

Os processos de colonização em Rondônia tiraram Santos do *isolamento* junto aos Nambiquara para colocá-lo monitorando a sobrevivência de povos indígenas de toda uma região. A saída para o indigenista foi articular-se com ONGs e outros organismos que lhe permitissem fazer frente aos invasores das terras indígenas. O seu depoimento é rico em observações sobre a formação e rotinas dos indigenistas, a identificação de terras indígenas e o enfrentamento de situações de contato (principalmente o pós-contato).

7.4 Altair Algayer

Altair Algayer, o *alemão*, foi localizado por intermédio de Marcelo dos Santos. Depois da aposentadoria de Santos, Algayer se afastou do trabalho em Rondônia, vindo a se tornar chefe do PI Maxakali (MG). Nosso contato foi demorado porque Algayer pouco saía da área indígena. Logo se dispôs a enviar um depoimento sobre sua experiência no SPII. Entretanto, era mais formal, distante, e seu depoimento foi cauteloso, medindo palavras.

Da família aos índios isolados

Altair Algayer nasceu em 1969, na cidade de Pinhãozinho, no interior de Santa Catarina. Morou no interior do estado até os 12 anos, quando a família migrou para Alta Floresta (RO). Seus pais eram agricultores, hoje são funcionários públicos. Residiu sempre no meio rural, trabalhando desde cedo com os pais, até os 16 anos. Por isso cursou só até a 4ª série do 1° grau, parava de estudar para trabalhar. Depois que foi trabalhar numa fazenda voltou a estudar através de um curso à distância, concluindo a 8ª série. Fazia de tudo na fazenda, tinha madeireira lá. Vivendo no mato, nunca se envolveu com atividades políticas.

Foi através do indigenista Antenor Vaz que soube da existência de índios isolados em Rondônia, habitantes da Rebio Guaporé. Sabia quase nada sobre os índios do Brasil, informações de cinema, estereótipos dos índios americanos. Convidado por Antenor Vaz, começou a trabalhar inicialmente na FC do Guaporé prestando serviços como *mateiro*, e daí continuou a trabalhar para a FUNAI sem fazer concurso. A situação dos índios isolados o motivou, achava que precisavam de ajuda para sobreviver.

Algayer acreditava que o trabalho de mateiro era só andar no mato, abrindo picadas, levando carga e montando acampamentos. Com o tempo verificou que eram necessárias outras qualificações: ter tranqüilidade para evitar acidentes e conhecer bem a fauna e a flora da região eram iniciativas fundamentais à atividade.

Algayer trabalhou inicialmente por serviços prestados e depois nas funções gratificadas de chefe de serviço da FC ou como chefe de PI. De 1992 a 1994, trabalhou exclusivamente na Rebio Guaporé, localizando um grupo isolado. Entretanto, na época a FUNAI tinha referências de 13 grupos isolados em todo o estado de

Rondônia, mas sua equipe só localizou cinco deles, embora passasse a atuar o tempo todo em busca desses índios. Em 1995, junto com o indigenista Marcelo dos Santos, fez o primeiro contato com os índios Kanoê e Akunt'su, do igarapé Omerê (RO). Ficou em Rondônia até 2001, tendo chefiado a FC em 2000 quando Marcelo dos Santos se aposentou, indo depois trabalhar dois meses na Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Rio Javari (AM), quando participou da Expedição Ajuricaba. Foi então chefiar a Frente de Proteção do Rio Madeirinha (MT), onde ficou até 2003.

O trabalho nas frentes de contato

Algayer conta que nas FCs os trabalhadores contratados por serviços prestados eram substituídos depois de alguns meses, para se evitar problemas trabalhistas. As equipes das FCs eram constituídas por dois servidores da FUNAI (o chefe e um auxiliar) e todos os demais eram contratados por serviços prestados (mateiro, piloto de lancha, cozinheiro, etc.). Proteger os grupos isolados e a área que ocupavam era tarefa árdua e difícil, enfrentava-se ameaças de fazendeiros, madeireiros, políticos. Em campo, mesmo com escolta da Polícia Federal, havia confronto até com integrantes de órgãos federais e estaduais que apoiavam madeireiras, colonos, etc. Tinham que se valer de ações do Ministério Público para contornar as situações.

Algayer é um indigenista que se identifica como um sertanista que tinha que enfrentar obrigações administrativas em campo: preencher diário, elaborar mapas, fotografar, etc. Havia muito trabalho administrativo como suporte de uma FC, quase tudo realizado fora de campo, usando fontes digitais. Nas expedições tinham que zelar pelos equipamentos e estimular o companheirismo, valorizando o trabalho dos colegas. Eram as normas de todas as frentes de que participou. Entretanto, as atividades e a disciplina eram diferenciadas conforme o chefe da FC, direcionando tudo. Uma frente tinha "um pouco a cara do sertanista" (Algayer, depoimento ao autor, 2003). Na chefia da FC assim centralizada, o sertanista direcionava o trabalho, as iniciativas de ação eram dele, mas o relacionamento entre todos era *igual*.

O indigenista sentiu diferença ao lidar com a população de Rondônia e Mato Grosso, em relação à do Amazonas (Vale do Javari). Entre pessoas que tinham quase as mesmas condições de sobrevivência dos índios, de um lado tiveram apoio e parceria (RO/MT), de outro, conflitos (AM). A dificuldade mesmo para as FCs era lidar

com fazendeiros e políticos, indivíduos com poder aquisitivo e melhor instrução, que confrontavam os índios isolados.

Os contatos

Algayer e Marcelo dos Santos, seguindo vestígios antigos, descobriram em 1995 uma aldeia na região do igarapé Omerê, deixando nessas imediações brindes como ferramentas, utensílios, cordas e também artesanato de outros índios: penas, taquaras de flechas, flechas confeccionadas. Era artesanato de outro grupo da mesma etnia, pois os indigenistas queriam mostrar para os índios isolados que estes "tinham parentes vivos ainda, e que esses parentes estavam atrás deles" (idem). Algayer afirma que a intenção não era de manter contato, mas o fato de terem deixado brindes certamente levou os dois índios Kanoê que estavam na aldeia a procurá-los, tendo a iniciativa do encontro partido dos índios. Usaram brindes para demonstrar aos índios suas boas intenções, entendendo que tal prática vinha desde o SPI, com algumas mudanças, pois não deixavam mais roupas, oferecendo com maior freqüência sementes e mudas de plantação (banana, mandioca, milho, batata, etc.), além de comida da roça. Um exemplo dessa atitude foi com o *índio do buraco*, na região do igarapé Omerê. O índio, fugindo do contato, não queria nada, mas passou a pegar as mudas de banana e mandioca que os indigenistas ofertavam.

Quando trabalhou na Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Madeirinha (MT), de 2001 a 2003, o objetivo da frente já não era só proteção e vigilância, devido às pressões que sofriam os índios. Algayer dirigiu então os trabalhos de contato, instalando tapiris com brindes a 18km do ponto de apoio. Verificavam os presentes a cada cinco dias, sabendo, por inúmeros sinais, que os índios isolados estavam perto. Entretanto, estes não aceitaram os brindes, se recusando terminantemente ao contato. Os índios reagiam à aproximação quando não queriam contato, numa ocasião o *índio do buraco* quase flechou o cineasta Vicent Carelli. Era uma forma de alertar a equipe para não se aproximar.

Algayer enfatizou que há diferenças de opinião entre sertanistas sobre quando e como fazer contato. Cita dois exemplos: ele e Marcelo dos Santos se contrapõem a Sydney Possuelo na questão do *índio do buraco*. Acompanhando a situação do índio, concluíram que este se negava terminantemente ao contato. Segundo Algayer, Possuelo tinha a opinião de que se devia "fazer o contato forçado de qualquer

maneira (...) era uma forma de salvar a vida do índio" (idem). A opinião de Algayer e Santos era de que o índio não queria, devia-se "respeitar isso e preservar uma área em volta dele" (idem).

Quanto aos índios isolados do rio Madeirinha (MT) ocorre a mesma divergência: o sertanista Wellington Figueiredo, então assessor do DEII, acredita que a forma de salvar aqueles índios é fazendo o contato. Entretanto, Algayer diz que tentou durante um ano o contato que era recusado pelo grupo. A saída era então determinar uma área para os índios e proteger esse território. Acha que durante quase todo o séc. XX o objetivo era contatar para salvar, e que a política atual é salvar sem contatar.

Vida de sertanista

Algayer considera que toda equipe de frente de contato ou proteção etnoambiental enfrenta riscos de ataques de índios isolados, acidentes, fraturas, cobras, etc. Pode haver confrontos, ameaças verbais e emboscadas de fazendeiros, madeireiros ou garimpeiros, não só nas áreas indígenas como nas cidades. Há ainda as doenças tropicais. Algayer já havia tido 23 malárias, que atingiu toda a sua equipe, pois a doença é endêmica em Rondônia.

Da convivência com outros profissionais em campo concluiu que cada um tem um jeito de compreender as coisas, mas não acha muito diferente a visão que têm da realidade indígena o sertanista e o antropólogo. Da vivência de campo, reconhece que Antenor Vaz, Marcelo dos Santos, Rieli Franciscato, Wellington Figueiredo e Sydney Possuelo tinham boa formação e visão de mundo para desempenhar as tarefas dos sertanistas.

Para ser sertanista e viver no isolamento da mata, é preciso ser paciente e "gostar do que tem lá: peixes, bichos, rios, mosquitos" (idem). De outra forma, não conseguirá enfrentar as doenças e as dificuldades de trabalho. Algayer gostava desse isolamento, "de ficar semanas num lugar sem mesmo ter contato com ninguém" (idem). O sertanista não se considerava um *aventureiro* voltado para questões pessoais e sim um *idealista* que realizava trabalhos de exploração geográfica, etc. Sua perfeita adaptação aos trabalhos de campo o diferenciaria de outros indigenistas. Tem um grande conhecimento da flora e da fauna, convivendo intensamente com a população regional e com os índios. Essas informações são adquiridas por aqueles que convivem com os índios, mais do que pegando "um livro, uma história escrita daquele povo" (idem). O

treinamento profissional levava ainda a conhecimentos diversos – mecânica, informática, comunicação via satélite (GPS, mapas). Mas esse aprendizado só existia a partir do campo.

Participar de equipes diferentes em outros locais facilitava a troca de experiência entre sertanistas, já que apenas os encontros entre chefes de frentes realizados em Brasília na década de 90 correspondiam a um espaço institucional voltado para a reprodução e o aperfeiçoamento desses agentes.

O sertanista e as terras dos índios

Verificada a localização de um grupo indígena isolado numa dada região, a ação do sertanista volta-se para a identificação do território desses índios. Isso é efetuado pelo levantamento de vestígios diversos – malocas, tapiris, roças, locais de caça e coleta, etc. –, tudo devidamente documentado com fotos e vídeos, e precisamente plotados em mapas através do GPS. A partir dessa identificação e tendo uma estimativa do número de pessoas no grupo, o sertanista propunha uma interdição da área. Algayer acompanhou algumas interdições que viraram delimitação oficial: no rio Omerê (processo interrompido), na Terra Indígena Massaco e no rio Madeirinha, tendo participado ativamente das interdições nesta última e no Omerê.

Houve um caso em que também colaborou na interdição de uma área para os índios isolados do rio Muqui. Segundo Algayer,

> "quando se pediu a interdição da área, o pequeno grupo que vive isolado lá estava fora da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau, nas imediações, 6 a 7 quilômetros dos limites, ocupando as pequenas ilhas de mato que existiam entre as fazendas, os sítios, e com freqüência de deslocamento, para se proteger (...) ir atrás de caça e coleta (...) naquelas pequenas ilhas de mato. Logo após a interdição esse grupo se deslocou para dentro da TI Uru-eu-wau-wau" (Algayer, depoimento ao autor, 2004).

Isso teria acontecido em 1994, e quando quiseram delimitar essa interdição em 1999 a realidade era outra. A equipe de Algayer havia vigiado os índios esses anos todos e comprovado que não haviam retornado para a área interditada. Houve um consenso geral da equipe de delimitação e a área foi desinterditada, passando a equipe de vigilância a acompanhar a sobrevivência dos índios dentro da TI Uru-eu-wau-wau.

Algayer acredita que cabia ao sertanista que exercesse a função de chefe de FC estabelecer numa proposta o tamanho de uma área indígena a ser interditada. Já a delimitação final da terra conta hoje com "uma forte presença dos índios" (idem). O

sertanista definia uma interdição e a defendia até o fim. No caso de Rondônia, a FUNAI ampliou os limites da TI Massaco, superpondo-os aos da Rebio Guaporé, passando a fiscalizar ativamente as áreas ambientais na reserva. Em geral, as interdições sem maiores dificuldades ocorriam em regiões desabitadas, de terras devolutas da União. Algayer afirma que no caso dos índios isolados do rio Pardo (Frente do Madeirinha/MT),

> "a FUNAI solicitou a interdição e com dois meses (...) juiz federal desinterditou a área e (...) ainda proibiu (...) a frente em trabalhar nessa região. Enquanto isso, os fazendeiros que entraram com o processo, demarcaram as terras ali naquela região. Cada um pegou a quantidade que queria dentro dessa interdição; abriram picadas, desmataram as áreas e a FUNAI demorou um ano para conseguir derrubar essa decisão do juiz e interditar a área de novo. Perdemos 1 ano de trabalho, onde a área foi totalmente ocupada, se demarcou várias fazendas lá dentro, se abriu estradas ali" (idem).

O sertanista elegia como as maiores dificuldades no reconhecimento de terras a lentidão da Justiça e da FUNAI em manterem interdições e regularizarem terras já delimitadas. A equipe da FC Guaporé contava recentemente em Rondônia com o apoio do Ministério Público e de um juiz federal, realizando interdições judiciais e não através de Portarias da FUNAI. Disto se beneficiaram os índios do igarapé Omerê e o *índio do buraco*.

Algayer acredita que, além dos dados de campo, os sertanistas deviam ter informações judiciais e antropológicas para realizarem seus trabalhos, de forma a não prejudicar a definição inicial de uma terra indígena, formalizada com o instrumento da interdição.

Identidade sertanista

Os sertanistas poderiam ser caracterizados por somar ideais pessoais e ideais indigenistas. Sua valorização social dependeria da realização de pacificações sem mortes, aliada a uma ética pessoal de honestidade e competência no trabalho. Por isso existiam "modelos vivos" (idem) das práticas sertanistas, que deviam ser seguidos. Daí os conhecimentos do sertanista serem valorizados, quando chamado a opinar sobre política indigenista. Mas não havia heroísmo, o sacrifício em campo era contornado da melhor maneira possível.

No que entendia por prática sertanista, Algayer achava o indigenista Marcelo dos Santos carismático, com carisma construído no trabalho de campo, através da liderança e exemplos. Entretanto, tal identificação social não beneficia ninguém,

"não favorece nada fora do ambiente de trabalho" (idem). O indivíduo só possuiria "uma certa autoridade dentro do órgão e na frente de atração" (idem).

Política de localização e vigilância

Algayer acredita na política indigenista governamental que "só precisa é ser colocada em prática junto à população indígena que está abandonada" (idem), da mesma forma que a FUNAI precisaria ser reestruturada, para ter eficiência. A política de localização e vigilância dos índios isolados era boa, mas chegou tarde e sem investimentos humanos e materiais. Isto fez com que vários grupos sem proteção e assistência direta fossem exterminados, não se chegou sequer a saber quem e quantos eram.

Algayer pouco sabia sobre os índios antes de trabalhar para a FUNAI. Com a experiência, viu que "são seres iguais à gente. Eles têm objetivo, têm compreensão das coisas, têm o respeito que muitas vezes a gente não tem" (idem). Fez todo o trabalho de identificação do território dos índios Kanoê e Akunt'su – rios, malocas, locais de caça, etc. – conversando e andando com os índios. Sobre o *índio do buraco*, conta que monitoravam desde 1993, através de imagens de satélite, a localização de três ou quatro pessoas numa clareira onde tinha roça, casa. Isso até 1996, quando os fazendeiros desmataram o local e expulsaram os índios. A partir daí os vestígios que encontravam eram de um índio sozinho – "não tinha mais roça (...) a casa era pequenininha" (idem). Tentaram contatar esse índio, realizando interdições de curto prazo (poucos meses). Refugiado num buraco construído dentro de uma pequena casa, hábito próprio não encontrado entre outros índios da região, o índio sempre rejeitou o contato. Inicialmente um juiz federal interditou por dois anos a área em que ele estava, de forma a impedir desmatamentos e exploração de madeira no local. O índio continuou rejeitando o contato, mesmo aceitando alguns brindes de sementes de alimentos. No final de 2000 o juiz federal estabeleceu uma interdição por "tempo indeterminado até que o índio ou a FUNAI resolvesse a questão" (idem), fazendo o contato ou deixando a área interditada durante a existência do índio.

Do trabalho de localização dos índios, evitando-se o contato, Algayer cita dois acontecimentos significativos. Um junto aos índios do rio Muqui (RO), que ao perceberem a proximidade da equipe de localização, puseram-se a gritar e bater nas árvores, até afastar os indigenistas, que interpretaram tais atitudes como recusa ao

contato. O outro foi uma expedição na Rebio Guaporé onde, numa área em que não encontraram qualquer vestígio recente de índios, a equipe se deparou com um casal de um grupo desconhecido. Escondendo-se no mato, os indigenistas evitaram o contato e puderam observar as características físicas e o uso de adornos ou não por esses índios. Algayer lembra que tinham arcos e flechas imensos, estando desprovidos de qualquer adorno ou pintura corporal, enfim, fizeram o trabalho ideal para uma equipe de localização, buscar informações e vestígios sem efetuar o contato.

Desde 1994 as equipes das FCs da FUNAI passaram a usar o sistema de localização por satélite, o GPS. Isto permitia a localização exata dos vestígios, traçar rotas e segui-las sem erros, delimitar áreas com precisão e identificar, numa ocasião de fiscalização, a exata posição da equipe, possibilitando o flagrante de invasões de áreas indígenas. Hoje as FCs têm computadores de mão e telefone via satélite facilitando as ações emergenciais.

Algayer atuou em regiões que denomina como muito perigosas em Mato Grosso, mas foi em Rondônia que sofreu várias ameaças de morte, da parte de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, tendo sido inclusive demitido da FUNAI no final de 2000 por pressões de um político influente de Rondônia. A equipe da FC Guaporé teve muitos problemas na década de 90 com o IBAMA de Rondônia, que apoiava a exploração madeireira e só agia através de decisões judiciais. Quando atuou em Mato Grosso, Algayer sequer contou com o IBAMA local, que não tinha quadros nem infra-estrutura para realizar fiscalizações. O sertanista acredita que, para mudar o quadro decadente da FUNAI, os próprios índios tinham que tomar "decisões, ter essa iniciativa que é fundamental para a própria sobrevivência deles" (idem).

7.5 A delimitação da TI Massaco

A ação da equipe de localização de índios isolados na Rebio Guaporé

A FUNAI criou em 09/07/1988 (Port. 644/88) uma Equipe de Localização de Índios Isolados no âmbito da 2ª SUER, voltada inicialmente para o levantamento dos índios da Rebio Guaporé, pois o órgão vinha constatando desde 1980 a presença indígena na região.[71] A equipe identificou a presença de grileiros e madeireiros que faziam retirada ilegal de madeira da área através de estradas clandestinas. As primeiras investigações localizaram diversos vestígios numa grande extensão da Rebio, indícios de sazonalidade territorial dos índios, a procura de áreas de floresta durante a estação seca, e de savana durante as chuvas.

Em 1989, a equipe encontrou dezenas de acampamentos em variadas localizações. Num deles os índios foram vistos à distância e se verificou que as mulheres portavam *maricos* (bolsas de tucum trançado). Entre os vestígios achados, encontravam-se arcos grandes e tucum para trançados. Ainda em 1989, a Equipe de Localização, através da 2ª SUER, solicitou a interdição da Rebio para transformá-la em Área Indígena Massaco, com 280.580ha, o que acabou não ocorrendo. Os acampamentos descobertos em 1990 permitiram o estabelecimento de hipóteses sobre o sentido do deslocamento dos índios. As atividades de fiscalização e vigilância permitiram a retirada de grileiros e posseiros da Rebio.

As investigações de 1991 descobriram varadouros indígenas, além de vestígios na região onde os índios buscavam taquaras. Os varadouros e acampamentos foram levantados em 1992. Esses índios usavam estrepes nos varadouros para expulsar os invasores. Até 1994 foram localizados 54 acampamentos distribuídos no interior da Rebio. No mapa elaborado pela equipe, além dos acampamentos constam localizações de estrepes, varadouros, pontos de coleta de mel e tucum, locais de caça e pinguelas. Tais sinais dos isolados na Rebio tinham ainda indicação de "reincidência de ocupação" (Processo 1592/95, fls. 29), o grupo circulava para sobreviver, além de indícios de "concomitância de ocupação" (idem), sugerindo a existência de subdivisões familiares.

---

[71] Entre outros documentos citamos: telex de 02/09/1980 do Pres. da FUNAI, João Carlos Nobre da Veiga, ao Cel. Rubem Ludwig, chefe de Gabinete do CSN; Antonio Flávio Testa, antropólogo, relatório de viagem à área do Rio Branco[Port. 936/E, de 05/03/1981]; telex nº 376/Gab/2ª SUER, do Superintendente Nilson Campos Moreira ao Gov. de Rondônia, Jerônimo Santana.

Ao longo de todos esses anos, a Equipe de Localização produziu vários relatórios contendo os levantamentos detalhados da presença indígena na Rebio.

Em 1990, a FUNAI impediu que o IBAMA demarcasse a Rebio Guaporé, baseando-se então nos dispositivos constitucionais. Desde 1982 havia atividades em conjunto de fiscalização da Rebio. Só em 1992 foi criado o 1° GT para identificar e delimitar a Área Indígena Massaco (Port. 1374/92, 08/09/1992). Entretanto, o trabalho coordenado pela antropóloga Lara Santos de Amorim não foi concluído. O GT que identificou a área foi instituído pela Port. FUNAI 820/PRES/94, de 14/09/1994, sendo coordenado pela antropóloga Denise Maldi.

A antropóloga e os índios isolados de Rondônia

Denise Maldi Meirelles (depois apenas Maldi) ainda era estudante de graduação de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB) quando se casou com o sertanista Apoena Meirelles. Recém-casados, Apoena levou Denise para a FA Waimiri-Atroari. A antropóloga acabou a graduação em 1976 e se mudou para Rondônia, onde viveu em aldeias indígenas com Meirelles, além de trabalhar em instituições públicas (Laraia, 1997). Aí começou a estudar de uma perspectiva etno-histórica a vida dos povos Pakaa Nova, Gavião, Jabuti, Karitiana, Makurap, Uru-eu-wau-wau e Wayoró. Fez o mestrado na UnB a partir de 1983, estudando os índios Pakaa Nova sob orientação de Roque Laraia. Nos anos 90, começou o doutorado em Antropologia Social na USP, interrompido pela sua morte em 1996. Era orientanda da antropóloga Aracy Lopes da Silva.

Denise Maldi guiava-se pela busca de rigor teórico no trabalho antropológico (Maldi, 1986). No primeiro livro que publicou, *Guardiães da fronteira* (Maldi, 1989), iniciou uma discussão teórica do trabalho interdisciplinar entre Antropologia e História que marcaria daí em diante toda a sua obra. Em 1991, Maldi publicou um artigo analisando o *complexo cultural do Marico*.[72] No texto, valorizou o trabalho de técnicos da Equipe de Localização de Índios Isolados da FUNAI, pois estes teriam percebido nos acampamentos encontrados "a presença de maricos (...) indício inequívoco de que o grupo isolado integra um complexo cultural que – aparentemente – exibia muitas similaridades" (Maldi, 1991, p. 211) (grifo do autor).

[72] A autora não discutiu o conceito de *complexo cultural*, mas adotou os trabalhos de Lévi-Strauss (1948) e Métraux (1948), dentro da obra geral de Steward (1948).

A antropóloga pretendia identificar quais seriam as "similaridades e diferenças" (idem) entre populações indígenas de Rondônia de famílias lingüísticas diferentes – Tupi e Jabuti –, a partir do estudo de relações intersocietárias e de similaridades culturais, para compreender "de que forma (...) formaram um complexo cultural homogêneo" (ibid., p. 237), isto é, até que ponto a "proximidade geográfica implicava em relações intersocietárias e em similaridades culturais" (idem). Maldi percebeu que "dois elementos culturais" (ibid., 266) eram exclusivos dos povos pesquisados, "a confecção do marico e a aspiração do pó de angico nos atos xamanísticos" (idem). Identificou também os elementos culturais característicos mas não exclusivos. Havia integração das sociedades a partir do "consumo cerimonial da chicha" (idem). Suas mitologias e estruturas sociais exibiam semelhanças, havia uma "memória cultural comum" (idem). Detalhando as similaridades da morfologia social, alertava também que sofriam "sérias ameaças no tocante à sua reprodução e perpetuação face às perdas demográficas" (ibid., p. 267). A antropóloga concluiu então que existia "um complexo cultural específico de características bem marcadas" (ibid., p. 209) entre as sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens. Tal pesquisa fundamentaria posteriormente a identificação da TI Massaco.

Em 1992, Maldi produziu um Laudo Histórico-Antropológico sobre os índios Zoró (MT). Havia uma ação judicial sustentando que "os Zoró não eram um povo distinto dos demais, mas um pequeno 'bando' dissidente e, por isso, sem direito ao território" (Maldi, 1994a, p. 176). O laudo da antropóloga fez com que aquela etnia aparecesse "em toda a sua concretude" (idem). Para identificar o que seria o território de ocupação tradicional dos Zoró antes do contato, lançou mão do corpus teórico da Etno-história. A investigação do "tempo espacializado" (ibid., p. 193) foi realizada através: a) da coleta de histórias de vida (conexões pessoais formando um destino coletivo); b) conhecimento das estruturas que conformavam a organização social (grupos locais, linhagens) (ibid., p. 194); c) conhecimento da toponímia (migrações e localizações de aldeias); d) estudo semântico das denominações de aldeias. Maldi buscava os fatores culturais da orientação espacial para elaborar seu mapeamento etnográfico. No artigo, combateu a idéia de que os índios *perambulavam*. Afirmava que

> "Poderíamos dizer que têm locais fixos de moradia, na medida em que ocupavam e reocupavam determinados pontos do território cujas fronteiras 'políticas' se definiam pela soberania de uma determinada sociedade, que reagia com a guerra à sua intromissão.

> Não perambulam os índios: deslocam-se rumo a uma localidade nominada para buscar argila para panelas; para buscar mel; para buscar taquara para flechas ou pupunha para arcos. Quando o fazem vão em busca de recursos naturais que conhecem bem onde ficam. Conhecem e dão nome aos rios que cortam seus territórios; conhecem e dão nome aos afluentes desses rios; conhecem as cabeceiras dos grandes rios, dos seus afluentes e dos seus tributários: são extremamente detalhistas nesse sentido.
> Quando um grupo local se move, em virtude do desgaste natural das roças, prepara-se com muita antecedência, sabe para onde irá e sabe até o nome do local que irá ocupar. Sabe onde estão os grupos locais próximos e os nomes dos aldeamentos vizinhos. Território e movimento; terra e toponímia; território e sociedade; sociedade e movimento – eis o modelo" (Maldi, 1994a, p. 231-232).

Essas idéias sobre territorialidade também estavam presentes na identificação da TI Massaco.

Os textos de Maldi revelam uma antropóloga que investia na realização de trabalhos de campo exaustivos, valorizando os processos desencadeados pelo "encontro etnográfico" (Maldi, 1994b, p. 139). Seu artigo sobre território e dinâmica cultural entre os Pakáa Nova, escrito em 1993 e publicado só em 1998, concluía que o estudo da "relação territorialidade/organização social" é que permitiria "a compreensão dos modelos de ocupação e de integração social desses povos" (Maldi, 1998, p. 140). Nos seus estudos das sociedades Aruak da fronteira entre a Bolívia e Rondônia, a antropóloga observou que havia

> "várias evidências de que a territorialidade era um elemento fundamental na configuração da identidade, permeando outros elementos da organização social, como as linhagens. Não havia nenhum traço de 'nomadismo' nessas sociedades, mas a ocupação periódica de espaços nominados, cujos topônimos remetiam à mitologia" (ibid., p. 139-140).

Num artigo póstumo, publicado em 1997, Maldi abordava a territorialidade como categoria cultural com historicidade própria, ou seja, haveria ao longo da história de um grupo inúmeras representações da territorialidade indígena (Maldi, 1997).

A primeira identificação de uma terra para índios isolados: a TI Massaco

A "Relação dos Acampamentos localizados na Reserva Biológica do Guaporé" consta de um relatório de 1990 do indigenista Antenor Vaz, onde este sistematizou todas as informações obtidas pela FUNAI sobre a presença de índios isolados na Rebio Guaporé. Valorizando acentuadamente este levantamento, Maldi analisou os vestígios de cultura material aí encontrados tendo por base seus conhecimentos etno-históricos da região, numa tentativa de identificação do(s) grupo(s)

isolado(s). Nesse sentido, observou nos acampamentos a presença dos *maricos*, dos arcos imensos, lembrando dos territórios tradicionais de sociedades com ocupação antiga, áreas onde havia trocas culturais intensas e muitas similaridades, formando um complexo cultural. A avaliação inicial dos dados da FUNAI indicava que essa sociedade indígena era Tupi ou de língua isolada, e "que de alguma forma, em algum momento da sua história, integrou, através de trocas culturais e/ou cerimoniais, o complexo que torna homogênea a cultura dos povos do médio Guaporé" (Processo 1592/95, fls. 30).

Em sua viagem de campo à Rebio Guaporé, chefiando o GT 820/94, Maldi esteve em vários acampamentos, conforme comprovam anexos fotográficos, embora a antropóloga *não* apresente no Processo da TI Massaco um relatório circunstanciado das atividades do GT. Além do que coletou nessa viagem e da importância da relação dos acampamentos levantados pela Equipe de Localização, reproduzida literalmente no relatório do GT, a antropóloga utilizou como fontes contemporâneas para o relatório de identificação diversos dados oficiais de diversas fontes governamentais.[73] Além disso aproveitou também os dados testemunhais obtidos pelo GT 1374/92, onde fazendeiros, seringueiros, moradores da região e índios diversos assinalaram a existência de inúmeros acampamentos e vestígios da presença de índios isolados na região.

Conforme Maldi assinala no início de seu relatório de identificação, o processo de estabelecimento da TI Massaco se desenvolve a partir da

> "atipicidade de quatro fatores:
> 1 – Pela primeira vez na história do indigenismo brasileiro, uma área será delimitada antes do contato com os índios que nela habitam;
> 2 – Os índios já deram sucessivas demonstrações de que não desejam estabelecer contato, cercando os seus acampamentos com estrepes;
> 3 – Existe uma grande quantidade de dados sobre a localização desses índios e observações a respeito da sua cultura material, além de notável volume de informações de testemunhas que notificaram a sua existência;
> 4 – A área ocupada pelos índios isolados coincide em quase toda a sua totalidade com a área da Reserva Biológica do Guaporé. Este dado é em si altamente significativo pois, sem dúvida, foi o que permitiu que os índios permanecessem a salvo de processos de contato mais intensos, a despeito das sucessivas invasões da Reserva" (Processo 1592/95, fls. 005, grifos do original).

Baseando-se nesses fatos, nos seus estudos históricos da ocupação indígena desse território e no trabalho de campo da equipe de localização de índios isolados, que realizou trabalhos de vigilância e fiscalização, retirando invasores e

---

[73] Relatórios de instituições governamentais, como o Serviço Geográfico do Exército, o IBAMA e a FUNAI.

possibilitando a conservação da área, é que Maldi pede urgência no reconhecimento da terra como de ocupação tradicional indígena.

No dia 21/05/1996 o D.O. publicou a Portaria 305, do Ministro de Estado da Justiça, onde a TI "ficou identificada como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena isolados" (DO, 21/05/1996, seção I, p. 876), sendo declarada de posse permanente dos índios a superfície de 503.000ha.

8 A VIGILÂNCIA AOS ÍNDIOS ISOLADOS DO ACRE

8.1 José Carlos Meirelles, o 'ermitão' do Acre

Entrevistei José Carlos dos Reis Meirelles Júnior em setembro de 2002, na sede da FUNAI, durante uma de suas viagens de trabalho. Meirelles se prontificou a colaborar quando conheceu nosso projeto de pesquisa. Trabalhando com índios isolados desde os anos 70, tinha muito a falar. A entrevista foi tranqüila e objetiva, permitindo a contextualização das atividades da FPERE. Com uma forte defesa retórica da política isolacionista, Meirelles tendia a direcionar todas as respostas para os mesmos pressupostos. Utilizando exemplos de outras situações regionais, conseguimos obter as respostas essenciais ao nosso questionário padrão de entrevistas.

Trajetória profissional

José Carlos dos Reis Meirelles Júnior nasceu em São Paulo (SP), em 30/04/1948. Foi criado no interior do estado, gostando desde pequeno de andar pelo mato. Lia muito e sabia alguma coisa sobre a vida dos índios brasileiros. Em Guaratinguetá (SP) cursou até o 3º ano de Engenharia. Nas férias, ao invés de viajar para cidades turísticas, ia para o mato, preferindo caçar e pescar, tendo uma vez levado um tiro no pé por acidente durante uma caçada. Ao ficar hospitalizado vários meses, reviu sua vida e decidiu abandonar o que fazia. Em 1970, deixa a faculdade e vai para São Paulo trabalhar com processamento de dados. Naquele mesmo ano se interessou pelo concurso para técnico indigenista da FUNAI. Passou nas provas e foi a Brasília realizar o curso que ministrava noções básicas aos indigenistas em 1971. Após dois meses de aulas, foi realizar o estágio de campo junto aos Urubu Kaapor, onde não havia mais ninguém da FUNAI. Não teve qualquer orientação nesse *auto-estágio*.

Meirelles conta que quando foi para os Urubu Kaapor, um preto velho que vivia entre os índios o ensinou a andar no mato, foi um aprendizado pela observação da *vivência*. O sertanista diz ter a "humildade de observar (...) escutar estórias (...) aprender a rastejar veado, anta" (entrevista ao autor, 2002). Logo começou a identificar rastro de índio e de branco, aprendeu a viver na mata. Lamenta hoje não ter para quem passar sua experiência, a FUNAI não renovou seus quadros, embora seja

tudo mais fácil com o auxílio da tecnologia e ninguém mais fique sozinho. No seu entender, para trabalhar com índios isolados é essencial reconhecer sinais, saber até onde os índios vão, caçam, circulam, pescam. "É um trabalho de garimpagem no mato que só quem conhece o mato pode fazer. Não tem antropólogo no mundo que faça isso..." (idem).

Na área Urubu Kaapor *topou* com os Awá-Guajá, indo trabalhar com Luís Moreira, sertanista que cuidava da FA desses índios. No relatório "Contato com os Guajá do Alto Rio Turiaçu" (15/03/1973), descreveu os riscos sanitários que corriam os índios, já encontrados com gripe, além do cotidiano do grupo, com breves observações sobre alimentação, habitação e as relações entre famílias. Sem a prática de sertanista, propôs à FUNAI interditar a área e recensear os índios.

Um mês depois, participaria de uma expedição comandada pelo indigenista Jairo Patusco, com o objetivo de atrair índios Guajá. A idéia era instalar um PI para atender esses índios e realizar a interdição da área definida por Meirelles. Como resultado, fizeram contato com algumas famílias, distribuíram brindes e foram informados pelos índios da existência de dezenas de pequenos grupos Guajá espalhados pela região do Alto rio Turi (MA) (Meirelles, Relatório, 04/05/1973). Em pouco mais de uma página, a equipe deu informações episódicas sobre a economia, parentesco, cultura material (ornamentos, utensílios, armas, etc.) e atitudes dos índios, propondo a instauração de uma FA na região por seis meses.

Meirelles foi convidado pelo indigenista José Porfírio de Carvalho para trabalhar em Rio Branco (AC) em 1976. A FUNAI se instalava numa região onde os governantes regionais diziam não haver índio. Junto com Carvalho, começou a revelar as aldeias dos índios do Acre, sendo acusado pelo então governador de "pintar cearense de índio" (entrevista ao autor, 2002). Do final de 1977 até 1980 trabalhou no PI Mamoadate, na TI Kaxarari, onde fez a proposta de delimitação dessa terra, a primeira do Acre reconhecida pela FUNAI. Em 1980, durante um confronto de servidores com os militares que dirigiam a FUNAI, foi demitido junto com vários indigenistas da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI). Passou a trabalhar com o antropólogo Terri de Aquino na Comissão Pró-Índio do Acre, organizando cooperativas indígenas durante dois anos. Foi recontratado pela FUNAI em 1982, voltando a trabalhar no PI Mamoadate, vindo a se casar com a enfermeira do posto.

Meirelles se transferiu do Acre para o Maranhão, em busca dos grupos Guajá isolados. Logo criou um conflito local ao descobrir arrendamentos de coco

babaçu estabelecidos pelos índios Guajajara (MA) dentro da área Guajá. Voltou para o Acre, passando inicialmente a trabalhar na administração da FUNAI na capital, depois chefiando um PI em Cruzeiro do Sul, pois os índios do Acre, em consenso com ONGs e FUNAI, tiraram os PIs das áreas indígenas deslocando-os para cidades próximas.

Participa do I Encontro de Sertanistas da FUNAI (1987) que deliberou pela criação do sistema de proteção aos índios isolados. Vendo sempre cada sertanista da FUNAI "agindo do seu modo" (idem), apoiou o estabelecimento de uma política única para proteção dos índios isolados (Meirelles, palestra, 2002). Depois da reunião, o sertanista Sydney Possuelo deslocou Meirelles para vigiar e impedir o contato dos índios Kampa com os índios isolados do rio Envira (AC).[74]

Ao se instalar no rio Envira, Meirelles chegou a ser atacado a flechadas pelos isolados. O sertanista conseguiu fazer um acordo com os índios Kampa, dividindo o rio em duas regiões – a dos isolados e a dos Kampa – ficando o PI da frente de contato como fronteira entre as áreas. Para demarcar a terra desses isolados, Meirelles propôs uma alternativa física ao memorial descritivo de demarcação, pois uma picada daria no pátio de uma aldeia dos isolados. Entretanto, a direção do PPTAL não concordou com a proposta do sertanista, a demarcação total tinha que ser feita. Foi então constituída uma grande equipe para essa demarcação, com muitos índios Kampa e peões. Os índios isolados, ao perceberem o traçado na mata em direção a sua aldeia, cercaram a equipe técnica, depois de atacar e destruir a sede da FC. Os integrantes da equipe só escaparam porque abriram uma clareira na selva, para serem salvos por um helicóptero de resgate do Exército, numa operação dirigida pelo sertanista Sydney Possuelo.

Meirelles reconstruiu a FC e continuou seu trabalho de vigilância no Envira. Na época desta entrevista, em setembro de 2002, os índios haviam tentado flechar na mata alguns peões da FC. Em Brasília, na sala do DEII, vimos Possuelo *dando uma aula* a Meirelles de como proceder em caso de contato e de como interpretar os sinais deixados pelos índios nessas ocasiões. O sertanista vivia há meses a tensão de um novo ataque ao núcleo da FC. Dizia não querer fazer contato, o que certamente iria desestruturar a vida desses índios. Paradoxalmente, o ataque foi recebido com alívio: "eles não estão a fim do contato, isso é bom" (idem).

[74] Na fronteira do Acre com o Peru são oito as TI onde também se encontram índios isolados.

Família de sertanista

A família reclama de sua ausência, pois o sertanista fica seis meses direto na FC, "socado no mato" (idem). A mulher vive dizendo que é pai e mãe dos filhos ao mesmo tempo e Meirelles acha que esse é o preço que paga pela dedicação ao trabalho. Os filhos também cobravam a presença do pai. A situação era tal que conseguiu que em 1998 todos os filhos perdessem o ano letivo para ficar com ele na FC. Isto não sai de sua memória, foi um ano "delicioso" (idem).

O sertanista acha importante a presença de mulheres e crianças na FC, diminuindo a desconfiança nas intenções da equipe. Sua mulher leva um neto à FC para os índios lá da mata verem. Meirelles quer mostrar a família, não parecer estranho,

> "porque esse negócio de proteger índios isolados é um diálogo de surdos, de cegos. Porque a gente fica imaginando que está protegendo e sabe lá o quê o índio isolado fica pensando da gente, o quê que esses caras estão fazendo aí (...) Depois de um certo tempo (...) eles descobriram que depois que a gente chegou lá (...) nunca mais ninguém perturbou eles" (idem).

Tecendo alianças

O sertanista sempre trabalhou muitos anos num lugar, excetuando o Maranhão. Está na FC do Envira há 14 anos, conhece todos os habitantes de Feijó (AC) e os seringueiros da beira desse rio. Passa, conversa e explica o que faz na FC. Sempre falou para as pessoas dos municípios o que era a FC e levou até lá em 2000 o governador do Acre, Jorge Viana. Quer chegar num lugar "antes dos problemas acontecerem" (idem), defendendo uma teoria dentro da FUNAI: "a gente não é bombeiro" (idem). Entretanto, reconhece que a FUNAI vai a reboque dos acontecimentos, e que a FC Envira era uma exceção.

Meirelles acredita no trabalho "de formiguinha, porque não adianta você trabalhar só com os índios. Se você não trabalhar com a população envolvida, você está frito. Você tem que se dar bem com os ribeirinhos" (idem). O sertanista não crê em política para índios isolados que não trabalhe "o entorno" (Meirelles, palestra, 2002). A idéia é arrumar parceiros, não inimigos. Mostrava que os madeireiros iriam destruir as colocações dos seringueiros, espantar a caça, os garimpeiros poluiriam rios com mercúrio. O sertanista, andando com remédios, cuidava também da saúde dos

"brancos", dava carona às pessoas; procurava convencer os vizinhos dos índios a não atirar nestes, pois poderia haver vingança. Tudo isso demandava tempo, paciência e "humildade de você parar, dormir na casa do seringueiro, conversar com ele. Não chegar como o dono da verdade, o dono do mundo. Escutar a história dele primeiro, antes de contar a sua" (idem). Índios e ribeirinhos tinham que ser aliados para preservar a floresta, e não matar uns aos outros.

Esta seria a prática correta para se evitar problemas: sentar praça onde existir índios isolados e não realizar fiscalizações com "500 caras do IBAMA, 600 caras da Polícia Federal que apreendem um monte de madeira, caminhão, criam uma quizumba, vão embora" (idem). Na opinião de Meirelles isto não funciona, precisa ter pessoas fixas que conversem com os regionais e expliquem as conseqüências trazidas pela implantação de madeireiras e agropecuárias. Entretanto, não há conversa com madeireiros, aí "tem que usar a força, infelizmente não tem jeito, os caras querem te matar" (idem). Teria sido "uma guerra" (idem) o sertanista Sydney Possuelo expulsar madeireiros e pescadores e controlar a situação dos índios isolados no Vale do Javari.

Meirelles compara a situação do Acre com a do Maranhão, que visitou recentemente. Neste estado só teria restado a mata das terras indígenas, todo o resto foi destruído para virar pasto ou plantação, a população regional foi expulsa pelos garimpos da Amazônia. Acha que o movimento indígena e o dos seringueiros no Acre têm que confrontar esse processo e criar alternativas, como acontece com a produção de couro vegetal e a exportação de urucum pelos índios Kaxinawá e Jaminawa. O risco maior é a pressão sobre as terras, a transformação de povos em "restos de povos", e a mudança do "contato" para "operação de resgate" (idem) de uns poucos sobreviventes.

Os riscos do contato

O sertanista acredita que se os índios isolados ficarem imprensados, só lhes restará duas saídas: "morrer brigando ou (...) sair para qualquer lugar" (idem). Neste último caso, que saíssem juntos com os sertanistas. Entretanto, Meirelles não sabe a fórmula, "como fazer isso sem grandes traumas para esse povo que vai ser contatado" (idem).

> "É um negócio muito difícil, eu já vi isso. A cabeça do índio fica uma coisa complicada, porque é muita coisa para ele absorver em pouco tempo (...) você não salta a história 20 mil anos num ano, cara. (...) fico pensando, se pudesse dar mais, pelo

> menos 30 anos de vida tranqüila para esses caras, acho que cumpri minha tarefa na minha vida. Não precisa contato agora, deixa os caras serem felizes até quando eles puderem ser. Já é alguma coisa, do que, como se fazia antigamente:' ah, tem um povo isolado lá. Então vamos contatar'. Só para sair na foto, agarrado com índio bonito, pelado. Depois de dois anos você vai lá, os caras estão caindo os dentes, morrendo de tuberculose. Não é por aí" (idem) (grifos meus).

Meirelles critica a política que valorizava a miscigenação e dizia que o índio ia acabar. Procura mostrar que está acontecendo o inverso, usando o exemplo dos Guajajara do Maranhão. Diz que quando chegou lá em 1971 eram 4 mil, e hoje são 15 mil. Continuando a crescer, "vão ser Guajajara por mais uns 10 séculos" (idem).

Meirelles nunca havia realizado uma expedição para regiões de índios isolados com outros sertanistas, inclusive Sydney Possuelo. Só conseguia se reunir com os demais colegas – Fiorello Parise, Afonso Cruz, Marcelo Santos e outros – na reunião anual de sertanistas promovida pelo DEII. Como eram poucos os sertanistas e não havia substitutos, tornava-se impossível se ausentar por muito tempo de uma FC. Seria importante trabalhar em outras áreas, ir para o Vale do Javari, para ter uma visão geral da situação dos isolados, mas isto não acontecia.

O sertanista concordou em 1987 com a definição de uma política dirigida para os índios isolados. Previa-se a delimitação e demarcação de terras realizadas sem contato com esses índios, pois tal fato passaria a ser considerado espontâneo, a iniciativa viria da parte dos índios. Entretanto, isto não significava que não houvesse problemas para operacionalizar tal política. Meirelles reconhece que seria criada uma situação difícil se os índios resolvessem aparecer de repente na frente do rio Envira, pois os cuidados com a saúde dos isolados são complicados. Da mesma forma, não deveria ser estabelecida uma relação paternalista de dar presentes e sim realizar trocas, "já começar a relação de igual para igual" (idem).

Numa conversa com a antropóloga Maria Eliza Vieira, Meirelles lamentou ter participado do contato com os Guajá em 1973. Em três anos viu índio morrer de gripe, índio vacinado pegar sarampo. É enfático: "contato é ruim para quem faz, você vê (...) os caras perdem mulher, filho, etc." (José Carlos Meirelles, depoimento a Maria Eliza Vieira, 2003).

Riscos do ofício

Meirelles afirma que já pegou mais de 30 malárias, sem alarde e qualquer tipo de divulgação, foi picado de cobra, ferrado de arraia, levou flechada de rasgar a camisa e carreira de índios isolados, mas diz que seu ofício

> "é um trabalho como qualquer outro (...) Ninguém é especial, ninguém está querendo prêmio Nobel de coisa nenhuma. É uma opção de vida que você faz e é um trabalho. E o cara que trabalha com eletricidade, pega um choque, não morre eletrocutado nessas torres aí. Isso não vai fazer do cara um herói porque ele morreu eletrocutado. Ele não trabalha com eletricidade? Quem trabalha com eletricidade pega choque, quem mora no mato pega malária, quem trabalha com índio isolado no mato 'pega' flechada. Quem é motorista de táxi, o ônibus da companhia (...) passa por cima dele e mata. Você não vai fazer uma estátua em praça pública nem dar o prêmio Nobel da Paz porque isso é a profissão que o cara escolheu (...) No Envira eu posso ser atropelado por uma anta, comido por uma onça (...) o cara que trabalha na FUNAI em Brasília, pode por uma questão conjuntural pegar uma bordunada de um Kayapó na cabeça" (idem).

A equipe da FC tem sempre um esquema de segurança: a canoa fica com o motor, pronta para a fuga. Uma vez quase 100 índios isolados cercaram a praia em frente à FC. Meirelles e os demais trabalhadores só tiveram tempo de correr, pegar as canoas e partir com a roupa do corpo. Em outro momento, "pegou uma carreira" dos isolados e quase morreu. Mas sempre procurou "sair fora e evitar de revidar" (idem).

O sertanista diz que temos boas intenções mas que somos invasores das terras dos índios. Por isso sempre foge, embora em várias situações tenha enfrentado "perigo real de morte" (idem). Duvida que iria se deixar matar, exemplificando:

> se eu te encostar num canto de parede e 'bicho, agora eu vou te matar', a tua antropologia, (...) essa moral cristã que matar os outros é pecado, ô cacete. Se puder me meter o pau na cabeça, tu metes. Isso é uma coisa natural do ser humano. Então você não vai querer que todas as pessoas que trabalham com índio isolado tenham esse altruísmo cristão de 'não, então eu vou morrer em nome do meu ideal'. Eu não sei não. (...) tem o Afonsinho [Afonso Cruz], foi flechado lá nos Arara (...) é uma coisa que pode acontecer. Agora eu não sei como é que as pessoas nessa hora, você consegue controlar o pessoal todo. (...) É exigir demais do ser humano que ele: 'Então tá, me mate', senta lá na praia, cruza os braços e deixa o cara te matar. Não sei se eu teria coragem de fazer isso. Te digo com a maior sinceridade. Eu não sei, se os caras me encostarem num canto e não tiver para onde correr, eu não sei se eu não vou usar meu rifle para dar um tiro num. Não sei, não sei, não vou dizer eu não faço. Isso é uma coisa que também já é demais. A gente procura não fazer isso, procura instruir o pessoal para não fazer isso, procura deixar um esquema de segurança. Mas a gente acaba se arriscando muito, porque em alguns lugares você tem que ter um efetivo de pessoal maior, você não tem por questão de grana. (...) Lá na frente eu estou com cinco pessoas (...) é pouca gente (...) é um risco para a gente e para os índios isolados, principalmente. Porque é um tal negócio, os caras te cercam lá e você não tem mais para onde correr (...) Será que nego não vai dar uns dois tiros nos índios para escapar (...) porque eu sei lá se todo mundo é candidato a santo. Eu não sou não" (idem) (grifos meus).

A maioria dos acidentes – como a morte do Sobral (auxiliar de sertanista) pelos índios Korubo (Vale do Javari) – seria resultado de um excesso de confiança e conseqüente relaxamento da segurança num contato. Em depoimento à antropóloga Maria Eliza Vieira, a enfermeira Tereza, esposa de Meirelles, diz que tem medo e age com muito cuidado ao trabalhar na FC. Num acesso de revolta, fala que se os índios matarem seu marido, "o governo vai ter que pagar cada osso, cada fio de cabelo" do Meirelles. Seu desabafo é longo:

> "A gente não tem condição de trabalhar e corre muito risco (...) o governo nem paga os peões para trabalhar (...) toda a família corre risco, eu, os filhos (...) A FUNAI tem obrigação de olhar para a gente, contratar mais gente para trabalhar com o Meirelles, mas a FUNAI não tá nem aí (...) tem que ter mais gente, os índios teriam mais respeito." (Tereza Meirelles, depoimento a Maria Eliza Vieira, 2003).

No incêndio da FC pelos índios isolados, Tereza perdeu a aliança do casamento no fogo, mas a FUNAI não teria indenizado nada desse incêndio. Ela quer que a FUNAI lhe dê outra aliança.

Meirelles credita a sobrevivência dos índios isolados do Acre à decadência da produção seringalista. O sertanista é enfático: "não é porque o Estado é bonzinho que eles sobreviveram não. É porque a borracha foi para a Malásia" (entrevista ao autor, 2002).

O trabalho do sertanista

Meirelles não acha que existam sertanistas melhores que outros, o que há é especialização – ele no rio Envira, Marcelo dos Santos em Rondônia, Sydney Possuelo nas áreas em que trabalhou e outros mais. Há então aqueles que têm uma experiência mais traumática ou menos traumática, enfrentando índios mais ou menos agressivos. Diz que Afonsinho [Afonso Cruz] é "mestre no mato" (idem) e ele também seria bom nisso, enquanto Sydney é o coordenador, o organizador da expedição, "é um cara muito cuidadoso, nas expedições faz tudo direitinho" (idem).

O sertanista se acha um especialista em índios aculturados, por ter mais experiência com esses índios. Entretanto, diz ser "uma sacanagem, você comprar a liberdade do cara a troco de espelhinho, de miçanga (...) era a política daquele tempo, de Transamazônica, de militar" (idem). Toda a questão do contato foi discutida no I

Encontro de Sertanistas, onde teria havido "uma espécie de uma catarse coletiva dos sertanistas velhos" (idem). Concluíram que o contato era "o último cartucho. Contatar índio só se for resgate mesmo" (idem).

Meirelles acha que é necessário repensar o contato hoje, como evitar a morte de "2/3 da população num ano, pois isso não é contato, isso é genocídio" (idem). O sertanista é enfático:

> "É melhor então entrar com espingarda lá, porque eu acho muito mais legal o índio morrer com tiro na testa do que de catarro. Eu tenho essa teoria, de quem morre de catarro vai para o inferno, não vai para o céu não (...) então você fazer contato com índio isolado para depois de 1 ano que tinha 300, tem 100, ah!, então é sacanagem!" (idem).

Para superar essa situação demandaria estabelecer um "contato ideal", estabelecendo um "relacionamento real (...) relacionamento de seres humanos" (idem) onde poderia haver troca de presentes, num plano "equilibrado, (...) natural" (idem). A antropóloga Edwiges Ioris mostra que Meirelles "discorda da tática do brinde como forma de aproximação com os índios isolados, pois considera uma 'sacanagem, comprando índio'" (Ioris, 1996, p. 140). Para combater o *vício de pedir* só é aceitável a troca (idem). Era importante também equacionar a questão administrativa e estabelecer uma equipe especializada para cuidar da saúde dos índios. E quem tivesse feito o contato teria que passar 10 anos acompanhando os índios, "não deixar o dente do pessoal cair e nem morrer não" (entrevista ao autor, 2002). Meirelles constata "que isso demandaria uma estrutura grande" (idem), difícil na FUNAI de hoje, sem quadros de campo como mateiro, piloto de lancha, etc.

Os quadros indigenistas

O sertanista questiona:

> "como é que você faz concurso público para mateiro? O que é um bom mateiro? Aquele cara que nasceu e se criou no mato, analfabeto de pai, mãe, avô, nem documento tem. Como é que você vai fazer concurso público para mateiro? Você vai arrumar esses caras que têm 2° grau aqui em Brasília, que se ele andar 10 metros no mato nunca mais ele sai" (idem).

Há anos Meirelles e Sydney Possuelo tentam resolver dentro da FUNAI a questão da contratação de funcionários para a FC Envira. Meirelles tem que contar com trabalhadores contratados, o que envolve problemas trabalhistas. Tentando traçar o que

chamou de perfil psicológico de pessoas que teriam aptidão para o trabalho de sertanista, Meirelles enumerou: "um cara que fosse mais introspectivo do que extrovertido; uma pessoa que não tivesse muito problema com a solidão (...) conseguisse passar muito tempo só; (...) que gostasse de rio, fosse ligado em peixe, em animais" (idem), alguém que escutasse primeiro e falasse depois. Deveria seguir o ditado: "fazer muito e falar pouco, para entender tudo e depois contar para os meus caboclos" (idem). O cara tinha jeito ou não, aquele trabalho não se aprendia "na escola" (Meirelles, palestra, 2002). Há muito tempo a FUNAI não renovava seus quadros, tendo extinguido várias funções do mato (mateiro, etc.), perdendo importantes interlocutores.

Meirelles tinha visto chefes de postos ficarem "completamente alucinados" (idem), choravam, desesperavam, queriam ir embora. O sertanista diz que seis meses que passa no mato lhe parecem uma semana, achando uma delícia escutar uma guariba cantar ao entardecer.

A relação com a mídia é distante, não tem nenhuma prática, o próprio Sydney Possuelo o apelidou de ermitão ou urtigão pelo isolamento. Entretanto, acha que a mídia pode ajudar os índios isolados, porque esses índios entram no "imaginário das pessoas (...) já faz parte daquele inconsciente coletivo (...) é uma ancestralidade, que nós somos tudo descendente Tupinambá" (idem). Meirelles diz que a FUNAI deveria aproveitar esse fato para "arrumar aliados" (idem). Para o sertanista, "índio isolado é um produto que vende na mídia" (Meirelles, palestra, 2002).

O sertanista faz muitas críticas à administração da FUNAI, especialmente ao controle de gastos públicos e às prestações de contas. Enfatiza que se gasta muito para comprovar compras mínimas e que aqueles que trabalham no mato são penalizados na hora em que precisam obter recursos: rubrica orçamentária insuficiente, preços aviltados, necessidade de tomada de preços e licitação, demora na remessa de equipamentos, inexistência de nota fiscal, etc. Aqui a *atividade meio* tornava-se a mais importante que a assistência aos índios.

Sobre as terras dos isolados

Em todos os lugares que trabalhou as terras indígenas já estão demarcadas. Era sempre um dos primeiros a propor a delimitação, dizia "a área desses índios é mais ou menos aqui" (idem), o que era completado por estudo antropológico.

Quanto aos índios isolados, tinham "que ter um território", mas não só propor isso e sim "segurar esse território (...) o que é muito mais difícil" (idem).

Meirelles fez a proposta inicial da Terra Indígena Alto Tarauacá e o antropólogo Antônio Pereira Neto "até aumentou um pouquinho" (idem), com a concordância do sertanista. Isso não foi feito aleatoriamente, Meirelles andou muito na mata, pois havia o risco de ficar alguma maloca dos isolados fora da delimitação.

O sertanista discorda de algumas críticas que se fazem às práticas de velhos sertanistas. Acha as críticas fáceis, diz que "é muito fácil a gente ser inteligente depois que as coisas acontecem" (idem). Provavelmente faria o mesmo que os irmãos Villas Bôas fizeram na atração dos Panará, pois era

> "outra situação, um outro regime, um outro tempo (...) era o mais avançado que se podia fazer naquela época (...) para a época deles (...) os caras eram avançados (...) se tivesse trabalhado com o velho Chico Meirelles (...) talvez eu teria ajudado a fazer o que ele fez (...) acho que era a única alternativa, porque se não fizesse isso, eu não fazia nada, quem ia fazer era o garimpeiro" (idem). Meirelles enfatiza: "acho que tem um monte de índio por aí que se não fosse esse povo não existia mais. Não tinha mais nenhum para contar a história de coisa nenhuma" (idem).

E pede que se respeite o trabalho das pessoas, não sendo com crítica fácil "que você analisa as coisas (...) que situação estava vivendo" (idem) um velho sertanista.

Em depoimento à Maria Eliza Vieira, discutiu com a antropóloga o que chamava de vestígios de isolados na proposta da TI Xinane: diversos tapiris, restos de moquém, enviras tiradas, galhos retorcidos, rastros. Prefere ser cuidadoso. Diz que "afirmar coisas com isolados pode queimar a língua" (idem). Encontrou roçados grandes desses índios, com macaxeira, banana, mamão, milho. A caça brava, arisca, numa determinada área da mata é indicativa da presença dos isolados.

Meirelles admirava o fato do sertanista Sydney Possuelo ter conseguido institucionalizar a TI Vale do Javari, expulsando invasores e *disciplinando* índios aculturados (Marubo, Matis). Fez uma comparação, mostrando que o sistema de proteção da TI Massaco (RO) tem estrutura, 80 pessoas, enquanto ele não pode abrir um *postinho* na FPERE (antiga FC Envira). Acredita que a base na foz do rio D'Ouro será implantada para garantir a TI Xinane. Aí poderia se afastar e "ir criar suas galinhas" (idem).

O trabalho no Acre

São inúmeros os relatórios e ofícios de Meirelles sobre suas intervenções junto aos índios isolados no Acre. Num informe de 1985, explicou que foi o sertanista Benamour Fontes o primeiro agente da FUNAI a propor a instalação de uma FA no rio Envira. Na ocasião, Meirelles não concordou com a instalação de uma FA para os índios Masko do Alto rio Iaco, na região da fronteira com o Peru (Informe, 04/01/1985). Meirelles sofreu inclusive uma *correria* desses índios que acompanhava à distância.

Antes do I Encontro de Sertanistas, o Presidente da FUNAI, Romero Jucá, criou a FA do rio Jordão, cujo objetivo era proteger os seringais Kaxinawá dos ataques de índios isolados (Projeto da FA Rio Jordão, 09/02/1987). A portaria reconhecia os riscos da atividade, instituindo seguro de vida para todos os membros da FA dirigida por Meirelles.

Ainda em 1987, Meirelles realizou um levantamento dos índios isolados das cabeceiras dos rios Breu, Jordão, Tarauacá, Humaitá e Envira, propondo como estratégia de trabalho: a criação do sistema de proteção aos índios isolados desses rios; a interdição das áreas de perambulação dos índios; a realização de sobrevôos para a identificação de malocas; a abertura de duas bases da FA, extinguindo a FA Jordão, englobando num único sistema de proteção os rios Jordão e Envira; abertura de picadas nos igarapés, para distribuir brindes. As principais justificativas para as iniciativas envolviam a proteção de quatro grupos isolados; a proteção de comunidades vizinhas e a preservação ecológica da área; evitar qualquer atividade econômica na área e manter o sistema de vida dos isolados, evitando contatos espontâneos que aconteciam esporadicamente durante saques de alimentos e materiais diversos (Relatório, 16/10/1987; Aquino e Iglésias, 1996).

Diante da carência de quadros e recursos, Meirelles conseguiu que em 1988 o técnico indigenista Adolpho Kilian Kesselring Júnior fosse trabalhar no Sistema de Proteção dos Rios Envira e Jordão. O trabalho de proteção tanto dos isolados como dos demais índios da região identificou uma situação de "pequena guerra", onde ocorriam "roubos, ataques de ambos os lados, tensão e ódio" (CI nº 010/SPREJ/88, 05/09/1988).

Os isolados mantinham constante observação sobre as atividades da FC (Relatório, 08/12/1988), tentando flechar Meirelles por duas vezes até 1990. Daí

passaram a sentir segurança em circular pelas proximidades da FA, buscando alimentos (Relatório, 07/10/1993).

A partir de 1994 se intensificaram os conflitos dos isolados com os índios *aculturados* do rio Envira. O sertanista identifica as causas na fronteira peruana, na ação de madeireiros que estariam expulsando os índios isolados da região (Relatório, 18/04/1994). Os conflitos continuam até 1997: em 1996 uma mulher e uma menina são mortas; em 1997 um seringueiro é morto a flechadas na área interditada do Alto Tarauacá. Tal situação provocou um sobrevôo de Sydney Possuelo na região, identificando-se novas malocas de índios e a redefinição da TI Alto Tarauacá (Relatório, 25/03/1998). Como esses índios seriam um patrimônio para o Estado brasileiro, se deveria "deixá-los viver em paz, em seu mundo, cercados de seu ambiente natural, sem interferências externas" (idem).

No diário que escreveu sobre a demarcação da TI Kampa e isolados do Envira, transcrito no relatório enviado à FUNAI, Meirelles detalhou as diferenças que notou em campo entre aqueles que "conhecem o mato" (idem) (os indigenistas da FUNAI) e a equipe técnica de demarcação. Esta dependia daqueles para obtenção de alimentos, reconhecimento de terreno e adoção da melhor trilha a seguir. Vendo os sinais deixados pelos isolados à sua volta, somados às informações que recebera do ataque à FC Envira, percebeu o grave perigo que enfrentariam: estavam cercados por aqueles índios, o medo tomava conta de todos (Relatório, 1998). A equipe estava armada, mas em hipótese nenhuma passava pelo sertanista a possibilidade de enfrentamento. A fuga de helicóptero, com apoio do DEII e do Exército, foi antes de tudo sinal de respeito e valorização da vida daqueles índios.

Em outubro de 1999, quase uma centena de índios isolados Masko apareceram na sede da FC Envira, expulsando com a sua presença os trabalhadores que aí se encontravam, saqueando a base em seguida. Por não haver agressão física, Meirelles supôs que estavam procurando contato ou novos espaços, pois seriam pressionados por madeireiros na fronteira do Peru. O sertanista acreditava que os índios queriam um território protegido, mas condições reais de trabalho faziam o sertanista desabafar:

> "(...) talvez a FUNAI como um todo não saiba do risco que corremos, risco de vida real, e o risco que um grupo deste porte corre, em tentar um contato conosco, o que os levará, com certeza, à morte. O contato e uma gripe logo após, com as condições que temos hoje (não temos recursos nem para comprar 50 litros de óleo diesel) seria no mínimo um genocídio patrocinado pela instituição oficial que os defende.

> Estamos pois diante da seguinte situação: ou nos aparelhamos de fato, com mais pessoal e recursos, para podermos proteger de fato a região do Alto Envira, sem colocar em risco a vida do nosso pessoal e muito menos a vida dos índios isolados, ou abandonamos estes grupos à própria sorte, o que os levará rapidamente à extinção. Já não é mais tempo de contarmos só com nossa boa vontade e com uma dose exagerada de SORTE. Já escapei várias vezes, por pura sorte, de morrer flechado, meus companheiros,(...) da mesma forma. Os índios isolados não sabem o risco que correm, se fizerem contato. Será possível que precisamos todos morrer para que acreditem em nós?" (Relatório, 1999).

O indigenista José Áureo Castro também assinou este relatório. Meirelles finalizava o documento criticando o improviso, pedindo definições, profissionalismo, "risco mínimo calculado", equipamentos confiáveis e pessoal suficiente. Se não for assim, propunha: "vamos acabar com 'brincadeira de proteger índio' e cuidar de outra coisa" (idem).

O sertanista continuou enfrentando problemas com os Kampa que teimavam em subir o rio Envira na direção dos isolados. A União das Nações Indígenas do Acre chegou a denunciá-lo por maltratar esses índios. Meirelles se defendeu mostrando os interesses que estavam em jogo (RDG nº 12, 28/07/2000). A visita do governador do Acre, Jorge Viana, à Frente de Proteção Etnoambiental do Rio Envira, em dezembro de 2000, teve poucos resultados práticos, os convênios então firmados com a FUNAI e a prefeitura de Feijó enfrentaram problemas de repasse de verbas e prestação de contas. Entretanto, Meirelles não desanimou. Comemorou no 1° semestre de 2001 a portaria declaratória da TI Alto Tarauacá, e a criação pelo governo peruano de uma reserva de 6 milhões de hectares na fronteira com o Acre, reconhecendo-se aí a existência de índios isolados. O sertanista comemorou dizendo: "um velho sonho que batizei de um grande PARQUE BINACIONAL não me parece tão distante" (Relatório, 14/05/2001).

8.2 Uma nova delimitação para índios isolados: a TI Alto Tarauacá (AC)

O sertanista José Carlos Meirelles e a TI Alto Tarauacá

José Carlos Meirelles foi designado no início de 1987 para a chefia da FA no rio Jordão (AC) (Port. PP nº 005/87, de 08/01/1987). Entretanto, essa FA só foi instituída pela FUNAI um mês depois (Port. 236/Pres., de 12/02/1987), respondendo a uma reivindicação dos índios Kaxinawá que estavam tendo seus territórios saqueados por índios *brabos* (isolados). A seguir, Meirelles participou como convidado do I Encontro de Sertanistas da FUNAI, onde expôs a situação dos índios isolados do Acre. No decorrer daquele ano, alguns conflitos entre índios Kampa do Alto rio Envira e índios isolados levaram o sertanista a reivindicar à Presidência da FUNAI a ampliação da área de abrangência da FA. Meirelles propôs num relatório (16/10/1987) que fosse criado o *Sistema de Proteção Rios Jordão e Envira*, já que existiriam vários povos isolados na região e era necessário interditar a área de *perambulação* dos grupos.

O sertanista adotava diretrizes estabelecidas pela CII e pelo I Encontro de Sertanistas. Assim, esse novo Sistema de Proteção tinha por objetivos:

> "a)Proteção de 04 (quatro) grupos indígenas isolados existentes na área de sua atuação. b) Proteção das comunidades indígenas Kaxinauá, Kampa e Kulina, vizinhas a estes grupos, evitando situação de confronto direto entre estes grupos indígenas, já existentes na região. c) Preservação ecológica dessa importante área de terra, por nela estarem as cabeceiras dos Rios Jordão, Envira, Breu, Humaitá, Tarauacá, Murú e Santa Rosa, ainda não depredada nem invadida. d) Manutenção do sistema de vida dos índios isolados, a não ser que ocorra um contato expontâneo, já que 02 dos 04 grupos existentes, já adquiriram novas necessidades, que atualmente só são cumpridas através de saques aos índios aculturados e seringueiros. e) Evitar a penetração na área de caçadores, pescadores e madeireiros, além de qualquer outra atividade econômica que porventura seja tentada. f) Conhecimento mais aprofundado da área de perambulação desses grupos. g) Presença efetiva e constante da FUNAI na região, antes que problemas maiores surjam, ameaçando a sobrevivência física e cultural desses grupos indígenas" (Proc. FNI/BSB/3839/87, fls. 22 e 23).

A proposta de Meirelles seria aceita pelo Presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, que interdita uma faixa de terra com 52 mil hectares (Port. 3.764, 13/11/1987), denominando-a Área Indígena Alto Tarauacá. Em dezembro, uma correção da Port. 3.764/87 veta o ingresso de não índios na área interditada (Port. PP nº 4.112, de 30/12/1987).

Devido aos conflitos entre os índios Kampa e isolados, Meirelles deslocou a base do Sistema de Proteção para a foz do igarapé Xinane, no rio Envira, defendendo dentro da FUNAI que a interdição transformasse efetivamente em Área Indígena a terra dos índios isolados, afirmando demarcá-la, "para que o etnocentrismo Kampa não manipule a seu favor o direito primitivo de ocupação" (Proc. FNI/BSB/3839/87, fls. 59).

Essa área interditada em 1987 continuou ocupada por famílias de seringueiros, sem autorização da FUNAI. Em 1996, os *brabos* atacaram o Seringal São Paulo, no Alto rio Tarauacá, matando uma adolescente e sua mãe. No ano seguinte, mataram um importante seringueiro, o que mobilizou uma equipe da FUNAI, dirigida por Meirelles, para investigar o ocorrido. O seringueiro havia sido morto *fora* da área interditada em 1987, provando que o que Meirelles chamava de *perambulação* dos isolados se dava numa área ampla. O relatório da equipe de Meirelles sintetizou o que ocorrera:

> "Existem naquela região pelo menos 3 grupos isolados: Nas cabeceiras do Rio Humaitá, no Alto Envira e cabeceiras do Igarapé Xinane (afluente da margem esquerda do Envira). Além desses, outro grupo isolado, os Masko, frequentam as cabeceiras do Envira, estes últimos com certeza não foram os autores da morte, pois suas flechas são completamente diferentes das que recolhemos no local. Nas cabeceiras do Rio Juruá, em território Peruano, existe um grupo de índios Jaminawa com pouco tempo de contato (missionários americanos) que nesta época perambulam na região e vez por outra ou roubam ou atacam brancos ou índios aculturados (Kaxinawá e Kampa do Envira). Como são índios do mesmo tronco lingüístico dos isolados de nosso território, sua cultura material é bem parecida com a dos grupos isolados do território brasileiro. Se por acaso (e como é grande este se) for este grupo o autor da morte, nos deparamos aí com um problema internacional muito mais difícil e complicado de se resolver. Acreditamos firmemente, e as condições da morte com características de vingança nos levam a crer que se trata de vingança desse grupo isolado, seja ele qual for, de ato praticado por algum ou alguns seringueiros ou moradores da região, resultando em morte ou dano físico ao grupo isolado. A nossa experiência de quase 30 anos de trabalho com índios e contatos com grupos isolados, nos autoriza a tal afirmação." (Processo FUNAI/BSB nº 1941/92, fls. 73-75,77).

Devido à falta de orçamento e pessoal, uma nova equipe de vigilância não foi montada "para controlar a movimentação de seringueiros e moradores na área de perambulação dos índios" (ibid., fls. 77), e os seringueiros debandaram da região, o que permitiu um acesso maior dos *brabos* à área. Foi a União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC) que propôs ao Ministro da Justiça a identificação e delimitação da área onde os *brabos perambulavam*, para demarcá-la como Terra Indígena. O ofício da UNI-AC dizia que "só assim esses grupos estarão protegidos, podendo continuar a viver conforme os seus costumes" (Processo FUNAI/BSB nº 1941/92, fls. 79). No ano

seguinte, Meirelles e o chefe do DEII, sertanista Sydney Possuelo, realizaram pela primeira vez sobrevôos na região, tentando localizar as malocas dos isolados. Constatou-se então que havia malocas fora da área interditada e um número grande de índios isolados (ibid., fls. 166). Diante dos fatos, Meirelles fez uma proposta de trabalho para a FC Envira que envolvia a

> "REDEFINIÇÃO DA T.I. ALTO TARAUACÁ: Os seringais localizados no Igarapé d'Ouro e no Alto Tarauacá, da foz do d'Ouro até suas cabeceiras, deverão ser considerados área de ocupação destes índios. A proximidade das malocas e dos seringais é perigosa tanto para os seringueiros como para os índios, pois sabemos que por tradição, um índio isolado visto por um seringueiro deixa sua condição de homem e passa a condição de alvo. A sugestão de redefinição da TI Alto Tarauacá segue em anexo. É bom que fique claro que a proposta definitiva para a futura demarcação desta T.I., deverá ser precedida além de laudo antropológico e de tudo o mais que o rito de demarcação requer, de expedições da Frente Envira, por terra, para definir com segurança o território deste povo" (ibid., fls. 108-109,115).

Além disso, seria realizada a desintrusão da área e instalação de posto de vigilância na foz do igarapé D'Ouro. No final da proposta Meirelles constata que a

> "existência de um grupo de índios isolados, com uma população significativa (em se tratando destes grupos), no final deste milênio, representa para nós indigenistas uma grata surpresa. Para a Fundação Nacional do Índio, o desafio de assim preservá-los e para o Estado Brasileiro um patrimônio. As sugestões aqui apresentadas não são finais nem definitivas, mas são um primeiro passo importante para a proteção deste povo, de sua cultura autônoma e do meio ambiente que os cerca, felizmente intocados. Estes índios resistiram a quase 100 anos de constantes massacres. Deixá-los viver em paz, em seu mundo, cercados de seu ambiente natural, sem interferências externas deverá ser o objetivo final de nosso trabalho" (idem).

Com o apoio do DEII à proposta de Meirelles, o então Presidente da FUNAI, Sulivan Silvestre Oliveira, através da Port. 476, de 21/05/1998, ampliou a área interditada pela Terra Indígena Alto Tarauacá, de 52 mil para 132 mil hectares.Durante três anos haveria restrições de uso da área, de modo a garantir a circulação dos isolados e a desintrusão de garimpeiros, enquanto a FUNAI procederia administrativamente para determinar os limites legais da Terra Indígena.

Desse modo foi criado o GT para identificar e delimitar a TI Alto Tarauacá, "ocupada por sociedades indígenas isoladas" (Port. 483/Pres. de 22/05/1998). Inicialmente o sertanista Meirelles participaria do GT coordenado pelo antropólogo Antônio Pereira Neto. Mas a demarcação da TI Kampa e o ataque dos isolados à sede da FC Envira, destruindo-a com um incêndio, afastou o sertanista do novo GT. Entretanto, foi a partir da área interditada por solicitação de Meirelles que transcorreu todo o trabalho do GT.

O antropólogo Antônio Pereira Neto e o trabalho indigenista

Vindo de família humilde de Pernambuco, o antropólogo da FUNAI Antônio Pereira Neto estudou num colégio religioso com a intenção de tornar-se padre, mas formou-se em História pela Universidade Federal Fluminense, sendo colega de turma de outro antropólogo da FUNAI, Alceu Cotia Mariz. Pouco sabia da realidade do país e não tinha qualquer participação política quando entrou para a Universidade, nos idos de 1968. Antes de se inscrever no concurso para técnico de indigenismo da FUNAI em 1972, trabalhou numa agência de publicidade no Rio de Janeiro. Pereira Neto passou na prova e foi para Brasília fazer o curso de técnico de indigenismo na UnB, tendo os antropólogos Júlio Cesar Melatti, Roque de Barros Laraia e Olympio Serra como professores. Quem o *marcou* nesse curso foi Serra, a quem considerava um *iluminado*. Se lembrava do que o antropólogo dizia nas aulas: "gente, o nosso grande papel é de educador (...) o grande papel da FUNAI é de educar, preparar, não somos mais do que isso" (Pereira Neto, depoimento à equipe da DAF/FUNAI, abril/2003).

O curso durou três meses. Junto com os novos postulantes a servidores da FUNAI, havia dezenas de servidores antigos, oriundos do SPI, "pessoal de campo que queria ser reclassificado (...) cara que não sabia nem escrever o nome fazendo o curso de Antropologia na UnB" (idem). Pereira Neto achou isso ridículo, mas entendia que eles se esforçavam para se adequar a novas funções. Eram veteranos de 20, 30 anos de trabalho indigenista, confrontados com uma "molecada com cabelão, bolsa, sandália de couro" (idem). Foi fazer o estágio do curso no PI Mãe Maria, no Pará, "onde viu índio pela primeira vez" (idem). O Departamento de Patrimônio Indígena da FUNAI (DGPI) dominava o trabalho de coleta de castanha na área e o PI era uma empresa. Os índios eram roubados nas sucessivas safras, e a renda indígena aí produzida alimentava o DGPI em Brasília, que era "a FUNAI rica dentro da FUNAI" (idem). Havia serrarias nas áreas indígenas do Paraná e exploração de soja no Rio Grande do Sul. "O iate *Tembé* da FUNAI era o barco mais veloz da foz do Marajó" (idem), onde transportava a safra de castanha colhida pelos índios. Pereira Neto sintetiza: "A FUNAI era uma grande empresa de explorar as terras indígenas" (idem).

O indigenista conviveu com antigos sertanistas do SPI no PI Mãe Maria: Osmundo Antônio dos Anjos, Raimundo Alves, João Carvalho. Em março de 1973, no término do estágio, foi finalmente contratado como técnico indigenista pela FUNAI,

sendo indicado para chefiar o PI Sororó, dos índios Suruí, que só existia no papel. O local era onde se davam os combates à guerrilha do Araguaia. Os militares desciam de helicóptero no posto, mandavam todos andarem de fita azul na cabeça, para não serem identificados aos *terroristas*. Armaram os índios para que atirassem nos *terroristas* caso aparecessem no PI.[75]

Após a sanção do Estatuto do Índio (1973), Pereira Neto tomou posse junto com os índios dos castanhais vizinhos, contando com o apoio do Exército. Em 1975, o delegado da FUNAI de Belém (PA) mandou os índios se retirarem desses castanhais. Pereira Neto resistiu à ordem e foi afastado do PI. Diante da situação, foi para Brasília em busca de uma nova colocação. Num encontro com o Coronel Joel, do DGO/FUNAI, lhe foi perguntado se queria ser antropólogo, respondendo que sim. Já nomeado voltou ao PI Sororó para identificar a terra para os Suruí. A identificação foi feita de forma precária na época e a área rapidamente demarcada. Hoje acha espantoso que uma terra virasse área indígena com as informações limitadas fornecidas naquela época (1975/1978) (idem).

Pereira Neto voltou a estudar, freqüentando o mestrado em Antropologia da UnB entre 1976 e 1977. Entretanto, abandonou o curso sem fazer pesquisa nem dissertação porque ficou revoltado com a expulsão pela UnB da colega de curso Lígia Simonian (devido a uma greve estudantil). Na ocasião, "não viu nenhum professor do curso se mexer por ela, ninguém da antropologia clássica se movimentando para auxiliar. Aí viu que não queria conviver com aquele pessoal, foi embora (...) decidiu que não ia fazer tese" (idem). A FUNAI estava deslocando do Acre para o Maranhão o indigenista e auditor José Porfírio Carvalho, devido às ameaças de morte. Pereira Neto se apresentou e foi transferido para chefiar a Ajudância da FUNAI no Acre. Em seqüência, foi chefe da Ajudância da FUNAI de Guajará-Mirim e do Parque Indígena do Bananal.

O antropólogo participou das articulações da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), tendo sido demitido após o encaminhamento de denúncias contra o Presidente da FUNAI, Nobre da Veiga. Ficou quatro anos fora da FUNAI, voltando em 1984, na gestão Nelson Marabuto. Em 1985, coordenou o último concurso para técnico indigenista produzido pela FUNAI. Eram 9 mil inscritos para 120 vagas. Depois voltou

[75] A presença de tropas militares na área indígena e o emprego dos índios como guias na selva são citados por Portela (1980) (Pereira Neto, depoimento à equipe da DAF/FUNAI, abril/2003).

para o Acre, ficando aí até 1987. Lembra que o movimento indígena e indigenista era forte no Estado e que por reivindicação dos índios os PIs foram retirados das aldeias.

Depois disso, Pereira Neto chefiou a Administração Regional (ADR) de Altamira de 1987 a 1989, enfrentando a questão madeireira, onde havia muito roubo e corrupção. Após passar um curto período chefiando o setor de terras indígenas da Superintendência de Belém, foi transferido para Macapá, onde chefiou a ADR até 1997.

Voltou a trabalhar em Brasília, envolvendo-se em questões polêmicas relativas às terras indígenas Tupiniquim (ES) e Awá-Guajá (MA) (idem). Tornou-se novamente chefe da AER Rio Branco em 1999. Foi em 1998 que realizou os trabalhos de identificação da TI Alto Tarauacá.

O antropólogo e o sertanista

Pereira Neto comenta que o trabalho das FCs na Transamazônica era de recolher "os índios para os tratores passarem" (depoimento ao autor, set./2003), por sermos "impositivos, os índios não resistem (...) essas populações então traumatizam" (idem). Cita o exemplo dos Arara, em que foi muito rápida a passagem da FC para um PI regular. Os índios viam o que acontecia, visitavam colonos, percebiam o roubo de madeiras, etc. Com "tanta proximidade era terrível (...) exigir dos índios a volta à tradicionalidade" (idem). Em 1993, encontrou os Arara da Cachoeira Seca, que conhecera em campo, no pós-contato (1987), reivindicando a demarcação de suas terras, "e um deles assinou o nome no documento" (idem). O antropólogo entendeu *o salto* dado em poucos anos.

O tratamento dos Arara, feito com respeito, mesmo com a pressão da Transamazônica, mudou com o tempo não por causa das pessoas mas por "culpa de uma política" (idem). As pessoas simples, que trabalhavam nas FAs – por exemplo, índios servidores da FUNAI – "não se preparavam adequadamente para essa relação posterior porque ninguém ensinou isso a eles. O técnico indigenista que seria preparado para isso, esse indivíduo acabou, não tem mais" (idem). Assim, não existe política de transição, os índios ficam entregues à própria sorte. Os servidores que ficam com eles "não têm mais aquele élan (...) aquele jeito" (idem). Diz que "a responsabilidade disso é nossa, não posso fugir disso também, fiz parte disso aí, é terrível. Na época que estava em Altamira não tinha noção dessas filigramas todas que você vai adquirindo com o tempo" (idem).

O antropólogo concorda com o que dizia o sertanista José Carlos Meirelles: "no dia que tiver contato eu vou embora, porque sei o que vai acontecer com os índios, eu não estou aqui para isso, eu não quero que na minha história isso aconteça" (idem). Na interpretação de Pereira Neto "é uma opção radical mas está certo, não quer fazer parte disso, fez parte da melhor fase, os índios estão lá, bonitos, saudáveis, na deles ..." (idem).

O antropólogo compara a atitude de Meirelles com a política adotada pelo DEII em relação aos índios Zo'é. Diz que

> "as medidas que o DEII vem adotando, apesar de algumas delas serem extremamente arrogantes, é necessário (sic), ninguém entra, sem saber o que fazer (...) é uma forma de manter os índios ainda ... equilibrados. Se você começa a abrir, até para nós mesmos, eles vão perder o pouco da possibilidade de ser feliz. Pode ser que daqui a 10 anos a coisa se altere, mas se conseguiu dar a eles um tempo entre o contato e o futuro um pouco mais alongado que os Arara não tiveram. É tudo muito em cima. Os Arara não tiveram a oportunidade que os Zo'é estão tendo, pode ser que daqui a 10 anos os Zo'é estejam mais preparados, porque houve um tempo de cuidado nessa transição" (idem).

Pereira Neto acha que o pós-contato é um *drama*, não se consegue *dar resposta* a essas situações.

Mesmo que tivesse mais consciência na época dos Arara, não teria conseguido mais recursos assistenciais. Tenta esclarecer o que pensa:

> "quem está trabalhando na FUNAI não pode nunca perder a esperança. Essas populações dependem de cada um de nós. Não é paternalismo, é política mesmo, o Estado ainda deve respostas e o Estado somos nós. Eu não perco a esperança mas vejo com dificuldades, não há uma sensibilização geral com os índios (...) no dia que o país compreender a importância dessas populações para nossa condição civilizada, é que o governo vai dar esse salto de qualidade nessa relação (...) não se está compreendendo a necessidade de investir nesse pessoal para que eles mantenham a alteridade" (idem).

O antropólogo vê os índios como um capital que permite trazer investimentos e realizar grandes negócios, e que a nação não está sabendo zelar por ele. Segundo Pereira Neto, "índio isolado é diamante, é ouro puro, a humanidade devia zelar por essas populações como zelasse pelo maior tesouro" (idem). Entende que deveríamos garantir "de uma forma cristã", que os índios tomassem o tempo que quisessem "para escolher se querem manter relação conosco ou não" (idem). Usaríamos "a nossa força para garantir que eles não venham a qualquer hora e sim quando for oportunizado, isso é civilizado!" (idem).

Os índios isolados do Peru não têm qualquer proteção. Pereira Neto diz que tenta agir em conjunto com o Ministério da Educação para sensibilizar o governo

peruano a criar na fronteira entre os dois países uma política binacional de proteção aos índios isolados. Tudo o que tem acontecido no lado peruano – especialmente a exploração madeireira – reflete no lado brasileiro. As terras que estão sendo demarcadas para os índios isolados brasileiros não estão levando em conta os índios peruanos. Se estes migrarem para o Brasil, haverá problemas e conflitos. Em vez de adotar uma política idêntica à brasileira, no lado peruano, até há pouco tempo, estaria havendo um *genocídio*, enfatiza Pereira Neto.

Qual a razão para o Peru ter tal política? "Porque nós somos civilizados, temos uma cultura que nos obriga a compreender o diferente, o cara que eu não conheço quero que se mantenha como tal até o dia que tenha necessidade de vir falar comigo" (idem). O antropólogo acredita que o trabalho desenvolvido por Sydney Possuelo e José Carlos Meirelles merece um prêmio Nobel. Justamente porque

> "não está fazendo nada (...) é um grande trabalho. O nada significa que ele está garantindo um tempo – já tem 15 anos que ele está garantindo um tempo (...) do começo do trabalho até hoje é visível a evolução desses povos (...) as populações cresceram demograficamente, perderam o medo" (idem).

Pereira Neto lembra que em 2002, num sobrevôo, fotografaram uma roça que tinha 15 espécies diferentes (mamão, mandioca, milho, etc.). Diz que "quando o cara faz isso ele está confortável, aí é que nós somos civilizados" (idem). Os sertanistas que trabalham com os índios isolados teriam construído um *sistema próprio* de trabalhar. Isto

> "virou uma coisa quase personalista, o DEII é a cara do Sydney. O Sydney está mostrando para o Estado como é que faz, ele não é eterno. O trabalho do Meirelles é um trabalho dele, lógico que tem uma coordenação do Sydney, mas é o Meirelles que está lá. É uma política de Estado mas que vem sendo gerida de uma forma, vamos dizer assim, autoritária, pelo Sydney, Meirelles e outras pessoas" (idem). Pessoas que "não têm sucessores dentro da FUNAI" (idem).

O antropólogo vê urgência na formação de quadros para a FUNAI, para substituir Sydney, Meirelles, Wellington, etc.Todos correm o risco de sofrerem acidentes, adoecerem, e não há quem o substitua, hoje só há trabalhadores temporários junto ao DEII. Como não há escola de sertanistas, é preciso fazer um curso para técnico indigenista, selecionar pessoas e

> "botar para viver junto com os sertanistas para aprender" (idem). É preciso aprender "a conhecer a área, (...) saber se pode beber água (...) qualquer pessoa que vá para esse metiê tem que ser um homem da mata e ter uma relação de igualdade com a natureza. Vai aprender só na prática, não se aprende no Jardim Botânico de Brasília" (idem).

A FUNAI também precisaria ser reestruturada, pois "tem um papel indispensável dentro da estrutura de poder do país" (idem), porque hoje 11,93% das terras do país são terras indígenas, e no final das demarcações poderão ser 15%. Isso seria "um capital (...) o futuro do país". Acredita assim que a FUNAI irá mudar para melhor, que "pensar diferente seria um atraso civilizatório (...) as terras dos índios têm que ser garantidas, tem que ter uma política de incentivo à gestão ambiental diferente, de ocupação territorial diferente" (idem).

Para Pereira Neto, o índio é o seu próprio capital, no dia que for igual a um "civilizado ele perde o encanto" (idem). Os políticos deviam investir na *alteridade*, em estudos florestais, turismo ecológico, uso das espécies, os produtos da floresta que dão retorno econômico. Com o contato o índio empobrece, o governo teria que empregar esforços para que o índio sobrevivesse com dignidade. É necessário "mudar o sentimento nacional em relação aos índios" (idem). Os indigenistas tinham que trabalhar em conjunto, tomar decisões por consenso, e promover "uma pacificação nacional dos profissionais do indigenismo" (idem), pois o Estado brasileiro "não dá importância para o indigenismo oficial" (idem). A sua geração "já fez a parte dela, os territórios estão aí, o crescimento demográfico, os índios isolados estão aí" (idem).

O antropólogo identifica o trabalho do sertanista a uma opção sacerdotal. Lembra que José Carlos Meirelles tem filhos e abdica da família para realizar seu trabalho. Acha isso "a coisa mais cristã que conhece" (idem), que não são compreendidos por muitos da FUNAI, nem pelos índios isolados, que desconhecem suas intenções. Diz que sacerdócio também é o trabalho de Rieli Franciscato e Afonso Alves da Cruz (Afonsinho). Este, depois de ficar um ano na mata, quando voltou para Altamira (PA), a esposa tinha vendido a casa. O que há é desrespeito, como aconteceu com a aposentadoria dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas. Alguns, como Meirelles, ignoravam políticas de Estado – principalmente aquelas relativas à contratação de quadros funcionais – para realizar seu trabalho. Pereira Neto chegou a deslocar um indigenista lotado na capital do Acre para a FC, "prevendo o futuro", mas este "não agüentou, ficou só dois anos, era o isolamento, era casado, a família longe" (idem). O antropólogo diz que é preciso carreira, incentivos, condições administrativas para que esse trabalho se realize.

Na FUNAI "só se trabalha com as situações extremas, tudo é difícil" (idem). No caso de Meirelles e da FC Envira, no dia que os madeireiros peruanos

invadirem a região, "o trabalho dele vai todo por água abaixo, vai ter conflito, os índios isolados vão acabar batendo na cidade de Jordão" (idem). Reconhece que, na mata fechada, os índios isolados não têm para quem gritar e pedir socorro, sendo eliminados impunemente. Os índios isolados do Acre e do Vale do Javari ainda sobreviveriam porque os interesses econômicos não são fortes, "senão os embates seriam terríveis ... mas o Peru está chegando" (idem).

A definição da TI Altó Tarauacá

Antônio Pereira Neto chefiou o GT Port. 483/Pres./FUNAI (22/05/1998) tendo por objetivo identificar e delimitar a Terra Indígena Alto Tarauacá no município de Jordão (AC), o segundo caso de terra a ser efetivada "antes do contato definitivo, sistemático, organizado, do(s) povo(s) que a habitam" (Processo 1491/92, fls. 150). O primeiro caso, vimos anteriormente, foi o da Terra Indígena Massaco (RO).

O GT realizou os trabalhos de campo entre os meses de junho e julho de 1998, reconhecendo, em resumo,

> "a terra indígena em si; seus dois rios mais representativos, até as mais altas cabeceiras; fazendo laudos de vistoria e avaliação em seringais e colocações de seringueiros que habitavam, recolhendo depoimentos que comprovassem a presença secular indígena ali e evitando de todas as formas qualquer possibilidade de contato com qualquer um dos povos que comprovadamente a habitam" (ibid., fls. 151).

Pereira Neto enfatiza que o GT seguiu estritamente a legislação que normatiza o relatório circunstanciado de identificação e delimitação (Port. 239/Pres., de 20/03/1991 e Port. 14/MJ, de 09/01/1996), com "o atenuante inquestionável que, por serem povos isolados os habitantes indígenas da Terra Indígena Alto Tarauacá" (ibid., fls. 152), o GT não teve e nem tentou ter acesso aos mesmos.

De um lado havia abundância de informações históricas, geográficas, econômicas, sobre os índios isolados da TI Alto Tarauacá. De outro, devido à especificidade do GT, sequer um especialista em meio ambiente participou dos trabalhos. De qualquer forma, os trabalhos foram concluídos e o GT "comprovou a tradicionalidade da ocupação indígena dali [TI Alto Tarauacá] e também comprovou que, dentro da mesma e no entorno, habitam atualmente, pelo menos, quatro povos indígenas isolados" (ibid., fls. 153). Os integrantes do GT ainda propõem "manter esses povos tal como estão atualmente" (idem), garantindo a integridade da terra. Para isso

seria necessário ampliar as atividades da FC Envira e gestionar junto ao governo peruano a criação de "uma unidade de conservação na fronteira com o Acre" (ibid., fls. 153-154).

O antropólogo valoriza a atuação da FUNAI e do sertanista Meirelles no Acre. Segundo Pereira Neto,

> "a existência da Terra Indígena Alto Tarauacá é a comprovação de que a FUNAI ainda continua sendo o melhor instrumento do governo brasileiro para a proteção dessas populações brasileiras, etnicamente diferenciadas. O trabalho sistemático, cuidadoso, persistente, heróico, desenvolvido pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles Jr., na chefia da Frente de Contato Envira, deve ser reconhecido e apoiado, porque o fruto de seu trabalho está bem claro para todos nós: existe uma população de índios isolados naqueles altos rios, essa população vem sendo protegida e, por causa disso, vem crescendo demograficamente e vem tendo uma autonomia que nos emociona" (ibid., fls. 154) (grifo meu).

Entretanto, a valorização da FUNAI e de Meirelles por Pereira Neto omite a importância das organizações da sociedade civil e iniciativas de cidadania indígena nas políticas acreanas, caso único no Brasil.

Pereira Neto iniciou o trabalho de identificação dessa TI recuperando as denominações dadas aos índios isolados do Alto rio Tarauacá por Constant Tastevin (índios Nenenawa, Yumbanawa, Chenenawa, Kontanawa, etc.); José Carlos Meirelles (índios Masko); seringueiros e índios *contatados* da região (*brabos*) e índios Kaxinawá (índios Jaminawa e Coroados).

O objetivo era comprovar que tais povos efetivamente existem e perambulam entre as seguintes áreas indígenas:

1. Povo que estabeleceu conflito recente com índios Kaxinawá da TI Rio Jordão (AC);
2. Um segundo povo que está em conflito com os índios Kaxinawá da TI Kaxinawá (rio Humaitá/AC);
3. Outro povo, os Masko, que está em conflito aberto com os Jaminawa do PI Mamoadate há anos;
4. Em toda a região da TI Alto Tarauacá foram levantados diversos choques com seringalistas estabelecidos em diversas colocações;
5. No sobrevôo na região do Alto rio Tarauacá em fevereiro de 1998, Sydney Possuelo e Meirelles identificaram aldeias de índios desconhecidos junto às cabeceiras do rio Humaitá e também nas nascentes dos rios Envira e Embuia;

6. O Seringal Cachoeira, no rio Muru (AC), foi invadido por índios nus e pintados (desconhecidos) que levaram roupas, instrumentos de trabalho e utensílios de uma colocação;
7. Durante os trabalhos de demarcação da TI Kampa, isolados que seguiam o GT destruíram um acampamento no rio Embuia (AC). Os integrantes do GT encontraram inúmeros vestígios de índios isolados na região;
8. Cerca de 200 índios Masko, inclusive mulheres e crianças, cercaram a base da FC Envira. Destes, aproximadamente 40 guerreiros armados invadiram, saquearam e queimaram os prédios da base.

Pereira Neto afirma que poderia citar muitos outros acontecimentos, mas que os relacionados bastam para demonstrar a "distribuição" (idem) de pelo menos quatro povos diferentes na região identificada como TI Alto Tarauacá. Essa "distribuição espacial" das "aldeias" e das áreas de "perambulação" temporária, na caça, pesca e coleta, permitiram a identificação de quatro povos:

A) Povo localizado nas cabeceiras do rio Envira, perto do marco de fronteira 34, situando-se a sudoeste da TI Alto Tarauacá. Meirelles forneceu as principais referências (malocas visualizadas em sobrevôo, acampamento destruído, marco de fronteira arrancado). Além disso, Pereira Neto valeu-se de depoimentos de seringalistas que encontraram vestígios (moquém, flechas, rastros, restos de comida, etc.) e relataram acontecimentos, como o cerco a um seringalista no rio Embuia (1996), para definir a existência e habitat desse povo;
B) Povo localizado nas cabeceiras do rio Humaitá, na região abrangida pela TI Alto Tarauacá. O sobrevôo realizado por Meirelles e Possuelo em 1998 situou a aldeia. Nessa região, os índios acompanharam à distância no rio D'Ouro o GT de identificação da TI Kampa, além de matarem um seringueiro e roubarem diversos produtos nos seringais limítrofes à aldeia;
C) Povo que "perambula" na região oeste da TI Alto Tarauacá. Não se sabe de que lado da fronteira Brasil-Peru estão suas aldeias. Suas rotas de "perambulação" já haviam sido identificadas por índios Kaxinawá. Quando circulam pela TI roubam seringais, já tendo assassinado moradores do Seringal São Paulo;
D) Povo que tem sua aldeia no lado brasileiro (TI Xinane) ou peruano da fronteira e "perambula" pela região sul da TI Alto Tarauacá. São identificados por Meirelles como os índios Masko que destruíram a sede da FC Envira em 1999. Nas expedições que realizou, Meirelles constatou a existência de muitos vestígios na

região. Pereira Neto obteve também depoimentos de seringueiros sobre esses vestígios.

A proposta de interdição de Meirelles alcançava 132 mil hectares. Pereira Neto ampliou a área da TI Alto Tarauacá para 142.600hectares. Os estudos de identificação foram aprovados pela FUNAI em 20 de abril de 2000 (Ricardo, 2000).

9 OS IRMÃOS CLÁUDIO E ORLANDO VILLAS BÔAS (1987–2002)

A política dos sertanistas

Cláudio e Orlando Villas Bôas assinaram em maio de 1988 um manifesto endossado por inúmeras personalidades políticas, artísticas e científicas, publicado nos principais jornais do país, defendendo os direitos dos povos indígenas na Assembléia Nacional Constituinte. O manifesto, dirigido aos Srs. Constituintes, e intitulado significativamente "Queremos os índios no futuro do Brasil" dizia que

> "O tratamento dos direitos indígenas na futura Constituição foi prejudicado pelo choque entre interesses que não são os dos próprios índios. Estes interesses e a omissão da Comissão de Sistematização, que não votou o capítulo VIII do título VIII – 'Dos Índios' – do Projeto de Constituição, colocaram o plenário da Assembléia Nacional Constituinte diante de formulações retrógradas e inaceitáveis, como as de 'Terra de Posse Imemorial' e de 'Estágios de Aculturação', entre outras, constantes dos textos do projeto não votado e de emenda substitutiva do 'Centrão'. Nós apelamos aos Senhores Constituintes para que restabeleçam a possibilidade dos índios fazerem parte do futuro do Brasil – e não apenas do seu passado" (CEDI, 1991, p. 12).

O manifesto influenciou os constituintes, possibilitando uma nova redação ao capítulo *Dos Índios*.

Em 1989, Cláudio e Orlando Villas Bôas eram respectivamente curador e Presidente do Conselho de Curadores da ONG Fundação das Florestas do Brasil (FFB). Nesta condição, no mês de maio publicaram no *Jornal do Brasil* (RJ) dois longos artigos sobre a questão indígena no país. No primeiro deles, intitulado "A tragédia dos índios (nota sobre a formação do Brasil)", expuseram os objetivos do Programa Memorial Rondon da FFB, onde defendiam "um conceito maior de paz entre culturas humanas e não humanas" (*JB*, 07/05/1989). Esse Programa procurava

> "memorizar e difundir a grande tradição brasileira de penetração pacífica e racional na selva, iniciada há mais de cem anos no desbravamento do Brasil Central e da Amazônia. O precursor foi Couto de Magalhães, militar e lingüista, na segunda metade do século 19, e o consolidador foi Rondon a partir de 1890 em Mato Grosso. As duas gerações seguintes criaram o Parque do Xingu e a cidade-laboratório de Humboldt. A nova geração, representada pela Fundação das Florestas do Brasil e também ativa na Fundação Nacional do Índio, deve prosseguir na luta contra o tratamento colonialista dado às florestas e aos índios em nosso país" (idem).

A primeira parte do artigo era uma descrição das desgraças que acometeram os índios ao longo da História do Brasil, e a constatação de que se

encontrava em marcha um "definitivo movimento de expansão das nossas fronteiras geo-econômicas" (idem). Os irmãos Villas Bôas tinham esperanças de que tal expansão não prejudicasse os índios, baseados em

> "duas realidades, no fundo interligadas. Uma é a existência de um órgão oficial de assistência e proteção ao índio, o qual (convém não esquecer) terá tanto mais êxito no cumprimento de sua elevada missão quanto mais e mais atuante for o apoio que venha a receber de setores da sociedade nacional, especialmente da sua parte mais esclarecida; a segunda é o vivo e crescente interesse pela sorte do índio, manifestado por significativa parcela de toda nossa população. Tal interesse, e isto nos parece de extraordinária importância, não vem ocorrendo de uma simples atração pelo 'primitivo', pelo exótico, ou o selvagem 'russoniano', mas, em verdade, de uma preocupação dirigida para essas pequenas 'etnias' ameaçadas em seus direitos fundamentais, que, dia a dia, se desumaniza e que, ao mesmo tempo, se inquieta ante a possibilidade de perder suas raízes e sua própria identidade" (idem).

Cláudio e Orlando omitiam aqui as iniciativas do movimento e das organizações indígenas, já bastante atuantes.

Para enfrentar essa expansão interna, os irmãos Villas Bôas propuseram, "dentro dos princípios de igualdade e justiça (...) encontrar uma solução brasileira" (idem) para o relacionamento com os índios. Constatando que a participação indígena foi decisiva para a formação territorial e étnica do Brasil, concluíram: "temos uma dívida para com o índio (idem). As iniciativas dirigidas aos índios, o "desacerto da política indigenista brasileira (idem), tudo resultou em malogro" (idem).

A ameaça de extinção não atingiria apenas os índios brasileiros, mas povos espalhados pelo mundo inteiro. No Brasil, "métodos predatórios e o imediatismo destruiriam as condições naturais do meio em que vive [o índio], e não se poderia esperar sua continuidade no tempo em áreas devastadas pelo desenvolvimento" (idem).

Na sua visão do contato, Cláudio e Orlando não propunham uma solução, mas uma questão para a qual aparentemente não havia proposta:

> "De que forma se poderia conciliar as duas sociedades: uma estável, ajustada ao meio, equilibrada, apoiada em padrões culturais bem definidos; e outra adventícia, desordenada, que chega para transformar florestas em pastagens, e cujos membros não mantêm entre si nenhum vínculo, exceto o mesmo e constante propósito de obter lucro" (idem).

No segundo artigo, "A cultura dos índios (nota para a reforma do Brasil)", os irmãos Villas Bôas descreveram como as moléstias infecciosas dizimaram as populações indígenas e como as soluções adotadas por políticas integracionistas

jogaram os índios que tinham sociedades coesas na marginalidade social. Daí dizem os Villas Bôas que os índios

> "aculturados ou semi-integrados (...) reclamam tão-somente uma orientação que melhor atenda às suas necessidades. Não exigem uma nova filosofia protecionista, uma reformulação de conceitos, nem sequer uma alteração do seu relacionamento com o mundo civilizado que o rodeia, mas sim, apenas, um revigoramento das motivações indispensáveis à sobrevivência de qualquer comunidade" (idem).

Cláudio e Orlando criticavam os tecnocratas que detinham poder e resumiam as soluções dos problemas da humanidade à conquista do progresso material. Defendiam um "progresso verdadeiro, suavizado" não implicando a "desumanização do trabalho e do relacionamento entre os povos, as classes e as criaturas entre si" (idem). Assim, para atingir o ideal dos homens livres – um padrão de vida digno – o meio ambiente seria preservado "como espaço vital para as gerações que nos sucederão" (idem) (grifos meus).

Após definir cultura como "a reunião dos valores que estão presentes em todas as sociedades" (idem), os irmãos detalharam suas visões sobre as sociedades indígenas em todas as dimensões, discorrendo sobre: índios e meio ambiente, as chefias indígenas, cerimoniais, socialização e educação, os bens pessoais, divisão de trabalho, cultura material (*parou no tempo*), economia, atitudes individuais, terra e território, magia, mundo mítico e religião, seres sobrenaturais, etc. As noções que têm da vida indígena remetem a idéias de uma totalidade social funcional, em *equilíbrio* e *harmonia*. A visão do *poder* e da *autoridade* tem nítida origem (influência) Tupi, provavelmente nascida com a vivência junto aos Kamayurá. Além das concepções lógicas, acreditam que os índios têm uma visão essencialista (substancialista) da alma.

Os irmãos terminaram o artigo citando Rondon, sem contudo contextualizar a frase do Marechal. Rondon estaria em dado momento apreensivo com a situação dos índios, tendo então declarado que

> "extinta a proteção dos índios, solicitarei reforma, sem perda de tempo, na carreira das armas, afim de poder, como qualquer bandeirante paisano, continuar a trabalhar pelos índios no território nacional, onde quer que haja silvícolas abandonados pelo poder público" (idem).

Nos anos 90, Cláudio e Orlando difundiram essa visão da vida indígena em inúmeras entrevistas e artigos (p. ex. Tassara, 1991; TV Cultura de São Paulo, 1992; *Diário do Pará*, 22/08/1993). Quase sempre concluíam afirmando que "não há lugar

para o índio na sociedade brasileira de hoje, ele só sobrevive dentro de sua própria cultura" (idem).

No início do governo Collor, os irmãos Villas Bôas chegaram a integrar a listagem dos mais de 800 servidores da FUNAI colocados em disponibilidade (*OESP*, 23/06/1990). Eles não concordaram com os decretos do Presidente Collor que transferiram atribuições da FUNAI (saúde, educação, etc.) para outros ministérios (Tassara, 1991).

Nessa época, Orlando divulga em várias ocasiões que havia índios sem contato no PQXIN. Eram os Agavotokueng (ibid., p. 56). Na entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo (1992), Orlando explicou o que aconteceu:

> "Existe um índio chamado Agavotokueng, no Xingu, que só eu e meu irmão sabemos o ponto onde eles estão. E nunca contamos a ninguém. Então, porque é que chama de Agavotokueng? São homens alegres, quando eles são vistos por outros índios eles estão sempre rindo. Estão sempre rindo, satisfeitos. Então, atrair um homem desses pra quê?" (TV Cultura, 1992).

Cláudio Villas Bôas também afirmou que não deixou que se fizesse contato com esses índios (*Diário do Pará*, 22/08/1993). Em 1993, defendia que o índio não devia *ser* "emancipado nem adquirir a nossa cultura civilizada", achava que alfabetizar o índio era "um absurdo" e se questionava, dizendo que enquanto o Brasil não acabasse com as favelas qual seria "o destino que vai ter o índio na hora em que ele se vir livre? Ninguém vai dar emprego para ele" (idem). O título da entrevista ao jornal era significativo: "Índio não tem futuro com branco" (idem).

Em julho de 1995, os irmãos Villas Bôas criticaram pela imprensa as tentativas de revisão constitucional debatidas no Congresso Nacional, envolvendo as terras indígenas e visando a anulação do art. 231 daquela Carta. Com essa atitude, os irmãos lançaram-se à frente de um movimento de reação ao que ocorria no Congresso. Essas iniciativas de revisão continuaram no 2º governo de Fernando Henrique Cardoso, enquanto os irmãos Villas Bôas esperavam não o silêncio reinante, mas uma reação dos antropólogos e indigenistas (Moraes, 2000). Ainda em 1995, Cláudio e Orlando encontraram-se com índios Panará (Kreen-Akarore) em São Paulo, na ocasião do lançamento do vídeo-documentário "O Brasil Grande e os Índios Gigantes", de Aurélio Michiles. O vídeo questionava fatos ocorridos durante a atração dos Panará, no início dos anos 70, sendo lançado como veículo de apoio à campanha dos índios pela recuperação de uma área de seu território tradicional. Nesse encontro, os Panará

"obtiveram o apoio dos Villas Bôas para o retorno que estão empreendendo para o território tradicional no Iriri" (Ricardo, 1996, p. 626).

Numa longa entrevista ao *Jornal da Tarde* (SP), em março de 1997, Orlando Villas Bôas sintetizou suas tomadas de posição sobre a política indigenista:

- A FUNAI devia ter administração ferrenha, mas sem recursos não dá pra exercer com plenitude a tutela do índio;
- Valorizava a política de rigidez total que implantou no PQXIN, instruindo os índios para não abandonar a área e agir diante das invasões;
- Enquanto os índios resistirem, o parque vai ser um testemunho dos índios do passado;
- "o Brasil tem uma dívida para com os índios, e essa dívida não está sendo paga" (*Jornal da Tarde*,-16/03/1997).

Na entrevista, Villas Bôas reiterou sua peculiar visão da cultura indígena ou do índio *genérico*:

> "O índio, por sua formação individual, sua visão de mundo, é altamente personalista. Ele é essencialmente eu, eu, eu, depois de três vezes eu, mais três vezes eu. É claro que na sociedade do índio não cabe essa solidariedade social que nós temos (...) Ele é ele. O índio é totalmente individualista. Ele não pede esmola a ninguém. Tudo o que está dentro dele são normas culturais (...)
> Se você pegar um índio qualquer e oferecer a ele uma coisa que ele realmente goste, ele abandona mulher, abandona filho, abandona aldeia. Por ele é ele, não tem nada a ver com os outros. Ele não ensina coisas que se ensinam na nossa sociedade, como laços de família (...) a criatura é estanque dentro da sociedade" (idem).

Em alguns de seus depoimentos, Orlando citava as idéias do antropólogo Claude Lévi-Strauss sobre os índios brasileiros de forma a confirmar seus argumentos, como nessa passagem:

> "Lévi-Strauss, certa vez, disse sobre os índios que eles não eram uma outra cultura mas uma outra humanidade, porque não tinham nada a ver com a maneira como nós, ocidentais brancos, compreendemos o mundo. Eu entendo perfeitamente o que ele quis dizer" (Villas Bôas, 2001, p. 266; tb. Tassara, 1991, p. 53).

Numa entrevista ao *Jornal do Brasil* (11/05/1997), Orlando Villas Bôas revelou características do comportamento de integrantes das expedições de atração de índios:

> "Lá no sertão o que vale é a intenção. Como a maioria do povo é analfabeto, eles acabam se entendendo de uma maneira muito peculiar (...)

> Na mata o que importa é a solidariedade. O respeito entre os companheiros é que mantém o moral do sertanista, que na hora do apuro tem ao seu lado a mão amiga do sertanejo (...)
> Quando se vive no meio do mato com pessoas sem instrução tradicional aprende-se uma outra realidade: a das intenções plenas, onde um simples gesto tem a força de um tratado, tamanha a capacidade dessa gente de se fazer entender" (*Jornal do Brasil*, 11/05/1997).

Em seqüência, no mês de junho, o *Jornal do Brasil* dá como furo de reportagem a existência de cartas de Rondon para os Villas Bôas, datadas de fevereiro de 1947 a julho de 1955. A matéria enfatiza que as cartas evidenciam a aliança entre as duas gerações de sertanistas. Para o jornal, Orlando diz que guardou as cartas por 50 anos, divulgando-as então "para retomar a discussão sobre o futuro das nações indígenas" (*Jornal do Brasil*, 22/06/1997). Aparentemente, os irmãos Villas Bôas pretendiam voltar à ativa como interlocutores privilegiados das discussões e iniciativas governamentais sobre política indigenista.

Nas declarações à imprensa, Orlando denunciava o sucateamento da FUNAI, exigindo o combate à biopirataria e a implantação de uma nova política indigenista no país (*Jornal do Brasil*, 13/09/1998). Após receber do governo federal a medalha dos Direitos Humanos em setembro de 1998, o sertanista defendeu o aumento da área do PQXIN, para que englobasse as nascentes dos rios que sofriam os efeitos dos desmatamentos provócados por fazendeiros e frentes econômicas. Ainda em 1998, Orlando fez um balanço da produção literária dos irmãos, esforço conjunto para construir uma memória da *Marcha para o Oeste*, movimento que tocava "o coração profundo do Brasil e tem muito a dizer sobre os valores deste país, em qualquer época" (*O Estado de S. Paulo*, 23/03/1998). Segundo Orlando, com o fim da SUDECO, toda a documentação da FBC foi picotada, e junto com filmes e fotos, jogada num rio (*O Estado de S. Paulo*, 22/06/1998).

O sertanista sempre entendeu o exercício da tutela sobre os índios pelo governo federal como o pilar de sustentação de qualquer política indigenista. A FUNAI devia ter todas as prerrogativas de assistência ao índio, ser "como um Estado em miniatura" (*O Popular*/GO, 29/03/1999).

A Lei nº 9.793, de 19/04/1999, concedeu a Cláudio e Orlando Villas Bôas, "por seus relevantes serviços prestados à causa indígena brasileira, pensão especial vitalícia" (art. 1º), vedando a acumulação do benefício "com quaisquer outros recebidos dos cofres públicos, resguardado o direito de opção" (DOU, 20/04/1999).

Demissão, 'apoteose' e morte dos irmãos VILLAS BÔAS

Quase um ano após a concessão da pensão, Orlando foi demitido do cargo de Assessor da Presidência da FUNAI (DOU, 02/02/2000). A forma como ocorreu a demissão gerou uma longa polêmica na imprensa, com a mídia criticando o fato, havendo inclusive intervenção da Presidência da República buscando amenizar o ocorrido. Alguns jornalistas incensaram a vida de Orlando Villas Bôas, tendo o jornalista Fritz Utzeri, diretor de redação do *Jornal do Brasil*, afirmado que o sertanista era "desses homens raros que são patrimônios da humanidade e podem ser classificados entre as grandes personalidades do século" (*Jornal do Brasil*, 01/02/2000).

Depois da demissão polêmica, novas divergências com o Presidente da FUNAI, Carlos Marés Filho, manifestaram-se na Semana do Índio, junto às comemorações dos 500 anos do Brasil. Orlando Villas Bôas condenou então a proposta em tramitação no Congresso Nacional do novo "Estatuto do Índio. Se fosse adotado seria o caos", disse o sertanista, discordando de Marés para quem "só o novo Estatuto do Índio será capaz de resolver a questão indígena, que se arrasta dolorosamente há 500 anos" (*Jornal do Brasil*, 19/04/2000).

Em fevereiro de 2000, Orlando Villas Bôas desfilou pela primeira vez numa Escola de Samba paulista, no sábado de Carnaval. Como destaque da Camisa Verde e Branco, Villas Bôas saiu no carro alegórico que levava a imagem de José de Anchieta. O enredo abrangia o período em que houve a expansão colonial portuguesa no Brasil (1520 – 1580) (*Folha de S. Paulo*, 05/03/2000). A ironia foi Villas Bôas desfilar no carro alegórico do jesuíta português, já que durante sua administração no PQXIN impediu o estabelecimento de missionários religiosos na área do Parque.

A vida de Orlando Villas Bôas foi o enredo dessa mesma Escola em 2001: "Sertanista e Indigenista sim. Mas por que não? Orlando Villas Bôas" era o título com a seguinte sinopse (o texto é originalmente truncado):

> "ORIGEM DOS ÍNDIOS BRASILEIROS E O SURGIMENTO DA CULTURA PELO CONTINENTE;
> A TRAVESSIA DE UM POVO NÔMADE;
> MILHARES ANOS CONTAM A HISTÓRIA DAS NAÇÕES INDÍGENAS;
> A TRAJETÓRIA EM BUSCA DO 'ELDORADO';
> TEMPOS DEPOIS.
> Só em 1943, toda essa maravilha torna-se realidade pela descoberta do alvo central dessa História – O SR. ORLANDO VILLAS BÔAS – os irmãos VILLAS BÔAS – ORLANDO E CLÁUDIO.

OS IRMÃOS VILLAS BÔAS, UMA HISTÓRIA DE PAIXÃO PELOS ÍNDIOS.
Os irmãos Villas Bôas –, deram início a uma nova fase de história brasileira, que procurou preservar – sem dor, sem alterações – a cultura indígena – que eles cultuam como uma riqueza, que a partir daí, deixou de ser imaginária, tornando-se grande parte da memória brasileira.
Este 'Eldorado', o Xingu, que só os irmãos Villas Bôas conseguiram descobrir, é hoje um tesouro preservado por estes grandes personagens da nossa história, símbolos de uma raça que tem nos índios a sua origem e a sua semente" (Book, 2001, p. 29).

Baseando-se nesses fatos, o samba-enredo da Escola enfatizava também as idéias de Rondon, aquele que "sempre diz, o índio só é feliz no seu habitat natural" (*OESP*, 23/02/2001). Esta era a letra do samba-enredo dos compositores Carlão, Didi e Peu Cavalcante:

"Bela Ásia Mongólica querida
Os índios fizeram a partida
E se espalharam nas Américas
Ao Brasil chegaram e se abrigaram
Na linda Amazônia
Nesse balanço me leva que eu vou eu vou
O índio tem mil anos ou mais? Muito mais
A sua origem tem comprovação, ah!
Nação
Olha pro índio ele é especial não faz mal
Europa em busca do tal Eldorado
Por ela nunca foi achado Villas Bôas descobriu
Tesouro tem proteção no Parque Nacional
Nosso Xingu é mais que ouro
A fauna e a flora são riquezas sem igual, ô, aplausos
Aplausos pro marechal
É ele quem sempre diz
O índio só é feliz no seu habitat natural
Orlando em suas trajetórias
De homenagens e glórias se faz imortal
Sonhei índios e brancos vivendo em harmonia
De Verde e Branco no meu carnaval
Tem cheiro de verde no ar
Sou índio de flecha e cocar
E com Villas Bôas minha Barra Funda
Faz o povo delirar" (*OESP*, 23/02/2001)

O enredo foi desenvolvido em sete carros alegóricos, assim distribuídos:

1. "A origem do índio no Brasil e o surgimento de novas culturas.
   – A caminhada de um povo vindo da Ásia Mongólica por uma travessia pelo Pacífico, espalhando-se pelas Américas.
2. As grandes expedições européias em busca do eldorado brasileiro.
   – As expedições exploradoras que vinham da Europa à procura do ouro na região do Amazonas.
3. Os irmãos Villas Bôas e a expedição Roncador-Xingu
   – O alvo centralizador do enredo, Sr. Orlando Villas Bôas. O início de uma trajetória de vida que a cada dia vai eternizando-se com a memória do Brasil.
4. Como é belo o meu Xingu.
   – Uma apologia ao nativismo do Xingu, valorizando a sua fauna e a flora.

5. Tributo ao Marechal Rondon.
   – Forma de reconhecimento ao maior humanista do Brasil na luta pela dedicação à causa dos indígenas.
6. As grandes homenagens
   – As conquistas e o reconhecimento de caráter nacional e internacional direcionados ao homenageado. As medalhas, os prêmios, títulos e até mesmo a indicação para o Prêmio Nobel da Paz.
7. O Botequim Cultural
   – O Homem Branco e o índio vivem na terra brasilis, em perfeita harmonia sem alterações e agressões, onde cada um 'sobrevive na sua própria cultura' " (Book, 2001, p. 31)

A reação do público ao desfile da Camisa Verde e Branco no Sambódromo paulista emocionou Orlando Villas Bôas.

A despedida

Cláudio Villas Bôas morreu no dia 01 de março de 1998, de enfarto fulminante, em seu apartamento, na cidade de São Paulo. Orlando Villas Bôas morreu também em São Paulo, de falência múltipla de órgãos, a 12 de dezembro de 2002.

No enterro de Cláudio, Orlando falou sobre o irmão: "Cláudio era quem mais entendia dos mistérios dos pajés. De repente, ele desenvolvia um parágrafo inteiro sem que eu soubesse de onde havia tirado aquelas informações" (*Jornal do Brasil*, 02/03/1998). "Ele teve 250 crises de malária como todos nós que vivemos muito tempo na selva" (*O Estado de S. Paulo*, 02/03/1998). "Cláudio era o homem das idéias, da inspiração, a alma de todos os nossos livros. Eu, o agitador, o falante, o executor, que punha os projetos no papel" (*Folha de S. Paulo*, 02/03/1998).

Cláudio não recebeu nenhuma homenagem oficial no velório, onde "não havia nenhum índio" (*Jornal do Brasil*, 02/03/1998). Foi enterrado no mesmo dia em que morreu.

No Kuarup realizado em agosto de 1998 na aldeia Kamayurá do PQXIN, em memória de Cláudio Villas Bôas e outros índios xinguanos, a antropóloga Bruna Franchetto testemunhou sobre Orlando: "continuam chamando-o de pai, rememoraram com ele e através dele uma época e os temores do presente" (Franchetto, 2000, p. 654).

Quando da sua morte, Orlando foi velado com honras militares no Hall Monumental da Assembléia Legislativa de São Paulo (*Folha de S. Paulo*, 13/12/2002). O Presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou uma *nota oficial* sobre a morte do sertanista:

> "A morte de Orlando Villas Bôas, um de nossos mais ilustres indigenistas, entristece o Brasil inteiro. Sua obra foi uma grande contribuição ao país, seja por seu espírito científico e humanista, seja pelo seu exemplo de serviço à cultura, à causa pública e aos valores da justiça e solidariedade. A vivência que teve entre os índios, por mais de 30 anos, deixou lições para todos nós. Nunca deixou de sensibilizar a consciência nacional para os problemas das populações indígenas. Por tudo isso, foi um herói do nosso tempo. Lutou sempre com bravura e dignidade. Com ele o Brasil se tornou maior e mais forte" (*Folha de S. Paulo*, 13/12/2002).

O jornal *O Estado de S. Paulo* preparou uma matéria especial de duas páginas sobre a vida e a morte do sertanista. Num artigo, o jornalista Washington Novaes defendeu Orlando das acusações de transferência de índios para o PQXIN e do fato dos governos militares terem transformado o Parque numa vitrine da política indigenista que não existia na maioria das áreas. Novaes rebateu as acusações mostrando que os índios apoiaram as transferências e que o PQXIN não tinha culpa de ser uma exceção, e não a regra. Nessa matéria, o jornal lembrou a Expedição Roncador-Xingu, onde os expedicionários tiveram "contatos com pelo menos 20 tribos e em 19 ocasiões os expedicionários foram atacados. Por orientação de Orlando e dos irmãos, tais ataques eram repelidos com tiros para o alto" (*O Estado de S. Paulo*, 13/12/2002).

O sertanista Sydney Possuelo comparou Orlando ao Marechal Rondon: "Ele era uma figura cuja estatura se assemelhava à de um Rondon" (idem). Segundo o jornal, "para Possuelo que é considerado pupilo e continuador da obra de Villas Bôas, o desaparecimento do mestre encerra o ciclo dos grandes sertanistas brasileiros" (idem). Da mesma forma, Márcio Santilli, ex-presidente da FUNAI e Conselheiro do Instituto Socioambiental, disse que a morte de Orlando Villas Bôas "coincide com a extinção progressiva da figura do sertanista, um elemento importante do indigenismo de todo o século passado" (idem).

Três índios Kayapó habitantes do PQXIN participaram do velório: Raoni, Megaron e Bepkum.

A literatura dos irmãos VILLAS BÔAS

A partir da década de 80, os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas desenvolveram um projeto editorial centrado em dois gêneros literários:

a) livros de *memórias*, recuperando relatos de índios e sertanejos, a narrativa histórica da Expedição Roncador-Xingu, a Criação do PQXIN e a trajetória dos irmãos;

b) livros de divulgação para um público infantil, mostrando "a crianças e adolescentes que índios não são bichos" (*Jornal de Brasília*, 17/07/1995) (Villas Bôas, 1989b).

Cláudio e Orlando Villas Bôas continuaram a publicação de relatos de índios do PQXIN e histórias de sertanejos do rio das Mortes, iniciada em 1984 com *Xingu: o velho Káia (conta a história do seu povo)*. Neste livro os sertanistas desenvolvem um *estilo coloquial* de contar estórias que estruturarão todos os demais livros. Na primeira parte do livro os irmãos relataram casos ocorridos durante a Expedição Roncador-Xingu. Depois o velho Káia, ancião Juruna, contou a história das migrações e conflitos intertribais vividos pelos índios Juruna antes de se fixarem no PQXIN. A última parte foi composta por informações etnográficas sobre os Juruna – parentesco, divisão de trabalho, cultura material – elaboradas por Cláudio e Orlando Villas Bôas.

O livro seguinte, *Xingu: os náufragos do rio das Mortes e outras histórias* (1988), além de centrado na história trágica de um naufrágio de sertanejos, detalha uma versão dos *rumeiros* Idalino e Ladislau sobre o primeiro contato do sertanista Francisco Meirelles com os índios Xavante do rio das Mortes. Aí são comentados a aproximação da aldeia Xavante, a instalação de um tapiri com brindes, o que transcorreu nessa fase de *namoro* até o encontro direto com os índios. Quando os presentes acabaram e a situação começou a ficar tensa, devido às exigências dos índios, foram os *rumeiros* que providenciaram a fuga da expedição. O relato enfatizava que Meirelles foi "alertado por Idalino e Ladislau, que conheciam a forma de agir daqueles índios" (Villas Bôas, 1988, p. 57). Foram os mateiros que orientam a fuga a galope e passaram a dirigir a comitiva até colocá-la a salvo. No livro *Almanaque do sertão* (Villas Bôas, 1997), foi publicada uma foto de Idalino e Ladislau juntos, identificados como "sertanejos autênticos e exímios rumeiros" (Villas Bôas, 1997, p. 124).

Xingu: os Kayabi do rio São Manuel, publicado em 1989, tem uma estrutura interna semelhante à de algumas monografias clássicas da Antropologia, sendo o livro de maior pretensão etnográfica escrito pelos irmãos. Inicialmente é apresentada uma história dos Kayabi e de seu processo de atração extremamente violento, com muitos mortos. Grande parte do livro é dedicada à cultura material daqueles índios, seguida de amplo vocabulário recolhido pelos irmãos. A parte final fala do universo

sobrenatural dos índios, da mesma forma que os Villas Bôas fazem nos seus outros livros, divulgando idéias e fatos sobre mito, magia e religião.

Os irmãos publicam *Xingu: histórias de índios e sertanejos* em 1992, uma antecipação de partes do diário da Expedição Roncador-Xingu que será publicado em 1994. A maior parte do livro é dedicada à história de expedições para abertura de campos de pouso e levantamentos geográficos. Cláudio e Orlando Villas Bôas aí se detêm a detalhar perfis dos sertanejos que integram as expedições. Fazem uma descrição da atração dos índios Txicão e comentam os rumos políticos da FUNAI na gestão do General Ismarth de Oliveira. Falam também da arte e rituais xinguanos, valorizando o relato do rapto de uma criança pelos Menkrangnotí. Vale mencionar que um capítulo, *a filha da antropóloga*, é dedicado à crítica do trabalho de campo e comportamento de uma antropóloga americana.

Cláudio e Orlando lançam o principal livro de memórias dos irmãos, *A marcha para o Oeste – a epopéia da Expedição Roncador-Xingu* em 1994. O livro ganhou o prêmio Jabuti em 1995, prêmio literário paulista, tornando-se a principal memória da Expedição Roncador-Xingu, dirigida tanto ao público leigo quanto universitário. Até então, o último trabalho histórico sobre a expedição, de Acary Passos de Oliveira, havia tido uma edição regional e circulação restrita, de pouca repercussão (Oliveira, 1976).

A fotógrafa Maureen Bisilliat publicou em 1995 uma coletânea de entrevistas dos irmãos Villas Bôas editadas em diversas publicações desde a década de 40, além de matérias jornalísticas diversas. O livro *Guerreiros sem espada – experiências revistas dos irmãos Villas Bôas* (Bisilliat, 1995) complementa a memória dos irmãos iniciada com *A marcha para o Oeste*, trazendo relatos dos anos 60 e 70.

Bisilliat denomina o texto de "reconstrução de uma epopéia 'periódica'" (Bisilliat, 1995, p. 7) (grifo meu), executando uma colagem jornalística que exemplifica o destaque dado pela mídia aos irmãos, ao longo de meio século. O objetivo era vulgarizar a vida dos irmãos. No livro, Bisilliat não contextualizou várias matérias. Numa delas, Orlando Villas Bôas detalhou uma atividade de trabalho dos sertanistas, a *caminhada na mata*. Segundo o sertanista

> "Caminhar na mata não é coisa tão fácil como pode parecer à primeira vista. Não é apenas trocar passos, desviar o mato e ir avançando. Não nos referimos, é claro, às andadas curtas em mato limpo. Passeios de caçador. Falamos de entradas longas de dias e dias, de carga às costas. O mato aí fica traiçoeiro. Forja êle mil armadilhas como que a cobrar na roupa e na carne do caminhante o atrevimento de querer devassá-lo, de querer conhecê-lo lá bem dentro, na intimidade.
>
> O próprio índio paga, às vêzes, com grandes sacrifícios essa intromissão. Conhecemos índios com os olhos vazados por pontas de pau, quase sempre sêcas. Avançar, não em trilhas já feitas, e sim num rumo certo em mato bruto, é coisa cansativa. A todo o instante o passo é tolhido por um cipó que enlaça o pé, ou um buraco disfarçado por um folhiço. Galhinhos fininhos ficam de longe, parece que alteando e baixando, para que não falhe o golpe em um ôlho. A estocada é certa, mas a pálpebra ligeira ampara o golpe. Cipós de espinhos se comprazem em deixar passar o caminhante para depois puxá-lo pela carne ou pela roupa. Enquanto isso, laçadas bem feitas, caprichosamente dispostas, peiam o passante. Não se há de enervar e num arranco violento arrebentá-lo. O cipó, se é fino não resiste, mas é que adiante outros e outros estão à espera, e nessa luta não são êles que saem perdendo. Companheiros seus lá estão para segurar-nos pelo pescoço, pelo meio do corpo, pelo embornal ou pela carga. Varas dispostas em alturas estratégicas tiram-nos o gorro ou chapéu e jogam-no ao chão. E como se isso não bastasse, raízes se ocultam nas fôlhas para prender-nos o pé e, se caímos, não faltam nunca pontinhas agudas à espera do baque" (Bisilliat, 1995, p. 44).

Almanaque do sertão – histórias de visitantes, sertanejos e índios, lançado em 1997, é outro livro de memórias do período da Expedição Roncador-Xingu, onde tanto são relatados *casos* hilariantes vividos pelos sertanejos como ameaças de morte sofridas pelos Villas Bôas; Cláudio e Orlando montam aí um painel dos trabalhadores da Expedição tipificando personalidades – o conservador, o casmurro, o bem-humorado, o cordial, o reservado, o falante, o encrenqueiro, o extrovertido, etc.; a vida noturna nos acampamentos está na prosa, com os jogos de cartas, as cantorias e violeiros, os ataques de insetos e animais selvagens; também são relatados os primeiros contatos com índios Kayabi, Juruna e Suiá, e detalhados genericamente vários traços culturais Xinguanos.

A arte do pajés seria o livro que traduziria o conhecimento de Cláudio Villas Bôas sobre o domínio sobrenatural dos índios xinguanos. Entretanto, Cláudio faleceu em março de 1998, antes da finalização do livro. Este foi publicado por Orlando Villas Bôas em 2000, mas a parte relativa aos pajés ocupa apenas ¼ do livro. Nos outros capítulos, Orlando repete sua visão peculiar da organização social dos índios, desenvolvendo até um argumento sobre dualidade social. A única autoridade antropológica citada nos seus livros é Claude Lévi-Strauss, o que se repete aqui. Orlando faz a defesa do Estatuto do Índio e da tutela, encontrando ainda tempo para ironizar a prática de campo de uma arqueóloga brasileira.

Em 2002, é lançada a obra coletiva *O Xingu dos Villas Bôas*, baseado no *site* sobre os irmãos elaborado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (www.estadão.com.br/villasboas). O material do *site* é maior do que o editado em livro: neste, faltam artigos de John Hemming ("Pax Xinguana") e Valdir Sanches ("Marcha para o Oeste"), entre outros. Dividido entre diversos depoimentos, reportagens, memórias, cartas e relatos, além da divulgação da cultura (e plástica) xinguana, foram significativos para nossa pesquisa as memórias do jornalista Jorge Ferreira e do médico Murillo Villela, ambos participantes de expedições de atração de grupos indígenas pelos irmãos Villas Bôas. O livro está centrado na trajetória de Orlando e um artigo deste (Müller, 2002, p. 146-165) procura sintetizar as iniciativas de atração de índios nos anos 40 e 50, além das lutas pela criação do PQXIN. O texto de Orlando Filho sobre a formação do pensamento indigenista do pai será discutido na terceira parte da tese.

Antes de adoecer e falecer, Orlando Villas Bôas escrevia sua autobiografia, dividida em cinco partes: as origens familiares, a Marcha para o Oeste e a pacificação dos índios xinguanos, as histórias (*causos*) do Xingu, a história do Parque Indígena do Xingu e um balanço da política indigenista. Expomos aqui uma síntese das idéias apresentadas nessas duas últimas partes do livro, atualmente no prelo.

Orlando Villas Bôas acreditava que na prática a política indigenista oscilava entre proteção ou incorporação do índio à sociedade brasileira. Dá um exemplo: no contexto dos anos 70, "o que se queria mesmo era que o índio não atrapalhasse o desenvolvimento do país" (Villas Bôas, no prelo, p. 191). Por isso entendia que "muitas vezes" (idem) os conceitos antropológicos como *integração, aculturação, assimilação* e *fricção interétnica* acabassem *obscurecendo* essa dura realidade. O sertanista tinha claro que "o conceito de integração elaborado pelos etnólogos não é [era] nem nunca foi o mesmo do Estatuto do Índio" (ibid., p. 192). Na autobiografia, Orlando reproduzia o mesmo entendimento sobre alguns conceitos antropológicos manifestado pelos irmãos numa entrevista de 1976 (Villas Bôas, 1976).

Como inicialmente os irmãos não tinham informações sobre o que acontecia com os índios no pós-contato, o tempo passado em campo e as experiências vividas fizeram a diferença para os Villas Bôas. Foi o *longo convívio* do Xingu que demonstrou para os irmãos a necessidade de *intervenção* para resguardar os índios dos "contatos nocivos" (idem). A partir dessa experiência concluíram "que o índio só

sobrevive em sua própria cultura e que não há lugar para o índio na sociedade brasileira de hoje" (idem). Daí terem agido para evitar que as comunidades indígenas perdessem "seus padrões culturais, pois o índio de cultura pura é íntegro enquanto homem" (idem).

Orlando Villas Bôas tinha uma visão carismática de Rondon – "estatura moral (...) inquestionável (...) atuação [que] servia de exemplo (...) só a presença dele era uma coisa fantástica" (Villas Bôas, no prelo, p. 197), – interpretando como grande sua influência nas Forças Armadas até mesmo após o Golpe Militar de 1964. Entretanto, lembramos que o Rondon que foi entronizado como Patrono das Comunicações do Exército nos anos 60 foi o Rondon valorizado principalmente por realizar a integração nacional – e não por defender direitos indígenas. Em vários momentos, Rondon enfrentou disputas no âmbito do Exército, que culminaram em 1958 com a contenda entre correntes militares pelo local do seu velório.

O uso deslocado de determinadas categorias, equívocos factuais e a interpretação extremamente genérica de fatos que merecem esclarecimentos e detalhamentos assinalam vários momentos dessa autobiografia. Alguns exemplos são marcantes:

- Orlando fala que Rondon defendia a demarcação de áreas *tradicionalmente* ocupadas por índios. Na legislação indigenista, a idéia de terras *tradicionalmente* ocupadas corresponde aos efeitos do art. 231 da Constituição Brasileira de 1988, e tem profundas implicações nas dimensões de uma terra a ser demarcada para um povo (veja-se Silva, 1993), o que é muito diferente da idéia de terras *atualmente* ocupadas por índios, presente na legislação indigenista desde a criação do SPI;

- Confunde o CNPI com o Conselho Indigenista da FUNAI (p. 203), afirmando que Rondon foi Presidente do CNPI até a morte (1958), quando de fato ficou na presidência até 1955 (p.203) (Freire, 1990); identifica os Terena como índios suicidas, em vez dos Kaiowá (p. 216).

- Toda a política indigenista brasileira é justaposta à figura de Rondon. Ela nasce com o militar, é seu ideário que inspira sua institucionalização, era a sua política, não conseguiu para o índio "o que ele queria, não deu tempo", não havia propriamente uma ação oficial já que "a própria ação do Marechal Rondon se

diluía antes de chegar nas instâncias superiores. E nenhum governo realmente aplicou os preceitos de Rondon em relação ao índio" (Villas Bôas, no prelo, p. 196-199). Assim, "com a morte de Rondon, o índio brasileiro também começou a morrer" (ibid., p. 198). É uma interpretação das relações entre indivíduos e o Estado brasileiro que não se limita a Rondon, e se estende ao PQXIN:

> "Por isso, no Xingu, nós criamos uma situação que visava dar ao índio os direitos que o índio deveria ter. Ele é um tutelado do Estado, de modo que o poder estatal tem por obrigação zelar pela terra do índio, zelar pela saúde do índio e zelar pela cultura do índio. Isto não pode ser algo apenas teórico" (ibid., p. 199-200) (grifos meus).

Orlando lembra que tanto na década de 70 quanto no ano 2000, só acreditava na sobrevivência do índio se fosse na sua própria cultura. A falta de diretrizes na política indigenista oficial, deixando a FUNAI à mercê de presidentes e interesses antiindígenas, fez os irmãos, incluindo Álvaro Villas Bôas, defenderem a subordinação de um órgão indigenista diretamente à Presidência da República. Se antes interpretava a integração dos índios como assimilação, o que chamava então de sentido antropológico da integração, o sertanista, *observador* do processo aculturativo dos índios, acha que estes vêm ampliando a consciência do seu envolvimento com a sociedade brasileira. Daí acreditar que em breve *integração* deixará de ser compreendida como incorporação, passando a ser definida como a participação de um grupo étnico autonômo na sociedade nacional (Villas Bôas, no prelo).

O sertanista via com preocupação a situação da política indigenista, afirmando não existir rumo nem consenso de propostas de ação. Um exemplo era a situação dos índios destribalizados, onde sequer existiam programas de trabalho "com a participação efetiva dos índios e em proveito exclusivo dos índios" (ibid., p. 226). Entretanto, o órgão desenvolvia uma *boa* política para os índios isolados, dirigida por uma *cria* dos irmãos, o sertanista Sydney Possuelo. É a política de que "o contato do índio com a sociedade nacional deve ser uma opção do índio e não uma pressão do civilizado" (ibid., p. 224).

Orlando manifesta satisfação por achar os índios xinguanos *privilegiados*, pois conseguiu, *a muito custo*, implantar sua política aculturativa:

> "os índios incorporaram traços da nossa cultura, mas sua organização tribal e seu mundo mítico-religioso ainda continuam os mesmos (...) esses índios, mais do que outros que temos visto, estão muito mais capacitados a interagir com nossa sociedade, sem o perigo de desagregação" (ibid., p. 227).

Contudo, tudo isso foi conquistado na época com "o apoio de gente muito expressiva" (ibid., p. 228), mas hoje é essencial o concurso do Estado brasileiro para que o índio não seja *extinto*. Aparentemente Orlando lamenta a não inclusão da tutela na Constituição de 1988, renovando o *monopólio* protecionista, pois o Estado não deve delegar "a implementação e salvaguarda" (ibid., p. 231) dos direitos indígenas a nenhuma ONG, o trabalho destas deve apenas ser complementar ao da FUNAI, esta subsistindo até o dia em que os índios, "por meio de suas próprias organizações, estejam suficientemente articulados para não precisarem mais dela" (ibid., p. 230). Os índios não deviam "continuar sendo vistos como simples apêndice da nação" (ibid., p. 232), a *dívida* da nossa sociedade devia ser saldada com *o concurso do Estado* (idem).

TERCEIRA PARTE

DILEMAS SERTANISTAS

10 AS LUTAS DOS SERTANISTAS

> "As lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental da vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido de reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento" (Bourdieu, 1990, p. 35-36).

10.1 Estilos sertanistas

Durante nosso trabalho de campo, alguns indigenistas entrevistados referiam-se a sertanistas como fundadores de "escolas" sertanistas. Com essa categoria do senso comum queriam indicar que tais sertanistas desenvolveram e reproduziam técnicas específicas de atração e pacificação de povos indígenas.

Aqui nos propomos a empregar outra noção para compreender tal situação vivida pelo Mal. Rondon, os irmãos Villas Bôas, Francisco Meirelles e Sydney Possuelo.

Nossa idéia é sugerir a adoção da noção de "estilos" (Cardoso de Oliveira, 1995, p. 177-189), caracterizada pela redundância, singularidade e um modo próprio de legitimidade que permite seu emprego na compreensão de relações de poder próprias ao campo indigenista. O "estilo" seria assim identificado a certas constâncias de uso, constâncias de manifestação social.

Falar de "estilo sertanista" possibilita a compreensão da legitimidade carismática associada a agentes do campo indigenista (como Rondon).

A singularidade de estilo seria própria à dominação carismática (Weber, 2000, p. 158-161). A ampliação do prestígio e do carisma levaria ao reforço do nome próprio, identificando posições. Tal distinção, advinda do campo político, constituiu-se numa matriz de poder no SPI que só foi superada pela modernização administrativa e pelos trabalhadores rurais que acessavam o SPI em busca de mobilidade social.

Em comparação com a noção de "estilo sertanista", o "*habitus* sertanista" comporta um grau maior de generalidade, caracterizando o que é invariável, constante. Os sertanistas tenderiam a buscar distinção frente a outras categorias sociais, não entre

si, todavia isso não impediria a ocorrência de confrontos horizontais (Meirelles x Malcher, Meirelles x Villas Bôas).

Os estilos sertanistas corresponderiam assim a uma distinção interna a essa categoria social, constituídos a partir de carismas pessoais.

Nossa proposta é, de forma esquemática, empregar a etnografia sertanista aqui detalhada para comparar os objetos em disputa, apresentando-se no final da análise uma tipologia desses estilos sertanistas.

10.1.1 Cândido Rondon

> "Numa roda de conversa alguém lembra o lema do grande Rondon:
> – 'Morrer se preciso for, matar nunca!'
> Um sertanejo coça a cabeça e acrescenta:
> – É, matá se preciso fô...morrê nunca!"
> Cláudio e Orlando Villas Bôas (1997, p. 282)

Na carta de 14/03/1910 em que agradecia ao Ministro Rodolfo Miranda a distinção de ser convidado para dirigir "os serviços" que o governo da República pretendia instituir em benefício dos índios, Rondon mostrou-se convencido "de que os nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente sem passar pelo teologismo, e assim será mais tarde quando o positivismo houver triunfado suficientemente" (Rondon, carta, 14/03/1910, p. 22).

Rondon creditava aos "ensinos do passado sistematizados por Augusto Comte", "há cerca de vinte anos" a "chave" dos seus sucessos junto aos índios (ibid., p. 27). Naquele contexto, as idéias do Apostolado Positivista do Brasil sobre os índios eram também as idéias de Rondon: proteção *fraternal* diante de conflitos e ameaças, garantia "da posse dos terrenos em que habitam" (ibid., p. 22) os índios, sedentarização para trabalhar como criadores e agricultores. A incorporação dos índios a nossa sociedade seria gradual, através da orientação de delegados responsáveis pela introdução de novos ofícios.

A encenação positivista (Lima, 1995, p. 116) que cercou a criação do SPI estava também presente na estratégia do "cerco de paz" (ibid., p. 130) e nas táticas de conquista dos índios: apologistas do SPI como Darcy Ribeiro enfatizaram o papel dessas técnicas que ignoravam a especificidade de cada frente de contato (Erthal, 1992).

As táticas e técnicas de conquista, traduzidas em normas reificadas pelo SPI, foram valorizadas no decorrer do séc. XX pelos indigenistas, chegando até o I Encontro de Sertanistas da FUNAI, em 1987. Sistematizadas em 1943 por Dorval de Magalhães, inspetor da IR1 (Amazonas e Acre), se inserem numa genealogia de saberes administrativos repróduzidos em outros manuais técnicos, como o elaborado por Antonio Cotrim nos anos 60 ou pelo Sistema de Proteção aos Índios Isolados, no final da década de 80.

São 37 as instruções de procedimentos nas FAs elaboradas por Magalhães, entre as quais há então inúmeras indicações práticas: definição do número de intérpretes e componentes de um PIA; esclarecer os hábitos indígenas aos trabalhadores; definir o tamanho das clareiras a serem abertas para o PIA; impedir a invasão da área da atração e das terras dos índios; observar a distância do PIA à aldeia a ser pacificada; uso de cães para vigilância; oferecimento de brindes, etc.

Uma parcela das instruções é dedicada à interpretação das atitudes indígenas, numa antecipação das expectativas que deveriam orientar a atração dos índios: são aceitos os brindes? os índios comem os alimentos fornecidos? as mulheres e crianças vêm ao PIA? deixam flechas e bordunas em sinal de afronta?

A expectativa diante de um ataque dos índios prevê rigor disciplinar para os sertanistas e integrantes das FAs: ao primeiro sinal de ataque indígena, deve-se "elevar os canos das armas para cima afim de os atacantes notarem que, apesar de armados, não lhes queremos fazer mal" (Magalhães, 05/02/1943, SARQ/MI, F. 031, plan. 388); no segundo momento, havendo ferimentos leves, ainda não seria hora de soltar foguetes, bomba ou dar tiro para o ar. Mesmo com dois homens feridos na atração dos Pakaa Nova, Francisco Meirelles não reagiu. Apenas se houvesse ferimentos graves, deveriam ser adotadas atitudes de reação, com "tiros para o ar como último recurso" (ibid.). Essas eram as instruções que sintetizavam a herança rondoniana.

10.1.2 Os irmãos Villas Bôas

> "Não basta querer salvar o índio. É preciso saber fazê-lo."
> Orlando Villas Bôas (Marques, s.d., p. 75)

O modelo indigenista "de natureza radicalmente protecionista" (Davis, 1978, p. 73), originado das práticas dos irmãos Villas Bôas no PQXIN, estava baseado na necessidade de garantir *tempo* aos índios para que enfrentassem sem grandes conflitos os contatos com as frentes de expansão da sociedade nacional. Segundo o historiador Orlando Villas Bôas Filho, os irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando estavam preocupados com a modalidade de contato que seria estabelecido pelos índios com a sociedade nacional (Villas Bôas Filho, 2002, p. 193-196), sendo equivocada a visão romântica de um permanente isolacionismo (idem) e a valorização do *bom selvagem*. Villas Bôas Filho defende que a política dos irmãos era "realista" e não "romântica" (ibid., p. 196-201).

Para que a preparação gradual ocorresse era necessário a intervenção do poder público estabelecendo a proteção de uma área (Parque, reserva) indígena, permitindo a reprodução "simbólica e material das comunidades, segundo usos e costumes, até que nossa sociedade estivesse apta a recebê-las e elas prontas para serem integradas sem que isso acarretasse a perda de identidade cultural" (ibid., p. 193).

Procurando sistematizar um pensamento disperso por inúmeras fontes e realizações, compreendido como produto da atuação dos irmãos no PQXIN, Villas Bôas Filho ressalta as especificidades dessas idéias: estão distantes da etnologia e da política indigenista oficial. Há um entendimento particular das categorias *aculturação*, *integração*, *assimilação* e *extinção*, e não a preocupação em se aproximar de conceitos antropológicos. A assimilação (antropológica) era vista como idêntica à integração (na definição jurídica do Estatuto do Índio) (irmãos Villas Bôas, 1976, p. 209-210). Os irmãos combatiam esse destino para os índios, defendendo a *sobrevivência cultural* pela *aculturação dirigida*, possibilitando aos índios manterem sua organização social e o mundo mítico. Sua origem seria a realidade vivida no Xingu.

A prática dos Villas Bôas foi definida pelo historiador John Hemming como instauradora da "Pax Xinguana" (Hemming, 21/6/2003). Numa região onde havia muitas guerras intertribais, os irmãos fizeram inicialmente contatos *pacíficos* com índios

Kalapalo (1946) e Trumai (1947), iniciando em 1948 as aproximações com grupos hostis: Juruna (1948); Kayabi do Teles Pires (1952), transferidos para o Xingu; Mentuktire (Txukahamãe) (1953), transferidos para as fronteiras do PQXIN; Suyá (1959/1960), instalados junto aos inimigos Juruna; Txicão (Ikpeng) (1952/1964), transferidos para o PQXIN; Tapayuna (Beiço de Pau) (1968), também transferidos para o PQXIN; Panará (Kreen-Akarore) (1973-1975), transferidos para o PQXIN (idem; Villas Bôas, 2002).

Os contatos eram feitos com apoio de intérpretes indígenas, à beira dos rios, com o oferecimento de brindes. Havia muita tensão e riscos, superados pelo interesse indígena nos objetos que necessitavam (facões, machados, armas, munição etc.). Os atos de coragem seguiam as táticas da atração que variavam de acordo com o grupo e a situação do contato: ía desde acompanhar centenas de índios até sua aldeia no meio da mata, entrar *de supetão* num acampamento – com risco de vida e tiros para o ar –, sobrevoar as aldeias e pousar nas proximidades, instalar o *tradicional* tapiri (orientação rondoniana), até esperar meses pela aceitação dos brindes e a aproximação definitiva. O que Hemming denomina "Pax Xinguana" foi o produto final do convencimento dos irmãos junto aos índios. Além das indicações de Hemming, nosso levantamento de artigos, documentos e depoimentos sobre o PQXIN revela uma síntese das práticas protecionistas dos irmãos Villas Bôas:

- impedimento do acesso de missionários religiosos ao Xingu. Já mostramos (Freire, 1987, 1990) o quanto os irmãos tinham noção do efeito desestruturador da catequese religiosa;
- conquista da confiança dos grupos hostis, persuadidos a conviver junto a antigos inimigos dentro da área criada para o PQXIN desde 1961;
- interdição ao casamento com regionais, e controle do contato com vizinhos e visitantes ao PQXIN;
- assistência sanitária eficaz (a partir do convênio com a Escola Paulista de Medicina);
- respeito aos índios e à cultura indígena;
- medidas gerais de *filtragem* das pressões.

Tais práticas definiam as duas idéias que sintetizam o pensamento dos irmãos Villas Bôas:

1) o índio só sobrevive na própria cultura;

2) não há lugar para o índio na sociedade brasileira hoje, no atual estágio de desenvolvimento social (Villas Bôas Filho, 2002, p. 196-201).

Comentando, a nosso pedido, o título do artigo em que procura sintetizar as idéias dos irmãos Villas Bôas ("Da Praxis à teoria: breves considerações sobre o pensamento dos irmãos Villas Bôas"), Villas Bôas Filho explica que utilizou o termo

> "*praxis* como algo que expressa a 'phrónesis' (...) pois acredito que a descrição da Maria Lúcia P. Menezes [no livro Parque Indígena do Xingu: construção de um território estatal] esvazia uma dimensão fundamental da atuação de meu pai e meus tios, reduzindo a criação do Parque do Xingu à dimensão do agir estratégico, como se tratasse apenas da criação estratégica de um 'território estatal'. É claro que também havia essa dimensão, mas creio que ela não é suficiente para descrever adequadamente a motivação de todos que participaram da concepção e da 'construção' do Parque. Com a utilização (não conceitual e descompromissada) do termo *praxis* eu quis resgatar uma dimensão, por assim dizer, 'prudencial' (isto é, valorativa) da ação de meu pai e de vários outros envolvidos na luta pela criação do Parque do Xingu" (Villas Bôas Filho, correspondência para o autor, 2004).

Essa *sabedoria prática* (a 'phronesis' grega), saber relativo às ações da vida humana, era ter uma boa ação como próprio fim, pois a *prudência* define-se como sendo a capacidade verdadeira e racionada de agir com respeito aos bens humanos (Aristóteles, *Ética a Nicômaco*). Isto pode significar a utilização de todos os meios para atingir uma *boa ação*? Ao ser solicitado a esclarecer por que os irmãos Villas Bôas se relacionavam tanto com direitistas como com esquerdistas, Villas Bôas Filho explica as práticas dos parentes:

> "Há uma fala na entrevista dada pelo Patrick Menget em 1999 (...), na qual ele diz que a ação dos irmãos Villas Bôas era marcada pelo seu 'jogo de cintura'. Segundo ele, meu pai e meus tios jogavam com o sistema e contra o sistema na defesa de seus ideais. Creio que isso explica a relação tanto com direitistas quanto com esquerdistas. Aliás, em grande medida, esse 'jogo de cintura' permitiu a implementação de várias ações que seriam impedidas caso houvesse uma relação de polaridade sem mediação. Mas não era só meu pai que tinha esse 'jogo de cintura', Noel e Darcy também eram mestres nessa relação com setores da direita brasileira. Aliás, como você bem sabe, todas essas categorias (direita/esquerda, público/privado, etc.) são bastantes fluidas no Brasil. Meu pai contava que, pela casa de Noel Nutels transitavam representantes dessas duas categorias e de seus variados matizes." (Villas Bôas Filho, correspondência para o autor, 2004) (grifos meus).

O sentido destas observações é fazer notar que o estilo dos irmãos Villas Bôas, uma vez cristalizado, oculta uma série de relações pessoais e institucionais não só responsáveis pela criação do PQXIN (Bastos, 1989, p. 391-392) como pela reprodução das imagens do PQXIN ('vitrine', 'paraíso' etc.). Não só há muito que se pesquisar sobre a institucionalização do PQXIN após sua criação em 1961, valorizando o contexto

histórico e os jogos políticos, de forma a contribuir para a compreensão de um período *nebuloso* da história do indigenismo brasileiro, como também estimular os índios a darem a sua versão da criação e existência do PQXIN, já que existe documentação sobre críticas de índios às iniciativas desenvolvidas pelos Villas Bôas. Além disso, há trabalhos recentes que questionam algumas atividades de atração e pacificação desenvolvidas pelos Villas Bôas (Franchetto e Heckenberger, 2000; Arnt, Pinto e Pinto, 1998).

10.1.3 Francisco Meirelles

As idéias de Francisco Meirelles sobre a questão indígena foram as mesmas desde a década de 40. Vinculando a situação dos índios às condições de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros, Meirelles acreditava ser necessário investir no desenvolvimento econômico do país para que melhorasse o nível de vida de toda a população, inclusive dos índios.

Um Boletim informativo da FUNAI (nº 7/1973) reproduziu um artigo então inédito elaborado por Meirelles antes de sua morte. Aí o sertanista sintetizou suas idéias sobre a política indigenista brasileira, explicando sua interpretação da integração indígena, as divergências com os irmãos Villas Bôas e a defesa da política assistencialista desenvolvida pela FUNAI.

> "O PENSAMENTO VIVO DE FRANCISCO MEIRELLES
>
> O Índio é um ser humano, como todos nós, sujeito, portanto, às emoções e desejos.
>
> Fui, durante toda minha vida, um pacificador de tribos arredias. Sou responsável pelo contato da civilização com os Xavante, Caiapós, Pacáa Nova, Karipuna, Cinta-Larga e tantos outros.
>
> Após o período de pacificação, com o tempo (...) Percebem que vivemos com mais conforto e facilidade do que eles e daí desejam que nós os ajudemos a ser 'gente como nós', sentindo a necessidade de utilizar tudo quanto o civilizado utiliza, até os pequenos rádios transistorizados. Desejam trabalhar para poderem comprar todos esses objetos e roupas de seu agrado, muitos ameaçando até deixar nossos acampamentos, onde nem sempre existe trabalho remunerado para eles, para irem se alugar fora, em seringais ou fazendas das vizinhanças.
>
> Há quem afirme que a vida rude do índio é melhor do que nossa civilização. Porém estes que assim pensam não abandonam nosso meio e não querem para si a vida do índio, e daí o fato deles não acreditarem nessas sandices.
>
> E o fato é que o índio prefere viver como nós.
>
> Ultimamente costuma-se dizer que a melhor política indigenista é o confinamento dos silvícolas em parques ou reservas.
>
> A mim mesmo já perguntaram várias vezes se eu não achava que os índios ficariam melhor isolados da civilização e de todos os seus inconvenientes, a começar das doenças. Não há, realmente, esse dilema: os índios não podem permanecer indiferentemente em seu *habitat*, porque a fronteira da civilização acabará por avançar de maneira irresistível sobre eles.
>
> O que liquida o índio é a falta de assistência, quer dizer, é não lhe darmos condições de competição e de resistência às novas formas de vida que lhe são apresentadas. É verdade que o índio não tem resistência a determinadas moléstias, da mesma maneira

> que nós não temos resistência a um tipo novo de vírus da gripe. A solução não é isolá-lo, porque as formas de penetração da civilização, até nos mais recônditos sítios da selva, estão extraordinariamente desenvolvidas. O que se deve fazer é vacinar os índios, dando-lhes condições de resistência às doenças com as quais eles terão, mais cedo ou mais tarde, de entrar em contato.
>
> Minha experiência de 35 anos de trabalho indigenista me autoriza a dizer que a solução do problema do índio não está no seu confinamento, nem na resistência de seus defensores ao desenvolvimento do país. Ao contrário, a solução está na integração, não só do indígena, mas de toda a população pobre do interior brasileiro, ao processo de desenvolvimento. O confinamento ou a resistência ao progresso levarão inevitavelmente à marginalização e, conseqüentemente, à destruição do silvícola.
>
> Estradas rasgarão as terras virgens do Brasil e novas frentes de colonização promoverão a ocupação efetiva e a integração de áreas distantes ao processo de desenvolvimento. A nós, que por idealismo ou dever funcional, cabe a defesa e a assistência ao índio, compete dar a ele condições de resistência e competição com os colonizadores.
>
> Quando convenientemente treinado, o índio torna-se bom agricultor e criador: eis o caminho de sua emancipação" (Francisco Meirelles, 1973, p. 5-9).

Meirelles tornou-se conhecido por utilizar, entre outras, uma técnica de pacificação que consiste basicamente na invasão das aldeias ou acampamentos indígenas. Identificado pela intimidação e surpresa que causa aos índios, o sertanista empregou essa técnica entre os Pakaa Nova e alguns subgrupos Kayapó. Entretanto, devido ao seu problema físico (manco de uma perna), eram os índios ou servidores intérpretes das expedições que se adiantavam para o contato inicial. O problema físico fez com que realizasse expedições montadas, impondo contatos arriscados próximos às aldeias indígenas, como ocorreu com os Xavante. Também utilizou a técnica de atração do *namoro*, montando tapiris com brindes e aguardando meses pela resposta dos índios.

Além de ser identificado por utilizar técnicas específicas, Meirelles foi *estigmatizado* duplamente – no sentido de ser isolado por setores indigenistas: inicialmente, por realizar atrações e pacificações a partir dos interesses e financiamentos dos seringalistas do Pará, causando o deslocamento de muitos índios de suas terras e grande mortandade pós-contato por falta de assistência sanitária. Depois, era identificado como *comunista*, uma "categoria de acusação" empregada em conflitos políticos (Velho, 1981, p. 57-64). Entretanto, o capital simbólico que acumulou com a pacificação dos Xavante sempre o colocou entre os maiores sertanistas brasileiros.

10.1.4 Sydney Possuelo

Embora tenha realizado a pacificação de índios Arara (PA) e a atração de nômades Guajá (MA), entre outros grupos indígenas, Possuelo defende desde 1987 uma política de proteção onde o contato só seria realizado *em último caso*, diante de graves ameaças à sobrevivência dos índios.

A política para os índios isolados resume-se assim às atividades de identificação e localização dos índios, com posterior vigilância da área. O DEII conta a demarcação de terras para os índios isolados (TI Massaco, TI Alto Tarauacá, TI Vale do Javari) como base das ações de vigilância. Entretanto, há casos de índios isolados não protegidos e outros correndo grave risco de vida (como os isolados do rio Madeirinha/MT).

Possuelo alia o uso de tecnologias recentes (telefonia e mapas via satélite, aparelhagem eletrônica em campo, etc.) às táticas e técnicas adotadas desde a criação do SPI, como as expedições numerosas, o *namoro* para troca de presentes e o uso de música nas atrações.

As idéias desses sertanistas sintetizam as principais políticas adotadas frente aos povos indígenas no séc. XX. Todos se declaravam *caudatários* de Rondon, cada um a seu modo: os irmãos Villas Bôas se identificam com a política defendida por Rondon no final da vida; Meirelles sempre acionava sua filiação às idéias integracionistas do Rondon do início do século XX e de seus seguidores (Estigarríbia, Vicente Vasconcelos, etc.); já Sydney Possuelo interpreta sua *radicalização* da aculturação lenta defendida pelos irmãos Villas Bôas, e materializada na política de defesa dos índios isolados, como um *rompimento* com a perspectiva integracionista de Rondon (v. entrevista ao jornal *O Paraense*/PA, 17 a 23/02/2002).

Entre essas idéias, o denominador comum é o vetor *tempo*: para os irmãos Villas Bôas e Possuelo, é necessário *dar tempo* aos índios até que a sociedade nacional melhore suas condições de vida e respeito à diversidade cultural; ao contrário, para Francisco Meirelles era também necessário melhorar a assistência ao índio, mas para emancipá-lo como trabalhador, desenvolvendo seu potencial *rapidamente*, a mesma finalidade civilizatória definida por Rondon, que, entretanto, propugnava o respeito ao *tempo de resposta* do índio às inovações tecnológicas e sociais (implementação gradual de práticas – v. Lima, 1987, p. 183).

No início do séc. XX, Rondon e os positivistas do Apostolado acreditavam que os *fetichistas*, vivendo em estágios inferiores de civilização, deveriam seguir a *marcha da humanidade*, evoluindo para contribuir para o "progresso da nação" (Lima, 1987). O bem-estar para os povos fetichistas era assim deslocado para o futuro, ao tempo necessário à incorporação à sociedade industrial. O respeito à cultura indígena, estabelecido pelo SPI, significava que a transição social deveria ser sensível à situação de cada povo, identificado numa escala tecnológica e social.

Francisco Meirelles reproduz essas imagens positivistas com a imagem da *vida rude* dos índios. Após o contato, os índios querem deixar de ser índios, pois sua sobrevivência é difícil. Como as condições de vida dos trabalhadores brasileiros também eram difíceis, a luta pelo desenvolvimento social era uma só. Justapõe-se assim o positivismo evolucionista rondoniano com o positivismo economicista (Freire, 2002).

Já os irmãos Villas Bôas e Sydney Possuelo enfatizavam que *índio feliz* é o índio *atualmente* isolado, vivendo na sua cultura. O índio contatado, aculturado, está sujeito à marginalização. O *paraíso* indígena é *agora*, mas apenas para aqueles que mantêm o isolamento, e o futuro é uma incógnita, já que depende de mudanças na nossa sociedade.

Tal balanço assinala que as políticas indigenistas propostas por Rondon, os irmãos Villas Bôas, Francisco Meirelles e Sydney Possuelo estão firmemente ancoradas em representações da vida indígena, reforçando as características de cada estilo (integracionista, protecionista). Importa ressaltar aqui que os sertanistas – inclusive Sydney Possuelo em vários momentos de sua trajetória – manipulavam esse sistema contraditório de modo similar ao que o antropólogo Edmund Leach visualizou os sistemas políticos entre os Kachin de Burma (1976), ou seja, "em função de seus próprios interesses" (Sigaud, 1996, p. 31). É como se cada sertanista pudesse estruturar as categorias verbais (cf. Leach, 1976, p. 15), isto é, as concepções desses estilos de forma variada.

Nesse sentido, os estilos sertanistas padecem de algumas limitações em sua apresentação, além do caráter redutor. Entretanto, permitem um entendimento inicial das relações que caracterizam o indigenismo brasileiro.

Os estilos sertanistas empregados no séc. XX podem ser assim sintetizados, todos expressando alternativas adotadas pelo Estado brasileiro, apesar das contradições assinaladas:

ESTILOS SERTANISTAS

Sertanistas	*Finalidade da ação sertanista*	*Estratégias, táticas e técnicas de contato*	*Formas de intervenção inicial na vida dos povos indígenas*
Rondon	1) Incórporação à civilização; 2) respeito aos costumes (adaptação progressista).	• contato pacífico; • expedições numerosas; • instalação de PIA; • *namoro*.	• introdução de tecnologia e novas atividades produtivas na agricultura e pecuária; • indígenas como trabalhadores da Comissão de Linhas Telegráficas e do SPI; • deslocamento de comunidades (quando necessário).
irmãos Villas Bôas	Protecionista: 1) aculturação lenta; 2) isolamento indígena (nos anos 90).	• contato pacífico; • expedições pequenas; • oferta direta de brindes; • *namoro*; • sobrevôos.	• controle sanitário; • interrupção de conflitos intertribais; • controle das relações com regionais.
Francisco Meirelles	1)integracionista; 2)assistencialista.	• contato pacífico; • expedições numerosas; • *namoro*; • expedição montada (a cavalo); • invasão de aldeias ou acampamentos; • uso de música nas atrações.	• Introdução de técnicas econômicas e integração ao mercado regional.
Sydney Possuelo	1)isolamento indígena; 2)contato e aculturação lenta.	• expedições pequenas ou numerosas; • sobrevôos; • instalação de PIA; • *namoro*; • uso de música nas atrações.	• evitar o contato ou contato pacífico; • vigilância da área dos grupos isolados; • contatos com controle sanitário; • aculturação dirigida com controle de acesso à área (caso Zo'é).

10.2 Dimensionando terras indígenas: relações entre sertanistas e antropólogos

Entendendo que a prática sertanista produz uma forma de territorialização[76] indígena, nosso objetivo aqui é analisar: a) *como* valores e idéias dos sertanistas do SPI e da FUNAI estão expressos na legislação e na identificação de terras indígenas; b) como a prática de identificação dessas terras é produto ou não das relações estabelecidas pelos sertanistas com antropólogos. Cabe esclarecer desde logo que estaremos tratando de *terra indígena* na sua acepção jurídico-legal, o que consta dos regulamentos dos órgãos indigenistas e dos artigos constitucionais desde 1934, não se confundindo com a abordagem antropológica do processo de territorialização, que molda nossas preocupações analíticas, aqui reduzidas à indagação relativa à criação de unidades sociais.

Investigar como sertanistas e antropólogos se relacionaram em vários contextos, nas questões relativas às terras dos índios, contribui para a compreensão do peso relativo (capital acumulado) dos sertanistas nas disputas num estado do campo indigenista.

Quando realizou uma etnografia das terras indígenas (Oliveira, 1983), o antropólogo João Pacheco de Oliveira, baseando-se em informações do CIMI, constatou entre estas a existência de apenas 54 reservas indígenas demarcadas pelo SPI até 1967. Entretanto, ao lançarmos mão de um único Relatório anual da Inspetoria do Amazonas e Acre (IR1), relativo a 1924, percebemos que a questão da identificação e demarcação de terras para os índios durante a existência do SPI foi complexa e diversificada, envolvendo articulações políticas, ações judiciais, denúncias e espoliações territoriais, iniciativas locais de demarcação, etc.

Esse Relatório, apresentado pelo inspetor Bento Martins Pereira de Lemos à direção do SPI, descreve que somente em 1924 a IR1 havia realizado 11 medições e demarcações de posses indígenas em vários municípios, das quais 10 já haviam sido aprovadas pelo governo do Amazonas. Essas posses estavam registradas como "Lote Surumu", "Lote Marienê", "Lote Muratuba", etc. Naquele mesmo ano, Lemos iniciou um recenseamento das posses indígenas existentes no Amazonas, Acre,

[76] Territorialização "é um processo de reorganização social que implica (1) na criação de uma nova unidade social com a constituição de relações de outra natureza entre seus membros; (2) na definição de um domínio precípuo da política; (3) no estabelecimento de uma identidade étnica diferenciada e (4) na sua expressão direta no plano do território" (Oliveira, 1993, p. 3-4).

norte de Mato Grosso e oeste do Pará. Só o que foi levantado em 1924 revelava o seguinte quadro:

Nome do Município	*Terras Indígenas*
Município de Manicoré	21 posses
Município de Maués	58 posses
Município de Itacoatiara	4 posses
Município de Coary	1 posse
Município de Borba	55 posses
Município de Manaus	1 posse
Município de Fonte Boa	12 posses

O tamanho das posses variava, de 15 mil metros de frente (poucas) até 2 mil ou 1 mil metros de frente (a maioria) (Lemos, Relatório da IR1, 1925, p. 44-63).

Bento de Lemos aproveitava a prorrogação da Lei Estadual nº 941, de 16/10/1917, que estabelecia o prazo de três anos para a realização de "demarcações das terras habitadas por índios selvagens ou semicivilizados, bem como das áreas que lhes forem necessárias" (Lemos, Relatório da IR1, 1921, p. 15). Devido à elevação do preço da castanha desde 1918, Lemos enfrentou a invasão dos castanhais indígenas por personalidades como as esposas do Governador do Estado e do Secretário Geral do Governo (ibid., p. 16-17). Inúmeros prepostos tentaram registrar vastos lotes de terras dos índios como seus. Naquele ano, de 22 terras requisitadas, o governo do Estado só aprovou cinco, todas pequenas, *compradas* para os índios Mundurucu.

As terras demarcadas até 1924 eram concessões de reservas pelo governo do estado, estabelecidas pela Lei 1144 (20/04/1922), mas que voltariam ao domínio do estado tão logo "os índios se retirem ou que se extingam as tribos nelas domiciliadas" (Lemos, Relatório da IR1, 1929, p. 158). As atitudes de defesa dos interesses indígenas valeram a Lemos o arrolamento numa Comissão de Inquérito na IR1 (1931), após a Revolução de 30. Em sua defesa, Lemos se identificou como "o maior e mais invencível estorvo às pretensões de assalto às terras indígenas" (Lemos, Alegações de Defesa à Comissão de Inquérito, 03/06/1931).

Lemos seguia as determinações do SPI, embora criticasse as limitações do Serviço e de seus agentes, estando sempre à frente das necessidades institucionais do

órgão. Chegou mesmo a elaborar uma minuta de lei sobre tutela para garantir as terras dos índios, antecipando-se ao Decreto 5.484, de 27/06/1928 (Freire, 2001). A política de distribuição de lotes de terras para famílias indígenas teve início após a Lei de Terras de 1854, variando de Província para Província. No séc. XIX, a espoliação das terras dos índios era estimulada tanto pela difusão de estereótipos e preconceitos – os índios "errantes", que "não se apegam ao território" (Cunha, 1992, p. 16), quanto pela políticas oficiais de aldeamento. As políticas relativas às terras dos índios desenvolvidas pelo SPI no início do século XX estabeleceram uma relação direta entre uma tipologia evolucionista dos índios (aldeados, nômades, promíscuos) e a definição de terras para sua civilização (posses, povoações, etc.) (Oliveira, 1947, p. 94-97; Lima, 1998a, p. 174-185).

O sertanista Cândido Rondon

No início do século XX, Rondon e outros integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas, vinculados ao Apostolado Positivista, defendiam o emprego das terras das aldeias para a sedentarização e civilização dos índios, seguindo idéias de Raimundo Teixeira Mendes (Mendes, 1910). Muito do "paradoxo ideológico da tutela" (Oliveira, 1988, p. 222-225) constituído com a criação do SPI, deveu-se às contradições vividas pelos positivistas brasileiros, que não conseguiram "mudar os indicadores sociais do Brasil" (Lóvisolo, 1992, p. 74) e aprofundavam as críticas à "anarquia moral e mental da sociedade moderna" (Mendes, 1910, p. 6).

Rondon se envolveu com a garantia de terras para os índios antes mesmo do estabelecimento da legislação do SPI. Quando a Comissão de Linhas Telegráficas passou por Mato Grosso em 1905, Rondon percorreu aldeias abandonadas, invadidas por fazendeiros. Os índios Terena que encontrou eram procurados para trabalhar como agricultores e criadores para os fazendeiros, que os exploravam, tornando-os "presas de dívidas" (Rondon, 1949, p. 83), ficando presos a um constante ajuste de contas. Roubados, os Terena viviam "uma escravidão de uma nova espécie, cuja manutenção é apoiada pela polícia estadual" (idem). O índio que fugisse corria "o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte" (idem). Com o objetivo de garantir a sobrevivência de famílias Terena, através de articulações políticas regionais Rondon conseguiu em 1905 a demarcação da reserva indígena "Cachoeirinha", com 2.260 ha,

entre outras pequenas áreas na região (Cardoso de Oliveira, 1976, p. 60; 66; 72) (Bigio, 2003).

A polêmica que envolveu Hermann von Ihering com o Museu Nacional, a respeito dos "indígenas do Brasil" (Lima, 1989, p. 304) fez Rondon apoiar os naturalistas deste Museu, com quem a Comissão Rondon já mantinha relações, através do zoólogo (naturalista) Alípio de Miranda Ribeiro. No início de séc. XX, ainda prevaleciam as concepções de Antropologia enquanto "conhecimentos anatomo phsychologicos" (Schwarcz, 1993, p. 72-73), defendidas pelo naturalista João Batista Lacerda no último quartel do séc. XIX. As idéias de Rondon a respeito das terras indígenas, formalizadas com o Regulamento de criação do SPI (Decreto 8.072, 20/06/1910), estavam baseadas no ideário político positivista, havendo convergência com as idéias antropológicas baseadas no paradigma evolucionista (Lima, 1987).

Com o estabelecimento da tutela dos índios em 1928, coube legalmente aos agentes indigenistas (tutores) – os sertanistas (inspetores) entre eles – o direito de classificar os índios para estabelecer políticas territoriais, ampliando-se os conflitos com políticos regionais e municipais. Diante das tentativas do governo do Paraná de fracionar as terras indígenas em lotes familiares a partir de 1947, Rondon reagiu, afirmando que

> "as terras dos índios não correspondem a posses individuais, mas constituem propriedade tribal. Os índios não têm propriedade individual; a propriedade é da tribo, por conseguinte, não podemos dispor para cada índio de uma certa área, como de hábito entre trabalhadores rurais civilizados (...) O índio tem tradições de família e de sua tribo que o arraigam ao solo em que vivem, e reage contra essas mudanças de local; além disso não acredito que seja premente a necessidade da estruturação em sujeito, nem considero muito grandes as reservas de terra existentes nesse estado, porque a tribo de índios pode se desenvolver e se desenvolvendo precisará de mais terra (Atas do CNPI, 1947, 13ª. sessão)" (Freire, 1990, p. 249).

O General não conseguiu reverter a iniciativa da política estadual, somente na década de 50 o SPI recuperou uma parcela dessas terras indígenas.

Na década de 40, Rondon também divergiu de Modesto Donatini Cruz e José Maria de Paula, diretores do SPI, na questão das terras dos índios. O Regulamento do SPI de 1936 (Decreto 736, 06/04/1936) colocava como finalidade "garantir a efetividade da posse das terras habitadas pelos índios, como condição indispensável e básica de sua tranqüilidade e de seu desenvolvimento futuro" (Oliveira, 1947, p. 149). Tal regulamento, elaborado por militares no âmbito do Ministério da Guerra, antecipava inúmeras questões de regulamentações posteriores. As divergências de Rondon com

Paula deviam-se à aceitação por este das invasões de terras indígenas como "fato consumado". Paula aceitava os invasores na Reserva Indígena de São Jerônimo (PR), propondo que tais fatos constassem da regulamentação do art. 154 da Constituição de 1937, proposta em minuta na sua obra *Terra dos índios* (1944).

Durante essas décadas, Rondon praticou o que entendia por "etnografia": a descrição de povos, a partir de observações físicas (antropométricas), vocabulários, lendas, "usos e costumes" (Freire, 1990, p. 321-325; Baldus, 1958, p. 47-51). Segundo Baldus, Rondon seria "filho de sua época", a segunda metade do séc. XIX, sua "etnografia" se originando do trabalho dos naturalistas da virada daquele século.

O General colocava Edgard Roquette-Pinto – também positivista – como um etnógrafo e cientista "moderno" que lhe servia de referência, além do antropólogo americano Robert Lowie, defensor do "estudo direto da etnografia indígena" (Rondon, 1946, p. 35), isto é, do trabalho de campo para constituição de acervos e estudos etnológicos e lingüísticos, com posterior comparação (Freire, 1990, p. 322-324). Entretanto, essa "*etnografia*" pouco influenciou a visão de Rondon sobre as terras indígenas, permitindo apenas que conhecesse um fragmento do cotidiano da vida dos Paresi, Nambiquara, etc., e algumas de suas necessidades imediatas de reprodução física. Na interpretação de Baldus, Rondon se aproximaria de "etnólogos modernos" no final da década de 40, quando se opôs à orientação "por ele mesmo dada em anos anteriores" (Baldus, 1958, p. 54), declarando na ocasião:

> " 'A tendência atual é afastar o índio, quanto possível, do contato pernicioso dos brancos. Já não se compreende a idéia errada de que os índios devem ser incorporados à nossa civilização.' (...): 'Vocês, os jornalistas, são os piores inimigos dos índios. Vivem a procurar reportagens de sensação atormentando os pobres aborígenes cuja única aspiração é viver longe de nós, os civilizados. O índio não acredita, nem pode acreditar no branco. Somos para ele uma nação grande, forte e cruel. Nem poderia pensar de outro modo acreditando apenas no que observa e sendo, desde a época do descobrimento, escravizado, massacrado, espoliado de suas terras pelo branco mau e traiçoeiro. Poucos, pouquíssimos são os brancos que procuram os índios com o objetivo de ajudá-los. Na maioria dos casos procuramos o índio apenas para corrompê-lo, levando-lhe somente vícios e enfermidades que grassam abundantemente nesta nossa civilização.' (...): 'Infelizmente esta sociedade é egoísta e corrupta, tendo uma grande falta de cultura moral e de honestidade. Como só daí poderemos retirar os elementos necessários para nos mantermos em contato com os índios, temos um grande trabalho em refrear as paixões luxuriosas e educar os maus. Sim porque os maus são os brancos e não os índios. Teixeira Mendes, célebre e grande apóstolo do positivismo, dizia-me certa vez: 'O maior mal que podemos fazer aos índios é procurá-los. Só devemos fazer isto quando o povo brasileiro se regenerar completamente e abandonar a luxúria, a corrupção em que vive atolado.' " (ibid., p. 54-55).

Devemos assinalar que Rondon convivia, no âmbito do CNPI, com a antropóloga Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional e conselheira do CNPI, além dos etnólogos da Seção de Estudos do SPI Darcy Ribeiro e Max Boudin (lingüista). Heloísa Alberto Torres e Darcy Ribeiro estiveram à frente do projeto de criação do PQXIN.

As intervenções de Rondon no início do séc. XX – deslocando aldeias Paresi, subordinando índios aos trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas, entre outras – sinalizam o desconhecimento dos efeitos das atitudes dos agentes do SPI sobre o cotidiano dos povos indígenas. Os antropólogos João Pacheco de Oliveira – estudando as intervenções do chefe de PI "Manuelão" junto aos Ticuna (AM) (1988) – e Maria Fátima Roberto Machado – pesquisando os "índios de Rondon" (1998), isto é, a presença de Rondon junto aos Paresi, analisaram esse "etnocentrismo" colonial. Nossa pesquisa sobre os índios Guarani-Mbyá (1997) revelou como Luiz Bueno Horta Barbosa, ex-diretor do SPI, ficou atônito diante das atitudes dos índios em não quererem se submeter aos programas de proteção do SPI, realizando viagens "tontamente" decididas (Freire, 1997, p. 102), tornando inúteis as tentativas do SPI de discriminação de terras para sua sobrevivência.

Segundo Barbosa, os índios

> "a nada (...) atendem, e não se julgam obrigados por outra circunstância senão a de se sentirem bem ou mal onde estiverem: conforme prevalecer uma ou outra dessas alternativas, dizem eles, assim decidirão permanecer ou mudarem-se para outro ponto qualquer do Brasil" (ibid., p. 103).

A solução para Barbosa era que todas as autoridades se negassem a dar assistência aos índios "que não fosse no local de suas residências" (ibid.). Impedir que índios "maltrapilhos, doentes" chegassem à Capital Federal, não era apenas um ato político para evitar as repercussões dessas viagens, mas demonstração de desconhecimento das migrações Guarani.

As intervenções dos sertanistas para a definição de terras indígenas dependiam de acordos estabelecidos com governos estaduais, pouco influenciando nessa decisão os artigos constitucionais que garantiam o direito dos índios à posse de suas terras desde 1934 (Wander Bastos, 1985). Rondon influenciou a definição de toda a legislação interna ao SPI, referente às terras dos índios, até a década de 40. A identificação de uma reserva para determinados índios, do ponto de vista da direção do

SPI, baseava-se no entendimento do que era o modo de vida indígena, estabelecendo um modelo de áreas pequenas, visando apenas à reprodução da mão-de-obra indígena (Oliveira, 1998b, p. 34). O ponto de partida para a ação governamental eram os conflitos regionais, respostas às conjunturas políticas e frentes expansionistas (Leite, 1999, p. 3). A disputa pela terra nessas situações tinha como contrapartida o silêncio e a omissão perante outras situações. As concepções de "terra dos índios" se sucediam no plano legal, ganhando complexidade com o regulamento de 1936 – onde a idéia de *terra habitada* sinalizava o início do reconhecimento de *territórios indígenas*, e mudanças na valorização dos costumes de um povo. Entretanto, devemos insistir no fato de que os governos estaduais, ao negociar todas as propostas de terras formuladas pelo SPI, negavam a implementação de boa parte delas.

Os irmãos Villas Bôas e Eduardo Galvão

A única Terra Indígena com que os irmãos Villas Bôas estiveram envolvidos durante suas atividades sertanistas foi o PQXIN. Desde a idéia da criação do Parque em 1948, até sua institucionalização em 1961, os irmãos disputaram com agentes e agências diversas a efetivação do projeto. A aliança com servidores e chefias do SPI permitiu o questionamento dos objetivos de Francisco Meirelles junto aos Xavante. Entre esses aliados, dois antropólogos estiveram à frente das idéias e dos debates que envolveram o projeto do PQXIN: Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão.

Darcy Ribeiro redigiu o projeto e a exposição de motivos para a criação do PQXIN, apresentada em 1952 ao Presidente Getúlio Vargas, dando forma aos trabalhos de uma comissão que incluía, entre outros, Orlando Villas Bôas. Numa pesquisa anterior (Freire, 1987, 1990), assinalamos que no início dos anos 50 Darcy Ribeiro esteve envolvido com a elaboração de um substitutivo ao Projeto de lei nº 245, criado para a regulamentação do artigo 216 da Constituição Federal de 1946, relativo à posse das terras onde os *silvícolas* estivessem permanentemente localizados. Havia intensa disputa política por terras indígenas no Sul do Brasil, sendo inclusive proposto o fracionamento das reservas indígenas existentes em lotes familiares de 100ha. Lima (1998a) e Menezes (2000) analisaram o substitutivo elaborado por Ribeiro, demonstrando como a concepção de terra indígena proposta convergia com as idéias contidas no anteprojeto do PQXIN.

Entretanto, além do trabalho de Darcy Ribeiro, os estudos e as intervenções de Eduardo Galvão foram importantes para a definição e institucionalização do PQXIN. Em 1947, Orlando Villas Bôas possibilitou que Galvão desenvolvesse estudos etnológicos junto aos índios Kamayurá, no Alto Xingu. Nesses estudos, Galvão concebeu a noção de *área do Uluri*, um área cultural com "traços característicos" (Galvão, 1979, p. 37) como a habitação oval, uso do propulsor de flechas *iawari*, luta corporal *huká-huká*, etc. Essa "identidade cultural" (ibid., p. 36) não permitiria uma delimitação fracionada das terras indígenas do Alto Xingu. Assim, o apoio dos irmãos Villas Bôas aos pesquisadores do Museu Nacional permitiu o surgimento de uma das noções básicas do projeto do PQXIN, da mesma forma que o intercâmbio com Galvão e outros antropólogos que visitavam o Alto Xingu possibilitou aos irmãos Villas Bôas desenvolverem críticas sobre a situação daqueles índios (v. Freire, 1987).

Durante a década de 50, Galvão apoiou a tramitação do projeto legislativo para a criação do PQXIN. Galvão, que dirigia a SOA/SPI, e os etnólogos da Seção de Estudos do órgão, agiam de diferentes formas para apoiar o projeto e combater a especulação fundiária na área. O "Relatório de uma investigação sobre terras em Mato Grosso" (1954), elaborado pelo etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira, é representativo da atuação da SE/SPI a esse respeito. Em 1958, Galvão deu uma entrevista ao jornal *Correio da Manhã* explicando que o parque não era "sonho romântico" de "idealistas" (Freire, 1987, p. 35), mas se enquadrava "numa mentalidade (...) onde as áreas de reservas florestais isoladas são mantidas e proliferam por iniciativa dos órgãos governamentais" (idem).

Em 1964, já criado o PQXIN, sendo Orlando Villas Bôas seu administrador, este convidou Eduardo Galvão para participar dos trabalhos de atração dos índios Txicão (Ikpeng), tendo a intenção de transferi-los para a área do Parque. No relato desses fatos descritos no livro de memórias *Marcha para o Oeste*, Villas Bôas apenas cita a presença de Eduardo Galvão na equipe (Villas Bôas, 1994, p. 587). Através do diário de campo, filmes e fotos de outro integrante da equipe, o cinegrafista Jesco von Puttkamer (von Puttkamer, 1965), descobrimos que Galvão participou das principais tarefas da atração. Von Puttkamer comentou que Orlando Villas Bôas deu ordem para que nenhuma arma fosse levada na atração, à exceção de um rifle de caça, mas que ele, e também outros, levaram armas escondidas na roupa (idem) .

O contato com os "ferozes" (idem) índios Txicão ocorreu em 19 de outubro de 1964. Após um sobrevôo da aldeia, dois aviões pousaram num descampado onde estavam os guerreiros Txicão. Com acenos, Cláudio e Orlando conseguiram que os índios se aproximassem, oferecendo brindes (terçados, facas, etc.) trocados pelas armas indígenas (Galvão e Simões, 1965, p. 6). Num segundo momento, Galvão também acenou, chamando os índios. Estabelecida a confraternização, Galvão e Cláudio Villas Bôas sentaram junto a algumas mulheres Txicão, debaixo de uma árvore, para recolherem o vocabulário indígena, identificado como Karib. Os dois repetiram esse procedimento com outros índios, nos dias posteriores ao contato. Galvão chegou a filmar parte da atração, ajudando von Puttkamer.

Um incidente revelou como eram estabelecidas as relações entre sertanistas e antropólogos no PQXIN. Eduardo Galvão era o antropólogo convidado por Orlando Villas Bôas para participar e documentar o contato. O etnólogo Harald Schultz, que também estava no PQXIN, mas não foi convidado para a atração, tentou que outro integrante da equipe obtivesse para ele fotos inéditas daqueles índios, no que foi censurado por Orlando Villas Bôas. Este e Galvão ficaram bastante "aborrecidos" (idem) com Schultz. Acessar índios recém-contatados era obter a primazia (e no caso, exclusividade) para a descrição etnográfica desse povo.

Com os dados coletados junto aos Txicão, Galvão publicou, em co-autoria com Mário Simões, o artigo "Notícia sobre os índios Txicão – Alto Xingu" (Galvão e Simões, 1965). No texto, Galvão apresentou levantamentos históricos e descritivos (armas, adornos, fiação e tecelagem, cestaria, etc.) desses índios e um relato sucinto da atração. O antropólogo nunca escreveria sobre a experiência indigenista do PQXIN ou sobre a política indigenista brasileira. Dois antropólogos, resenhando a obra de Galvão, enfatizaram sua preocupação com os estudos de mudança cultural no Brasil, e a ausência de discussão do indigenismo brasileiro na sua trajetória (v. Oliveira, 2001b; Silva, 1996). Sua experiência frente à SOA/SPI, onde desenvolveu iniciativas como a preparação de um censo dos índios brasileiros, também é desconhecida. Ao participar da atração dos Txicão com os irmãos Villas Bôas, Galvão também deu início ao processo de territorialização daqueles índios.

Nesta pesquisa não descobrimos outras parcerias de Galvão com os irmãos Villas Bôas. Essa atração garantiu a sobrevivência dos Txicão nos limites do PQXIN. Galvão voltaria a se envolver com atração e pacificação de índios durante a abertura da Transamazônica, como Coordenador do GT FUNAI/Transamazônica. Numa

entrevista ao jornalista Lúcio Flávio Pinto (*OESP*, 01/07/1973), o antropólogo fez um balanço dessa experiência polêmica – quando foi criticado por outros cientistas sociais –, defendendo a criação de reservas indígenas, a ação da FUNAI na Transamazônica e a transferência dos Parakanã e outros grupos das terras que seriam cortadas pela estrada.

Francisco Meirelles e Antonio Cotrim

Francisco Meirelles sempre manteve uma atitude de desconfiança em relação ao trabalho antropológico (*O Globo*, 04/06/1973). Suas práticas perante os índios associavam as normas herdadas do SPI a uma interpretação política em que o *problema indígena* era antes de tudo um *problema nacional*, envolvendo o destino de todos os trabalhadores.[77]

As articulações políticas que estabeleceu para garantir terras para os índios – inicialmente em Mato Grosso, depois no Pará, em momentos que detinha prestígio ou chefia no SPI – não tiveram resultados práticos. Idealizadas por Meirelles enquanto terras para a sobrevivência *produtiva* dos índios, os projetos desconheciam toda a dinâmica segmentar dos grupos Jê. A inexistência dessas garantias territoriais assinalou os limites e os riscos de uma política exclusivamente *integracionista*. Nos anos 50, Meirelles não viu outra saída senão realizar atrações e pacificações financiadas por seringalistas (Porfírio Carvalho, entrevista ao autor, 2002) e promover o deslocamento dos índios para fora das áreas de interesse econômico estadual. A mortandade que se seguiu foi considerada mero efeito de *qualquer* contato. Instruindo o sertanista Fiorello Parise de como deveria proceder numa atração, Meirelles disse para espanto de Parise: "é normal morrer 50% de um grupo no contato" (Fiorello Parise, entrevista ao autor, 2002).

Trabalhos históricos recentes, como o de Garfield (2000, 2001) e Silva (1992), não analisaram o conflito interno ao SPI que privilegiou o projeto do PQXIN em detrimento da efetivação de reservas Xavante no início dos anos 50, o que demanda pesquisas específicas, do nosso ponto de vista.

Orientado por Francisco Meirelles, inicialmente Antonio Cotrim adotou as práticas daquele referentes à organização de expedições e deslocamento de índios (caso Gavião). Interessado na situação dos índios, tornou-se autodidata, lendo a

[77] Seria uma interpretação do caráter da *Revolução Brasileira*.

literatura etnológica brasileira disponível nos anos 60. No planejamento das ações de pacificação na Transamazônica e nos seus últimos relatórios há menções explícitas de etnólogos e antropólogos, citados em apoio a sua interpretação da realidade. Entretanto, Cotrim pouco influenciou a definição de áreas indígenas onde atuou.

Os sertanistas do DEII

As determinações do Estatuto do Índio relativas às terras indígenas (Título III – Das terras dos índios) produziram uma série de atos normativos relativos à regularização dessas terras. Foram criadas comissões com a participação de antropólogos para discriminar os limites de reservas indígenas (Lima, 1998a, p. 208-218). Posteriores mudanças administrativas reiteraram o papel do antropólogo na identificação das áreas indígenas.

Neste período, até a realização do I Encontro de Sertanistas da FUNAI, os sertanistas das FAs agiam em campo solicitando à Presidência da FUNAI a interdição das áreas inicialmente reconhecidas como necessárias à sobrevivência indígena. Com os índios Arara (PA), na Transamazônica, a interdição definida pelos sertanistas procurou abranger todas as áreas identificadas como de uso desses índios. Devido a conflitos com colonos, a interdição só ocorreu com o apoio do Exército. A área inicialmente interditada acabou sendo maior que a TI definida posteriormente, pois os sertanistas transferiram índios, aproximando aldeias. Foi uma situação em que houve intensa disputa política entre órgãos governamentais, havendo atritos entre o INCRA e a FUNAI e conflitos em campo entre índios e colonos da Cotrijuí (colonizadora) (Possuelo, entrevista ao autor, 2002; Figueiredo, entrevista ao autor, 2002; Andrea Tonacci, documentário "Arara", 1981).

Em 1983, o antropólogo João Pacheco de Oliveira repôs a *questão indígena* sob novas bases: não era mais a demografia, mas a dimensão das terras indígenas que definia a importância desses povos na vida brasileira. Em campo, os sertanistas e outros técnicos da FUNAI enfrentavam dificuldades para identificar terras indígenas na área de influência da Transamazônica (PA). A violência nessa área, atingindo não só índios como a população rural (v. Almeida, 1993), tornava irreais os projetos elaborados nos gabinetes da FUNAI em Brasília.

Diante dessa realidade, o Sistema de Proteção aos Índios Isolados criado após o I Encontro de Sertanistas (1987) estabeleceu como um dos seus principais

objetivos garantir e proteger as terras habitadas por índios isolados. Os integrantes das equipes de localização não só deviam ter experiência em sobrevivência na selva e identificação de *vestígios* dos índios isolados, como deveriam estar preparados para eventuais atrações. As atribuições que cabiam a uma equipe de localização exigiriam quadros funcionais de nível superior, o que não acontecia com a maioria das equipes constituídas. A seqüência dos trabalhos, no total, seria a mesma que a de uma antiga FA: localização de *vestígios*, interdição e delimitação da área, realizada então somente na fase de *localização*, a exemplo do que ocorreu em Rondônia (Rebio Guaporé) e no Acre (TI Alto Tarauacá).

Idéia central nos trabalhos de localização era a da *perambulação* dos isolados, os *vestígios* recolhidos assinalavam necessariamente uma trilha percorrida, um sentido de deslocamento a ser identificado. Predominavam as identificações baseadas em *vestígios* de atividades econômicas – caça, pesca, coleta – pois não havia como interpretar *artefatos simbólicos* encontrados – máscaras, peças rituais, etc. Os sertanistas andavam na mata procurando sinais que dependiam, em determinados casos, de interpretações de pequenos detalhes (diferenciar galho partido por animal ou homem, estipular a dimensão de um grupo através de rastros, etc.).

Identificar limites de futuras terras indígenas provocava ameaças de morte de madeireiros, garimpeiros, seringueiros e grileiros de terras, além de pretensos proprietários de áreas onde viveriam índios isolados. Para interditar uma área para o "índio do buraco", Marcelo dos Santos teve que enfrentar, além de fazendeiros, o DEII e a FUNAI, que não concordavam com a interdição. A política do não contato depende de rigorosa vigilância, pois corre-se o risco de encontrar apenas ossadas de índios assassinados no interior das áreas constantemente invadidas devido a interesses econômicos (minérios, colonização, etc.). Era o que o sertanista Wellington Figueiredo temia estar acontecendo em 2002 com os índios do rio Madeirinha (MT).

No Acre, as *correrias* referentes a um passado de massacres indígenas deram vez a saques e confrontos armados entre índios isolados e outros índios Kaxinawá, Ashaninka e seringueiros nos anos 90 (Iglesias, 2001, p. 1-2). A identificação dos índios isolados dispersos por uma grande área passou a depender de sobrevôos e a conseqüente localização de malocas e seus roçados, num trabalho similar ao realizado pelas equipes terrestres de localização. A recente criação de zonas reservadas de proteção ambiental pelo governo do Peru, na faixa de fronteira acreana, não impede o avanço de madeireiros peruanos, que empurram os índios isolados dos

Altos rios Iaco e Chandless para o espaço brasileiro, acirrando os conflitos na área da FPERE. No caso acreano, antropólogos brasileiros e peruanos apóiam atualmente a política de proteção aos índios isolados executada por Meirelles (idem; Huertas Castillo, 2002, p. 145-161).

Um balanço das identificações

A definição dos trabalhos de levantamento de *vestígios de ocupação* e da *perambulação* dos índios em 1987 estava longe de constituir novidade no âmbito das atividades para identificação de terras indígenas.

Lima identificou no Regimento do CNPI (1963) a preocupação inicial com os "sinais de ocupação" (Lima, 1998a, p. 197), denominados posteriormente por Oliveira e Almeida (1998) de "marcas de ocupação", marcas visíveis deixadas por um grupo étnico: "cemitérios, antigas aldeias, sítios sagrados, etc." (ibid., p. 90), que logo foram "padronizados", tornando-se uma "busca estereotipada" (idem) da cultura indígena por todas as equipes de localização ou identificação. Os antropólogos fazem notar que não há como traçar fronteiras bem definidas "entre a geografia e sua cosmologia" (idem), alertando para o risco de associar diretamente algumas provas de ocupação a um território indígena, definido a partir de então como imemorial.

As limitações e ingenuidades dessas normas de localização do DEII são exemplificadas tanto por Marcelo dos Santos como por José Carlos Meirelles. Além de relatórios e ofícios, há um vídeo produzido pelo CTI – "Violência contra os índios em Rondônia (1996)" – mostrando Santos tentando conter tratoristas para que não destruíssem vestígios de aldeias indígenas. A equipe da FUNAI teve que acionar o MPU para poder investigar o *ocultamento* da presença indígena, pois os fazendeiros já haviam queimado malocas, destruído roças, plantado capim para mascarar a antiga ocupação indígena. Ou seja, dentro da lógica e da técnica de identificação do DEII não sendo encontrados vestígios os direitos dos índios seriam prejudicados. Tal preocupação estava relacionada à identificação da *imemorialidade* e ao Estatuto do Índio, mas sem qualquer sentido após as determinações da Constituição de 1988. Entretanto, esta é a forma encontrada pelo DEII para conseguir identificar terras para os índios isolados. É o que faz José Carlos Meirelles no Acre, através de sobrevôos, identificando malocas e roçados, que vez ou outra ficam de fora das identificações aéreas, provocando ampliações de áreas.

Além do levantamento das marcas de ocupação, uma idéia central aos relatórios de localização do DEII é a de *perambulação*, uma forma de nomadismo. Na verdade, caracterizam o *nomadismo* de forma negativa, como indivíduos e grupos sem residência e sem destino, agindo de forma desordenada e imprevisível, definindo da mesma maneira a idéia estereotipada de *perambulação* indígena. A questão do nomadismo é central na política indigenista brasileira. Com a criação do SPILTN, o objetivo do governo era sedentarizar o índio *nômade*, transformando-o em *trabalhador nacional* (Lima, 1995, p. 119-137), liberando terras para colonização, da mesma forma que acontece hoje quando o senso comum (principalmente militar) associa grandes terras indígenas ao nomadismo (Ramos, 1998, p. 33-40). Identificar *vestígios de perambulação* numa área de índios isolados e supor o sentido do deslocamento indígena para identificar oficialmente os limites de uma nova terra indígena implicam não só o reconhecimento da necessidade de revisão dessa área após o futuro contato com o(s) grupo(s) indígena(s), como extremo rigor nas atividades de vigilância que irão comprovar os acertos ou não da identificação administrativa.

A antropóloga Denise Maldi, que realizou a identificação da TI Massaco, criticou num laudo antropológico a idéia de perambulação:

> "Índios não perambulam, deslocam-se para um local de caça e/ou coleta, em busca de alimentos e matéria-prima para seus artefatos e construções. Têm um grande domínio sobre os acidentes naturais do seu território. Tendo local de moradia, esses deslocamentos se dão no espaço em que têm soberania. Ocupam a floresta orientados por sua organização social que define a existência ou não de grupos locais." (Maldi, 1994a, p. 231-232).

Maldi reconhecia que os laudos periciais (e principalmente as identificações administrativas) não respondiam a interesses ou questões colocadas pela teoria antropológica e que os antropólogos tinham que enfrentar os critérios do senso comum, que identificava uma tecnologia simples e o nomadismo como dados desse senso comum.

A antropóloga não ficou restrita às determinações do Decreto 22/1991 porque vinha realizando desde meados dos anos 70 pesquisas na região. A idéia do *complexo cultural do Marico* resultava desse trabalho, e certamente pode ser associada à idéia da *área do Uluri* (Galvão, 1979, p. 36-37) em que foi baseado o projeto do PQXIN. O problema dessa transposição para índios isolados é que no Xingu os irmãos Villas Bôas faziam a mediação entre os grupos indígenas da região. Na Rebio Guaporé,

a vigilância externa não tem como interferir em conflitos intertribais no interior da terra indígena.

Indigenistas e sertanistas que realizavam as identificações territoriais de índios isolados definiam suas práticas como *técnicas* e ignoravam qualquer influência política nessas delimitações, adotando um padrão de identificação amplamente divulgado na FUNAI (cf. Lima, 1998b, p. 243). Este caracterizava-se por vincular traços culturais à economia do grupo, de forma enumerativa, desarticuladora, já que não se conheciam as relações sociais que fundamentavam a organização social indígena, imaginando-se conseqüentemente uma estabilização do território desse(s) grupo(s) (idem).

Os sertanistas não reconhecem que suas interações com os regionais da área – fazendeiros, madeireiros, colonos, garimpeiros, seringueiros, etc. –, com as agências governamentais (IBAMA, INCRA, etc.), o Ministério Público Federal e Estadual, as Igrejas missionárias e ONGs, além da *evitação* aos índios, formam um campo de ação indigenista (cf. Oliveira, 1988) efetivamente responsável pela delimitação da área indígena, que todos esses contatos influenciam a pesquisa e a elaboração dos relatórios de identificação de terras indígenas. É a situação que vivem em campo que aparece com mais nitidez nos relatórios. As categorias classificatórias que empregam – indícios, vestígios, migração – também são usadas pelos regionais com o sinal invertido (negativo), na intenção de prejudicar os índios. Entretanto, deve ser assinalado que esse conhecimento "genérico", "circunstancial", de origem colonial, reflete o assistencialismo do poder tutelar, o que autoriza a definição do sertanista como um "funcionário colonial" (Oliveira e Almeida, 1998, p. 86).

Essa prática idealiza os grupos étnicos, levando os integrantes do DEII a constantes surpresas, como ocorreu durante a Expedição Ajuricaba (2001) no Vale do Javari (AM). Aí os sertanistas foram surpreendidos pela descoberta de que índios Kanamari (AM) haviam contatado e escravizado índios isolados Tsohom Djapá. Presos a representações leigas, estereotipadas, como o *índio genérico*, ou a um romantismo pretérito, o discurso do DEII alimenta e é alimentado pelo discurso salvacionista do ambientalismo (Oliveira, 1994b, p. 125).

No contexto dos anos 90, os antropólogos ganharam espaços nas normas administrativas da FUNAI para o trabalho de identificação e delimitação de terras indígenas (v. Decreto 22/1991 e Decreto 1775/1996), assinalando o processo político que envolve essa atividade. Paralelamente, a Associação Brasileira de Antropologia

promovia debates sobre a realização de laudos antropológicos e os processos de identificação e territorialização de povos indígenas.

Nesse campo de lutas a margem de diálogo e negociação entre o DEII e os antropólogos foi mínima, ocorrendo inúmeros problemas com equipes de pesquisadores da USP na área Zo'é.[78] Entretanto, em campo, Marcelo dos Santos e José Carlos Meirelles valiam-se de articulações regionais e nacionais com antropólogos da academia e de ONGs, além de outros profissionais. Nestes casos, o *paradoxo ideológico da tutela* se manifestava com intensidade pois os sertanistas não temiam atacar e responsabilizar o Estado brasileiro e a FUNAI pelo que ocorresse com os índios. Outros sertanistas que discordaram das iniciativas do DEII foram transferidos ou se aposentaram definitivamente, como ocorreu com Rieli Franciscato em relação à FPE Vale do Javari, e Fiorello Parise nos Zo'é.

No caso do Acre, relações de trabalho antigas, desde o final dos anos 70, facilitaram a integração de objetivos entre José Carlos Meirelles e o antropólogo da FUNAI Antonio Pereira Neto. Os dois têm a mesma visão romântica dos índios e compreensão da falência do Estado: não há recursos para assistência aos índios, para a vigilância das FPEs ou eventuais pós-contatos. O *tempo* que estão dando aos isolados tem permitido seu incremento demográfico, argumento adotado após sobrevôos de malocas. Pereira Neto assumidamente sobrepõe Antropologia e sertanismo, adotando as práticas administrativas da FUNAI no trabalho de identificação da TI Alto Tarauacá, baseando-se numa etno-história de perambulações, compondo assim o painel diversificado dos profissionais que disputam o poder dentro do órgão.

[78] Além dos Zo'é, pesquisadores tiveram sérios problemas com chefes de PI na região Norte, registrando-se casos de agressão e tentativa de estupro.

10.3 Sobre o sacrifício da própria vida

> "Dedico este trabalho, aos que, *mesmo sem saber por que estavam fazendo*, sacrificaram suas vidas, em defesa dos índios" (Apresentação do sertanista José Porfírio Carvalho ao seu livro *Waimiri Atroari*, 1982, p. 3) (grifos meus).

Os sertanistas Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo revelaram nas entrevistas que *não sabiam* como reagiriam num confronto com índios, tendo que defender a própria vida (v. cap. 5). José Carlos Meirelles afirmou que se fosse cercado pelos índios isolados, *não sabia* se iria usar seu rifle "para dar um tiro num" (Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Em junho de 2004, Meirelles foi cercado por esses índios na frente da sede da FPERE e flechado na face. Reagiu na hora, *dando tiros para o alto*, para salvar sua vida. A questão levantada então era como se posicionavam diante do lema de Rondon, *Morrer se preciso for; matar, nunca!*

Este lema, difundido pelos propagandistas do SPI (de Amílcar Botelho a Darcy Ribeiro), foi deslocado do seu contexto de formulação, reificado e difundido aos quatro cantos como expressão de uma *atitude humanística*. Entretanto, tendo um lugar central no ideário indigenista, e envolvendo interpretações oficiais da morte de servidores do SPI e da FUNAI em trabalhos de atração e pacificação, o lema não foi até hoje valorizado em interpretações de historiadores e cientistas sociais sobre a ação indigenista. Nossa intenção aqui é levantar pistas que permitam a compreensão do sentido do lema no contexto de sua produção, no final do séc. XIX, e sua expressão recente no âmbito da FUNAI.

Rondon sempre reconheceu que a origem das atitudes pacíficas dos integrantes das Linhas Telegráficas frente aos índios foram originadas das determinações do Gal. Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que considerava a luta com os índios uma injustiça e um risco do comprometimento dos resultados da expedição (Viveiros, 1969, p. 76). A partir dos diários e do depoimento de Rondon, Viveiros assinalou as atitudes tomadas por Gomes Carneiro nesse sentido. Passando a chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1892–1898), Rondon teria estabelecido desde o início "o lema que nortearia todo o meu trabalho no sertão, em relação a nossos irmãos os índios: 'Morrer, se necessário for, matar, nunca' " (Viveiros, 1969, p. 107).

Gomes Carneiro havia tentado reprimir os atos violentos de trabalhadores frente aos índios, fixando cartazes com instruções ao longo das Linhas Telegráficas. O sociólogo Pierre Bourdieu observou que uma Bula Papal sobre o controle de natalidade só pregava aos convertidos (Bourdieu, 1983b, p. 179). Dito de outra forma, "o mundo social está semeado de *chamados à ordem*, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que *reanimam* disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pelas vias da consciência e do cálculo" (Bourdieu, 1996, p. 117). A repressão à violência contra os índios – método também adotado por Rondon – inculcaria novas atitudes aos trabalhadores?

Na biografia de Viveiros não há comentários sobre se Gomes Carneiro foi vitorioso nos seus propósitos. Seguindo o *mestre*, Rondon procurou trazer militares para suas posições, o que era facilitado pela propaganda positivista como pela disciplina militar. Seu lema combinava então uma forma de tratamento dos índios e uma estratégia militar de disciplinamento da tropa, compreendidas do ponto de vista positivista. Aqueles que adotavam tal doutrina deviam *viver para outrem*, base da filosofia e da política positivista, "que são necessariamente inseparáveis" (Trindade, 1999, p. 86). Os reflexos desse pensamento na organização e nas práticas militares no Brasil na passagem do século XIX/XX são complexos e extensos.[79]

Havia riscos de sacrifício frente a um ataque dos índios, mas o rigor da disciplina evitava confrontos desastrosos para os indígenas: a ordem era afugentá-los (tiros para o alto, etc.). O lema funcionava aí como a voz do comando militar num contato. Além do que seria difícil imaginar que centenas de trabalhadores braçais, temerosos das doenças do sertão e fatigados pela rotina estafante, obedeceriam a tal comando. Daí a importância da segurança (inúmeros vigias) e da prevenção, já que havia atos rebeldes entre os trabalhadores que sobreviveram à chegada ao rio Madeira num navio-prisão da República (Hardman, 1988, p. 153-162).[80]

No contexto inicial das atividades das Comissões até a consolidação das linhas, pesou mais para os militares positivistas a necessidade de finalização dos trabalhos. Servir à pátria antes de tudo era a *razão de ser* dos comandos das Comissões. *Morrer pela pátria* é uma ação imaginada como constitutiva do "ethos militar" (Santos,

[79] Basta citarmos os estudos de José Murilo de Carvalho e Celso Castro.

[80] Uma parcela dos trabalhadores que foram engajados à força nos trabalhos da Comissão Rondon eram ex-marinheiros que participaram da Revolta da Chibata, ficaram encarcerados na Ilha das Cobras (RJ) e depois foram deportados para a Amazônia. Hardman definiu o trabalho na Comissão Rondon como compulsório ou servil (Hardman, 1988, p. 155-162).

2000, p. 37-60). A esse "sacrifício supremo" (Bourdieu, 1996, p. 118) – vários militares da Comissão foram vitimados – seguiam-se rituais fúnebres de instituição de heróis da nacionalidade, cultuados pelos seus pares.

Nesse contexto, morria-se principalmente pela pátria. Esse fiel da balança irá se alterar para o lado oposto, após a consagração dos trabalhos das Comissões e de Rondon. Graças às ações de propaganda e apologia, o lema de Rondon foi encampado pelo SPI, simbolizando o espírito do núcleo dirigente. Morre-se agora nas atrações pela realização do projeto indigenista, a incorporação pacífica dos índios à civilização. Só a filiação de militares ao Apostolado Positivista – a religião da humanidade – explicaria a determinação de obediência religiosa ao lema de Rondon constando de artigo do Regulamento do SPI (1936), então subordinado ao Ministério da Guerra.

A radicalidade do lema rondoniano estava ligada ao sacrifício pela pátria – ocupação do território, incorporação de populações, civilização dos sertões. Até no final da vida Rondon insistiu nos rituais cívicos indigenistas, fosse no âmbito do CNPI (v. Freire, 1990), ou em comemorações oficiais.

A dúvida que assola os atuais sertanistas provém da substituição de uma filosofia e moral rigorosas como a positivista por um idealismo indigenista que sofre constantes reveses diante da realidade indígena e da política indigenista oficial. Nesse contexto, o sacrifício da vida numa situação de contato é apenas desatenção, falha de segurança, como aconteceu com Sobral em 1997. Em campo, o antropólogo Stephen Baines constatou o abandono do lema rondoniano, diante da invasão armada que a FA Waimiri-Atroari promovia no território desses índios (Baines, 1990, p. 71).

O lema de Rondon é acionado em entrevistas e cerimônias para estabelecer uma filiação de práticas, um vínculo primordial que justifica e consola pelos riscos que sofrem em campo os sertanistas ao protegerem ou contatarem povos indígenas.

Há, entretanto, a dura realidade da maioria dos trabalhadores que perderam as vidas no âmbito das FAs. Oriundos do meio rural, não tinham como dimensionar os riscos que corriam, nem uma ideologia que os justificasse. Os que morreram de doenças como malária foram ignorados. Somente os que morriam nos contatos das FAs com índios isolados foram eventualmente reconhecidos pela FUNAI, suas famílias recebendo a medalha do mérito indigenista *post mortem*.

10.4 Práticas e representações sertanistas

10.4.1 A socialização indigenista

A análise inicial das entrevistas realizadas para a pesquisa revela com nitidez uma clivagem dos interesses que motivaram os indivíduos a trabalharem com índios, aqui relacionados à origem rural ou urbana do sertanista.

Os sertanistas de origem rural

Os sertanistas de *origem rural*, em sua maioria, possuíam apenas o primário, às vezes incompleto. Entraram para o SPI muito jovens, como trabalhadores braçais de PIs ou participando de expedições de contato.

O acesso desses trabalhadores ao SPI era através de *conhecimento pessoal*, envolvendo moradores vizinhos aos PIs, procura de trabalho mais bem remunerado ou indicações – onde Rondon se notabilizou no *compadrio* a mato-grossenses como manifestação de uma forma de clientelismo, existente no âmbito do Exército nas primeiras décadas da República (cf. Seidl, 1999; v. tb. correspondências do CNPI, SARQ/MI, F. 356 a 362). O sertanista Felipe Passinho Santiago, tendo o curso primário, entrou para o SPI em 1950 como servente, depois de trabalhar como servente hospitalar. Na década de 60, já era Agente de Proteção aos Índios, tornando-se depois sertanista da FUNAI. Gilberto Pinto Figueiredo Costa também foi admitido ao SPI em 1944 como servente diarista. Estudou até o 1º ano ginasial em Manaus enquanto trabalhava para a IR1. Foi reenquadrado como Auxiliar de Portaria, trabalhando em PIs da IR1, sendo promovido a chefe da Ajudância de São Marcos (RR), e depois a chefe da IR1 (1965). Após 24 anos de FUNAI, foi enquadrado como Sertanista VII em 01/12/1968 (FUNAI/histórico funcional; Carvalho, 1982, p. 85-105).

Trabalhadores das mais diversas origens ocupacionais participaram nas expedições de colonização e FAs. Dois livros de Claúdio e Orlando Villas Bôas – *A marcha para o Oeste* e *Almanaque do sertão* – estão repletos de relatos de peões que eram pistoleiros e tinham vários *assassinatos nas costas*. Isto não importava para quem arregimentava trabalhadores para a FBC e o SPI, pois o chamariz do salário e a possibilidade de ascensão no cargo mobilizavam ex-militares, colonos, ribeirinhos, etc.

O sertanista Estevão Rodrigues comentou que o SPI pagava quase cinco vezes mais o que ele recebia como vaqueiro (Rodrigues, depoimento ao autor, 2003), por isso logo foi trabalhar na instituição. Francisco de Assis Costa afirmou que a FUNAI remunerava muito bem trabalhadores com pouco estudo como ele, e que deve tudo o que conseguiu na vida ao órgão (Costa, entrevista ao autor, 2002). Pesquisando a FA Waimiri-Atroari, o antropólogo Stephen Baines entrevistou chefes de PI que trabalhavam na FA pelo salário, superior ao que recebiam os peões regionais (Baines, 1990, p. 254-279).

A mobilidade social para sertanistas com pouco capital cultural é revelada por duas conquistas: todos se tornaram no mínimo chefes de PIs, alguns dirigiram Ajudâncias e Delegacias (FUNAI), ou Inspetorias (SPI). Essa mobilidade não abrangia apenas o SPI ou a FUNAI, mas servidores de origem humilde de todo o Serviço Público Federal. Devido aos ganhos econômicos auferidos – o capital simbólico era cobiçado por poucos – tornaram-se defensores e reprodutores das políticas oficiais dos órgãos indigenistas.

Alguns sertanistas tiveram acesso ao SPI através da *socialização secundária*, a interiorização de mundos institucionais desde a infância, acompanhando o trabalho dos pais, adquirindo o "conhecimento de funções específicas" (Berger, 1973, p. 185). Foi o caso de Apoena Meirelles e Odenir Oliveira, nascidos em áreas indígenas Xavante. O sertanista Benamour Brandão Fontes foi convidado a trabalhar no SPI por um parente, o também sertanista Telésforo Martins Fontes (Cotrim, informação ao autor, 2004). Depois de viajar por PIs de Mato Grosso e do Nordeste, fazendo levantamentos de línguas e costumes indígenas, o sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque apresentou seus trabalhos a Rondon e foi por este convidado a trabalhar no SPI, tornando-se inicialmente auxiliar de sertão.

O número de servidores concursados no SPI era ínfimo, comparados com os prestadores de serviço que recebiam pagamento contra-recibo (extranumerários). Além disso, os concursados pelo DASP eram da área administrativa, voltados para trabalhos burocráticos, e serviam nas sedes das Inspetorias ou na Direção Central.

A FUNAI, através da CLT, manteve o mesmo regime de contratação do SPI: experiência em área indígena, parentesco e amizades, indicações políticas. Apenas as chefias do PIs tiveram concursos específicos de acesso, com a realização dos cursos de técnico indigenista.

A permanência num PI por muitos anos possibilitou o domínio de uma língua indígena a vários sertanistas: João Carvalho (Tupi-Guarani), Francisco Bezerra (Yanomami), Cícero Cavalcanti de Albuquerque (Jê), Afonso Cruz (Jê), Júlio Moraes, *vulgo* Camiranga (Jê), Oneide Lima Castelo Branco (Jê).

A relação cotidiana com os índios permitiu a esses sertanistas a aquisição de um capital cultural que os diferenciou de outros servidores indigenistas, auxiliando sua ascensão profissional. Trabalhando inicialmente como intérpretes em expedições, depois como auxiliares de sertão, tornam-se sertanistas não só pela experiência acumulada mas beneficiados pela rede de relações pessoais e institucionais que estabeleceram a partir das atividades de campo.

Os sertanistas de origem urbana

Os sertanistas de *origem urbana* detinham em sua maioria o 2º grau, tendo alguns o curso superior incompleto. Estes podiam ser divididos entre os *politizados* e *não politizados*, da mesma forma que o *romantismo* que os motivava era na origem *político* ou uma idealização dos índios, com raízes na idéia do *bom selvagem rousseauniano* ou do romantismo literário brasileiro (Gonçalves Dias e José de Alencar). Alguns estavam apenas atrás de um bom emprego. Todos os entrevistados se revelaram desejosos de *aventura*, inclusive os *politizados*.

Cornélio Oliveira e Sydney Possuelo acreditavam que essa *aventura* estava relacionada aos tempos "*on the road*" (Oliveira, entrevista ao autor, 2003), onde misturavam-se mochileiros *hippies* ou politizados *descobrindo a América* (v. as viagens de Ernesto *Che* Guevara), ou remetendo às clássicas explorações do continente africano (Possuelo). Para outros, como Wellington Figueiredo e José Carlos Meirelles, era atração pelo mato. É sobre esse *espírito de aventura* que precisamos nos deter inicialmente, para compreender práticas do passado.

Segundo Holanda (1969, p. 12-40), foi o "aventureiro" colonial que produziu uma "ética da aventura" e a busca de posições, títulos, riquezas. Baseando-se nos tipos ideais weberianos, mas sem pluralidade e sim reduzidos a uma polaridade dialética (no caso, trabalhador – aventureiro) (Cândido, 1969, p. XIV-XV), essa interpretação identifica o aventureiro ao *sertanista colonial* que desbrava o Brasil. Nesse sentido, o que se coloca então, comparativamente, é *como* essa *ética da aventura*

se relaciona no século XX com uma *ética política*, que sentido ganham no âmbito de uma instituição como a FUNAI.

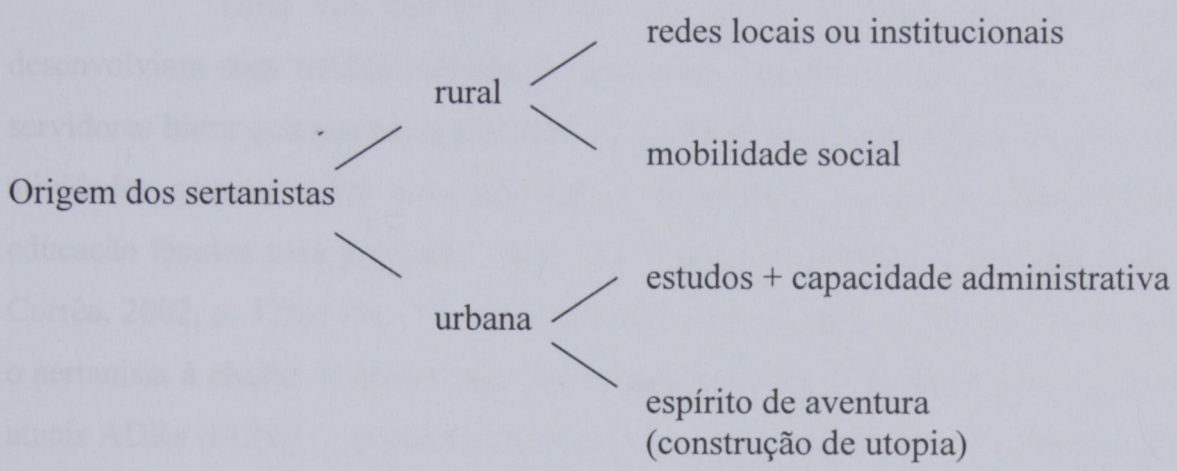
É preciso assinalar que a *ética política* de alguns indigenistas e sertanistas – desde Telésforo Fontes e Francisco Meirelles até Antonio Cotrim – acompanhava uma progressiva idealização do "homem novo", o "autêntico homem do povo" (Ridenti, s.d., p. 2) que construiria a nova nação brasileira. Era a busca das raízes do povo brasileiro no passado, colocando "o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro" (idem), presente principalmente nos questionamentos de Meirelles sobre o destino dos índios na sociedade brasileira. Discutia-se o destino dos índios associado ao destino do Brasil, enquanto índios *integrados* ou como *monumento vivo*.

A *ética política* que alguns sertanistas detinham ao entrar no SPI ou FUNAI não resistiu à necessidade de estabelecimento de uma rede de relações de favorecimento, principalmente dentro das instâncias regionais da FUNAI. As entrevistas e depoimentos realizados permitiram a revelação dessa realidade não relatada nos documentos e impossível de ser captada de outra forma: a constante negociação de recursos e poder, sujeitando os servidores entre si, contrapondo-os em redes de troca e interesses partilhados (cf. Bezerra, 1995, p. 33-46).

Numa entrevista à antropóloga Maria Helena Ortolam Matos, o indigenista Ezequias Heringer, conhecido como *Xará*, falando sobre os *indigenistas politizados* da FUNAI, assinala que alguns deles haviam pertencido a "movimentos políticos de esquerda" (Matos, 1997, p. 113), trocando o meio urbano pelas áreas indígenas para fugir à repressão do regime militar. Sobre a ação indigenista no Brasil esses indivíduos teriam "projetado ideais políticos" (idem). Essa politização levou à criação da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI), associação atrelada à FUNAI, e que abrigava em seu interior diversas tendências indigenistas e políticas. Segundo Matos, Heringer explicava o fim da SBI justamente por essa diversidade política.

O gráfico da socialização sertanista, além de redutor, não abrange todas as variáveis possíveis adotadas pelos sertanistas nas suas trajetórias. Os irmãos Villas Bôas e Francisco Meirelles oscilavam entre esses dois pólos apresentados aqui.

Esquema da socialização sertanista



10.4.2 Sobre expedições

Uma vez trabalhando no SPI ou na FUNAI, os futuros sertanistas desenvolviam suas tarefas cotidianas construindo lealdades e estreitando relações com servidores hierarquicamente superiores. À medida que se instalavam nos PIs, iniciavam atividades caracterizadas pelo monopólio da mediação com os índios, baseadas na educação técnica para produção agrícola e criação integradas ao mercado regional (cf. Corrêa, 2002, p. 126-128). Tal rotina permitia um acúmulo de capital social que levava o sertanista à chefia de Inspetorias (SPI), antigas Delegacias Regionais, Ajudâncias ou atuais ADRs (FUNAI), enquanto representante de um "quase grupo" (Mayer, 1987) que disputa cargos e recursos econômicos na esfera administrativa. Três pessoas entrevistadas na pesquisa identificaram pelo menos três *grupos* de interesse formados por funcionários que se alternavam na chefia da AER Belém, numa disputa em que posições políticas são as que menos contam. Uma vez na chefia, os sertanistas implantavam novas estruturas administrativas, indicando servidores e chefes de PI, negociando cargos de confiança que implicavam reciprocidade e filiação a quem nomeia.

Chefias de AERs eram postos geralmente ocupados pelos *sertanistas de gabinete*, sendo assim definidos pelo sertanista João Carvalho os técnicos indigenistas (chefes de PI) que tinham carreira burocrática nas capitais estaduais e através de relações pessoais conseguiam acessar o quadro de carreira de sertanista, com salário superior (Possuelo, entrevista ao autor, 2002).

A atividade própria aos sertanistas era a chefia de expedições de atração e pacificação de índios isolados. A genealogia dessas expedições remonta às atividades do sertanista colonial. No séc. XX, as expedições iniciais do SPI tinham origem militar na sua composição e nos objetivos de instalação de postos, estabelecimento de relações com os índios e coleta de informações geográficas e sociais (Lima, 1995, p. 160-166). Tal como as expedições atuais promovidas pelo DEII, coletavam-se artefatos, vocabulários (dos índios contatados), produziam-se mapas e fotos (além dos vídeos atuais).

Através das expedições se implantavam também os instrumentos de formação e acumulação de saberes de Estado, mecanismos sutis de poder expressos nas técnicas, métodos e procedimentos de registro de informações (Foucault, 1979).

Além das expedições do SPI, expedições de desbravamento e colonização, como a Expedição Roncador-Xingu, contavam com sertanistas nos seus quadros. Tais expedições eram integradas por militares, sertanejos e outras categorias profissionais. É sobre a organização e integração dos quadros funcionais das expedições que iremos nos deter.

Nos relatos das autobiografias *Marcha para o Oeste* e *Almanaque do sertão*, os irmãos Villas Bôas mencionaram as relações jocosas que testavam os limites de convivência dos sertanejos, de forma similar à estudada por Radcliffe-Brown (os parentescos por brincadeira) (1973). Não se podia ficar aborrecido diante de zombarias, ou ocorriam mortes. Na descrição, tais relações ocorriam entre os subordinados, só havendo integração do grupo com os sertanistas à noite, ao redor da fogueira, quando os violeiros se responsabilizavam pelo lazer e pelos *causos* contados. Nestes momentos, os irmãos Villas Bôas aproveitavam para convencer os sertanejos a adotar certos comportamentos, explorando situações não hierárquicas.

Os métodos de treinamento variavam de acordo com os sertanistas. Segundo o auxiliar de sertanista Francisco de Assis Costa, Francisco Meirelles fazia um longo "sermão" para sua equipe antes de iniciar os trabalhos de uma expedição, sempre composta por um grande número de integrantes. Meirelles levava músicos nas pacificações e, tal como ocorria com os irmãos Villas Bôas, a roda da fogueira à noite possibilitava a integração dos expedicionários e a difusão de informações.

Os sertanistas utilizavam brincadeiras – atividades cômicas, leves, integradoras – para enturmar os novatos a uma equipe. Era uma variação das *relações jocosas*, mas algumas delas adquiriam conotações de *trote* – um ritual de reconhecimento, de passagem de uma situação a outra (van Gennep, 1978), mas desgastante, como carregar mochilas pesadas por dezenas de quilômetros.

As atitudes de solidariedade na expedição eram essenciais, diante da rotina de ocorrência de malária e outras febres atingindo seus integrantes. Principalmente quando as condições de controle sanitário nos PIs não eram muito diferentes das que existiam quando ocorriam epidemias entre os índios. Já as expedições da FPE iam a campo bem equipadas de medicamentos, o que ainda é exceção em muitas áreas da Amazônia.

A Expedição Roncador-Xingu tinha um regime militar, eventualmente relaxado pelas agruras do sertão. Os trabalhos da expedição estavam baseados numa divisão de tarefas físicas: havia foiceiros, machadeiros, tropeiros, cozinheiros, etc. Os

irmãos Villas Bôas e o jornalista Silvio da Fonseca relataram casos de neurastenia provocados pelo isolamento prolongado na mata. Fonseca denominava essa *doença* de "loucura do sertão" (Fonseca, 1950, p. 61-64). Dizia que era "comum (...) ver-se os companheiros de véspera, afáveis e bons, transformarem-se repentinamente em tipos irascíveis, deblaterando sem motivo, irritando-se por qualquer coisa" (ibid., p. 61).

As expedições comandadas por Sydney Possuelo eram uniformizadas desde a FA Arara (1980). Um uniforme diferente, com símbolos específicos (indígena ou não), para cada FA (v. anexo).O sertanista explica que sua intenção era criar um sentimento de equipe – cada um no mato estaria pronto para dar apoio ao outro, em caso de acidente ninguém ficaria para trás. Entretanto, a etnografia aqui obtida, apoiada na análise do uso ritual e cotidiano de uniformes (Da Matta, 1979, p. 47-49), amplia esses sentidos além da interpretação *nativa*:

- o uniforme oculta diferenças atrás de uma aparente igualdade. Numa expedição da FPE, cabe aos índios os trabalhos braçais e mais arriscados, como o dos intérpretes que têm que andar à frente da equipe na iminência do contato. Em geral, os comandos das expedições não confiam armas aos índios numa situação de contato, pois estes defenderiam *instintivamente* suas vidas, atirando para matar em caso de confronto;
- o uso de uniforme impõe, obviamente, a *sugestão* de um comando militar hierarquicamente estrito numa expedição. Todos formam uma *equipe*, são iguais ao buscar os mesmos objetivos, mas há comando central e tarefas a serem cumpridas. Esse ambiente de comando militar (Castro, 1990, p. 16-17) favorece o surgimento de humilhações verbais, como as documentadas durante a Expedição Ajuricaba;
- o uniforme implica uma identidade e distinção frente aos demais regionais. A idéia do sertanista é assóciar o uso de uma cor (p. ex. uniforme azul) a atitudes benéficas aos índios, de forma que estes possam dizer – *aqueles caras de azul não são inimigos*. É como se identificasse um *time* – o dos sertanistas –, concorrendo com o *time* dos regionais. Além disso, com as fardas os sertanistas impõem poder e medo frente aos regionais, pois quem usa farda representa instâncias do poder constituído, frente a trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução.

As expedições de atração significavam muitos meses de isolamento no mato para seus integrantes. Apresenta assim algumas características semelhantes a uma "instituição total" conforme a análise de Goffman (1974):

- seus integrantes estavam isolados da sociedade por longo tempo;
- o contato externo envolvia apenas a aquisição de suprimentos e transferência de doentes;
- eram subordinados à chefia da FA, realizando atividades coletivamente, obedecendo a regras e divisão de trabalho, visando o alcance do objetivo preestabelecido (o contato com índios isolados).

Tais semelhanças só podem ser assinaladas a expedições *antes do contato*. A partir daí surgem interesses contraditórios, envolvendo principalmente as atividades dos índios. Numa expedição, outros profissionais, como jornalistas, necessitam adotar a mesma rotina dos demais integrantes. Tais observações não cabem às expedições contemporâneas do DEII, onde o objetivo de localização de índios isolados não comporta uma grande estrutura organizacional. Aqui as expedições contam com poucos participantes, numa estrutura horizontal de relações, onde todos discutem os próximos passos a adotar, como ocorriam com as expedições na Rebio Guaporé (RO).

Numa expedição não havia quebra de hierarquia porque isso poderia significar riscos para todos. Imediatamente o indivíduo era afastado do grupo ou logo demitido da FUNAI. No sistema da CLT, a contratação de trabalhadores para as expedições dava-se em alta rotatividade: depois de alguns dias de experiência, o sujeito era demitido se não prestasse para o trabalho.

Sydney Possuelo e Wellington Figueiredo demonstraram preocupação com a manutenção da distinção hierárquica numa expedição: Figueiredo agia *como militar*, não podia abrir brecha para ser contestado ou desrespeitado. Só recentemente suas expedições passaram a ser *prazerosas*.

De certa forma, a disciplina *militar* adotada por Sydney Possuelo é uma identificação com a técnica militar da Comissão Rondon, que penetrava os sertões trazendo a autoridade do poder central e um novo disciplinamento do corpo social (cf. Foucault, 1977). Diante dos atuais conflitos no Vale do Javari, os sertanistas exploram

também os efeitos performáticos do poder detido pela FPE (apreensão, vigilância, prisão, etc.).

Uma expedição pode aparentar liberdade de ação, mas obedece a uma rotina provavelmente mais rigorosa que as rotinas burocráticas estabelecidas a partir do relógio de ponto. Muitos servidores da FUNAI não gostam de trabalhar *no mato*, conforme constatou Marcelo dos Santos. Há diferentes formas de dirigir uma expedição, e o *discurso nativo* reitera que cada uma delas é a cara do seu chefe. Possuelo dirigia de forma militar, a ordem era dada uma vez só. Afonso Cruz (Afonsinho) comandava uma coluna de pessoas *flutuando* na mata (Tonacci, entrevista ao autor, 2003), integrava-se logo com o ambiente físico, superando os obstáculos com facilidade, para espanto dos que se arrastavam atrás. Os sertanistas que originalmente eram mateiros ensinavam técnicas aos novatos e não valorizavam distinções de conhecimento e poder. A antropóloga Nadja Havt testemunhou uma mudança para melhor no comportamento na saúde do sertanista Fiorello Parise, ao começar uma expedição de levantamento territorial. Parise se identifica como um sertanista técnico, que utiliza mapas de satélite e qualquer outra tecnologia que permita orientar e/ou repensar atividades de campo.

Os indigenistas que desenvolviam os trabalhos pesados em campo, principalmente nas pacificações, apareceram nas nossas entrevistas expressando fortes *mágoas* com os sertanistas que faturavam a *fama* do ocorrido. Isto nos era dito com franqueza – do mesmo modo que o "estrangeiro" analisado por Simmel (o que é o nosso caso diante dos sertanistas) recebia "confidências que têm às vezes o caráter de confissão e que deveriam ser cuidadosamente guardadas de uma pessoa muito chegada" (Simmel, 1983, p. 184).

10.5 Do mérito sertanista

> "Durante todos esses anos, o índio tem servido para construir o nosso próprio prestígio. Temos posado de heróis, dão à nossa humilde atividade adjetivos épicos e o pior é que passamos a acreditar nessa ridícula mitologia. O índio mesmo, desamparado, continua morrendo e vendo minguar suas terras de caça. Porque no fundo o problema não é étnico, é social". Francisco Meirelles (*Jornal do Brasil*, 26/06/1973).

Cândido Rondon e Orlando Villas Bôas: heróis nacionais

No âmbito do Estado brasileiro dois sertanistas foram classificados como *heróis nacionais*: Cândido Rondon e Orlando Villas Bôas. Nos dois casos, o governo federal apenas referendou uma consagração social produzida pela mídia.

Durante as comemorações dos 500 anos do *descobrimento* do Brasil, vimos articulistas de jornais elegerem Rondon como o maior brasileiro do séc. XX.[81] Procurando analisar a " 'mitologia' construída em torno de Cândido Mariano da Silva Rondon" (Lima, 1990b, p. 2), o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima demonstrou como a biografia elaborada por Viveiros (1969) apresentou Rondon como "predestinado", dando "o talhe imprescindível ao herói (...): a escolha que transcende a vontade do sujeito" (Lima, 1990b, p. 4).

Quando Orlando Villas Bôas morreu, a nota oficial do governo brasileiro classificou-o como "herói do nosso tempo" (*Folha de S. Paulo*, 13/12/2002). Na ocasião, uma importante revista semanal identificou Orlando na manchete de capa como "Herói do Brasil – patrono de uma causa que mudou a história" (*Época*, 2002, nº 239). Herói porque foi líder na Marcha para o Oeste e maior defensor dos povos nativos do Alto Xingu (Mansur, 2002, p. 92), tendo lutado "pela criação de um parque de inestimável diversidade étnica" e devolvido "o Brasil aos primeiros brasileiros" (idem).

Rondon e os irmãos Villas Bôas tornam-se *heróis nacionais* ao participarem de expedições desbravadoras onde havia similaridades em jogo nos interesses expansionistas do Estado brasileiro, inclusive simbólicas (o Estado "fazendo" a Nação, cf. Lenharo, 1986, p. 53-74). Rondon participou das disputas sociais de seu

---

[81] Foi o que fez, por exemplo, Márcio Moreira Alves em sua coluna do jornal *O Globo*.

tempo, através de articulações políticas que estabeleceram redes sociais regionais e nacionais para viabilizar suas ações (Bigio, 2003). A análise sociológica revela que através dos confrontos com missionários salesianos e com a institucionalização do SPI, Rondon posicionava-se nas lutas pelo monopólio de representação legítima do mundo social (Bourdieu, 1988, p. 11), atualizando a política do Estado republicano para com os índios.

Recentemente, os historiadores Laura Antunes Maciel e Carlos Martins Júnior produziram teses de doutorado em que se esforçam para compreender a produção social e cultural do Rondon "herói da pátria" (Maciel, 1998; Martins Júnior, 2001). Nenhum dos dois chegou a mapear as estruturas de capital envolvidas naquele processo, nem os interesses e as estratégias dos agentes envolvidos nessa consagração num momento de formação do campo indigenista. Discutindo o significado e o surgimento do culto a Rondon, Carlos Martins Júnior diverge de Laura Maciel: enquanto esta afirma que é a partir da memória construída sobre a Revolução de 30 que Rondon passou a ser cultuado como "herói", ou seja, aquele que buscava a "redenção da raça indígena" tornou-se seu "herói redentor" (Piault, 2001, p. 95), recebendo "um assento no panteão cívico da Pátria" (Maciel, 1998, p. 23), o historiador procura demonstrar na sua tese "que a construção do culto a Rondon antecedeu em muito a 30, realizando-se não fora, mas a partir da própria Comissão" [Rondon] (Martins Júnior, 2001, p. 230).

Outro autor, o antropólogo Celso Castro, procurou demonstrar que num contexto de conflitos internos no Exército nas décadas de 20, 30 e 40 – onde ocorriam divergências doutrinárias, organizacionais e políticas – a elite militar não deixou de fazer investimentos simbólicos. Mesmo existindo resistências, houve "a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da nação brasileira" (Castro, 2000, p. 104).

Vários oficiais militares patrocinaram a institucionalização de novos cultos no Exército (quando Caxias tornou-se patrono da Arma), criaram-se cerimônias e símbolos, *tradição inventada* (cf. Hobsbawn e Ranger, 1984) logo assimilada pelos militares (Castro, 1994, p. 231-232). Revendo todos esses autores, compreendemos que o capital simbólico acumulado por Rondon estava referido à integração nacional, e que o general iniciou uma troca de bens simbólicos com o regime de Getúlio Vargas. A construção da nação enfeixava o sistema de valores em que Rondon passava a ser reverenciado (Abreu, 1994; Lenharo, 1986), tornando-se ícone da nacionalidade.

Independentemente de cultos militares e das premiações e condecorações que recebeu, após a Revolução de 30 há pelo menos dois momentos em que Rondon é consagrado como herói nacional: a recepção na volta de Letícia, após o acordo que promoveu entre os países litigantes (Colômbia e Peru), que resultou na aliança com Vargas durante a *Marcha para Oeste* e no reerguimento do SPI; e o intenso trabalho de apoio, por instituições as mais diversas, a sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz em 1957 (Coutinho, 1975). Em fevereiro de 1956, o Marechal já havia sido homenageado com a transformação do território de Guaporé em território de Rondônia. Rondon faleceu antes da escolha do Nobel da Paz, premiação que não era concedida *post mortem*. Segundo Gama Malcher, a Igreja Católica foi contra a premiação de Rondon.

Cláudio e Orlando Villas Bôas receberam inúmeros prêmios e condecorações ao longo de suas vidas. No livro *O Xingu dos Villas Bôas* estão reproduzidas nove dessas premiações (da medalha do Royal Geographical Society of London ao certificado de membro do Explorers Club de Nova York). Em 1971, foram indicados ao Prêmio Nobel da Paz, fato que se repetiu no início de 1976 para o prêmio de 1975.

Clóvis Ramalhete, Ministro "de la Cour permanente d'Arbitrage de la Haya", apresentou a candidatura em 1976 ao Comitê Nobel do Parlamento Norueguês. Baseando a documentação numa autobiografia publicada pela revista *Visão* (10/02/1975), mapas da região xinguana e de Mato Grosso, além de inúmeras matérias jornalísticas, a candidatura era fundamentada em cinco aspectos: 1) no plano individual, enfocava as atitudes de solidariedade humana, análoga à da Cruz Vermelha Internacional; 2) no plano social, o fato de viverem correndo riscos para evitar o choque do contato das culturas indígenas com a sociedade nacional; 3) cientistas em geral, de antropólogos a biólogos, tinham dívidas com os irmãos pelo seu apoio às pesquisas; 4) internacionalmente, eram reconhecidos como símbolo da defesa do índio americano; 5) em termos políticos, a "mensagem humanística" era a de preservação física e cultural dos grupos indígenas ainda isolados, realizando atrações para diminuir o choque inevitável do contato entre duas civilizações.

Ao saber que concorriam com Madre Tereza de Calcutá, os irmãos renunciaram ao prêmio. Entretanto, nesse mesmo ano os irmãos receberiam o Prêmio Boilesen 1975, um prêmio politicamente polêmico. Uma carta do bispo de São Felix do Araguaia, Pedro Casaldáliga, dirigida aos irmãos (São Felix, 01/06/1976), resumia a questão:

> "Soube do prêmio Boilesen que está se pretendendo ceder aos senhores. Soube disso com assombro. Com um assombro compartilhado pela opinião pública, nacional e internacional, mais consciente e crítica.
> Esse prêmio, vinculado ao triste nome de um patrocinador da repressão e da tortura, seria a profanação do nome dos senhores (...) Não é difícil descobrir as intenções escusas..." (Arquivo Peti/LACED/Museu Nacional).

O prêmio foi entregue aos irmãos a 10/06/1976, numa semana em que a propaganda associava a imagem dos Villas Bôas ao nome Boilesen (*Veja*, 09/06/1976). Cláudio e Orlando Villas Bôas devem boa parte de sua consagração aos índios xinguanos. Reiteramos aqui o que afirmamos na dissertação de mestrado: a plasticidade e beleza da cultura material dos índios do PQXIN ampliaram as redes de relações pessoais e institucionais que permitiram a divulgação do trabalho realizado pelos irmãos. Tal trabalho efetuado entre os índios *caboclos* do Nordeste teria pouca repercussão. Outros sertanistas também seriam alvo de tentativas de *monumentalização* de sua memória: Francisco Meirelles e Gilberto Costa batizaram respectivamente o antigo e o novo auditório da FUNAI. Sertanistas de várias épocas (Damiana da Cunha, Pedro Dantas, Francisco Meirelles, etc.) identificaram os PIs do SPI e da FUNAI.

Nenhum sertanista é lembrado *rotineiramente* no âmbito da FUNAI, nem mesmo Rondon. O retrato do Marechal é pouco visto na repartição, mas ornamenta várias embarcações do órgão. Apesar de pouco cultuado, Rondon ainda é a maior referência para os indigenistas devido ao lema *morrer se preciso for ...*; é também um homem-memória, enfeixando em torno de sua imagem os principais significados e objetivos do trabalho tutelar. Entretanto, é regularmente comemorado apenas pelo Exército e os Correios, o primeiro enquanto patrono das Comunicações, o outro pelo Dia Nacional de Comunicações (05 de maio).

A Medalha do Mérito Indigenista

A *Medalha do Mérito Indigenista* foi instituída pelo decreto nº 71.258 (13/10/1972). Era outorgada anualmente pelo Ministro do Interior no dia do índio "a brasileiros ou estrangeiros que se distinguirem pela prestação de serviços relevantes, em caráter altruístico, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades silvícolas do País" (Magalhães, 2003, p. 84). A indicação do agraciado pelo então Ministro do Interior devia ser aprovada pelo Conselho Indigenista da FUNAI.

A Portaria nº 1.174 (10/12/1973), do Ministro do Interior, regulamentou o número de categorias e comendas do Mérito Indigenista. Poderiam ser agraciadas *oito personalidades* na categoria *pacificação*, e um número ilimitado na categoria *post mortem*. A entrega da medalha estava inserida no ritual comemorativo do dia do índio. Nos primeiros anos de premiação, a escolha associava interesses políticos e técnicos, ou seja, estava voltada para premiar bons trabalhos (como o dos médicos da Escola Paulista de Medicina) que também valorizassem a política indigenista em vigor. No caso dos sertanistas, o ritual de premiação valorizava os indivíduos em final de carreira que realizaram atrações bem-sucedidas. Era um ritual dentro do ritual do Dia do Índio, caracterizado pela saída da rotina e na ação coletiva para a organização do evento (cf. Peirano, 2002). Enquanto "rito de instituição" , a premiação instituía "uma diferença duradoura entre os que foram e os que não foram afetados" (Bourdieu, 1996, p. 97), estabelecendo uma "diferença social e simbólica" que fazia "crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa"(ibid., p.106).

A Coordenadoria de Documentação da FUNAI (CGDOC) não possuía a relação completa dos contemplados. Na categoria *post mortem* foram agraciados, em 1974, os sertanistas Francisco Meirelles e Leonardo Villas Bôas, o indigenista Eneu Gonçalves de Paula e o Marechal Rondon. Em 1975, o índio Irantxe Maurício Tupxi foi agraciado na categoria *pacificação*.

Tupxi havia participado entre 1957 e 1975 de 16 expedições de contato, dirigidas por missionários jesuítas, relativas aos índios Rikbaktsa, Beiço de Pau, Irantxe do Escondido, Cinta Larga e Salumã (Pereira, 1995, p. 8). Ao padre Adalberto Pereira, Tupxi revelou-se "arrependido de viajar amansando índio", pois "se a gente amansa índio, ele morre na gripe; se não amansa, ele morre no tiro. Não tem jeito para índio" (ibid., p. 9). A medalha a Tupxi foi concedida no momento em que já havia conflitos de bispos e missionários progressistas do CIMI com a FUNAI, principalmente após a divulgação do documento preparado por aqueles - "Y-Juca-Pirama. O Índio: aquele que deve morrer" - que denunciava a política indigenista brasileira (Prezia, 2003, p. 61-64). Com a premiação de Tupxi, a FUNAI procurava aliança com missionários conservadores.

O *sertanista* Pedro Silva, responsável pela pacificação dos índios Gorotire em 1937, recebeu a medalha do mérito indigenista das mãos de Orlando Villas Bôas em junho de 1981. Silva era comerciante em Nova Olinda (PA) e o contato com

os índios foi feito *por acaso*, com total *improviso*, baseado numa atitude humanitária, contrapondo-se a castanheiros que queriam massacrar os índios. Depois de morrerem muitos índios por falta de assistência devido a uma epidemia de gripe, o SPI criou o PIA Gorotire, nomeando Silva encarregado, contratado como extranumerário-mensalista. A partir de então, Pedro Silva fez carreira no SPI, trabalhando em várias inspetorias do SPI (Depoimento de Pedro Silva ao jornal *O Liberal*, 26/05/1974). Segundo Nimuendajú, o que Pedro Silva fez com os Gorotire foi "engordar sapos para a cobra comer" (Nimuendajú, 1982, p. 233).

Um novo regulamento para a concessão da Medalha foi aprovado pela Portaria nº 305 (02/9/1977). Entre as principais alterações, destacamos que as categorias indigenistas (pacificação, saúde, etc.) foram reunidas na seção "Assistência ao Índio", com quatro indicações; o Conselho Indigenista, por três de seus membros, poderia indicar concorrentes à medalha; o Ministro do Interior poderia suspender o uso ou revogar a concessão do agraciado que for condenado judicialmente ou "ofendido os sentimentos de honra e dignidade nacional" (Port. 305, 02/09/1977, art. 10º).

Na comemoração dos 20 anos da FUNAI, em 1987, o quantitativo de medalhas foi alterado apenas para esse exercício, agraciando inúmeras personalidades políticas. Os sertanistas Afonso Cruz, Sydney Possuelo, Fritz Tolksdorf e Júlio Moraes (Camiranga), além de Gilberto Costa (*post mortem*) receberam a condecoração. Outros sertanistas foram agraciados em anos posteriores: Apoena Meirelles e Cícero Albuquerque em 1991; Francisco Bezerra de Lima em 1992.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência culpada dos sertanistas

Algo que sempre nos chamava atenção em velhos indigenistas era o discurso amargo que acionavam ao relembrar suas experiências. Apesar de uma vida de lutas, sentiam-se desiludidos, frustrados. Estes sentimentos podiam ser observados em documentos pessoais ou oficiais, e em declarações à imprensa. Aparece sempre na fala de Francisco Meirelles, e também na de Cláudio Villas Bôas. Sabiam o que iam ocasionar aos índios: o fotógrafo Pedro Martinelli, integrante da FA Panará (Kreen-Akarore), relata que foi

> "o ouvidor do Cláudio, de seus desabafos. Ele tinha noção total de que éramos os veículos da desgraça. Mas achava que deveria fazer da melhor forma possível para não acabar tão rapidamente. Não teve jeito, de trezentos índios só chegaram 74 no Xingu" (*Caros Amigos*, nº 83, 2004, p. 23).

Quando estabeleciam contato com um povo indígena, agiam como fiadores dos atos de nossa sociedade. Até o fim da vida Meirelles ouviu os Xavante lhe cobrarem a demarcação de suas terras. Antonio Cotrim sentia-se culpado de romper essa confiança quando os índios morriam doentes, sem terra, pedindo socorro. Essa "consciência infeliz" – por analogia à "consciência infeliz hegeliana" –, onde o escravo tem consciência de que pode ser livre, mas não tem condições de efetivar sua liberdade [Hegel, *Fenomenologia do espírito*] tem suas raízes na consciência de uma *dívida* com os índios.

Rondon recorreu a Roquette-Pinto [Rondônia] para enfatizar que temos "com os índios, a *grande dívida*, contraída desde o tempo dos nossos maiores, que foram invadindo seu território..." (Rondon, 1947, p. 23, grifos do original).

Diante do "sacrifício" das "milhares de vítimas" indígenas na história do Brasil, só restava aos "libertadores do século XX" levar a "redenção" aos índios, na perspectiva de Alípio Bandeira (1947, p. 54).

Entretanto, os fracassos sanitários no pós-contato – os indigenistas e sertanistas do SPI tinham em meados do século XX total consciência de que doenças como gripes ocasionavam grandes mortandades entre os índios (v. Convívio e

Contaminação, Darcy Ribeiro, 1956) – podem ser qualificados de criminosos diante da omissão e incompetência do SPI. Colocando a questão sempre nos mesmos termos – melhor salvar alguns para não morrerem todos nas mãos de seringueiros, fazendeiros, etc. – mesmo com esforços localizados de sanitaristas como Noel Nutels para estabelecer controles sanitários, as décadas de 60 e 70 ainda viram centenas de índios morrerem após o contato. Grupos como os Panará, os Parakanã e os Arara conseguiram reverter as conseqüências do pós-contato e hoje apresentam incremento demográfico. Mas os índios mortos sempre assombraram a consciência de sertanistas que não construíram alternativas à omissão oficial.

O rumo negativo do contato e a *indianidade* – "modo de ser característico de grupos indígenas assistidos pelo órgão tutor" (Oliveira, 1988, p. 14) resultante, seguindo o padrão administrativo do SPI/FUNAI, também produziu *desilusão* entre os sertanistas que valorizavam *índios nus, felizes porque isolados*. Antes de morrer, o sertanista Eduardo Lima e Silva Hoerham defendeu o isolamento dos índios – "Civilizar os índios é o mesmo que aniquilá-los" (*JB*, 26/01/1976) e assumiu a *consciência culpada*:

> "Pequei ao pacificar os índios do Vale do Itajaí. Contribuí para a sua extinção. E o pior é que todos ainda cometem este pecado, inclusive a FUNAI que teima em civilizá-los quando deveria dar-lhes o direito de viver de acordo com a sua propensão natural. Mas se eu não os pacificasse os imigrantes se encarregariam de exterminá-los" (idem).

Cardoso de Oliveira já assinalou que o homem metropolitano romantizava o índio – "bom", "ingênuo" e "criança" (1972a, p. 67-76) –, estereótipos também discutidos por Ramos (1998). Ao testemunhar a mortandade dos povos indígenas, vistos como *índios genéricos*, essa *opinião pública* também assumiu uma *consciência culpada*, marcada ao longo do séc. XX pelas campanhas de defesa do Parque do Xingu (década de 50), contra a emancipação dos índios (1978), e pelos direitos indígenas na Constituição (1987/88).

A apologia do 'jogo de cintura'

Todos os principais sertanistas do séc. XX – de Rondon a Possuelo – assumiram a despolitização como a face peculiar das práticas sertanistas que desenvolveram. Mesmo Francisco Meirelles adotava esse perfil ao justapor literalmente suas posições *progressistas* (politizadas) ao desenvolvimento econômico do país, mascarando o sentido dos projetos governamentais. Paradoxalmente, a despolitização possibilitava alianças com políticas espúrias e conservadoras, antes, durante e depois do regime militar. Todos os sertanistas que ascenderam a posições de projeção, detendo capital simbólico significativo, praticaram o *jogo de cintura* definido por Patrick Menget, citado por Orlando Villas Bôas Filho.

O debate político motivou vários indigenistas ao longo do século XX. Nosso inquérito inicial constatou que os políticos comunistas desconheciam a realidade indígena, subordinando-a genericamente à realidade camponesa. Por outro lado, os integralistas, xenófobos, adotavam uma doutrina baseada no "idealismo das três raças"(Vasconcelos, 1979, p. 69), identificando o índio como a "medula da formação da nacionalidade" (ibid., p. 53), empregando símbolos da cultura indígena, como a expressão *anauê*, corruptela do Tupi *anawí*. Marilena Chauí aponta o autoritarismo como dominante nesses dois projetos nacionais nos anos 30. Para o integralismo, a classe média assumiria o papel de vanguarda integralista, restando ao operário, camponês, [índio] subir na escala social (Chauí, 1978, p. 31-117).

Tais questões passavam distantes do cotidiano de Rondon e dos irmãos Villas Bôas, como pudemos verificar na documentação do CNPI, SPI e FBC disponível no Rio de Janeiro, embora o nacionalismo seja um dos fundamentos do indigenismo (v. Lima, 2002a; Baez Landa, 2000). Quando os técnicos indigenistas da Sociedade Brasileira de Indigenistas (SBI) resolveram denunciar a política da FUNAI no final dos anos 70, os sertanistas da FUNAI se omitiram ou ficaram contra a SBI. A prática de alianças adotada permitiu que dois sertanistas – Apoena Meirelles e Possuelo – ascendessem à direção da FUNAI. A posição sertanista vitoriosa pós-1987 reflete esse estado de coisas: a política isolacionista não pensa o Brasil como um todo, atomiza o problema indígena, propõe soluções políticas localizadas. Obsessão ferrenha de Possuelo, não se sabe se essa política sobreviverá ao criador.

A FUNAI também espelha as contradições do que se pensa sobre os índios no Brasil, é um campo de lutas principalmente simbólicas, o que torna a política do DEII – disputa intensa pelo poder de definir práticas estritas e recursos frente aos índios isolados – rentável para a instituição em termos de retorno simbólico (imagem protecionista).

Mitologia sertanista

Uma questão que havíamos observado nos relatos biográficos de Rondon e autobiográficos dos irmãos Villas Bôas – a trajetória sem espaço para contradições e dúvidas pessoais a respeito dos envolvimentos com índios – retornou nos mesmos termos nos depoimentos e entrevistas coletados na pesquisa. Dando razão às observações de Bourdieu, a respeito da *ilusão biográfica*, os sertanistas e indigenistas ouvidos destacaram que as interrupções nas suas carreiras foram devidas às questões políticas, quando foram demitidos, mas retornando logo à FUNAI (à exceção de Antonio Cotrim). Tal fator reforçaria ainda a representação militante do sertanista, acreditando-se coerente ao enfrentar as conseqüências de seus atos, e identificando-os aos sertanistas militares fundadores do SPI, reforçando uma mitologia de origem onde as recordações do passado são sempre favorecidas.

Com exceção de Rondon e dos irmãos Villas Bôas, os sertanistas não escreveram qualquer relato ou autobiografia, nem mesmo denunciando o que ocorria com os índios. Alguns que estiveram envolvidos em pacificações com resultados calamitosos para os índios, se calaram a esse respeito. Os que denunciaram os conflitos regionais – invasão de terras, roubo de madeira e minério, etc. – e a omissão da FUNAI ou de outros órgãos, enfrentaram constantes ameaças de violência física, acabando marginalizados, sem terem o reconhecimento de suas demandas. Antes disso acontecer, tentaram as mediações possíveis – participação em reuniões, articulações com colegas e a sociedade civil, etc. – sem maiores resultados, pois enfrentavam indivíduos e instituições que cristalizaram determinadas verdades em torno das quais giram as políticas setoriais. Não havia espaço para questionamentos, reclamava Marcelo dos Santos. Os militantes da instituição, imbuídos de uma *missão*, expressavam o paradoxo institucional (militância x burocracia), que caracterizava o ideal de servir à nação assumido em diferentes momentos por positivistas e indigenistas, literatos (Sevcenko, 1985) e folcloristas (Vilhena, 1997). No final do séc. XX, servidores da FUNAI

transformavam-se em autoritários *presidentes de índios*, na expressão do sertanista Wellington Figueiredo.

As políticas adotadas pelo DEII concentraram a ação tutelar, dirigindo os esforços dos sertanistas para atividades de controle e vigilância, reiterando um monopólio protecionista a partir das diretrizes do Estatuto do Índio, ignorando as novas determinações, ainda não regulamentadas, da Constituição de 1988 (v. o Estatuto das Sociedades Indígenas em tramitação no Congresso Nacional). Os servidores (chefes de PI) que guiavam o destino dos índios – a exemplo dos índios Zo'é – detinham *experiências* indigenistas diversas e recebiam orientação direta de Possuelo. Uma associação de idealismo e burocracia responde atualmente pela atualização do monopólio do Estado junto aos Zo'é, numa tentativa do DEII de estabelecer diretrizes que orientem uma segunda fase de suas ações (a *aculturação*) junto a povos recém-contatados, sem o apoio de outros técnicos, como antropólogos, e adotando políticas anticlericais tradicionais entre as práticas protecionistas.

Sobre sertanistas

Na interpretação dos sertanistas, é a *experiência* que os diferencia dos demais indigenistas. Esse envolvimento pode ser exemplificado por uma *hierarquia das malárias*, onde a declaração do número de malárias adquirido pode reduzir um interlocutor a "um nada" (Sydney Possuelo, entrevista ao autor, 2003). Isto era produto da "natureza essencialmente diacrítica, diferencial, distintiva do poder simbólico" (Bourdieu, 1996, p. 106) adquirido a partir das experiências nas FAs (e doenças) acumuladas. O sucesso das atrações realizadas por alguns sertanistas pode ser associado àquilo que Elias identificou como "competência superior" entre os "estabelecidos", nas relações de poder núma pequena comunidade frente aos "*outsiders*" (Elias, 2000). Lembramo-nos que durante um curso de história do pensamento social brasileiro, ministrado pelo prof. Luiz de Castro Farias em 1986, a antropóloga Heloísa Fenelon, presente ao debate, reclamou do tratamento que lhe era dispensado no PQXIN, baseado justamente nesta distinção (e desqualificação) como *inexperiente* frente ao sertanista.

O Parque Nacional do Xingu foi criado em 1961 enquanto ocorria a institucionalização da carreira de *sertanista* no serviço público federal. A especialização do sertanista, reiterada depois pela FUNAI, é expressão da vinculação do cargo a uma genealogia que remete às práticas de atração e pacificação adotadas pelos inspetores e

Agentes de Índios em geral, a partir do SPI. Técnicos indigenistas (os chefes de PIs) e sertanistas são hoje *ocupações interdependentes*, no sentido dado por Elias à gênese institucional de profissões (2001, p. 89-116), surgindo de pessoas com diferentes antecedentes e qualificações. Acreditamos que a coesão de práticas de um grupo não tem por base uma homogeneidade social, como constatou Boltanski numa pesquisa sobre executivos franceses (Boltanski, 1982, p. 53-54), e sim a interações sociais freqüentes (Cerutti, 1998). Não existe uma "simbólica comum" (cf. Saint-Martin, 2002, p. 134) que daria constituição a um grupo humano e que *talvez* pudesse ser associada ao grupo restrito de positivistas que criaram o SPI. Nossa etnografia revelou a dificuldade de se identificar como *grupo social* aos sertanistas, preocupação que de resto envolve todos os pesquisadores que encaram o problema "de atribuição de identidades a coletividades" (Souza, 2003, p. 188), procurando evitar os "equívocos de substancialização dos grupos" (idem).

A política protecionista do Parque Nacional do Xingu foi institucionalizada fora do SPI, sob protestos de Francisco Meirelles. Durante a maior parte dos anos 60, duas legislações e dois organismos executivos relativos aos índios – além do Consultivo CNPI – *conviveram* no âmbito do Estado brasileiro. A legislação foi unificada com a criação da FUNAI, que manteve na prática as duas políticas. A gestão do Gal. Bandeira de Mello na FUNAI investiu na centralização de uma política desenvolvimentista e no desmonte do PQXIN, o que não logrou conseguir.

Desde o final dos anos 90, Sydney Possuelo está tentando conciliar as duas políticas no DEII, os índios Zo'é sendo *laboratório vivo* da passagem da proteção aos índios isolados para o assistencialismo regular dos PIs da FUNAI. Só que para um novo *assistencialismo autoritário*, onde o monopólio do contato é exercitado ao extremo.

O paradoxo ideológico da tutela

O paradoxo ideológico da tutela (Oliveira, 1988, p. 222-235) explicita a ambigüidade da política indigenista brasileira. Na tarefa definida por Oliveira como "tomar conta de índio" (ibid., p. 228-229) – havia tanto proteção dos índios, no sentido de proteger seus interesses e direitos, quanto controle do contato índio-branco que prejudicasse a economia regional. Tal espectro é similar ao amplo conjunto de possibilidades de práticas sertanistas no Brasil: do isolamento à integração. Nesse

sentido, paradoxal agora é a FUNAI ter adotado duas políticas divergentes nos seus propósitos. Não se trata de uma só política em que o isolamento é o início e a integração o final de um *continuum*. Os objetivos, as práticas de campo, as demarcações são diferentes entre as duas políticas. A análise dos sertanistas em campo pode nos esclarecer como ocorreu esse desdobramento do paradoxo ideológico da tutela.

Para efeito de análise de uma tipologia de valores sertanistas, classificamos aqueles que pesquisamos em três grupos:

a) o sertanista *ético*, que adota posições definidas, morais ou políticas, inclusive contestando as ações da FUNAI;
b) o sertanista *carismático*, que tendo um capital simbólico acumulado, adota o *jogo de cintura* (categoria do senso comum), isto é, tem um amplo espectro de atuação a partir de suas habilidades específicas, jogando de acordo com as relações de força em um dado estado do campo indigenista. Pode eventualmente contestar a direção e as políticas do SPI e da FUNAI;
c) o sertanista *burocrático* ou *submisso*, que acata as ordens superiores, mesmo que sejam prejudiciais aos índios.

Os sertanistas éticos são politizados ou leigos. Os primeiros teriam maior facilidade para estabelecer relações com instituições da sociedade civil e ONGs, articulando campanhas reivindicatórias. Antenor Vaz e Marcelo dos Santos são exemplos dessa categoria, presente desde a abertura democrática, em meados dos anos 80. Tais articulações foram difíceis para Antonio Cotrim Soares durante a ditadura militar.

Entre os leigos, citamos José Carlos Meirelles, Rieli Franciscato e Altair Algayer. Todos surpreendem pela postura idealista adotada em defesa dos índios isolados, principalmente aquela assumida por trabalhadores oriundos do meio rural como Franciscato e Algayer.

Dois vídeos produzidos em Rondônia – "Se correr o branco pega, se ficar o branco come" e "Isolados", além de detalharem a ocupação dos índios isolados na região da Rebio Guaporé e a ação de invasores como madeireiros e garimpeiros, permitem ao espectador, após as exibições, entender as tomadas de posição *radicais* (revoltadas) externadas por Antenor Vaz e Rieli Franciscato frente a agências e agentes

do campo indigenista. Não havia como escapar da rotina dos manifestos, denúncias, protestos, abertura de inquéritos, etc.

Identificamos Rondon como um sertanista carismático, que associava a autoridade própria à carreira militar com o carisma advindo "da força pessoal (...) que está sendo constantemente submetida à prova" (Weber, 1974, p. 287), isto é, do caráter exemplar de sua pessoa (Weber, 1994, p. 141). Por realizar feitos heróicos, ganhou e manteve autoridade, demonstrando força individual. Rondon detinha "magnetismo carismático", era mais vivaz "do que os comuns mortais" (Lindholm, 1993, p. 41). Quando indicou Rondon como árbitro da questão de fronteira em Letícia (Colômbia), Getúlio Vargas não pensava apenas na autoridade detida por Rondon a partir dos códigos e estatutos militares, mas também no líder carismático cuja arbitragem solucionaria o conflito. Onde agia, Rondon chamava a si a responsabilidade e a confiança que atribuímos a indivíduos altamente carismáticos. Entretanto, devemos observar que a *profecia carismática* do *Morrer se preciso...* logo se rotinizou, transformando-se até em regulamento (Weber, 2000, p. 332).

Outros sertanistas, como os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, além de Francisco Meirelles, detiveram autoridade carismática – outorgada pela imprensa – apenas no contexto de pacificações famosas (Kreen-Akarore ou Panará, Xavante), carisma progressivamente perdido por Meirelles devido a seu envolvimento em pacificações polêmicas e conflitos políticos e administrativos.

No início da carreira sertanista dos irmãos Villas Bôas, Rondon aprovou a indicação dos irmãos como delegados do SPI no Xingu. Entretanto, mais que um ato administrativo, Orlando Villas Bôas acreditou-se *ungido* (o carisma por contato, v. Weber, 2000, p. 323-362) por Rondon a partir das correspondências que estabeleceram no final dos anos 40. Entretanto, tais correspondências eram rotineiras para Rondon, como comprova o acervo de correspondências do CNPI (SARQ/MI, f. 355). Para Orlando, tais missivas distinguiriam os irmãos dos outros indigenistas, legitimando suas práticas. Essa legitimidade impulsionou o estabelecimento das relações pessoais e institucionais que estiveram na base do projeto do PQXIN. Em 1997, Orlando Villas Bôas utilizou as correspondências de Rondon para se qualificar como detentor de uma autoridade não só oriunda de suas práticas. Na ocasião, Orlando queria propor uma revisão da política indigenista brasileira, a partir do conteúdo das cartas que Rondon lhe dirigira.

No SPI e na FUNAI, a maioria dos sertanistas agiu de forma *submissa* ou *burocrática* às determinações administrativas, sem programação ou cuidados sanitários. O resultado foi o grande número de mortes dos dois lados, mas infinitamente maior entre os índios. Os relatórios ingenuamente descreviam os equívocos administrativos de organização e instalação das FAs, interpretados com *naturalidade* – ou naturalizados – pelos sertanistas e auxiliares de sertão.

O pragmatismo como norma

> "o habitus produz práticas individuais e coletivas, logo, história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele assegura a presença ativa de experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem, mais seguramente que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância através do tempo" (Bourdieu, 1980, p. 91).

Apesar do estabelecimento de normas estritas e de uma coordenação de trabalhos de campo, o DEII ainda é estruturado em função das emergências que atingem os índios isolados, identificando-se ao *pragmatismo* considerado como regra de funcionamento da FUNAI (Oliveira e Almeida, 1998).

Dois artigos aprofundam esse diagnóstico. O antropólogo Jorge Pozzobon (1999) centraliza no conceito sociológico de *anomia* a expressão da ineficácia, penúria e deterioração da FUNAI nos anos 90. Descrevendo as manipulações clientelísticas e as atividades ilícitas dos funcionários da FUNAI, o antropólogo revela que as ações da FUNAI estavam baseadas numa "cultura de conspiração e golpe" (idem), expressa nas lutas internas, ineficiência e corrupção, ainda potencializadas pelo "desmonte do Estado" (idem) promovido por políticas neoliberais. Em outro artigo, o indigenista Márcio Santilli (1996) reiterou que o *emergencialismo* era a norma política de uma FUNAI endividada e inoperante.

Um terceiro artigo, baseado numa tese de Antropologia, investiga o campo relacional de poder configurado pelas interações de agentes e agências voltados para a implementação do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) (Moreira Lima, 2000, 2002). Nele a antropóloga Ludmila Moreira Lima revela que a luta entre agentes desse campo

caracterizava-se pela discórdia crescente sobre as formas de atuação no campo das políticas públicas.

Todo esse diagnóstico relativo à FUNAI pode ser transposto para qualquer fase da existência do SPI. Os efeitos *cênicos* adotados por esta agência desde sua criação eram anulados na prática por uma contradição básica: de um lado a valorização do voluntarismo, das iniciativas dos indivíduos, de forma a se defender o trabalho e os recursos para a agência; de outro, a constante desarticulação institucional, impedindo seu funcionamento em bases mínimas para atendimento às demandas indígenas. *Pragmatismo* e *emergencialismo* foram, ao longo do séc. XX, as *regras* de ação indigenista, expressão do *habitus* sertanista, tanto quanto o anticlericalismo, o isolacionismo, o autoritarismo, etc. Leituras exclusivamente normativas da ação indigenista, a busca de padrões e características gerais dessa ação tendo por base a legislação e a administração sobre índios, devem necessariamente ser acompanhadas por exaustivas pesquisas de campo, sob o risco do alcance da análise ficar restrito a uma petição de princípios.

Uma metáfora muito empregada por alguns pesquisadores a respeito da ação indigenista frente ao Estado brasileiro – *sempre se age conquistando espaço ao Estado* – valoriza a análise das institucionalizações como se fossem representativas de uma vontade política popular, instaurando outra quimera, a partir do sinal contrário.

No caso dos órgãos indigenistas, a definição de uma ideologia de ação não implicava a sua institucionalização. SPI e FUNAI poderiam ser idealmente identificadas como instituições públicas distintas das demais por implicarem aos seus servidores a detenção de inúmeras noções relativas aos povos indígenas, definidas nos regulamentos e normas regulares de ação. A documentação indigenista depositada no SARQ/MI prova que esse grau de integração era baixíssimo ou inexistente a respeito do SPI. Quanto à FUNAI, desde os anos 70 nunca conhecemos servidores que dominassem (ou até mesmo soubessem que existisse) o Estatuto do Índio, à exceção de uns poucos técnicos (por obrigação de ofício).

Isto cabe perfeitamente à política definida para os índios isolados a partir de 1987. Os velhos sertanistas – que eram *renitentes* e *reticentes* – tinham dúvidas se *ia valer* ou não. Segundo Wellington Figueiredo, João Carvalho chegou nos Zo'é, nos anos 90, distribuindo balas às crianças como fazia nas pacificações dos anos 70. Antenor Vaz foi buscar fora da FUNAI o apoio de artistas plásticos à necessidade de denunciar as ameaças de morte aos índios isolados. Marcelo dos Santos e José Carlos

Meirelles brigaram várias vezes com a FUNAI pelas políticas e intervenções em que acreditavam.

Pelo alto simbolismo de sua ação para a FUNAI, era de se esperar que o DEII apresentasse alto grau de integração na sua organização. De fato, aparentemente há essa transmissão de ideais – já que há servidores arriscando diariamente a vida em campo – mas isto se deve a vários fatores, a começar pelo reduzido quadro funcional do setor. O que é importante ressaltar é que se a idéia do sistema de proteção é veiculada, a operacionalização disso – como ocorria no SPI e na FUNAI – deve-se ao capital cultural acumulado pelo agente, a uma ética que identifica uma minoria como *politizada* ou *humanista*, ou então como um servidor (a maioria) que conquistou um emprego (e trazia consigo o arrivismo, a cultura do lucro, preconceitos, etc., inculcados pelo sistema de pensamento capitalista – v. Bourdieu, 1974).

O discurso de Possuelo é sempre pela constituição de um DEII e uma FUNAI rigorosamente *militantes*, isto é, ideológicos, sem espaço para burocratas, onde a polissemia e a polifonia indigenista fossem reduzidas ao mínimo. Não se tratava apenas de uma posição crítica à administração racional-legal, mas expressão de que o Estado brasileiro até hoje não se fez presente em vastas regiões da Amazônia brasileira. Idealiza-se então a criação de um *micro-Estado* para os índios, um braço do Estado que lidasse com autonomia (e autoritarismo) frente aos índios.

Possuelo reconhece a existência de *várias FUNAI* e briga pelos objetivos e recursos do DEII perante os outros setores. Em 1998, durante uma discussão com o diretor da DAS/FUNAI, chegou a se questionar se tudo o que fazia não era pura utopia ou fantasia. Podemos lembrar que o surgimento da política do DEII foi no auge do movimento ambientalista pré-Constituinte e que tal política deve muito à idéia de manutenção de ecossistemas intocados. A crítica de Possuelo ao Estado não pressupõe radicalidade, mas intenção de reconquista de espaços sociais.

Ao centralizar em suas mãos – retirando poder de outras instâncias da FUNAI, como ADRs – as determinações relativas à proteção ou contato de índios isolados, Possuelo apropriou-se de um capital simbólico semelhante ao que deu origem à especificidade institucional do SPI em 1910. Fundando uma *nova proteção*, corria o risco de isolamento entre setores da FUNAI que hoje meramente administram a realidade (isto é, as perdas institucionais), não detendo qualquer possibilidade de aquisição de instrumentos de mudança.

Se a FUNAI tem expressão identificatória – *só funciona sob pressão* – os sertanistas têm outra para suas práticas: *cada atração é especial, única*, portanto qualquer regra de orientação teria baixo grau de generalidade. Essa é a *cunha* para a entrada do *pragmatismo*, o domínio por excelência dos *entendidos em mato*, os mateiros, que também podem ser *especialistas* em índios – dependendo da convivência. De qualquer forma, os indigenistas e sertanistas, do SPI à FUNAI, usavam a experiência de campo como medida das classificações que adotavam.

Práticas dos irmãos Villas Bôas

Na sua autobiografia (no prelo), Orlando Villas Bôas afirma que o Brasil é feito de relações pessoais. O sertanista sintetiza assim numa expressão o esforço de deslocamento social que realizou na sua vida. O estabelecimento dessas relações desde a Expedição Roncador-Xingu, além das relações institucionais que possibilitaram a criação do PQXIN, permitiu um acúmulo de capital que associava simbolismo e experiência. Para os sertanistas, capital simbólico é acima de tudo experiência nas FAs, o que dá *saber*. Não basta querer ajudar aos índios, é necessário vivência de atrações, pacificações e do cotidiano indígena para intervir. Essa experiência pode ser comodamente assinalada pela quantidade de malárias que adquiriu nas áreas indígenas, uma forma de situar o interlocutor – "você sabe com quem está falando?" (Da Matta, 1979, p. 139-193) e submetê-lo hierarquicamente. Assim, os sertanistas defendiam sua competência específica, o seu "direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade" (Bourdieu, 1983, p. 161).

Desde sua fixação no Alto Xingu, os irmãos se fizeram *etnógrafos*, seguindo a tradição dos expedicionários do SPI, levantando vocabulários, coletando artefatos e os enviando para o Museu do Índio, além de recolher mitos e estórias dos índios. Sua rede de relações pessoais incluía tanto pesquisadores nacionais – de Darcy Ribeiro a Carmem Junqueira – como estrangeiros – Patrick Menget, John Hemming, etc., o que não impediu acusações e disputas públicas com outros antropólogos em alguns momentos.

Aparentemente, os livros que publicaram divulgavam a cultura indígena para um público leigo, os antropólogos profissionais pouco os utilizando em suas pesquisas. Nesses livros os irmãos desenvolveram uma concepção particular do universo indígena, marcando indiretamente suas diferenças com os antropólogos, numa

tentativa de ampliar sua autoridade no campo indigenista. Os livros corporificavam as classificações estabelecidas a partir das atrações e pacificações. Aqui os índios eram identificados (quantos não foram renomeados? Ikpeng, Panará, etc.), alianças estabelecidas e definidos os espaços de interação. No Xingu, eventualmente ocorriam conflitos, desqualificações, duelos verbais, os irmãos Villas Bôas nunca se rebaixando frente a pesquisadores. Como não tinham qualquer pretensão antropológica, citavam os elogios de Claude Lévi-Strauss ao trabalho que desenvolviam para reforçar suas posições nas relações de força estabelecidas no campo indigenista, principalmente na mediação de conflitos como o projeto de emancipação dos índios (1978). Não havia grande preocupação entre os sertanistas com as categorias e noções empregadas, facilitando a clivagem frente à Antropologia pautada no rigor científico.

Índios das Frentes de Atração

Ainda são poucos os relatos publicados relativos aos pontos de vista dos índios sobre atração e pacificação, como os dos Xavante e de povos do PQXIN. O ponto de vista Arara (PA) do contato, relatado por Pinto (1995), é uma comprovação dos erros dos métodos de pacificação adotados nos anos 70 (as penetrações) e, de certa forma, a consagração daqueles adotados por Possuelo, seguindo as técnicas tradicionais do *namoro*. Entretanto, a maior lacuna é quanto ao depoimento de índios que integraram as equipes das FAs, principalmente as chefiadas por Francisco Meirelles e os irmãos Villas Bôas. Pionim Kayabi, que participou de inúmeras pacificações, já faleceu. José Aucê, que trabalhou com Francisco Meirelles desde os anos 40, faleceu deixando um registro jornalístico mínimo de sua participação em FAs.

O devido respeito

Procuramos, desde o início da pesquisa, tratar com merecido respeito os indivíduos que em campo arriscaram suas vidas, contraindo inúmeras doenças, sendo vítimas de agressões – defensivas – dos índios, e ameaçados de morte diante da falta de cidadania e ausência do Estado no campo. No final de experiências muitas vezes angustiantes, alguns servidores se tornaram alcoólatras ou drogados. Em campo, vimos essas conseqüências naqueles dotados de coragem para participar de FAs. Naturalizando a tutela dos índios, devido à forte presença de idéias evolucionistas no senso comum,

agiam muitas vezes como se ignorassem pertencer a uma estrutura de poder que ainda domina os povos indígenas. Entretanto, nesses trabalhos e nos PIs também surgiam servidores oportunistas atrás de lucro fácil, na exploração dos recursos naturais indígenas (madeira, minério, etc.), o que acabou originando inúmeros casos de corrupção na história da FUNAI.

Dois acontecimentos recentes são emblemáticos para a compreensão das práticas e representações sertanistas: já comentamos que no dia 6 de junho de 2004, José Carlos Meirelles foi flechado no rosto por índios isolados na sede da FPERE (AC), tendo escapado por pouco de morrer. No dia seguinte, 7 de junho, a milhares de quilômetros do rio Envira (AC), Sydney Possuelo recebeu da Sociedade Real Geográfica a Medalha de Benfeitor pelas mãos da Rainha Elisabeth II. Duas situações opostas, mas o mesmo lucro simbólico: o surgimento de heróis pelo sacrifício ou pela consagração.

12 BIBLIOGRAFIA

12.1 Textos de referência

ABREU, Alzira et al. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC, 2001.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.

ALBERTI, Verena. **História oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC, 1990.

_____. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro : FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As bibliotecas marxistas e as escolas de partido. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 35-46, jun. 1983.

_____. **Conflito e mediação:** os antagonismos sociais na Amazônia segundo movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios**. Brasília : Ed. UnB, 1997.

AMSELLE, Jean-Loup. Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **Au Coeur de l'ethnie:** ethnie, tribalisme et État en Afrique. Paris : La Découverte, 1999. p. 11-48.

AQUINO, Txai Terri Valle de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. Os Kaxinawá e os brabos: territórios e deslocamentos populacionais nas fronteiras do Acre com o Peru. **Travessia:** revista do migrante, São Paulo, n. 24, p. 29-38, jan.-abr. 1996.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Revisão do paraíso:** os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro : Campus, 2000. p. 45-92.

ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém : CEJUP, 1989.

ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio; PINTO, Raimundo. **Panará:** a volta dos índios gigantes. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1998.

ATAÍDES, Jésus Marco de. **Sob o signo da violência:** colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia : Ed. UCG, 1998.

BAEZ LANDA, Mariano. **Antropologia aplicada e os "outros" no México:** experiência disciplinar e prática social. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

BAINES, Stephen G. **"É a FUNAI que sabe":** a frente de atração Waimiri-Atroari. Belém : MPEG : CNPq : SCT/PR, 1990.

BALDUS, Herbert. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 57, p. 139-150, 1939.

_____. Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 44, p. 253-272, 1940.

_____. Tribos da Bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 2, p. 137-168, 1948. (Nova Série).

_____. O problema da atração do indígena brasileiro ao contato com o branco. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 142, p. 133-136, 1951.

_____. Rondon indianista. **Anhembi**, São Paulo, v. 30, ano 8, p. 46-56, mar. 1958.

_____. Antropologia aplicada e o indígena brasileiro. **Anhembi**, São Paulo, v. 40, n. 119, p. 257-266, 1960.

_____. Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 10, p. 27-42, 1962.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB**, São Paulo, n. 36, p. 3-30, 1993.

BASTOS, Rafael José de Menezes. "Cargo Anti-Cult" no Alto Xingu: consciência política e legítima defesa étnica. **Boletim de Ciências Sociais**, Florianópolis, n. 38, p. 1-36, jul. – set. 1985.

_____. Exegeses Yawalapití e Kamayurá da criação do Parque Indígena do Xingu e a invenção da saga dos irmãos Villas Bôas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30/31/32, p. 391-426, 1989.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo : Hucitec, 1993.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1973.

BESSA FREIRE, José Ribamar (Coord.). **Os índios em arquivos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 1995.

_____. Vozes indígenas na documentação do SPI. In: COQUEIRO, Sonia Otero. **Povos indígenas no Sul da Bahia:** Posto Indígena Caramuru–Paraguaçu (1910–1967). Rio de Janeiro : Museu do Índio, 2002. p. 13-17.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção:** um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro : ANPOCS : Relume Dumará, 1995.

BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas:** as estratégias políticas de Rondon (1889–1930). Brasília : CGDOC/FUNAI, 2003.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres:** la formation d'um groupe social. Paris : Les Éditions de Minuit, 1982.

BONELLI, Maria da Glória; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 109-142, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 1974.

_____. **La distinction**. Paris : Ed. de Minuit, 1979.

_____. **Le sens pratique**. Paris : Ed. de Minuit, 1980.

_____. **Pierre Bourdieu:** Sociologia. São Paulo : Ática, 1983.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro : Marco Zero, 1983b.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo : Brasiliense, 1987. (1990).

_____. **Lições da aula**. São Paulo : Ática, 1988.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa : Bertrand : Difel, 1989.

_____. L'emprise du journalisme. **Actes de la recherche em Sciences Sociales**, Paris, v. 101-102, p. 3-9, mars 1994.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo : Papirus, 1996.

_____. Compreender. In: ____ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997. p. 693-713.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : FGV, 1998a. p.183-191.

_____. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo : EDUSP, 1998b.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo : Zouk, 2002.

_____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **El oficio de sociólogo**. Mexico : Siglo XXI, 1975.

BRASIL ser tão Canudos. **História, ciência, saúde:** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, 1998. (Suplemento).

CAMARGO, Aspásia Alcântara. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. p. 276-304.

_____. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930–1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira:** o Brasil republicano, São Paulo : Difel, p. 121-224, 1986. v. 10.

_____ et al. Histórias de vida na América Latina. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 5-24, 1983.

CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920–1935). In: ____ et al. (Org.). **Novembro de 1935 meio século depois**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985. p. 95-142.

CÂNDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1969. p. xi-xxiv.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e tribalismo**. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.

_____. **A Sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro; São Paulo : EDUSP, 1972a.

_____. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo : Pioneira, 1972b.

_____. **Do índio ao bugre:** o processo de assimilação dos Terena. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976.

_____. **A crise do indigenismo**. Campinas : Ed. UNICAMP, 1988.

_____. Notas sobre uma estilística da Antropologia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilhermo (Org.). **Estilos de Antropologia**. Campinas : Ed. UNICAMP, 1995. p. 177-190.

CASTRO, Celso. **O espírito militar:** um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1990.

_____. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 231-240, 1994.

_____. **Os militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1995.

_____. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 103-117, 2000.

CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos indígenas no Brasil:** 1987/88/89/90. São Paulo : CEDI, 1991.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XXII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : FGV, 1998. p. 173-202.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: ____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro : Paz e Terra/CEDEC, 1978. p. 17-149.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração. Rio de Janeiro : Graal, 1982.

CLIFFORD, James. On etnographic allegory. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Org.). **Writing culture:** the poetics and politics of Ethnography. Berkeley, Los Angeles : Univ. California Press, 1986. p. 98-121.

COQUEIRO, Sonia Otero (Coord.). **Povos indígenas no sul da Bahia:** Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910–1967). Rio de Janeiro : Museu do Índio/FUNAI, 2002.

CORRÊA, José Gabriel Silveira. A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Gestar e gerir:** estudos para uma Antropologia pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará : NUAP/UFRJ, 2002. p. 125-146.

_____. **Desafios para a Antropologia:** reflexões a partir da pesquisa no arquivo da FUNAI. Comunicação apresentada ao Seminário "Quando o campo é o arquivo", Rio de Janeiro, FGV, nov. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Legislação indigenista no séc. XIX**. São Paulo : Comissão Pró-Índio : EDUSP, 1992.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DAL POZ, João. Laudo histórico: antropológico 'Ação de reintegração de posse, cumulada com perdas e danos', Processo nº 17.452/86 –V– 2ª Vara da Justiça Federal, seção do Estado de Mato Grosso. In: MALDI, Denise (Org.). **Direitos indígenas e Antropologia :** laudos periciais em Mato Grosso. Cuiabá : Ed. UFMT, 1994. p. 11-95.

DA MATTA, Robertó. O ofício de etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. p. 23-35.

_____. **Carnaval, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.

DAVIS, Shelton. **Vítimas do milagre:** o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica:** teoria e pesquisa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. p. 141-156.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1977.

_____. **O comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os *outsiders*:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 89-116, 2001.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O bandeirismo na economia do séc. 17. In: **Curso de Bandeirologia**. São Paulo : Depto. Estadual de Informações, 1946. p. 53-76.

ERIKSON, Philippe. Korubo: o último contato. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1996–2000. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2000. p. 431-433.

ERTHAL, Regina. **Atrair e pacificar:** a estratégia da conquista. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo : ANPOCS : Paz e Terra, 1991.

FENELON, Déa Ribeiro. Prefácio. In: MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio:** caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo : EDUC : FAPESP, 1998. p. 9-12.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Marieta M. de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: ____ et. al. (Org.). **Entre-vistas:** abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro : FGV, 1994. p. 1-13.

_____ et al. (Org.). **História oral:** desafios para o séc. XXI. Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz : FGV, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

FRANCHETTO, Bruna. Nos bastidores do Kwarup. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1996–2000. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2000. p. 654.

_____; HECKENBERGER, Michael. **Os povos do Alto Xingu:** história e cultura. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2000.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Saudades do Brasil ou as lutas pela criação do Parque Indígena do Xingu**. 1987. Trabalho apresentado ao Curso de Problemas de Análise Etnológica (2. sem. 1986), PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Indigenismo e antropologia:** o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) na gestão Rondon (1939–1955). 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

_____. A criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Indigenismo Interamericano (1939–1955). **Boletim do Museu do Índio**, Rio de Janeiro, n. 5, 1996.

_____. Terras indígenas Guarani-Mbyá: ação indigenista e estratégias contemporâneas de sobrevivência de um povo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 11., 1997, Santa Rosa, RS. **Anais do XI Simpósio...** Santa Rosa : Centro de Estudos Missioneiros : Ed. UNIJUÍ, 1997, v. 1, p. 101-120.

_____. **Bento de Lemos:** duas décadas de ação indigenista no Amazonas (1911–1931). 2001. Trabalho apresentado ao Curso Indigenismo na América Latina (2. sem. 2000), PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Dos Xavante aos Kayapó:** políticas de pacificação e territorialização de povos indígenas (1940–1960). Comunicação apresentada ao GT Povos Indígenas, XXVI Encontro anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2002.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo : Hucitec : EDUSP : Secretaria de Cultura de São Paulo, 1989.

GALLOIS, Dominique. De arredio a isolado : perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados. In : GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. São Paulo : Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 121-134.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

_____; SIMÕES, Mário. Notícia sobre os índios Txicão: Alto Xingu. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 24, fev. 1965. (Série Antropologia).

GALVÃO, Eduardo; WAGLEY, Charles. **Os índios Tenetehara**. Rio de Janeiro : MEC, 1961.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-36, 2000.

_____. **Indigenous struggle at the heart of Brazil**. Durham : Duke University Press, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo : Perspectiva, 1974.

GOMES, Mércio P. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Vértice, 1990.

HANBURY-TENISON, Robin. **A question of survival for the indians of Brazil**. Londres : Angus and Robertson, 1973.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma:** a modernidade na selva. São Paulo : Cia. das Letras, 1988.

HAVT, Nadja. De algumas questões sobre a participação de "índios isolados" no processo de regularização fundiária: o exemplo dos Zo'é. In: GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). **Demarcando terras indígenas II:** experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília : FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002. p. 85-93.

HEMMING, John. **Die if you must:** brazilian indians in the twentieth century. Londres : Macmillan, 2003.

_____. **Pax Xinguana**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/villasboas/ebooks/ebook2/index01.htm>. Acesso em: 21/06/2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1969.

_____. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1975.

_____. **Monções**. São Paulo : Alfa-Omega, 1976.

HUERTAS CASTILLO, Beatriz. **Los pueblos indígenas en aislamiento:** su lucha por la sobrevivencia y la liberdad. Lima : [s.n.], 2002.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Consolidação do corredor de terras indígenas reservadas para índios isolados na fronteira do Acre com o Peru:** uma pauta. Rio de Janeiro, maio 2001. (ms.).

IORIS, Edwiges Marta. **A FUNAI:** entre os Campa e os "brabos". 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

JOUTARD, Philippe. História oral : balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : FGV, 1998. p. 43-61.

KARASCH, Mary. Damiana da Cunha: catequista y sertanera (Goiás, siglos XVIII y XIX). In: SWEET, David; NASH, Gary. **Lucha por la supervivencia en la América Colonial**. México : Fondo de Cultura Economica, 1987. p. 85-97.

_____. Catequese e cativeiro: política indigenista em Goiás (1780–1889). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo : Cia. das Letras : FAPESP : SMC, 1992. p. 397-412.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro:** 1857 a 1967. São Paulo : Alfa-Omega, 1982.

LANGNESS, L.L. **História de vida na ciência antropológica**. São Paulo : EPU, 1973.

LARAIA, Roque de Barros. Integração e utopia. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, RJ, ano 70, n. 3, p. 5-14, abr. 1976.

_____. Denise Maldi (1954–1996). **Anuário Antropológico 96**, Rio de Janeiro, p. 275-278, 1997.

_____; Da MATTA, Roberto. **Índios e castanheiros**. São Paulo : Difel, 1967.

LEACH, Edmund R. **Sistemas políticos de la Alta Birmania**. Barcelona : Editorial Anagrama, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP : Ed. UNICAMP, 1996.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30/31/32, p. 255-276, p. 1989.

_____. **Projeto geopolítico e terras indígenas:** dimensões territoriais da política indigenista. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo : Papirus, 1986.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos:** história social nos sertões do Brasil. Brasília : Paralelo 15, 1996.

LEONEL, Mauro. **Etnodicéia Uruéu-au-au**. São Paulo : EDUSP : IAMÁ : FAPESP, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tribes of the right bank of the Guaporé river. In: STEWARD, J. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington : Smithsonian Institute, 1948.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Aos fetichistas, ordem e progresso:** um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

_____. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Marco Zero : Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

_____. Os museus de história natural e a construção do indigenismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 30/31/32, p. 277-330, 1989.

_____. Indigenismo e geopolítica: projetos militares para os índios no Brasil. **Antropologia e Indigenismo**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 60-86, 1990a.

_____. **O Santo Soldado:** pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura de "Rondon conta sua vida" de Esther de Viveiros. Rio de Janeiro : PPGAS/MN, 1990b. (Comunicação 21).

_____. **Um grande cerco de paz**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

_____. A "Identificação" como categoria histórica. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1998a. p. 171-220.

_____. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da FUNAI: notas sobre o estudo da relação entre Antropologia e indigenismo no Brasil (1968–1985). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1998b. p. 221-268.

_____. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro:** pós-1930. Rio de Janeiro : FGV, 2001. p. 2426-2432.

_____. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, Benoît de et al. (Org.). **Antropologia, impérios e Estados nacionais**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2002a. p. 159-186.

_____. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil. In: BASTOS, Cristiana et al. (Coord.). **Trânsitos coloniais:** diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2002b. p. 151-172.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **História, ciências, saúde:** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, p. 163-194, 1998. (Suplemento).

_____. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro : Revan : IUPERJ, 1999.

LINDHOLM, Charles. **Carisma:** êxtase e perda de identidade na veneração ao líder. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

LIPPI OLIVEIRA, Lúcia . A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, ciências, saúde:** Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, p. 195-216, 1998. (Suplemento).

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : FGV, 1998. p. 225-250.

LOVISOLO, Hugo. Positivismo na Argentina e no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 19, p. 66-83, jun. 1992.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. Rondon e os Paresi: as representações indígenas sobre o "amure" etnógrafo. In: BARROS, Edir Pina de (Org.). **Modelos e processos**: ensaios de etnologia indígena. Cuiabá : Ed. UFMT, 1998. p. 227-308.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um país em busca de moldura – o pensamento de Couto de Magalhães, o selvagem e os sertões. In: AZEVEDO, Francisca; MONTEIRO, John (Org.). **Confronto de culturas:** conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura; São Paulo : EDUSP, 1997.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio:** caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon". São Paulo : EDUC : FAPESP, 1998.

MALDI, Denise. Uma Etnografia e o seu propósito: os Suruí de Rondônia. **Anuário Antropológico 85**, Rio de Janeiro, p. 283-294, 1986.

_____. **Guardiães da fronteira:** rio Guaporé, séc. XVIII. Petrópolis, RJ : Vozes, 1989.

_____. O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 2, p. 219-269, 1991. (Série Antropologia).

_____. Laudo histórico-antropológico "Ação de Interdito Proibitório": Processo n. 1296-05, 2ª Vara da Justiça Federal (Índios Zoró). In: MALDI, Denise (Org.). **Direitos indígenas e Antropologia:** laudos periciais em Mato Grosso. Cuiabá : Ed. UFMT, 1994a. p. 175-242.

_____. Da aventura à testemunha: um caminho etnográfico ao lado de Roque Laraia. **Anuário Antropológico 92**, Rio de Janeiro, p. 133-141, 1994b.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

_____. Território, movimento e fronteira: dinâmica e estratégia cultural entre os Pakaas-Novos. In: BARROS, Edir Pina de (Org.). **Modelos e processos:** ensaios de Etnologia indígena. Cuiabá : Ed. UFMT, 1998. p. 93-147.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas**. 2001. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

MATOS, Maria Helena Ortolam. **O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil (1970–1980)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – ICH, UnB, Brasília, 1997. (Versão renumerada).

MAYER, Adrian C. A importância dos "quase-grupos" no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas:** métodos. São Paulo : Global, 1987. p. 127-158.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1996.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. **Parque Indígena do Xingu:** construção de um território estatal. Rio de Janeiro : Ed. UNICAMP, 2000.

MÉTRAUX, Alfred. Tribes of eastern Bolivia and the Madeira Headwaters. In: STEWARD, J. (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington : Smithsonian Institute, 1948. v. 3.

MICELI, Sergio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo : Perspectiva, 1977.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **DADOS:** revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MONTEIRO, John M. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. São Paulo : SMC, 1992. p. 105-120.

_____ (Org.). **Guia de Fontes para a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros:** acervos das capitais. São Paulo: NHII/USP : FAPESP, 1994a.

_____. **Negros da terra:** índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo : Cia. das Letras, 1994b.

_____. Os caminhos da memória: paulistas e índios no códice Costa Matoso. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p. 86-99, 1999a.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo : Cia. das Letras, 1999b. p. 237-249.

_____. **Entre o gabinete e o sertão:** projetos civilizatórios, inclusão e exclusão dos índios no Brasil Imperial. Campinas, SP, s.d. (ms).

MOREIRA LIMA, Ludmila. **'Se a FUNAI não faz, nós fazemos':** conflito e mudança no contexto de um projeto de cooperação. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – UnB, Brasília, 2000.

_____. Cooperação e parceria no contexto de um projeto piloto: a experência do PPTAL. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **Gestar e gerir:** estudos para uma Antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2002. p. 147-198.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. II, n. 1 e 2, p. 49-64, 1959.

_____. **A política indigenista brasileira durante o séc. XIX**. 1971. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFCLRC, Rio Claro, SP, 1971.

_____. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, 1979.

MÜLLER, Regina Polo. **Os Asuriní do Xingu**. Campinas, SP : Ed. UNICAMP, 1990.

NORA, Pierre. Entre mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: ____ (Org.). **Le lieux de mémoire:** la République. Paris : Gallimard, 1986. p. 17-42.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 44, out. 1983. (Série Antropologia).

_____. **O nosso governo:** os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo : Marco Zero : CNPq, 1988.

_____. **As sociedades indígenas e seus processos de territorialização**. 1993. Trabalho apresentado na Conferência realizada na 3ª Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Belém, junho de 1993. (ms).

_____. A busca da salvação: ação indigenista e etnopolítica entre os Ticuna. **Antropologia Social**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 81-110, 1994.

_____. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, Orlando; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria Vieira (Org.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis : ABA : Ed. UFSC : CPI/SP, 1994b. p. 111-139.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma Etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47 – 79, 1998a.

_____ (Org.). **Indigenismo e territorialização:** poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1998b.

_____ (Org.). **A viagem da volta:** etnicidade política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1999a.

_____. **Ensaios de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1999b.

_____. Políticas indígenas contemporâneas na Amazônia brasileira: território, modos de dominação e iniciativas indígenas. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização**. São Paulo : Cortez Editora, 2001a. p. 217-235.

_____. Galvão e os estudos de aculturação no Brasil: ou 'Santo de casa também pode fazer milagres'. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann. **Conhecimento e fronteira:** história e ciência na Amazônia. Belém : MPEG, 2001b. p. 205-221.

_____. Ação indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. **Pacificando o branco**. São Paulo : UNESP, 2002. p. 277-309.

_____; ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização**. Rio de Janeiro : Contra Capa, 1998. p. 69-123.

_____; LIMA, Antonio Carlos de Souza. Os muitos fôlegos do indigenismo. **Anuário Antropológico 81**, Fortaleza : Rio de Janeiro, p. 277-290, 1983.

PACINI, Aloir. **Pacificar:** relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

PEIRANO, Mariza G.S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira**. São Paulo : Sumaré : ANPOCS; Brasília : CAPES, 1999. p. 225-266.

_____. A análise antropológica de rituais. In: ____ (Org.). **O dito e o feito:** ensaios de antropologia do ritual. Rio de Janeiro : Relume Dumará : NUAP : UFRJ, 2002. p. 17-40.

PESSANHA, Elina. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: por que, de quem, para quem? In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1996. p. 71-82.

PIAULT, Marc-Henrí. O corpo nu dos índios e o soldado redentor: da indianidade e da brasilidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 87-118, 2001.

PINTO, Márnio Teixeira. Histórias de origem e relações ambíguas: notas comparativas sobre um simulacro da questão étnica no Brasil. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antonio (Org.). **O Brasil na virada do século:** o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1995. p. 192-213.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. **L'experience concentracionnaire**. Paris : Editions Métailié, 1990.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-216, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : FGV, 1998. p. 103-130.

POZZOBON, Jorge. O lumpen-indigenismo do Estado brasileiro. **Journal de la Société des Américanistes**, Genéve, Suisse, v. 85, p. 281-306, 1999.

PREZIA, Benedito (Org.). **Caminhando na luta e na esperança**. São Paulo : Loyola, 2003.

PRINS, GWYN. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo : Ed. UNESP, 1992. p. 163-198.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo : T.A. Queiroz, 1991.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1973.

RAMOS, Alcida. **Indigenism:** ethnic politics in Brazil. Madison : The University of Wisconsin Press, 1998.

_____. **Uma crítica da desrazão indigenista**. Brasília : Ed. UnB, 1998b.

RIBEIRO, Darcy. Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. **Sociologia**, São Paulo, v. xviii, n. 1, p. 3-50, 1956.

_____. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro : SIA/MA, 1962.

_____. **Os índios e a civilização**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios:** os Urubus-Kaapor. São Paulo : Cia. das Letras, 1996.

_____; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil:** testemunhos 1500–1700. Petrópolis, RJ : Vozes, 1992.

RICARDO, Carlos Alberto. 'Os índios' e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília : MEC : MARI : UNESCO, 1995. p. 29-55.

_____ (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1991–1995. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996.

_____. **Povos indígenas no Brasil:** 1996–2000. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Cultura e política:** enterrar os anos 60? Campinas : [s.n.], [19--?]. (ms).

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira:** o Brasil republicano. São Paulo : Difel, 1986. v. 10, p. 361-443.

SAINT-MARTIN, Monique de. Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 127-149, 2002.

SALDANHA, Luiza. **"Escola de heróis":** os cursos de formação dos técnicos de indigenismo da FUNAI, de 1970 até 1985. 1996. Monografia (Bacharelado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

SANTILLI, Márcio. 'A FUNAI é uma morta-viva que continuará pairando sobre a política indigenista até que hajam alternativas consistentes'. Entrevista concedida a Carlos Alberto Ricardo. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1991–1995. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996. p. 40-48.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berço de heróis:** o papel das escolas militares na formação de "salvadores da pátria". 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2000.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional:** a função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis : Ed. UFSC, 1970.

_____. **Índios e brancos no Sul do Brasil**. Florianópolis : EDEME, 1973.

_____. **O homem índio sobrevivente do Sul**. Porto Alegre : Garatuja, 1978.

_____. **Os índios Xokleng:** memória visual. Florianópolis : Ed. UFSC; Itajaí, SC : Ed. UNIVALI, 1997.

SCHETTINO, Marco Paulo. **Espaço do sertão**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UnB, Brasília, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930). São Paulo : Cia. das Letras, 1993.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. **História oral**, n. 4, p. 73-84, jun. 2001.

SEIDL, Ernesto. **A espada como 'vocação':** padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850–1930). 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo : Brasiliense, 1985.

SIGAUD, Lygia. Apresentação. In: LEACH, Edmund R. **Sistemas políticos da Alta Birmania**. São Paulo : EDUSP, 1996. p. 9-45.

SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo : Cia. das Letras : SMC : FAPESP, 1992. p. 357-378.

SILVA, Hélio. **1935:** a revolta vermelha. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, José Afonso da. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. In: SANTILLI, Juliana (Coord.). **Os direitos indígenas e a Constituição**. Porto Alegre : NDI : Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993. p. 45-50.

SILVA, Orlando Sampaio. **Índios e caboclos:** estudo da obra de Eduardo Galvão. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1996.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo : Ática, 1983. (Org. Evaristo Morães Filho).

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Candice Vidal e. **Pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia : Ed. UFG, 1997.

_____. **Repórteres, reportagem e construção da Nação no jornalismo brasileiro**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

STEWARD, Julian (Ed.). **Handbook of South American Indians**. Washington : Smithsonian Institute, 1948.

TACCA, Fernando de. O índio "pacificado": uma construção imagética da Comissão Rondon. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 81-102, 1995.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Hélgio. **Positivismo:** teoria e prática. Porto Alegre : Ed. da Universidade, 1999.

VALADÃO, Virgínia. Os índios ilhados do igarapé Omerê. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1991–1995. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996. p. 545-549.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1978.

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. São Paulo : Brasiliense, 1979.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura:** notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Cartas de rotina, cartas de compromisso. **Antropologia Social**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-20, 1995.

VIANNA, Marly. **Pão, terra e liberdade:** memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional; São Carlos, SP : UFSCar, 1995.

VIEIRA, Antonio. Carta do Pe. Antonio Vieira ao Pe. Provincial do Brasil sobre a Bandeira de Raposo Tavares. In: RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil:** testemunhos: 1500–1700. Petrópolis, RJ : Vozes, 1992. p. 300-301.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão:** o movimento folclórico brasileiro (1947–1964). Rio de Janeiro : Funarte : FGV, 1997.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1996. p. 83-91.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro : FGV, 1983.

WANDER BASTOS, Aurélio. As terras indígenas no direito constitucional e na jurisprudência brasileira. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos et al. (Org.). **Sociedades indígenas e o Direito:** uma questão de direitos humanos. Florianópolis : Ed. UFSC : CNPq, 1985. p. 85-98.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1974.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília : Ed. UnB, 1994. v. 1.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília : Ed. UnB, 2000. v. 2.

12.2 Textos e documèntos indigenistas

BANDEIRA, Alípio. **Jauapery**. Manaus, AM : [s.n.], 1926.

_____. Discurso pronunciado por Alípio Bandeira na sessão solene ... In: OLIVEIRA, Humberto de (Org.). **Coletânea de leis, atos e memoriais...** Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947. p. 29-54.

BANDEIRA, Dulcina. **Antes que seja tarde:** biografia de Alípio Bandeira. Rio de Janeiro : [s.n.], 1979.

BISILLIAT, Maureen. **Guerreiros sem espada:** experiências revistas dos irmãos Villas Bôas. São Paulo : Empresa das Artes, 1995.

BRASIL. **Coleção das Leis de 1948**, v. 7, Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1948.

_____. **Coleção das Leis de 1952**, v. 3, Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1952.

_____. **Coleção das Leis de 1954**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1954. v. 3.

_____. **Coleção das Leis de 1963**, v. 8, Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1963.

_____. **Coleção das Leis de 1964**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1964. v. 5.

_____. Comissão de inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre. **Relatório dos trabalhos apresentados ao Exmo. Sr. Álvaro Maia, Interventor Federal**. Manaus, 08 de abr. de 1931. (ms.).

_____. **Legislação indigenista**. Brasília : Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

_____. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **SPI/1953**. Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1953. Rio de Janeiro : Serviço de Proteção aos Índios, 1954.

_____. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **SPI/1954**. Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios durante o ano de 1954. Rio de Janeiro : Serviço de Proteção aos Índios, 1955.

_____. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios:** 1959. Rio de Janeiro : Serviço de Proteção aos Índios, 1959.

_____. Ministério da Agricultura. Serviço de Proteção aos Índios. **Relatório das atividades do Serviço de Proteção aos Índios:** 1960. Rio de Janeiro : Serviço de Proteção aos Índios, 1960.

BRASIL. Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. **Exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio relativo ao ano de 1911**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1913.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Almanak do pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio:** tomo II – 1919. Rio de Janeiro : Tip. da Diretoria Geral de Estatística, 1920.

_____. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a estudar a legislação do indígena, investigar a situação em que se encontram as remanescentes tribos de índios do Brasil. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28/04/1971. (Seção I, Suplemento ao nº 15).

BUCKER, Hélio Jorge; BUCKER, Ivete B. **Um pracinha entre os índios:** tomo II. Campo Grande : Associação de Novos Escritores de MS, 2000.

CARVALHO, José Porfírio F. **Waimiri Atroari:** a história que ainda não foi contada. Brasília : [s.n.], 1982.

COART. **X Moitará**. Brasília : FUNAI, 1989.

COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. Rondon e Comissão Rondon: bibliografia. **Publicações avulsas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, n. 2, 1998.

ESTIGARRÍBIA, Antonio Martins V. Trecho de um relatório apresentado pelo Inspetor Antonio Estigarríbia à diretoria do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1912, relativamente aos índios do rio Doce. **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, v. 7, p. 20-52, 1934.

FUNAI. **I Encontro de sertanistas**. Brasília : FUNAI, 1987.

LEMOS, Bento M. Pereira de. **Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre:** instruções para os delegados. Rio de Janeiro : Papelaria Americana, 1919.

_____. **Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1920 na Inspetoria do Amazonas e Acre**. Manaus : MAIC/SPI, 1921. (ms).

_____. **Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1924 na Inspetoria do Amazonas e Acre**. Manaus : MAIC/SPI, 1925. (ms).

_____. **Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1927 na Inspetoria do Amazonas e Acre**. Manaus : MAIC/SPI, 1928. (ms).

_____. **Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928 na Inspetoria do Amazonas e Acre**. Manaus : MAIC/SPI, 1929. (ms).

LEMOS, Bento M. Pereira de. **Alegações de defesa à Comissão de Inquérito na IR1**. Manaus, 03/06/1931. (ms).

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília : FUNAI/CGDOC, 2003.

MARQUES, Cesário. **A vida de Orlando Villas Bôas**. Rio de Janeiro : Ed. Rio, s.d. (Depoimento a Cesário Marques).

MEIRELES, Silo. **Brasil Central:** notas e impressões. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1960.

MEIRELLES, Apoena. Chico Meirelles, meu pai. **Boletim Informativo da FUNAI**, Brasília, ano 2, n. 7, p. 11-14, 2. trim. 1973.

MEIRELLES, Francisco. O pensamento vivo de Francisco Meirelles. **Boletim Informativo da FUNAI**, Brasília, ano 2, n. 7, p. 5-9, 2. trim. 1973.

MENDES, Raimundo Teixeira. **Em defesa dos selvagens brasileiros**. Rio de Janeiro : Apostolado Positivista do Brasil, 1910.

MISSÃO RONDON. **Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915**. Brasília : Senado Federal/Conselho Editorial, 2003.

MÜLLER, Cristina et al. (Ed.). **O Xingu dos Villas Bôas**. São Paulo : Agência Estado : Metalivros, 2002.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos indigenistas**. São Paulo : Loyola, 1982.

_____. **Cartas do sertão:** de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Lisboa : Museu Nacional de Etnologia : Assírio e Alvim, 2000.

OLIVEIRA, Acary de Passos. **Roncador-Xingu:** roteiro de uma expedição. Goiânia : Ed. UFG, 1976.

_____; AMADO, Lúcia. **Francisco Meirelles, o "Imuman"**. Goiânia : IGPA. s.d. (ms).

OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947.

PAULA, José Maria de. **Terra dos índios**. Rio de Janeiro : SIA/MA, 1944.

PEREIRA, Adalberto Holanda. **Tupxi, o índio da paz**. São Paulo : Loyola, 1995.

POSSUELO, Sydney. Depoimento. In: TASSARA, Eda (Org.). **O índio:** ontem, hoje, amanhã. São Paulo : Memorial da América Latina : EDUSP, 1991. p. 27-33.

_____. Visão renovada. **Brasil Indígena**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 17, dez. 1993.

_____. Entrevista. Terra das águas, Brasília, ano 1, n. 1, p. 175-203, 1999.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. Carta ao Ministro Rodolfo Miranda, 14/03/1910. In: MENDES, Raimundo Teixeira. **Em defesa dos selvagens brasileiros**. Rio de Janeiro : Apostolado Positivista do Brasil, 1910. p. 21-27.

_____. **A Etnografia e a Etnologia do Brasil em revista**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1946. (Coleção Comissão Rondon, 93).

_____. Histórico do problema indígena no Brasil e debate de várias teses correlativas pelo Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon. In: OLIVEIRA, Humberto de (Org.). **Coletânea de leis, atos e memoriais...** Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1947. p. 3-28.

_____. **Relatório dos trabalhos realizados de 1900–1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1949.

SANTOS, Marcelo dos. Índios acossados em Rondônia. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1991–1995. São Paulo : Instituto Socioambiental, 1996. p. 550-553.

_____. Os "isolados" de Rondônia. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil:** 1996–2000. São Paulo : Instituto Socioambiental, 2000. p. 594-595.

TASSARA, Eda (Org.). **O índio:** ontem, hoje, amanhã – dossiê do I ciclo. São Paulo : Memorial da América Latina : EDUSP, 1991.

VASCONCELOS, Vicente de Paulo T.F. **Ofício nº 315**, Rio de Janeiro, 30/12/1939.

'VIDA e idéias de Meireles'. **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, n. 21, p. 54-59, jul.–ago. 1981.

VILLAS BÔAS, Cláudio e Orlando. **Xingu:** os índios, seus mitos. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.

_____. **Xingu:** o velho Káia. Porto Alegre : Kuarup, 1984.

_____. **Xingu:** os náufragos do rio das Mortes e outras histórias. Porto Alegre : Kuarup, 1988.

_____. **Xingu:** os Kayabi do rio São Manoel. Porto Alegre : Kuarup, 1989a.

_____. **Coleção história de índios para crianças**. Porto Alegre : Kuarup, 1989b.

VILLAS BÔAS, Cláudio e Orlando. **Xingu:** histórias de índios e sertanejos. Porto Alegre : Kuarup, 1992.

_____. **A marcha para Oeste:** a epopéia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo : Globo, 1994.

_____. **Almanaque do sertão:** histórias de visitantes, sertanejos e índios. São Paulo : Globo, 1997.

VILLAS BÔAS, Irmãos. Antigamente o índio nos comia. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, RJ, v. LXX, ano 70, n. 3, p. 49-59, abr. 1976.

VILLAS BÔAS, Orlando. **A arte dos pajés:** impressões sobre o universo espiritual do índio xinguano. São Paulo : Globo, 2000a.

_____. Um povo na ignorância do seu passado. In: AGUIAR, Luiz Antonio (Org.). **Para entender o Brasil**. São Paulo : Alegro, 2001. p. 265-269.

_____. Rompendo fronteiras. In: MÜLLER, Cristina et al. (Ed.). **O Xingu dos Villas Bôas**. São Paulo : Agência Estado : Metalivros, 2002. p. 146-165.

_____. **História e causos:** autobiografia. São Paulo : FTD, 2005. (no prelo).

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Da práxis à teoria: breves considerações sobre o pensamento dos irmãos Villas Bôas. In: MÜLLER, Cristina et al. (Ed.). **O Xingu dos Villas Bôas**. São Paulo : Agência Estado : Metalivros, 2002. p. 192-205.

VIVEIROS, Esther de. **Rondon conta sua vida**. Rio de Janeiro : Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

VON PUTTKAMER, Jesco. **Diário do primeiro contato com uma tribo guerreira**, 1965. (ms).

12.3 Textos jornalísticos e literários

AMADO, Jorge. **Os ásperos tempos**. São Paulo : Liv. Martins Ed., 1971a.

_____. **Agonia da noite**. São Paulo : Liv. Martins Ed., 1971b.

_____. **A luz no túnel**. São Paulo : Liv. Martins Ed., 1971c.

BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário:** memórias. Rio de Janeiro : Ed. Melso. s.d.

BELTRÃO, Luiz. **O índio, um mito brasileiro**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1977.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979. v. 1.

BODARD, Lucien. **Le massacre des indiens**. Paris : Gallimard, 1970.

BOOK oficial dos enredos das agremiações carnavalescas filiadas à liga independente das escolas de samba de São Paulo. São Paulo : [s.n.], 2001.

CALLADO, Antonio. **Esqueleto na Lagoa Verde**. Rio de Janeiro : Serviço de Documentação do Min. da Educação e Saúde, 1953.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas:** David Nasser e *O Cruzeiro*. São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2001.

COUTINHO, Edilberto. **Rondon, o civilizador da última fronteira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1975.

FONSECA, Sylvio da. **Frente a frente com os Xavantes**. Rio de Janeiro : Irmãos Pongetti Editores, 1950.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo : Ática, 1987.

JARDIM, Gontran da Veiga. **O drama dos índios:** os guerreiros já não cantam mais. Rio de Janeiro : Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1985.

MANSUR, Alexandre. A partida do herói brasileiro. **Época**, Rio de Janeiro, n. 239, p. 92-98, 2002.

MARQUEIZ, José. **Villas Bôas e os índios:** documento. São Paulo : Expressão, 1978.

MORAES, Mário de. Entrevista com Orlando Villas Bôas. **Revista Palavra**, São Paulo, ano 1, n. 10, 2000.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo : Ed. Alfa Omega, 1986.

_____. **Chatô:** o rei do Brasil. São Paulo : Cia. das Letras, 1994.

MOREL, Edmar. Meirelles, o Imumã dos Xavantes: o último discípulo de Rondon. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 06/12/1974.

NASSER, David; MANZON, Jean. **Mergulho na aventura**. Rio de Janeiro : Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1945.

PEREGRINO, Nadja. **O Cruzeiro:** a revolução da fotorreportagem. Rio de Janeiro : Dazibao, 1991.

PETER, Cynthia. **Ecos da terra**. Brasília : Thesaurus, 2001.

PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo : Global Ed., 1979.

SOUZA, Lincoln de . **Entre os Xavantes do Roncador**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1952.

_____. **Os Xavante e a civilização:** ensaio histórico. Rio de Janeiro : IBGE, 1953.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos sertanistas**. São Paulo : Liv. Martins, 1954.

VASCONCELOS, Genil. Meirelles, o sertanista sem medo. **Revista de Atualidade Indígena**, Brasília, ano 3, n. 13, p. 36-41, nov./dez. 1978.

WALLACE, Scott. Filhos da selva. **National Geographic Brasil**, São Paulo, ano 4, p. 28-53, ago. 2003.

12.4 Relação das entrevistas e depoimentos realizados

Belém (PA)

- Fiorello Parise (3 horas, novembro de 2002);
- Frederico Oliveira (6 horas, novembro de 2002);
- Modesto Alves de França (2 horas, novembro de 2002);
- Raimundo Nascimento (2 horas, novembro de 2002).

Brasília (DF)

- Adolfo Killian (2 horas, setembro de 2003);
- Antenor Vaz (3 horas, setembro de 2003);
- Antonio Pereira Neto para a **revista eletrônica Terra dos índios** (2 horas, abril 2003);
- Antonio Pereira Neto (2 horas, setembro de 2003);
- Egypson Correa (2 horas, setembro de 2003);
- José Carlos Meirelles (2 horas, setembro de 2002);
- José Carlos Meirelles na Maloquinha/FUNAI (2 horas, outubro de 2002);

Brasília (DF)

- José Porfírio de Carvalho (1 hora, setembro de 2002);
- Nadja Havt (3 horas, setembro de 2003);
- Odenir Oliveira (1 hora, setembro de 2003);
- Sydney Possuelo (4 horas, setembro de 2002);
- Sydney Possuelo (2 horas, setembro de 2003);
- Wellington Figueiredo (3 horas, setembro de 2002);
- Wellington Figueiredo (3 horas, setembro de 2003).

Cuiabá (MT)

- Antonio de Jesus (3 horas, dezembro de 2002);
- Ariovaldo dos Santos (2 horas, dezembro de 2002);
- Francisco de Assis Costa (2 horas, dezembro de 2002);
- Izanoel Santos Sodré (3 horas, dezembro de 20020.

Goiânia (GO)

- Marcelo dos Santos (5 horas, dezembro de 2002).

Manaus (AM)

- Estevão Rodrigues (2 horas, julho de 2002, Manaus/AM);
- Francisco Bezerra (6 horas, março de 2002, Manaus/AM).

Rio de Janeiro (RJ)

- Apoena Meirelles fala de Chico Meirelles (4 horas, dezembro de 2002);

- Apoena Meirelles (4 horas, janeiro de 2003);
- João Américo Peret (7 horas, março de 2003);
- Ney Land (3 horas, setembro de 2002);
- Olympio Serra (3 horas, setembro de 2004).

São Paulo (SP)

- Andrea Tonacci (2 horas, outubro de 2003);
- Marina e Orlando Villas Bôas Filho (2 horas, outubro de 2003).

Outros locais

- Afonso Alves da Cruz (2 horas, abril de 2003, Altamira/PA);
- Altair Algayer (3 horas, janeiro de 2004, Bertópolis/MG);
- José Carlos Meirelles a Maria Eliza (2 horas, julho de 2003, Rio Branco/AC);
- José Maria da Gama Malcher (8 horas, vários meses de 1988, Petrópolis/RJ);
- Rieli Franciscato (3 horas, julho de 2003, Alta Floresta/RO).

12.5 Fontes pesquisadas

12.5.1 Microfilmes

SARQ/MI, f. 30; f. 98; f. 130; f. 132; f. 149; f. 334; f. 340; f. 342; f. 355; f. 379; f. 380; f. 381; f. 391.

12.5.2 Revistas

Atualidade Indígena; *Caros Amigos*; *O Cruzeiro*; *Der Spiegel*; *Época*; *Ícaro Brasil*; *IstoÉ*; *National Geographic*; *Realidade*;*Veja*; *Visão*.

12.5.3 Jornais

A Classe Operária;
O Correio da Manhã/RJ;
Correio Braziliense/BSB;
Diário de Cuiabá/MT;
O Estadão do Norte/RO;
O Estado de S. Paulo/SP;
Folha de S. Paulo/SP;
Jornal da Tarde/SP;
Jornal do Brasil/RJ;
Folha do Norte/PA;
Folha Vespertina/PA;
Gazeta de Cuiabá/MT;
Jornal do Commercio/RJ;
Noite Ilustrada/RJ;
OESP/SP;
O Globo/RJ;
Opinião/RJ;
O Paiz/RJ;
O Paraense/PA;
O Popular/GO;
Tribuna de Imprensa/RJ;
Última Hora/RJ;
A Vanguarda/RJ.

12.5.4 Vídeos

"A arca dos Zo'é;
"O Brasil grande e os índios gigantes";
"Coroados";
"Frente a frente com os Xavante";
"Guerra de pacificação na Amazônia";
"Isolados";
"Memórias de uma CPI";
"Rio das Mortes";
"Se correr o branco pega, se ficar o branco come..."
"Sertão: entre os índios do Brasil Central";
"Violência contra os índios em Rondônia"

ANEXOS

FOTOS E MAPAS



Daí o bandeirismo apresador da Capitania vicentina...

Representação visual dos primeiros sertanistas.
Desenho: Belmonte.
Fonte: Livro *Curso de Bandeirologia* (1946), publicação de Conferências sobre o Bandeirantismo de São Paulo.





Acima: Rondon distribuindo presentes aos índios Bakairi no PI Simões Lopes (MT).
Fonte: SRAV/MI (década de 10).
Abaixo: Rondon distribui brindes aos índios Ariti (Paresi) (Foto Major Thomaz Reis).
Fonte: SRAV/MI (1ª década do séc. XX).



A associação de Rondon aos bandeirantes é devida ao senso comum que só conhece a versão oficial da história que associa aqueles sertanistas coloniais apenas à ocupação do território brasileiro, deixando de lado a preação de índios.
Fonte: Ebal Editora.





Fig. 19 – Cartão postal com foto de Eduardo Hoerhan com a legenda «Pacificador de índios».

Foto reproduzida do livro *Cartas do sertão* (2000).
Fonte: *Cartas do sertão*, de Curt Nimuendajú.



Sertanista Ayres Câmara Cunha com sua esposa, a índia Diacuí.
Fonte: *O Cruzeiro* (1952).



Foto maior: o Inspetor (sertanista) Cícero Cavalcanti de Albuquerque com um índio no PI Gorotire (PA).
Fonte: *O Cruzeiro* (19/07/1952).
Foto menor: sertanista Cícero Cavalcanti de Albuquerque.
Fonte: Família Albuquerque (2003).



Francisco Meirelles chega no Aeroporto do Galeão (RJ) com os Xavante da aldeia de Urubuenan (1954).
Fonte: ISA.

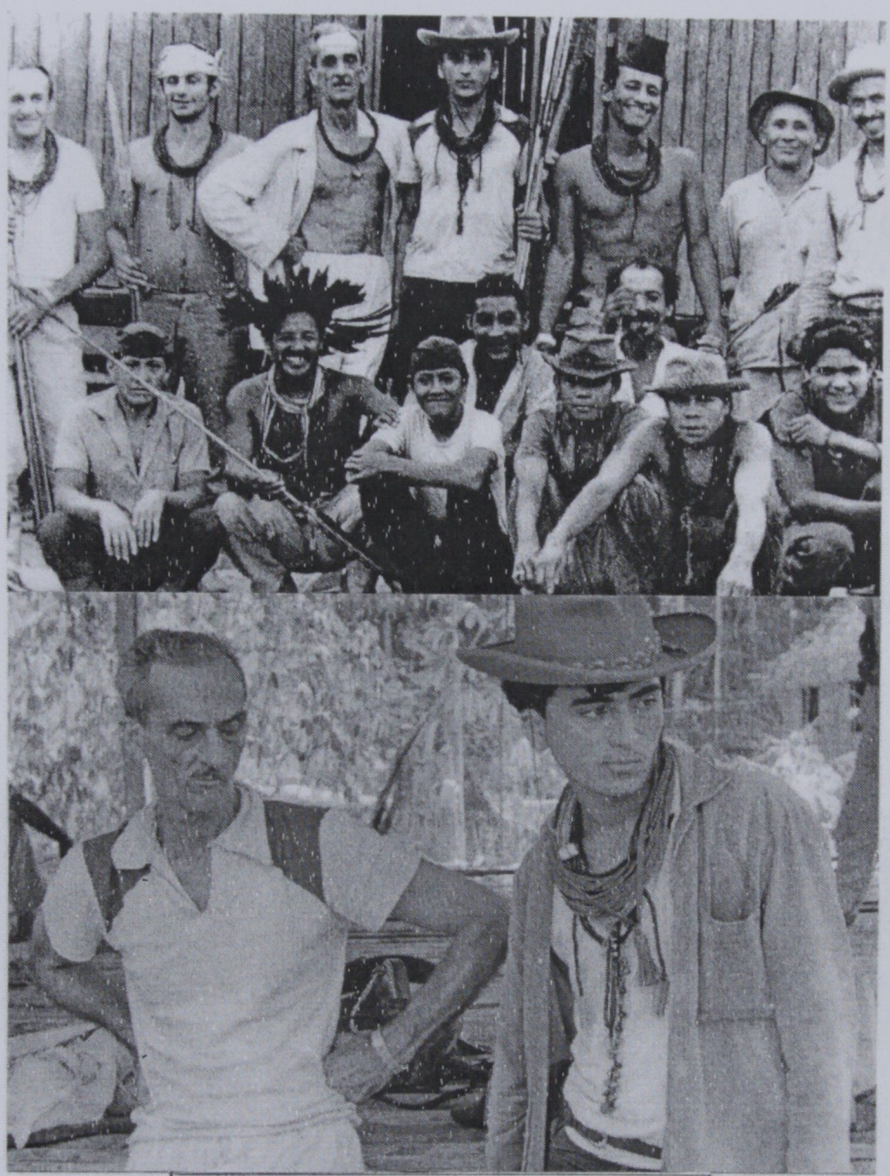


Francisco Meirelles leva os Xavante à loja de ternos Ducal (1954).
Fonte: ISA.





Acima: Francisco Meirelles com índios Kubenkrangnotí (rio Iriri/PA, 1957).
Fonte: SRAV/MI.
Ao lado: índios Kubenkrangnotí armados por Francisco Meirelles (rio Iriri/PA, 1957).
Fonte: SRAV/MI.



Acima: Francisco e Apoena Meirelles abraçados, junto à equipe da FA Suruí (RO) (1968).
Fonte: Jesco von Puttkamer (IGPA).
Abaixo: Francisco Meirelles e Apoena Meirelles no PI Suruí (RO) (1968).
Fonte: Jesco von Puttkamer (IGPA).



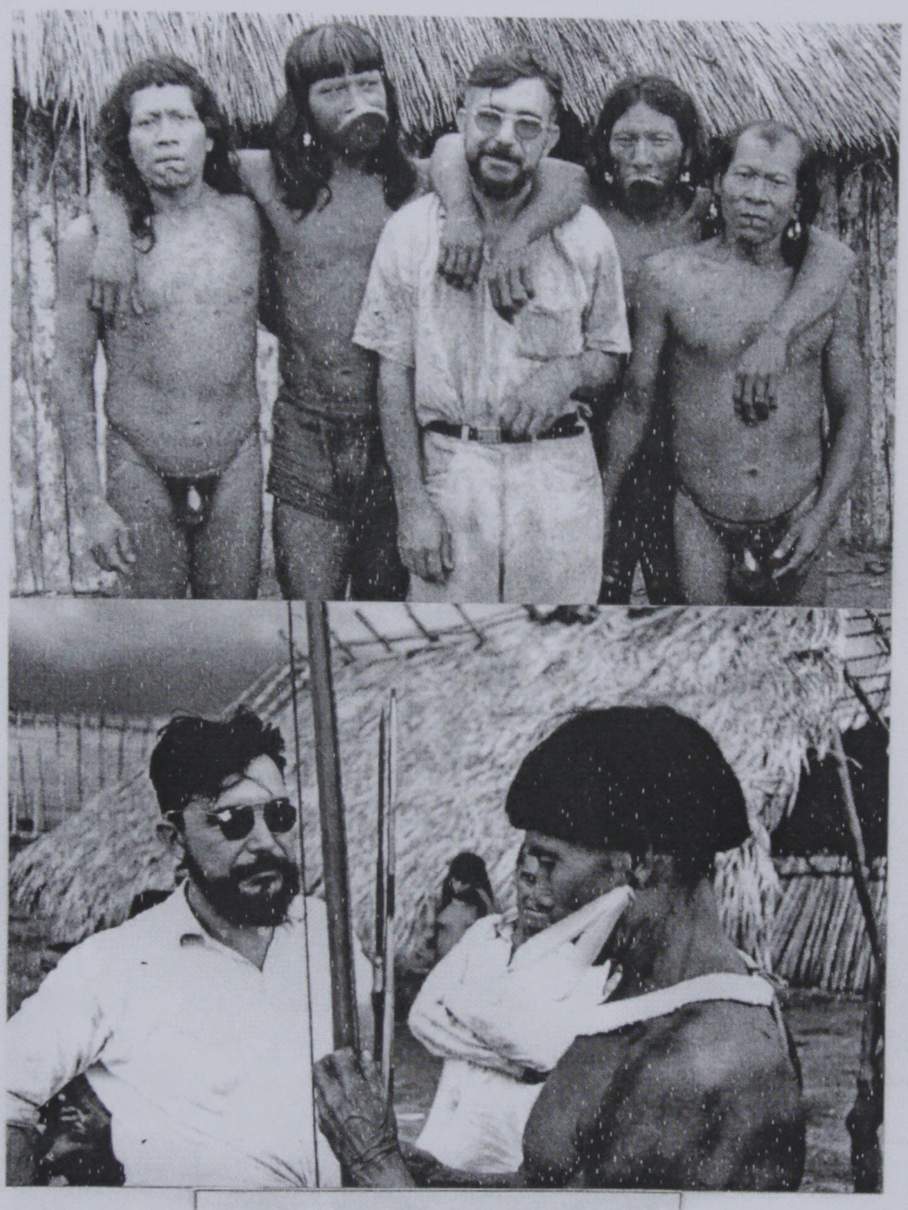
Apoena e Francisco Meirelles montando tapiri na fase de *namoro* da atração dos índios Suruí (1968).
Fonte: Francisco de Assis Costa (foto: Jesco Von Puttkamer/IGPA).



Da esquerda para a direita: sertanistas Fiorello Parise e Francisco Meirelles, Cel. Antonio Augusto Nogueira (Chefe da Delegacia da FUNAI/Belém/PA) e Hélio Rocha, chefe da COAMA (1972).
Fonte: ISA.



Acima: Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu (década de 40).
Fonte: IGPA.
Abaixo: Cláudio Villas Bôas e Noel Nutels no PQXIN.
Fonte: Jesco von Puttkamer (IGPA) (década de 60).



Acima: Cláudio Villas Bôas abraçado a Raoni e outros índios Txukahamãe.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 60).
Abaixo: Cláudio Villas Bôas com índio xinguano.
Fonte: ISA (década de 60).

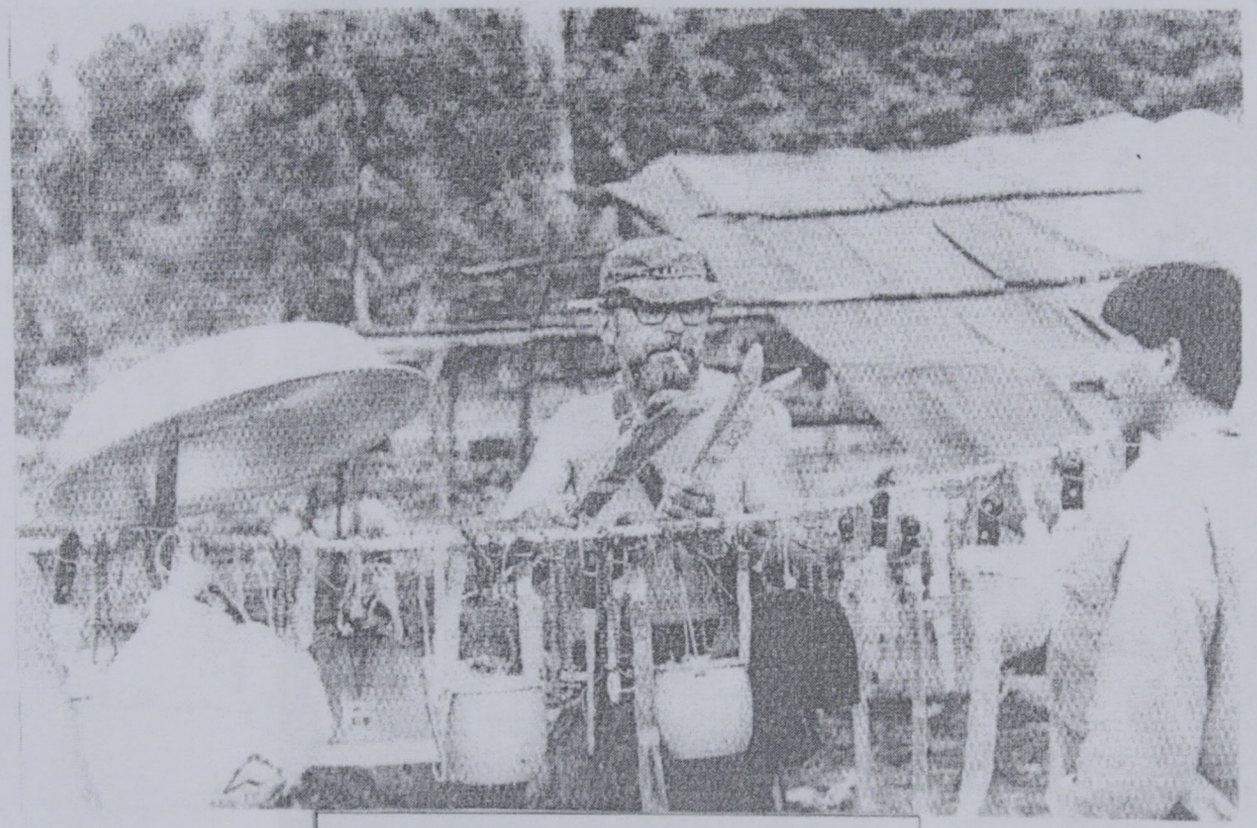




Acima: Orlando Villas Bôas na atração Txicão (1964).
Fonte: Jesco von Puttkamer/IGPA.
Ao lado: Orlando Villas Bôas com índio Txukahamãe (Mentuktire) – PQXIN.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 60).



Antropólogo Eduardo Galvão na atração dos índios Txicão (Ikpeng) (1964).
Fonte: SRAV/MI.

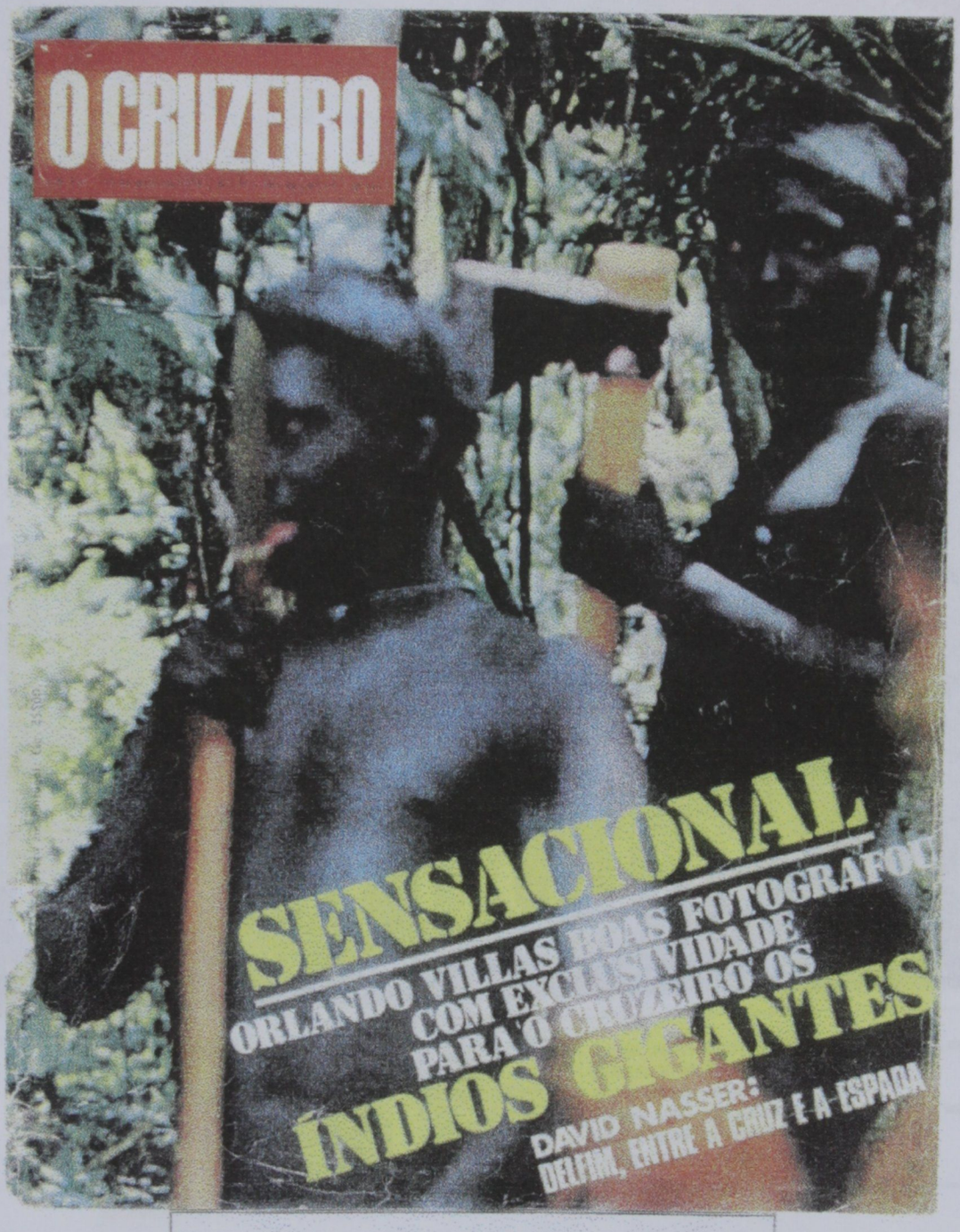


Cláudio Villas Bôas monta tapiri com presentes durante a atração dos Kreen-Akarore ou Panará. MT/PA (1973).
Fonte: ISA.





Acima: Orlando Villas Bôas, com Orlando Filho no colo, conversa com Aritana (PQXIN) (década de 70).
Fonte: IGPA.
Abaixo: Marina e Orlando Villas Bôas Filho (2003).
Fonte: Carlos Augusto Freire.



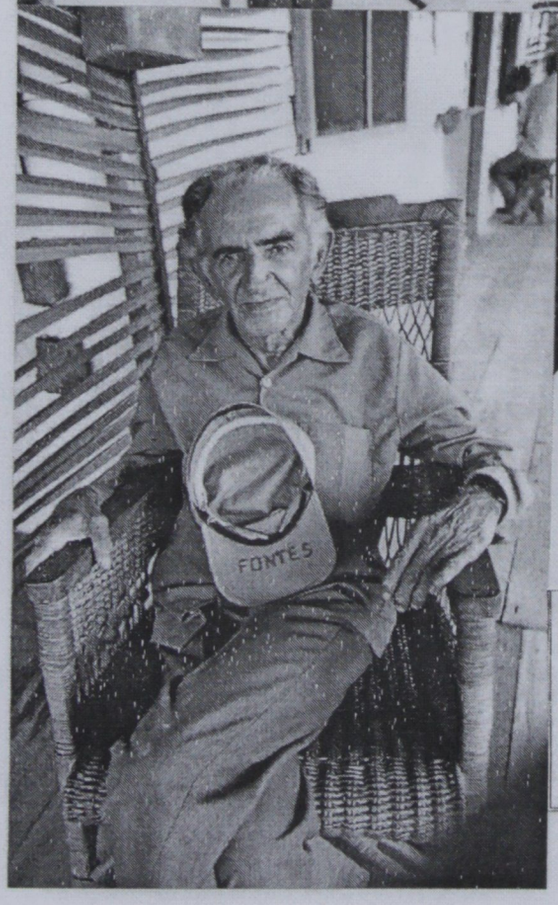
A imprensa sensacionalista explorava a pacificação dos índios desde os anos 40, com destaque para a revista *O Cruzeiro*. Em foco, capa da revista sobre o contato com os Kreen-Akarore ou Panará, MT/PA (abril de 1973).
Fonte: *O Cruzeiro*.

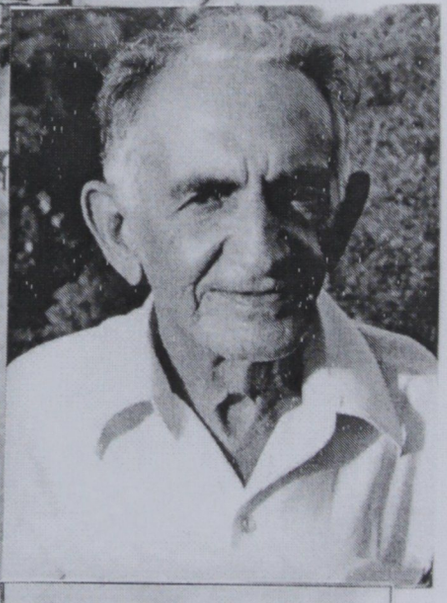




Acima: capa da revista *Época* por ocasião da morte de Orlando Villas Bôas (2002).
Fonte: revista *Época*.
Ao lado: selo comemorativo do Dia do Índio, tendo por tema o sertanista Orlando Villas Bôas (2004).
Fonte: Correios do Brasil.





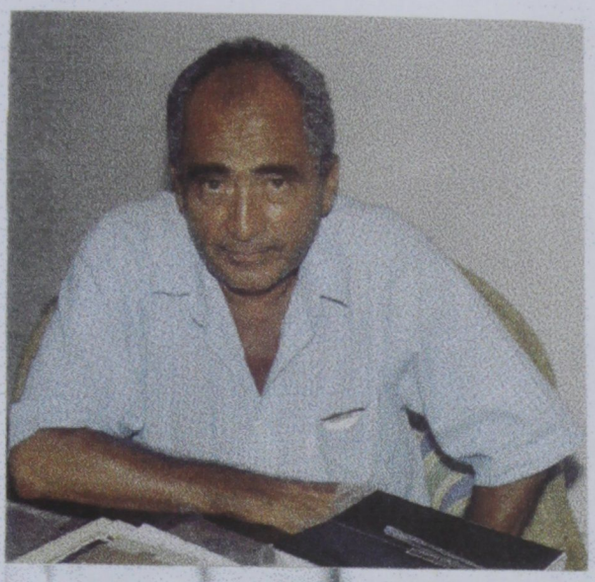


Acima: sertanista Telésforo Martins Fontes na sede da base de Pucuruí (PA), FA na Transamazônica.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).
Abaixo: dois momentos de Telésforo Fontes na base de Pucuruí (PA).
'Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).



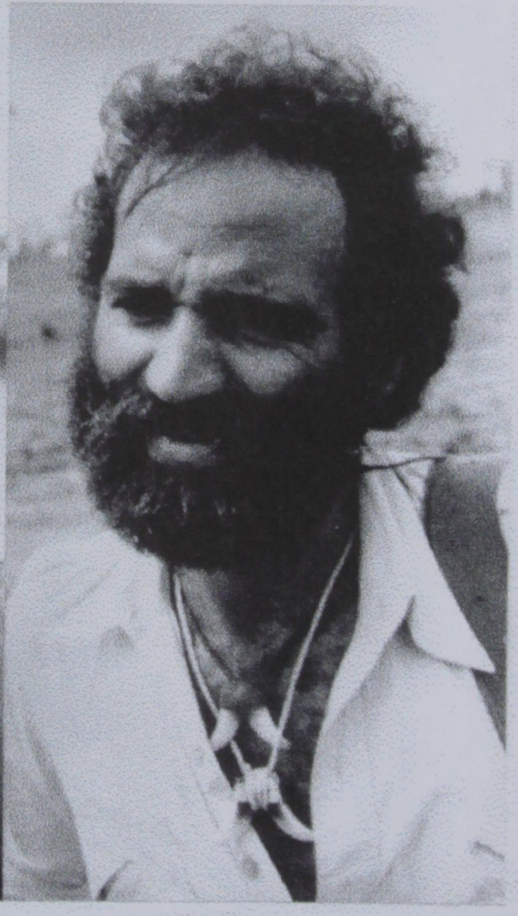


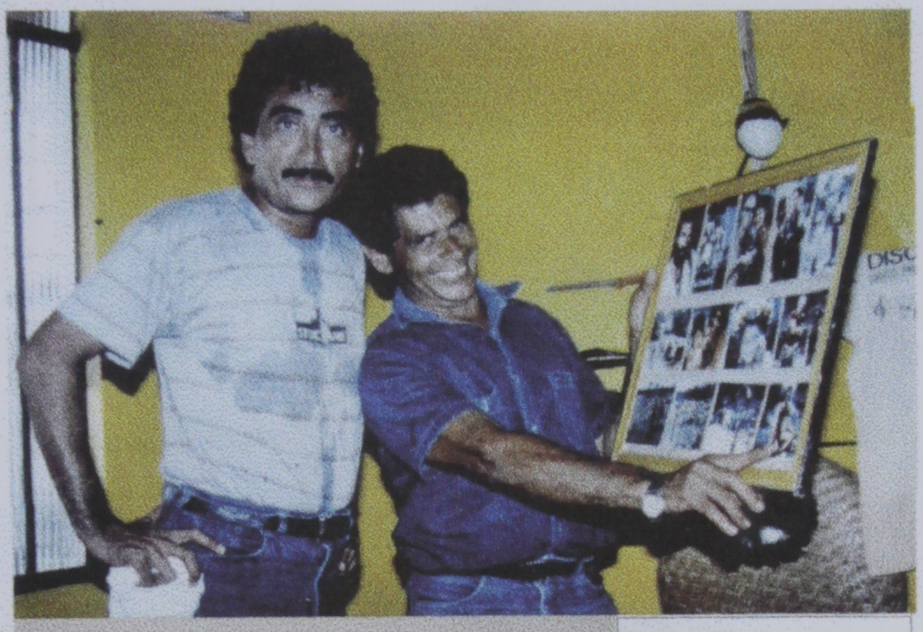
Acima: Apoena Meirelles com índio Xavante.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 50).
Abaixo: Apoena Meirelles (de chapéu), índios Xavante e equipe da FC Kreen-Akarore (Panará).
Fonte: CGDOC/FUNAI (1973).

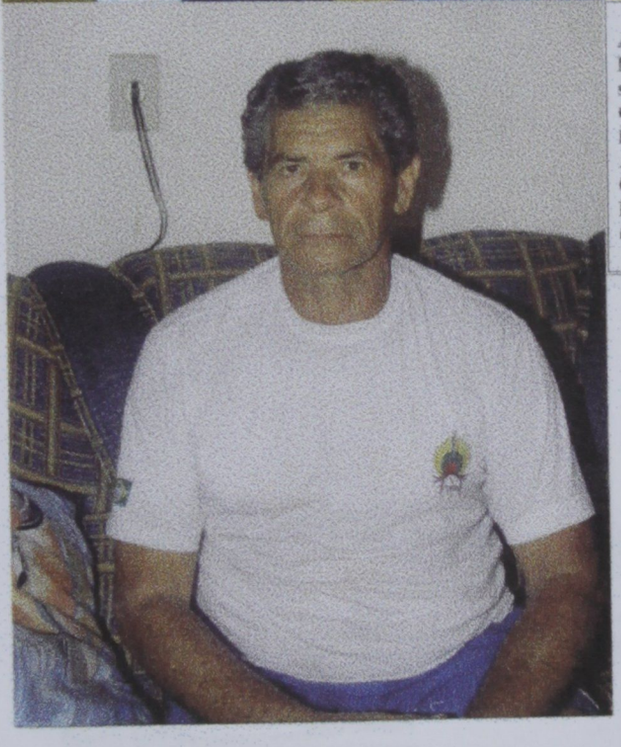


Ao lado: sertanista Apoena Meirelles.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).
Abaixo à esquerda: sertanista Aimoré Cunha.
Fonte: Jesco von Puttkamer (IGPA) (década de 70).
Abaixo à direita: sertanista Zé Bel (José do Carmo Santana).
Fonte: Jesco von Puttkamer (IGPA) (década de 70).

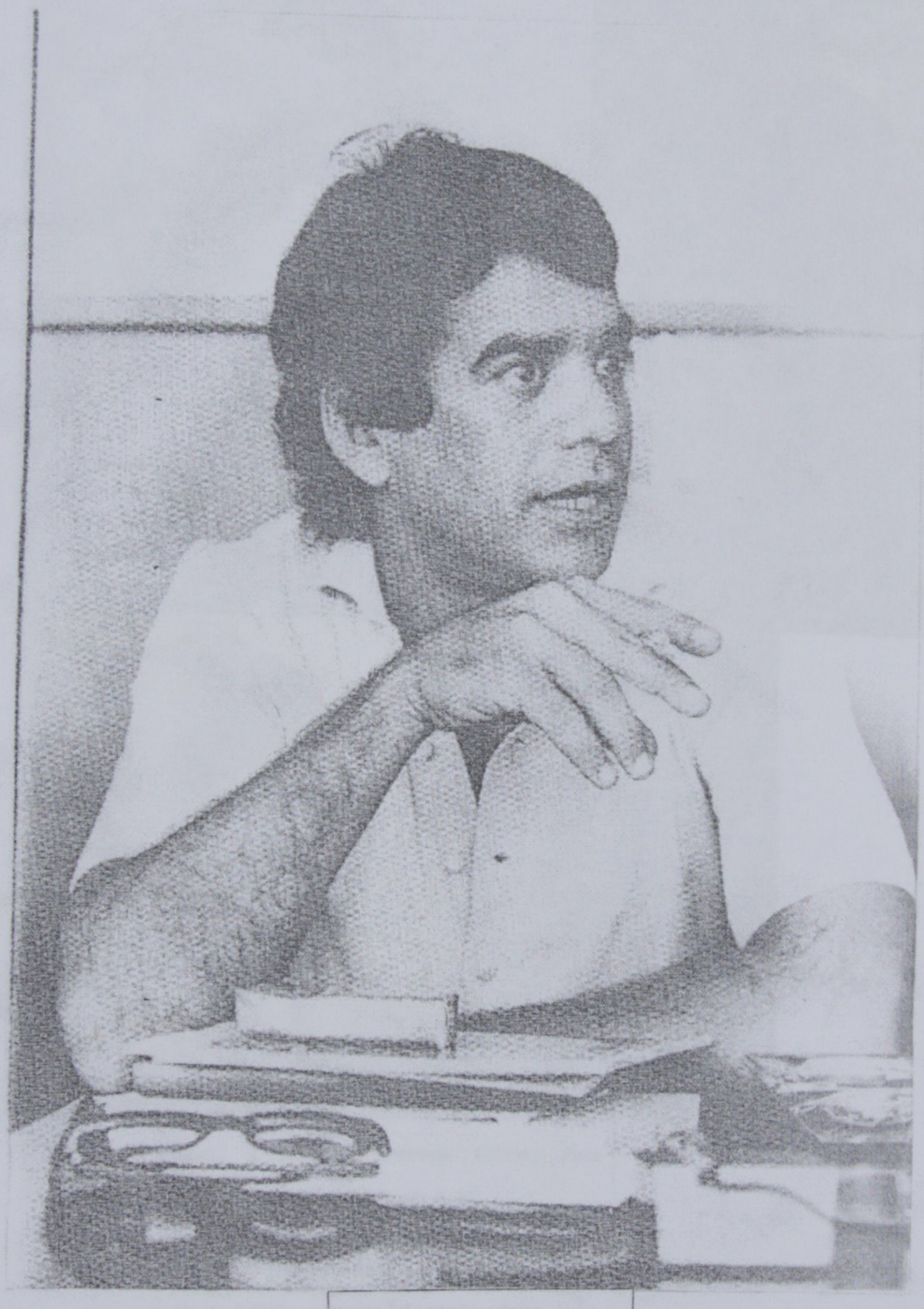




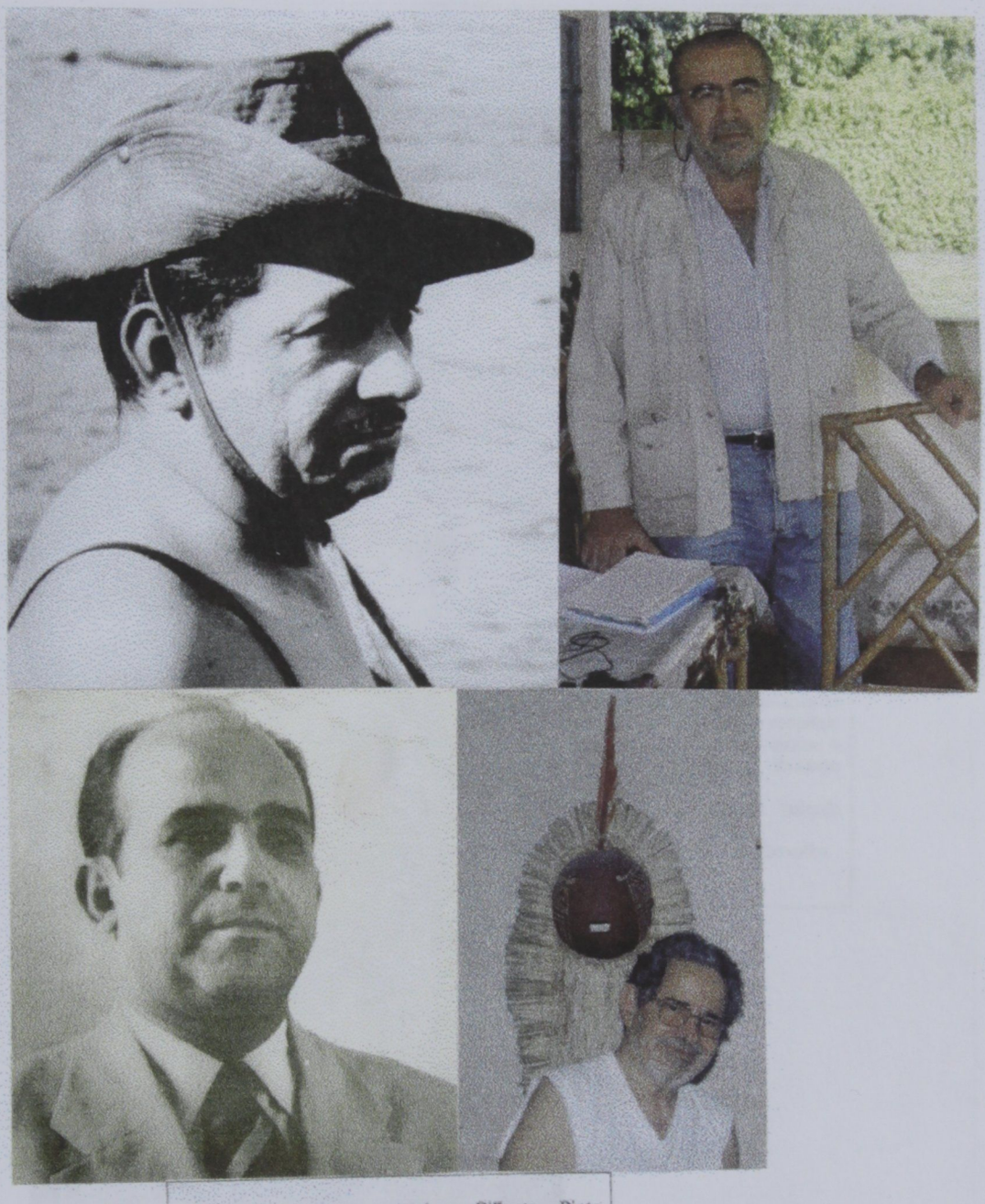




Acima: sertanista Apoena Meirelles com o auxiliar de sertanista Francisco de Assis Costa.
Fonte: IGPA (década de 80).
Ao lado: Francisco de Assis Costa.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).

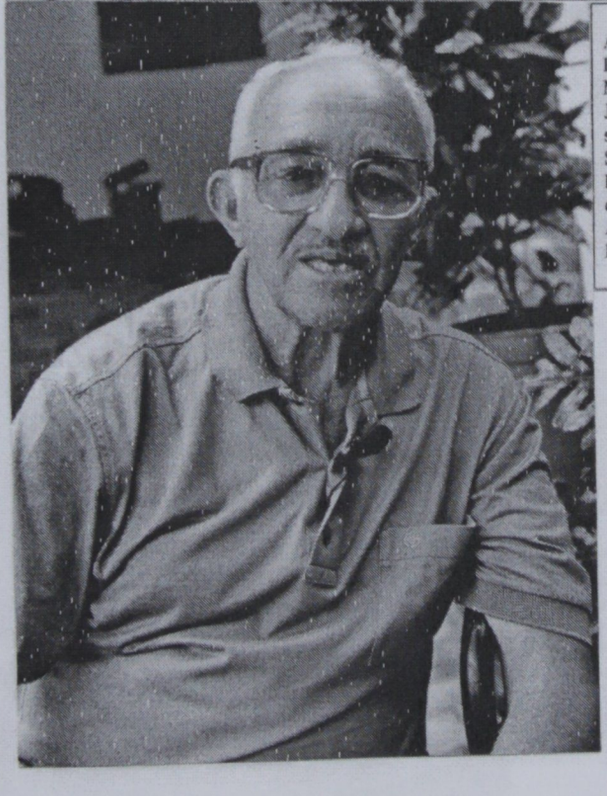


Sertanista Antonio Cotrim (1972).
Fonte: ISA.



Acima à esquerda: sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).
Acima à direita: sertanista José Porfírio Carvalho.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).
Abaixo à esquerda: José Maria da Gama Malcher.
Fonte: SRAV/MI (década de 50).
Abaixo à direita: sertanista João Américo Peret.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2003).





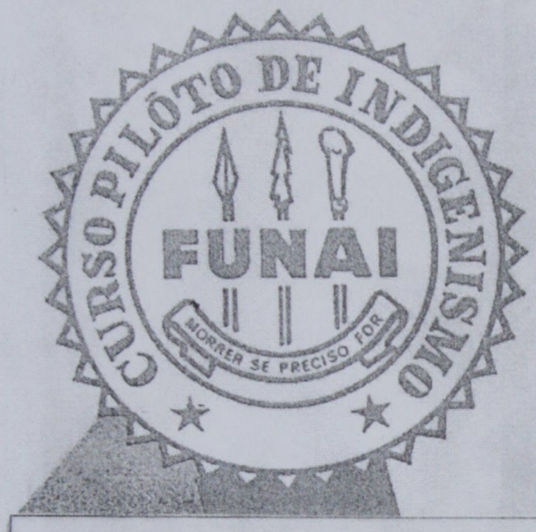
Acima: com a flecha na mão, o Pres. da FUNAI, Gal. Bandeira de Mello. A sua esquerda, o sertanista João Carvalho. A sua direita, o sertanista Felipe Passinho Santiago.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).
Ao lado: sertanista João Carvalho.
Fonte: ISA (1992).







Acima: sertanista Benamour Fontes com índios Karipuna (RO).
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).
Abaixo à esquerda: Benamour Fontes com índios Avá-Canoeiro (década de 80).
Fonte: Antonio João de Jesus.
Abaixo à direita: Benamour Fontes.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).





Símbolos vinculados ao indigenismo. Acima à esquerda detalhe do Diploma do Curso Piloto de Indigenismo (1970).
Fonte: CGDOC/FUNAI.
Acima à direita: Medalha da Sociedade de Geografia Brasileira homenageando Rondon.
Fonte: IGPA (década de 70).
Abaixo à esquerda: Medalha do Mérito Indigenista, categoria pacificação, concedida ao sertanista Fritz Tolksdorff.
Fonte: IGPA (1974).
Abaixo à direita: sertanista Fritz Tolksdorff.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 70).





Sertanista Afonso Alves da Cruz, flechado pelos índios Arara (PA), chega ao Aeroporto de Belém (PA), a caminho do hospital (1979).
Fonte: ADR Belém/FUNAI.



Posto de Vigilância – PVI – também denominado "forte apache", durante a atração dos índios Arara (Pará, 1981).
Fonte: ISA.



Sertanista Afonso Alves da Cruz entre os índios Arara Ukarãngmã (PA). PI Cachoeira Seca (1987).
Fonte: Elimilton Alencar.

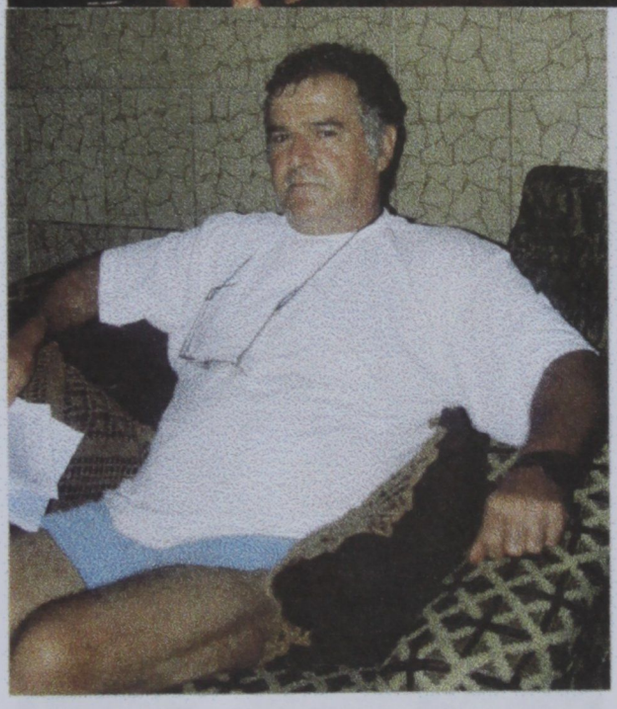
I° ENCONTRO DE SERTANISTAS

Definida assistência aos arredios



Participantes do I Encontro de Sertanistas. Na segunda fila da esquerda para a direita estão Raimundo Nascimento, Afonso Alves da Cruz e João Carvalho.
Fonte: CGDOC/FUNAI (1987).





Acima: sertanista Fiorello Parise e indigenista Frederico Miranda (então chefe da ADR Belém) entre os índios Zo'é (década de 90).
Fonte: Frederico Miranda.
Ao lado: sertanista Fiorello Parise.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).





Acima: sertanista Francisco Bezerra (década de 80).
Fonte: CGDOC/FUNAI.
Ao lado: sertanista Júlio Reinaldo de Moraes (Camiranga) (década de 80).
Fonte: CGDOC/FUNAI.





Acima: imagens de equipe de uma Frente de Atração na Amazônia (década de 90).
Fonte: Afonso Alves da Cruz.
Ao lado: sertanista Estevão Rodrigues.
Fonte: revista *Outras Palavras* (setembro de 2000).



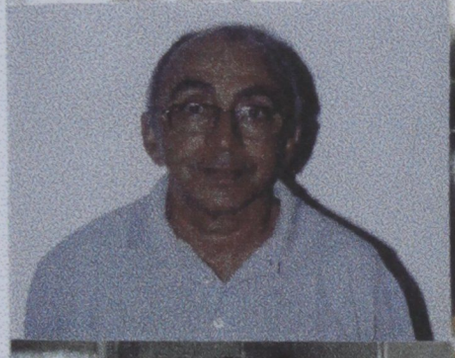


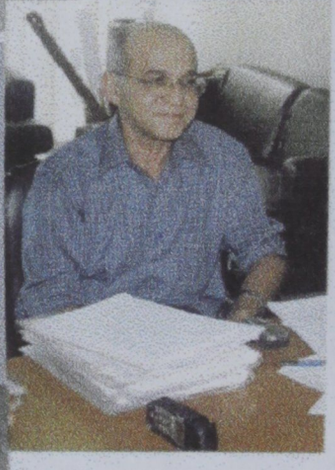


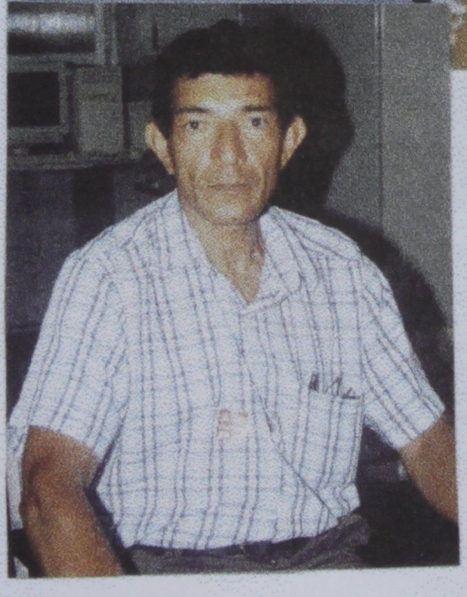
Acima: FA Awá-Guajá (1984).
Fonte: Cornélio Oliveira.
Acima à esquerda: expedição da FA Awá-Guajá (1984).
Fonte: Cornélio Oliveira.
Acima à direita: sertanista Cornélio Oliveira.
Fonte: Cornélio Oliveira (2002).





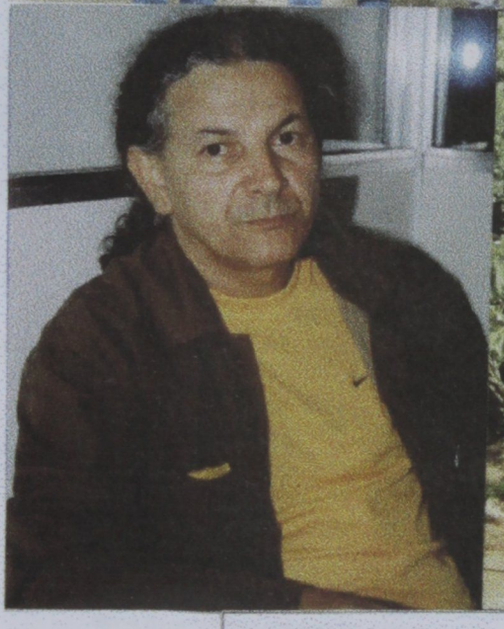


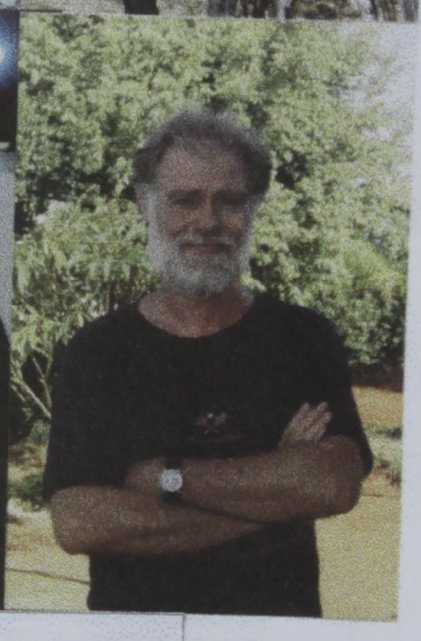




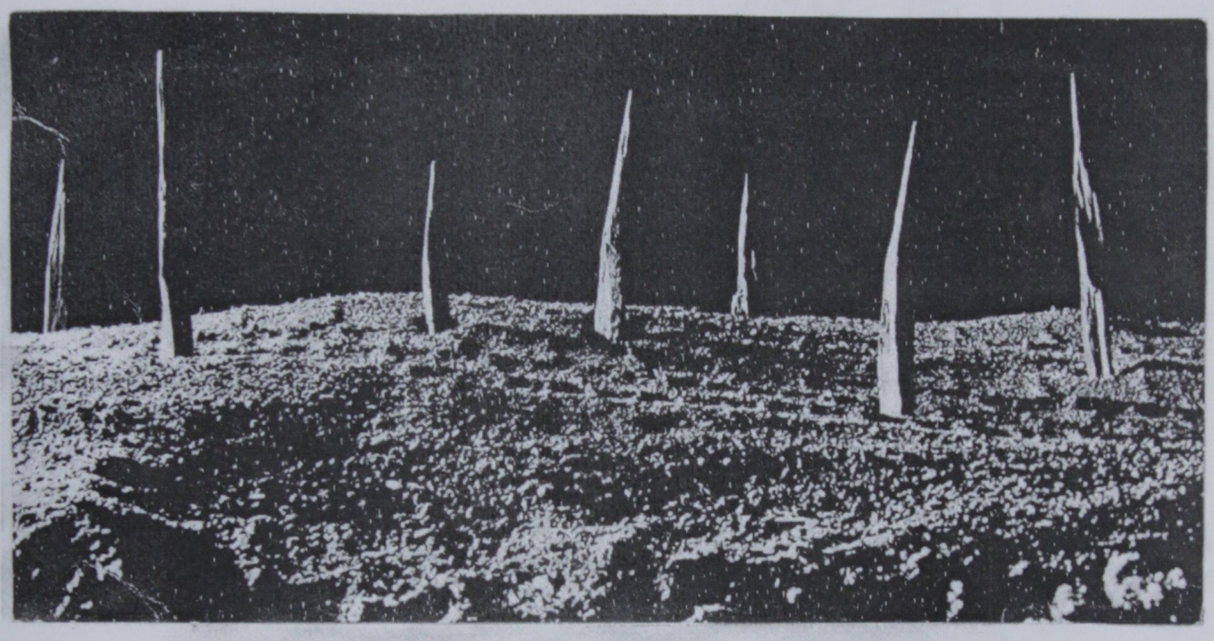
1ª fila à esquerda: sertanista Odenir Oliveira.
Fonte: ISA (década de 70).
1ª fila à direita: indigenista Adolfo Killian Kesselring Jr.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2003).
2ª fila à esquerda: sertanista Raimundo Nascimento.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).
2ª fila à direita: antropólogo Antonio Pereira Neto.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2003).
Ao lado: indigenista Egypson Nunes Corrêa.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2003).







Acima: da esquerda para a direita, Rieli Franciscato, Wellington Figueiredo, Ariovaldo Figueiredo e Antenor Vaz em Rondônia (1990).
Fonte: Wellington Figueiredo.
Abaixo à esquerda: Antenor Vaz.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2003).
Abaixo à direita: Marcelo dos Santos.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).



"ARMADILHAS INDÍGENAS"

MASP
Museu de Arte de São Paulo
30 de Janeiro a 11 de fevereiro
Abertura 19:00 hs

Galeria Sérgio Milliet da
Inap - Funarte
Março 1990
Rio de Janeiro

Cildo Meireles • Tomie Ohtake
Wesley Duke Lee • Siron Franco
Guto Lacaz • Cravo Neto
Rômulo Fialdini • Athos Bulcão
Celeida Tostes • Xico Chaves
Carlos Martins • Luiz Hermano
Marcos Coelho Benjamin
Manfredo de Souza Neto
Megumi Yuasa • Ruben Grilo
Ruben Valentin • Bene Fonteles
Lygia Pape • Roberto Micoli

Foto: Rômulo Fialdini

No vale do Guaporé, em Rondônia, índios ainda não contactados, colocam como forma de resistência nas estradas, pequenas armadilhas para furar os pneus dos caminhões que transportam madeiras roubadas de suas florestas.
A partir destas armadilhas os artistas construiram suas obras e as dedicaram à luta da "União das Nações indígenas" pelo respeito dos seus direitos.

Movimento Nacional de Artistas pela Natureza

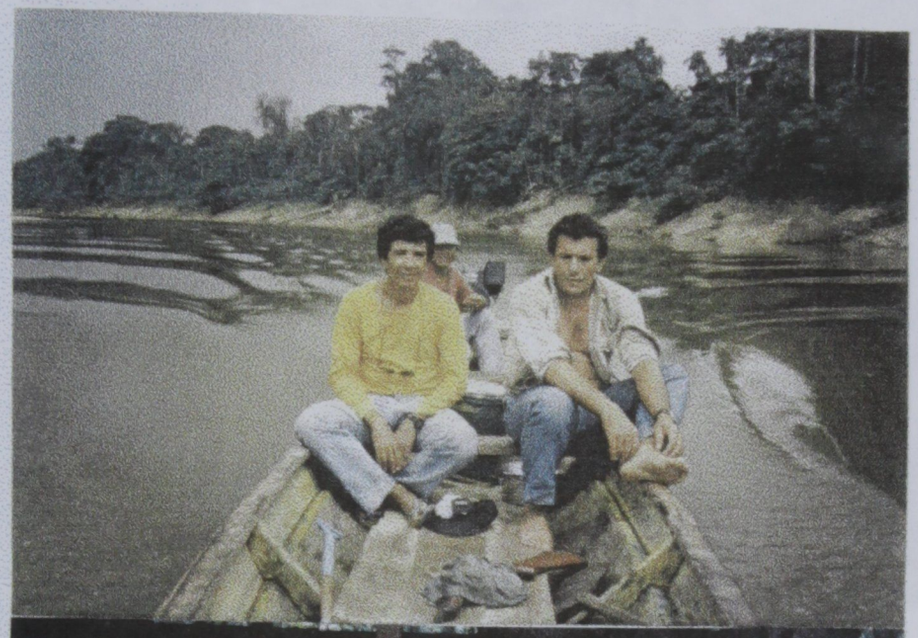
Evento organizado por Antenor Vaz e pelo artista plástico Bené Fonteles para denunciar a situação dos índios isolados em 1990.
Fonte: Antenor Vaz.



Indigenista Marcelo dos Santos com Operá, índio Kanoê (Rondônia, 1995).
Fonte: ISA.



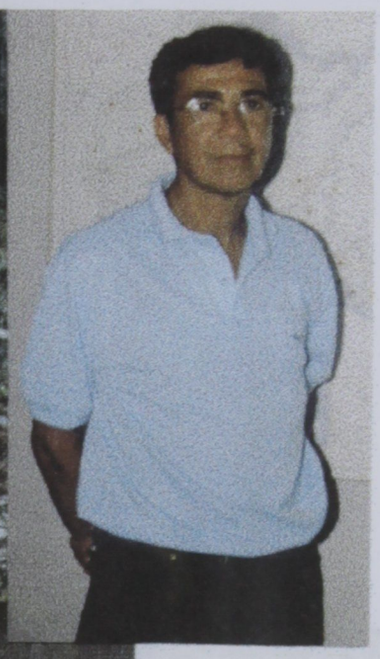
Indigenista Altair Algayer com Operá, índio Kanoê (Rondônia, 1995).
Fonte: ISA.





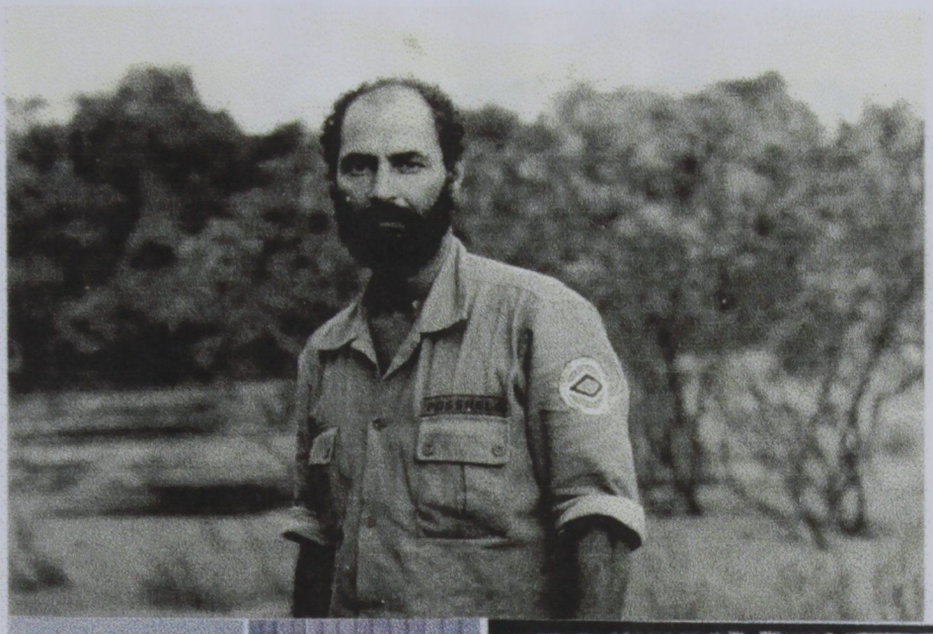
Acima: Wellington Figueiredo com o indigenista Pedro Coelho. TI Vale do Javari (1992).
Fonte: Wellington Figueiredo.
Abaixo: Wellington Figueiredo com índias Akunt'su (RO).
Fonte: Wellington Figueiredo (década de 90).

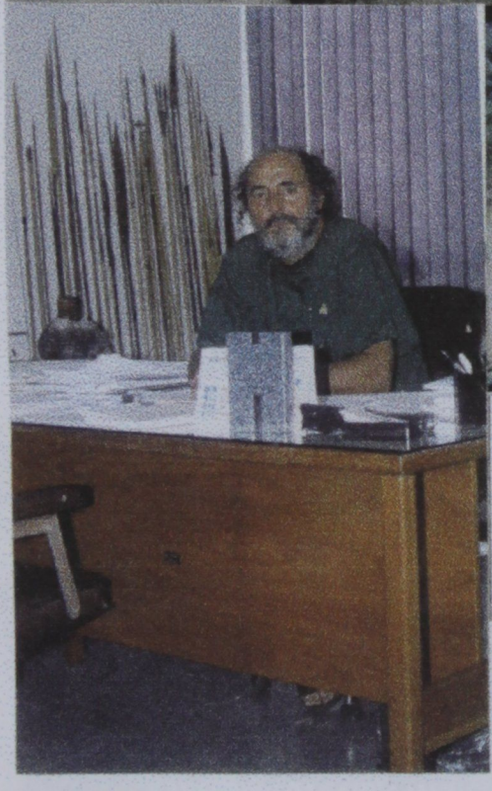






Acima à esquerda: sertanista Wellington Figueiredo na demarcação da TI Vale do Javari (AM).
Fonte: Wellington Figueiredo (2000).
Acima à direita: Wellington Figueiredo no DEII/FUNAI.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).
Abaixo: à esquerda Fiorello Parise, com Wellington Figueiredo sentado, junto aos índios Zo'é.
Fonte: Wellington Figueiredo (década de 90).







Acima: Sydney Possuelo na FA Parakanã.
Fonte: CGDOC/FUNAI (década de 80).
Acima à direita: Sydney Possuelo, tendo ao lado o auxiliar de sertanista Sobral, morto pelos índios Korubo em 1997.
Fonte: DEII/FUNAI (1996).
Ao lado: Sydney Possuelo no gabinete da chefia do DEII.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).



Reportagem sobre a Expedição Alípio Bandeira no Vale do Javari (2002).
Fonte: *National Geographic Brasil* (agosto de 2003).





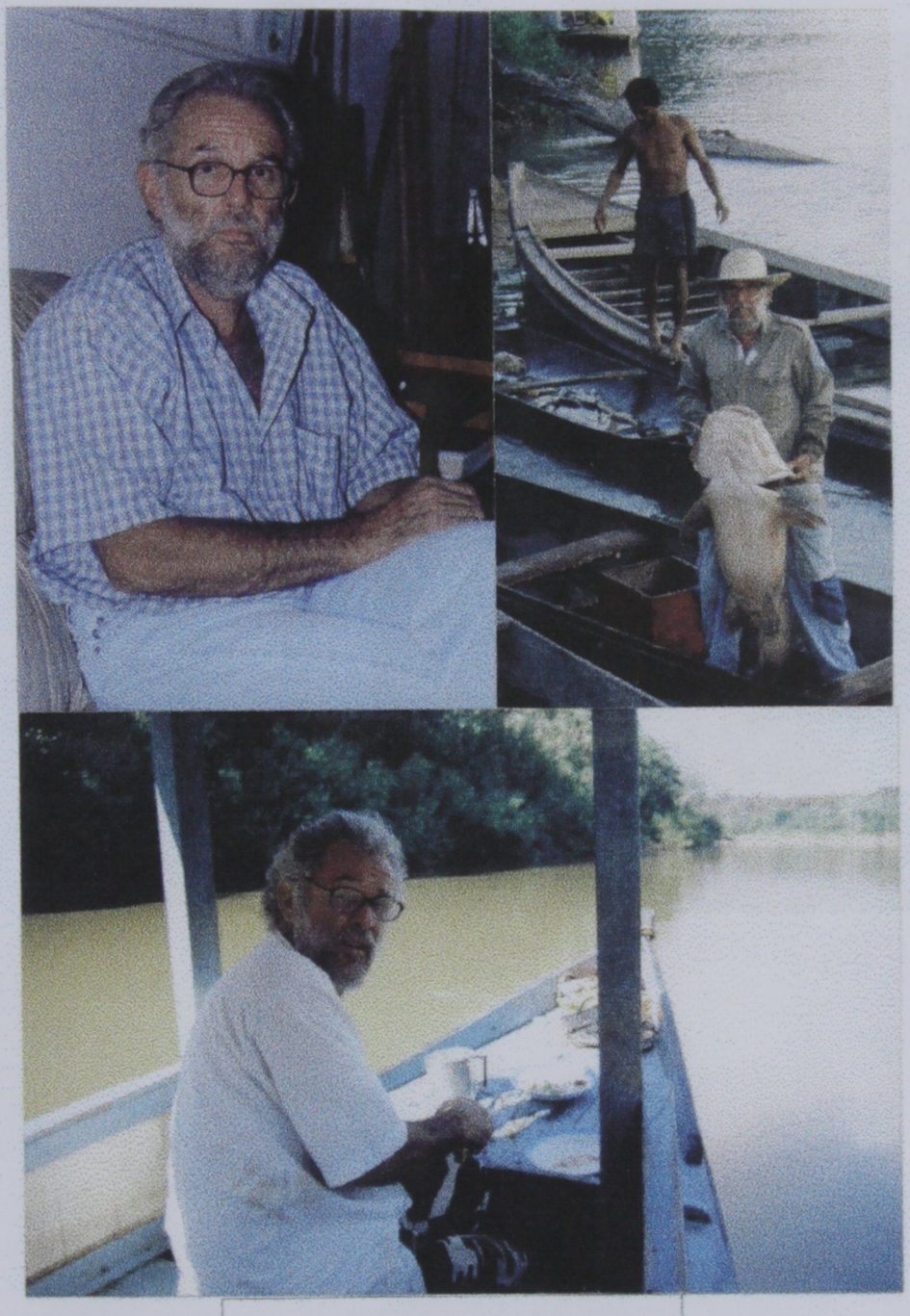
Acima: um dos barcos da Expedição Alípio Bandeira no Vale do Javari (AM).
Abaixo: toda a equipe da Expedição Alípio Bandeira posa para foto antes da partida (2002).
Fonte: DEII/FUNAI.



Dois momentos da Expedição Alípio Bandeira no Vale do Javari (AM): acima, vencendo a barreira de tronco caído n'água; abaixo, início da organização do acampamento na selva.
Fonte: DEII/FUNAI (2002).



No Acre, a identificação aérea de malocas de índios isolados (1998). Fonte: DAF/FUNAI.



Acima à esquerda: sertanista José Carlos Meirelles.
Fonte: Carlos Augusto Freire (2002).
Acima à direita: Meirelles após pescaria.
Fonte: Maria Eliza Vieira (2003).
Abaixo: Meirelles no rio Envira.
Fonte: Maria Eliza Vieira (2003).

A Tribuna, Rio Branco, 8/6/2004, pg. 1

Indigenista é flechado em emboscada





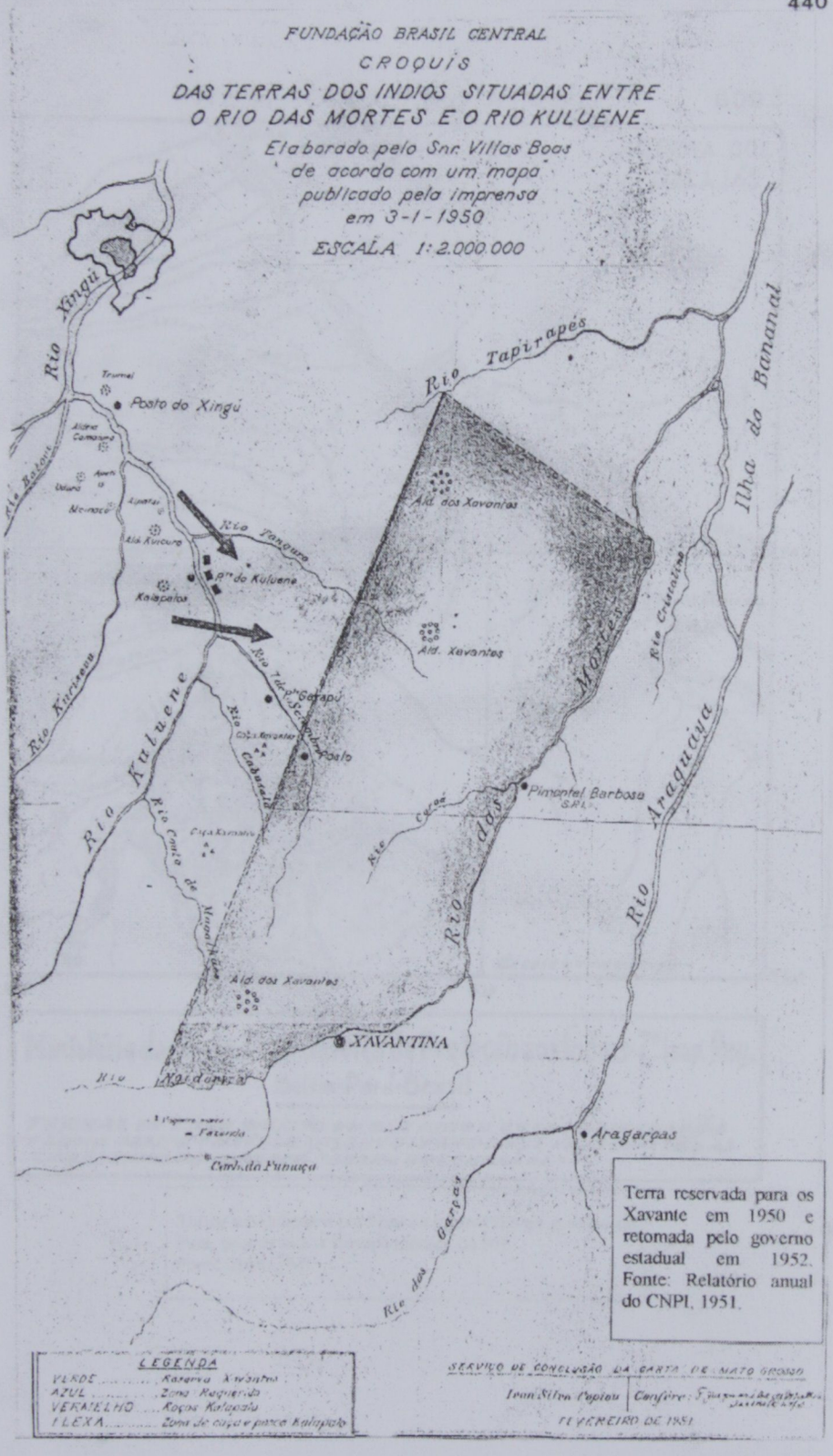
Acima: sertanista José Carlos Meirelles chega ferido por flecha a um hospital de Rio Branco.
Fonte: jornal *A Tribuna*/AC (08/06/2004).
Ao lado: sertanista José Carlos Meirelles no hospital.
Fonte: jornal *A Tribuna*/AC (08/06/2004).



Uniformes das frentes de atração da FUNAI (décadas de 80-90).
Fonte: Wellington Figueiredo (DEIL/FUNAI) (2003).



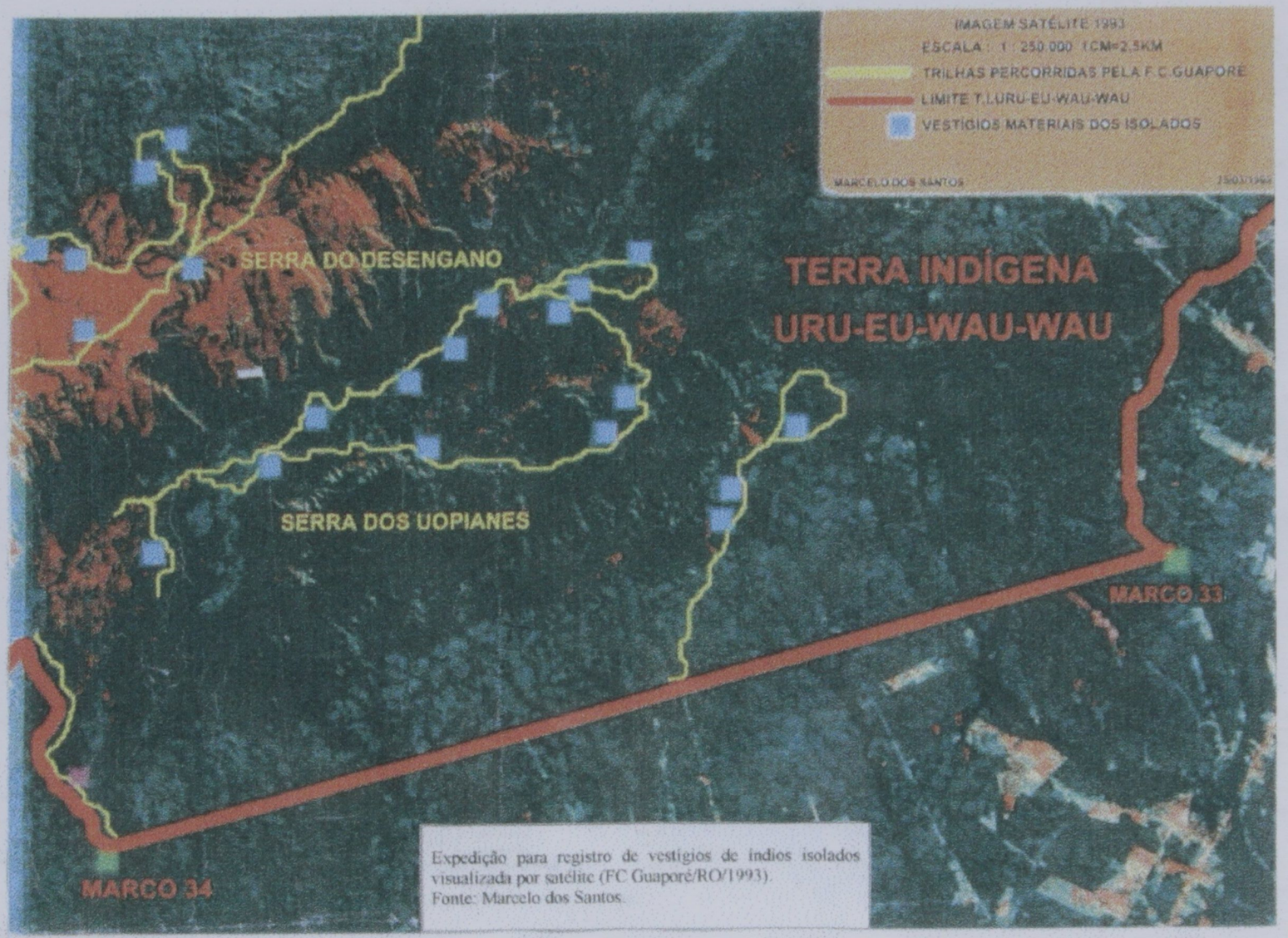
Uniformes das frentes de atração da FUNAI (décadas de 80-90).
Fonte: Wellington Figueiredo (DEII/FUNAI) (2003).



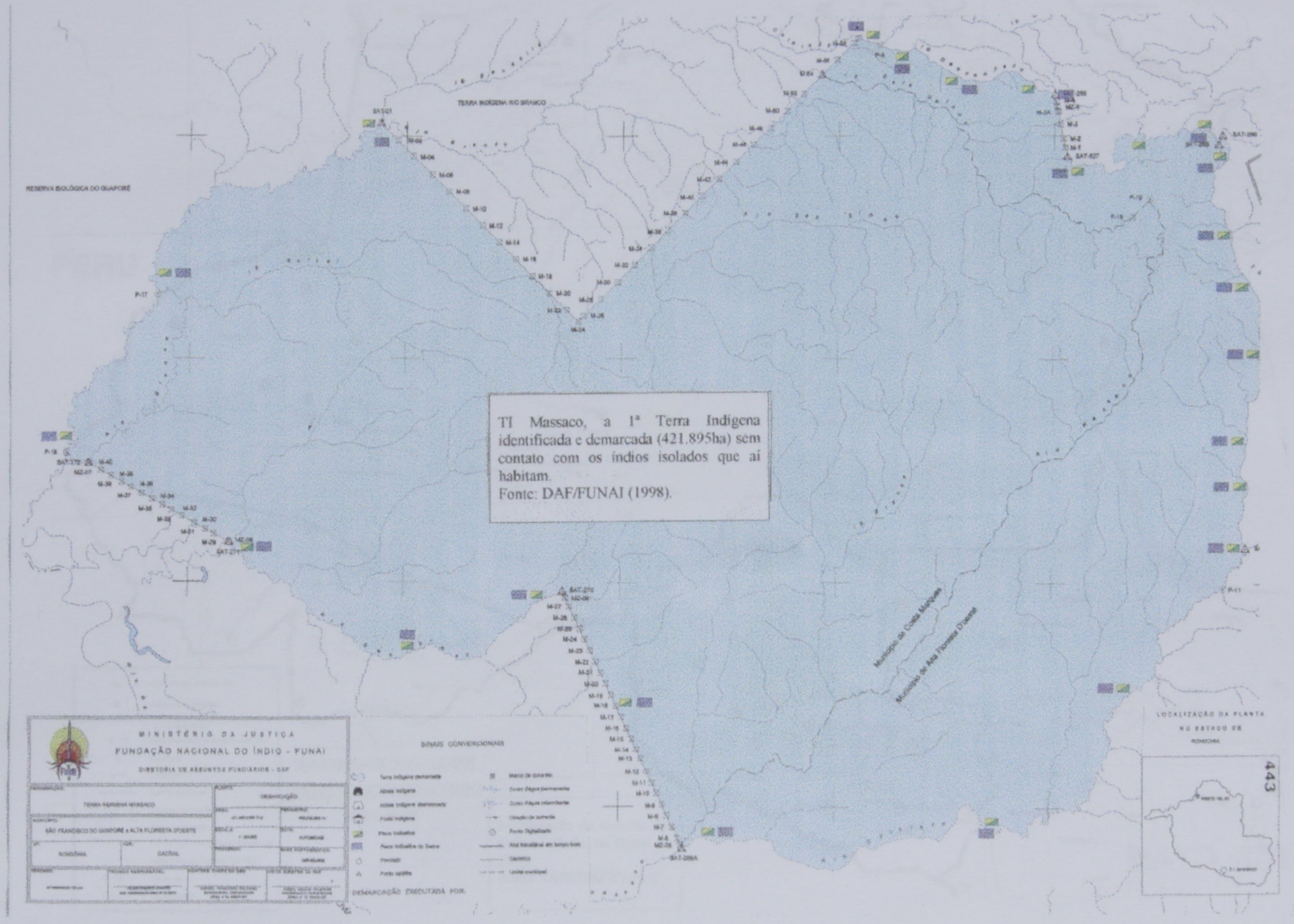
Terra reservada para os Xavante em 1950 e retomada pelo governo estadual em 1952. Fonte: Relatório anual do CNPI, 1951.



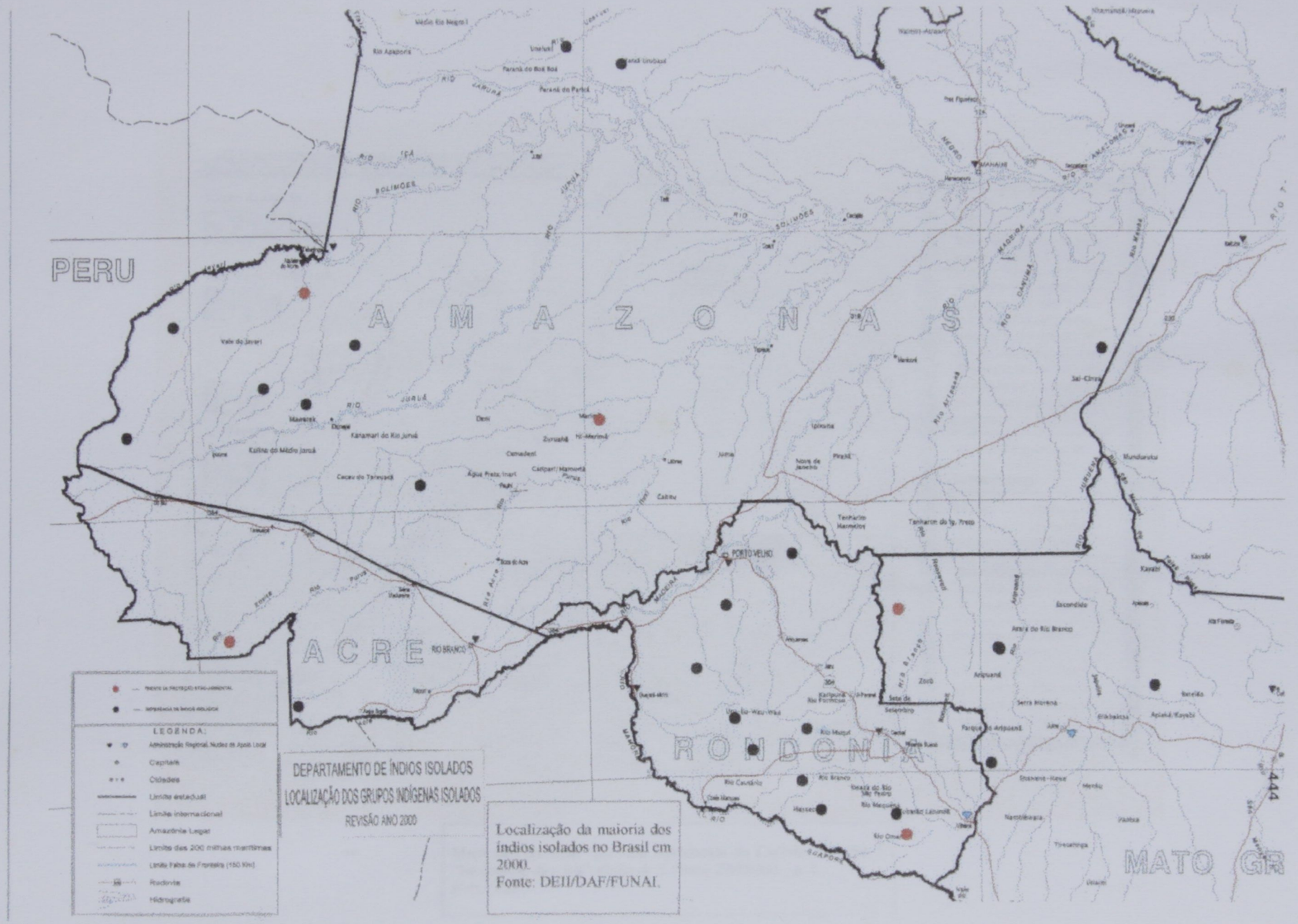
Terras reivindicadas por Francisco Meirelles ao governo do Pará, para os índios Kayapó (década de 50).
Fonte: SARQ/MI.



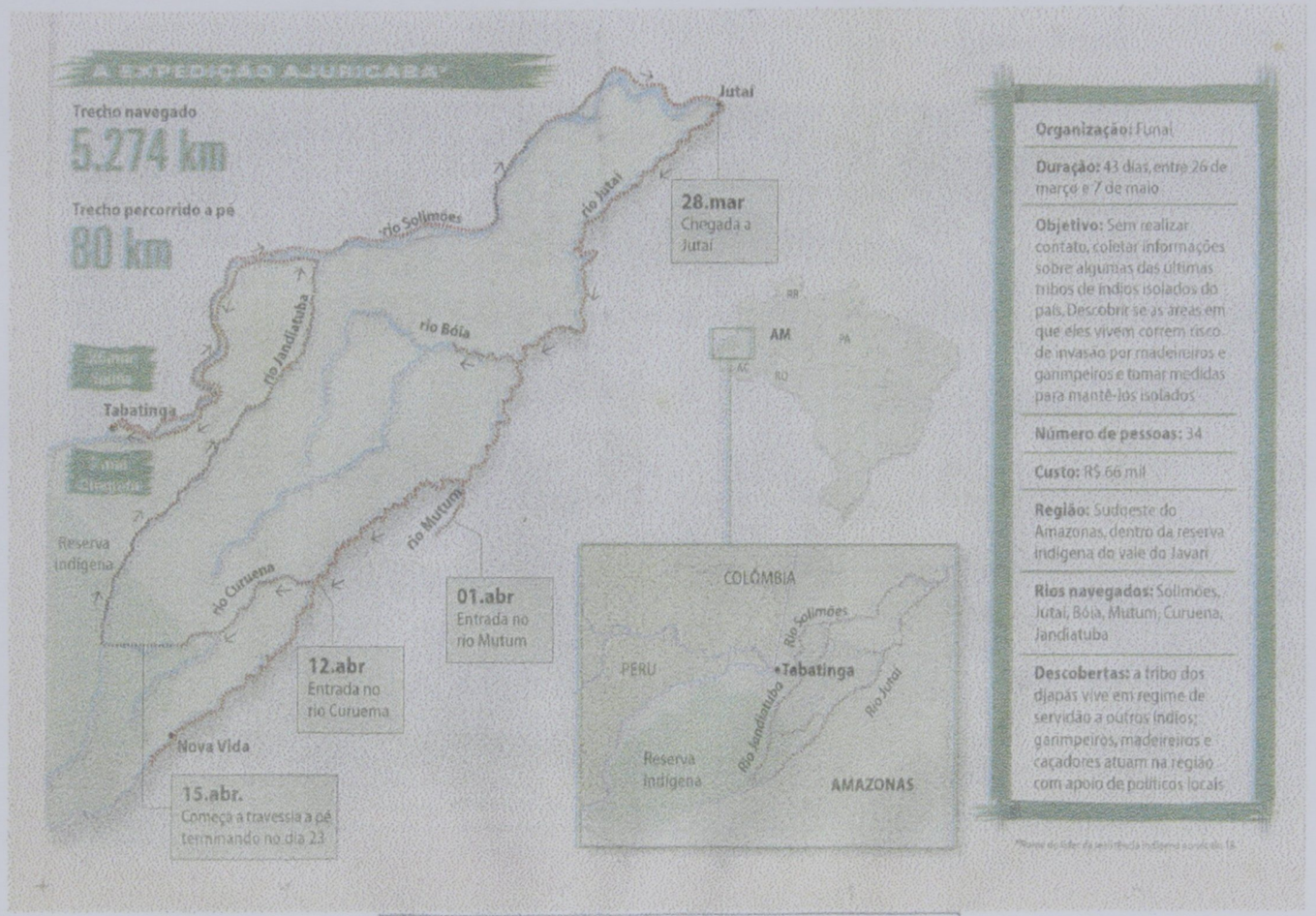
Expedição para registro de vestígios de índios isolados visualizada por satélite (FC Guaporé/RO/1993).
Fonte: Marcelo dos Santos.



TI Massaco, a 1ª Terra Indígena identificada e demarcada (421.895ha) sem contato com os índios isolados que aí habitam.
Fonte: DAF/FUNAI (1998).



Localização da maioria dos índios isolados no Brasil em 2000.
Fonte: DEII/DAF/FUNAI.



Mapa da Expedição Ajuricaba reproduzido do Caderno Especial 1, "No coração da selva", *Folha de S. Paulo*, 27/05/2001, p. 2.
Fonte: *FSP*.